



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

CLÁUDIA CHIES

**APOSENTADORIA RURAL E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A AGRICULTURA
FAMILIAR: ESTUDO DOS MUNICÍPIOS DE GUAPOREMA, SÃO TOMÉ,
TAPEJARA E TUNEIRAS DO OESTE - PR**

MARINGÁ

2017

CLÁUDIA CHIES

**APOSENTADORIA RURAL E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A AGRICULTURA
FAMILIAR: ESTUDO DOS MUNICÍPIOS DE GUAPOREMA, SÃO TOMÉ,
TAPEJARA E TUNEIRAS DO OESTE - PR**

Tese de doutoramento apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, do Departamento de Geografia e Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Maringá, como requisito para obtenção do título de Doutor em Geografia. Área de Concentração: Produção do Espaço e Dinâmicas Territoriais.

Orientador: Prof. Drº. Márcio Mendes Rocha

MARINGÁ

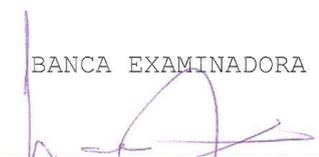
2017

APOSENTADORIA RURAL E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR:
ESTUDO DOS MUICÍPIOS DE GUAPOREMA, SÃO TOMÉ, TAPEJARA E TUNEIRAS DO
OESTE-PR

Tese de Doutorado apresentada a Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Geografia, área de concentração: Análise Regional e Ambiental, linha de pesquisa Produção do Espaço e Dinâmicas Territoriais.

Aprovada em 17 de abril de 2017.

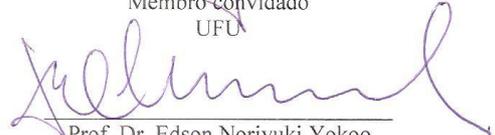
BANCA EXAMINADORA



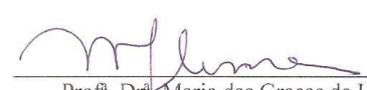
Prof. Dr. Márcio Mendes Rocha
Orientador - UEM
Universidade Estadual de Maringá



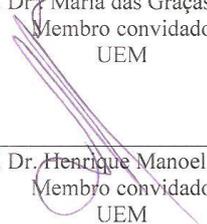
Prof. Dr. João Cleps Júnior
Membro convidado
UFU



Prof. Dr. Edson Noriyuki Yokoo
Membro convidado
UNESPAR



Prof.ª Dr.ª Maria das Graças de Lima
Membro convidado
UEM



Prof. Dr. Henrique Manoel da Silva
Membro convidado
UEM

DEDICATÓRIA

As pessoas que se dedicam todos os dias por uma sociedade mais justa e igualitária. Aos agricultores familiares, trabalhadores incansáveis, pouco reconhecidos, mas com valores e importância imensuráveis. Aos idosos, que tanto contribuíram e contribuem com sua sabedoria e que merecem todo respeito e admiração. A todos os professores, profissionais essenciais à sociedade, especialmente aos que tive ao longo da minha trajetória educativa. Aos meus pais, Jair e Ogênia, principais responsáveis por minha formação humana.

AGRADECIMENTOS

A *Deus*, fonte de vida e esperança.

Ao meu orientador, Prof. Dr^o Márcio Mendes Rocha, pela oportunidade e confiança depositada desde o curso de mestrado. Suas orientações, ideias e inquietações foram essenciais para planejar, aprimorar e dar qualidade a pesquisa. Além disso, foram fundamentais para meu crescimento intelectual e profissional.

Agradeço aos colegas de trabalho da UNESPAR, campus de Campo Mourão, especialmente ao Prof. Dr^o. Edson Noriyuki Yokoo, pela disponibilização de materiais, orientações teóricas, debates e leitura de textos. Também ao Prof. Dr^o. Virgílio Manuel Pereira Bernardino, sempre pronto a ajudar com os *softwares* e elaboração de ilustrações e mapas. A Prof. Dr^a. Ana Paula Colavite, amiga e companheira de eventos científicos, continuamente dando apoio quanto às angústias da pesquisa, auxiliando na produção de mapas e fotografias. Também aos professores: Dr^a. Nair Glória Massoquim, Ms. Sandra Terezinha Malysz, Dr^o. Fábio Rodrigues da Costa, Dr^o. Marcos Clair Bovo e Dr^o. Oséias Cardoso, sucessivamente interessados em saber sobre o andamento da pesquisa, debater e contribuir. Aos demais colegas do Colegiado de Geografia, que ininterruptamente incentivaram, apoiaram e viabilizaram a concessão de licença para estudos por dois anos, período fundamental para realização da pesquisa. Ao Prof. Wilson Moura, pela revisão de língua portuguesa.

Ao acadêmico de Geografia da UNESPAR, Jonathan Pericinoto, pela formatação dos gráficos e elaboração de mapas. Aos colegas do Programa de Pós graduação – PGE/UEM e do Núcleo de Estudos de Mobilidade e Mobilização - NEMO, especialmente Valkíria Trindade Santos, Márcio Ghizzo, Margarete Frasson, Vítor Hugo Ribeiro e Amália Teixeira pela amizade e apoio dispensados. Também a Mirian, secretária do PGE, pela dedicação e presteza no atendimento.

Aos meus familiares, em especial ao Edson, companheiro e incentivador. Aos meus amigos, os de perto e os de longe, especialmente minha amiga Sandra Carbonera Yokoo, colega de turma, companheira de estrada e da vida, sempre atenta e presente em inúmeros momentos. Também aos meus alunos, que me motivam a aprender sempre mais, em especial aos que acompanharam esse processo, se manifestaram e torceram por mim.

Às pessoas que participaram da pesquisa respondendo às entrevistas e questionários nos municípios de Guaporema, São Tomé, Tapejara e Tuneiras do Oeste, funcionários públicos locais, gestores de políticas públicas e aposentados rurais. Agradeço ainda a

hospitalidade e o apoio das pessoas que me receberam nos municípios e que dispuseram-se a percorrer comigo as residências dos aposentados: Suzana, França, Márcio, Cristina, Hélio, Maria de Lurdes, Solange, Maria, Inês, Rosa, Mauro e Edir, pois foram essenciais para a viabilização da pesquisa.

A Fundação Araucária, pela concessão de bolsa de estudos que viabilizou financeiramente o estudo de campo desta tese.

A TODOS, MEUS SINCEROS AGRADECIMENTOS!

Filho De Lavrador (Tônico e Tinoco)

*Ante de clarear o dia, no meio da escuridão,
meu pai do rancho saía com sua enxada na mão.*

*Na sua simplicidade me dava grande lição:
- Meu fio, você estuda, Deus abençoa e ajuda,
as criança do sertão.*

*Numa escolinha da roça aprendi o bê-a-bá,
depoí deixei a paioça, vim pra cidade estudá.*

*O véio, com sacrifício, capinando cafezá,
pra pagá a facurdade passava necessidade
naquela zona rurá.*

*Na festa de formatura o véio pai me abraçou:
- Trate bem das criatura que precisa dum doutor,
cuidando da humanidade, os doente sofredor,
cumprindo vosso dever, e nunca deve esquecer
o filho do lavrador.*

*Afirmei o pensamento com meu diploma na mão,
naquele grande momento meu pai me deu a benção.
Eu fiz o meu juramento de cumprir esta missão,
amenizar a tristeza, e cuidando da pobreza
da cidade e do sertão.*

Composição: José Raimundo/Gaúcho/Tônico

RESUMO

Com esta tese de doutorado objetivamos identificar as principais políticas públicas voltadas à agricultura familiar no Brasil, a partir de 2003, investigando as que têm tido mais impactos nos municípios de Guaporema, São Tomé, Tapejara e Tuneiras do Oeste - PR, e avaliando a aposentadoria rural especial como política dinamizadora do desenvolvimento local nesses municípios. A partir das discussões teóricas realizadas e dos métodos de investigação e análise propostos, foi possível apresentar a representatividade da agricultura familiar no cenário agropecuário brasileiro e demonstrar que as políticas públicas destinadas a esse segmento produtivo têm sido essenciais para o fortalecimento dessas atividades e para a promoção do desenvolvimento local. No entanto, cabe a ressalva de que as políticas e programas apresentam limitações e falhas, que devem ser avaliadas e repensadas a partir das especificidades locais. No tocante à aposentadoria rural, se apresenta com *status* de política pública e garante melhores condições de vida aos agricultores idosos e seus familiares. Além disso, o benefício rural ao garantir renda mínima, somado às raízes culturais do público idoso, estimula a permanência de famílias nos municípios de origem, diminuindo o problema do esvaziamento populacional, especialmente nos municípios com pequenas cidades e/ou periféricos. A partir das análises sobre os aposentados, foi possível avançar teoricamente no debate sobre o par dialético mobilidade/imobilidade geográfica.

Palavras chave: Agricultura Familiar. Políticas Públicas. Aposentadoria Rural Especial.

ABSTRACT

With this doctoral thesis we aimed to identify the main public policies focused on family agriculture in Brazil, from 2003, investigating those that have had more impact in the municipalities of Guaporema, São Tomé, Tapejara and Tuneiras do Oeste – PR, and evaluating the special rural retirement as a revitalizing policy for local development in these municipalities. Based on the theoretical discussions conducted and the investigation methods and analysis proposed, it was possible to present the representativeness of family agriculture in the Brazilian agricultural scenario and to demonstrate that the public policies aimed at this productive segment have been essential for the strengthening of these activities and for the local development promotion. However, it should be noted that policies and programs have limitations and failures, which must be evaluated and rethought from the local specificities. Concerning to the rural retirement, it presents itself with a public policy status and guarantees better living conditions for elderly farmers and their families. In addition, the rural benefit in guaranteeing a minimum income, added to the cultural roots of elderly public, stimulates the permanence of families in their municipalities of origin, reducing the problem of population emptying, especially in municipalities with small cities and/or peripherals. From the analyses on retirees, it was possible to advance theoretically on the debate about the dialectical mobility/geographical immobility pair.

Key words: Family Agriculture. Public Policy. Special Rural Retirement.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Aplicação de alguns questionários aos aposentados rurais e assinatura da ficha de autorização do uso das informações e imagens.....	34
Figura 2 - Alguns aposentados participantes da pesquisa durante a realização dos trabalhos de campo.....	36
Figura 3 - Pirâmides etárias dos municípios de Guaporema, São Tomé, Tapejara e Tuneiras do Oeste, de 1991, 2000 e 2010.....	96
Figura 4 - Avenida Rio Grande do Sul - 1975 - Guaporema.....	101
Figura 5 - Toras de madeira, com predomínio de peroba (fotos A e B) e cafezais (fotos C e D) no município de São Tomé no ano de 1960.....	105
Figura 6 - Cultivo de morango (fotos A e B) e de goiaba (fotos C e D) no município de São Tomé.....	106
Figura 7 - Anúncio de terras para cultivo de café no município de Tapejara no ano de 1960.....	111
Figura 8 - Avenida Rio de Janeiro de Tuneiras do Oeste no ano de 1955.....	117
Figura 9 - Atividades desenvolvidas a partir do cultivo do café e agricultores em meio a lavoura cafeeira na década de 1970 em Tuneiras do Oeste.....	118
Figura 10 - Casas do PNHR em Guaporema (foto A), São Tomé (foto B) e Tuneiras do Oeste (fotos C e D).....	197
Figura 11 - Estrutura física e dinamismo da feira do produtor de Tuneiras do Oeste.....	199
Figura 12 - Pirâmides etárias brasileiras de 1980, 1991, 2000 e 2010.....	227
Figura 13- Residências e automóveis de aposentados rurais participantes da pesquisa.....	252
Figura 14 - Participação de idosas em Grupo da Terceira Idade no Espaço Conviver em Tapejara (fotos A, C, D e E) e simbolismos da religiosidade dos aposentados (foto B).....	289

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Participação da agricultura familiar no total de estabelecimentos e na área produtiva total das terras.	49
Gráfico 2 - Valor bruto da produção da agricultura familiar e não familiar.	49
Gráfico 3 - Pessoal ocupado na agricultura familiar e não familiar.	50
Gráfico 4 - Participação da agricultura familiar na produção de alguns alimentos.....	50
Gráfico 5 - Participação da agricultura familiar na produção de proteínas animais para a alimentação da população brasileira.	51
Gráfico 6 - Índice de idosos nos municípios de Guaporema, São Tomé, Tapejara, Tuneiras do Oeste e no estado do Paraná de 1980 à 2010.....	97

Gráfico 7 - População de 15 a 34 anos nos municípios de Guaporema, São Tomé, Tapejara, Tuneiras do Oeste de 1980 à 2010.....	98
Gráfico 8 – Evolução dos recursos do Pronaf para financiamento da produção (Safras 02/03 à 15/16) -.....	131
Gráfico 9 - Evolução da execução financeira do PAA de 2003 a 2015.....	146
Gráfico 10 - Número de agricultores fornecedores ao PAA de 2003 a 2015.....	147
Gráfico 11 - Evolução da quantidade de alimentos adquiridos pelo PAA de 2003 a 2015....	148
Gráfico 12 - Distribuição da população brasileira com 60 anos ou mais por regiões.....	230
Gráfico 13 - Faixa etária dos participantes da pesquisa.....	243
Gráfico 14 - Renda média familiar dos participantes da pesquisa.....	244
Gráfico 15 – Tempo de residência dos participantes da pesquisa.....	248
Gráfico 16 - Forma de acesso à terra.....	248
Gráfico 17 - Tamanho da área de produção.....	249
Gráfico 18 - Número de pessoas na residência.....	250
Gráfico 19 - Vínculo com as pessoas da residência.....	250
Gráfico 20 - Número de cômodos da casa.....	251
Gráfico 21 - Material da casa.....	251
Gráfico 22 - Bens que possuem.....	253
Gráfico 23 - Tempo de recebimento do benefício previdenciário.....	254
Gráfico 24 - Tipo de benefício recebido.....	254
Gráfico 25 - Dificuldade na concessão do benefício.....	255
Gráfico 26 - Mudança na vida após o benefício.....	258
Gráfico 27 - Gasto do valor recebido com o benefício previdenciário.....	260
Gráfico 28 - Número de benefícios por residência	262
Gráfico 29 - Local de gasto do benefício.....	264
Gráfico 30 - Local de compra e motivo para comprar no local	265
Gráfico 31 - Local de gasto do benefício por município.....	266
Gráfico 32 - Local de residência x mudança após benefício.....	276
Gráfico 33 - Trabalho após aposentadoria.....	285
Gráfico 34 - Proporção de trabalho após aposentadoria.....	286
Gráfico 35 - Motivo (s) para parar de trabalhar.....	286
Gráfico 36 - Período de trabalho após a aposentadoria.....	287
Gráfico 37 - Dificuldade em parar de trabalhar.....	287
Gráfico 38 - Atividades realizadas pelos aposentados.....	288

Gráfico 39 - Participação em algum programa/política pública de apoio à agricultura familiar.....	290
Gráfico 40 - Programa/política pública que participou/participa.....	291
Gráfico 41 - Motivo para não mais participar do programa/política pública.....	291
Gráfico 42 - Motivo para nunca ter participado de nenhum programa/política pública de apoio à agricultura familiar.....	292
Gráfico 43 - Recebimento de serviços de assistência técnica.....	293
Gráfico 44 - Recebimento de serviços de assistência técnica por município.....	294
Gráfico 45 - Nível de satisfação com o apoio recebido com os serviços de assistência técnica.....	296

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Localização dos municípios de Guaporema, São Tomé, Tapejara e Tuneiras do Oeste no Noroeste do Paraná.	85
Mapa 2 - Divisão do Norte do Paraná segundo a geografia dos anos 50	86
Mapa 3 – Limites do município de Guaporema e área urbana.....	99
Mapa 4 – Limites do município de São Tomé e área urbana.....	103
Mapa 5 – Limites do município de Tapejara e área urbana.....	108
Mapa 6 – Limites do município de Tuneiras do Oeste e área urbana.....	115
Mapa 7- Locais de origem dos aposentados participantes da pesquisa.....	246
Mapa 8 - Origem dos aposentados participantes da pesquisa por estados.....	247
Mapa 9 - Deslocamentos intermunicipais e interestaduais de aposentados rurais nos municípios pesquisados.....	282

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Informantes entrevistados nos municípios.....	31
Quadro 2 - Total de aposentados Rurais Especiais por município e número de questionários aplicados.....	35
Quadro 3 - Municípios que compõe a Microrregião Geográfica de Cianorte e população residente total, rural e urbana em 2010.	89
Quadro 4 - Informações gerais sobre os municípios pesquisados.	94
Quadro 5 - Limite de renda bruta anual dos grupos beneficiários do Pronaf nos anos que alteraram.	134

Quadro 6 - Síntese da configuração atual do Pronaf na modalidade financiamento da produção, por grupos.	136
Quadro 7- Breve descrição das modalidades do PAA.	144
Quadro 8 - Atualização dos limites das modalidades do PAA de 2012 para 2014.....	149
Quadro 9- Produtos, recursos e quantidade de produtos por grupos entregues ao PAA no Brasil em 2014.....	150
Quadro 10 - <i>Déficit</i> Habitacional Rural no Brasil.....	172
Quadro 11 - Contratações do PNHR do 2º semestre de 2009 ao 2º semestre de 2013.....	172
Quadro 12 - Valor adicionado fiscal segundo os ramos de atividades – 2013 e 2014.....	177
Quadro 13 - Total de estabelecimentos agropecuários, área total em hectares, número de famílias de agricultores familiares e as principais produções agropecuárias na atualidade...177	177
Quadro 14 - Financiamentos do Pronaf nos municípios de Guaporema, São Tomé, Tapejara e Tuneiras do Oeste no ano de 2013.	180
Quadro 15 - Financiamentos do Pronaf nos municípios de Guaporema, São Tomé, Tapejara e Tuneiras do Oeste no ano de 2014.	180
Quadro 16 - Financiamentos do Pronaf nos municípios de Guaporema, São Tomé, Tapejara e Tuneiras do Oeste no ano de 2015.....	181
Quadro 17 - Financiamentos da agricultura e da pecuária (2014) nos municípios pesquisados.....	183
Quadro 18 - Implementação do PAA nos municípios pesquisados de 2011 a 2014.....	185
Quadro 19 - Repasses financeiros do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE para os municípios de Guaporema, São Tomé, Tapejara e Tuneiras dos Oeste nos anos de 2013, 2014 e 2015.....	186
Quadro 20 - Valores investidos na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar para o PNAE nos anos de 2012, 2013 e 2014.....	187
Quadro 21 - Principais resultados e desafios no PAA e PNAE nos municípios de Guaporema, São Tomé, Tapejara e Tuneiras do Oeste.	188
Quadro 22 - Opiniões dos participantes da pesquisa sobre o apoio necessário à agricultura familiar e os desafios da mesma na atualidade.....	298

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - População total, rural e urbana do Paraná e dos municípios de Guaporema, São Tomé, Tapejara e Tuneiras do Oeste nas décadas de 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010...91	91
Tabela 2 - Esperança de vida ao nascer e taxa de fecundidade nos municípios pesquisados (1991, 2000 e 2010).	95
Tabela 3 – Produção Agrícola Municipal de Guaporema (2015) e área ocupada com a pecuária e criação de outros animais (2006).....	102

Tabela 4 – Produção Agrícola Municipal de São Tomé (2015) e área ocupada com a pecuária e criação de outros animais (2006).....	107
Tabela 5 – Produção Agrícola Municipal de Tapejara (2015) e área ocupada com a pecuária e criação de outros animais (2006).....	113
Tabela 6 – Produção Agrícola Municipal de Tuneiras do Oeste (2015) e área ocupada com a pecuária e criação de outros animais (2006).....	119
Tabela 7 - Quantidade de Beneficiários da Previdência Rural.....	213
Tabela 8 - Crescimento da população brasileira de idosos da década de 1970 a 2009.....	230
Tabela 9 - Total pago em benefícios pelo INSS, no mês de Abril de 2014.....	262
Tabela 10 - Comparativo entre o Fundo de Participação dos municípios e o montante anual dos valores pagos em benefícios rurais especiais no ano de 2014.....	263

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AFE - Apoio à Formação de Estoque

AGF - Aquisição do Governo Federal

AS - Aquisição de sementes

ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural

BB - Banco do Brasil

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

BPC - Benefício de Prestação Continuada

CAE - Conselho de Alimentação Escolar

CAIs - Complexos Agroindustriais

CD - Compra Direta

CDLAF - Compra Direta Local da Agricultura Familiar

CDS - Compra com Doação Simultânea

CEBs - Comunidades Eclesiais de Base

CEDR - Conselhos Estaduais de Desenvolvimento Rural

CI - Compra Institucional

CMDR - Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural

CMNP - Companhia Melhoramentos Norte do Paraná

CNBB - Confederação Nacional dos Bispos do Brasil

CNSA - Companhia Nacional de Seguro Agrícola

COBAP - Confederação Brasileira dos Aposentados e pensionistas

COHAB - Companhia de Habitação

CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento

CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura

COTAL – Coopertiva de Açúcar e Álcool

CPR - Cédula do Produtor Rural

CPT - Comissão Pastoral da Terra

CREAI - Carteira de Crédito Agrícola e Industrial

CTNP - Companhia de Terras Norte do Paraná

CUT - Central Única dos Trabalhadores

DAP - Declaração de Aptidão ao Pronaf

DATER - Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural

DNTR/CUT - Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais da Central Única dos Trabalhadores

EGF - Empréstimo do Governo Federal
EJA - Educação de Jovens e Adultos
EMATER - Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FAO - Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
FESA - Fundo de Estabilidade do Seguro Agrário
FGTS - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
FHC - Fernando Henrique Cardoso
FMI - Fundo Monetário Internacional
FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FPM - Fundo de Participação do município
FUNAI - Fundação Nacional do Índio
FUNRURAL - Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural
GGPAA - Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBRA - Instituto Brasileiro de Reforma Agrária
IDH - Índice de Desenvolvimento Humano
INAMPS - Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INDA - Instituto Nacional de Desenvolvimento
INPS - Instituto Nacional de Previdência Social
INSS - Instituto Nacional de Seguridade Social
IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
IPDM - Índice IPARDES de Desempenho Municipal
IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LOAS - Lei Orgânica da Assistência Social
MAA - Ministério da Agricultura e do Abastecimento
MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS - Ministério do Desenvolvimento Social
MEC - Ministério da Educação
MF - Ministério da Fazenda
MP - medida provisória
MPA - Ministério da Pesca e Aquicultura
MPAS - Ministério da Previdência e Assistência Social

MPOG - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

OCADECTO - Organização Central das Associações de Desenvolvimento Comunitário de Tuneiras do Oeste

OMS - Organização Mundial de Saúde

ONG - Organização Não Governamental

PAA - Programa de Aquisição de Alimentos

PEC - Proposta de Emenda à Constituição

PENATER - Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

PGPAF - Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar

PGPM - Política de Garantia de Preços Mínimos

PIN - Programa de Integração Nacional

PMDR - Plano Municipal de Desenvolvimento Rural

PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNCF - Programa Nacional de Crédito Fundiário

PNHR - Programa Nacional de Habitação Rural

PNRA - Plano Nacional de Reforma Agrária

POLAMAZÔNIA - Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia

POLONORDESTE - Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste

PROAGRO - Programa de Garantia da Atividade Agropecuária

PROALCOOL - Programa Nacional do Alcool

PRONACAMPO - O Programa Nacional de Educação do Campo

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PRONATEC - Programa Nacional de acesso ao Ensino Técnico e Emprego

PRORURAL - Programa de Assistência ao Trabalhador Rural

PROTERRA - Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste

PROVALE - Programa Especial para o Vale do São Francisco

PROVAP - Programa de Valorização da Pequena Produção

PT - Partido dos Trabalhadores

SAF - Secretaria de Agricultura Familiar

SAN - Segurança Alimentar e Nutricional

SDR - Secretaria de Desenvolvimento Rural

SDT - Secretaria de Desenvolvimento Territorial

SEAF - Seguro da Agricultura Familiar

SENAR - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

SESAN - Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

SIBRATER - Sistema Brasileiro Descentralizado de Assistência Técnica e Extensão Rural

SINPAS - Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social

SNCR - Sistema Nacional de Crédito Rural

VBP - Valor Bruto de Produção

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	21
MÉTODO DE ANÁLISE E DE INVESTIGAÇÃO	27
1. A PROBLEMÁTICA AGRÁRIA, A AGRICULTURA FAMILIAR E O PLANEJAMENTO AGRÍCOLA NO BRASIL EM BUSCA DO DESENVOLVIMENTO LOCAL.....	40
1.1 CONCEITUANDO AGRICULTURA FAMILIAR E POLÍTICAS PÚBLICAS	40
1.2 A QUESTÃO AGRÁRIA BRASILEIRA E A LUTA PELA TERRA.....	54
1.3 O PLANEJAMENTO PARA O SETOR AGROPECUÁRIO NO BRASIL	65
1.4 O DESENVOLVIMENTO LOCAL, AS PEQUENAS CIDADES E AS RAÍZES CULTURAIS DOS HABITANTES	73
2. CONTEXTUALIZAÇÃO E RECORTE ESPACIAL DA ÁREA DE PESQUISA	84
2.1 OS MUNICÍPIOS DE GUAPOREMA, SÃO TOMÉ, TAPEJARA E TUNEIRAS DO OESTE NO CONTEXTO REGIONAL DO NOROESTE PARANAENSE	84
2.1.1 Localização geográfica e considerações sobre o histórico do município de Guaporema	98
2.1.2 Localização geográfica e considerações sobre o histórico do município de São Tomé	102
2.1.3 Localização geográfica e considerações sobre o histórico do município de Tapejara	107
2.1.4 Localização geográfica e considerações sobre o histórico do município de Tuneiras do Oeste.....	114
3. PRINCIPAIS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR A PARTIR DE 2003 E O IMPACTO NOS MUNICÍPIOS PESQUISADOS.....	121
3.1 A ÊNFASE DAS AÇÕES GOVERNAMENTAIS PARA A AGROPECUÁRIA BRASILEIRA NAS EXPORTAÇÕES E NO AGRONEGÓCIO.....	122
3.2 PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR (PRONAF).....	128
3.3 PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA)	141
3.4 PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE).....	156
3.5 POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL (PNATER)	162
3.6 PROGRAMA NACIONAL DE HABITAÇÃO RURAL (PNHR)	169

3.7 IMPACTOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR NOS MUNICÍPIOS DE GUAPOREMA, SÃO TOMÉ, TAPEJARA E TUNEIRAS DO OESTE.....	176
3.7.1 Ganhos e limitações das políticas públicas para a agricultura familiar	176
4. A APOSENTADORIA RURAL ESPECIAL E O ENVELHECIMENTO DA POPULAÇÃO: IMPACTO NOS MUNICÍPIOS PESQUISADOS.....	202
4.1 HISTÓRICO DA PREVIDÊNCIA RURAL NO BRASIL E ESPECIFICIDADES DA APOSENTADORIA RURAL ESPECIAL.....	202
4.2 IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS E REGIONAIS DA PREVIDÊNCIA RURAL	215
4.3 A APOSENTADORIA RURAL ESPECIAL COMO POLÍTICA PÚBLICA ..	219
4.4 O ENVELHECIMENTO DA POPULAÇÃO E A APOSENTADORIA (CRISE DO APOSENTADO)	226
4.4.1 O envelhecimento da população brasileira	226
4.4.2 O processo de envelhecimento humano, o trabalho e a aposentadoria .	231
4.5 DIAGNÓSTICO SOBRE OS IMPACTOS DA APOSENTADORIA RURAL ESPECIAL NOS MUNICÍPIOS DE GUAPOREMA, SÃO TOMÉ, TAPEJARA E TUNEIRAS DO OESTE	242
4.5.1 Perfil dos aposentados, condições de vida e impactos dos benefícios previdenciários para o desenvolvimento local	242
4.5.2 A mobilidade e a imobilidade geográfica dos aposentados rurais.....	267
4.5.3 O aposentado rural, o trabalho, o lazer e o acesso às políticas públicas	285
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	300
APÊNDICE A	323
APÊNDICE B.....	328
APÊNDICE C	333

INTRODUÇÃO

As análises do espaço geográfico no contexto atual apresentam grande complexidade, visto que o mundo globalizado leva a ocorrência de fenômenos transescalares que atingem os diferentes tempos/espaços vividos pelos grupos sociais. Dessa forma, pensar as transformações socioespaciais do meio rural brasileiro, requer dos geógrafos um trabalho minucioso, aprofundado teoricamente, mas também exige o trabalho empírico, a exploração de um rico campo de vivências e histórias dos agentes sociais que o produzem. Assim, concordamos com Marafon (2009, p.391):

O grande desafio para nós, profissionais de geografia, é o de investigar e contribuir com o debate sobre as transformações socioespaciais que estão ocorrendo no campo brasileiro. Nesse contexto, o trabalho de campo é fundamental para que possamos desvendar essa realidade.

De modo geral e no senso comum, quando não vivenciamos ou nos voltamos para as desigualdades e diversidades do rural brasileiro, tendemos a compreender que os avanços tecnológicos, os implementos, insumos e máquinas agrícolas, bem como o acesso facilitado a financiamentos e recursos, e as inúmeras políticas públicas existentes para a agricultura, sanaram as dificuldades e demandas dos produtores rurais. Todavia, é necessário promover reflexão crítica sobre as desigualdades aviltantes no acesso a esse conjunto de técnicas e ações, ou seja, no abismo profundo que separa os agricultores familiares e os empresários do agronegócio.

Assim deparamo-nos com realidades das mais diversas quando tratamos dos agricultores brasileiros, pois ao mesmo tempo em que há aqueles que ainda não possuem nem um pedaço de terra para produzir e que estão lutando para conquistá-lo, existem grandes latifundiários, verdadeiros empresários do setor, que se apropriam das mais avançadas tecnologias para a produção. Com isso, as condições de vida e de produção são proporcionalmente desiguais.

Frente a essas desigualdades propomos-nos a estudar a respeito de como as políticas públicas direcionadas ao grupo mais vulnerável do setor produtivo agrícola, ou seja, aos agricultores familiares, estão sendo aplicadas, geridas e avaliadas, e quais os resultados e limitações que os programas apresentam. Além desse enfoque, a partir da vivência com agricultores familiares aposentados, identificamos a valorização auferida à aposentadoria, a importância que esse recurso tem na dinâmica de vida dos beneficiários e de suas famílias e

no fortalecimento do comércio local das pequenas cidades¹. Dessa forma, acreditamos que o nexos entre a análise das políticas públicas e da aposentadoria rural está no fato de serem ações que contribuem para o desenvolvimento local, para a reprodução da agricultura familiar e para a manutenção da população nos municípios com pequenas cidades.

Em vista disso, nossa proposta de pesquisa surgiu da minha vivência e convivência com o cotidiano dos agricultores familiares, pois sendo filha de pequenos produtores, grande parte da minha família, e das pessoas do meu círculo de amizades desenvolvem a agricultura familiar, e vários são hoje aposentados rurais. Como geógrafa, esta vivência se apresentou a mim como uma problemática a ser investigada, como dúvidas e anseios a serem sanados. Trabalhar esse tema representa assim, entender mais sobre a dinâmica de trabalho e de vida de inúmeras pessoas estimadas, que fazem parte do meu círculo afetivo, levantando as dificuldades e perspectivas desses indivíduos, porém ampliando as análises e explicando conceitualmente os aspectos presentes.

Dessa maneira, o fato de fazer parte da realidade estudada ajudou-me a compreender melhor a dinâmica dos fatos, visto que tenho familiaridade com a mesma rotina dos sujeitos investigados, mas ao mesmo tempo, suscitou-me a necessidade de um olhar cuidadoso, investigativo, ou seja, a necessidade de criar certo distanciamento da posição de sujeito, tomando a postura de pesquisador. Sobre este aspecto, é importante refletir que “[...] por maior que seja o envolvimento do pesquisador com seu objeto de pesquisa, por mais criteriosos que sejam seus procedimentos de análise, as verdades produzidas, ainda assim, serão parciais” (MENDES; PESSÔA, 2009, p.525).

Ainda é salutar esclarecer que sou natural de Tuneiras do Oeste, e nessa condição, interessei-me, inicialmente, em realizar minhas pesquisas nesse município. Em 2007 defendi a Dissertação de Mestrado intitulada “Ciclo econômico e espaço transformado: os trabalhadores do café no Bairro Concórdia em Tuneiras do Oeste – PR”, também pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da UEM, e com a orientação do Prof. Drº. Márcio Mendes Rocha.

¹ Adotamos o conceito “pequenas cidades” tendo em vista a classificação oficial brasileira proposta pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em pequenas, médias e grandes cidades. Uma das questões principais ao tratar a respeito da classificação das cidades é a discussão sobre o que é cidade e quais os parâmetros conceituais para distingui-las. Essa classificação é diferente em diversos países, mas em geral os critérios adotados são: tamanho populacional, aspectos funcionais ou socioeconômicos. No Brasil se considera cidade toda sede municipal, independente do total da população. Há vários entendimentos a respeito da classificação das cidades, porém, sem maior nível de reflexão por não ser o foco da pesquisa, compreendemos como pequenas cidades no contexto regional da pesquisa, aquelas com menos de 20 mil habitantes cujas funções principais são o abastecimento de produtos e a oferta de serviços básicos à população local.

Além disso, a experiência adquirida com a participação no Núcleo de Estudo de Mobilidade e Mobilização - NEMO, da UEM, proporcionou-me amadurecimento para definir a temática a partir das linhas de pesquisa desenvolvidas pelo grupo, com enfoque na Região Noroeste paranaense.

Partindo dessas perspectivas foram selecionados quatro municípios da Região Noroeste do Paraná para realização desta pesquisa: Guaporema, São Tomé, Tapejara e Tuneiras do Oeste, visto que esses municípios apresentam um universo abundante de agricultores familiares e aposentados rurais, propiciando a análise proposta. Além disso, como já exposto, Tuneiras do Oeste foi escolhido pela vivência e vínculo afetivo. Tapejara por ser um município vizinho a Tuneiras do Oeste, com o qual as relações sociais e comerciais são intensas, sendo alguns espaços e pessoas também familiares a mim. Já Guaporema e São Tomé por estarem entre os municípios com menor número de habitantes da Microrregião Geográfica de Cianorte, pois compreendemos a importância de pesquisas que procurem investigar mecanismos que possam contribuir para dinamizar o desenvolvimento local nesses municípios. A definição de quatro municípios vincula-se à perspectiva de estabelecer um comparativo, evidenciando diferenças regionais e também similaridades.

O objetivo geral desta pesquisa foi identificar as principais políticas públicas voltadas à agricultura familiar no Brasil, a partir de 2003, investigando as que têm tido mais impactos nos municípios de Guaporema, São Tomé, Tapejara e Tuneiras do Oeste - PR, e avaliando a aposentadoria rural especial como política dinamizadora do desenvolvimento local nesses municípios.

Já os objetivos específicos consistiram em: 1) Apresentar as principais políticas públicas aplicadas à agricultura familiar no Brasil a partir de 2003, detectando as presentes nos municípios de: Guaporema, São Tomé, Tapejara e Tuneiras do Oeste – PR, e constatando os impactos para os agricultores familiares e para outros grupos e instituições locais; 2) Discutir o desenvolvimento local e as raízes culturais a partir da perspectiva de autonomização dos territórios, com o intuito de reverter o esvaziamento populacional nos municípios com pequenas cidades; 3) Investigar o perfil dos aposentados rurais, o acesso à aposentadoria e a relação entre o benefício previdenciário e a mobilidade/imobilidade deste grupo, bem como o alcance da aposentadoria rural na melhoria das condições de vida do idoso e seus familiares; 4) Pesquisar se a aposentadoria rural é capaz de promover movimentação e/ou desenvolvimento/crescimento do comércio local nos municípios pesquisados, e/ou dinamizar o desenvolvimento local.

A partir dos objetivos propostos levantamos os seguintes questionamentos para a pesquisa: 1) Há melhoria significativa das condições de vida e de produção dos agricultores familiares quando passam a receber as políticas públicas? 2) Como cada política impacta na dinâmica dos produtores familiares? 3) Quais políticas estão contribuindo para a permanência dos agricultores familiares na área rural e/ou no município de origem? 4) Quais políticas estão perdurando e quais vêm sendo transformadas diante da dinâmica produtiva e social dos agricultores familiares? 5) O alcance das políticas públicas é representativo para os agricultores locais? 6) Qual o perfil dos aposentados rurais nos municípios pesquisados? 7) Qual a relação entre a aposentadoria e a mobilidade/imobilidade dos idosos da área rural e de seus familiares? 8) A questão cultural é fator relevante para a permanência dos aposentados na área rural ou no município de origem? 9) Quais os impactos e os alcances da aposentadoria rural especial? 10) A aposentadoria rural especial vem sendo instrumento para a dinamização do comércio e do desenvolvimento local desses municípios?

Diante dessas questões, alicerçamos nossa pesquisa a partir de algumas problematizações basilares. Constatamos que o alcance das políticas públicas para a permanência dos produtores no campo, para a melhoria das condições de vida no meio rural e da produção, e para a busca do desenvolvimento local é distinto em diferentes contextos, e está relacionado com as prioridades estabelecidas pelos governos, com a participação popular nos mecanismos de avaliação e reorganização dos programas, à luz das especificidades de cada município e ainda do preparo técnico e perfil adequados dos gestores públicos locais.

No que se refere à aposentadoria rural, levantamos a tese de que se apresenta como mecanismo impactante no comércio dos municípios com pequenas cidades, contribuindo para a dinamização do desenvolvimento local, já que assume o *status* de política pública efetiva, que garante renda mínima mensal ao beneficiário, apesar do baixo poder aquisitivo do salário mínimo. Com isto, acreditamos que o alcance do benefício previdenciário rural extrapole a função da garantia de renda ao público idoso, gerando impactos de cunho econômico, pessoal e familiar.

Ainda presumimos que a aposentadoria rural, somada aos aspectos culturais do público dos agricultores familiares idosos, é fundamental para a estabilização da população nos municípios, em especial nos municípios periféricos², promovendo assim a imobilidade geográfica da maioria dos aposentados e estendendo este alcance a outros indivíduos.

Justificamos nossa pesquisa a partir da importância de estudar sobre as políticas públicas voltadas à agricultura familiar, uma vez que as ações governamentais no Brasil historicamente tenderam a beneficiar os latifundiários e à monocultura voltada à exportação, e que como se sabe, o campo brasileiro é composto, sobretudo pela produção familiar. Para Brose (1999, p.15), “[...] para fortalecer a agricultura familiar são necessárias políticas públicas correspondentes que possibilitem aos agricultores/ras familiares se inserirem ativamente nos espaços econômicos dos quais estiveram historicamente excluídos”.

Partindo desse pressuposto justificamos a pesquisa também, pela necessidade de se colocar em discussão a gestão das políticas públicas nos municípios pesquisados, para analisar a forma como estão sendo conduzidas e por quem, avaliando a participação e o atendimento das necessidades dos agricultores familiares. A partir dessa perspectiva acreditamos poder contribuir, a partir das considerações da pesquisa, para o planejamento dos gestores públicos levando em conta os resultados, as falhas detectadas e os anseios e necessidades dos agricultores.

Ainda a relevância do trabalho se dá pela contribuição no âmbito do levantamento e das reflexões das condições do agricultor familiar como categoria trabalhadora, especificando a condição dos agricultores aposentados. Ressaltamos que os temas vinculados à aposentadoria são na atualidade de extrema proeminência, visto que o Brasil passa por um período de intensos debates sobre a proposta de reforma previdenciária.

Além disso, quando tratamos a respeito dos aposentados rurais, suscitamos questões emergentes no contexto atual, como a transição demográfica brasileira, cujos idosos representam um percentual cada vez mais significativo da população, e não podemos deixar de abarcar as demandas que envolvem a valorização e o respeito aos idosos. Frente a isto, pesquisas e levantamentos que tratam destas temáticas são relevantes.

Outro ponto que avaliamos como importante na discussão da aposentadoria rural especial, é que seus impactos vêm sendo estudados e avaliados em áreas como a sociologia, a psicologia, a economia e o direito, mas constatamos uma lacuna de estudos a respeito desta

² Costa (2013) estabeleceu a noção de municípios periféricos a partir dos 399 municípios paranaenses considerando os critérios de esvaziamento populacional, subordinação territorial, dependência econômica e indicadores sociais críticos. Dentre os quatro municípios estudados, Guaporema e Tuneiras do Oeste são classificados como periféricos.

temática na ciência geográfica. Consequentemente, buscamos estabelecer uma análise que correlacione os impactos econômicos e psicossociais do benefício previdenciário ao público rural, com a busca pelo desenvolvimento territorial, no caso estudado, do impacto para municípios com pequenas cidades, especialmente os municípios periféricos, a partir de uma perspectiva crítica dialética. Frente a isto, sobre as análises geográficas concordamos com Almeida (2008, p.315):

Uma característica do estudo geográfico é ser ele uma representação do mundo, uma representação mental abstrata que adquire sentido próprio dentro do marco de uma ideologia e de uma problemática. A forma como os geógrafos convertem em discursos e imagens suas análises espaciais e das ações humanas corresponde à valoração de distintos pontos de vista, que são sempre restritivos, pois se referem à fenômenos vistos por um ângulo determinado. Ela é, pois, uma representação dos geógrafos.

Assim, sabemos que não é possível abranger todos os aspectos inerentes a realidade estudada, mas nos propomos a uma análise das transformações socioespaciais, ou seja, a um olhar geográfico sobre o tema. Para tanto organizamos a estrutura da tese em quatro capítulos visando apresentar os temas e avançar nas discussões teóricas e conceituais, contextualizar a área de estudo, avaliar os resultados de dados secundários e primários, bem como expor as análises realizadas.

No primeiro capítulo centramo-nos na apresentação e reflexão crítica de conceitos que se constituem em pilares fundamentais para a pesquisa proposta, ou seja, os conceitos de agricultura familiar, políticas públicas, desenvolvimento local, pequenas cidades e raízes culturais. Além disso, focamos na contextualização da problemática agrária brasileira, origem das questões que compõem as temáticas da geografia agrária no país. Também apresentamos uma análise sobre o planejamento para a agropecuária brasileira, pois têm relação direta com a proposição dos programas e políticas públicas.

No segundo capítulo apresentamos o recorte espacial da pesquisa e realizamos uma contextualização regional apresentando aspectos socioeconômicos, físicos e históricos da Microrregião Geográfica de Cianorte, na qual estão inseridos os municípios pesquisados. Ainda expomos a localização geográfica e aspectos históricos de cada um dos municípios.

No terceiro capítulo enfocamos as principais políticas públicas direcionadas à agricultura familiar no Brasil a partir de 2003. Iniciamos o capítulo destacando a ênfase das ações governamentais para a agropecuária brasileira nas exportações e no agronegócio, em seguida apresentamos cada uma das principais políticas públicas voltadas à agricultura familiar na atualidade, trazendo algumas análises e resultados de pesquisa sobre as mesmas. Fechamos o capítulo apresentando os impactos das políticas públicas para a agricultura

familiar nos municípios pesquisados, destacando os ganhos e limitações de cada uma a partir de dados estatísticos a respeito dos programas e permeando com informações e relatos dos gestores locais.

Já no quarto capítulo debruçamo-nos no tema aposentadoria rural especial, e inicialmente apresentamos um histórico sobre o benefício previdenciário rural e suas especificidades. Ainda tratamos dos impactos socioeconômicos e regionais da previdência rural e seu *status* de política pública. Como desdobramento importante da temática aposentadoria, abordamos a questão do envelhecimento da população brasileira, o processo de envelhecimento humano e a transição do trabalho para a aposentadoria. Por fim realizamos um diagnóstico sobre os impactos da aposentadoria rural nos municípios pesquisados, abordando o perfil dos aposentados, as condições de vida e a relação da aposentadoria com o desenvolvimento local. Também refletimos sobre o par dialético: mobilidade/imobilidade geográfica, no contexto dos aposentados rurais. Fechando o capítulo avaliamos a relação dos aposentados participantes da pesquisa com o trabalho, o lazer e o acesso às políticas públicas para a agricultura familiar.

Diante do exposto é importante salientar, como destacam Mendes e Pessoa (2009, p.533) que “a pesquisa surge a partir das inquietações e das visões pessoais de leitura e interpretação da realidade, e o resultado expressa uma forma de ler e interpretar a realidade objetiva pelo investigador mediado pelo método científico”. Isto posto, buscamos a partir da realidade vivida, de nossa visão e perspectivas, da formação acadêmica e teórica acumuladas, dos levantamentos de dados e trabalhos de campo realizados, da proposição do método e dos procedimentos metodológicos adotados, apresentar uma leitura fidedigna da realidade, com reflexões críticas, contribuições teóricas e conceituais, avançando a produção do conhecimento a respeito dos temas debatidos.

MÉTODO DE ANÁLISE E DE INVESTIGAÇÃO

A partir da premissa de construir reflexão crítica frente às ações do Estado para a agricultura familiar e destacar como tais ações podem e devem promover o desenvolvimento local, adotamos como método de análise o materialismo histórico dialético, a fim de entender as contradições inerentes ao sistema capitalista de produção e a divisão da sociedade em classes, que se refletem diretamente na realidade que se apresenta.

Objetivamos desta forma, entender a realidade como dinâmica, em movimento, contraditória e histórica, com o intuito de contribuir com a transformação desta realidade e da ordem social. A adoção deste posicionamento dar-se-á a partir do entendimento de que a ciência deve se vincular às necessidades sociais, aos problemas enfrentados pelos grupos menos privilegiados no contexto da lógica de desenvolvimento capitalista e devem ainda servir como subsídio às mudanças necessárias à ordem social. Como aponta Frigoto (1989), trata-se de um método que permite uma apreensão mais radical, que vai à raiz da realidade, unindo teoria e prática (*práxis*) na busca da transformação e da constituição de novas sínteses no campo do conhecimento e da realidade histórica.

Dessa perspectiva, Spósito (2004) expõe que o método dialético procede pela refutação de opiniões do senso comum, levando-as à contradição, para chegar então à verdade, fruto da razão, assim, tese, antítese e síntese são os três estágios do conhecimento. Nesse mesmo sentido, Lefêvre (1983) explica que é por meio da dialética que os pesquisadores confrontam as opiniões, os pontos de vista, os diferentes aspectos do problema, as oposições e contradições e tentam elevar-se a um ponto de vista mais amplo.

Assim sendo, salientamos que Spósito (2004) enfatiza que os trabalhos que utilizam este método são mais críticos da realidade por sua concretude e pelo fato de mostrarem as contradições existentes no objeto pesquisado. Desta forma, partimos desta perspectiva para o desenvolvimento da pesquisa.

Cabe explicar que concebemos como método de investigação os procedimentos, instrumentos e técnicas adotadas para a operacionalização da pesquisa. Diante desse entendimento, utilizamos a perspectiva Quali/Quantitativa, ou seja, propomos-nos à análise de dados qualitativos e quantitativos, pois entendemos que são essenciais e complementares para o entendimento da realidade.

Procedemos assim, à revisão bibliográfica seletiva dos principais autores que tratam dos assuntos abordados, os quais foram analisados criticamente. A partir desse exercício buscamos organizar as categorias de análise, expor os conceitos basilares, avançar noções e entendimentos sobre a temática, fortalecendo e sustentando a discussão teórico-metodológica.

Na interpretação de Marconi e Lakatos (2007, p. 184), “a pesquisa bibliográfica ou de fontes secundárias, abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo [...]”. Porém, a revisão da bibliografia não é mera repetição do que já foi dito e escrito sobre o assunto, mas possibilita examinar um tema sobre um novo enfoque ou abordagem, chegando a novas conclusões.

Além disso, houve também o levantamento de informações em fontes secundárias e dados estatísticos junto a órgãos como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), Prefeituras Municipais, Escritórios do Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), Planos-safra, Banco Central do Brasil, Caixa Econômica Federal, Anuário Estatístico do Crédito Rural, Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)³, Ministério da Educação (MEC), entre outras instituições, com o objetivo de elucidar as análises realizadas.

Já para a obtenção dos dados primários, um procedimento que adotamos foi a aplicação das entrevistas semi-estruturadas. De acordo com Gil (1990), a entrevista se constitui em uma conversa, conduzida pelo entrevistador, cujo objetivo é obter informações referentes a um tema de pesquisa, possibilitando ampliar e aprofundar os conhecimentos, a partir da comunicação entre o pesquisador e o informante. Sendo assim, observou-se em Gil (2007) que as entrevistas são utilizadas intensamente na pesquisa social, pois possibilitam obter dados referentes a variados aspectos da vida social e dados detalhados sobre o comportamento humano, sendo essas informações suscetíveis de classificação e de quantificação.

As entrevistas semi-estruturadas caracterizam-se por questionamentos básicos, apoiados em teorias e problemáticas relacionados ao objeto de pesquisa. A ênfase por este procedimento deve ser dada pelo entrevistador que pode ou não seguir um roteiro, e a principal vantagem, é favorecer a descrição, explicação e compreensão dos fenômenos sociais em sua totalidade. Além disso, este tipo de entrevista possibilita certa flexibilidade ao entrevistado para discorrer sobre temas variados vinculados ao objeto pesquisado, podendo expressar suas opiniões e percepções a respeito do tema (TRIVIÑOS, 1987).

³ No mesmo dia em que tomou posse como presidente interino do país, 12.05.2016, o senhor Michel Temer “publicou a Medida Provisória 726 (MP 726) que extinguiu o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), ao mesmo tempo em que se fundem as atividades do antigo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) com as atividades agrárias na nova estrutura institucional denominada de Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA)”. [...] “Todavia, em função de divergências políticas entre as diversas forças que compõem o governo interino, essa estrutura sequer chegou a funcionar no âmbito do MDSA. Assim, no dia 27 de maio de 2016 foi divulgado o Decreto nº 8.780 que transfere toda a antiga estrutura do MDA para a Casa Civil, a qual passou a concentrar todas as competências sobre a reforma agrária, sobre a promoção ‘do desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares’, e sobre a delimitação das terras dos remanescentes das comunidades de quilombos e determinação de suas demarcações” (MATTEI, 2016, p.9). Tais medidas se apresentam como um retrocesso, tendo em vista as conquistas obtidas a favor da agricultura familiar por meio do MDA e suas estruturas institucionais e autarquias.

As entrevistas se pautaram nos assuntos tratados e foram produzidos roteiros com as questões principais (apêndice A). Essas questões foram complementadas pelo entrevistador diante das circunstâncias e relatos apresentados no momento da entrevista. Desta forma, as informações foram fornecidas de maneira livre, sem respostas pré-estabelecidas de forma padrão. A aplicação de entrevistas foi utilizada em especial, com representantes públicos e/ou gestores municipais das políticas públicas voltadas à agricultura familiar, bem como colonizadores dos municípios (quadro 1).

As entrevistas foram gravadas em aparelho digital e as informações apresentadas e analisadas ao longo do texto da tese. Utilizamos em alguns momentos a transcrição na íntegra das falas dos entrevistados, a fim de destacar pontos que consideramos fundamentais e elucidativos, em outros momentos fizemos a transcrição indireta, para sintetizar algumas informações.

Recorremos, então, à compreensão de alguns procedimentos da história oral para levantamento de informações primárias. Segundo Meihy e Holanda (2011), um dos autores modernos desta técnica, a história oral utiliza de diálogos gravados para registrar as percepções da vida social, constituindo-as em fontes e documentos considerados desde sua origem. Assim, a entrevista em história oral é um procedimento específico que exige planejamento por meio da elaboração de um projeto. Então, Meihy e Ribeiro (2011, p.12) esclarecem que “entende-se, pois, entrevista em história oral como: encontros planejados, gravados por diferentes mídias, decorrentes de projetos, exercitando de maneira dialógica, ou seja, com perguntas/estímulos e respostas”.

Sobre esta questão, cabe ainda esclarecer que a entrevista realizada em história oral manifesta a documentação oral, ou seja, as informações e relatos provenientes da linguagem verbal expressa com este objetivo. A documentação oral torna-se fonte oral quando são realizadas gravações eletrônicas com o propósito de registro. A história oral faz parte do conjunto das fontes orais, cuja manifestação mais usual é a entrevista (MEIHY; HOLANDA, 2011). Sendo assim, mais do que dados informativos, buscamos com as entrevistas compreender situações-problemas da pesquisa, levantando a partir das fontes orais versões ainda não conhecidas de situações, fatos e visões de mundo⁴. Além das entrevistas realizamos visitas *in loco* e observações empíricas nos quatro municípios pesquisados.

⁴ Para aprofundamento sobre história oral buscar em Meihy e Holanda (2011) e Meihy e Ribeiro (2011).

Quadro 1 – Informantes entrevistados nos municípios

Município	Pessoas entrevistadas Cargo/Função	Local/Data	Temas principais abordados
Guaporema	Suzana Costa – Assistente Social	Centro de Referência a Assistência Social – CRAS, 20/05/2014	- Gestão municipal e alcances das Políticas Públicas;
	Xaira Regina David - Auxiliar administrativa, Coordenadora do PAA.	20/05/2014	- PAA
	Luiz Carlos Fernandes Mian - Vice-prefeito.	Prefeitura Municipal de Guaporema, 20/05/2014	- Conjuntura econômica municipal; - Gestão municipal e alcances das Políticas Públicas; - Pronaf; - PNRH - Assistência Técnica e Extensão Rural;
	Nei Ribeiro – Engenheiro Civil, Chefe de Gabinete do Prefeito.	Prefeitura Municipal de Guaporema, 20/05/2014	- Conjuntura econômica municipal; - Gestão municipal e alcances das Políticas Públicas; - Pronaf; - PNRH - Assistência Técnica e Extensão Rural;
	Tatiane Gracieli Caetano Campos – Pedagoga, Secretária de Educação, Cultura e Esporte	Secretaria de Educação – Colégio Estadual, 28/10/2015	- PNAE - PAA
	Irene Barranco Gimenes – Diretora do Centro de Educação Infantil Pequeno Príncipe	Secretaria de Educação – Colégio Estadual, 28/10/2015	- PNAE - PAA
	Sandra Regina Mian Martins – Diretora da Escola Municipal Monteiro Lobato	Secretaria de Educação – Colégio Estadual, 28/10/2015	- PNAE - PAA
São Tomé	Renato Aparecido da Rocha - Chefe da Divisão de Meio Ambiente (naquela data)	Divisão de Meio Ambiente, 20/05/2014	- Conjuntura econômica municipal; - Gestão municipal e alcances das Políticas Públicas;
	Rozélio Pothin - Técnico Agrícola da Emater	Divisão de Meio Ambiente, 20/05/2014 e 02/09/2015.	- Produção Agropecuária municipal; - Gestão municipal e alcances das Políticas Públicas; - Pronaf; - PNRH - Assistência Técnica e Extensão Rural;
	França M. Bezerra – Técnico Agrícola municipal.	Divisão de Meio Ambiente, 02/09/2015.	- Produção Agropecuária municipal; - Gestão municipal e alcances das Políticas Públicas; - Pronaf; - PNRH - Assistência Técnica e Extensão Rural;
	Estela Machado Luizetto – Nutricionista, responsável pelo PNAE	Secretaria de Educação, 02/09/2015	- PNAE

	Selfa Barbosa Vilela - Assistente Social, responsável pelo PAA	Departamento de Assistência Social, 02/09/2015	- PAA
	Ramon Hernandes Achetti – Ex-prefeito municipal de São Tomé e colonizador	Residência do Sr. Ramon, no município de São Tomé, 02/09/2015	- Histórico da colonização do município de São Tomé; - Conjuntura econômica atual do município;
	Márcio José Serenini – Professor e Presidente do Sindicato Rural de São Tomé.	Sindicato Rural de São Tomé, 02/09/2015	- Atuação do sindicato rural nos processos de aposentadoria rural;
Tapejara	Rogério Fernandes Barbosa – Técnico da Emater	Escritório da Emater, 04/06/2014	- Produção Agropecuária municipal; - Gestão municipal e alcances das Políticas Públicas; - Pronaf; - PNHR - Assistência Técnica e Extensão Rural;
	Olinda de Jesus Barradas. Religiosa, Diretora da Associação Assistencial e Promocional Nossa Senhora Pastora. Pastoral do Menor – vinculada à Igreja Católica. Coordenadora do PAA	Pastoral do Menor de Tapejara, 04/06/2014	- PAA
	Carla Faxina – Vice-coordenadora do PAA	Pastoral do Menor de Tapejara, 04/06/2014	- PAA
	Cristiane de fátima Francischine Cabral – Nutricionista, responsável pelo PNAE	Secretaria de Educação, 27/10/2015	- PNAE - PAA
	Volnei Lopes da Silva – Diretor da Divisão de Cultura do município e colonizador	Secretaria de Cultura de Tapejara, 23/06/2015	- Histórico da colonização do município de Tapejara; - Conjuntura econômica atual do município;
	Noé Caldeira Brant – Prefeito de Tapejara e colonizador	Prefeitura Municipal de Tapejara, 23/06/2015	- Histórico da colonização do município de Tapejara; - Conjuntura econômica atual do município;
Tuneiras do Oeste	Marcos Ferreira Batista - Técnico Agrícola da Emater	Escritório da Emater, 27/05/2014	- Produção Agropecuária municipal; - Gestão municipal e alcances das Políticas Públicas; - Pronaf; - PNHR; - Assistência Técnica e Extensão Rural;
	Valdir de Andrade - Secretário da Agricultura no município.	Escritório da Emater, 27/05/2014	- Produção Agropecuária municipal; - Gestão municipal e alcances das Políticas Públicas; - Pronaf; - PNHR - Assistência Técnica e Extensão

			Rural;
	Maria da Conceição Santos – Coordenadora do PAA	Organização Central Das Associações de Desenvolvimento Comunitário de Tuneiras do Oeste - OCADECTO, 09/09/2015	- PAA - Gestão municipal e alcances das Políticas Públicas;
	Sílvia Edith Pedrozo Amarilla – Nutricionista, responsável pelo PNAE	Secretaria de Educação, 27/10/2015	- PNAE - PAA
Cianorte	Joceane Hilmann Rohling – Chefe do Setor de benefícios da Agência do INSS de Cianorte	Agência do INSS de Cianorte, 28/10/2015	- Aposentadoria rural

Fonte: Pesquisa de campo (2014, 2015)

A aplicação de questionários foi outra técnica utilizada para a coleta dos dados primários. De acordo com Gil (2007, p. 128) “pode-se definir questionário como a técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas etc”.

Optamos por essa técnica da aplicação de questionários junto aos aposentados rurais, visto que “possibilita atingir grande número de pessoas, mesmo que estejam dispersas numa área geográfica muito extensa” (GIL, 2007, p. 128). Os questionários mostraram-se mais adequados por serem mais objetivos e possibilitarem levantar rapidamente um número abrangente de informações, com um número representativo do público-alvo da pesquisa.

Na maioria das vezes, os questionários são propostos por escrito aos respondentes, ou seja, são auto-aplicados. Porém em alguns casos as questões são formuladas oralmente pelo pesquisador, sendo designados assim como questionários aplicados com entrevista e/ou formulários (GIL, 2007). Optamos pela aplicação dos questionários com entrevistas (figura 1), tendo em vista que o grupo participante da pesquisa é composto por aposentados e pensionistas (idosos), geralmente com baixa e/ou sem escolaridade, o que em muitos casos inviabilizaria a auto-aplicação.

Figura 1 – Aplicação de alguns questionários aos aposentados rurais e assinatura da ficha de autorização do uso das informações e imagens



Acervo da autora (2016)

Assim sendo, partimos para a definição do universo de pesquisa, que de acordo com Gil (2007, p. 99) se constitui no “conjunto dos elementos que possuem determinadas características”, no caso, o número total de aposentados rurais especiais por município. Este universo foi estabelecido de acordo com os dados fornecidos pelo INSS, Agência de Cianorte, tendo como referência o mês de Abril de 2014 (quadro 2).

Com o universo estabelecido, definimos a amostra, que se constitui no “subconjunto do universo ou da população, por meio do qual se estabelecem ou se estimam as características desse universo ou população” (GIL, 2007, p. 100). Desta forma, a partir do total de aposentados rurais especiais e pensionistas nos municípios, estipulamos a amostra em 6%.

Quadro 2 – Total de aposentados Rurais Especiais por município e número de questionários aplicados

MUNICÍPIOS	QUANTIDADE DE BENEFÍCIOS (UNIVERSO)	NÚMERO DE QUESTIONÁRIOS POR MUNICÍPIO (AMOSTRA 6%)
Guaporema	163	10
São Tomé	323	19
Tapejara	619	37
Tuneiras do Oeste	796	48
Total	1.901	114

Fonte: INSS, Agência de Cianorte. Referência: Abril de 2014. Organizado pela autora.

Optamos pela definição de uma amostragem não-probabilística, ou seja, não baseada no rigor estatístico, devido às particularidades da pesquisa. Definimos assim a amostragem por tipicidade, que consiste em selecionar um subgrupo do universo considerado representativo, com base nas informações e conhecimentos prévios sobre o grupo (GIL, 2007).

Considerando que os aposentados rurais, em especial os que residem em municípios com pequenas cidades se constituem em um grupo bastante homogêneo, com características e histórias de vida similares, avaliamos que os resultados obtidos não seriam significativamente divergentes se definíssemos a amostra probabilística. Sobre essa questão, vale considerar que “[...] geralmente, a repetição de informações obtidas pelo levantamento de dados e a ausência do surgimento de novas questões no decorrer da aplicação dos roteiros dão indícios da confirmação das informações necessárias para se proceder à análise” (MENDES; PESSÔA, 2009, p. 524).

Outros fatores determinantes para definição do tipo de amostragem foram: tempo disponível reduzido, custos elevados, e dificuldade de realização dos trabalhos de campo. Como exposto anteriormente, os questionários foram aplicados complementados com entrevista, deste modo, foi necessária a presença do pesquisador na distribuição dos formulários. Além disso, o questionário elaborado (apêndice B), para que atendesse aos objetivos da pesquisa, ficou extenso, com um total de 64 questões, sendo várias abertas e de cunho qualitativo, durando em média uma hora para aplicação de cada questionário, e demandando um trabalho intenso e demorado para tabulação dos dados obtidos.

Além do mais, o recorte espacial da pesquisa foi amplo, e procuramos contemplar todo o território municipal, assim os trabalhos de campo tornaram-se custosos e exaustivos. Diante das circunstâncias, avaliando as já citadas especificidades da pesquisa, entendemos que a amostra por tipicidade se mostrou a mais adequada, e o percentual definido se mostrou representativo para compreender os aspectos investigados.

Os trabalhos de campo para aplicação de questionários foram realizados no município de Guaporema nos dias 25 e 26 de Junho de 2015; no município de São Tomé nos dias 11 e 12 de Agosto e 01 e 02 de Setembro de 2015; no município de Tapejara nos dias 30 de Junho, 11 e 14 de Julho de 2016; no município de Tuneiras do Oeste nos dias 28 e 29 de Maio, 4, 14 e 15 de Junho de 2016. A figura 2 apresenta alguns momentos dos trabalhos de campo realizados e agentes sociais da pesquisa.

Cabe salientar que no trabalho a campo, buscamos distribuir a aplicação dos questionários de forma equitativa entre aposentados rurais especiais que residem na área rural e na área urbana. Adotamos este procedimento a fim de compreender a mobilidade deste grupo dentro do próprio município e os desdobramentos desta dinâmica.

Figura 2 – Alguns aposentados participantes da pesquisa durante a realização dos trabalhos de campo



Acervo da autora (2015/2016)

Além disso, procuramos aplicar os questionários inserindo as comunidades rurais, distritos e bairros das cidades em cada município, a fim de compreender as possíveis heterogeneidades presentes nas áreas de estudos desta tese. Ainda, procedemos de forma que não abordássemos beneficiários que vivem na mesma residência (cônjuges, irmãos, agregados), com intuito de abranger o máximo possível de realidades de vida. Por fim, buscamos, dentro do possível, diversificar a aplicação dos questionários por gênero, com a finalidade de abranger diferenças de percepção de homens e mulheres sobre a aposentadoria, o trabalho e outras temáticas. Sobre a prática dos trabalhos de campo Melo e Soares (2009, p. 418) explicam:

O conhecimento da realidade espacial requer um contato, uma aproximação entre pesquisador e objeto, bem como o exercício do ato de “campear”, ou seja, de procurar os elementos, as formas, as estruturas e os processos que marcam a organização e produção do espaço geográfico. Essa atividade propicia tanto o levantamento de dados quantitativos, como a elaboração de avaliações qualitativas que se aproximem, o máximo possível, da realidade existente, e/ou, que tornem apreensível o objeto, pelos sujeitos. Viabiliza também a exteriorização sistemática das percepções das pessoas envolvidas do processo da pesquisa.

Nos municípios, procuramos incorporar pessoas de referências, que tivessem conhecimento do território municipal e dos agentes sociais pesquisados e que pudessem nos acompanhar às residências dos aposentados para que fossem aplicados os questionários. Com isso obtivemos acessibilidade e não ocorreram grandes dificuldades no preenchimento dos questionários. No entanto, é importante salientar que tivemos que lidar com a desconfiança de alguns aposentados, com o receio de perder o benefício social, e em alguns casos, com a recusa em fornecer informações, mas não inviabilizando a pesquisa.

É importante ainda explicar que o questionário utilizado foi elaborado com o *software Sphinx Plus Lexica*⁵, bem como os resultados obtidos foram tabulados com este *software*. A partir da tabulação dos dados realizamos as análises, com base nos objetivos propostos, na discussão teórica e na realidade verificada nos municípios pesquisados. Para Marconi e Lakatos (2007, p. 170) “na análise, o pesquisador entra em maiores detalhes sobre os dados decorrentes do trabalho estatístico, a fim de conseguir respostas às suas indagações, e procura estabelecer as relações necessárias entre os dados obtidos e as hipóteses formuladas”.

Como técnica de análise, utilizamos do auxílio das fotografias, pois como aponta Justiniano (2011, p. 432) “a fotografia é uma atividade de registro e documentação para

⁵ Se constitui em uma ferramenta para análise de dados quantitativos e qualitativos. Funciona basicamente em três estágios: elaboração do questionário ou instrumento de pesquisa, coleta das respostas e análise dos dados.

situações de trabalho em campo e no laboratório [...] além de fonte de informações, a fotografia também é um instrumento de estudo”. Contudo, ressalta Boni (2015, p. 15) que “na academia, a fotografia, que antes era estudada apenas como formadora de imaginários, hoje é cada vez mais aceita como fonte de pesquisa [...]”.

Neste sentido as fotografias foram utilizadas para enriquecer o entendimento das realidades locais e para tornar a pesquisa mais abrangente, à medida que permitem visualizar a realidade pesquisada. No entanto, cabe esclarecer que não nos debruçamos com afinco sobre esta técnica, por não ser o objetivo principal de investigação nesta tese.

Capítulo I

A PROBLEMÁTICA AGRÁRIA, A AGRICULTURA FAMILIAR E O PLANEJAMENTO AGRÍCOLA NO BRASIL EM BUSCA DO DESENVOLVIMENTO LOCAL

Jeitão de Caipira (Lú e Léu)

*Vou voltar pra minha terra na vidinha de caboclo
Vou trabalhar no roçado nem que for pra arranca toco
O barulho da cidade está me deixando louco
A coisa aqui já está de arranca pica-pau do oco
Vou viver lá onde é bom, na vendinha do seu João
A gente dá quinhentão, ele ainda volta troco*

*Aqui não tem diversão, muitas coisas me atormenta
A gente não vê o céu nesta cidade cinzenta
Fumaça das chaminés, já não tem tatu que aguenta
Não vejo a lua nascer e nem o sol quando entra
Meu sacrifício é tamanho, muito pouco aqui eu ganho
Meus vizinhos são estranhos, passa e não me cumprimenta*

*Pau podre não dá cavaco, mas pra cortar é macio
Eu vivo aqui na cidade batendo em ferro frio
Só tenho a cabeça quente e o bolso sempre vazio
Por isso é que eu vou embora, meu coração decidiu
Vou me embrenhar nas quiçaca, vou viver de pesca e caça
Morar num rancho de graça naquelas beiras de rio*

*No ranchinho de sapé, amarrado com embira
Pode falar quem quiser mas de lá ninguém me tira
Deixo a minha rede armada, também sou firme na mira
Vejo a lua e as estrelas depois que o sol se retira
E lá naquele lugar, sinto Deus me visitar
Dinheiro não vai comprar, o meu jeitão de caipira*

Composição: Tião do Carro / Eduardinho

1. A PROBLEMÁTICA AGRÁRIA, A AGRICULTURA FAMILIAR E O PLANEJAMENTO AGRÍCOLA NO BRASIL EM BUSCA DO DESENVOLVIMENTO LOCAL

Neste capítulo apresentamos algumas discussões teóricas e categorias de análise que dão base e sustentação para a pesquisa. Assim, apresentamos reflexões sobre os conceitos de agricultura familiar e políticas públicas, revisão teórica a respeito da questão agrária brasileira e a influência deste processo nas ações governamentais e planejamento agrícola, desencadeados especialmente no século XX. Consideramos esta abordagem necessária tendo em vista os rebatimentos nas políticas públicas atuais para a agricultura familiar.

Introduzimos ainda neste capítulo a discussão conceitual sobre desenvolvimento local, pequenas cidades, raízes culturais e a importância da aposentadoria rural especial neste processo.

1.1 CONCEITUANDO AGRICULTURA FAMILIAR E POLÍTICAS PÚBLICAS

A agricultura familiar pode ser compreendida como a atividade agropecuária desenvolvida em sua maior parte, pelos membros da família, nas unidades rurais com até 4 módulos fiscais⁶, ou seja, é desenvolvida em minifúndios (área inferior a 1 módulo fiscal) e pequenas propriedades (entre 1 a 4 módulos fiscais). Além disso, caracteriza-se pela maior parte da renda familiar proveniente das atividades agropecuárias desenvolvidas na propriedade rural.

Na definição da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO)⁷ a agricultura familiar é explicada por três características centrais: a) gestão da unidade por pessoas que mantêm laços de parentesco e casamento; b) maior parte do trabalho realizada por membros da família; c) os meios de produção pertencentes à família (embora nem sempre a terra) (FAO/INCRA, 2004).

A FAO ainda estratifica a agricultura familiar em três categorias básicas, considerando sobretudo a renda: a) familiar consolidada, integrada ao mercado; b) familiar de transição; c) familiar de subsistência ou periférica (FAO/INCRA, 2004). Para Brose (1999, p.38) essas

⁶ Unidade de medida de área (expressa em hectares) fixada diferentemente para cada município, uma vez que leva em conta as particularidades locais como relevo, solo, tipo de produção desenvolvida. Caracteriza-se como a área mínima necessária a uma propriedade rural para que sua exploração seja economicamente viável.

⁷ Food and Agriculture Organization

categorias “exigem tratamentos diferentes e específicos por parte das políticas públicas”. Ou seja, a classe dos agricultores familiares engloba grupos diferenciados.

Lamarche (1993, p.15) também define a exploração familiar enfocando a interdependência entre os fatores propriedade, trabalho e família. “A exploração familiar, tal como a concebemos, corresponde a uma unidade de produção agrícola onde propriedade e trabalho estão intimamente ligados à família”. O autor acrescenta que tal relação inclui as noções de transmissão do patrimônio e a reprodução da exploração.

Lamarche (1993, p. 18) compreende que o termo exploração familiar abrange situações variadas que se diferem pela “capacidade de se apropriar dos meios de produção e desenvolvê-los”. O autor explica as diferenças pelo grau de interação na economia de mercado, pois considera que tal interação relaciona-se com uma determinada relação com a sociedade de consumo, com o modo de vida e de representação.

Nesta publicação de Lamarche (1993) se estabelece um estudo comparativo da agricultura familiar em cinco países com sistemas econômicos diferenciados: Canadá e França (sociedades capitalistas avançadas); Brasil (sociedade capitalista dependente); Polônia (sociedade coletivizada); Tunísia (sociedade em via de desenvolvimento), sendo evidenciadas as diferentes conjunturas em que a produção familiar se desenvolve, no entanto em todos os países há uma lógica voltada a assegurar e garantir a reprodução do núcleo familiar.

Assim, evidencia-se que mesmo em diferentes circunstâncias econômicas e espaciais constatou-se uma conjunção de forças no grupo familiar na busca por manter-se na atividade agrícola familiar e reproduzir-se como produtores agrícolas, o que no contexto atual torna-se um desafio, devido à pressão exercida pela inserção das relações capitalistas no campo. Uma das dificuldades principais é delimitar seu próprio espaço social e criar uma identidade de reconhecimento como categoria trabalhadora indispensável.

No Brasil, o termo agricultura familiar se consolidou e passou a fazer parte da pauta governamental, sobretudo na década de 1990 com a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), e de acordo com Gomes (2012), com a criação em 1999 pelo Governo de Fernando Henrique Cardoso, do documento “Agricultura Familiar, Reforma Agrária e Desenvolvimento Local para um Novo Mundo Rural: política de desenvolvimento rural com base na expansão da agricultura familiar e sua inserção no mercado” popularizado como “Novo Mundo Rural”.

Schneider (2003) também aponta a criação do Pronaf como um marco importante na consolidação do uso do conceito agricultura familiar e destaca outro fator para a consolidação do termo:

[...] a incorporação e a afirmação da noção de agricultura familiar mostrou-se capaz de oferecer guarida a um conjunto de categorias sociais, como, por exemplo, assentados, arrendatários, parceiros, integrados às agroindústrias, entre outros, que não mais podiam ser confortavelmente identificados com as noções de pequenos produtores ou, simplesmente, de trabalhadores rurais (SCHNEIDER, 2003, p.100).

Alfatin (2003) corrobora com o entendimento de Schneider e aponta que o termo se consolidou e é utilizado como um guarda chuva conceitual, que abriga grande número de situações, em contraposição à agricultura patronal. Nesta tese adotaremos este conceito compreendendo como agricultores familiares os variados grupos de pequenos produtores, considerando como critério principal a predominância do trabalho pelo núcleo familiar em minifúndios e pequenas propriedades rurais.

Verificamos que o conceito agricultura familiar é utilizado nos levantamentos oficiais brasileiros, por exemplo, pelo IBGE e para a definição do segurado especial rural da previdência social em regime de *economia familiar*, que se constitui em um dos principais objetos de investigação desta tese. Diante do crescente uso deste conceito, em 2006 foi criada a Lei Federal nº 11.326, de 24 de julho, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais:

Art. 3º Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

- I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;
- II - utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
- III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;
- IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

Diante da ampliada adoção do conceito “agricultura familiar”, diversos autores como Alentejano (2000), Fernandes (2002, 2004), Ramos Filho (2008), Bombardi (2003) o apontam como uma contraposição ao conceito de campesinato e compreendem a consolidação deste conceito como uma forma de inserção do camponês ao mercado capitalista.

Assim, é importante apresentarmos algumas premissas principais da teoria camponesa, pautando-nos, especialmente em Alexander Chayanov, Henri Mendras e Teodor Shanin. Carvalho (2014) explica que Chayanov foi um importante pensador nascido em Moscou, Rússia, em 17/01/1888 e que faleceu na União Soviética – Cazaquistão – em 03/10/1937. Fez parte do setor de planejamento da agricultura da Academia de Ciências durante o Regime

Soviético⁸. Neste período, Stalin queria criar grandes unidades agrícolas coletivas. Apesar de participar do processo de criação dessas unidades, Chayanov acreditava que a manutenção das formas tradicionais de cooperação e a valorização do trabalho familiar seria a forma mais justa para a distribuição dos produtos agrícolas.

Chayanov elaborou várias teorias para o entendimento do campesinato, muitas dessas teorias são consideradas pertinentes até o período atual. Para o referido autor “[...] a atividade econômica humana é dominada pela exigência de satisfazer as necessidades de cada unidade de produção, que é ao mesmo tempo uma unidade de consumo” (CHAYANOV, 1981, p.136). Assim, para Chayanov, o produtor familiar é um proprietário que trabalha, ou seja, emprega suas forças física e mental na realização dos trabalhos, portanto difere do capitalista que se beneficia do esforço de outros. Chayanov destaca que na unidade familiar há um coletivismo na organização e divisão das atividades, pois os componentes da família: homens, mulheres e crianças se ajudam e se adaptam às necessidades e condições de trabalho.

Assim, na unidade produtiva familiar é impossível distinguir o rendimento que foi gerado pelo trabalho, pelo investimento do capital ou pela renda da terra. Esta dinâmica foi explicada pela teoria do “balanço entre trabalho e consumo”, na qual se defende que a produção camponesa é ampliada ou contraída de acordo com o número de consumidores e de trabalhadores, ou seja, o esforço que se despende para a realização do trabalho e a satisfação das necessidades familiares (CHAYANOV, 1974)⁹.

Complementando a compreensão sobre o campesinato, Henri Mendras, sociólogo francês, nascido em 1927 e que faleceu em 05/11/2003, identifica cinco traços característicos das sociedades camponesas: 1) uma relativa autonomia face à sociedade global; 2) a importância estrutural dos grupos domésticos; 3) um sistema econômico de autarquia relativa; 4) uma sociedade de interconhecimentos; 5) a função decisiva dos mediadores entre a sociedade local e a sociedade global (MENDRAS,1976).

Já Shanin, que nasceu em 1930 na República da Polônia, mas foi criado na União Soviética, é um reverenciado pesquisador na atualidade, nos estudos sobre o campesinato no modo capitalista de produção. O referido autor, ao analisar o campesinato em países que estão em desenvolvimento, traz uma releitura das análises clássicas, a partir de uma visão multilinear.

⁸ Foi um regime totalitário de governo liderado por Josef Stálin, líder da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), entre 1924 e 1953.

⁹ Para mais informações sobre as teorias de Alexander Chayanov, ver Chayanov (1974, 1981), disponível nas referências desta tese.

Shanin defende a ideia de que o campesinato é um “modo de vida”, que não é organizado pelas necessidades do mercado, como ocorre com a unidade capitalista. Desta forma, há uma natureza específica da unidade de produção camponesa, que se faz presente em todas as comunidades camponesas do mundo, que é a luta pela reprodução do grupo familiar (SHANIN, 2008). As principais características dos camponeses para o autor são:

A flexibilidade de adaptação, o objetivo de reproduzir o seu modo de vida e não o de acumulação, o apoio e a ajuda mútua encontrados nas famílias e fora das famílias em comunidades camponesas, bem como a multiplicidade de soluções encontradas para o problema de como ganhar a vida, são qualidades encontradas em todos os camponeses que sobrevivem às crises (SHANIN, 2008, p.25-26).

Diante dessas premissas, Shanin (2008) defende a perspectiva de que há a reprodução do campesinato na atualidade em vários países, e menciona os casos brasileiro e russo. No caso brasileiro pessoas que não são camponeses, ou pessoas que não possuem terra, recebem terras por meio de políticas de redistribuição fundiária, tornando-se camponeses. No caso russo, Shanin cita vilas que estão praticamente abandonadas devido à baixa qualidade da terra, porém com o colapso da União Soviética, russos estão retornando de outras cidades que eram soviéticas, e estão se estabelecendo nessas vilas, devido ao menor custo de vida. O autor também elucida que outra característica comum dos camponeses no contexto atual, é que grande parcela desses trabalhadores realizam trabalhos alternativos para complementar a renda familiar.

Dito isto, passamos a apresentar os autores que compreendem a adoção do conceito “agricultura familiar” como uma contraposição ao conceito “campesinato”. Alentejano (2000), por exemplo, enfatiza que o conjunto da agricultura familiar do Brasil é trabalhada junto à proposta do “negócio” rural, seguindo a lógica do mercado, o que para o autor, é um contrassenso, posto que exclui uma ampla gama de pequenos produtores, já que a realidade do campo é muito mais a da miséria dos agricultores familiares e da especulação dos grandes proprietários, do que a da “modernidade” do “negócio” rural.

O autor salienta ainda que na década de 1990 se sobressaiu nos estudos o paradigma teórico da agricultura familiar em detrimento do paradigma teórico da agricultura camponesa, o que para ele vincula-se à tese de que esta deve estar inserida na lógica do desenvolvimento capitalista (ALENTEJANO, 2000).

Fernandes (2004) corrobora com esta perspectiva citando a nova corrente teórica a respeito do problema agrário que surge neste período, denominada “paradigma do capitalismo agrário”, defendida por Ricardo Abramovay, em 1992. Para o autor esta corrente desconsidera

o problema da questão agrária no capitalismo. A partir disso, propõem como solução a integração dos camponeses ao mercado e ao capital, que deve se dar a partir de políticas desenvolvidas pelo Estado, assim superando o problema agrário do capitalismo, e complementa:

Esse paradigma teve uma força política extraordinária. Além de criar novos conceitos de conteúdos eufemísticos, como agricultura familiar para substituir o conceito de agricultura camponesa, ou agricultura empresarial para substituir o conceito de agricultura capitalista, gerou uma compreensão linear a respeito do desenvolvimento da agricultura e contribuiu para a criação de novos movimentos camponeses, os denominados movimentos de agricultores familiares, como, por exemplo, a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul – Fetraf-Sul, vinculada à Central Única dos Trabalhadores – CUT.

O discurso de que o problema agrário pode ser resolvido pelo mercado, pela integração ao capital e com políticas públicas determinadas e dirigidas pelo Estado agradou as forças políticas desde a direita à esquerda. Da mesma forma, a mídia televisiva e a escrita abriram espaço para os cientistas que passaram a defender essa tese em diferentes jornais diários. Da mesma forma, esse discurso foi incorporado pelos jornalistas e cientistas de diversas áreas do conhecimento, de modo que se tornou predominante (FERNANDES, 2004, p.286).

Também com esta mesma perspectiva Ramos Filho (2008, p.219) argumenta, “prega-se que os sem terra, o campesinato metamorfoseiem-se em agricultores familiares, como se fossem um processo de evolução natural para um patamar superior”. Ou seja, compreende que o uso do conceito agricultura familiar inclui a perspectiva de inserção do pequeno produtor no modo capitalista de produção.

Fernandes (2002) ao refletir sobre os conceitos de agricultura familiar e camponesa, argumenta que a construção teórica da agricultura familiar tem levado à compreensão de que o camponês representa o velho, o arcaico e o atraso, enquanto o agricultor familiar representa o novo, o moderno, o progresso, e complementa que os custos políticos dessas formas de entendimento são elevados para os movimentos camponeses. A partir deste entendimento, o autor tece uma crítica à ideia de que o camponês seja o símbolo do velho, do atraso, e de que o agricultor familiar seja sinônimo do avanço, do novo.

Ainda com uma postura bastante enfática neste mesmo sentido, Bombardi (2003, p.110) defende o uso do conceito de camponês e argumenta que utilizá-lo é uma das premissas “de que o campesinato se reproduz no interior do capitalismo e é uma classe social também deste modo de produção”. A autora compreende também, que não é possível diferenciar camponês de agricultor familiar a partir do grau de tecnificação e inserção no mercado, como defende Lamarche, e argumenta que acreditar que os camponeses são

pequenos empresários, é um erro, pois não atendem a lógica capitalista de mercado, mas a uma ordem moral¹⁰.

Para Lamarche (1993, p.16) “a exploração camponesa é um conceito de análise que define um modelo de funcionamento bem particular de exploração agrícola [...]”. O autor afirma que toda exploração camponesa é uma exploração familiar, mas nem todas as explorações familiares são camponesas, e faz esta diferenciação a partir do maior grau de tecnificação e inserção ao mercado do agricultor familiar em relação ao camponês.

Perante estes pontos de vistas, constatamos que a perspectiva apontada por Bombardi, corrobora com as ideias defendidas por Mendras. Para Mendras (1982), o campesinato se constitui historicamente como uma civilização ou como uma cultura, está sempre associado a características específicas de seu grupo social, e não pode ser compreendido como uma forma social de organizar a produção, nem a uma forma de integração ao mercado. Sobre esta questão, Wanderley (2003, p.45), alerta:

É preciso insistir que, pela sua própria natureza, o campesinato tradicional não constitui um mundo à parte, isolado do conjunto da sociedade. Pelo contrário, as sociedades camponesas se definem, precisamente, pelo fato de manterem com a chamada “sociedade englobante” laços de integração, dentre os quais são fundamentais os vínculos mercantis. Dessa forma, o processo de transformação do campesinato não pode ser entendido como a passagem de uma situação de isolamento social e de exclusão do mercado, para outra de integração econômica e social no conjunto da sociedade.

A autora ainda complementa que “esse agricultor familiar, de uma certa forma, permanece camponês [...] na medida em que a família continua sendo o objetivo principal que define as estratégias de produção e de reprodução e a instância imediata de decisão” (WANDERLEY, 2003, p.48). Diante desses apontamentos, vemos que tanto Bombardi (2003), quanto Mendras (1984) e Wanderley (2003) discordam de Lamarche quando este considera que o agricultor familiar e o camponês diferem pelo maior nível de integração do primeiro ao mercado.

Sobre este entendimento, Bombardi (2003) alerta para o fato de que o uso do conceito “agricultura familiar” em oposição ao conceito “campesinato” foi aplicado às políticas públicas com a intenção de impor aos camponeses a lógica do modo de produção capitalista e de abafar as reivindicações pela reforma agrária, e enfatiza:

¹⁰ Sobre a ordem moral camponesa, Marques (2004, p.145) argumenta: “entende-se modo de vida camponês como um conjunto de práticas e valores que remetem a uma ordem moral que tem como valores nucleantes a família, o trabalho e a terra. Trata-se de um modo de vida tradicional, construído a partir de relações pessoais e imediatas, estruturadas em torno da família e de vínculos de solidariedade, informados pela linguagem de parentesco, tendo como unidade social básica a comunidade”.

Creio que estão postos pelo menos dois perigos quando da "aplicação" desta visão teórica nas políticas públicas no tocante à questão agrária: o primeiro é imputar uma camisa de força (empresarial) nos camponeses que já estão estabelecidos, o segundo é o refreamento da reforma agrária por não conceberem a continuidade do campesinato, a despeito da atuação de milhares de famílias sem-terra no campo (BOMBARDI, 2003, p.115).

Frente a essas acepções averiguamos que tanto Alentejano (2000), Ramos Filho (2008), Fernandes (2002), como Bombardi (2003) estabelecem uma crítica para a intencionalidade das ações, sobretudo governamentais, mas também acadêmicas, no uso do conceito agricultura familiar em substituição ao conceito de agricultura camponesa, no sentido de atribuir uma despolitização ao tema.

Para Gomes (2012, p. 92) “[...] algumas proposições do Novo Mundo Rural, bem como do paradigma da agricultura familiar por ele difundido, também fortalecidos no governo FHC, ganharam eco e permanência inclusive nos governos petistas”.

Neste sentido, esclarecemos que não pretendemos um discurso apolítico ao adotar o conceito de “agricultura familiar”, e nem utilizá-lo em contraposição ao conceito de agricultura camponesa, como se este segmento produtivo não mais existisse, ou como se o agricultor familiar fosse uma “evolução” do camponês. Também não concordamos com o entendimento de que a reforma agrária não seja mais um problema no cenário agrário brasileiro, pelo contrário, acreditamos que está na origem dos problemas no campo.

Sendo assim, propomos o trabalho com o conceito agricultura familiar, por tratar-se de um conceitual com a qual nos deparamos em documentos, leis e fontes oficiais, como o IBGE, que são imprescindíveis à abordagem e análise proposta das políticas públicas, e com a perspectiva de abranger os variados grupos de pequenos produtores rurais que podemos abarcar dentro desta categoria. Concordamos assim com o entendimento de Alfatin (2003, p.120), que enfoca que “o que hoje está sob esse amplo guarda chuva denominado de agricultura familiar são na verdade múltiplas formas de organização social e produtiva, oriundas de processos históricos distintos”.

Portanto, propomos-nos a uma visão crítica e analítica das intencionalidades presentes nas abordagens e propostas de ações governamentais e resultados de pesquisas e publicações acadêmicas.

Na última década a denominada agricultura familiar tem ganhado mais destaque nas pautas governamentais e no meio acadêmico. Esta preocupação se deve ao fato de que a produção familiar é responsável pela oferta dos principais alimentos que compõe a dieta da população, é a principal geradora de emprego e renda no campo, além de promover práticas

produtivas menos nocivas ao meio ambiente. Ou seja, sua importância social está sendo evidenciada, embora não na proporção merecida. Sobre esta questão, Sachs (2004, p.368) elucida que:

[...] uma parcela significativa da agricultura familiar já é, ou poderá ser, economicamente viável se for devidamente consolidada por políticas de crédito, extensão rural, pesquisa tecnológica e acesso aos mercados [...]. Os agricultores familiares afiguram-se como protagonistas importantes da transição à economia sustentável, já que, ao mesmo tempo em que são produtores de alimentos e outros produtos agrícolas, desempenham a função de guardiões da paisagem e conservadores da biodiversidade. A agricultura familiar constitui, assim, a melhor forma de ocupação do território, respondendo a critérios sociais (geração de auto-emprego e renda a um custo inferior ao da geração de empregos urbanos) e ambientais.

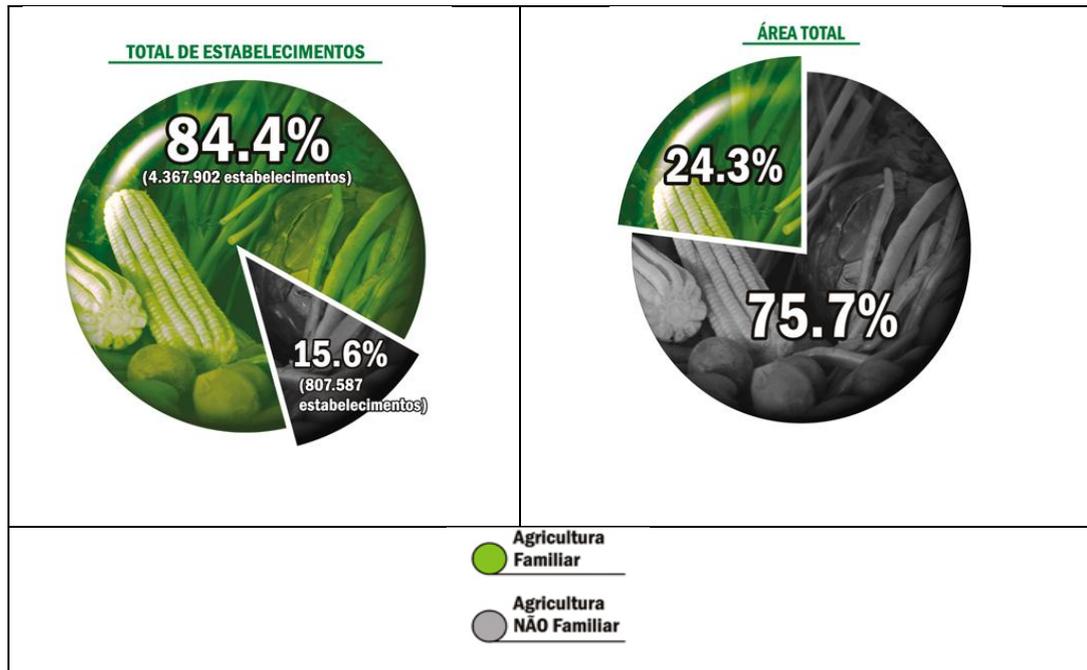
A argumentação de Ignacy Sachs é bastante pertinente e corrobora com nossa análise. Desta forma passamos a apresentar alguns dados sobre a agricultura familiar brasileira a fim de demonstrar sua representatividade no setor agropecuário. O gráfico 1 mostra a participação da agricultura familiar no total de estabelecimentos agropecuários no Brasil e na área produtiva, evidenciando que do total de estabelecimentos do país, a grande maioria (84,4%) é familiar. Embora haja este número expressivo de propriedades familiares, do total de terras produtivas no país, apenas 24,3% são ocupadas pela produção familiar (CENSO AGROPECUÁRIO, 2006¹¹).

Esses dados mostram a estrutura fundiária altamente concentrada no Brasil. O Censo agropecuário 2006, também revelou que a área média dos estabelecimentos familiares era de 18,37 ha, e dos não familiares de 309,18 ha.

Com relação ao valor bruto da produção, também é possível verificar a representatividade da agricultura familiar (gráfico 2). O Censo agropecuário 2006 revelou que houve crescimento, de 1996 para 2006, do valor bruto da produção da agricultura familiar em relação ao valor bruto total da agropecuária. Em 1996 a agricultura familiar representava 38% do valor bruto total, e em 2006 representava 40%. Ainda com relação ao valor bruto da produção por área total, a agricultura familiar gerava em 2006, 677 (R\$/ha/ano), já a agricultura não familiar 358 (R\$/ha/ano).

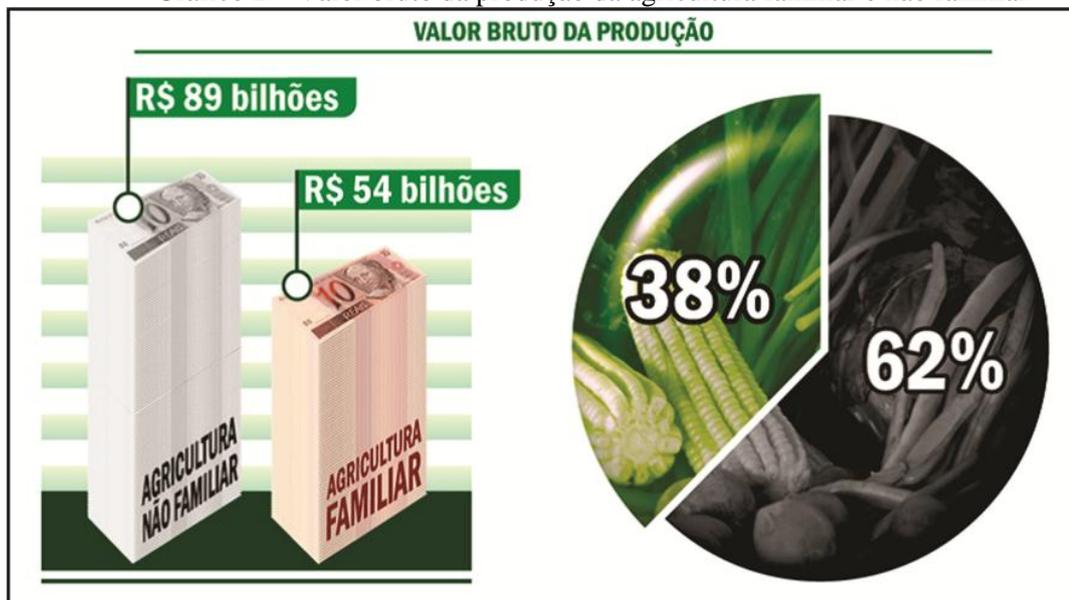
¹¹ Nos baseamos nos dados do Censo Agropecuário de 2006 tendo em vista ser o mais recente realizado no país.

Gráfico 1 – Participação da agricultura familiar no total de estabelecimentos e na área produtiva total das terras



Fonte: MDA com base no Censo Agropecuário 2006

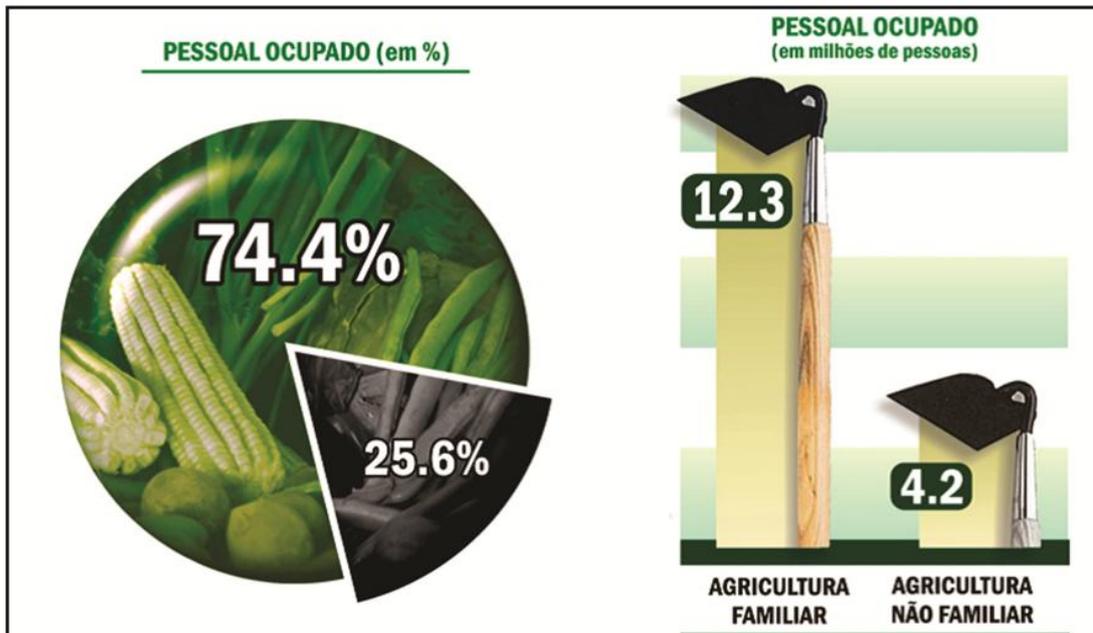
Gráfico 2 – Valor bruto da produção da agricultura familiar e não familiar



Fonte: MDA com base no Censo Agropecuário 2006

Com os dados representados no gráfico 2, é possível avaliar que mesmo ocupando apenas 24,3% das terras produtivas do país, a produção familiar tem participação significativa (38%) no valor bruto da produção agropecuária brasileira. A geração de empregos no campo é outro fator determinante para demonstrar a importância da agricultura familiar (gráfico 3).

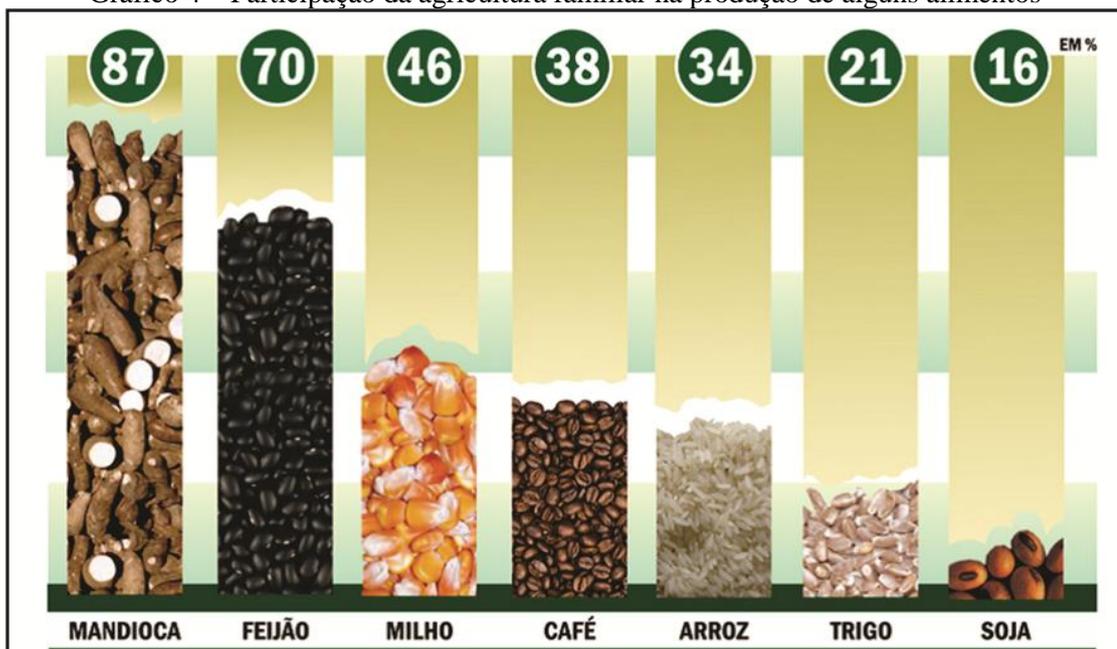
Gráfico 3 – Pessoal ocupado na agricultura familiar e não familiar



Fonte: MDA com base no Censo Agropecuário 2006

Com os dados expressos no gráfico 3, é possível verificar que a agricultura familiar é a principal geradora de empregos no campo, tendo neste sentido significativa relevância social. O Censo agropecuário 2006 também revelou que no que se refere a pessoas ocupadas por área total, na agricultura familiar tinha-se em média 15,3 pessoas por 100 ha, enquanto que na agricultura não familiar tinha-se 1,7. Outro dado que mostra a relevância social da produção familiar é com relação à produção de alimentos básicos (gráfico 4).

Gráfico 4 – Participação da agricultura familiar na produção de alguns alimentos

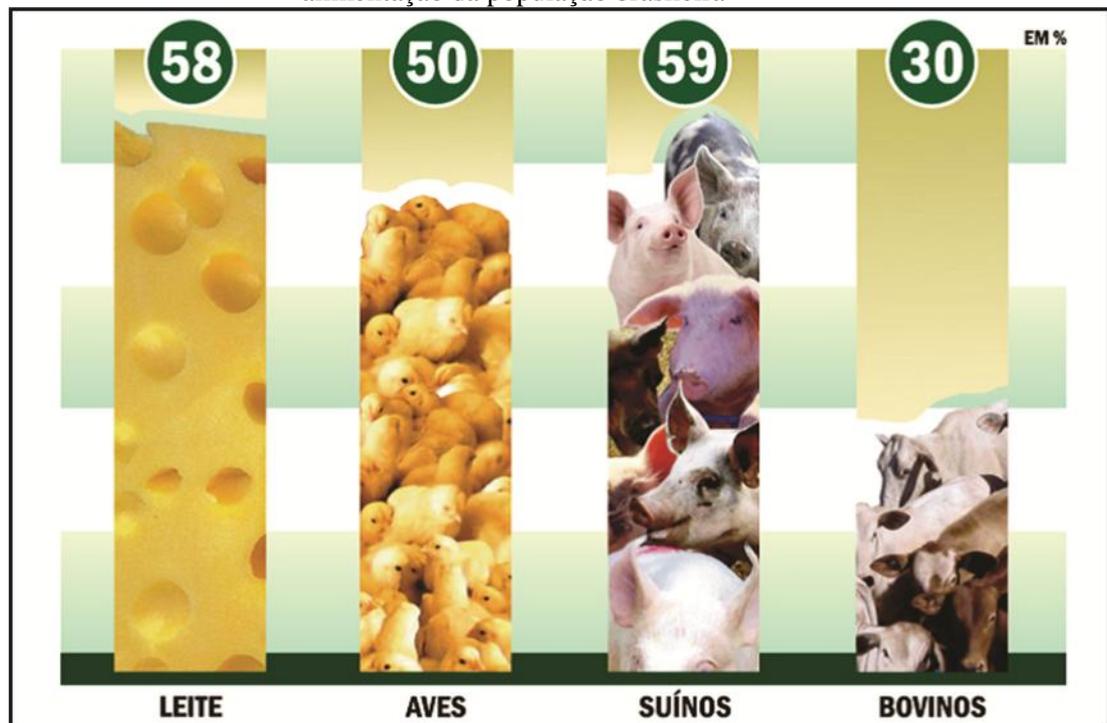


Fonte: MDA com base no Censo Agropecuário 2006

Como pode ser verificado no gráfico 4, os dados do Censo Agropecuário de 2006 mostram que alguns dos principais alimentos básicos na dieta da população brasileira, como arroz, feijão e mandioca têm um percentual expressivo da produção oriundo da agricultura familiar. Além disso, a agricultura familiar ainda é responsável por parcela significativa da produção de milho, trigo e soja, produtos típicos da produção do agronegócio e por parcela importante da produção do café. Vale ainda destacar que 63% do valor produzido em horticultura era proveniente da agricultura familiar (CENSO AGROPECUÁRIO, 2006).

No que se refere ao fornecimento de proteínas animais para a alimentação da população, a agricultura familiar também teve destaque no Censo agropecuário 2006. Como pode ser verificado no gráfico 5, a agricultura familiar em 2006 era responsável pela maior parte da produção de leite e dos suínos, alimentos importantes na dieta da população. Já no que se refere à produção de aves, 50% é um número significativo tendo em vista a expansão das multinacionais/agroindústrias neste setor. Ainda 30% da criação de bovinos também é representativo, considerando que é uma produção predominante em grandes propriedades.

Gráfico 5 – Participação da agricultura familiar na produção de proteínas animais para a alimentação da população brasileira



Fonte: MDA com base no Censo Agropecuário 2006

Em face à representatividade e importância social da agricultura familiar houve a formulação de variadas políticas públicas voltadas a este setor, iniciadas com o Pronaf na década de 1990 e continuadas ainda com mais ênfase e variações nos anos 2000. Assim, a

agricultura familiar e a análise dessas políticas vigoram como temáticas destacadas nos estudos da geografia agrária e outras áreas das ciências sociais nas últimas décadas.

Avaliamos assim que diante do crescimento, organização e das reivindicações dos movimentos sociais e de entidades representativas dos agricultores familiares, compreendeu-se que a viabilização e a perpetuação da agricultura familiar precisa da intervenção pública, com políticas de crédito, acesso aos mercados, à tecnologia e serviços de extensão rural. Neste sentido, houve intervenção estatal com ações como a elaboração de projetos, programas e leis, cujos objetivos são fortalecer, perpetuar e inserir a agricultura familiar ao mercado. Consideramos que essas ações tem sido eficazes, embora apresentem falhas, descontinuidades e precisem abranger um número maior de agricultores participantes.

A esse conjunto de ações governamentais, sejam no âmbito econômico ou social, denominamos políticas públicas, e vários pesquisadores tem se dedicado a analisar e avaliar os resultados de tais ações, tanto os positivos, como os negativos, pois como apontam Trevisan e Bellen (2008, p.530) “[...] a compreensão do sucesso e do fracasso das políticas públicas é fundamental para o melhor desempenho da administração pública [...]”. Assim, passamos a explicar e conceituar o que entendemos por políticas públicas.

O termo público é antônimo ao termo privado, sendo o público compreendido como aquilo que é socialmente comum, que pertence à sociedade, ao grupo, à comunidade. Já o privado, está vinculado à propriedade particular, àquilo que pertence a uma pessoa ou a um grupo de pessoas, muitas vezes representadas por um grupo empresarial, ou a um aglomerado de empresas. Para Bobbio (1987, p.14) “a esfera do público chega até onde começa a esfera do privado e vice-versa”. Ainda sobre tal temática, o autor analisa:

Um dos lugares-comuns do secular debate sobre a relação entre a esfera do público e a do privado é que, aumentando a esfera do público, diminui a do privado, e aumentando a esfera do privado diminui a do público; uma constatação que é geralmente acompanhada e complicada por juízos de valor contrapostos (BOBBIO, 1987, p.14).

Neste sentido, evidenciamos um embate e um conflito de interesses entre o público e o privado, mas também uma complementaridade. Sendo assim as políticas públicas podem ser compreendidas como o conjunto de ações governamentais e do poder público em geral, que visam intervir em algum setor e/ou em alguma situação específica, a fim de: contribuir com a resolução de problemas enfrentados pela população ou por determinado grupo; estimular setores da economia; subsidiar atividades de relevância à população; criar infraestrutura e proporcionar a manutenção das entidades que atendem aos diversos segmentos sociais; promover a inclusão social de grupos diversos, entre outros objetivos.

Peters (1986) define política pública como a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos. Neste sentido, entendemos que tais ações devem voltar-se à busca da melhoria das condições de vida da população, sobretudo dos seguimentos sociais menos favorecidos diante do contexto capitalista.

Souza (2006, p.28) ao apresentar as análises de Theodor Lowi (1964; 1972) sobre as políticas públicas, esclarece quanto aos formatos que podem assumir:

Para Lowi, a política pública pode assumir quatro formatos. O primeiro é o das políticas distributivas, decisões tomadas pelo governo, que desconsideram a questão dos recursos limitados, gerando impactos mais individuais do que universais, ao privilegiar certos grupos sociais ou regiões, em detrimento do todo. O segundo é o das políticas regulatórias, que são mais visíveis ao público, envolvendo burocracia, políticos e grupos de interesse. O terceiro é o das políticas redistributivas, que atinge maior número de pessoas e impõe perdas concretas e no curto prazo para certos grupos sociais, e ganhos incertos e futuro para outros; são, em geral, as políticas sociais universais, o sistema tributário, o sistema previdenciário e são as de mais difícil encaminhamento. O quarto é o das políticas constitutivas, que lidam com procedimentos. Cada uma dessas políticas públicas vai gerar pontos ou grupos de vetos e de apoios diferentes, processando-se, portanto, dentro do sistema político de forma também diferente.

Ainda Souza (2006), ao sintetizar a análise sobre política pública e os estudos relativos a esta temática esclarece:

Pode-se, então, resumir política pública como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real (SOUZA, 2006, p.26).

Valendo-se das proposições da autora compreendemos que na análise das políticas públicas se consideram dois aspectos: a) as ações estatais; b) as avaliações e proposições de mudanças no curso dessas ações. Na prática, as políticas públicas devem gerar transformações na realidade, melhorar as condições de vida da população.

Dye (1984) também nos trás uma análise interessante ao definir política pública, pois a evidencia como aquilo que o governo escolhe, ou não fazer, ou seja, as ações governamentais dependem da vontade política, da ideologia defendida pelos representantes governamentais, das prioridades que estabelecem. Sendo assim, evidenciamos políticas públicas e prioridades diferentes, a depender de quem está no poder e das alianças políticas que faz. Esses fatores,

como aponta Souza (2006), não incluem possibilidades de cooperação que poderiam ocorrer entre os governos e outras instituições e grupos sociais.

Neste ensejo, verificamos ênfases distintas nas políticas públicas para a agropecuária brasileira e estas se vinculam principalmente, com os fatores históricos, econômicos, políticos e sociais. Sendo assim, concordamos com Laswell (1958), que argumenta que decisões e análises sobre políticas públicas implicam responder às seguintes questões: quem ganha o quê? Por quê? Que diferença faz?

A respeito desta perspectiva, Souza (2006, p.36) elucida que:

Das diversas definições e modelos sobre políticas públicas, podemos extrair e sintetizar seus elementos principais:

- A política pública permite distinguir entre o que o governo pretende fazer e o que, de fato, faz.
- A política pública envolve vários atores e níveis de decisão, embora seja materializada através dos governos, e não necessariamente se restringe a participantes formais, já que os informais são também importantes.
- A política pública é abrangente e não se limita a leis e regras.
- A política pública é uma ação intencional, com objetivos a serem alcançados.
- A política pública, embora tenha impactos no curto prazo, é uma política de longo prazo.
- A política pública envolve processos subsequentes após sua decisão e proposição, ou seja, implica também implementação, execução e avaliação.

Consideramos assim que a política pública é uma abordagem complexa que permite avaliar ações governamentais; tem uma ampla abrangência envolvendo entidades e pessoas; implica em mudanças; para ser efetiva precisa planejamento, aplicação, avaliação e replanejamento, à luz das necessidades e especificidades de grupos da população, e neste caso é fundamental que se apoie em um processo democrático e participativo.

1.2 A QUESTÃO AGRÁRIA BRASILEIRA E A LUTA PELA TERRA

Historicamente a concentração de terras é um aspecto presente e definidor das relações agrícolas e agrárias no Brasil, o que acarretou em movimentos de luta pela terra e na busca pela reforma agrária. A partir do chamado Estado Novo (1937-1945), do governo de Getúlio Vargas, promoveu-se a denominada “Marcha para o Oeste”, cuja finalidade era ocupar e desenvolver o interior do país. “A estratégia de desenvolvimento nacional almejado pelos governos a partir de 1930, passou pela incorporação de novas terras e pelo incentivo à ocupação de áreas de fronteira, até então pouco habitadas e exploradas” (SCHALLENBERGER; SCHNEIDER, 2010, p.206).

Para Silva (1982) a inclusão de novas fronteiras agrícolas à situação socioeconômica nacional cumpriu três papéis básicos. Na perspectiva econômica, dava condições à produção de gêneros alimentícios básicos. Na perspectiva social, promovia destino para os fluxos migratórios, sendo o *lôcus* da recriação da pequena produção e, na perspectiva política, diminuía as tensões sociais geradas no campo.

Dessa forma, a colonização surgiu como uma opção por parte do Governo Federal, no sentido de fazer uma ampla distribuição de terras na fronteira, evitando-se, assim, uma redistribuição de terras já apropriadas no resto do país. Assim, colonização pressupõe também deslocamento, sendo que a estratégia era beneficiar diretamente os projetos de colonização privados, criando diretamente “frentes pioneiras” que canalizavam para as regiões estagnadas o excedente populacional camponês ainda não de todo empobrecido. Essas estratégias políticas para promover a colonização das novas fronteiras agrícolas, até então consideradas vazias do ponto de vista demográfico, influenciaram em muito o processo de desenvolvimento dos novos espaços agricultáveis (SCHALLENBERGER; SCHNEIDER, 2010, p.205-206).

Assim, “a ‘Marcha para o Oeste’ foi concretizada por Getúlio em suas constantes viagens, na abertura de rodovias e ferrovias, na criação de núcleos coloniais [...], mas, sobretudo, na criação de Colônias Agrícolas Nacionais” (PESSOA, 2009, p.177-178).

Diante dessas acepções verificamos a interferência estatal na busca por alternativas de ampliação da oferta de terras, por meio da expansão das fronteiras agrícolas, especialmente pela colonização dirigida, o que também promoveu processos migratórios dos trabalhadores rurais, porém não se configurou especificamente como um processo de reforma agrária.

De acordo com Laranjeira (1983) as primeiras propostas de lei a respeito da reforma agrária no Brasil surgiram após a Constituição Federal de 1946. Se baseavam nos artigos 141 e 147, que tratavam da desapropriação por interesse social e à justa distribuição da propriedade:

Art. 141 § 16 - É garantido o direito de propriedade, salvo o caso de desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante prévia e justa indenização em dinheiro.

Art 147 - O uso da propriedade será condicionado ao bem-estar social. A lei poderá, com observância do disposto no art. 141, § 16, promover a justa distribuição da propriedade, com igual oportunidade para todos.

A partir dessas definições houve expectativa do início de uma proposta de reforma agrária. Porém até o início da década de 1960 não houve aprovação de nenhum dos projetos de lei apresentados, devido à maioria reacionária das elites latifundiárias no Congresso Nacional (OLIVEIRA, 2007). Em consequência desse processo houve o surgimento de movimentos sociais na busca pela reforma agrária.

A sociedade nacional que, desde 30, marchava na direção da industrialização e da urbanização, continuava a conviver, no lado oposto das elites, com o aprofundamento dos conflitos no campo. Parte desses conflitos derivavam das tentativas de organização dos camponeses e trabalhadores assalariados rurais buscada pelo então, Partido Comunista do Brasil [...] (OLIVEIRA, 2007, p.104).

O final da década de 1940, durante a década de 1950 e o início da década de 1960 foram marcadas pelo processo de organização, reivindicação e luta no campo brasileiro. “No Nordeste esse processo ficou conhecido com a criação das ‘Ligas Camponesas’¹², cuja luta pela terra e contra a exploração do trabalho marcou significativamente sua ação” (OLIVEIRA, 2007, p.104). Oliveira (2007, p.106) ressalta ainda que “pela primeira vez, sob a liderança e influência do Partido Comunista, esses tipos de organização surgiam como uma oposição mais clara ao grande proprietário, ao patrão”.

No entanto, depois de 1947, com o aumento da influência da Guerra Fria, “aconteceu a cassação do registro eleitoral do Partido Comunista, houve intervenção em grande número de sindicatos urbanos onde o PC tinha muita força e, a partir desse movimento, as organizações rurais desapareceram” (OLIVEIRA, 2007, p.106). Ademais “o movimento militar de 64, que assumiu o controle do país, instaurou a perseguição e “desaparecimento” das lideranças do movimento das Ligas Camponesas, e sua desarticulação foi inevitável” (OLIVEIRA, 2007, p.110).

Diante deste contexto de movimentos sociais, Gomes (2012) explica que houve determinadas ações governamentais:

Em 1962, pela Lei Delegada nº 11, cria-se a Superintendência de Política Agrária – SUPRA, com o objetivo de planejar e promover a reforma agrária no país. Em 1963, pela Lei 4.214, é sancionado o Estatuto do Trabalhador Rural, normatizando as relações de trabalho agora no campo, até então à margem da legislação trabalhista (GOMES, 2012, p.53).

A autora acrescenta ainda que a questão agrária diante desta dinâmica ganha nova complexidade, visto que os conflitos agrários tornam-se politizados, os setores sociais de alguma forma ligados aos grupos sociais do campo entram na cena política, e a questão agrária inclui-se na agenda política do Estado brasileiro, na forma da mudança da estrutura agrária como uma reivindicação política de um bloco importante (GOMES, 2012).

¹²A principal liderança nacional das Ligas foi Francisco Julião Arruda de Paula nascido no dia 16 de fevereiro de 1915, no Engenho Boa Esperança, no município de Bom Jardim, era advogado e foi eleito deputado pelo Partido Socialista: “Francisco Julião [...] aglutinou o movimento em torno do seu nome e de sua figura, conseguindo reunir idealistas, estudantes, alguns intelectuais e projetando-se como presidente de honra das Ligas Camponesas” (CAMARGO, *apud* OLIVEIRA, 2007, p.107).

A lei da Reforma Agrária foi apresentada ao Congresso Nacional em 1964, pelo então presidente João Goulart. Esta lei previa a desapropriação das grandes propriedades mal utilizadas que se localizassem a até 100 km de cada lado das rodovias federais. A reforma agrária foi colocada entre as reformas de base prioritárias para o desenvolvimento nacional. Apesar de derrotada, a proposta simbolizou o Estado assumindo a pauta da questão agrária. O curso deste processo foi profundamente alterado a partir de 31 de março do mesmo ano, no decorrer da ditadura militar implementada no país nos 21 anos seguintes (GOMES, 2012).

Morissawa (2001) enfatiza que durante o golpe militar alguns sindicatos que permaneceram ativos, adotaram uma política assistencialista, como a criação do Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (Funrural), em 1971, pelo então presidente-general Médici. O Funrural foi o órgão de previdência voltado para o campo, sendo dado aos sindicatos a responsabilidade pelas atividades burocráticas¹³.

Gomes (2012) ao contextualizar este período explica sobre a criação de dois órgãos governamentais voltados à questão agrária e agrícola:

Nesse contexto, o Estatuto da Terra é sancionado em 30 de novembro de 1964, por meio da Lei nº 4.504, e incorpora, de forma separada, medidas de reforma agrária e medidas de política agrícola (ou de desenvolvimento rural). Desta forma, cria, paralelamente, dois órgãos distintos: o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária – IBRA (em substituição à SUPRA), para tratar da reforma agrária, e o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário – INDA, para executar a política de desenvolvimento rural (GOMES, 2012, p.54).

Gomes (2012) salienta que a repercussão às medidas agrícolas incorporadas neste período, vinculou-se às associações patronais e líderes rurais que criaram os mecanismos indispensáveis para a modernização conservadora que se seguiria no pós-1965 (especialmente relacionados ao crédito rural).

Já com relação à questão agrária, Gomes (2012, p.54) esclarece que embora tenha representado avanço em termos legais “no que se refere ao instrumental necessário para um programa de reforma agrária (como uma resposta às lutas e fruto de uma proposta conciliatória da burguesia industrial para acelerar o desenvolvimento capitalista no campo)”, em termos práticos não saiu do papel. Para a autora, as propostas de reforma agrária foram referenciadas:

[...] nas orientações norte-americanas expressas na política de Aliança para o Progresso, que propunha medidas de reforma agrária como meio de aliviar tensões ou evitar revoluções, frente à “ameaça do socialismo”. O “pacote” de leis agrárias foi implementado, no entanto, não como desapropriação, mas

¹³ Mais informações sobre o Funrural serão apresentadas no capítulo IV, que trata da aposentadoria rural especial.

como tributação, colonização, assistência técnica, cooperativismo, etc (GOMES, 2012, p.54-55).

Na década de 1970 o IBRA e o INDA foram extintos e substituídos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), que cria diversos programas de colonização ou “programas especiais de desenvolvimento regional” que se apresentam como substitutivos da reforma agrária: Programa de Integração Nacional (PIN) (1970), o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste (PROTERRA) (1971), o Programa Especial para o Vale do São Francisco (PROVALE) (1972), o Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLAMAZÔNIA) (1974), o Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste (POLONORDESTE) (1974), entre outros (GOMES, 2012).

Como podemos constatar, há uma descentralização das ações governamentais no que se refere à questão agrária, e o enfoque agrário toma nova conotação sob a perspectiva do desenvolvimento regional.

Morissawa (2001) destaca o papel que teve a igreja católica por meio das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), e da Comissão Pastoral da Terra (CPT), para com os trabalhadores rurais durante a ditadura militar, pois deu assistência aos camponeses e também se constituiu como espaço de organização para os trabalhadores rurais e urbanos.

Carter (2010) destaca o papel da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG) que apesar de submetida ao controle do Estado, criou uma ampla rede de sindicatos rurais:

Até 1984, ela representava 2.262 sindicatos com mais de 9 milhões de filiados. Apesar das limitações do regime autoritário e da estrutura burocrática da CONTAG, a rede de sindicatos de trabalhadores rurais constituiu um importante meio para a construção de uma identidade de classe entre os camponeses e para a difusão de direitos de cidadania. Os sindicatos também proporcionaram um espaço para a formação da base social e de lideranças no meio dos trabalhadores rurais e promoveram a discussão de temas agrários. Não obstante a aliança entre os militares e grandes proprietários de terra, a CONTAG e muitos dos seus sindicatos encontraram formas engenhosas de estimular diversas lutas por terra, muitas delas de maneira discreta, em comunidades espalhadas pelo interior do país (CARTER, 2010, p. 38).

Partindo desta análise evidencia-se a importância das representações sociais por meio das instituições, no sentido de politizar os agricultores familiares, e mobilizá-los para a busca pelo direito de acesso à terra.

A partir da década de 1980, a questão agrária assume novas dimensões e há também uma nova perspectiva nos debates políticos e acadêmicos. Tem-se de forma contraditória a

redução do papel da pequena produção e ao mesmo tempo uma revalorização do trabalho familiar camponês, pois como enfoca Oliveira (1991, p. 20):

[...] o que podemos concluir desse processo de desenvolvimento desigual e contraditório do capitalismo, particularmente no campo, é que estamos diante da sujeição da renda da terra ao capital. O que significa dizer que o capital não expande de forma absoluta o trabalho assalariado, sua relação de trabalho típica, por todo canto e lugar, destruindo de forma total e absoluta o trabalho familiar camponês. Ao contrário, ele, o capital, o cria e recria para que sua produção seja possível, e com ela possa haver a criação, de novos capitalistas.

Neste contexto, junto à ampliação do processo geral de desenvolvimento capitalista, caracterizado pela expansão do trabalho assalariado no campo, como os bóias-frias, por exemplo, contraditoriamente também são criadas e recriadas relações de trabalho não capitalistas, como a parceria e o trabalho familiar camponês. O capitalista utiliza dessas relações não-capitalistas para poupar investimentos em mão de obra, e também receber “parte do fruto do trabalho desses parceiros e camponeses, que converte em dinheiro. Assim, realizam a metamorfose da renda da terra em capital” (OLIVEIRA, 1991, p.18).

Para o agricultor familiar, a posse da terra é fundamental para o desenvolvimento de sua atividade, visto que a terra se constitui na ferramenta de produção, na base de sua subsistência. Martins (1980) explica que o capital só se expande a partir do trabalho, ou seja, é o trabalho que cria riquezas, e sendo assim, uma lei básica do capital é subjugar o trabalho. Então, quando o trabalhador vende a sua força de trabalho ao capitalista, os resultados desse trabalho aparecerão como frutos do capital, apropriados pelo capitalista. Neste contexto, separar o trabalhador dos meios de produção: da terra, das ferramentas, das máquinas, das matérias primas é ação fundamental para que se instale a predominância do capital.

Desta maneira precisamos compreender que a posse da terra pelo agricultor familiar, não é propriedade capitalista, pois não tem por função garantir a exploração do trabalho pelo capital, sua terra é terra de trabalho e não terra de negócio. A propriedade familiar é instrumento de trabalho do trabalhador e sua família, e sua produção não é regulada pela necessidade de lucro do capital, seu ganho é pouco e não provêm da exploração do trabalho de terceiros (MARTINS, 1980).

Assim, Oliveira (1991) explica que deste processo decorre a lógica da luta pela posse/propriedade da terra travada pelos pequenos produtores expropriados ou que nunca tiveram acesso à terra no Brasil.

Em função da violenta concentração da propriedade fundiária, um grande número de pequenos lavradores perde ou deixa o seu principal meio de trabalho (a terra) para os capitalistas de todos os tipos. Esse processo é

realizado diretamente por grandes empresas capitalistas nacionais ou multinacionais, sob o manto protetor e os incentivos financeiros do Estado. O país inteiro tem sido sacudido, inúmeras vezes de forma violenta, por esse processo de expropriação (OLIVEIRA, 1991, p.110).

Perante esta dinâmica podemos ver as contradições no interior do modo capitalista de produção, pois “[...] podemos verificar que no Brasil de hoje, o próprio capital impôs a luta pela terra, como luta contra a propriedade capitalista da terra. É a terra de trabalho contra a terra de exploração, contra a terra de negócio” (OLIVEIRA, 1991, p.114).

É assim que se pratica uma verdadeira traição às leis do capital, pois parte dos expropriados, posseiros ou não, reconquistam a autonomia do trabalho, ocupando novos espaços em terras sem ocupação, às vezes já tituladas ou griladas, ou em terras do Estado. É um verdadeiro movimento dialético de criação, destruição e recriação (OLIVEIRA, 1991, p. 115).

Dito isto, vale destacar que a partir do processo de redemocratização do país na década de 1980, e a expansão do processo de modernização agrícola com a chamada *Revolução Verde* e suas consequências sociais e ambientais, bem como o avanço da urbanização, a questão agrária ganha novo ímpeto com a retomada dos movimentos sociais no campo.

É justamente nos anos 1980 e 1990, frente a novas situações que emergiam no campo brasileiro, em que a modernização tecnológica da agricultura aparecia como realidade, o processo de urbanização continuava acelerado e aparentemente irreversível, e a bandeira da reforma agrária poderia ser considerada uma bandeira ultrapassada frente ao debate do período anterior, é nesse momento, que a luta pela terra ressurgiu com força, e as ocupações, os acampamentos, os assentamentos e os movimentos sociais recolocam na pauta a reforma agrária associada à luta pela redemocratização do país. Criou-se o MST, que se torna o maior movimento social da América Latina. “A reforma agrária estabeleceu-se na agenda pública do Brasil” (GOMES, 2012, p. 65).

Sobre este processo, Martins (1980) explica que não é a condição social que promove a força e a união dos trabalhadores do campo, pois o lavrador ao trabalhar isoladamente com sua família, não consegue reconhecer a extensão social e a força política dos trabalhadores rurais. Porém quando o capital invade a sua realidade e tenta arrancá-lo da terra, retirando seus meios de produção e deixando-o apenas com a força de trabalho, esses trabalhadores podem se descobrir como membros de uma classe, e essa descoberta ocorre pela mediação do capital.

É neste contexto que em 1993, durante o governo Itamar Franco foi aprovada a Lei Agrária, que reclassificou as propriedades de terra no Brasil, em pequenas propriedades (até 5 módulos), médias propriedades (entre 5 e 15 módulos) e grandes propriedades (maiores que 15 módulos). O objetivo da Lei Agrária era definir os principais conceitos necessários à implementação da Reforma Agrária, e é esta que ainda hoje tem servido como embasamento

jurídico relevante para a conquista de desapropriações de terras. “Está vinculada à Constituição, que colocou como imóveis passíveis de desapropriação todos aqueles que não cumprirem a função social, exceto a pequena e a média propriedade, desde que seu proprietário não possua outra” (GOMES, 2012, p.68).

Em 1994 inicia-se o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC), que se estendeu até 2001 e foi marcado por uma orientação fortemente neoliberal na política econômica provocando o aumento da dependência externa do país.

Como aponta Teixeira (1997), as políticas agrárias e agrícolas foram enquadradas às determinações do Fundo Monetário Internacional (FMI), em acordo com as indicações do *Consenso de Washington*¹⁴: teve ênfase a inserção da agricultura no processo de liberalização comercial, desnacionalizando o poder de regulação sobre a economia agrícola brasileira e transferindo, para o plano externo (sobretudo de forma subordinada aos interesses dos grandes grupos transnacionais que mono/oligopolizam a produção e o comércio dos produtos e insumos agrícolas), parte considerável dos determinantes de sua dinâmica.

Nesse contexto, houve a desnacionalização de várias agroindústrias brasileiras e em ramos como o de sementes, agrotóxicos e fertilizantes, algumas multinacionais (como a Cargill, a Bunge e a Monsanto) passaram a controlar a produção e o comércio agrícola mundial, atuando fortemente no Brasil. A política agrícola voltou-se, prioritariamente, para a promoção das exportações, não havendo um apoio efetivo à agricultura familiar camponesa. Para Gomes (2012), as ações governamentais voltadas à agricultura familiar no governo FHC, ocorrem em função das reivindicações sociais:

Em função das pressões exercidas pelas entidades representativas dos trabalhadores rurais e dos movimentos sociais organizados, o governo federal instituiu o Gabinete do Ministro Extraordinário de Política Fundiária que, posteriormente, transformou-se em Ministério do Desenvolvimento Agrário, ao qual o INCRA passou a ser vinculado. Criou também três programas centrais que, de acordo com os documentos oficiais, visavam garantir a sobrevivência da pequena agricultura. São eles: o PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar; o PROGER RURAL – Programa de Geração de Emprego e Renda Rural; e a Previdência Rural (GOMES, 2012, p. 65).

Para Ramos Filho (2008, p.214) a reforma agrária assume a forma de política compensatória, já no primeiro mandato do governo FHC, pois se vinculou à diminuição da

¹⁴ O Consenso de Washington foi um encontro ocorrido em 1989, na capital dos Estados Unidos. Nesse encontro, realizou-se uma série de recomendações visando ao desenvolvimento e à ampliação do neoliberalismo nos países da América Latina.

pobreza: “acreditava-se que, para solucionar os conflitos agrários, bastava ampliar o número de assentamentos e de famílias assentadas eliminando, assim, parte dos sem-terra”.

Nessa perspectiva, acreditava-se no desenvolvimento do agronegócio como forma de geração de empregos que incorporaria a maior parte da produção familiar. No entanto há o desenvolvimento contraditório do capitalismo no campo, visto que na medida em que se expande o capital, há a expulsão de um número crescente de trabalhadores do campo e “uma parte destes tende a migrar para as cidades, outra tende a se proletarizar no campo e uma outra porção engrossará os cordões de sem terra em luta, ampliando as ocupações e a pressão pela reforma agrária” (RAMOS FILHO, 2008, p.215).

No segundo mandato do governo FHC buscou-se implementar o programa denominado o “Novo Mundo Rural” [...]. Sobre este programa, Fernandes (2001) argumenta:

A luta pela terra, que tem como princípio o enfrentamento ao capital, defronta-se com esse programa, por meio do qual pretende convencer os pequenos agricultores e os sem-terra a aceitarem uma política em que a integração ao capital seria a melhor forma de amenizar os efeitos da questão agrária (FERNANDES, 2001, p.21).

Consideramos então que não houve uma política agrária efetiva, e nem ações que beneficiassem a agricultura familiar como uma categoria produtiva essencial para o país, e sim uma proposta de subordinação ao capital. Sobre isto, Alentejano (2002) argumenta:

Não há uma reformulação da política agrícola que passe a privilegiar a pequena produção familiar, perpetuando-se, portanto, as condições que produzem a concentração fundiária e reafirmando-se o modelo da grande produção, para onde convergem os recursos públicos de financiamento da agricultura. Como comprovação disso, vemos que entre 1989 e 1996 a área cultivada diminuiu 8 milhões de hectares, a produção agrícola cresceu menos 11% que a população, aumentando a fome, o crédito caiu de 19 bilhões ao ano para 8 bilhões, só 10% da produção é financiada e particularmente só os grandes têm acesso a crédito, a venda de tratores caiu de 37 para 17 mil ao ano, o governo liberou 45 bilhões para os usineiros, 2,5 bilhões para as grandes cooperativas, parcelou em 20 anos com 9% de juros/ano as dívidas de 3 mil grandes proprietários com o Banco do Brasil, num total de 4,5 bilhões e está investindo 20 bilhões em corredores de exportação de soja e outros grãos (ALENTEJANO, 2002, p.3).

Quanto às propostas de políticas agrária e agrícola do governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva (2003 – 2010), destacamos o Programa *Vida Digna no Campo*, cujas diretrizes foram estabelecidas em 2002, sendo fixadas em quatro objetivos centrais: 1) garantir o abastecimento alimentar em quantidade para toda a população; 2) gerar divisas para o país por meio da agricultura exportadora; 3) recuperar e manter os recursos nacionais integradas ao desenvolvimento agrícola; 4) implementar um programa de reforma agrária amplo (TORRES, 2003).

Porém, vale ressaltar que houve a manutenção do poder político da classe latifundiária, “como resultado de vínculos estreitos mantidos com outros setores empresariais e a grande mídia, além de uma importante presença no Congresso Nacional e forte atuação política nos âmbitos estadual e municipal” (CARTER, 2010, p. 61).

A partir de dados do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Carter (2010) mostra as consequências da enorme disparidade social no acesso ao poder político:

Entre 1995 e 2006, a representação política média de camponeses sem-terra foi de apenas um deputado federal para cada 612 mil famílias. Os grandes proprietários de terras, por outro lado, tiveram um deputado federal para cada 236 famílias. Dessa forma, na Câmara dos deputados, a representação política dos maiores latifundiários do país foi 2.587 vezes maior do que a dos camponeses sem-terra (CARTER, 2010, p.63).

Para o autor, “esse sistema é o resultado de uma antiga tradição elitista na política brasileira e de arranjos institucionais criados durante o século XX que solaparam a participação política dos setores populares” (CARTER, 2010, p. 62). Acreditamos ser fundamental a representação política dos diversos grupos e segmentos sociais, pois só assim as reivindicações da população terão espaço e a ênfase necessária nas pautas governamentais.

Para Gomes (2012, p.84) de forma geral, o governo Lula evitou adotar uma postura mais ofensiva para a implementação da reforma agrária no país, “no entanto, não promoveu ações de criminalização dos movimentos sociais do campo e estabeleceu uma conjuntura de maior diálogo com os atores da luta pela terra”. Para Meszaros (2010, p. 435) “sua eleição, em 2002, e reeleição, em 2006, sem dúvida resultaram em uma nova e distintiva postura no relacionamento do MST com o Estado em geral e com o Estado de direito em particular”.

Apesar deste avanço, Gomes (2012, p.84) esclarece que “o apoio dos movimentos sociais ao governo por vezes acaba por minar a pressão e a reivindicação mais radicais, fundamentais para a implementação de qualquer programa mais efetivo de reforma agrária”. A autora ainda acrescenta que “ao final dos dois mandatos do governo Lula, a reforma agrária continua a ser uma bandeira a ser conquistada” (GOMES, 2012, p.85).

O fato de se ter um governo apoiado pelos movimentos sociais vinculados à luta pela terra favoreceu o alcance dos interesses desses grupos, no entanto, gerou um processo de menos reivindicações e cobrança, fazendo com que não houvesse avanço significativo e/ou mudanças no que se refere à reforma agrária.

Para Sabourin (2007) a dualidade da política agrícola brasileira introduzida pelo governo FHC, foi mantida, institucionalizada e até exacerbada no governo Lula, pelo menos

nos discursos, pois manteve a prioridade dos meios a favor do agronegócio brasileiro, apesar do aumento importante dos recursos destinados à agricultura familiar e camponesa.

Sobre isto Delgado (2010) explica que o agronegócio brasileiro é uma junção do grande capital industrial com a grande propriedade fundiária. Essa junção faz uma aliança estratégica com o capital financeiro, buscando o lucro e a renda da terra, e ainda tem o patrocínio de política de Estado. Ou seja, a ação estatal beneficia o agronegócio em detrimento da pequena produção.

Evidencia-se que nos governos Lula e também no primeiro mandato de sua sucessora, a presidenta Dilma Roussef (2011-2014), a ênfase das políticas públicas se dá no sentido de valorizar outras formas de apoio à agricultura familiar em detrimento da reestruturação fundiária.

Sobre este enfoque e a partir de análise de dados do Censo Agropecuário (2006) e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) (2011), Gomes (2012) argumenta sobre a reprodução da desigualdade no campo a partir da manutenção da concentração da estrutura fundiária:

Um dado importante oferecido pelo Censo Agropecuário de 2006 refere-se à manutenção da concentração da estrutura fundiária brasileira entre os anos de 1996 e 2006: neste período, apesar de haver um aumento da participação dos estabelecimentos da agricultura familiar, que passaram de 85 para 88% do total (4.139 milhões para 4.551 milhões), e um aumento da participação relativa da agricultura familiar no valor bruto da produção, de 38 para 40%, houve uma pequena diminuição da sua área total em quase 1% (107,8 para 106,8 milhões de hectares). As políticas de crédito contribuíram para a reprodução dessa desigualdade na alocação de seus recursos: “mais de 80% do gasto previsto nos planos-safras para o setor agropecuário são dirigidos a cerca de 15% dos produtores, ao passo que aos demais 85% cabem 20% dos recursos” (GOMES, 2012, p. 89).

Nesse sentido, verificamos que a histórica concentração de terras no Brasil, gerada e/ou estimulada pelas ações governamentais, é um dos fatores responsáveis pela pobreza no campo, bem como pelo êxodo rural e a dificuldade cada vez mais crescente de manutenção e de reprodução da agricultura familiar.

Diante desta conjuntura, apresentamos e discutimos no próximo item, as principais ações governamentais de planejamento para o setor agropecuário brasileiro, e a importância para os diferentes segmentos produtivos.

1.3 O PLANEJAMENTO PARA O SETOR AGROPECUÁRIO NO BRASIL

A dependência das condições da natureza e a sazonalidade da produção fazem com que o setor agropecuário se diferencie de outros setores produtivos. Para Belik *et al* (2007, p.105) entre as especificidades das atividades agropecuárias está a dependência com relação às condições naturais, que não estão sob o controle dos agentes econômicos, como ocorre com a indústria. “O excesso ou ausência de chuva, pode, por exemplo, comprometer a qualidade do produto agrícola e, em muitos casos, a quantidade colhida”.

Ainda sobre esta temática Buainain (2007) faz uma ressalva:

O progresso tecnológico tem modificado a sazonalidade “natural”, encurtando os tempos de crescimento e maturação das espécies, desenvolvendo espécies adaptadas a ambientes diferentes daqueles originários, modificando as épocas de plantios, além de reproduzir as condições climáticas e ambientais originais, como no caso da plasticultura e da iluminação artificial. Apesar dos enormes progressos nesses campos, em maior ou menor grau a atividade agropecuária continua sazonal e, em grande medida, fortemente dependente de fatores da natureza (BUAINAIN, 2007, p.53).

Diante do exposto salientamos que não defendemos a determinação da produção agrícola pelos fatores naturais, mas compreendemos que apesar dos avanços tecnológicos que solucionaram inúmeras limitações naturais, as condições de clima, solo, relevo, entre outras, continuam sendo fatores cruciais para a produção agrícola.

Ainda no que se refere à diferenciação da agricultura à indústria, vale salientar que na indústria é possível, por exemplo, utilizar as receitas correntes para cobrir gastos, já na agricultura receitas e despesas se processam em períodos diferentes. Primeiro o agricultor tem que arcar com as despesas de preparo do solo, plantio e demais serviços necessários, e só depois, com a colheita, é que obterá a receita proveniente do lucro obtido com a produção. “Isso significa que a necessidade de capital de giro na agricultura é proporcionalmente mais elevada que na indústria” (BUAINAIN, 2007, p.54).

Sobre esta temática, Buainain (2007, p.54) ainda complementa que “[...] enquanto a indústria pode ajustar-se com certa agilidade às mudanças nas conjunturas de mercado, ampliando sua produção caso tenha capacidade ociosa ou reduzindo a produção corrente, a agricultura só poderá ajustar-se na safra seguinte”. Desta forma há a necessidade de planejamento agrícola e de políticas públicas que levem em conta estas características e especificidades da produção agropecuária.

Destacamos como os principais instrumentos de planejamento agrícola: a) **Política de preços agrícolas** (garantia de preços, garantia de renda mínima) que reduzam o impacto negativo desses fatores sobre o nível de renda da agricultura; b) **Políticas de crédito rural** (custeio, comercialização, investimento), que ofereçam os recursos necessários ao produtor, nos prazos adequados às especificidades da atividade agropecuária desenvolvida; c) **Seguro rural** que garanta proteção aos riscos econômicos e naturais; d) **Plano-safra** que explicita o planejamento e os recursos disponibilizados para a produção agropecuária anual.

Sobre as políticas de preços agrícolas, Buainain (2007, p.66-67) esclarece:

[...] As políticas de preços agrícolas foram, no passado, um dos componentes mais fortes das políticas agrícolas, principalmente nos países desenvolvidos. Ainda o são em certa medida, pois tanto na União Europeia como nos Estados Unidos os produtores contam com o suporte de vários mecanismos que atuam diretamente sobre os preços agrícolas. Os objetivos específicos das políticas de preços incluem: reduzir o risco mais elevado que pode comprometer o desenvolvimento da produção agropecuária; melhorar a distribuição de renda inter e intrasetorial; incentivar a produção de alguns produtos específicos; estabilizar ou pelo menos reduzir as flutuações dos preços agrícolas.

Basicamente a política de preço mínimo fixa previamente um valor mínimo a todos ou a uma seleção de produtos, antes do início do plantio. Dessa maneira, o governo cria um mecanismo de regulação dos preços de mercado. Para o estabelecimento do preço mínimo são considerados critérios técnicos e políticos, e também aspectos regionais, podendo ser diferentes para as regiões e/ou tipo de produtor. Outros critérios como custos da produção, a tecnologia adotada, a relação de troca entre preços agrícolas e não agrícolas, o comparativo com preços de fronteiras e internacionais, também são utilizados para o estabelecimento dos preços mínimos dos produtos agrícolas.

Historicamente nos países em desenvolvimento, especialmente na América Latina, as políticas de preços mínimos serviram para evitar preços elevados dos alimentos para os consumidores finais e garantir a oferta de matérias primas de acordo com as necessidades das agroindústrias. Nos Estados Unidos da América o objetivo principal sempre foi sustentar a renda dos produtores agropecuários; na Europa, garantir a segurança alimentar e a estabilidade socioeconômica do meio rural. Nos países em desenvolvimento, os objetivos sempre variaram, ora buscava incentivar a produção de alguns produtos, ora reduzir o risco, ora evitar as acentuadas flutuações dos preços para o consumidor final. Essas variações de objetivos comprometeram em várias situações, a eficácia da política (BUAINAIN, 2007).

O autor ainda explica que no passado essa política era abrangente englobando todo o território nacional, porém na atualidade é mais comum focar em determinadas regiões cujos

mercados locais são mais deficientes, e/ou em grupos de produtores mais vulneráveis, como no Brasil, os assentados e produtores familiares, e em alguns produtos específicos. A forma de gerir esta política varia de país para país, em alguns casos o governo cobre a diferença entre os preços de venda dos produtos no mercado e o preço mínimo definido. Tal intervenção pode incluir limitações como a produção máxima por produtor e área máxima de cultivo protegida pela política governamental (BUAINAIN, 2007).

A partir do Estado Novo (1937-1945) e, depois, com a II Guerra Mundial (1939-1945), iniciou-se no Brasil a busca por um modelo de desenvolvimento autárquico, com ênfase na industrialização substitutiva de importações. Nesse contexto, passe-se a compreender o papel da agricultura no país, e os problemas causados pelas crises de abastecimento interno. De tal modo que surgem as primeiras ações para uma política de crédito agrícola, com a Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil (1937), e uma primeira sinalização para uma política de preços mínimos, com a criação da Comissão de Financiamento da Produção (1943) (MUELLER, 1984).

É necessário evidenciar porém, que tais instrumentos, não foram iniciativas do setor público agrícola, e sim de segmentos da área econômica do governo e do comando militar, preocupados com possíveis restrições produtivas da agricultura como consequência da II Guerra (ABREU, 1990).

Vale salientar também que em cada período essas políticas tinham objetivos específicos: na década de 1930, por exemplo, se deram em defesa da produção e do emprego, ameaçados pela crise de 1929. Na década de 1960, com o Governo Militar, se voltava à modernização técnica da agricultura, e nos momentos necessários servia para a solução pontual das crises de abastecimento (DELGADO; CONCEIÇÃO, 2005). Sobre os objetivos da PGPM no Brasil, Buainain (2007, p.69) argumenta:

[...] até recentemente, um dos objetivos era reduzir a sazonalidade dos preços agrícolas, tanto para os produtores como para os consumidores. O mecanismo básico é o financiamento de estoques privados durante os meses de safra, quando os preços tendem a cair e a aquisição, pelo preço mínimo definido anteriormente, de parte da produção (BUAINAIN, 2007, p.69).

Comprendemos assim que no caso brasileiro a política de preço mínimo objetivou, em especial, regularizar os preços dos produtos nas diferentes fases do cultivo. Lembramos que no século XX as políticas de preços agrícolas vinculadas à formação de estoques físicos tiveram forte tradição no Brasil.

Depois de 1930, de maneira sistemática, organizaram-se no Brasil várias estruturas estatais de proteção e organização dos mercados agrícolas. Em particular o café, o açúcar e o trigo contaram com políticas permanentes e

especiais de intervenção nos sistemas de preço e nos mercados de estoques. Isto também ocorre com os produtos agrícolas abrangidos pela pauta da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) (DELGADO; CONCEIÇÃO, 2005, p.26).

Atualmente no Brasil, a política de preço mínimo tem como foco algumas regiões que apresentam mercados locais deficientes e à grupos mais vulneráveis como assentados e produtores familiares e a alguns produtos em específico, (BUAINAIN, 2007), o que denota o caráter restritivo desta política.

No que se refere à política de crédito rural, basicamente, se divide em custeio, comercialização e investimento. As políticas de financiamento da produção e comercialização da produção agropecuária servem para regulamentar o setor, garantindo a gestão adequada para o funcionamento dos mercados agropecuários. Na política de crédito rural são fixadas taxas de juros, prazo e condições de pagamento, de acordo com a categoria do produtor (pequeno, médio, grande, familiar ou não familiar, assentado ou não), e considera as regiões a partir das condições naturais e econômicas de cada uma.

A oferta de recursos para custeio e investimento são condicionantes fundamentais da produção agropecuária, por isto ressaltamos a importância de um planejamento criterioso da política de crédito agrícola. O volume de recursos disponíveis estabelece o alcance da política de financiamento, no entanto, as condições colocadas como taxa de juros, formas e prazos de pagamento também são fundamentais, pois muitas vezes os recursos são oferecidos, mas não utilizados e/ou não viáveis devido às condições impostas.

Sobre este processo vale ainda ressaltar a importância das instituições ou canais de distribuição dos recursos, pois a atuação dessas instituições é fundamental no acesso ao crédito aos produtores.

Em geral os canais de distribuição do crédito não são considerados como instrumentos da política; no entanto, dada a evidência inquestionável de que mesmo políticas desenhadas em muitos países para favorecer os produtores familiares fracassaram devido a uma institucionalidade inadequada, é fundamental considerar esse aspecto em qualquer esquema de incentivos à produção familiar (BUAINAIN, 2007, p. 74).

No Brasil, a instituição que historicamente mais tem atuado na política de crédito para a agricultura é o Banco do Brasil (BB). Para Buainain (2007) embora o BB não tenha suprido às demandas dos produtores familiares, e tenha seguido o modelo de ênfase de distribuição de crédito para a agricultura patronal, foi a única instituição financeira que realizava/realiza em grande escala operações com os pequenos produtores.

Quanto às políticas de crédito para comercialização, no Brasil há o Empréstimo do Governo Federal (EGF), que é um financiamento para estocagem da produção, com depósito do produto como garantia em armazém credenciado pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). O EGF financia a estocagem da produção tendo por parâmetro o preço mínimo. “O crédito para comercialização permite que os produtores retenham parte de sua colheita em estoques, o que reduz a oferta sazonal e a pressão baixista sobre os preços de mercado em benefício do conjunto dos agricultores” (BUAINAIN, 2007, p.75). Ou seja, permite que o produtor possa esperar o período de melhores preços, na entressafra, para vender seu produto. No caso de os preços não se recuperarem, é possível transformar o crédito em venda para o governo (Aquisição do Governo Federal – AGF).

Na política de comercialização ocorrem ainda aquisições diretas do setor público, onde o governo adquire a preço mínimo a produção. “Ou seja, caso os preços de mercado fiquem abaixo do mínimo, o governo deve pagar aos agricultores o preço mínimo adquirindo a produção e mantendo-a em seu estoque estratégico” (BUAINAIN, 2007, p.75). Geralmente esta intervenção se dá quando o preço de mercado está abaixo do mínimo, ou quando há uma produção excedente em relação à demanda anual.

Neste caso, o governo adquire o produto e o transforma em estoque estratégico para quando a oferta estiver abaixo da demanda por questões de baixa produtividade, entre outras questões. No Brasil a aquisição pode ser direta, com o produtor entregando seus produtos ao governo logo após a colheita, ou quando os créditos de comercialização são liquidados pela entrega ao governo da produção estocada.

Almeida e Zylbersztajn (2008, p.268) ao avaliarem a perspectiva institucional sobre os contratos de crédito agrícola no Brasil enfatizam que “o contrato de crédito agrícola é responsável pela alocação de recursos físicos e financeiros entre agricultores, governo, agentes tradicionais do crédito e empresas privadas”. Sendo assim é preciso considerar a interdependência entre todos esses agentes para analisar o sistema de crédito agrícola, levando em conta ainda as incertezas e especificidades inerentes à atividade agrícola.

Já o seguro rural é outro importante instrumento de regulação para o setor agropecuário, pois no caso da agricultura, o risco econômico é potencializado pelos efeitos de ocorrências aleatórias da natureza sobre a produção e o rendimento. A ausência de mecanismos de proteção contra esses riscos tem efeitos sobre a produção e os investimentos. Partindo desta perspectiva evidenciamos que a diminuição desses riscos pelo mecanismo de seguro, contribui para melhorar a qualidade e promover o crescimento produtivo.

Ramos (2009, p.5) ressalta que “o seguro rural é um mecanismo de política agrícola importante que permite melhorar e proteger a atividade agropecuária, por meio da prevenção e da redução dos riscos, do incentivo a novas culturas [...] e de estímulo ao emprego de novas práticas de cultivo”. No entanto, a mesma autora alerta que no Brasil este mecanismo ainda é bastante restrito, pois em 2007, por exemplo, somente 3,84% da área plantada no Brasil foi segurada.

O seguro rural foi criado em 1954 com a Lei Federal nº 2.168, de 11.01.54 que instituiu o seguro agrário, criou a Companhia Nacional de Seguro Agrícola (CNSA), entidade federal de economia mista, com o objetivo de desenvolver o Seguro Agrário, e instituiu o Fundo de Estabilidade do Seguro Agrário (FESA).

O seguro rural engloba variadas modalidades como: seguro agrícola (danos oriundos de fenômenos meteorológicos e incêndios); seguro pecuário (morte dos animais); seguro aquícola (morte ou riscos aos animais aquáticos); seguro de benfeitorias e Produtos Agropecuários (perdas ou danos a bens diretamente relacionados à atividade agrícola); seguro de vida (ao produtor rural, devedor de crédito rural durante a vigência do financiamento), entre outras.

A ampliação dos seguros agrários no Brasil veio com a Lei Federal nº 4.430 de 20.10.1964, estabelecendo a obrigatoriedade do seguro agrícola nas operações de financiamento para a agropecuária, feitas pelos bancos públicos ou de economia mista, com predomínio das ações da União. Outro marco regulatório importante foi o Decreto-lei nº 73, de 21.11.1966, que criou o Fundo de Estabilidade do Seguro Rural, ampliando a obrigatoriedade da contratação do seguro rural nas operações de financiamento para a agropecuária e para todas as instituições financeiras do Sistema Nacional de Crédito Rural. Também isentou as operações de seguro rural de quaisquer impostos ou tributos federais (RAMOS, 2009).

Em 1973, foi aprovada a Lei Federal nº 5.969, de 11 de dezembro, que instituiu o Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (PROAGRO), que tirava do produtor rural as obrigações financeiras relativas a operações de crédito, cujo pagamento tenha sido impossibilitado pela ocorrência de fenômenos naturais, pragas e doenças que gerassem perda de bens, rebanhos e plantações. O PROAGRO segurava apenas 80% do crédito de custeio e investimento contratado.

Em 03.09.1979 foi promulgada a Lei Federal nº 6.685, que ampliou a cobertura do PROAGRO até 100% do financiamento de custeio ou investimento concedido pela instituição

financeira, e dos recursos próprios do produtor. A constituição de 1988 definiu o seguro agrícola como instrumento da política agrícola, tanto no planejamento quanto na execução.

Em 17.01.1991, foi criada a Lei Federal nº 8.171, que dispôs sobre a política agrícola, compreendendo o seguro agrícola como parte fundamental, já a apólice de seguro agrícola passa a constituir garantia nas operações de crédito rural. “Incluiu no PROAGRO a indenização de recursos próprios utilizados pelo produtor em custeio rural, quando houvesse quebra de safra por ocorrência de eventos climáticos, vinculados ou não a financiamentos rurais” (RAMOS, 2009, p.8).

Em 19.12.2003 foi criada a lei Federal nº 10.823, regulamentada pelo Decreto Federal nº 5.121, de 29 de junho de 2004, “que dispõe sobre a subvenção econômica ao prêmio do seguro rural e institui o Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural¹⁵” com o intuito de promover a universalização do acesso ao seguro rural; assegurar o papel do seguro rural como ferramenta de estabilidade da renda agropecuária; promover o uso de tecnologias e modernizar a gestão do empreendimento agropecuário (RAMOS, 2009, p.9). Ainda em 2004 a Resolução nº 3.234, do Banco Central criou o “PROAGRO Mais” para atender aos pequenos produtores vinculados ao Pronaf nas operações de custeio agrícola.

Discutindo sobre esta temática, Ramos (2009) concluiu que embora há anos venham sendo tomadas decisões para implementação do seguro rural, não houve até a atualidade um desenvolvimento significativo desta política. Entre outras razões, a autora aponta: a) a falta de uma cultura de contratação do seguro rural pelo produtor; b) o produtor considera esse serviço caro; c) falta de informações sobre este instrumento; d) falta de profissionais qualificados na área. Assim, vemos que é preciso avançar nesta política, tendo em vista sua importância e o acesso ainda restrito por parte dos produtores.

Dentre os instrumentos da política agrícola brasileira, destacamos também o Plano-Safra, que é definido por Buainain (2007) como um importante instrumento de planejamento da produção agropecuária, pois:

[...] consolida em um único documento os principais objetivos e medidas de política aprovadas pelo governo para o próximo ano agrícola. Esse instrumento, de escopo anual, e em geral publicado a véspera do início do calendário agrícola mais importante do país (no caso brasileiro a safra de verão), tem natureza produtivista e de curto prazo. As medidas incluídas no Plano-Safra podem ser modificadas automaticamente pelo governo, não se constituindo, portanto, em compromissos seguros que possam orientar as decisões dos produtores (BUAINAIN, 2007, p.72).

¹⁵ Programa desenvolvido pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA. A subvenção pode ser solicitada por pessoa física ou jurídica que cultive os produtos incluídos no programa, sendo possível contemplação com outras subvenções concedidas por Estados ou Municípios. Este programa proporciona redução de 30 a 70% do custo do seguro para o produtor rural.

Já para Delgado e Conceição (2005, p.27), no que se refere ao Plano Safra, salientam que há uma “imprescindível necessidade, tendo em vista estruturar os mercados agrícolas na concorrência interna e externa”. Como podemos analisar, apesar de se constituir em um dos instrumentos mais importantes para o planejamento agrícola do país, o Plano-Safra não trás estabilidade aos produtores, visto que as medidas podem ser alteradas modificando suas decisões.

Ainda para Delgado e Conceição (2005) os Planos Anuais de Safra é que sinalizaram a leitura das políticas de intervenção nos mercados dos produtos agrícolas no Brasil até o início dos anos de 1990, e contém um arranjo de instrumentos interventivos nos mercados agrícolas em duas vias:

- fomentar *ex-ante* a produção setorial (ou subsetorial), antecipando preços de garantia, crédito de custeio a taxas favorecidas e formas diversas de seguro de produção ou seguro de crédito;
- planejar condições específicas de comercialização desta produção, objeto de fomento, mediante arranjos da política cambial (café e açúcar – anos 1960/1970); formação de estoques aos preços de garantia e/ou provisão do crédito de comercialização (DELGADO; CONCEIÇÃO, 2005, p.27).

Os autores salientam que os Planos de Safra continuam vigentes até o presente, mas como uma significativa mudança a partir de 1992-1996, a sucessiva substituição da formação física de estoques, e complementam:

Todas as mudanças importantes que foram feitas na agricultura brasileira nos últimos 60 anos dependeram e se estruturaram por meio de instrumentos de planejamento anuais contidos nos Planos de Safra. A política de valorização do café (anos 1950), a política de auto-suficiência do trigo (anos 1960-1987), a modernização técnica da agropecuária (governos militares) etc. adotaram nos planos anuais de safra, permanentemente renovados, os mecanismos de promoção permanente dessas políticas agrícolas (DELGADO; CONCEIÇÃO, 2005, p.27).

Assim sendo, destacamos a relevância do plano safra na dinâmica produtiva da agropecuária brasileira, bem como nos rumos propostos para esta atividade econômica tão fundamental ao país. É importante dizer que em 2003 foi lançado o primeiro plano safra para a agricultura familiar, reforçando o movimento de reconhecimento público deste segmento produtivo iniciado na década de 1990. Como fica evidenciado nesses planos desde o surgimento, há uma ênfase da oferta de crédito agrícola a este segmento.

Como evidenciamos, o planejamento agrícola requer uma série de ações e políticas que ofereçam condições de produção aos diversos segmentos do setor agropecuário. Vale destacar que na atualidade uma das preocupações centrais no que se refere às políticas

agrícolas é com relação à infraestrutura, diferente do que ocorria no passado quando os incentivos se davam prioritariamente a partir dos preços de produtos, insumos, máquinas e dinheiro (BUAINAIN, 2007). Ainda sobre a questão da infraestrutura para produção na atualidade, o autor enfatiza:

Os diagnósticos recentes sobre a agricultura brasileira apontam os problemas de infraestrutura como um dos principais obstáculos para o crescimento do setor. Não se trata de um problema localizado nas regiões de fronteira. Mesmo nos estados mais desenvolvidos, a infraestrutura vem colocando entraves ao desenvolvimento, seja elevando os custos de produção, reduzindo a competitividade e/ou até mesmo inviabilizando totalmente a produção de alguns produtos (BUAINAIN, 2007, p.82).

Sendo assim vemos o dinamismo do setor agropecuário e a necessidade de constantes levantamentos a respeito da conjuntura produtiva de diferentes regiões do país e a importância do planejamento das políticas públicas a partir dos resultados das pesquisas. Neste sentido, os estudos em geografia agrária contribuem para compreender a história da produção agrícola do país, bem como os rumos e propostas para o futuro desta produção.

Assim, fechamos esta abordagem e passamos a discutir no próximo item, a perspectiva do desenvolvimento local, especialmente nos municípios com pequenas cidades e a importância da cultura para os vínculos comunitários.

1.4 O DESENVOLVIMENTO LOCAL, AS PEQUENAS CIDADES E AS RAÍZES CULTURAIS DOS HABITANTES

A noção de desenvolvimento usualmente está vinculada à perspectiva econômica, ou do crescimento econômico, como se convencionou denominar mais recentemente. Ao conceito de desenvolvimento é comum a inserção de variados adjetivos, por exemplo: sustentável, rural, urbano, econômico, local. Desta forma, a depender da abordagem adotada, muda-se os sujeitos sociais envolvidos e ocorrem conflitos de interesses.

Compreendemos que o conceito de desenvolvimento é muito mais abrangente que apenas a perspectiva do crescimento econômico. Desenvolvimento implica no acesso de qualidade à educação formal, à moradia digna, ao atendimento adequado nos serviços de saúde, à formação e profissionalização das pessoas, ao acesso ao lazer e à vida em comunidade, o direito a um ambiente menos degradado, ao respeito às diversas culturas e religiões. Dentro desta perspectiva, cabe destacar:

[...] um conceito alternativo de desenvolvimento que leva em consideração a dimensão humana e social tem ganhado a atenção de alguns setores da sociedade comprometidos com a melhoria da qualidade de vida da população brasileira. Cada vez mais, a abordagem tecnicista do tema do desenvolvimento deixa de ser hegemônica [...] (FARIA, 2002, p. 103).

Diante desta concepção há a prerrogativa do “desenvolvimento humano”, que indica a necessidade de um conjunto de requisitos de bem estar e qualidade de vida. Frente a esta perspectiva, origina-se a temática do desenvolvimento local, que se fortaleceu na década de 1990, transferindo uma agenda de responsabilidades aos municípios. Frequentemente as ações convergiram para práticas de diagnósticos de potencialidades locais, considerando características sociais, culturais e ambientais dos municípios, a partir da tradição e vocação econômica e dos recursos naturais e humanos disponíveis.

De acordo com Brose (1999, p. 48) “apesar de se referirem a ideias diferenciadas, os conceitos de desenvolvimento rural, desenvolvimento local, desenvolvimento local baseado na agricultura familiar, e similares, são utilizados na linguagem coloquial de modo pouco diferenciado”. O autor acrescenta que o conceito de desenvolvimento local surge do entendimento de que o meio rural, por não ser apenas agrícola, engloba as pequenas cidades, e estas, apesar de serem espaços urbanos, vinculam-se de modo estreito ao meio rural, visto que a economia local depende em muito do setor agropecuário, e na área urbana são oferecidos a prestação de serviços básicos. Ainda sobre as ações de desenvolvimento local, Brose esclarece:

No geral, indicadores de impactos para projetos e programas de fortalecimento do desenvolvimento local podem ser: manutenção e criação de postos de trabalho; início de novas atividades econômicas; pluriatividade na agricultura familiar; estabilidade na renda familiar; manutenção de uma paisagem rural equilibrada; ativa participação da população nas decisões nos seus espaços econômicos; novas formas de gestão pública, entre outros (BROSE, 1999, p. 49).

Frente a esta abordagem, evidenciamos a importância da geração de empregos, tanto em atividades econômicas presentes nos municípios, como pela implantação de novas atividades. No caso dos municípios pesquisados, podemos citar a instalação de agroindústrias (lácteos, doces, conservas, panificação, derivados da mandioca) e facções de costura, vinculadas à fortalecida indústria têxtil regional, com destaque para Cianorte.

Também verificamos a necessidade de fortalecimento da agricultura familiar, por exemplo, a partir da diversificação das culturas agrícolas, como a implantação e fortalecimento da fruticultura e da olericultura, seja para geração de emprego e renda, seja para a promoção de práticas produtivas menos nocivas ao meio ambiente. Neste sentido,

destacamos a importância de políticas públicas, tanto para agricultura familiar como para outros segmentos, como a indústria e o comércio, pois além de fortalecerem as atividades, promovem maior participação popular nas decisões sobre investimentos e na gestão pública.

As ações de desenvolvimento local chamaram a atenção de variados segmentos, em especial do meio acadêmico, o que levou a análises e estudos a esse respeito, que convergem “para o local como um espaço de efetiva atuação de diferentes indivíduos e segmentos sociais na busca do desenvolvimento” (FRANÇA; VAZ; SILVA, 2002, p. 6). Os resultados dessas análises apontam para a importância do exercício de uma resistência frente a um modelo econômico neoliberal e a uma estrutura política excludente.

Sendo assim, “[...] a capacidade de mobilização e articulação de atores sociais aparece como uma dimensão fundamental, indicando que os aspectos sociais e políticos desempenham um papel chave nos resultados econômicos, tornando sua dissociação não recomendada” (FRANÇA; VAZ; SILVA, 2002, p. 7). Desta maneira focou-se na sociedade civil como protagonista de um novo modelo de desenvolvimento, evidenciando-se então a relevância da participação político-social dos atores locais nas iniciativas de desenvolvimento local, devendo-se considerar seu grau de organização e envolvimento, sendo estes fatores preponderantes para o êxito dessas ações. Sobre esta questão, Brose argumenta:

[...] políticas públicas – especialmente as voltadas ao desenvolvimento local – só obtêm sucesso se contarem com a ativa participação dos beneficiários, e isso significa bem mais do que, por exemplo, organizar um mutirão na comunidade a título de “participação” da comunidade (BROSE, 1999, p. 65).

Assim, é essencial o envolvimento contínuo da comunidade para a aplicação das políticas públicas. Neste mesmo sentido, Oliveira (2001, p. 12), afirma que para que haja êxito no enfoque sobre desenvolvimento e em específico sobre desenvolvimento local, a partir de uma perspectiva que considere o humano e o social, é fundamental o fortalecimento da cidadania. Da mesma forma, “a noção de desenvolvimento local, como qualidade, ou ancora na cidadania, ou então será apenas sinônimo de uma certa acumulação de bem-estar e qualidade de vida nos âmbitos mais restritos”. Brose (1999, p. 65) corrobora com este entendimento ao afirmar: “a participação é resultado de um longo processo de democratização e construção da cidadania que transforma aos poucos a sociedade e o espaço público”. Além disso, é necessária a construção de articulações.

[...] o protagonismo local, a articulação entre organização e conhecimento, o fomento ao empreendedorismo integrado a redes e cadeias produtivas, a criação de novos espaços públicos de decisão e gestão, a mudança de cultura política, entre outros fatores – adquirem grande relevância em um processo de desenvolvimento local (FRANÇA; VAZ; SILVA, 2002, p. 8).

Diante desta tendência de se pensar o desenvolvimento a partir do local, ações e projetos colocados em prática, como por exemplo: incubadoras, agências de desenvolvimento, consórcios intermunicipais, apoio à agricultura familiar, políticas de atração de investimentos, intervenções em cadeias produtivas e sistemas locais de produção, capacitação de empreendedores e outros agentes, criação de infraestrutura e intervenções urbanas, apesar de serem complementares, em grande parte dos casos não alcançaram integração (FRANÇA; VAZ; SILVA, 2002).

Os autores ainda explicam que essas iniciativas partem de órgãos e instituições variadas, “como governos, organizações da sociedade civil, sindicatos, setores populares, agências de fomento, entre outros”. Dessa forma, confirma-se que a temática do desenvolvimento local não ficou apenas no campo das ideias, mas efetivamente foi praticada por inúmeros agentes locais (FRANÇA; VAZ; SILVA, 2002, p. 8).

No entanto, considera-se que tem havido uma ênfase exagerada na capacidade endógena dos municípios (MOURA, 2009; FRANÇA; VAZ; SILVA, 2002; OLIVEIRA, 2001), como se tivessem a autonomia necessária para desenvolverem-se de modo independente. Sobre esta abordagem, destacamos o entendimento de Oliveira (2001, p. 13):

[...] está-se elaborando um discurso sobre o desenvolvimento local como paradigma alternativo à sociedade plugada de conflitos por todos os lados; desenvolvimento local é apresentado como um “emplastro” (do romance de Machado de Assis, Memórias Póstumas de Brás Cubas) capaz de curar as mazelas de uma sociedade pervertida, colocando-se no lugar bucólicas e harmônicas comunidades.

Desta maneira, o principal problema que se verifica são as estratégias de desenvolvimento local que estão sendo pensadas apenas por meio da escala espacial local/municipal, sem considerar as influências mais gerais do ambiente macroeconômico, e sem o estabelecimento de articulações concretizadas com as demais esferas de governo. Sobre esta questão, Moura (2009, p. 36), elucida:

Torna-se inequívoca a necessidade do pacto federativo, no qual o Estado nacional se estruture de forma que permita a convivência de um poder central forte e articulado com entes federados dotados de autonomia, recursos e atribuições relevantes, e que concilie essas múltiplas instâncias político-administrativas, segundo cortes justapostos de abrangência jurisdicional territorial; um modelo de difusão de poderes, no qual a União passe a conviver com o contraditório, sem romper sua unidade.

Corroborando com estas análises, Carvalhal (2009) defende que o desenvolvimento local autogerido deve buscar metas como: justiça social, democracia radical, equilíbrio social da renda e equilíbrio ambiental. O autor levanta ainda a questão de que não havendo

articulação entre o local e demais segmentos e instâncias do governo, por meio de um pacto geral, corre-se o risco de haver uma disputa entre lugares na atração de capital, o que leva à diminuição da qualidade de vida da população e ao não desenvolvimento socioeconômico.

A partir dessas acepções, destacamos as políticas públicas como alternativas para o estabelecimento de maior articulação entre as esferas de governo, pois muitas das políticas públicas desenvolvidas nos municípios exigem esta articulação. No entanto, como alerta Faria (2002, p. 106) “o desenvolvimento local não será alcançado apenas através de políticas públicas, ainda que a implementação de algumas ações possa contribuir para criar um ambiente mais favorável para o debate sobre o assunto”.

Dessa forma, verificamos, como será tratado no capítulo III desta tese, que as políticas públicas contribuem para maior articulação dos municípios entre setores da própria administração local, como com os demais organismos governamentais e outras instituições, porém é necessário planejamento estratégico dos atores sociais envolvidos, em especial, das lideranças locais, com objetivo de promover esta articulação. Sobre esta questão, Moura (2009, p. 36), explica:

É necessário também criar articulações intermunicipais: consórcios, associações, agências, fóruns, redes, câmaras intermunicipais, que auxiliem na solução de problemas comuns, e ter claras, na cooperação, as responsabilidades, evitando a subordinação dos mais fracos pelos mais fortes, pois a cooperação implica (re) definição do poder.

Neste sentido, é importante destacar que o exercício do Poder Local no Brasil historicamente vincula-se ao coronelismo¹⁶, ao patrimonialismo¹⁷ e ao personalismo¹⁸, no entanto, em um regime democrático, é preciso ser entendido a partir da perspectiva da descentralização e participação cidadã na gestão pública (SANTIN, 2007). Ainda sobre esta questão, a autora esclarece:

[...] num Estado Democrático de Direito o Poder Local apresenta-se como um novo paradigma de exercício do poder político, fundado na emancipação de uma nova cidadania, rompendo as fronteiras burocráticas que separam o Estado do cidadão e recuperando o controle do cidadão no seu Município mediante a reconstrução de uma esfera pública comunitária e democrática (SANTIN, 2007, p. 323).

¹⁶ Prática de cunho político-social, presente no meio rural e nas pequenas cidades do interior, que floresceu durante a Primeira República 1889-1930. “[...] é sobretudo um compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público, progressivamente fortalecido, e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente dos senhores de terras” (LEAL, 1997, p.23).

¹⁷ É um termo utilizado para descrever a falta de distinção por parte dos líderes políticos entre o patrimônio público e o privado em um determinado governo de determinada sociedade (SCHWARTZMAN, 2007).

¹⁸ Valorização da figura do candidato ou do governante em detrimento do partido político ou do governo (BAQUERO, 1994).

Diante do exposto, compreendemos a necessidade de se romper com as velhas práticas enraizadas nos segmentos político-administrativos, sobretudo as cristalizadas nos âmbitos locais, ampliando os mecanismos participativos na gestão municipal, pois como esclarece Faria (2002, p. 124), os detentores do poder em geral “[...] não estão interessados em abrir mão dele em benefício de outras parcelas da população, normalmente excluídas quando da composição de um conselho municipal qualquer. A ‘prefeiturização’ dos conselhos, aliás, é um fato corriqueiro”. Desta maneira, romper com este processo exige aprimoramento das instituições de educação para emancipar as pessoas e encorajá-las a deliberar sobre política.

Dito isto, cabe esclarecer que concomitante à abordagem sobre desenvolvimento local, surge uma preocupação mais acentuada a respeito das pequenas cidades, pois “estas localidades abrigam significativa parte da população brasileira e constituem numerosos pontos de suporte territorial para todo país” (ENDLICH; ROCHA, 2009, p. 9). Assim, buscou-se desenvolver os projetos de desenvolvimento local, em especial nos municípios com pequenas cidades. A respeito das pequenas cidades, Fresca (2009, p. 41), esclarece: “[...] a intensificação da reestruturação produtiva impôs para estas, outras demandas que possibilitaram o desempenho de novas centralidades no contexto das redes urbanas”. Sobre este processo no Paraná, Moura enfatiza:

No âmbito estadual, a adoção de uma política de desconcentração econômica emerge como importante medida, não somente para aliviar a pressão por infraestrutura e serviços públicos, tanto do setor produtivo, quanto por parte da população, mas principalmente, para melhor aproveitar a potencialidade produtiva das demais porções do Paraná. Aos pequenos municípios é fundamental apoio e fortalecimento das atividades existentes, como também o adensamento das cadeias produtivas (MOURA, 2009, p. 36).

Para a autora, nas espacialidades socialmente críticas do estado do Paraná, que representam os resultados estruturais específicos da dinâmica seletiva da expansão do capital, o baixo desenvolvimento econômico é um processo que tende a se perpetuar, caso não haja ações de intervenção, aumentando assim a desigualdade em relação a outras áreas do Estado. Desta forma, estas áreas “demandam, como medida emergencial, a convergência de programas em curso e de outros em formulação, coordenados articuladamente, numa ação conjunta com as organizações locais já existentes [...]”, priorizando a redução da vulnerabilidade social e o fortalecimento e a dinamização das economias locais (MOURA, 2009, p. 37).

Complementando essas ideias, destacamos o entendimento de Endlich e Rocha (2009), pois ressaltam que as pequenas cidades do Norte Paranaense representam uma herança histórica e regional. Corroboramos com este entendimento e compreendemos que é nas

pequenas cidades que as pessoas constituem um vínculo mais estreito com o outro, com a comunidade e também com o espaço e o território, criam um sentimento de pertencimento, de apego ao lugar.

Nessa mesma direção, Pelegrini e Funari (2008, p. 23) explicam que “partindo do pressuposto de que as pessoas de um mesmo grupo compartilham valores, de que se sentem partícipes, formulou-se o conceito normativo de ‘pertencimento’ (*belonging*)”. Desta maneira, acreditamos que pela facilidade de se conhecer e constituir vínculos com as pessoas nos municípios com pequenas cidades, o pertencimento torna-se mais corriqueiro.

Compreendemos que um caminho interessante para entender estes vínculos é o estudo da resistência cultural e das raízes culturais, pois o enraizamento espacial e sociológico é comum no meio rural, sendo que a perspectiva na qual tratamos esta temática parte da Geografia Cultural crítica. “Esta geografia, consciente de sua subjetividade, busca nos discursos, nas práticas espaciais, nas representações dos homens, suas racionalidades e sentimentos de pertencimento, as coerências e contradições para conhecimento do lugar, das regiões e dos territórios” (ALMEIDA, 2008, p. 316).

Sendo assim é importante conceituar cultura, pois de acordo com a opinião de Ullmann (1983, p. 84) “[...] para abarcar o conjunto dos costumes humanos, foi escolhido o termo cultura, expressando a totalidade da experiência humana acumulada e socialmente transmitida”. De acordo com Claval (2007, p. 63):

A cultura é a soma dos comportamentos, dos saberes, das técnicas, dos conhecimentos e dos valores acumulados pelos indivíduos durante suas vidas e, em uma outra escala, pelo conjunto dos grupos de que fazem parte. A cultura é herança transmitida de uma geração a outra. Ela tem suas raízes num passado longínquo, que mergulha no território onde seus mortos são enterrados e onde seus deuses se manifestaram. Não é portanto um conjunto fechado e imutável de técnicas e de comportamentos. Os contatos entre povos de diferentes culturas são algumas vezes conflitantes, mas constituem uma fonte de enriquecimento mútuo. A cultura transforma-se, também, sob o efeito das iniciativas ou das inovações que florescem no seu seio.

Neste sentido, vemos que a cultura é a característica humana de aprender formas de se viver e de humanizar-se, e que este processo perpassa gerações, no entanto se transforma “[...] uma vez que seus usos e sentidos incorporam significados ao longo do tempo”. Porém essas ressignificações enriquecem os bens culturais, sejam os materiais ou imateriais, mantendo o vínculo com as tradições de origem e à dinâmica social dos grupos identitários (PELEGRINI; FUNARI, 2008, p. 42).

Frente a isto, compreendemos que de modo geral, o grupo social que ora estudamos, os agricultores familiares e especialmente os aposentados rurais, tem suas raízes históricas e

culturais vinculadas à dinâmica de vida no meio rural, cuja conduta das pessoas, suas ações e decisões se pautam, sobretudo, por uma ordem moral. Entendemos que a permanência dessas pessoas no meio rural ou nos pequenos municípios, significa uma resistência frente ao processo de êxodo rural e migração rumo aos centros urbanos maiores, provocados pela modernização agrícola.

Dessa forma, compreendemos que este grupo estudado, manteve ao longo do tempo um vínculo forte com o espaço, com o lugar, com a terra, e obviamente com as pessoas, com a comunidade na qual compartilham valores, hábitos, códigos de comunicação, técnicas de produção, ideologias e crenças. Neste sentido, ressaltamos que “a vida cotidiana é assim toda penetrada de automatismos: não há necessidade de parar para refletir, o que convém fazer é conhecido [...]” (CLAVAL, 2007, p. 80). O autor ainda elucida:

A cultura faz assim passar de uns aos outros as **representações coletivas**. O que lemos no mundo e na sociedade é o que aprendemos a ver; nós o enunciamos nos termos que sabemos utilizar [...] a maneira como o campo visual é varrido, como os sons são analisados e os perfumes rememorados traz a marca de contextos comuns [...]. Cada cultura caracteriza-se por um sistema original de representações e de construções intelectuais. Isto não ocorre sem influência sobre a afetividade e sobre a atividade (CLAVAL, 2007, p. 81).

Frente a essas acepções, compreendemos que a realidade vivenciada interfere nas preferências e valores das pessoas, constituindo organizações hierárquicas institucionalizadas, assim definem atitudes e escolhas, o mal e o bem, o feio e o bonito, o proibido e o permitido, o tolo e o sábio (CLAVAL, 2007). Assim, a vida em comunidade é fundamental, pois cria o sentimento de pertencer a um mesmo conjunto, a necessária aceitação de si e do outro, a aceitação de normas de conduta, a relação de confiança mútua, o senso de responsabilidade e solidariedade para com o grupo. Sobre a vida em comunidade, Claval (2007, p. 114) elucida:

Uma comunidade de base pode se construída a partir de elos de sangue e de aliança que unem os membros de uma mesma família. Ela pode igualmente ser formada segundo um modelo análogo por um contrato de associação entre os membros unidos por um mesmo ideal e um projeto comum. Partilhar de uma mesma fé religiosa entre irmãos que se reconhecem filhos de um Deus criador é um cimento eficaz. Uma comunidade pode enfim resultar da co-habitação de pequenos grupos num mesmo lugar.

Cabe também destacar que “a comunidade familiar desempenha um papel central em todas as sociedades tradicionais. Ela pode se estender ao tamanho de um clã formado por todos os descendentes de um ancestral comum”, e geralmente a comunidade familiar apresenta um sistema de solidariedade como o auxílio e a hospitalidade mútuos (CLAVAL,

2007, p. 114). Assim, notamos que há várias formas de se constituir uma comunidade, porém todas necessitam de uma base territorial.

Coadunando com essas reflexões, Almeida (2008), esclarece que os territórios são portadores de ideologia, de representações simbólicas e do inconsciente, de diversas relações e de base material, assim levam a um enfoque diversificado da territorialidade, a uma imagem de mundo subjetiva, evolutiva que se vincula à identidade. Neste sentido evidenciamos que no território aparecem operações simbólicas e nele os sujeitos projetam suas concepções de mundo.

As comunidades caracterizam a constituição das territorialidades. O estudo de Claval (2007) explica que a vila tradicional rural é um modelo de comunidade localizada, que surge nas frequentações por meio da co-habitação. Nessas comunidades os habitantes vivem de modo semelhante, com facilidade para o auxílio mútuo. É comum o casamento entre membros das famílias das vilas vizinhas. O autor ainda explica:

A isto se acrescenta um vivo sentimento do lugar, do território comunitário como patrimônio comum, quer a propriedade seja totalmente ou parcialmente coletiva, quer seja privada. Todos foram batizados na mesma igreja, frequentaram a mesma escola e serão enterrados no mesmo cemitério comunal. [...]. A partir dessas unidades vividas, ampliam-se os círculos de lugares aos quais se pertence, sente-se próximo dos habitantes da região [...].

Porém, é importante compreendermos que essas comunidades, mesmo as mais tradicionais sofrem influência dos diferentes segmentos sociais, especialmente o político e o econômico. Disso decorre “à medida que a divisão de trabalho e os papéis tornam-se mais evoluídos e que os sistemas hierárquicos pesam mais sobre o funcionamento da sociedade, o sentido de comunidade – quer seja pequena ou ampla – enfraquece-se ou reduz-se [...]” (CLAVAL, 2007, p. 117).

Dessa maneira, verificamos que é inegável o peso, especialmente das lógicas econômicas, na compreensão da produção e organização do espaço geográfico e das dinâmicas de vida dos grupos humanos, porém não podemos negligenciar que existe uma dimensão simbólica, pois os grupos humanos dão sentido àquilo que os cerca. Neste sentido, ressaltamos a explicação de Ullmann (1983, p. 85), pois expõem que “[...] o mundo, para o homem, não é apenas um meio vital como o é para o animal. É um mundo interpretado, elaborado simbolicamente, que, portanto, tem um sentido outro do que o mero dado factual”. Ainda sobre este aspecto, Claval aborda:

A finalidade do trabalho não é somente econômica: aquele que fabrica um objeto tem prazer em lhe dar elegância e ornamentá-lo. [...]. Os apartamentos e as casas não são somente simples máquinas de viver. São os lugares de lembranças, aquele dos ancestrais ou das etapas felizes ou dramáticas da

vida de cada um. Os hábitos, as preferências, os sonhos e as aspirações que os indivíduos adotam nas representações que compartilham possuem dimensões espaciais (CLAVAL, 2007, p. 293-294).

Assim sendo, compreender a dinâmica de vida dos agricultores familiares e dos aposentados rurais, em pequenos municípios, requer considerar esses aspectos culturais, simbólicos e imateriais. Quando tratamos dos aposentados, referimo-nos a pessoas idosas que na maior parte dos casos, constituíram família e se estabeleceram nesses municípios, portanto enraizaram-se nesses locais, desenvolveram o “pertencimento”, constituindo uma teia consolidada de relações sociais, culturais e territorialidades.

Como abordaremos com mais afinco no capítulo IV, os aposentados rurais, por possuírem enraizamento cultural, renda estável e condições de sobrevivência, quando tem a opção de escolha, tendem à permanência nos territórios de origem. Tal permanência faz com que esses aposentados dinamizem a vida comunitária e a economia local, influenciem na dinâmica populacional, além de transmitirem um importante patrimônio cultural, experiências de vida de riquezas inestimáveis.

No próximo capítulo, abordaremos a respeito dos quatro municípios que configuram a área de estudo.

Capítulo III

CONTEXTUALIZAÇÃO E RECORTE ESPACIAL DA ÁREA DE PESQUISA

Saudade de Minha Terra

Belmonte e Amarai

*De que me adianta viver na cidade, se a felicidade não me acompanhar
Adeus, paulistinha do meu coração, lá pro meu sertão, eu quero voltar
Ver a madrugada, quando a passarada, fazendo alvorada, começa a cantar
Com satisfação, arreio o burrão, cortando estradão, saio a galopar
E vou escutando o gado berrando, sabiá cantando no jequitibá*

*Por Nossa Senhora, meu sertão querido
Vivo arrependido por ter deixado, esta nova vida aqui na cidade
De tanta saudade, eu tenho chorado. Aqui tem alguém, diz que me quer bem
Mas não me convém, eu tenho pensado
Eu fico com pena, mas esta morena, não sabe o sistema que eu fui criado
To aqui cantando, de longe escutando, alguém está chorando, com rádio
ligado*

*Que saudade imensa do campo e do mato, do manso regato que corta as
Campinas
Aos domingos ia passear de canoa, nas lindas lagoas de águas cristalinas
Que doce lembrança, daquelas festanças, onde tinham danças e lindas
meninas
Eu vivo hoje em dia sem Ter alegria, o mundo judia, mas também ensina
Estou contrariado, mas não derrotado, eu sou bem guiado pelas mãos divinas*

*Pra minha mãezinha já telegrafei, e já me cansei de tanto sofrer
Nesta madrugada estarei de partida, pra terra querida que me viu nascer
Já ouço sonhando o galo cantando, o inhambu piando no escurecer
A lua prateada clareando as estradas, a relva molhada desde o anoitecer
Eu preciso ir pra ver tudo ali, foi lá que nasci, lá quero morrer...*

Composição: Goiás e Belmonte

2. CONTEXTUALIZAÇÃO E RECORTE ESPACIAL DA ÁREA DE PESQUISA

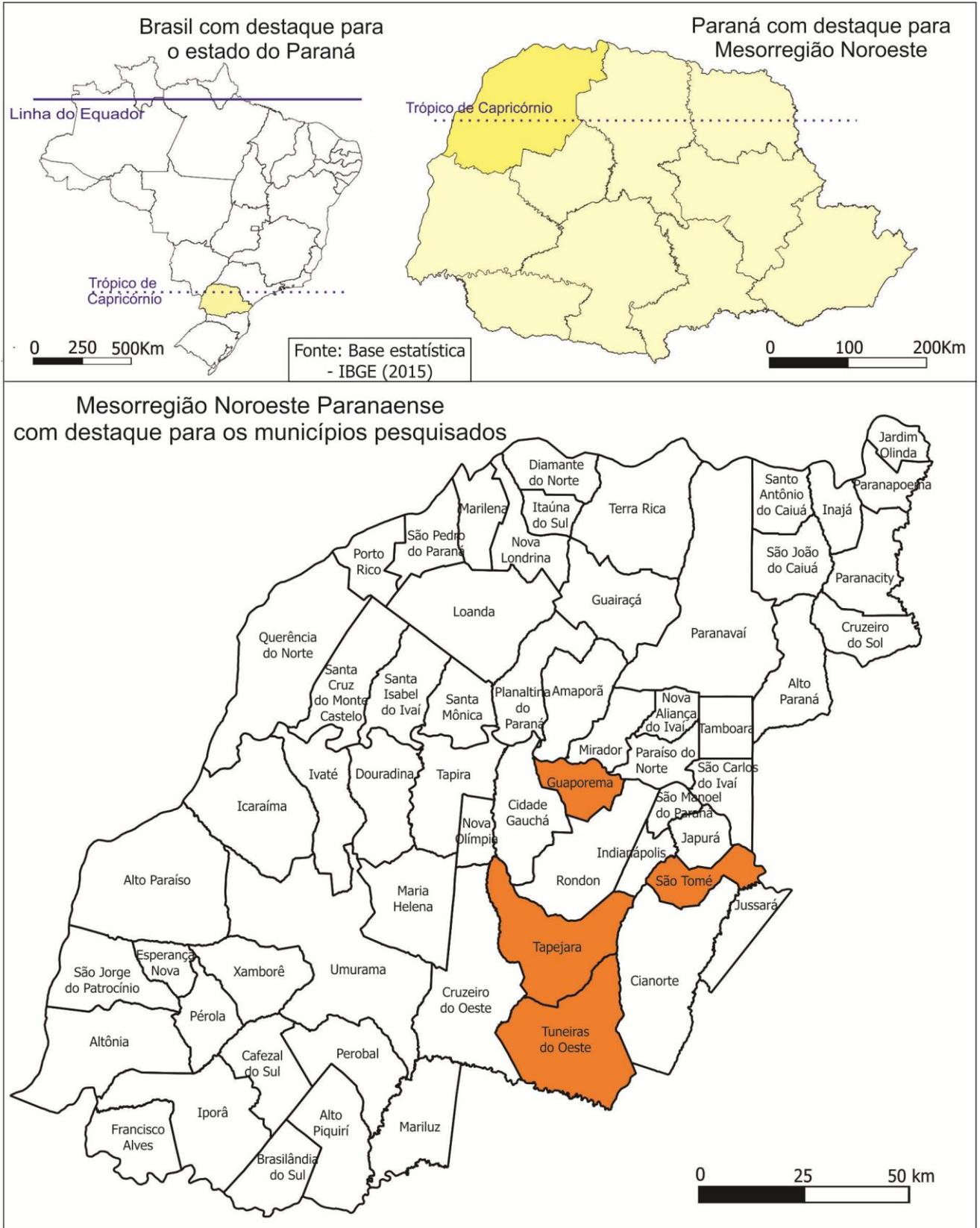
Neste capítulo abordamos sobre o contexto regional, a localização geográfica e aspectos geoeconômicos dos municípios pesquisados, bem como um breve histórico de cada município. Assim, objetivamos apresentar informações fundamentais para contextualizar a área de estudo.

2.1 OS MUNICÍPIOS DE GUAPOREMA, SÃO TOMÉ, TAPEJARA E TUNEIRAS DO OESTE NO CONTEXTO REGIONAL DO NOROESTE PARANAENSE

O recorte espacial desta pesquisa são os municípios: Guaporema, São Tomé, Tapejara e Tuneiras do Oeste que estão localizados na Mesorregião Noroeste do Paraná (mapa 1), com 61 municípios, sendo as principais cidades: Umuarama, Cianorte e Paranaíba. A região em estudo faz parte da vasta Região Norte do Paraná, que é delimitada ao norte pelo rio Paranapanema, a leste pelo rio Itararé, a oeste pelo rio Paraná e ao sul por afluentes do rio Itararé, por afluentes e trechos dos rios Tibagi, Ivaí e Piquirí, todos componentes da Bacia Hidrográfica do Rio Paraná, abrangendo uma superfície de aproximadamente 100 mil quilômetros quadrados.

Todo este território foi dividido em três áreas, segundo o período histórico e a origem da respectiva colonização; Norte Pioneiro – que se estende do rio Itararé até a margem direita do rio Tibagi; Norte Novo – que vai até as barrancas do rio Ivaí e tem como limite, a oeste, a linha traçada entre as cidades de Terra Rica e Terra Boa; Norte Novíssimo – que se desdobra dessa linha até o curso do Rio Paraná, ultrapassando o rio Ivaí e abrangendo toda a margem direita do Piquirí (mapa 2) (DIAS; GONÇALVES, 1999).

Mapa 1 – Localização dos municípios de Guaporema, São Tomé, Tapejara e Tuneiras do Oeste no Noroeste do Paraná



Fonte: Base estatística - IBGE (2015)

Fonte: Base Estatística - IBGE (2015)
Elaborado por: COLAVITE, Ana Paula (2017)

Mapa 2 - Divisão do Norte do Paraná segundo a geografia dos anos 50



Fonte: Dias e Gonçalves (1999, p.383)

Organizado por: COLAVITE, Ana Paula; PERICINOTO, Jhonatan Santos (2017)

A história de colonização da Região Norte paranaense, ocorreu a partir das primeiras décadas do século XX com o avanço de cafeicultores mineiros e paulistas, provocando a expansão da fronteira agrícola no Estado do Paraná. No entanto, antes desse processo é importante considerar a política de aldeamento indígena que ocorreu na região. Sobre isto, Yokoo (2013) destaca que esta política contribuiu para o projeto de ocupação regional, pois os indígenas serviram como mão de obra, como soldados e guias regionais. No entanto, o autor elucida, que a ocupação ocorreu de fato na região com a abertura das primeiras posses de terras por tropeiros/fazendeiros mineiros, cujo maior interesse era tomar posse de grandes porções de terra. “Para a consolidação da ocupação regional, os grandes posseiros procediam à doação de terras para a fundação de vilas [...]” (YOKOO, 2013, p.68). O autor ainda explica que o predomínio da população na região foi de paranaenses, mineiros e paulistas, pois devido à necessidade de abundante mão de obra para o cultivo do café, muitos trabalhadores da própria região foram contratados. Ainda sobre esta questão é importante lembrar:

Entrou no Estado um número muito significativo de descendentes de europeus e asiáticos, nas frentes pioneiras que aqui chegaram. No norte do Paraná entraram centenas de milhares de descendentes de italianos, espanhóis, portugueses, japoneses etc, atraídos que foram pela expansão da economia cafeeira. Esta é a chamada frente nortista (WACHOWICZ, 2002, p.157).

A cafeicultura expandiu-se rapidamente pela região Norte paranaense, primeiro no Norte Pioneiro de Jacarezinho, posteriormente no Norte Novo de Londrina e Maringá, e por fim no Norte Novíssimo de Paranavaí e Umuarama. Sobre esta questão, Yokoo (2013, p.69) explica:

Apropriado os terrenos devolutos e na medida em que foi se estruturando a rede de transportes de interligação com o lado paulista; o plantio dos novos cafezais intensificou-se despontando esta cultura como atividade dominante nos vales médio e superior do rio Itararé e Cinzas, no chamado Norte Pioneiro, e de modo secundário a criação do gado vacum.

No vale oposto do rio Paranapanema, do lado paulista, em meados do século XX começou-se a assentar os trilhos da Estrada de Ferro Sorocabana. A construção da via férrea viabilizou um novo mercado de produção e exportação da banha animal, do escoamento da produção de café, e outras mercadorias para o mercado consumidor em São Paulo e Rio de Janeiro, destinado para exportação pelos portos de Santos e Rio de Janeiro.

Nos denominados Norte Novo e Novíssimo do Paraná a expansão cafeeira “ocorreu principalmente devido à ação de algumas companhias colonizadoras, cuja mais representativa e com maior área de atuação foi a Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP)”, em 1951, denominada Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP) (CHIES, 2007, p. 29).

É importante ainda ressaltar que antes da chegada desses colonizadores, a região não era totalmente desabitada. Segundo Noeli e Mota (1999), estudos arqueológicos mostram que existem habitantes nos territórios que envolvem a região de Maringá há cerca de 7.000 anos, e em territórios vizinhos pode-se constatar a presença humana a até 11.000 ou 12.000 anos atrás. Autores como Tomazi (1999) e Yokoo (2013) também citam que havia a presença de indígenas e caboclos-posseiros na região, e que houve conflitos pela posse da terra. Para Yokoo (2013, p.70) “estes constituíam a população invisível do tecido social paranaense, historicamente embrenhado nas regiões florestadas”, e acrescenta:

De outro lado, foram negociados com os posseiros que apresentaram documentos duvidosos de propriedade das terras, ou seja, de terras griladas, e, finalmente se deu prosseguimento aos serviços de “limpeza social” e “étnico” das glebas de terras, isto é, a remoção dos remanescentes dos Kaingang que perambulavam pela região, comprovado pelo etnólogo Claude Lévi-Strauss que visitou o povoado Três Bocas, antes de ser rebatizado com o nome de Londrina, quando o povoado tinha em torno de 3.000 habitantes (YOKOO, 2013, p.70-71).

Vemos assim que não houve um processo pacífico, mas sim uma ação em muitos casos violenta, com vistas a beneficiar os agentes do capital em detrimento das populações nativas e trabalhadores posseiros já presentes na região.

Com base em Moro (1998, p.5) verificamos que no Norte Pioneiro e nas “terras roxas” do terceiro planalto, a leste do Tibagi, as grandes propriedades predominaram, já “no Norte Central e a seguir no Noroeste Paranaense, as companhias imobiliárias colonizadoras traçaram um novo aspecto com a colonização dirigida, a pequena propriedade [...]”. Chies (2007) esclarece que geralmente, os colonos das grandes fazendas de café eram caboclos, japoneses ou italianos. Após o término do contrato, boa parte destes trabalhadores comprava terras para formação de sítios, de 8 a 30 alqueires em média, principalmente nas áreas de ação das companhias colonizadoras, onde a terra era mais acessível e o pagamento podia ser parcelado.

Apesar dessa facilitação no acesso à terra proporcionado pelas companhias colonizadoras, verificamos que houve um investimento extremamente lucrativo aos agentes imobiliários. Padis (1981) informa que a CTNP adquiriu em 1925 glebas do Governo do Estado a 20 mil réis por alqueire paulista, e na década de 1940 vendeu a 500 mil réis. Já Estrada (1961) cita as datas urbanas de Maringá vendidas pela CTNP, cujo custo foi de sessenta centavos (CR\$ 0,60), sendo vendidas posteriormente a média de cem mil cruzeiros cada uma.

Durante todo esse processo de colonização foram surgindo inúmeras cidades, a maioria criada pela própria companhia. As cidades mais representativas criadas pela companhia são: Maringá (1947), Cianorte (1953) e Umuarama (1955). Vieira (1999) informa que ao todo, entre cidades e distritos, foram criados 62 núcleos populacionais pela CTNP/CMNP.

Já o plano de colonização oficial do estado se baseou no “[...] bem sucedido empreendimento capitalista da Companhia de Terras Norte do Paraná – CTNP [...]”. Assim, foram colonizados pelo estado “[...] os terrenos devolutos disponíveis no noroeste, da qual se insere a chamada Fazenda Brasileira (Gleba Pirapó), na região de Paranaíba e os terrenos devolutos da Mesorregião Centro-Ocidental Paranaense [...]”. Na formação Caiuá, cujos solos são menos férteis, a colonização estadual se deu pela divisão dos lotes em médias e grandes propriedades (YOKOO, 2013, p.73).

Desta forma, os quatro municípios estudados apresentam dinâmicas geo-histórias similares, já que se inserem em um mesmo contexto regional de colonização e organização produtiva, voltada a princípio, à cultura cafeeira com produção de base familiar.

Os quatro municípios também fazem parte da Associação dos Municípios da Região Entre Rios (AMERIOS), a qual é composta de 32 municípios, sendo Umuarama a cidade pólo, e de acordo com a Divisão Territorial do IBGE, também compõem a Microrregião Geográfica de Cianorte, com 11 municípios, totalizando, de acordo com dados do Censo Demográfico de 2010, 142.433 habitantes (quadro 3). Do total de habitantes da microrregião, 69.958 concentram-se no município de Cianorte, ou seja, quase 50% da população regional.

Quadro 3- Municípios que compõe a Microrregião Geográfica de Cianorte e população residente total, rural e urbana em 2010

Municípios	População total	População Rural	População urbana
Cianorte	69.958	7.676	62.282
Cidade Gaúcha	11.062	1.886	9.176
Guaporema	2.219	938	1.281
Indianópolis	4.299	1.152	3.147
Japurá	8.549	930	7.619
Jussara	6.610	686	5.924
Rondon	8.996	1.800	7.196
São Manoel do Paraná	2.098	939	1.159
São Tomé	5.349	903	4.446
Tapejara	14.598	1.432	13.166
Tuneiras do Oeste	8.695	2.722	5.973
TOTAL	142.433	21.064	121.369

Fonte: Censo Demográfico, 2010. Organizado pela autora.

Outro aspecto a ser evidenciado no contexto atual é que a população rural da Microrregião Geográfica de Cianorte não atinge 15% da população total regional. Ainda como aponta os resultados do Censo Demográfico de 2010, dos 11 municípios da microrregião, 8 tem menos de 10 mil habitantes, 2 municípios de 10.001 a 20.000 habitantes, e apenas 1 município entre 20.001 e menos de 100 mil habitantes, o que demonstra uma atomização dos recursos nessa região, com dificuldades para a maioria dos municípios em manter sua estrutura de serviços.

Vale ressaltar que os quatro municípios pesquisados, bem como a maioria dos municípios da Região Noroeste e das demais regiões do Norte do Paraná, originaram-se com população predominantemente rural, devido à fase do auge cafeeiro que marcou a colonização da região, pois como se sabe, esta cultura exige numerosa mão de obra para a produção e colheita.

Este quadro passa a mudar a partir das décadas de 1970 e 1980, devido ao incentivo governamental à substituição da cafeicultura pela produção de grãos e ao processo de modernização conservadora, ou seja, à penetração do capitalismo no campo, pelas ações monopolistas do agronegócio, além da geada negra ocorrida em 1975, que dizimou a maior parte dos cafezais no Norte do Paraná. Diante desta conjuntura, essas décadas foram um

período de intenso êxodo rural, provocando esvaziamento populacional, sobretudo nos pequenos municípios da região. Nesse contexto, nos quatro municípios pesquisados, houve significativa diminuição populacional, especialmente da população rural (tabela 1).

Como podemos constatar a partir dos dados da tabela 1, no Censo de 1960 a população rural do estado do Paraná era mais que o dobro da população urbana. No Censo de 1970 este quadro se repete. Nos quatro municípios pesquisados a porcentagem de população rural em relação à população urbana era ainda maior que a do estado no período.

Já no Censo de 1980 os quatro municípios apresentaram significativa redução populacional, com pequeno aumento da população urbana e expressiva redução da população rural, o que denota a saída de pessoas da área rural para a área urbana dos próprios municípios, mas principalmente rumo a cidades maiores do estado do Paraná, ou de outros estados, bem como a migração rumo às novas fronteiras agrícolas do país no período, como os estados de Rondônia, Mato Grosso e Mato Grosso do sul. No estado do Paraná, a população total aumentou no censo de 1980, embora em um ritmo mais lento em relação ao censo de 1970, a população urbana duplicou e a rural diminuiu significativamente.

Já o Censo de 1991 mostrou que o estado seguia a mesma dinâmica anterior, de crescimento da população total e urbana e diminuição da população rural. Os quatro municípios pesquisados continuaram a perder população, porém em um ritmo mais lento. A população urbana desses municípios continuou aumentando e a rural diminuindo.

Tabela 1 – População total, rural e urbana do Paraná e dos municípios de Guaporema, São Tomé, Tapejara e Tuneiras do Oeste nas décadas de 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010.

PERÍODO	ESTADO DO PARANÁ	GUAPOREMA	SÃO TOMÉ	TAPEJARA	TUNEIRAS DO OESTE	
1960	Total	4.296.375	5.758	4.524	7.547	19.943
	Urbana	1.327.982	--	--	--	--
	Rural	2.968.393	--	--	--	--
1970	Total	6.997.682	6.005	9.328	22.303	19.945
	Urbana	2.546.899	889	1.746	3.583	2.632
	Rural	4.450.783	5.116	7.582	18.720	17.313
1980	Total	7.749.752	2.705	7.160	12.780	12.290
	Urbana	4.566.755	942	2.002	5.454	3.272
	Rural	3.182.997	1.763	5.158	7.326	9.018
1991	Total	8.443.299	2.290	5.115	12.057	11.460
	Urbana	6.192.976	1.116	2.576	8.123	4.745
	Rural	2.250.323	1.174	2.539	3.934	6.715
2000	Total	9.558.454	2.244	5.045	13.120	9.013
	Urbana	7.781.664	970	3.744	10.512	5.164
	Rural	1.776.790	1.274	1.301	2.608	3.849
2010	Total	10.444.526	2.219	5.349	14.598	8.695
	Urbana	8.912.692	1.281	4.446	13.166	5.973
	Rural	1.531.834	938	903	1.432	2.722

Fonte: Censos Demográficos 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010.

De 1991 a 2000, o estado do Paraná continuou com a dinâmica de crescimento da população total e urbana e diminuição da população rural. Os municípios pesquisados, com exceção de Tapejara que apresentou crescimento populacional, continuaram tendo redução da população. Com relação à população urbana, o município de Guaporema também perdeu população, enquanto que a população rural teve pequeno crescimento. Já os demais municípios seguiram a dinâmica de pequeno aumento da população urbana e decréscimo significativo da população rural. Vale destacar que neste período, São Tomé e Tuneiras do Oeste, por exemplo, perderam mais da metade da população rural.

De 2000 a 2010 Guaporema e Tuneiras do Oeste continuaram a perder população, porém em porcentagem menor. São Tomé aumentou a população, mas também em pouca quantidade. Tapejara teve um crescimento populacional importante. Vale destacar que essa retomada do crescimento populacional nos municípios de São Tomé e Tapejara vincula-se à presença de unidades da Usina de Açúcar e Álcool Santa Terezinha nos dois municípios, além de outras agroindústrias e de indústrias têxteis, o que gerou empregos e atraiu população das

cidades vizinhas e até de outros estados, ressaltando que em Tapejara esse acréscimo foi maior, pois esse dinamismo econômico já vinha ocorrendo há mais tempo.

Vale ainda mencionar que neste mesmo período, de 2000 a 2010, a população urbana aumentou em todos os municípios pesquisados e a rural diminuiu também em todos, já o estado seguiu com crescimento da população total e da população urbana e diminuição da população rural.

Diante desta análise, verificamos que os municípios pesquisados, bem como outros inúmeros municípios da região passaram por profundas transformações na produção agrícola a partir da década de 1970, acarretando toda esta dinâmica populacional de êxodo rural. Especificamente na Região Noroeste paranaense, se deu a substituição do café especialmente pela criação de gado, plantio da cana-de açúcar, grãos e mandioca, o que acarretou transformações também na estrutura fundiária a partir da aglutinação de pequenas propriedades rurais em propriedades maiores, e no modo de vida dos agricultores.

A maioria dos pequenos produtores não conseguiu se manter no meio rural diante desta nova dinâmica produtiva, grande parte vendeu a propriedade, outros se mudaram para a cidade e passaram a arrendar suas terras para a usina, para o plantio de cana de açúcar, ou arrendamentos para o plantio de grãos ou criação de gado. Já muitos que permaneceram no campo têm hoje problemas como, por exemplo, a contaminação de sua produção pelos defensivos que são aplicados na cana de açúcar com aeronaves.

Com relação ao quadro físico, os quatro municípios pesquisados estão localizados no chamado Terceiro Planalto Paranaense, apresentando assim conformação da paisagem bastante uniforme e relevo suavemente ondulado com altitude média de 300m acima do nível do mar. O solo desta região apresenta suscetibilidade à erosão hídrica e eólica, pois como explica Yokoo (2009, p.2):

[...] na região noroeste, situadas entre os vales dos rios Ivaí e Piquiri encontram-se os solos formados a partir dos arenitos da Formação Caiuá, portanto, são solos com grandes quantidades de sílicas misturados as argilas e que apresentam limitações quanto à fertilidade natural, bem como, ao plantio de cereais de ciclo anual, pois é susceptível à erosão quando não adotado técnicas corretas de conservação do solo.

Nas áreas de menores altitudes, ao longo dos vales dos rios Ivaí, Piquiri, Paraná e Paranapanema, incidem o clima Subtropical Úmido Mesotérmico (Cfa), com verões quentes, geadas pouco frequentes e chuvas com tendência de concentração nos meses de verão. Apresenta temperatura média anual dos meses mais quentes superior a 22°C, e dos meses

mais frios, inferior a 18°C, chuvas entre 1.600 e 1.900 mm, e umidade relativa do ar de 80%, sem deficiência hídrica (MAACK, 1968).

A região encontra-se nos domínios do Bioma Mata Atlântica, sendo a Floresta Estacional Semidecidual dominante, ocorrendo, ainda, Campos Inundáveis, nas zonas de várzeas dos vales de rios, e, em proporções muito reduzidas, as Estepes. A região é favorecida no que se refere ao potencial hídrico das águas superficiais, pois há a presença de quatro bacias hidrográficas, dos rios: Paraná, Ivaí, Piquiri e Paranapanema. O rio Paraná, na divisa oeste; o rio Paranapanema, na divisa norte; o rio Ivaí, que atravessa o interior da mesorregião no sentido leste-oeste; e o rio Piquiri, na divisa sul, com a mesorregião Oeste.

O quadro 4 mostra informações gerais sobre os municípios pesquisados. Destacamos entre esses dados a grande extensão territorial do município de Tuneiras do Oeste, e a proximidade das datas de instalação dos 4 municípios. No que se refere ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), Tuneiras do Oeste apresenta muito baixo desenvolvimento, Guaporema e Tapejara apresentam baixo desenvolvimento e São Tomé, médio desenvolvimento. Quanto à renda per capita, São Tomé apresenta a maior entre os quatro municípios, seguido por Tapejara, Guaporema e Tuneiras do Oeste.

No contexto atual, verificamos de acordo com os estudos de Costa (2013) realidades econômicas e sociais diferentes nos quatro municípios pesquisados, sendo dois classificados como periféricos: Tuneiras do Oeste e Guaporema, e dois como intermediários: Tapejara e São Tomé. Dos 399 municípios paranaenses, Costa (2013) organizou uma divisão em 4 grupos: i) fortemente dinâmico, ii) dinâmico, iii) intermediário e iv) periférico. “A classificação dos municípios levou em consideração os seguintes indicadores: influência das cidades, relevância econômica, Índice IPARDES de Desempenho Municipal (IPDM), taxa de pobreza e crescimento geométrico da população” (COSTA, 2013, p. 110).

Assim, a partir da classificação elaborada por Costa (2013), dos quatro municípios pesquisados, Tuneiras do Oeste e Guaporema se encontram entre os menos dinâmicos do Paraná. Já Tapejara e São Tomé estão entre os intermediários. Como já sinalizado anteriormente, de acordo com a realidade verificada nos municípios e os relatos dos atores sociais durante a realização das pesquisas de campo, esse maior dinamismo de Tapejara e São Tomé, se relaciona ao fato de que nos dois municípios há unidades de uma grande usina de açúcar e álcool, a Usina Santa Terezinha, além de outras agroindústrias, com destaque para o Laticínio Lactoajara, em Tapejara.

Quadro 4 – Informações gerais sobre os municípios pesquisados

VARIÁVEIS	Municípios			
	Guaporema	São Tomé	Tapejara	Tuneiras do Oeste
População total (2010)	2.219	5.349	14.598	8.695
População Rural	938	903	1.432	2.722
População Urbana	1.281	4.446	13.166	5.973
Área territorial (km ²)	200,755	217,391	599,324	698,433
Instalação do município	15/11/1961	05/11/1961	11/04/1964	15/11/1961
Origem do município – Desmembramento	Cidade Gaúcha e Rondon	Cianorte	Cruzeiro do Oeste e Tuneiras do Oeste	Cianorte e Cruzeiro do Oeste
Prefeito (2013-2016)	Celio Marcos Barranco (Partido Democrático Trabalhista – PDT)	Arlei Hernandes de Biazzzi (Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB)	Noé Caldeira Brant (Partido Popular Socialista – PPS)	Luiz Antônio Krauss (Partido Social Democrático – PSD)
Índice de Desenvolvimento Humano (IDH-M) (1)	0,719	0,725	0,703	0,695
Renda per capita R\$	572,72	643,61	584,21	486,49

Fonte: IBGE Cidades (2015). Dados de População do Censo Demográfico 2010. IDH-M: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil - PNUD, IPEA, FJP apud Ipardes (2014). Renda per capita: IBGE - Censo Demográfico apud Ipardes (2014).

(1) O índice varia de 0 (zero) a 1 (um) e apresenta as seguintes faixas de desenvolvimento humano municipal: 0,000 a 0,499 - muito baixo; 0,500 a 0,599 - baixo; 0,600 a 0,699 - médio; 0,700 a 0,799 - alto e 0,800 e mais - muito alto.

A presença dessas empresas gera dinamismo às economias locais, certa atração populacional, inclusive de outros estados, e mobilidade pendular de pessoas dos municípios vizinhos para trabalhar nessas empresas, sendo inclusive disponibilizado transporte aos trabalhadores.

Outro fator importante para o dinamismo econômico em São Tomé e Tapejara, é que os municípios estão próximos à Cianorte, que é um polo regional do Noroeste paranaense e se destaca pela ampla produção têxtil no Sul do Brasil, conhecida como a “Capital do Vestuário”. Desta forma, os municípios de São Tomé e Tapejara se integram a essa dinâmica da produção têxtil, contando com várias facções de costura vinculadas às indústrias têxteis de Cianorte. Já Tuneiras do Oeste e Guaporema são municípios mais isolados geograficamente, e embora também tenham facções de costura com junção com as indústrias de Cianorte, a oferta de empregos ainda é restrita.

As pirâmides etárias dos municípios pesquisados mostram as mudanças na estrutura etária da população ocorridas de 1991 a 2010 (figura 3). Este dado se torna importante visto que propomos como um dos objetivos centrais desta tese, avaliar os impactos da

aposentadoria rural especial, tema que se vincula diretamente com a estrutura etária da população.

A partir da análise dessas pirâmides, podemos compreender que vem ocorrendo gradativa diminuição nas taxas de fecundidade e aumento do número de idosos nesses municípios, devido ao aumento também da esperança de vida (tabela 2).

Tabela 2 - Esperança de vida ao nascer e taxa de fecundidade nos municípios pesquisados (1991, 2000 e 2010).

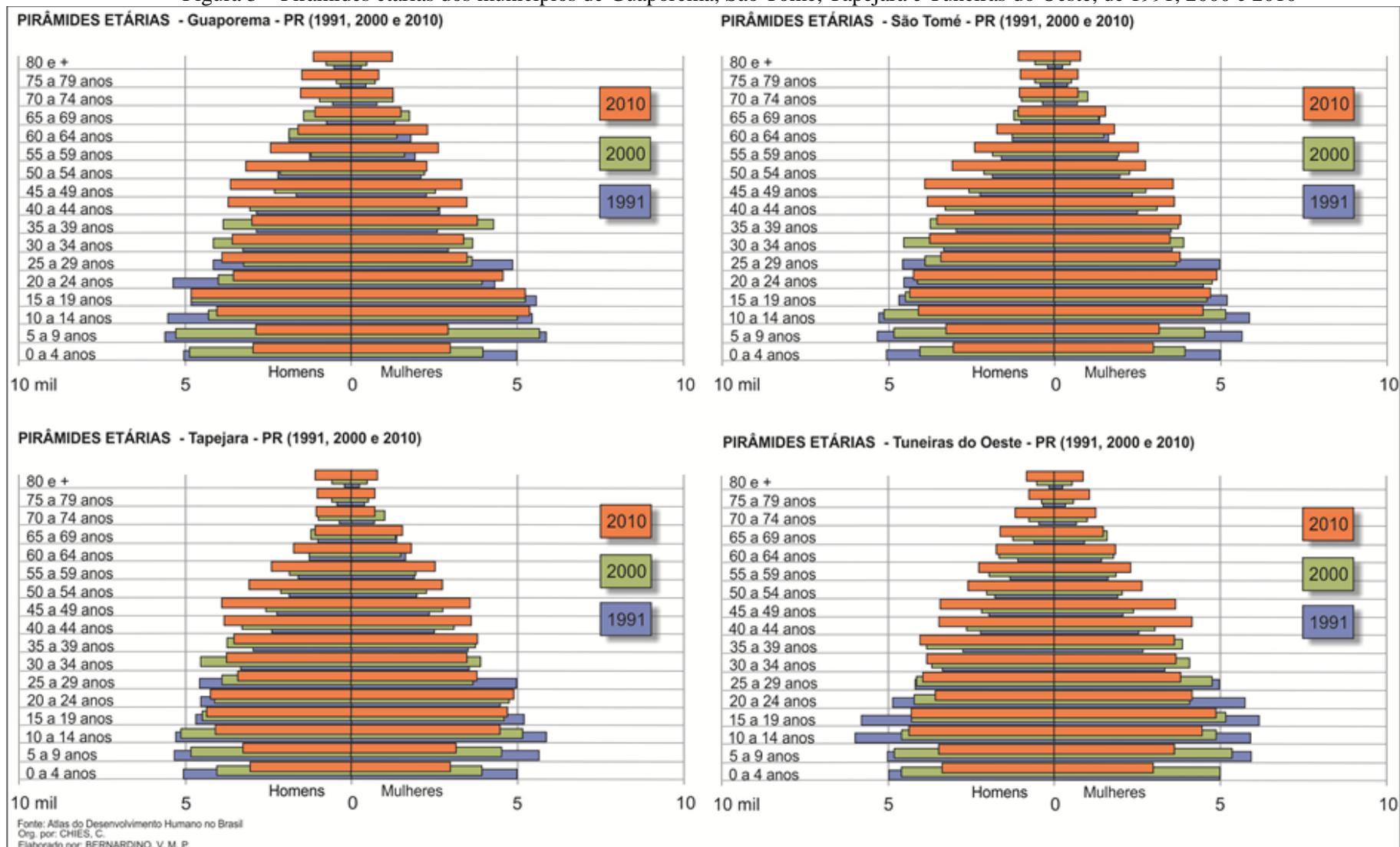
MUNICÍPIO	Esperança de vida ao nascer (em anos)			Taxa de fecundidade (filhos por mulher)		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010
Guaporema	66,7	67,4	73,5	2,4	2,3	1,7
São Tomé	66,6	68,9	74,0	2,7	2,3	1,8
Tapejara	64,6	68,9	74,1	2,8	2,3	2,1
Tuneiras do Oeste	66,5	67,4	73,3	2,7	2,3	2,0

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

Ainda sobre as pirâmides etárias, uma análise interessante é que nas pirâmides de 2000 e 2010 nos quatro municípios, especialmente Guaporema e Tuneiras do Oeste, que são menos dinâmicos economicamente e com menos oferta de empregos, é comum verificarmos um estreitamento nos estratos de idade entre 20 a 34 anos, em alguns casos a 39 anos, denotando a saída da população no início e na fase intermediária da idade ativa, em busca de trabalho e/ou estudo. Esta dinâmica migratória da população economicamente ativa também contribui para a redução do número de crianças nesses municípios, visto que reduz a população em idade reprodutiva.

Também é importante avaliarmos o crescimento do índice de idosos nesses municípios (gráfico 6). O índice de idosos ou de envelhecimento se refere ao número de indivíduos com 60 anos ou mais, que existem por cada 100 indivíduos com menos de 15 anos numa dada população, ou seja, a relação entre o número de idosos e o número de jovens. Os dados do gráfico 6 mostram a participação crescente de idosos na população paranaense e nos municípios pesquisados, acompanhando uma tendência nacional, o que reflete, principalmente, a redução dos níveis de fecundidade e o aumento da expectativa de vida dos idosos.

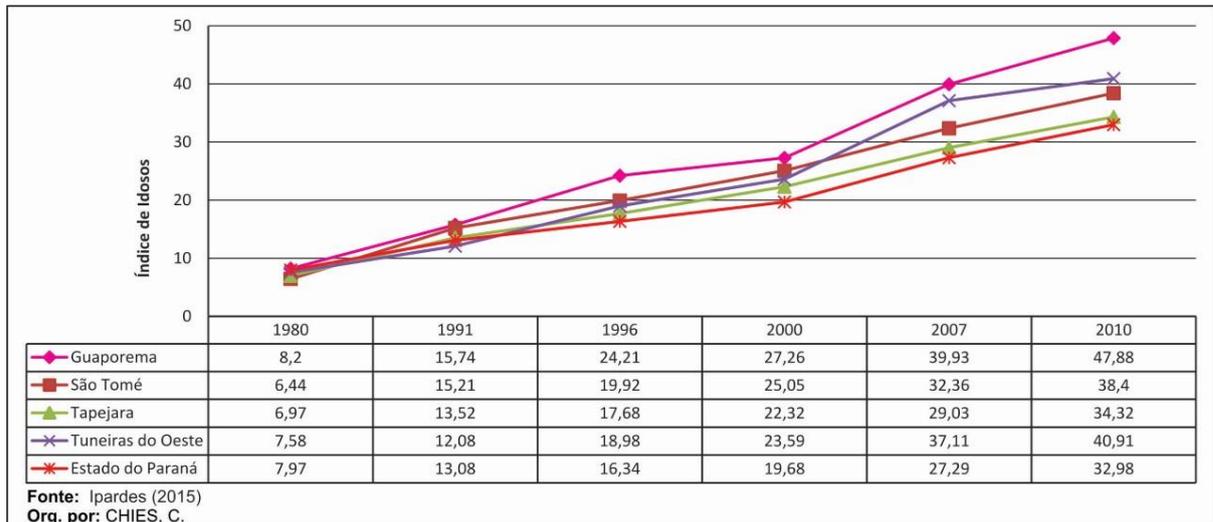
Figura 3 – Pirâmides etárias dos municípios de Guaporema, São Tomé, Tapejara e Tuneiras do Oeste, de 1991, 2000 e 2010



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

Verificamos que nos quatro municípios pesquisados, bem como no estado do Paraná, este índice vem crescendo gradativamente ao longo das décadas, sendo muito significativo o crescimento do índice de idosos de 1980 para 2010.

Gráfico 6 - Índice de idosos nos municípios de Guaporema, São Tomé, Tapejara, Tuneiras do Oeste e no estado do Paraná de 1980 à 2010.



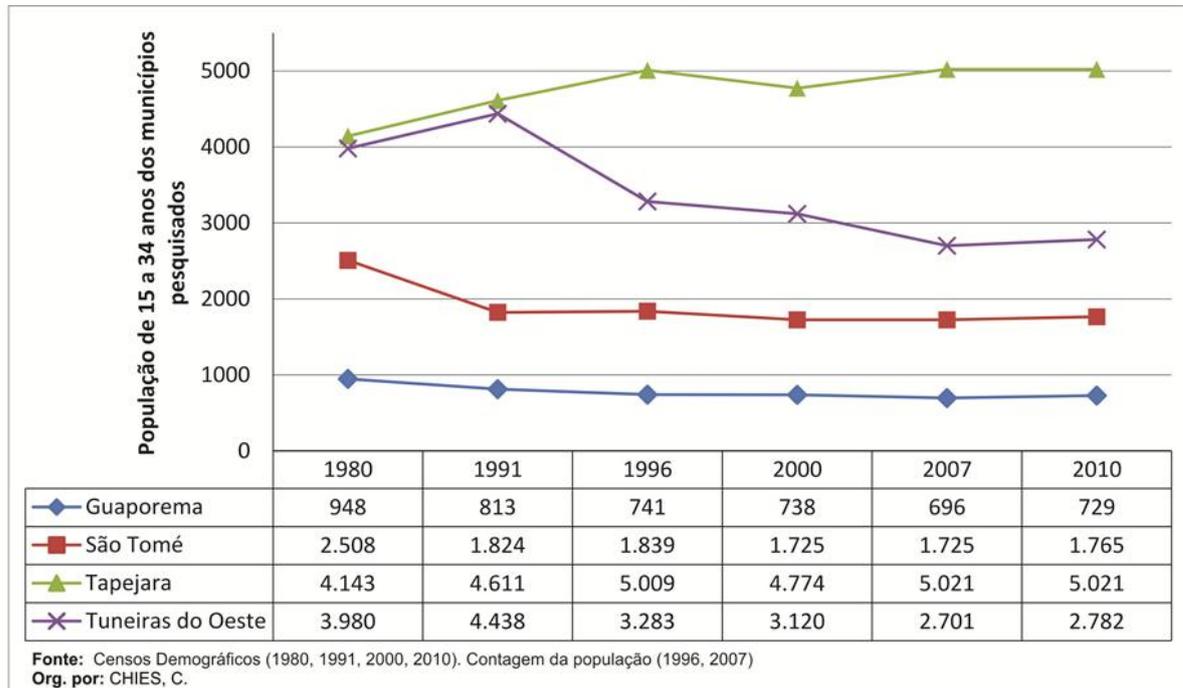
Fonte: Iparades (2015)

Como podemos constatar, nos municípios de Guaporema e Tuneiras do Oeste este índice é significativamente maior que nos demais municípios pesquisados. Provavelmente este fato tenha relação com o baixo dinamismo econômico e a consequente pouca oferta de trabalho, o que leva a população jovem e adulta a se deslocar para outras áreas mais dinâmicas em busca de empregos e/ou estudos.

Já nos municípios de Tapejara e São Tomé, embora também venham tendo aumento no índice de idosos, acompanhando uma tendência estadual e nacional, este índice é menor comparado aos outros municípios pesquisados, provavelmente por serem mais dinâmicos economicamente e não perderem um número tão elevado de população jovem e adulta.

O gráfico 7 mostra a dinâmica da população de 15 a 34 anos nos quatro municípios pesquisados, de 1980 a 2010. Como podemos verificar, o município de Tapejara, exceto de 1996 para 2000, quando houve uma pequena diminuição da população jovem, nos demais períodos apresentou crescimento ou manutenção da população nessa faixa etária.

Gráfico 7 - População de 15 a 34 anos nos municípios de Guaporema, São Tomé, Tapejara, Tuneiras do Oeste de 1980 à 2010.



O município de São Tomé, apesar de ter diminuído a população jovem no período de 1980 a 2010, especialmente entre 1980 a 2000, manteve certa estabilidade desta população a partir de 2000. O município de Guaporema vem apresentando redução da população jovem ao longo das décadas, assim como o município de Tuneiras do Oeste que apresentou uma redução mais expressiva de 1991 a 2007. Tanto Guaporema como Tuneiras do Oeste só apresentaram estabilização da população nessa faixa etária em 2010. Como já mencionamos, nos municípios de Guaporema e Tuneiras do Oeste, há poucas oportunidades de trabalho, gerando assim maior índice de emigração entre os jovens.

Feito essas exposições passamos a apresentar a localização geográfica e considerações sobre o histórico sobre cada um dos municípios pesquisados.

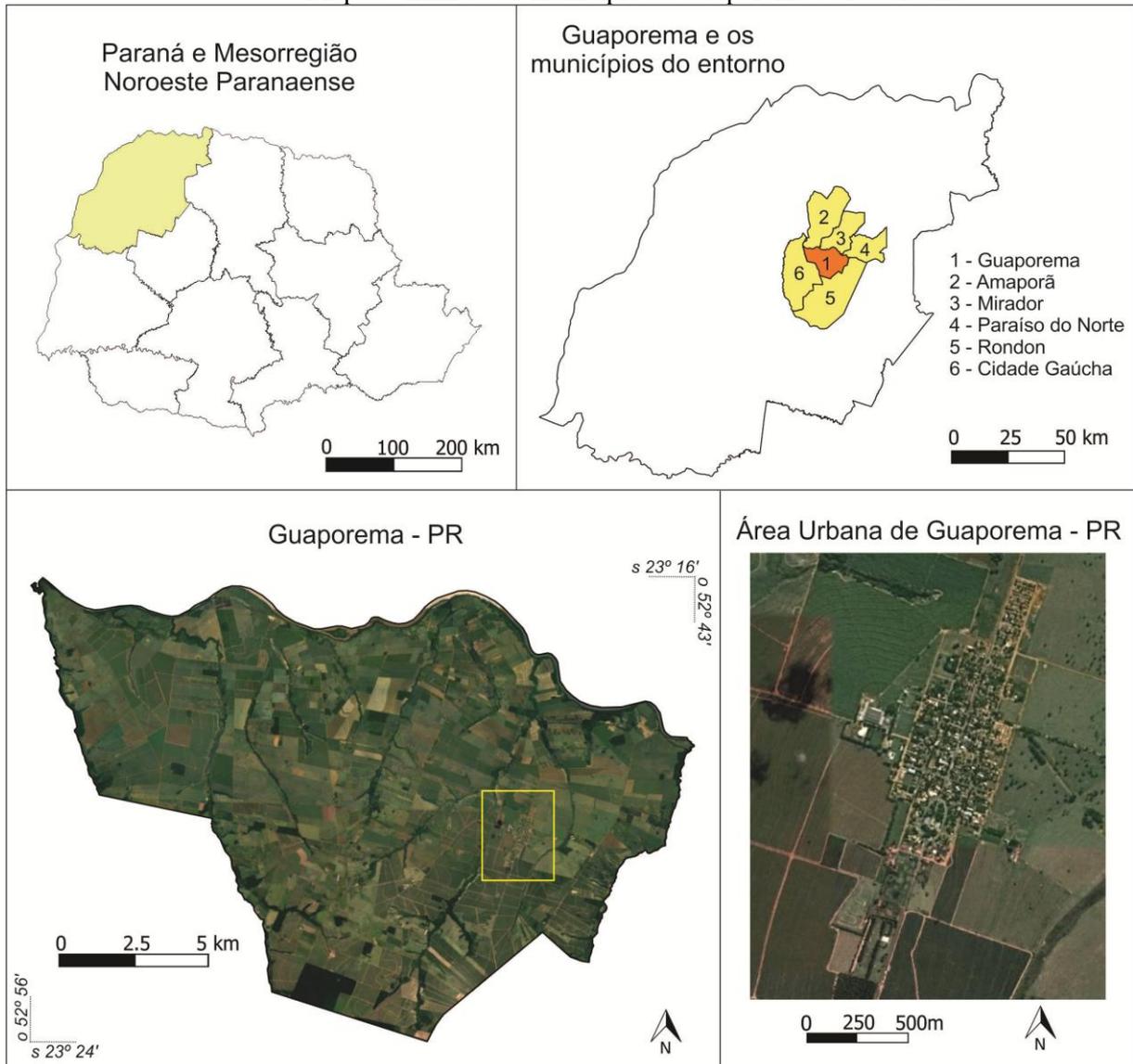
2.1.1 Localização geográfica e considerações sobre o histórico do município de Guaporema

Guaporema localiza-se nas coordenadas geográficas correspondentes à Latitude 23° 20' 35" S e Longitude 52° 46' 43" W, faz divisa a norte com Amaporã e Mirador, a sul com Rondon, a leste com Paraíso do Norte e a oeste com Cidade Gaúcha (mapa 3). As principais rodovias de acesso ao município são a BR 376 (Rodovia do Café), PR 492, PR 180 e por Cianorte pela PR 082. As distâncias em relação às principais cidades polos regionais e à

capital do estado são: 50 km de Cianorte, 103 km de Umuarama, 120 km de Maringá e 548 km da Capital Curitiba.

O município de Guaporema, além do núcleo urbano (mapa 3), sede do Município, conta com uma Vila Rural e mais seis comunidades rurais, denominadas: Ilha das Pombas, Joinville, Corredeira de Ferro, Conceição, São Pedro, Santa Luzia e Maquininha.

Mapa 3- Limites do município de Guaporema e área urbana



Fonte: Google Mapas (2017). Base Estatística – IBGE (2015). Elaborado por: COLAVITE, Ana Paula (2017).

O nome Guaporema vem do tupi “*guapó*”, que significa raiz, também uma espécie de cipó, mais “*rema*”, que significa fétido, fedido: raiz ou cipó fedido. De acordo com informações disponibilizadas no site da Prefeitura Municipal de Guaporema (2015), existem lendas que explicam o nome do município, mas esta definição é aceita pela abundância de uma planta com tais características nas matas da região, ao tempo de sua colonização.

Outra versão seria uma alusão à existência na região, das árvores denominadas “*pau d’alho*” que, quando tem sua casca retirada, exala, para alguns, odor desagradável. No entanto, há outras lendas, uma delas narra:

[...] que em território missioneiro, local onde hoje está situada a cidade de Mirador, havia uma Missão jesuíta, com a finalidade de catequizar os indígenas da região, remanescentes Botocudos, Caingangues e Xetás. Outrossim, havia no meio deles, um índio muito forte, responsável por grande parte da pesca e da caça, para alimentação da tribo chamado GUAPO e que, devido à força e agilidade, cortava o Rio Ivaí uma pequena canoa, transportando índios e jesuítas de uma margem a outra e que, era comum ouvirem os seguintes dizeres: GUAPO...rema. GUAPO...rema, GUAPO...rema, pois o índio inspirava confiança e segurança aos passageiros (SANTOS, 2009, p.62-63).

Há ainda uma explicação histórica, que remete aos primeiros colonos, vindos do Rio Grande do Sul, da cidade de Guaporé, denominando o novo local de moradia de Guaporema. Porém, a versão mais aceita entre os moradores para a denominação da cidade é a relacionada com a existência da vegetação do cipó. Vale destacar ainda que o município “apresenta em sua composição diversas origens, dentre elas, paulistas, capixabas, baianos, pernambucanos, paraibanos, catarinenses e paranaenses de outras regiões do estado” (SANTOS, 2009, p.63).

De acordo com Santos (2009, p.61):

Pela proximidade com o rio Ivaí, que banha o município, pode-se afirmar que o território guaporemense foi largamente movimentado por ocasião das reduções jesuíticas do século XVII, período em que essas terras, hoje paranaenses, pertenciam à província de Guayra, cuja sede era Assunção, no Paraguai: porém, após a destruição e aniquilamento das reduções, nenhum fato relevante ocorreu que mereça citação.

Foi somente no século XX, com a expansão cafeeira por toda a Região Norte paranaense, que houve a efetiva colonização do município. O povoamento da localidade foi empreendimento levado a efeito pela Colonizadora São José de Scrivanti Lemos e Cia Ltda. Esta colonizadora adquiriu as glebas de terras do município da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP) e passou a vender os lotes urbanos e rurais. Com isso, começaram a chegar os primeiros grupos colonizadores no ano de 1951 (SANTOS, 2009). Sobre este processo, Santos (2009, p.67) ainda elucida: “o município de Guaporema nasce com uma população predominantemente rural, graças à fase áurea do ciclo do café, ciclo este que necessitava de muita mão de obra para a produção e colheita desse produto”.

Em 18 de outubro de 1955, foi criado o Distrito Administrativo de Guaporema, em território na época pertencente à Peabiru. Pela lei N° 4.338, de 25 de janeiro de 1961, foi criado o Município de Guaporema, com território desmembrado de Cidade Gaúcha e Rondon. A instalação deu-se em 15 de novembro de 1961, sendo empossado o primeiro prefeito o Sr.

Issácio Barranco (PLANO DIRETOR DE GUAPOREMA, 2007). A figura 4 trata-se de uma fotografia da área central da cidade na década de 1970, que mostra considerável dinamismo no período.

Ao estudar o município de Guaporema e desenvolver trabalhos de campo na localidade, Santos (2009, p.61), fez uma constatação interessante:

[...] verificamos a existência de um problema de identidade em comemorar o aniversário da cidade em 25 de Janeiro, pois esta data não é contemplada pelo calendário escolar, o que não possibilita aos alunos comemorarem por meio do resgate histórico-cultural que o espaço escolar proporciona. Também porque ela corresponde ao período de férias e muitas pessoas da cidade estão em viagem, o que gera uma desmotivação, principalmente porque são muito comuns alguns líderes responsáveis pela organização dos festejos estarem em trânsito. Para alguns pioneiros, a data deveria ser o dia 15 de novembro, antigamente comemorada.

Sobre esta informação, compreendemos que as comemorações locais, como o aniversário do município, devem ser uma oportunidade de resgatar a história do lugar, especialmente às novas gerações, e de envolver a comunidade na busca pelo pertencimento, pelo compromisso com o espaço no qual vivem. Desta forma, talvez caberia uma discussão mais aprofundada sobre a mudança na data de comemoração do aniversário de Guaporema.

Figura 4 - Avenida Rio Grande do Sul - 1975 - Guaporema



Fonte: Acervo Professora Marta Zolim (SANTOS, 2009, p.68)

Na década de 1980 houve a erradicação dos cafezais no município, sendo a criação de gado bovino, para produção de leite e corte a principal atividade implantada no primeiro

momento, devido também às condições de susceptibilidade do solo do Arenito Caiuá. Na década de 1990, parte dos agricultores iniciou a criação de bicho da seda, porém por problemas econômicos relacionados ao cultivo, não houve continuidade na atividade (SANTOS, 2009).

Na atualidade, além da criação de gado bovino, verificamos a presença extensiva da cana de açúcar e também tem destaque a produção de mandioca, especialmente nas pequenas propriedades, da soja e do milho nas propriedades maiores. Verificamos que a produção de hortifrutis é pequena, destacando-se apenas a produção de laranja (tabela 3). Assim, podemos avaliar que há baixa diversificação na produção agropecuária municipal.

Tabela 3 - Produção agrícola municipal de Guaporema (2015) e área ocupada com a pecuária e criação de outros animais (2006)

Atividade Produtiva	Área (ha)	Quantidade Produzida (t)	Valor da produção (R\$ 1.000,00)
Pecuária e criação de outros animais (2006)	11.225	-	-
Cana de açúcar	7.163	523.366	26.168
Mandioca	502	15.030	2.588
Milho	220	960	336
Soja	200	640	576
Laranja	90	3.780	945

Fonte: Iparides (2017)

Ainda nos anos 2000, algumas ações municipais visaram incentivar a implantação de facções de indústrias têxteis no município, com o objetivo de criar empregos, assim, algumas estão ativas, porém ainda geram poucos postos de trabalho. Desta forma, verificamos a necessidade de se buscar meios de dinamizar a economia local, sobretudo valorizando a agricultura familiar, a fim de que a população, especialmente os jovens possam permanecer no município.

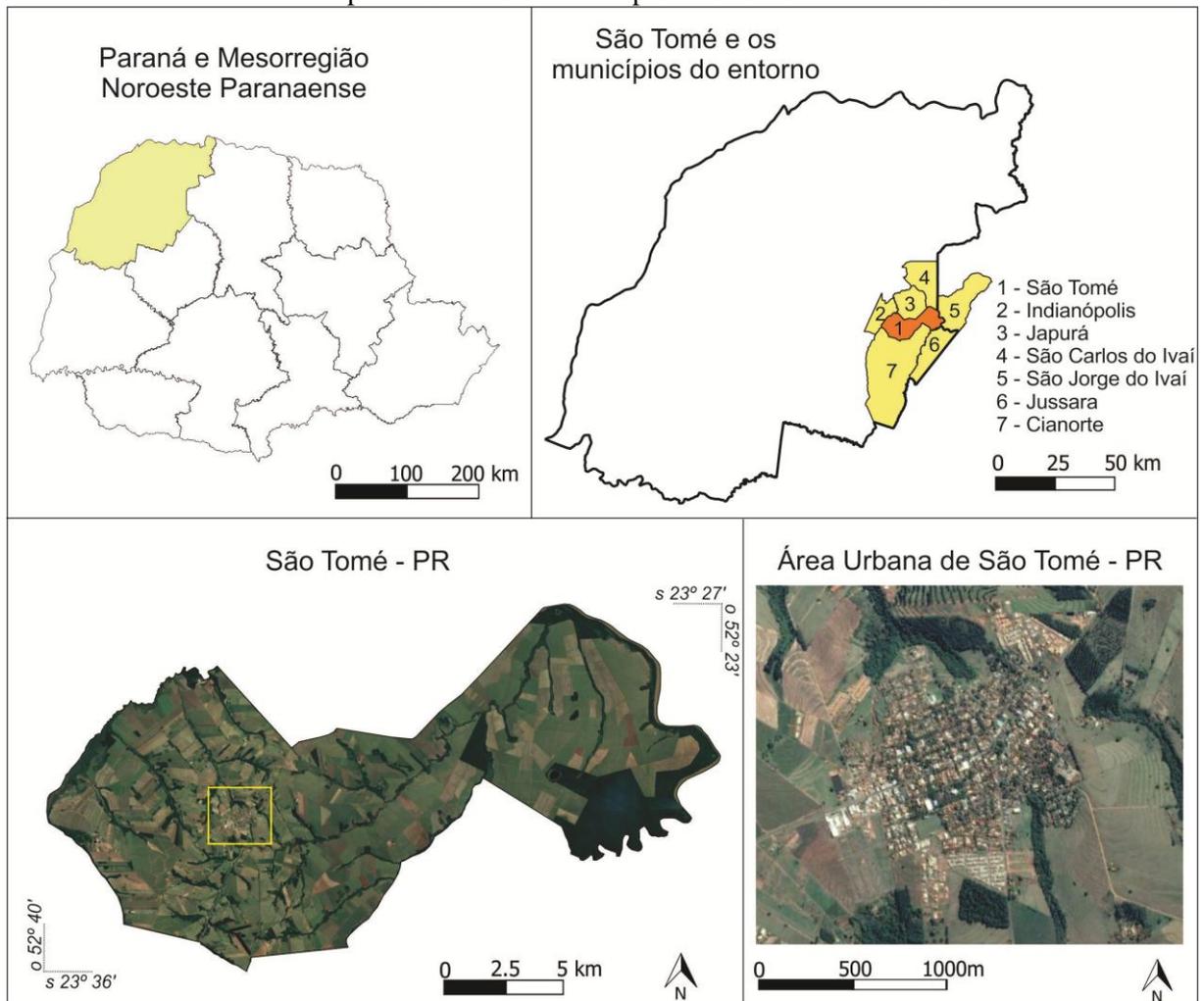
2.1.2 Localização geográfica e considerações sobre o histórico do município de São Tomé

São Tomé localiza-se nas coordenadas geográficas correspondentes à Latitude 23° 32' 16" S e Longitude 52° 35' 27" W, faz divisa ao norte com Japurá e São Carlos do Ivaí, ao sul com Cianorte e Jussara, ao leste com São Jorge do Ivaí e a oeste com Indianópolis (mapa 4). As principais rodovias de acesso ao município são a BR 376 (Rodovia do Café), PR 498, PR

323 e PR 082. As distâncias em relação às principais cidades polos regionais e à capital são: 19 km de Cianorte, 97 km de Maringá, 103 km de Umuarama, 523 km de Curitiba.

São Tomé não tem distritos, sendo a sede municipal o único núcleo urbano (mapa 4). Há uma divisão das comunidades rurais a partir das estradas, sendo a do Bairro Bigão, Bairro Rodeio, Estrada Monte Castelo, Estrada Boa Sorte, Estrada Cariaçu, Estrada Aparecida, Estrada Bortolossi, Estrada Indianópolis, Estrada Mosés, Estrada Araújo, Estrada Maia, Estrada Piau, Estrada Copacabana, Estrada Peres, Estrada Curta, Estrada Coelho e Estrada Cachoeira.

Mapa 4 - Limites do município de São Tomé e área urbana



Fonte: Google Mapas (2017). Base Estatística – IBGE (2015). Elaborado por: COLAVITE, Ana Paula (2017).

A origem do nome do município, de acordo com as informações disponibilizadas no site da Prefeitura Municipal (2015), está relacionada ao “*Caminho de Peabirú*”, que foi um dos mais importantes caminhos da América do Sul durante o período pré-colombiano e um dos mais importantes na história da colonização do Paraná.

Este caminho apresenta uma variedade de denominações, entre eles: Caminho da Montanha do Sol, Caminho de São Tomé, Caminho do Mato, Caminho do Sertão e Caminho Velho, variando conforme a região por onde passava (CASEMIRO, 2005).

O nome Caminho de São Tomé se deve à penetração dos colonizadores do Oeste que confundiram o nome do “Mair” (denominação genérica dada pelos tupis aos seus maiores civilizadores místicos), Zumé ou Sumé, com Santo Tomé, um dos bem aventurados da Igreja Católica (PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO TOMÉ, 2015).

O município de São Tomé tem sua história intimamente ligada à colonização feita pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP), “que adquiriu terras no norte do Estado e tratou de desbravar o sertão plantando núcleos populacionais, que mais tarde se tornariam cidades”. No início da década de 1950, aproximadamente no ano de 1952, foram abertas as primeiras clareiras, nas áreas onde hoje se localiza a cidade de São Tomé. Neste local, na época só havia o acampamento da CMNP, onde ficavam alguns peões (SERENINI, 2000, p.10).

De acordo com o Sr. Ramon Hernandes Achetti¹⁹, a colonização promovida pela CMNP facilitou a compra de terras no município, pois a empresa vendia as propriedades com pagamentos parcelados, sendo que os compradores pagavam a maior parte com o próprio lucro da produção. O colonizador acrescenta que “o município vivia da agricultura só do café naquele tempo, no início de São Tomé [...], e tinha uma facilidade dentro da produção do café para produzir feijão, arroz, para subsistência” (informação verbal). A figura 5 mostra algumas fotos do início da colonização de São Tomé e revelam o padrão ecocida de ocupação e colonização, ou seja, o intenso processo de devastação da mata nativa.

Serenini (2000) destaca que neste período, o núcleo urbano mais próximo era Jussara e havia uma estrada ligando o vilarejo que futuramente se chamaria São Tomé, à Jussara, sendo que as compras eram todas feitas na cidade vizinha. As derrubadas rapidamente aumentaram neste vilarejo, começando assim a sua ocupação, várias famílias chegavam todas as semanas aumentando o número de casas.

O Sr. Ramon Hernandes Achetti²⁰ relatou que “as famílias dos pioneiros eram de paulistas e mineiros, tinha mais mineiro que paulista”. O colonizador acrescentou ainda que “a Companhia Melhoramentos planejou o núcleo urbano, as primeiras construções foram casas e uma máquina de arroz na avenida central de São Tomé” (informação verbal).

¹⁹ Entrevista concedida no dia 02/09/2015 no município de São Tomé. Achetti é um dos primeiros colonizadores do município, ex-prefeito municipal, morador local, hoje com 85 anos, cuja família comprou terras e chegou ao local no ano de 1953, tendo que desbravar a mata para o plantio de café.

²⁰ Entrevista concedida no dia 02/09/2015 no município de São Tomé.

“Por este notável crescimento, a vila onde hoje é São Tomé, virou distrito de Cianorte, cidade também vizinha, [...], até 25 de Julho de 1960”. Em 1961 tornou-se município, devido ao rápido desenvolvimento pelo qual vinha passando (SERENINI, 2000, p.10).

Figura 5 – Toras de madeira, com predomínio de peroba (fotos A e B) e cafezais (fotos C e D) no município de São Tomé no ano de 1960



Fotos: fotos A e B: JABLONSKY, Tibor; VIEIRA, Maurício Coelho (1960). Fotos C e D: DOMINGUES, Alfredo José Porto; JABLONSKY, Tibor (s/d.). Disponível na Biblioteca Digital do IBGE (2016)

Sobre a erradicação do café no município, o Sr. Ramon Hernandes Achetti²¹ informou: “quando deu a geadá, na década de 1970, muitas lavouras já foram erradicadas, porém a saída maior do café, foi mais tarde, na década de 1980” (informação verbal). Acrescentou ainda que o café foi substituído no município pela cana de açúcar, e que depois veio a fruticultura:

²¹ Entrevista concedida no dia 02/09/2015 no município de São Tomé.

morango, goiaba (figura 6), laranja e outras variedades de frutas, também o palmito pupunha e as hortaliças, produzidas especialmente nas pequenas propriedades.

Figura 6- Cultivo de morango (fotos A e B) e de goiaba (fotos C e D) no município de São Tomé



Acervo da autora (2015).

Acrescentamos ainda na produção agropecuária municipal na atualidade, a criação de gado bovino leiteiro e de corte, a produção de mandioca, soja e milho (tabela 4). Vale mencionar que tem sido feito um trabalho importante pela prefeitura municipal em parceria com a Emater, a fim de estimular a diversificação na produção agropecuária municipal, que vem dando resultados importantes ao município.

Tabela 4 - Produção agrícola municipal de São Tomé (2015) e área ocupada com a pecuária e criação de outros animais (2006)

Atividade Produtiva	Área colhida (ha)	Quantidade Produzida (t)	Valor da produção (R\$ 1.000,00)
Cana de açúcar	10.617	834.772	44.260
Pecuária e criação de outros animais (2006)	2.583	-	-
Milho	1.820	8.360	2.766
Soja	1.600	4.800	4.674
Mandioca	750	18.300	3.075
Laranja	168	3.696	850
Goiaba	29	740	1.228
Palmito	18	150	233

Fonte: Iparde (2017)

Como já mencionado também, a presença de uma unidade da Usina de Açúcar e Álcool Santa Terezinha no município, a expansão de agroindústrias e indústrias têxteis, tem possibilitado certo dinamismo à economia local. Para Achetti²², o município de São Tomé privilegia-se pela localização geográfica, próximo a Cianorte e Jussara, que são municípios cujas economias são fortes e estão em crescimento.

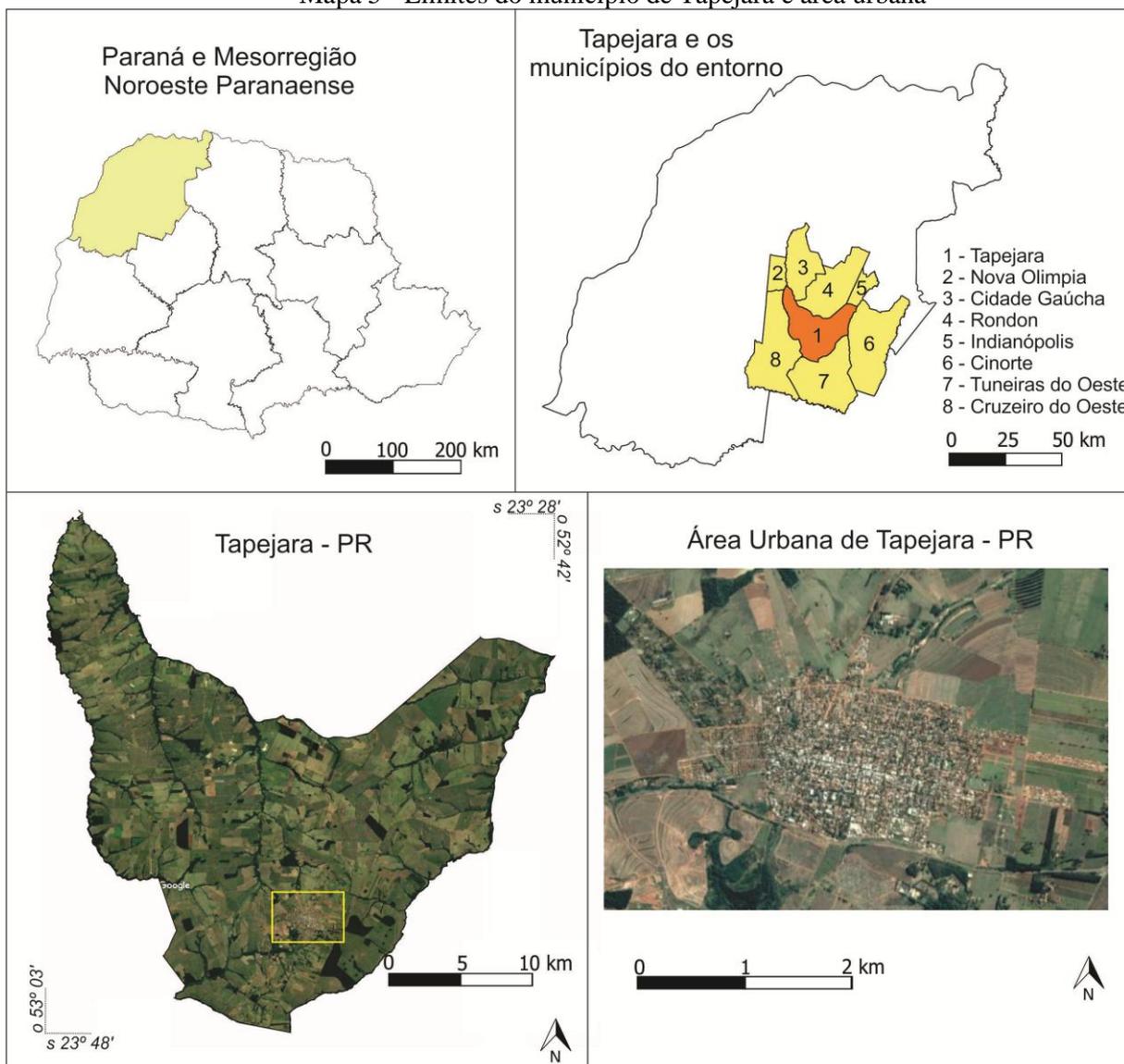
2.1.3 Localização geográfica e considerações sobre o histórico do município de Tapejara

Tapejara localiza-se nas coordenadas geográficas correspondentes à Latitude 23° 43' 59" S e Longitude 52° 52' 24" W, faz divisa a norte com Cidade Gaúcha, Rondon e Indianópolis, a sul com Tuneiras do Oeste, a leste com Cianorte e a oeste com Nova Olímpia e Cruzeiro do Oeste (figura 10). As principais rodovias de acesso ao município são a PR 323, PR 479 e BR 487. As distâncias em relação às principais cidades polos regionais e à capital são: 35 km de Cianorte, 111 km de Maringá, 55 km de Umuarama, 539 km de Curitiba.

No Município, além do distrito de Bela Vista do Tapiracuí, são identificadas 4 localidades denominadas de: Tamarana, Ouro Verde, Cirino e Ricassolo. O Município possui ainda uma Vila Rural denominada de Vila Rural Santana, contígua a área da sede de Tapejara (mapa 5) (PLANO DIRETOR DE TAPEJARA, 2007).

²² Entrevista concedida pelo Sr. Ramon Hernandes Achetti, no dia 02/09/2015 no município de São Tomé.

Mapa 5 - Limites do município de Tapejara e área urbana



Fonte: Google Mapas (2017). Base Estatística – IBGE (2015). Elaborado por: COLAVITE, Ana Paula (2017).

A colonização da região onde atualmente está localizado o município de Tapejara teve início no final da década de 1940. O Sr. Volnei Lopes da Silva²³ que está organizando um livro sobre a colonização e história do município, relatou que o interesse pela colonização da região se deu devido ao fato de que no período estava sendo construída a estrada de ferro que ligaria Mundo Novo no Mato Grosso do Sul até Ponta Grossa, no Paraná, e destacou:

Essa estrada de ferro vinha de Maringá pra cá, [...] e a empresa, era uma empresa de Minas Gerais, ela já estava com as picadas, e o alojamento estava em Cruzeiro do Oeste, mas daí o governo, em 1949, cessou o contrato com a empresa porque entrou o interesse americano de vender pneus, e entrou o interesse em rodovias pelo Plano Marshal no pós guerra, e o governo deixou de adotar o plano japonês que era de ferrovia. Então

²³ Entrevista concedida no dia 23/06/2015, na Secretaria de Cultura do município de Tapejara. Silva é o atual Diretor da Divisão de Cultura do município de Tapejara, cuja família chegou à localidade em 1953.

cessando a ferrovia, tinha bastante gente aqui, que estava mudando de Cianorte e se deslocando para Cruzeiro do Oeste, então tinha famílias que não tinha para onde ir. Concomitante a isso o governo do estado havia desalojado um grupo muito grande de colonos [...] que haviam ganhado terras em Manuel Ribas, mas não documentadas, daí o Moisés Lupion, ali na região de Centenário do sul, Porecatu, Guaraci, estava tirando esse pessoal todo [...] (informação verbal).

O Sr. Volnei Lopes da Silva²⁴ explicou que o governo do estado começou a deslocar as pessoas que não tinham para onde ir, e que estavam organizando um movimento de trabalhadores, e alocá-los na região de Tapejara. No período, foi criada em Apucarana a Empresa Imobiliária Tapejara, por Adísio Figueiredo dos Santos²⁵, bancário, e Luiz de Mattos, que compraram 200 alqueires de terras e fizeram uma planta urbana, com chácaras próximas, e começaram a vender datas. O colonizador relata ainda um fato interessante, de que no período não tinha estrada de acesso ao município, então foi feito um aeroporto, e os compradores das datas e chácaras, eram trazidos de avião, pois era mais fácil o transporte, assim começou o desenvolvimento do município.

O Sr. Volnei Lopes da Silva²⁶ esclarece também, que além da colonização promovida pela Empresa Imobiliária Tapejara, que vendia principalmente lotes urbanos, houve doações de terras na região pelo Instituto de Terras e Cartografia do estado do Paraná, com lotes rurais em média de 10 a 18 alqueires. O atual prefeito do município de Tapejara, o Sr. Noé Caldeira Brant²⁷, também relatou sobre o processo de doações de terras pelo estado: “aqui o sistema da colonização foi através da terra ganhada do estado [...], aqui as terras eram do estado do Paraná, então pertencia ao Instituto de Terras e Cartografia do Paraná. Então a pessoa entrava no lote, e depois corria atrás de documentar aquela área” (informação verbal).

De acordo com o Sr. Volnei Lopes da Silva²⁸, a colonização mais efetiva deu-se no início de 1950:

A primeira família, era um dos funcionários da ferrovia, que ficou sem trabalho, deixou a família em Tuneiras do Oeste, que já existia como vila,

²⁴ Entrevista concedida no dia 23/06/2015, na Secretaria de Cultura do município de Tapejara.

²⁵ Conforme Crestani e Schallenberger (2012), Adísio Figueiredo dos Santos se configurou também como ator do capital imobiliário na área de terras na qual está inserido o atual município de Nova Aurora, no contexto de formação do mercado de terras no Oeste Paranaense. No ano de 1951, o referido agente colonizador, dono e gerente da Sociedade Colonizadora União do Oeste Ltda., adquiriu a área para fins de colonização. Rompatto (1995) também cita a atuação de Adísio Figueiredo dos Santos e da Sociedade Colonizadora União do Oeste Ltda na região que atualmente inclui o município de Nova Aurora, informando que compraram 180.000 alqueires de um grupo econômico, da cidade de Joaçaba, Santa Catarina. O mesmo ator do capital imobiliário ainda foi citado por Massoquim (1999), ao tratar da atuação das Companhias colonizadoras no município de Assis Chateaubriand, também a partir da Companhia União Oeste.

²⁶ Entrevista concedida no dia 23/06/2015, na Secretaria de Cultura do município de Tapejara.

²⁷ Entrevista concedida no dia 23/06/2015, na Prefeitura Municipal de Tapejara. A família de Brant chegou ao município de Tapejara em 1963.

²⁸ Entrevista concedida no dia 23/06/2015, na Secretaria de Cultura do município de Tapejara.

não era município, e veio abrindo picada, porque o pessoal do Instituto de Terras e Cartografia, que na época o escritório era em Campo Mourão, disse para ele: ó, você vai lá, mede quanto você quiser e constrói, e assim eles iam dando terras para as pessoas, foi tudo meio desarrumado, depois mais tarde vieram a organizar (informação verbal).

Esse relato mostra o total desarranjo voluntário e a apropriação explícita das terras públicas que ocorreu no município de Tapejara. O povoado ali formado foi elevado à categoria de Distrito Administrativo de Cruzeiro do Oeste em 19 de abril de 1960. Em 05 de julho de 1963, por meio da Lei Estadual nº 4.738, o município foi emancipado, tendo sido instalado em 11 de abril de 1964 (FERREIRA, 1996). O primeiro prefeito municipal foi o Sr. Loris Jakimiu que administrou o município entre 1964 e 1968.

Segundo o Sr. Volnei Lopes da Silva²⁹ uma faixa de terras do município de Tapejara, que antes da emancipação pertencia à Cruzeiro do Oeste e à Tuneiras do Oeste, era de propriedade da Campanhia Melhoramentos Norte do Paraná, porém não foram vendidos lotes, mas formadas fazendas de exploração da própria empresa. Mais tarde, na década de 1960, com o desenvolvimento do município, foram vendidas algumas partes, mas uma extensa faixa ainda pertence aos herdeiros da empresa. Desta forma verificamos que a ação colonizadora da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná foi pequena no município de Tapejara.

As primeiras famílias eram em sua maioria de origem mineira e paulista, que acompanharam a expansão cafeeira para o Paraná, e em número menor, capixabas, e grupos do nordeste. O Sr. Noé Caldeira Brant³⁰ ressaltou que a grande maioria era de paulistas e complementou que “mesmo que fosse mineiro, ou de outro estado da região norte e nordeste, mas tinha passado por São Paulo, para aprender a trabalhar com o café, para depois vir para o Paraná” (informação verbal).

O Sr. Volnei Lopes da Silva³¹ ponderou que também chegaram famílias de japoneses, que estavam no estado de São Paulo, onde a terra ficou muito cara e na região de Tapejara tinham a oportunidade de receber terra do estado. Ainda vieram famílias de origem catarinense, “porque esta empresa que estava fazendo a ferrovia, ela tinha acabado de construir a rodovia Curitiba a Lajes, então ela tinha muita família catarinense que trabalhava com ela, que ela contratou lá, então vieram os catarinenses, esses foram indicando outros” (informação verbal).

²⁹ Entrevista concedida no dia 23/06/2015, na Secretaria de Cultura do município de Tapejara.

³⁰ Entrevista concedida no dia 23/06/2015, na Prefeitura Municipal de Tapejara.

³¹ Entrevista concedida no dia 23/06/2015, na Secretaria de Cultura do município de Tapejara.

O Sr. Volnei Lopes da Silva³² relata que a toponímia do município é de origem indígena, Tapejara em *xetá*, significa Senhor dos Caminhos, referindo-se aos indígenas que conheciam os caminhos e guiavam os demais ao se deslocarem, e a região era habitada pelos *xetás*, uma etnia da grande família Tupi Guarani. Além disso, o município está próximo ao Caminho de Peabiru, além de vários outros caminhos indígenas utilizados para chegar até Guaira e Salto Del Guairá. “A companhia, Empresa Imobiliária Tapejara [...], respeitando um nome interessante, um nome dos caminhos, e querendo talvez dar ênfase a caminho, que aqui seria o caminho da nova imigração [...], respeitou o nome Tapejara” (informação verbal), assim como em outras comunidades criadas no município foi respeitado o nome, como a Vila São Vicente de Tapejara e Jardim Santana de Tapejara.

O Sr. Volnei Lopes da Silva³³ ainda relata que a região foi colonizada com o objetivo de cultivar o café (figura 7), no entanto em um primeiro momento predominou a lavoura branca, pois o café demora de 3 a 4 anos para produzir. Assim, as famílias produziam a princípio para a subsistência, geralmente formavam um pequeno pasto, criavam vacas de leite, reservavam uma área de terra ou plantavam em meio às carreiras de café, arroz e feijão para o consumo da família, e milho para alimentar a criação de porcos e galinhas. Caso houvesse excedentes vendiam.

Figura 7 - Anúncio de terras para cultivo de café no município de Tapejara no ano de 1960



Foto: JABLONSKY, Tibor; VIEIRA, Maurício Coelho (1960). Disponível na Biblioteca Digital do IBGE

³² Entrevista concedida no dia 23/06/2015, na Secretaria de Cultura do município de Tapejara.

³³ Entrevista concedida no dia 23/06/2015, na Secretaria de Cultura do município de Tapejara.

Posteriormente formou-se o café, que se tornou a cultura dominante, espalhando-se praticamente por todo o município. Sobre este aspecto, o Sr. Noé Caldeira Brant³⁴ destacou: “nós chegamos a ter, até 1964, 65, por aí, 28 milhões de pés de café no município, e o município tem uma área de 28 mil alqueires, então praticamente, a área quase toda era coberta pelo café” (informação verbal).

Mas o Sr. Volnei Lopes da Silva³⁵ destaca que na década de 1960 foi forte também a produção de algodão, e lembra que toda a região esteve vinculada com a produção do algodão:

[...] porque quando o Lord Lovat veio pra cá, ele veio a pedido de um grupo de investidores banqueiros ingleses, que estavam saindo da África do sul, que lá já não dava mais algodão, e os ingleses sempre primaram pela exploração do algodão para seus tecidos. Eles achavam que aqui, toda essa parte da Companhia de Melhoramentos, que depois se tornou, seria própria para algodão, [...] mas mesmo assim o algodão foi muito forte em um período (informação verbal).

Ferreira (1996), também elucida sobre esta questão:

Em 1924, veio ao Brasil uma missão inglesa chefiada por Lord Montagu e tendo como assessor Lord Lovat, que estava incumbido pelos acionistas da Sudan Plantations, de estudar a possibilidade dessa empresa aplicar recursos no Brasil, no sentido de produzir o algodão, que importava em larga escala, para suprir a florescente indústria têxtil inglesa (FERREIRA, 1996, p. 86-87).

O Sr. Volnei Lopes da Silva³⁶ ainda elucida que já no final da década de 1960, por incentivo do governo, explorou-se muito a mamona no município de Tapejara. A partir da década de 1970, com o desgaste do solo de arenito, explorado sem os devidos manejos técnicos, e com o avanço do processo de modernização agrícola, o incentivo à produção de grãos e a geada negra de 1975, que dizimou os cafezais, houve a expansão da cana de açúcar e das pastagens no município. Também destaca-se a produção de mandioca, laranja e melancia (tabela 5).

³⁴ Entrevista concedida no dia 23/06/2015, na Prefeitura Municipal de Tapejara.

³⁵ Entrevista concedida no dia 23/06/2015, na Secretaria de Cultura do município de Tapejara.

³⁶ Entrevista concedida no dia 23/06/2015, na Secretaria de Cultura do município de Tapejara.

Tabela 5 - Produção agrícola municipal de Tapejara (2015) e área ocupada com a pecuária e criação de outros animais (2006)

Atividade Produtiva	Área colhida (ha)	Quantidade Produzida (t)	Valor da produção (R\$ 1.000,00)
Pecuária e criação de outros animais (2006)	26.230	-	-
Cana de açúcar	24.378	1.667.187	88.394
Mandioca	2.494	73.256	12.309
Melancia	300	5.700	3.192
Laranja	126	3.556	818
Milho	75	203	68
Café	49	89	510
Palmito	7	100	155

Fonte: Iparides (2017)

Vale destacar que no município de Tapejara, nas primeiras décadas da colonização, havia predomínio das pequenas propriedades. Com o processo de substituição da cafeicultura a partir da década de 1980, grande parte dos pequenos produtores não conseguiram se manter no campo, e venderam as propriedades. Em muitos casos, essas propriedades foram compradas por agricultores mais capitalizados, que aglutinaram essas novas terras às que já possuíam, formando latifúndios e gerando modificações na estrutura agrária do município.

Sobre este processo, o Sr. Noé Caldeira Brant³⁷ relata: “nós chegamos a ter no município, 1200 propriedades, hoje deve estar na faixa de umas 700 propriedades, porque foram vendendo e foram incorporando” (informação verbal). O Sr. Volnei Lopes da Silva³⁸ complementa que muitas famílias de pequenos produtores foram para as novas fronteiras agrícolas como Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Rondônia.

Vale destacar, como já avaliado anteriormente, que a partir da década de 1990, o município de Tapejara teve um quadro de estabilização populacional e até de crescimento da população, como evidenciamos nos censos de 2000 e 2010. O Sr. Volnei Lopes da Silva³⁹ entende que as administrações tiveram uma visão empreendedora e criaram a Cotal – Coopertiva de Açúcar e Álcool, em 1978, incentivada pelo Proálcool (Programa Nacional do Álcool), que foi uma iniciativa do governo brasileiro para intensificar a produção de álcool combustível (etanol) para substituir a gasolina, que estava muito cara na década de 1970, e representava um peso nas importações brasileiras.

³⁷ Entrevista concedida no dia 23/06/2015, na Prefeitura Municipal de Tapejara.

³⁸ Entrevista concedida no dia 23/06/2015, na Secretaria de Cultura do município de Tapejara.

³⁹ Entrevista concedida no dia 23/06/2015, na Secretaria de Cultura do município de Tapejara.

Em 1989, a Cotal foi vendida ao grupo Meneguetti/Santa Terezinha, que para o Sr. Volnei Lopes da Silva⁴⁰, passou a trabalhar com muito profissionalismo, teve grande crescimento, gerando muitos empregos. O Sr. Noé Caldeira Brant⁴¹ relata que a unidade da Usina Santa Terezinha de Tapejara tem gerado hoje quase 5.000 empregos diretos, além dos indiretos. O município passou a receber mão de obra do nordeste, que vinham sazonalmente, geralmente permaneciam 10 meses. Porém muitos se estabeleceram no município, montaram pequenos negócios e também geraram empregos.

Paralelo a isso, o Sr. Volnei Lopes da Silva⁴² explica que o polo têxtil de confecção vinculado à Cianorte, se expandiu para o município, pois tinha muita mão de obra barata. O município de Tapeja passou a ter muitas facções e fabriquetas que produzem para as marcas de Cianorte e também Maringá. “Também nos anos 80 se criou o frigorífico, [...] o laticínio que tinha sido constituído [...] uma empresinha familiar, com três, quatro pessoas, [...] foi sendo bem administrado, e foi crescendo, hoje ele gera 400 empregos” (informação verbal).

Constatamos que, a geração de empregos foi o fator fundamental para a estabilização e volta do crescimento da população de Tapejara, e que na atualidade, o setor industrial é mais significativo que o setor agropecuário no município⁴³.

2.1.4 Localização geográfica e considerações sobre o histórico do município de Tuneiras do Oeste

Tuneiras do Oeste localiza-se nas coordenadas geográficas correspondentes à Latitude 23°, 52', 14" S e Longitude 52°, 52', 34" W, faz divisa a norte com o município de Tapejara, a sul com Moreira Sales, Farol e Janiópolis, a leste com Araruna e Cianorte, e a oeste com Cruzeiro do Oeste (mapa 6). As principais rodovias de acesso ao município são: BR 487 (Estrada Boiadeira), PR 479, PR 468, PR 180 e PR 323. As distâncias em relação às principais cidades polos regionais e à capital do estado são: 44 km de Cianorte, 71 km de Umuarama, 122 km de Maringá e 563 Km de Curitiba. Além da sede urbana municipal (mapa 6), o município possui três distritos: Marabá, Aparecida do Oeste e Canaã.

A toponímia do município se vincula à existência, à época da colonização, de uma planta chamada “Tuna”, ficando então denominado Tuneiras, e mais tarde, Tuneiras do Oeste.

⁴⁰ Entrevista concedida no dia 23/06/2015, na Secretaria de Cultura do município de Tapejara.

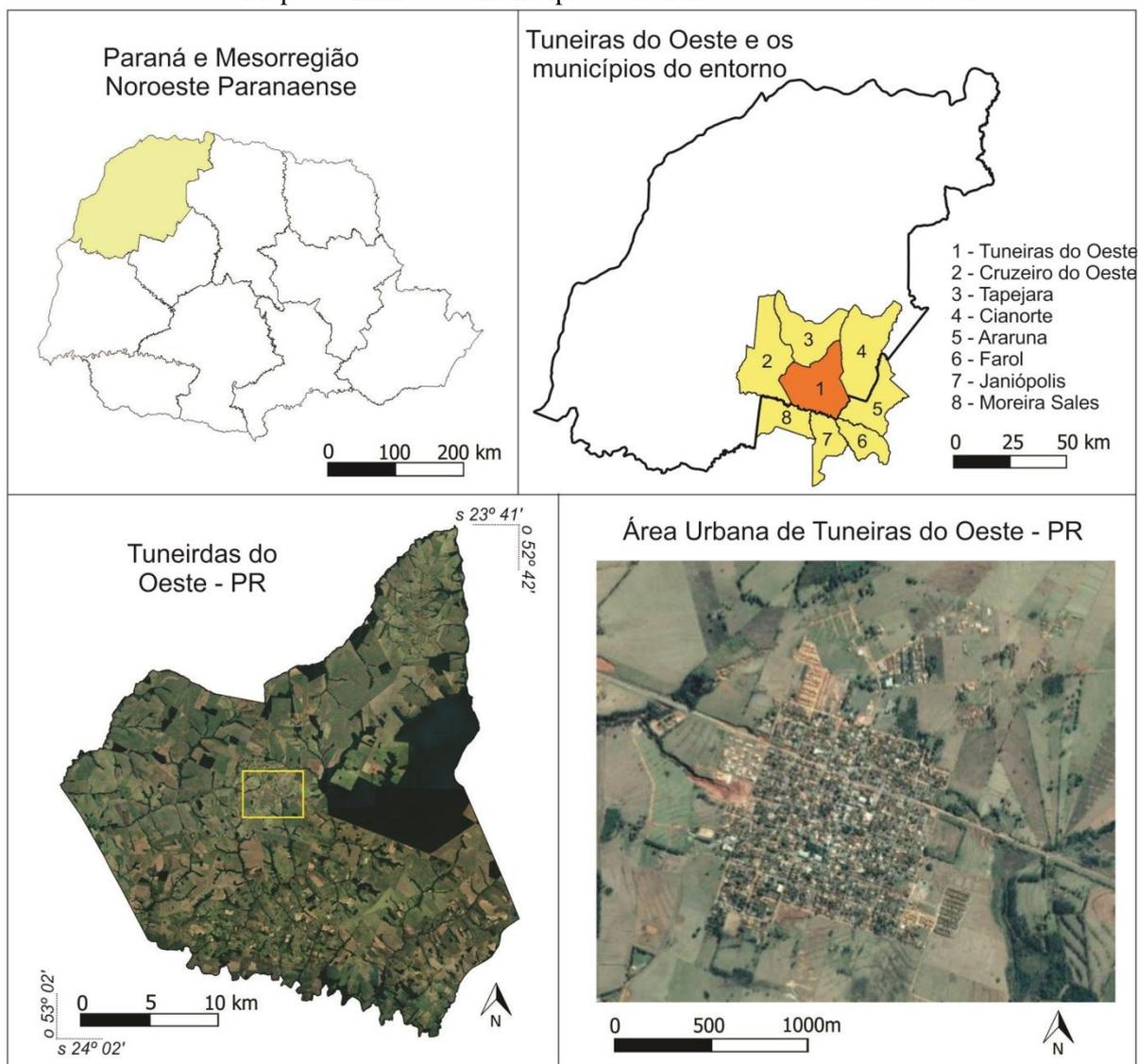
⁴¹ Entrevista concedida no dia 23/06/2015, na Prefeitura Municipal de Tapejara.

⁴² Entrevista concedida no dia 23/06/2015, na Secretaria de Cultura do município de Tapejara.

⁴³ O item 3.7.1 desta tese apresenta dados estatísticos e análises a respeito desses aspectos.

Bovo, Töws e Carvalho (2013, p.14), apresentaram o seguinte relato de um dos colonizadores do município, Milton Honorato⁴⁴: “[...] aqui tinha muita Tuna, então tinha uma mata de uns 20 metros de tunas, e por isso foi caracterizado pelo engenheiro o nome de Tuneiras, porque tinha muita Tunas e depois colocô o nome de Tuneiras do Oeste” (informação verbal).

Mapa 6 - Limites do município de Tuneiras do Oeste e área urbana



Fonte: Google Mapas (2017). Base Estatística – IBGE (2015). Elaborado por: COLAVITE, Ana Paula (2017).

A colonização do município também se vincula à expansão cafeeira para a Região Noroeste do Paraná, por meio da ação da Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP), após, denominada Companhia de Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP), mas também apresenta áreas de colonização oficial realizada pelo estado (CHIES, 2007).

⁴⁴ O Sr. Milton Honorato é pioneiro no município de Tuneiras do Oeste, e concedeu entrevista em sua residência, no dia 22 de dezembro de 2011.

Em 1946, o governo do estado nomeou Jorge Lopes como guarda florestal, o mesmo instalou-se na região de Tuneiras do Oeste, localidade conhecida como Sertão de Guairá, que até então era caracterizada por um pequeno povoado.

A colonização da região teve início em 1951, com a vinda das famílias de Hilário José da Silva, Antônio Rodrigues Bara, Joaquim Gonçalves da Luz e José Cícero da Silva, que ali se fixaram [...]. As terras da região eram devolutas, e foram cedidas pelo governo do Estado aos colonos, que deram início à formação de um povoado, ao qual denominaram de Tuneiras (FERREIRA, 1996, p. 694).

Na edição especial de 16 de Julho de 2005 do jornal local “O Tuneirense”, em comemoração aos 45 anos do município, esclareceu-se sobre o histórico do mesmo:

As primeiras ocupações do município foram registradas às margens da Estrada Boiadeira (BR-487), que já era utilizada pelos desbravadores no século XVI (sic). As áreas ocupadas concentravam-se inicialmente no sul da estrada e só na década de 1970 a área situada mais ao norte foi colonizada pela Companhia Melhoramentos do Paraná (sic) [...]. No início da década de 50, famílias de posseiros refugiados e sobreviventes do “Massacre de Porecatu”, vieram à região e ocuparam as terras devolutas cedidas pelo Estado. Estes foram seguidos por famílias provenientes de outras localidades (p.2).

Priori (2009, p.1) explica que “a revolta camponesa de Porecatu foi um movimento de resistência, articulada por camponeses em defesa da posse da terra, na região Norte do Estado do Paraná, no final da década de 1940 e início da de 1950”. O autor ainda informa que “com a liquidação da resistência armada, em julho de 1951, e com o trabalho da Comissão de Terras, que indenizou as benfeitorias das posses, a maioria dos posseiros da região foi transferida para as colônias de Iporã, Campo Mourão e Paranavaí” (PRIORI, 2011, p.93).

Desta forma, neste período, por meio desta ação governamental, algumas famílias se instalaram no município de Tuneiras do Oeste, e se depararam com a área coberta pela vegetação nativa, sendo utilizada a coivara, que se constitui em uma técnica agrícola tradicional na qual se inicia a plantação a partir da derrubada da mata nativa, seguida pela queima da vegetação.

O município de Tuneiras do Oeste foi fundado como patrimônio em 1952 e pertencia inicialmente ao município de Peabiru, passando em 28 de novembro de 1954 pela Lei 253/54 para o município de Cruzeiro do Oeste. Em 25 de abril de 1955 foi elevada a categoria de distrito pela Lei Municipal nº 12. A figura 8 mostra a avenida central da cidade de Tuneiras do Oeste no ano de 1955. Tuneiras do Oeste, a princípio comarca de Cruzeiro do Oeste, desmembrado do mesmo e de Cianorte em 25 de Julho de 1960, pela Lei Estadual nº 4245, foi

então elevado à categoria de município e instalado em 15/11/1961 (CHIES, 2007). Sobre isto, cabe esclarecer:

A emancipação no início da década de 1960 está associada principalmente à maior independência econômica atribuída ao município. Como a colonização teve início no final da década de 1940 e começo da década de 1950, já na década de 1960, o setor agropecuário se encontrava mais desenvolvido, ou seja, as pastagens já formadas, os cafezais já plantados e produzindo, e ainda a expansão do cultivo de lavouras diversas como arroz, feijão e milho. Além da organização do sistema agropecuário, houve também o desenvolvimento do comércio e uma estruturação maior da cidade em si, ou seja, igreja, escola, atendimento médico, representantes dos interesses da comunidade (CHIES, 2007, p. 49).

Figura 8 – Avenida Rio de Janeiro de Tuneiras do Oeste no ano de 1955



Foto: Acervo do Sr. Milton Honorato (BOVO; TÖWS; CARVALHO, 2013, p.14)

A emancipação do município está relacionada a todos esses fatores e à expansão da cafeicultura nesta área (figura 9). Embora a cultura do café não tenha sido implantada em todo território municipal, em razão do clima⁴⁵ e do solo⁴⁶, impróprios em várias áreas, pode-se afirmar que “foi por meio da cafeicultura e de sua expansão rápida pelas terras do norte paranaense, que o município de Tuneiras do Oeste foi ocupado e colonizado neste período”. A

⁴⁵ A região de transição entre o Norte e o Noroeste paranaense, mais especificamente entre Campo Mourão e Maringá atravessado pelo chamado Paralelo 24º, também, conhecido por Linha da Geada, ou seja, é a referência climática entre o Norte e o Sul do país, onde se manifesta diversas tipologias climáticas em função das influências de Massas de Ar Tropical e Polar é que foi possível o plantio do café com menor risco econômico em função das possibilidades das ocorrências de geadas (YOKOO, 2009, p.1).

⁴⁶ Arenitos da formação Caiuá, com limitação da fertilidade e susceptíveis à erosão (YOKOO, 2009).

atração populacional para o município na época, ocorreu devido à abundante mão de obra utilizada na produção cafeeira, e à importância econômica desta produção (CHIES, 2007, p. 49).

Figura 9– Atividades desenvolvidas a partir do cultivo do café e agricultores em meio à lavoura cafeeira na década de 1970 em Tuneiras do Oeste



Fotos: Acervo da família Sprícigo (CHIES, 2007)

A diminuição significativa dos cafezais no município ocorreu na década de 1980, e a erradicação quase que completa na década de 1990 (CHIES. 2007), sendo substituído pela cana de açúcar, soja, milho, criação de gado bovino e de corte, algodão (por um período) e mandioca (tabela 6).

Tabela 6 - Produção agrícola municipal de Tuneiras do Oeste (2015) e área ocupada com a pecuária e criação de outros animais (2006)

Atividade Produtiva	Área colhida (ha)	Quantidade Produzida (t)	Valor da produção (R\$ 1.000,00)
Pecuária e criação de outros animais (2006)	23.134	-	-
Cana de açúcar	12.859	910.572	48.279
Soja	10.210	30.617	29.816
Mandioca	6.860	205.148	34.471
Milho	2.540	10.785	3.569
Café	50	68	390

Fonte: Iparde (2017)

A proximidade com Cianorte, importante polo têxtil, como já mencionado, despertou o interesse em instalar fábricas, facções e indústrias vinculadas a esta produção. Neste sentido, algumas empresas estão ativas e vêm gerando empregos à população, no entanto, em número insuficiente para garantir a permanência, sobretudo dos jovens no município.

Assim, fechamos o capítulo II e passamos a tratar das principais políticas públicas para a agricultura familiar a partir de 2003 e os impactos nos municípios pesquisados.

Capítulo III

PRINCIPAIS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR A PARTIR DE 2003 E O IMPACTO NOS MUNICÍPIOS PESQUISADOS

A Caneta e a Enxada (Zico e Zeca)

*À “Certa vez uma caneta foi passear lá no sertão
Encontrou-se com uma enxada, fazendo uma plantação.
A enxada muito humilde, foi lhe fazer saudação,
Mas a caneta soberba não quis pegar sua mão.
E ainda por desaforo lhe passou uma repreensão. À”*

*Disse a caneta pra enxada não vem perto de mim, não
Você tá suja de terra, de terra suja do chão
Sabe com quem tá falando, veja a sua posição
E não se esqueça a distância de nossa separação.*

*Eu sou a caneta dourada que escreve nos tabelião
Eu escrevo pros governos a lei da constituição
Escrevi em papel de linho, pros ricaço e pros barão
Só ando na mão dos mestres, dos homens de posição.*

*A enxada respondeu: de fato eu vivo no chão,
Pra poder dar o que comer e vestir o seu patrão
Eu vim no mundo primeiro quase no tempo de Adão
Se não fosse o meu sustento ninguém tinha instrução*

*Vai-te caneta orgulhosa, vergonha da geração
A tua alta nobreza não passa de pretensão
Você diz que escreve tudo, tem uma coisa que não
É a palavra bonita que se chama.... educação!*

Composição: Teddy Vieira / Capitão Barduíno

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR A PARTIR DE 2003 E O IMPACTO NOS MUNICÍPIOS PESQUISADOS

Neste capítulo apresentamos e avaliamos algumas das principais políticas públicas destinadas à agricultura familiar, implantadas e/ou ampliadas nos governos de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2006 e 2007-2010) e de sua sucessora, Dilma Rousseff (2011-2014), reeleita para o mandato 2015-2018⁴⁷. Nesse sentido, destacamos o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf); o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA); o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE); a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PENATER); e o Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR).

Cabe destacar que tanto o presidente Lula, quanto a presidenta Dilma, são filiados ao Partido dos Trabalhadores (PT), que historicamente se mostrou favorável ao apoio à Reforma Agrária brasileira e às classes sociais menos favorecidas economicamente, no caso do meio rural, os agricultores familiares.

Desta maneira, tivemos ao longo dos referidos governos, uma ênfase nas políticas públicas para a agricultura familiar. Campos e Bianchini (2014) enfocam que a agricultura familiar passou a ser uma prioridade do Estado, havendo a partir de 2003 uma grande safra de políticas públicas e aperfeiçoamento de outras, como o Pronaf, por exemplo. A partir desta perspectiva, investiu-se mais na disponibilização de crédito para o pequeno produtor, em políticas de apoio à comercialização e no fortalecimento das organizações econômicas da agricultura familiar.

Vale destacar que uma característica importante neste processo de desenvolvimento das políticas públicas, foi o estabelecimento de marcos legais sólidos a partir da criação de leis, decretos, resoluções, normas, portarias e instruções normativas. Além disso, outra característica importante é o modelo de gestão intersetorial dessas políticas, além da promoção da participação social por meio da formação de conselhos setoriais e regionais, que têm responsabilidades sobre esses programas. “Dessa forma, o Brasil saiu da condição de país

⁴⁷ A Presidenta Dilma Rousseff foi afastada do cargo no dia 31/08/2016 pelo Senado Federal por processo de *impeachment*, tendo Michel Temer, vice-presidente, assumido o cargo em 01/09/2016. Temer já havia tomado posse como presidente interino do país, no dia 12/05/2016, após a aprovação do pedido de *impeachment*. Löwy (2016) considera este processo um Golpe de Estado e afirma que “parlamentares – deputados e senadores – profundamente envolvidos em casos de corrupção (fala-se em 60%) instituíram um processo de destituição contra a presidente pretextando irregularidades contábilísticas, ‘pedaladas fiscais’, para cobrir défices nas contas públicas – uma prática corriqueira em todos os governos anteriores!”. Assim, corroboramos com o autor que tece uma severa crítica a esse processo argumentando que “a prática do golpe de Estado legal parece ser a nova estratégia das oligarquias latino-americanas”.

que praticamente ignorava a agricultura familiar e passou a ser uma importante referência internacional em políticas para o seu fortalecimento” (CAMPOS; BIANCHINI, 2014, p.15).

Diante desse contexto, a partir de uma reflexão crítica, apresentamos a ênfase histórica das ações governamentais e de políticas públicas no Brasil para o setor agropecuário, voltadas ao agronegócio e à exportação, em detrimento da agricultura familiar, e em seguida passamos a apresentar e a analisar de modo geral, algumas dessas políticas públicas voltadas à agricultura familiar e seus resultados e limitações nos municípios pesquisados.

3.1 A ÊNFASE DAS AÇÕES GOVERNAMENTAIS PARA A AGROPECUÁRIA BRASILEIRA NAS EXPORTAÇÕES E NO AGRONEGÓCIO

As intervenções do Estado na agricultura as quais denominamos políticas públicas para a agropecuária brasileira, historicamente se deram de acordo com os interesses do agronegócio, sendo que esta circunstância está relacionada com a já mencionada estrutura agrária concentradora do país, que evidencia dois modelos produtivos opostos e desigualmente privilegiados pelas políticas públicas: o agronegócio e a agricultura familiar. Caporal e Petersen (2010) ao abordarem sobre o desenvolvimento rural no Brasil nos últimos 15 anos, analisando as políticas públicas, corroboram com esta perspectiva:

Si bien es cierto que aún persiste y es dominante la agricultura agroquímica de vocación exportadora, lo cual se vincula a su enorme capacidad de incidir en la configuración de las políticas públicas por parte tanto del Estado central como de los Estados Federales, también lo es la importancia cada vez mayor de la agricultura familiar (CAPORAL; PETERSEN, 2010, p. 75).

É importante ainda destacar que a política agrícola brasileira esteve comprometida, sobretudo a partir da década de 1960, com a modernização do setor agrícola, com sua transformação agroindustrial e com sua progressiva internacionalização. Além de se concentrar nos produtos de exportação, “teve um caráter mais abrangente, atingindo as matérias-primas para a indústria doméstica e também os produtos alimentares, especialmente seus segmentos capitalistas de produção” (DELGADO, 2001, p.29).

De acordo com Leite (2001, p.53) a política de crédito rural, operacionalizada pelo Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), criado em 1965, foi fundamental para transformar a “base técnica dos estabelecimentos agrícolas, no aumento da produtividade do setor, na consolidação dos complexos agroindustriais e cadeias agroalimentares e na integração dos capitais agrários à órbita de valorização do capital financeiro”.

O autor ainda acrescenta que: “ao privilegiar produtores (sobretudo grandes), regiões (Centro-sul do País) e produtos (exportáveis), o SNCR marcou significativamente, pelo volume de recursos alocados, a conjuntura setorial do final dos anos 60, toda a década de 70 e parcialmente os anos 80” (LEITE, 2001, p.53-54).

Na década de 1970, o setor público dispôs de amplo crédito para o desenvolvimento da agroindústria e expansão da fronteira agrícola. A esses créditos foi atribuída uma taxa de juros baixa e garantia de compra, o que estimulou a expansão da área cultivada e permitiu a aquisição de máquinas agrícolas e insumos para a modernização do setor. Já o crescimento da agroindústria alimentar, de acordo com Fajardo (2008, p.68) “ocorre motivado pela emergência de uma política de incentivos à exportação de produtos agrícolas semi-processados e manufaturados, além da difusão de novos padrões de consumo”.

Diante dessas medidas, no setor agroindustrial, as multinacionais ganham espaço no mercado brasileiro, são empresas de capital estrangeiro que dominaram o setor, com apoio do Estado Nacional. Evidenciamos que as políticas públicas desde o período de Governo de Getúlio Vargas (1930 – 1945) refletem um discurso desenvolvimentista, mas foi no governo de Juscelino Kubitschek (1956 – 1961) que se intensificou a política industrial pelo modelo de substituição das importações, fortalecendo a atuação das empresas multinacionais no país.

Já na década de 1980 há uma estagnação industrial, mas um crescimento das atividades agropecuárias, sobretudo pelo avanço da produção de grãos, o que leva à descentralização espacial da produção. Porém, Delgado (1985) esclarece que mesmo com este processo de desconcentração, persiste a diferenciação regional por exclusão de grupos sociais e regiões econômicas, sendo o Centro-Sul a grande área de concentração espacial.

Por isso a modernização foi tida como parcial, visto que atingiu apenas algumas áreas do território brasileiro, alguns produtos que interessavam ao mercado exportador e a certas fases da produção. Conservadora porque manteve a tradicional concentração fundiária. Dolorosa porque levou à saída do campo de milhares de pessoas ligadas às atividades agropecuárias, acentuando o êxodo rural e a miséria (MORO, 2001).

Nesse sentido, se a modernização no setor agrícola foi satisfatória do ponto de vista da competitividade e participação no mercado externo, pois inseriu o Brasil neste novo contexto, do ponto de vista social houve a criação de diversas problemáticas como: expulsão do campo de grande parte da população rural, pobreza e exclusão social na área urbana, entre outros.

Diante desta dinâmica tornou-se comum a formação dos Complexos Agroindustriais – CAIs, que refletem o avanço da modernização no campo. Para Leite (1990) a criação dos CAIs funda o chamado agronegócio no Brasil e se dá pela integração entre a agricultura e a

indústria. Os encadeamentos produtivos são capazes de incorporar a dinâmica industrial por meio das alterações e modernização da base técnica da produção agropecuária no setor agrícola. O CAI é estruturado com a indústria a montante (produção de máquinas e insumos agrícolas) e a jusante (processamento das matérias-primas e alimentos).

No Brasil a soja é a principal produção para exportação proveniente do processo de modernização e formação dos CAIs, tendo se expandido com o apoio do poder público, e vem representando a força e o impacto do agronegócio (FAJARDO, 2008).

Evidenciamos então nesse contexto, a expansão e a predominância das relações capitalistas no campo, e destacamos o papel do Estado como fomentador deste processo, pois como aponta Lipietz (1988, p.46) implementou “[...] iniciativas dentro das políticas agrárias (como o Estatuto da Terra) e trabalhistas no campo (Estatuto do Trabalhador Rural) que disciplinaram essa expansão das relações de produção capitalista no campo”.

Salientamos que apesar do processo de modernização da agricultura e formação dos CAIs gerar o êxodo rural para muitos pequenos produtores, a partir dela também foi criada uma situação de integração destes com agroindústrias e/ou multinacionais. Dessa maneira, os interesses envolvidos no processo de reestruturação agroindustrial são os de interesses particulares de setores e grupos não vinculados à agropecuária.

Santos e Silveira (2004, p.99) chamam este processo de verticalização do capital na agricultura e acrescentam que “essa verticalização dá-se geralmente entre os grupos multinacionais como Souza Cruz, Sadia, Perdigão que atuam unidas à pequena produção num sistema de ‘integração’ voltada à fomicultura e a criação de aves e suínos”.

Sobre esse processo Belusso (2010, p.33), explica: “a avicultura e outros segmentos agroindustriais vêm passando por modificações decorrentes de inovações tecnológicas que visam aumentar a produtividade, a produção e o faturamento das indústrias”. As transformações que ocorrem na agricultura com a integração com a indústria, tornam o agricultor mais vulnerável e dependente do capital. No caso de criadores de frangos que têm sua produção vinculada à indústria, em muitos casos financiam recursos para implantar a infraestrutura de produção, que exige tecnologia, posteriormente tornam-se dependentes dos interesses da indústria, por possuírem dívidas e contratos a cumprir.

Assim, são estabelecidas relações de dependência econômica entre grupos de produtores não organizados, e grandes corporações industriais e financeiras. “Um número elevado de agricultores se integra à indústria processadora, acabando por ceder grande parte de seu poder de negociação e de sua iniciativa como produtores às condições impostas pelos integradores” (BELIK; PAULILLO, 2001, p.102).

Frente a essas acepções, evidenciamos que as políticas públicas estimularam aos latifundiários modernizados, favorecendo as agroindústrias, em detrimento dos pequenos produtores. Para Delgado (1985), as alianças entre o Estado e o capital contribuíram para gerar uma especulação da terra. Ainda dentro da mesma perspectiva de Delgado (1985), autores como Graziano da Silva (1996) e Fajardo (2008) analisam que as políticas de financiamento, subsídios e créditos rurais, se voltaram aos interesses dos grandes produtores agropecuários e agroindustriais, sendo o enfoque central o crescimento da produção, da produtividade e da competitividade do setor.

Diante desta dinâmica, na década de 1990 os mecanismos de financiamento público para a agricultura foram diminuindo e sendo substituídos por novas formas privadas de financiamento como o crédito oriundo da indústria, de *trading companies* e de outros agentes, como por exemplo, a criação dos bancos dos fabricantes de máquinas (BELIK; PAULILLO, 2001).

Fica evidente então na década de 1990, a perspectiva neoliberal de intervenção mínima do Estado e a abertura para ação das grandes empresas e multinacionais em setores dominados até então por segmentos públicos. Sendo assim, para Belik e Paulillo (2001, p.101):

A criação de novas rotinas e novas formas de financiamento ocorreram nos segmentos agropecuários brasileiros mais organizados. Eles foram estruturados com formas de governança privada e alavancados principalmente por grupos de interesses não agrários. Esses grupos lograram construir mecanismos de apoio e financiamento que normalmente não passam diretamente pela regulação do Estado. Isso é o que tem promovido a atual capacidade de captação de recursos nestes segmentos agropecuários e consolidado variados processos de integração agroindustrial.

Evidenciamos que os segmentos privados ocupam cada vez maior espaço no financiamento da agropecuária brasileira, destituindo-se de qualquer relação com o Estado. Vale salientar que o objetivo principal desses segmentos é atender aos interesses da produção agrícola moderna, “eficiente”, integrada à agroindústria e voltadas à exportação.

Dentre as alternativas de substituição ao crédito oficial destacamos o sistema da soja verde⁴⁸, a Cédula do Produtor Rural (CPR)⁴⁹, os títulos privados, os certificados de mercadorias negociados em bolsas de mercadorias e o da troca de produtos por insumos. “São

⁴⁸ Venda antecipada da produção de soja a um esmagador ou exportador para entrega futura da produção.

⁴⁹ A Cédula do Produtor Rural - CPR, criada em 1994, que se constitui num instrumento privado de financiamento e que permite a venda antecipada de parte ou de toda a produção agrícola, em qualquer fase da produção. A CPR pode ser emitida por um agricultor, cooperativa ou associação, que deve entregar o produto na quantidade e com a qualidade especificada.

operações que apresentam mecanismos de venda contra o equivalente em produtos agrícolas para entrega futura” (BELIK; PAULILLO, 2001, p.106).

Vale salientar que vem ocorrendo um esforço no trato orçamentário e administrativo para fazer a separação entre agricultura familiar e patronal, e atualmente o orçamento voltado à produção familiar representa a maior parte dos créditos destinados à agricultura (BELIK; PAULILLO, 2001).

Portanto, verificamos que apesar de haver nas últimas décadas um enfoque preferencial das políticas públicas, entre elas a oferta de crédito rural para a agricultura familiar, há o predomínio na concepção de uma agricultura familiar atrasada, sendo os projetos voltados a tal produção, compensatórios desse atraso, e não emancipatórios e democráticos. Essas propostas na maioria das vezes não contemplam o saber tradicional dos agricultores, não propiciam a voz e a vez necessárias à sua participação como sujeitos sociais, pois lhes impõem um modelo já definido pela lógica capitalista.

Caporal e Petersen (2010) corroboram com essa análise ao avaliarem que apesar de o Brasil apresentar a presença significativa da agricultura familiar e ter apresentado políticas públicas para este setor nas últimas décadas, continua a privilegiar o agronegócio:

[...] lo que se observa a lo largo de los últimos 10 años, es que las orientaciones gubernamentales vienen reforzando el apoyo al sector agrícola empresarial orientado a la exportación, cuyo patrón técnico se asienta en los monocultivos dependientes de agroquímicos y transgénicos. Simultáneamente, de forma puntual y contradictoria, se implantan iniciativas de apoyo a los sectores más vulnerables del campo, como medidas paliativas y compensatorias, sin que eso signifique el establecimiento de ninguna política nacional que apunte hacia un nuevo proyecto de desarrollo (CAPORAL; PETERSEN, 2010, p. 77).

Para Mazzetto (2004, p.338) “o campesinato como sujeito social, só é reconhecido na década de 1990 sob o novo nome de agricultura familiar (que enfatiza o caráter de sua organização econômica)”. Vários programas e organizações de camponeses foram criadas nesse período. No entanto, o mesmo autor explica:

[...] todas essas iniciativas governamentais e não-governamentais não lograram inverter a lógica do modelo hegemônico. Ou seja, a proliferação de trabalhos e políticas voltadas para a agricultura familiar e para a reforma agrária não fez do campesinato o sujeito central de um novo modelo de desenvolvimento rural no Brasil. A força acumulada pela agricultura patronal (hoje, melhor identificada na noção de *agrobusiness* ou agronegócio) no período da modernização conservadora não foi afetada e, ao contrário, vem crescendo nos últimos anos por conta do reforço da ênfase aos produtos de exportação (MAZZETTO, 2004, p.339).

Diante disso, vemos a ação do poder público sempre beneficiando aos grandes produtores e as monoculturas voltadas à exportação, e esta ênfase também se dá nos representantes públicos que assumem a pauta da questão agropecuária brasileira. Fajardo (2008) e Gomes (2012) assinalam esta questão quando tratam da presença em ministérios do Governo Lula, vinculados ao setor agropecuário, de representantes e lideranças do agronegócio e das alas mais conservadoras da agricultura, formando uma bancada ruralista que se constituiu em um relevante entrave para medidas mais efetivas às questões que se referem ao rural.

Também ainda verificamos no Brasil uma grande disparidade entre os recursos e subsídios destinados ao segmento da agricultura familiar e do agronegócio. Sabourin (2007) argumenta que há uma visão radical, institucionalizada no seio do Estado e mantida pela mídia, entre uma agricultura capitalista competitiva (agronegócio) e uma agricultura familiar associada à reforma agrária e a compensações sociais custosas para o contribuinte.

Dessa forma, vale destacar a contradição existente entre o extinto MDA⁵⁰ e o MAPA, visto que são duas estruturas paralelas. A primeira voltada à agricultura familiar e à reforma agrária, e a segunda ao *agrobusiness*, envolvendo questões como a manutenção dos latifúndios e as tensões territoriais entre o *agrobusiness* e as populações camponesas e indígenas locais.

Nesse ensejo, evidenciamos as incoerências presentes nas próprias estruturas de governo, e verificamos tanto nos governos Lula e Dilma no que se refere ao setor agropecuário, a perspectiva de uma continuidade da ênfase no agronegócio como ocorreu historicamente no país, embora nas últimas décadas tenha ocorrido uma ampliação do enfoque na produção familiar, com políticas públicas específicas.

Para Gomes (2012, p.96) “tais concepções [...] sustentam a possibilidade de coexistência entre dois modelos antagônicos em um capitalismo ‘menos hostil’, base de um ‘novo consenso’ de um suposto ‘crescimento com distribuição’”.

No entanto, é preciso destacar, como pondera Mattei (2016, p.10), que com as alterações na estrutura do governo advindas com a posse do presidente Michel Temer, houve uma mudança na rota das políticas de desenvolvimento agrário e rural no país, “foi um desmonte da estrutura institucional, especialmente de equipes técnicas responsáveis pela implementação e gestão de diversas políticas [...]”. “Além disso, verifica-se a paralisação de

⁵⁰ Ver nota de rodapé na página 29.

ações que estavam em curso nas diversas áreas de atuação do ministério, bem como a suspensão de pagamentos e repasses orçamentários e financeiros já garantidos no Plano Safra da Agricultura Familiar para 2016-2017”.

Dessa forma constatamos que os avanços obtidos nos governos Lula e Dilma com relação à agricultura familiar sofreram um expressivo retrocesso em pouco tempo desde a tomada de posse do governo interino.

Acreditamos que é só a partir de uma ação política coletiva e organizada que alguns direitos dos trabalhadores vêm sendo conquistados, mas salientamos que ainda é preciso avançar, ou seja, as ações e mobilizações sociais foram e continuam sendo essenciais para a conquista do direito dos trabalhadores.

Partindo dessa perspectiva, apresentamos na sequência, as principais políticas públicas voltadas à agricultura familiar, enfatizando o recorte histórico a partir de 2003, destacando-as como conquistas de reivindicações de segmentos e movimentos sociais.

3.2 PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR (PRONAF)

O Pronaf que desde 2003 vem sendo um dos principais programas voltados à agricultura familiar, é uma continuação dos governos de Fernando Henrique Cardoso (FHC) (1994-1998/1999- 2002). O Pronaf foi criado em 1996 pelo Decreto 1946, de 28/06/1996, sob a coordenação da Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR) do então Ministério da Agricultura e do Abastecimento (MAA). Em 1999, com o início do segundo governo FHC foi transferido para a Secretaria de Agricultura Familiar (SAF) do então recém criado Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

Para Alfatin (2003, p.2) foi “a primeira política federal direcionada exclusivamente a esse segmento, reflete as novas configurações institucionais oriundas da reforma do Estado e o momento de crescimento da participação popular na gestão pública”. Dentro da mesma perspectiva Schneider, Cazella e Mattei (2004, p.21) destacam que o surgimento do Pronaf “representa o reconhecimento e a legitimação do Estado em relação às especificidades de uma nova categoria social – os agricultores familiares [...]”.

Buainain (2007, p.91) corrobora com essas análises ao explicar que o Pronaf significa uma mudança de enfoque das políticas públicas para a agropecuária brasileira, pois “tratou-se de reconhecimento da importância econômica e social, presente e potencial, da agricultura

familiar, e incorporou essa ampla camada de agricultores e trabalhadores rurais como possíveis beneficiários de ações da política agrícola”.

Nessa mesma direção, destacamos o enfoque das políticas públicas para a agropecuária, a partir de meados da década de 1990, na agricultura familiar, a consolidação dos agricultores familiares como categoria social, e a busca por mais participação popular na formulação, aplicação e avaliação das políticas públicas.

Na redemocratização do país na segunda metade da década de 1980, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), passa a ter mais influência como representação dos agricultores, também a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) passa a se envolver com questões agrárias. Além disso, ainda na década de 1980 surgiram outros movimentos de trabalhadores rurais, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)⁵¹; e outros grupos organizados localmente como os agricultores deslocados pela construção de barragens e os seringueiros.

Na década de 1990, o movimento sindical dos trabalhadores rurais ligados à própria CONTAG e ao Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais da Central Única dos Trabalhadores (DNTR/CUT), promoveram mobilizações na busca pela “reconversão e reestruturação produtiva” dos agricultores familiares, que seriam os mais prejudicados pela abertura econômica promovida, no período, pela criação do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) (SCHNEIDER; CAZELLA; MATTEI, 2004).

Assim, as reivindicações dos trabalhadores rurais, que já haviam começado a ter voz na Constituição de 1988, ganharam destaque nas “Jornadas Nacionais de Luta” da primeira metade da década de 1990, que a partir de 1995 passaram a ser denominadas de “Grito da Terra Brasil” (SCHNEIDER; CAZELLA; MATTEI, 2004, p.22).

Todos esses grupos geraram pressão ao Estado para que suas reivindicações fossem colocadas na pauta das políticas públicas. Além disso, levou à compreensão de que a produção agropecuária moderna não extinguiu a produção familiar e camponesa. É neste contexto que o conceito “agricultura familiar” se consolida e passa a ser difundido nos diversos segmentos sociais, como já explicado anteriormente.

Diante dessas organizações e movimentos de reivindicações, em 1994, o governo Itamar Franco criou o Programa de Valorização da Pequena Produção (Provap), que operava basicamente com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES). O Provap não

⁵¹ O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, surgiu em 1984 quando ocorreu o primeiro encontro do movimento em Cascavel, no Paraná, com o objetivo de discutir e mobilizar a população em torno da concretização da Reforma Agrária que desde então se confunde com a história do movimento no Brasil.

obteve resultados significativos na destinação de recursos aos produtores, mas foi o embrião para a criação do Pronaf, em 1996 (SCHNEIDER; CAZELLA; MATTEI, 2004).

Desta forma, evidenciamos que o Pronaf e a abordagem sobre o Novo Mundo Rural, de 1999, que se constituiu em uma proposta de política integrada de desenvolvimento sustentado para o meio rural brasileiro, visando à expansão da agricultura familiar e sua inserção ao mercado, foram resultado dos inúmeros movimentos organizados no campo pelos pequenos produtores e um reconhecimento da importância dessa classe trabalhadora no contexto nacional.

Porém, compreendemos que tais ações governamentais objetivaram tornar o agricultor familiar um “pequeno empresário”, considerando que os que tivessem sucesso saíam da condição de “camponeses” e avançariam à categoria de “agricultores familiares” dinâmicos e integrados ao mercado. Como já sinalizamos anteriormente, não corroboramos com esta perspectiva. Concordamos sim que devam existir políticas públicas específicas aos pequenos produtores, porém defendemos que devem ser respeitadas suas características, como por exemplo, a autonomia produtiva, a prática da ajuda mútua, a produção de gêneros alimentícios e a produção para a subsistência do núcleo familiar, tendo em vista inclusive a qualidade dos alimentos.

Destacamos que de acordo com o Manual Operacional do Pronaf, o programa se volta ao fortalecimento da agricultura familiar, a partir do apoio técnico e financeiro, visando ao desenvolvimento rural sustentável. O objetivo geral é fortalecer a capacidade produtiva da agricultura familiar; contribuir para a geração de emprego e renda nas áreas rurais e melhorar a qualidade de vida dos agricultores familiares (SCHNEIDER; CAZELLA; MATTEI, 2004).

Os objetivos específicos do Pronaf estão divididos em quatro linhas: 1) Vínculo com órgãos setoriais para promover as ações de acordo com as necessidades dos produtores; 2) Financiamento de infraestrutura e serviços nos municípios para o fortalecimento da agricultura familiar; 3) Fornecimento de crédito aos agricultores familiares no custeio e investimentos de atividades agropecuárias; 4) Capacitação e profissionalização dos produtores familiares (ALFATIN, 2003).

No que se refere ao ponto de vista operacional, o Pronaf tem atuado em quatro grandes linhas:

- a) Financiamento da produção: o programa destina anualmente recursos para custeio e investimento, financiando atividades produtivas rurais em praticamente todos os municípios do país; b) Financiamento de infraestrutura e serviços municipais: apoio financeiro aos municípios de todas as regiões do país para a realização de obras de infraestrutura e serviços básicos; c)

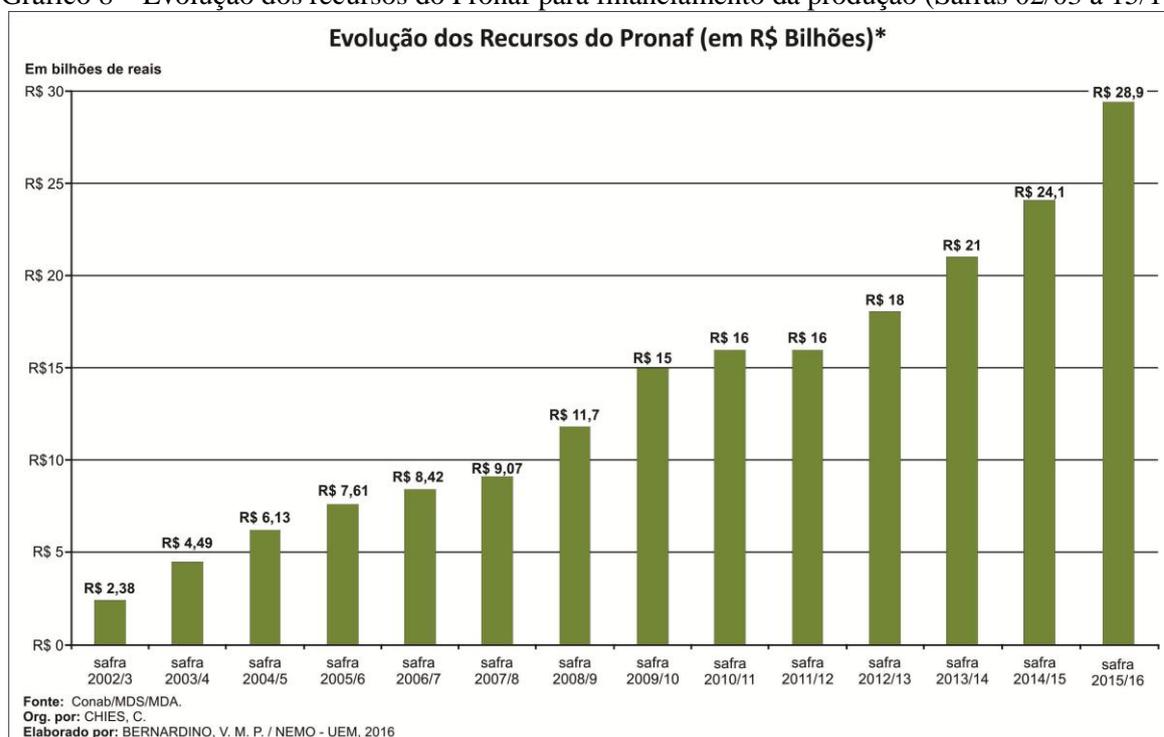
Capacitação e profissionalização dos agricultores familiares: promoção de cursos e treinamentos aos agricultores familiares, conselheiros municipais e equipes técnicas responsáveis pela implementação de políticas de desenvolvimento rural; d) Financiamento da pesquisa e extensão rural: destinação de recursos financeiros para a geração e transferência de tecnologias para os agricultores familiares (SCHNEIDER; CAZELLA; MATTEI, 2004, p.24-25).

Na prática, verificamos que o Pronaf se constituiu em uma das políticas públicas de maior alcance aos produtores familiares. Para Saron e Hespanhol (2012, p.657):

A obtenção deste status se deve a paulatina e expressiva ampliação dos recursos destinados ao programa, principalmente a partir do início (e no decorrer) do Governo de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2006 e 2007-2010), tendência que persiste no Governo de Dilma Rousseff (2011-2014).

O plano safra da agricultura familiar 2014/2015 enfatiza que o crédito ofertado para investimento e custeio para a agricultura familiar por meio do Pronaf, para a referida safra, é 10 vezes maior que há 12 anos, saltando de R\$ 2.38 bilhões na safra 2002/2003, para R\$ 24.1 bilhões em 2014/2015, sendo ainda 14,7% superior à safra anterior (2013/2014), cujo montante de recursos do Pronaf era 21 R\$ bilhões (gráfico 8).

Gráfico 8 – Evolução dos recursos do Pronaf para financiamento da produção (Safras 02/03 à 15/16)



Fonte: Planos-safra da Agricultura familiar. Organizado pela autora.

*Alguns valores são colocados nos planos-safra como estimativas.

Como podemos constatar a partir dos dados apresentados no gráfico 8, os recursos destinados ao financiamento da produção pelo Pronaf foram sendo ampliados continuamente.

Nos critérios para poder ser beneficiário do programa se considera: formas de exploração da terra, local de moradia, tamanho da propriedade, renda gerada com a propriedade, mão de obra utilizada e renda bruta familiar.

Atualmente, os beneficiários do Pronaf devem atender aos seguintes critérios: a) explorar parcela de terra na condição de proprietário, posseiro, arrendatário, comodatário, parceiro, concessionário do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) ou permissionário de áreas públicas; b) residir no estabelecimento ou em local próximo, considerando as características geográficas regionais; c) não deter, a qualquer título, área superior a quatro módulos fiscais, contíguos ou não, quantificados conforme a legislação em vigor; d) obter, no mínimo, 50% da renda bruta familiar da exploração agropecuária e não agropecuária do estabelecimento; e) ter o trabalho familiar como predominante na exploração do estabelecimento, utilizando mão de obra de terceiros de acordo com as exigências sazonais da atividade agropecuária, podendo manter empregados permanentes em número menor que o número de pessoas da família ocupadas com o empreendimento familiar; f) ter obtido renda bruta familiar nos últimos 12 meses de produção normal, que antecedem a solicitação da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), de até R\$360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais), considerando neste limite a soma de 100% do Valor Bruto de Produção (VBP), 100% do valor da receita recebida de entidade integradora e das demais rendas provenientes de atividades desenvolvidas no estabelecimento e fora dele, recebida por qualquer componente familiar, excluídos os benefícios sociais e os proventos previdenciários decorrentes de atividades rurais (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2013).

Também são beneficiários do Pronaf: - pescadores artesanais; - aquicultores que explorem área não superior a dois hectares de lâmina d'água ou ocupem até 500 m³ de água, quando a exploração se efetivar em tanque-rede; - silvicultores que cultivem florestas nativas ou exóticas e que promovam o manejo sustentável daqueles ambientes; - extrativistas que exerçam o extrativismo artesanalmente no meio rural, excluídos os garimpeiros e faiscadores; - integrantes de comunidades quilombolas rurais; - povos indígenas; - demais povos e comunidades tradicionais (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2013).

Outra exigência para o acesso ao Pronaf, bem como para outras políticas públicas destinadas à agricultura familiar, é a obtenção da DAP, fornecida aos agricultores geralmente pelos Sindicatos Rurais, pelo órgão local de extensão rural e/ou outras entidades que representem a categoria dos produtores familiares nos municípios, essas entidades devem ser credenciadas pelo MDA. De acordo com o Banco Central do Brasil (2013), para públicos específicos, a DAP também pode ser fornecida por outras organizações, tais como: a

Fundação Nacional do Índio (FUNAI), para populações indígenas; a Fundação Cultural Palmares (FCP), para populações quilombolas; o Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA) ou a Federação de Pescadores e suas colônias filiadas, para pescadores artesanais; o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), para acampados e assentados da reforma agrária.

Cabe ressaltar que os critérios gerais de acesso ao programa foram sendo readequados ao longo das safras, a partir das mudanças vivenciadas na agricultura familiar, seja pela dinâmica produtiva gerada pelo próprio programa ou por outras políticas públicas, e/ou outros processos sociais.

Nesse sentido, a inclusão, na safra 2013/2014, de novas formas de exploração da terra, como a extensão do acesso ao programa aos comodatários, concessionários do PNRA ou permissionários de áreas públicas, foi um avanço. Alfatin (2003) já havia destacado que o fato de os critérios do Pronaf possibilitar o acesso ao programa de proprietários, mas também parceiros, meeiros, arrendatários e assentados era um diferencial importante, já que o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), atrelava o título da terra ao crédito rural.

Ou seja, na proposta do Pronaf houve consideração quanto à problemática agrária brasileira. Salientamos que as novas categorias de produtores, a partir da forma de acesso à terra, incluídas na safra 2013/2014 ampliaram ainda mais o leque de possibilidades de acesso ao programa, levando em conta as características agrárias do país em que a distribuição da terra sempre foi tão desigual.

De acordo com a renda bruta anual e os critérios gerais do Pronaf, foi organizada uma classificação dos agricultores para a modalidade financiamento da produção (custeio e investimento), que é a linha mais representativa do Pronaf. Essa classificação também foi sendo adequada às mudanças de critérios de acesso ao programa.

O limite de renda bruta para os diferentes grupos beneficiários do Pronaf vem se ampliando ao longo do tempo, em decorrência da própria ampliação da renda do produtor gerada pelo programa. Por exemplo, a renda bruta anual, para ser considerado agricultor familiar na safra 2003/2004 era de R\$ 60.000,00. Já na safra 2013/2014 esse limite é de R\$ 360.000,00, conforme especificidades já mencionadas.

O quadro 5 mostra a evolução dos limites de renda bruta anual para cada grupo de agricultores beneficiários do Pronaf nos anos que foram alterados.

Quadro 5 – Limite de renda bruta anual dos grupos beneficiários do Pronaf nos anos que alteraram

Grupos	Renda Bruta Anual (em R\$)						
	Safra 1999/2000	Safra 2001/2002	Safra 2003/2004 e 2004/2005	Safra 2007/2008	Safra 2011/2012	Safra 2012/2013	Safra 2013/2014 e 2014/2015
A	Assentados da Reforma Agrária e beneficiários do Crédito Fundiário						
B	1.500,00	1.500,00	2.000,00	4.000,00	6.000,00	10.000,00	20.000,00
C	8.000,00	10.000,00	14.000,00	18.000,00	6.000,00 à 110.000,00	10.000,00 à 160.000,00	20.000,00 à 360.000,00
D	27.500,00	30.000,00	40.000,00	50.000,00			
E	Inexistente	Inexistente	60.000,00	110.000,00	(1)		
A/C	Assentados da Reforma Agrária e beneficiários do Crédito Fundiário (2)						

(1) A partir do Plano de Safra 2008/2009 os grupos C, D e E foram unificados no grupo AF (Agricultor Familiar). Entretanto, permanece a concessão do volume de crédito por produtor conforme a renda bruta anual auferida, e maior os juros conforme o valor do contrato realizado. Além, do limite de renda há também o rebate de 30% para algumas culturas e atividades, ver Plano Safra (2011/2012).

(2) Enquadram-se neste grupo os agricultores familiares que apresentem Declarações de Aptidão do Produtor (DAP) para o grupo A/C, fornecida pelo INCRA ou Unidade Técnica Estadual (UTE); que já tenham contratado a primeira operação no grupo A; não tenham contraído custeio exceto no grupo A/C (Plano de Safra 2008/2009).

Fonte: Aquino (2009) *apud* Saron e Hespanhol (2012). Incluídas informações dos Planos Safra 2012/2013, 2013/2014, 2014/2015. Adaptado pela autora.

Saron e Hespanhol (2012, p.662) avaliam que “a ampliação do limite de renda bruta anual, [...] permitiu que os segmentos mais capitalizados da agricultura familiar se inserissem no programa e passassem a ser os seus maiores beneficiários”. E concluem:

Tais agricultores dispõem das condições necessárias para produzirem mesmo sem o amparo de financiamento público, devido a disponibilidade dos meios de produção e acesso as tecnologias que geralmente os agricultores familiares mais pobres não possuem (SARON; HESPANHOL, 2012, p.662).

Alfatin (2003) também tece uma crítica sobre a classificação dos agricultores pela renda avaliando que isto indica o enfoque economicista do programa e cria um processo de ascensão, ou seja, os agricultores tendo acesso ao crédito e aumentando a renda, podem ascender aos grupos com maior capacidade de obtenção de crédito, ou até mesmo ao grupo de produtores patronais. Para a autora, este enfoque não considera outras dimensões importantes da agricultura familiar, como por exemplo, as potencialidades relativas à sustentabilidade social, cultural e ecológica.

Constatamos o enfoque economicista do Pronaf nos trabalhos de campo realizados nos municípios da pesquisa. Os técnicos agrícolas locais e/ou os responsáveis pelos processos de acesso ao Pronaf, explicitaram em suas falas, nas entrevistas realizadas, o intuito do programa de que o agricultor familiar ascenda para grupos mais capitalizados, com rendimentos maiores (grupo AF).

Assim, verificamos nos quatro municípios, a ocorrência de mudanças de grupo nas linhas do Pronaf pelos agricultores, devido ao aumento da renda ou à contratação de trabalhadores permanentes. No município de Tuneiras do Oeste, o técnico da Emater, Marcos Ferreira Batista⁵² citou o fato de três produtores, que depois de vários anos realizando financiamentos do Pronaf, avançaram para outra categoria produtiva, solicitando a retirada do cadastro da DAP para poder ter acesso à outras linhas de crédito como médios produtores.

É preciso destacar que a ordenada concessão de crédito vem passando por mudanças “desde o início dessa política, sobretudo no que diz respeito aos valores limítrofes dos financiamentos para custeio e para investimento, bem como no que se refere às taxas de juros que incidem sobre os recursos alocados no programa” (SCHNEIDER, CAZELLA; MATTEI, 2004, p.32).

As mudanças também atingem as formas de pagamento dos empréstimos bancários. Schneider, Cazella e Mattei (2004, p.29) destacam que “no que diz respeito aos juros, a resolução nº 2.766, de 2000, do Banco Central, atendeu a uma antiga reivindicação dos agricultores familiares, ou seja, a definição de uma taxa fixa”. Com isto reduziu-se progressivamente os encargos financeiros. Também os prazos e carências foram sendo dilatados.

Como pode ser analisado com os dados do quadro 6, os beneficiários do Pronaf estão divididos por grupos que incluem produtores menos e mais capitalizados e/ou consolidados. Sobre a distribuição dos recursos do Pronaf a partir da classificação por grupos, Saron e Hespanhol (2012, p. 663) explicam:

As operações financeiras mais volumosas destinam-se aos grupos mais capitalizados, em especial ao grupo AF, que podem usufruir das linhas de crédito de custeio e de investimento. Os grupos com menor renda bruta anual (A, B e A/C) são excluídos de algumas linhas de financiamento [...].

Além disso, a concentração acentuada dos recursos do Pronaf na Região Sul tornou-se um desafio a ser superado pelo programa. Sobre esta dinâmica, Schneider, Cazella e Mattei (2004, p.45-46) explicam que “desde a sua criação, o programa tem sofrido constantes ajustes visando corrigir a forte concentração de recursos do programa na região sul do país verificada nos seus primeiros anos de existência”.

Outra análise importante realizada por Saron e Hespanhol (2012, p.669) é que apesar do aumento constante no montante de recursos destinados ao Pronaf, vem ocorrendo dificuldades para ampliar o número de beneficiários, pois diferente do volume de recursos,

⁵² Entrevista concedida no dia 27/05/2014 no Escritório Local da Emater de Tuneiras do Oeste.

que aumentou constantemente, em alguns anos o número de contratos reduziu. Neste caso, verificou-se que um número menor de beneficiários usufruiu de um montante maior de recursos do programa, “e que o valor médio dos contratos se elevaram, passando de R\$2.628,25 por contrato (custeio e investimento), em média, no ano agrícola de 2002/2003 para R\$7.435,20 no ano agrícola de 2009/2010”.

Quadro 6 – Síntese da configuração atual do Pronaf na modalidade financiamento da produção, por grupos

GRUPOS	CLASSIFICAÇÃO PELA RENDA	MODALIDADE	LIMITE DE CRÉDITO	ENCARGOS FINANCEIROS	CARÊNCIA VIGÊNCIA
GRUPO A	Assentados do PNRA que não Contrataram o PROCERA ou o Limite Pronaf “A”	Investimento	R\$ 20.000,00 (*) + 1.500,00/ Assist. Tec.	0,5 % a.a.	Até 10 anos com até 5 de carência
GRUPO A/C Já tenha contratado a 1ª operação do Grupo A e não tenha contrato de operação de Custeio.		Custeio	Até R\$ 5.000,00 (Até 3 operações, não ultrapassando o total de R\$ 5.000,00)	1,5 % a.a.	Agrícola até 2 anos. Pecuário e Agroindústria até 1 ano.
GRUPO B	Renda até R\$ 20.000,00 anual Não contrata trabalhador assalariado permanente.	Investimento	Até R\$ 2.500,00 por Operação	0,5% a.a.	Vigência até 2 anos.
		Custeio (exceto atividades agrícolas). Pode ter custeio Associado a até 35% do valor do financiamento	Até R\$10.000	1,5 % a.a.	
GRUPO AF	Renda anual Até R\$360.000,00 No mínimo 50% da renda proveniente do estabelecimento rural. Pode ter empregados permanentes dentro do limite estabelecido.	Custeio (safra)	Acima de R\$ 10.000 até R\$30.000	3 % a.a.	Custeio Agrícola: Até 3 anos- palmeira real Até 2 anos- Cult. Bianuais Até 1 ano- Demais cultura Custeio Pecuário: Aquicultura até 2 anos Demais atividades até 1 ano
			Acima de R\$ 30.000 até R\$100.000	3,5 % a.a.	

Fonte: Plano Safra da Agricultura Familiar 2013/2014. Linhas de financiamento e enquadramento de crédito rural. Organizado pela autora (2014).

Vale destacar que as estratégias do Pronaf propõem a parceria entre as esferas de governo municipal, estadual e federal, a iniciativa privada, os agricultores familiares e suas organizações.

A gestão é feita a partir de estruturas nos três níveis administrativos do País: em nível municipal o programa tem como principal órgão gestor o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (CMDR); na esfera estadual existem os Conselhos Estaduais de Desenvolvimento Rural (CEDR) e a Secretaria Executiva Estadual do PRONAF; e em nível nacional o programa conta com um Conselho Nacional e a Secretaria Executiva Nacional do PRONAF. Os agricultores familiares, através de suas organizações, têm assento em todos os conselhos do PRONAF, sendo que no CMDR deve haver paridade entre a participação dos representantes das organizações da sociedade civil e representantes do poder público (ALFATIN, 2003, p.112).

A paridade “trata-se de partilhar as cadeiras dos conselhos municipais de tal maneira que os representantes dos agricultores familiares tenham, no mínimo, 50% dos cargos” (MARQUES, 2004, p.53). Nos quatro municípios pesquisados, verificamos que há o CMDR, pois é uma exigência para se ter acesso às políticas públicas. Sobre este aspecto, Silva e Marques (2004) explicam que:

[...] a instalação dos conselhos municipais de desenvolvimento rural, concebidos como lugar privilegiado para a participação e a gestão social, satisfaz uma perspectiva segundo a qual respostas adequadas aos sistemas de produção típicos da agricultura familiar devem considerar ao máximo a realidade local. Desta maneira, os projetos financiados exigem a incorporação das aspirações e experiências dos agricultores familiares (SILVA; MARQUES, 2004, p.12).

No entanto, quando questionamos aos representantes locais sobre a regularidade dos encontros para discussão das questões referentes à agropecuária nos municípios, e a participação dos agricultores nesses encontros, apenas em Tuneiras do Oeste parece haver mais regularidade nas reuniões, assim como uma participação mais efetiva dos produtores, embora os gestores reconheçam a necessidade de ampliar a participação efetiva dos mesmos.

Nos demais municípios foi relatada pelos gestores entrevistados, a necessidade de fortalecer o CMDR e a participação dos agricultores familiares nas decisões. Vale destacar que de modo geral, segundo os gestores municipais, o acesso às políticas públicas e programas têm estimulado mais interação e participação dos agricultores nas decisões do CMDR e outros conselhos e esferas de decisões.

Dentro desta perspectiva, cabe apresentar a questão levantada por Silva e Marques (2004) que questionam se a experiência dos CMDR “representou um efetivo processo de democratização da elaboração e gestão das políticas locais de desenvolvimento rural?” (p.13). Os autores complementam destacando que:

Uma das importantes características dos CMDRs, no sentido da sua democratização, foi a definição da necessidade de uma representação privilegiada daqueles que deveriam ser os principais protagonistas nestes espaços: os agricultores familiares. Assim, os diversos estudos mostram que, do ponto de vista formal, esta presença majoritária dos representantes dos

agricultores tem ocorrido. Apesar disso, no entanto, os artigos [...] também concluem que a mera paridade numérica não tem significado ou garantido a pretensa simetria entre os atores integrantes dos conselhos (SILVA; MARQUES, 2004, p.16).

Assim evidencia-se a necessidade de buscar alternativas para fortalecer ainda mais a participação dos agricultores familiares nas decisões locais que dizem respeito às suas dinâmicas produtivas, embora nos municípios pesquisados constatamos que os programas e políticas públicas tenham contribuído para uma participação mais efetiva desses produtores.

Já o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável foi criado em 1999 e, a partir daí, uma série de reformulações foram sendo feitas delegando funções aos CEDR e aos CMDR. Uma das mudanças mais relevantes definidas pela Resolução nº15, de maio de 2001 foi a exigência de se instituir os CMDR e a elaboração de Planos Municipais de Desenvolvimento Rural (PMDR) disponibilizando uma infraestrutura mínima para o funcionamento desses conselhos.

A existência dos CMDR e a elaboração dos PMDR foram colocados como pré-requisitos para a participação do município em projetos na linha Infraestrutura e Serviços do Pronaf. Esta linha do programa tem o objetivo de melhorar as condições de produção e infraestrutura nos municípios, onde a agricultura familiar representa um papel estratégico na economia local.

A ênfase dada à constituição de CMDR deve-se ao fato que o Pronaf Infraestrutura, diferentemente da linha de crédito rural, tem como pressuposto básico o envolvimento das comunidades rurais e dos agricultores familiares na concepção, gestão e fiscalização das políticas públicas. Essa prerrogativa, em grande parte, advém da necessidade crescente do Estado estimular formas de gestão descentralizadas que promovam, ao mesmo tempo, maior eficiência no uso dos recursos e ampliação dos mecanismos de acesso da população, levando a uma maior democratização (SCHNEIDER, CAZELLA; MATTEI, 2004, p.41-42).

Destacamos que a exigência da constituição de um CMDR, com representantes dos diversos seguimentos da sociedade, e entre eles os agricultores familiares, representa avanço em termos de gestão democrática das políticas públicas.

Para Schneider, Cazella e Mattei (2004), a proposta de criação dos CMDR e dos PMDR deveria ocorrer a partir da participação de vários segmentos da sociedade (sindicatos, ONGs, associações de produtores), mas não só isso, deveria ainda criar um espaço público e democrático de negociações, que entre outras funções, coordenasse e planejasse as ações e políticas públicas destinadas aos agricultores. Um espaço institucional para atuação política das entidades da sociedade civil, mas acima de tudo uma estrutura com poderes de

legitimação das iniciativas locais e de gestão dos recursos disponíveis. Consideramos fundamental esta vinculação da política pública com a população que a recebe, pois as necessidades e prioridades de cada grupo só podem ser definidas na própria dinâmica de vivência.

Vale destacar que a partir de 2001 começa a haver uma perspectiva de mudança no Pronaf Infra-estrutura a fim de que as ações não se limitassem à esfera municipal. Em 2003, com a posse do presidente Lula, a estrutura do MDA foi reformulada, sendo criada a Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), que ficou responsável pela gestão do Pronaf Infra-estrutura. A SDT mudou o enfoque do programa e passou a associá-lo com a noção de desenvolvimento territorial, deixando o enfoque municipal e passando a beneficiar iniciativas intermunicipais, com o objetivo de ampliar as relações sociais dos agricultores familiares e dos assentamentos da reforma agrária. Com isso, toda a ênfase dada aos CMDR perdeu força, correndo o risco de tornar-se uma instância obsoleta (SCHNEIDER; CAZELLA; MATTEI, 2004).

Outro aspecto que é preciso destacar é que no decorrer do tempo de existência do Pronaf, o programa foi ganhando novas ramificações como: o “Pronafinho” em 1997 que destinava na época créditos de custeio aos agricultores mais necessitados; o Pronaf Agroindústria em 1998, cujo objetivo é financiar a infraestrutura para processamento, industrialização e comercialização da produção agropecuária; Pronaf Agregar, também em 1998, que se constitui em uma linha de crédito com o objetivo de agregar renda às atividades agropecuárias; Pronaf Florestal, em 2002, que é uma linha de crédito de investimentos para silvicultura e sistemas agroflorestais; criação na safra 2003/2004: do Pronaf Alimentos visando estimular a produção dos alimentos básicos (arroz, feijão, milho, mandioca e trigo); Pronaf Pesca, visando apoiar os pescadores artesanais; Pronaf Mulher e Pronaf Jovem com investimento para atividades agropecuárias, turismo rural, artesanato e outras atividades de interesse da mulher agricultora e do jovem agricultor; Pronaf Agroecologia para apoiar a produção agroecológica e os agricultores em transição; Pronaf Turismo rural, apoiando a implantação de atividades turísticas nas propriedades rurais; Pronaf Eco, em 2007, que é um programa de crédito destinado para investimentos em técnicas que diminuam o impacto causado pela atividade rural ao meio ambiente; entre outras ramificações.

Além disso, junto à disponibilização do crédito pelo Pronaf, foram desenvolvidos mecanismos de proteção aos agricultores familiares. O Seguro da Agricultura Familiar (SEAF) é um exemplo, e tem sido importante “para a convivência do produtor com os

fenômenos climáticos extremos e para a manutenção e recuperação da sua capacidade produtiva, quando esses fenômenos ocorrem” (CAMPOS; BIANCHINI, 2014, p.13).

Nas entrevistas realizadas com os gestores do Pronaf nos quatro municípios investigados na pesquisa, foi citada a importância do seguro da safra, que tem permitido mais segurança e tranquilidade aos agricultores.

Outro mecanismo de proteção da renda dos agricultores que tomam crédito é o Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar (PGPAF), que garante preços para os beneficiários do Pronaf. Caso os preços caiam, a dívida também é reduzida, mantendo a capacidade de pagamento dos agricultores familiares. Na mesma linha há o Programa Garantia-Safra, visando à proteção de agricultores familiares do semiárido que produzem alimentos, quando a seca ou a enchente afeta seus cultivos (CAMPOS; BIANCHINI, 2014).

Destacamos assim que o Pronaf tomou dimensões significativas e apresenta linhas de ação e mecanismos de proteção para abranger os mais diversos segmentos de agricultores familiares. Porém, como concluem Aquino (2009) e Saron; Hespanhol (2012), de modo geral, o programa foi se adequando às necessidades dos segmentos mais organizados da agricultura familiar, que vem ganhando cada vez mais espaço no acesso ao crédito ofertado em condições especiais, que deveria priorizar os agricultores menos dinâmicos. Ao contrário, o Pronaf tem promovido a inserção de um grupo seletivo de agricultores familiares capitalizados ao modelo patronal de produção agrícola.

Neste caso, o Pronaf tem se assemelhado à política de crédito rural subsidiada “repetindo a estratégia de desenvolvimento rural veiculada pela política de modernização agrícola”, só que agora voltada à agricultura familiar, mas sem atingir a todos os seus segmentos (SARON; HESPANHOL, 2012, p.671).

Entre os progressos do Pronaf como política pública, é possível enumerar: 1) O foco preciso e um segmento dos agricultores familiares bem delimitados; 2) A definição das demandas pela própria comunidade beneficiada por meio de avaliações do programa nos conselhos municipais; 3) A busca pela integração com outros programas e projetos, governamentais ou não (BUAINAIN, 2007).

Por certo, os progressos do Pronaf, apontados por Buainain (2007), são avanços, especialmente por se tratar de uma política pública destinada a um público até então esquecido, como é o caso dos agricultores familiares. Por fim, a integração com outras ações fortalece a busca por alternativas de desenvolvimento local.

Sendo assim verificamos que apesar da ampliação da abrangência do Pronaf, seja pelo aumento dos recursos disponibilizados, seja pelos novos enfoques e necessidades dos

produtores familiares que foram sendo atendidas, as contradições são evidentes. Ainda sobre esta perspectiva vale destacar as considerações de Schneider, Cazella e Mattei (2004, p.31) que apesar de terem sido escritas há mais de 10 anos, continuam atuais: “parece indiscutível que o Pronaf é uma política pública ainda em construção e que continuará exigindo adaptações contínuas devido à diversidade social dos agricultores familiares e às diferenças regionais”.

3.3 PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA)

Outro programa que tem tido significativo impacto para o fortalecimento da agricultura familiar é o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), ligado ao Programa Fome Zero⁵³. A proposta central é de associar os programas públicos de abastecimento alimentar para as famílias em situação de insegurança alimentar e o acesso ao alimento saudável, com programas de apoio a agricultura familiar. O PAA, além de atender a esses objetivos tem se constituído em um grande mercado de compra pública e em uma das principais políticas de comercialização para a agricultura familiar.

“O PAA inovou quando definiu como seus objetivos centrais fortalecer a agricultura familiar, de um lado, e promover a segurança alimentar e o combate à fome, de outro [...]”. A estratégia de aliar o combate à fome e o apoio à agricultura familiar, é algo inédito, nunca presente em nenhum outro país (CAMPOS; BIANCHINI, 2014, p.17). Partindo desta perspectiva, cabe destacar, como apontam Caporal e Petersen (2010) a relação entre segurança alimentar e a agricultura familiar:

Para la FAO, el concepto de seguridad alimentaria significa asegurar el acceso a los alimentos para todos y en todo momento, en cantidad y calidad suficientes para garantizar una vida saludable y activa. A partir de esa comprensión queda clara la importancia de una agricultura que produzca alimentos básicos, con adecuada calidad biológica, libre de contaminantes y que las naciones establezcan mecanismos que los hagan accesibles para todos los ciudadanos (CAPORAL; PETERSEN, 2010, p. 79).

O PAA foi criado pela Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003, e regulamentado pelo Decreto nº 6.447, de 7 de maio de 2008, sendo assim como o Pronaf, resultado de reivindicação dos movimentos sociais. A Lei nº 12.512, de 2011, regulamentada pelo Decreto nº 7.775 de 2012, é outro marco importante na regulamentação do PAA, pois no Art. 17,

⁵³ Programa do Governo Federal criado em 2003, com o objetivo de combater a fome e contribuir com a promoção da segurança alimentar no Brasil.

normatiza a compra de alimentos da agricultura familiar pelos Poderes Executivos, com a dispensa de licitação, com as exigências de que os preços sejam compatíveis com os dos mercados locais; seja respeitado o valor máximo anual ou semestral por unidade familiar, cooperativa ou demais organizações da agricultura familiar; e possibilitando pagar até 30% de acréscimo para produtos agroecológicos. Vale destacar que outras atualizações no PAA foram regulamentadas pelo Decreto nº 8.293 de 2014. Sobre o funcionamento do PAA, Gomes explica:

[...] o governo faz a compra antecipada de produtos da agricultura familiar, com dispensa de licitação, incentivando a produção e gerando renda – ou seja, fortalecendo a agricultura familiar –, e distribui os alimentos, posteriormente, para quem deles necessita – por meio das entidades da rede socioassistencial e dos equipamentos públicos de alimentação e nutrição (GOMES, 2012, p.183).

Outro aspecto importante é a intersetorialidade do programa, pois seu mecanismo de gestão inclui os ministérios diretamente envolvidos com a sua execução e financiamento, como o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Fazenda, Planejamento, Agricultura – por meio da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) – e, mais recentemente, o Ministério da Educação (CAMPOS; BIANCHINI, 2014).

Para estabelecer as diretrizes do PAA, definir medidas necessárias para a sua operacionalização, a sistemática da aquisição de produtos, os preços praticados, as regiões prioritárias e as condições de doação e de venda dos produtos, foi criado o chamado Grupo Gestor do PAA (GGPAA). O Grupo Gestor é formado e coordenado pelo MDS e por representantes de mais cinco órgãos federais, como o MDA, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), Ministério da Fazenda (MF) e o Ministério da Educação (MEC) (ÁVILA; CALDAS; ÁVILA, 2014).

Na esfera do município, a gestão do PAA, assim como das demais políticas públicas para o meio rural, é de responsabilidade dos CMDR. Para ter acesso ao programa, o agricultor precisa apresentar a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), comprovar sua renda, mão de obra e produção, estas devem se enquadrar na categoria agricultura familiar (ÁVILA; CALDAS; ÁVILA, 2014).

No âmbito da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SESAN), o PAA é executado a partir de parcerias estabelecidas com a CONAB e com governos municipais e estaduais. No caso dos estados e municípios são realizados convênios com o

MDS. Os convênios vêm sendo substituídos por Termos de Adesão que permitem o repasse dos recursos direto ao produtor.

Com o Termo de Adesão, os estados e municípios indicam para o MDS quais os agricultores familiares que vendem seus produtos para o PAA, e o MDS faz o pagamento diretamente ao agricultor familiar individual, por meio de um cartão bancário próprio para o recebimento dos recursos do PAA (MDS, 2015, s/p.).

Já a Conab firma Termos de Cooperação com o MDS e com o MDA. É a Conab que estabelece parceria com as cooperativas e associações da agricultura familiar, que devem apresentar proposta de participação no PAA.

Visando atingir aos objetivos do Programa, o PAA é desenvolvido em seis modalidades diferentes: a) Compra com Doação Simultânea, b) Compra Direta, c) Apoio à Formação de Estoques, d) Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite – PAA Leite, e) Compra Institucional, f) Aquisição de Sementes (quadro 7). Em todas as modalidades os alimentos devem ser de produção própria dos agricultores familiares e devem cumprir os requisitos de controle de qualidade dispostos nas normas vigentes (MDS, 2015).

Entre as modalidades do Programa, destacamos a execução da Compra com Doação Simultânea (CDS). Gomes (2012) explica que esta modalidade possui relevante papel conjuntural, pois se ajusta ao mercado assegurando renda aos agricultores familiares beneficiários nos períodos críticos de preço. Na CDS há a formalização de um contrato entre a Conab e as associações e cooperativas, especificando os produtos a serem entregues, os preços, as quantidades, o período de vigência e um cronograma de entrega. A Conab fica responsável por receber, analisar, aprovar e repassar os recursos financeiros às entidades.

Vale salientar ainda que na modalidade Compra Direta, dentre os produtos adquiridos estão: arroz, feijão, milho, trigo, sorgo, farinha de mandioca, farinha de trigo, leite em pó integral, castanha de caju, castanha do Brasil e outros que venham a ser definidos pelo Grupo Gestor do PAA (MDS, 2015). Já na modalidade Apoio à Formação de Estoques tem destaque o fortalecimento gerado às organizações da agricultura familiar, visando agregação de valor à produção.

No que diz respeito ao PAA Leite, “tem por objetivo adquirir leite de pequenos produtores familiares, processá-lo, ensacá-lo, transportá-lo e distribuí-lo gratuitamente a famílias carentes em situação de risco alimentar” (ÁVILA; CALDAS; ÁVILA, 2014, p.100). Martins (2014, p.77) explica que “o leite é considerado um dos produtos mais importantes para a agricultura familiar, pela sua capacidade de proporcionar um fluxo de receita constante, podendo ser produzido em terras com maiores limitações e contar com uma numerosa base de

produtores”. O autor enfatiza que a ampliação do consumo de leite era um dos objetivos do programa, pois o consumo brasileiro em 2003, quando foi lançado o PAA, era de 56 litros ao ano. No entanto a Organização Mundial de Saúde (OMS), recomenda 175 litros/habitante/ano. Além disso, “a distribuição do leite era uma forma de identificar os segmentos mais carentes e desenvolver outras ações estruturantes com essa população, de forma participativa, com controle social a partir da atuação dos Comitês Gestores locais do Fome zero” (MARTINS, 2014, p. 78).

Quadro 7- Breve descrição das modalidades do PAA

MODALIDADE	EMENTA
Compra para Doação Simultânea – CDS	Destina-se a promover a articulação entre a produção de agricultores familiares e as demandas locais de suplementação alimentar e nutricional de escolas, creches, abrigos, albergues, asilos, hospitais públicos e outros, e dos programas sociais da localidade, tais como bancos de alimentos, restaurantes populares e cozinhas comunitárias, resultando no desenvolvimento da economia local, no fortalecimento da agricultura familiar e na geração de trabalho e renda no campo. Esta modalidade também é conhecida por Compra Direta Local da Agricultura Familiar (CDLAF), quando é operacionalizada por governos estaduais e municipais ou, por Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea (CPR Doação), operacionalizada pela Conab com recursos do MDS.
Compra Direta – CD	Possibilita a aquisição de alimentos pelo Governo Federal, a preços de referência, de produtores organizados em grupos formais (cooperativas e associações) ou informais, inserindo os agricultores familiares no mercado de forma mais justa, via compra direta de sua produção, a fim de constituir reserva estratégica de alimentos. É operada pela CONAB com recursos do MDS e MDA.
Apoio à Formação de Estoque – AFE	Visa adquirir alimentos da safra vigente, próprios para consumo humano, oriundos de agricultores familiares organizados em grupos formais para formação de estoques em suas próprias organizações. É operada pela CONAB com recursos do MDA e MDS.
Incentivo à Produção e Consumo do Leite – PAA Leite	Destina-se a incentivar o consumo e a produção familiar de leite, visando diminuir a vulnerabilidade social, combatendo a fome e a desnutrição, e contribuir para o fortalecimento do setor produtivo familiar, mediante a aquisição e distribuição de leite com garantia de preço. É operada pelos Estados da região Nordeste e Minas Gerais, com recursos do MDS (85%) e dos próprios Estados.
Compra Institucional – CI	É a modalidade que permite que órgãos da União, Estados, Distrito Federal e Municípios também possam comprar alimentos da agricultura familiar, com seus próprios recursos financeiros, dispensando-se a licitação, para atendimento às demandas de consumo de alimentos. Poderão ser abastecidos hospitais, quartéis, presídios, restaurantes universitários, refeitórios de creches e escolas filantrópicas, entre outros. Pode ser adquirido por esta modalidade qualquer produto alimentício, desde que atenda às especificações de cada chamada pública, podendo ser alimento <i>in natura</i> ou processado.
Aquisição de sementes – AS	Por meio desta modalidade o PAA pode comprar sementes de organizações da agricultura familiar detentoras da Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP Jurídica, e as destinar a agricultores familiares, conforme demanda dos órgãos parceiros. As sementes adquiridas pelo PAA devem cumprir as normas vigentes de certificação ou cadastro da cultivar, do agricultor ou de sua organização, sendo obrigatória a apresentação da inscrição da entidade que pretende ser fornecedora e da cultivar a ser fornecida no Cadastro Nacional de Cultivares Crioulas, instituído pela Portaria do Ministério do Desenvolvimento Agrário nº 51/2007. É vedada a aquisição de sementes geneticamente modificadas por meio desta modalidade.

Fonte: Brasil (s/d.) *apud* Grisa *et al* (2010). Adaptado pela autora e incluídas informações sobre as modalidades Compra Institucional e Aquisição de Sementes com base nos dados do MDS (2015).

Na modalidade Aquisição de Sementes, consideramos de fundamental importância a valorização dada às sementes crioulas, tradicionais, ou seja, as que foram mantidas e selecionadas por várias décadas através dos agricultores familiares, sem modificação genética.

No que se refere à modalidade Compra Institucional, propicia mais efetividade de participação dos agricultores familiares, com a ampliação dos mercados, promovendo o aumento de renda para quem produz, o acesso à alimentação adequada e saudável para a população e o fortalecimento da economia da região.

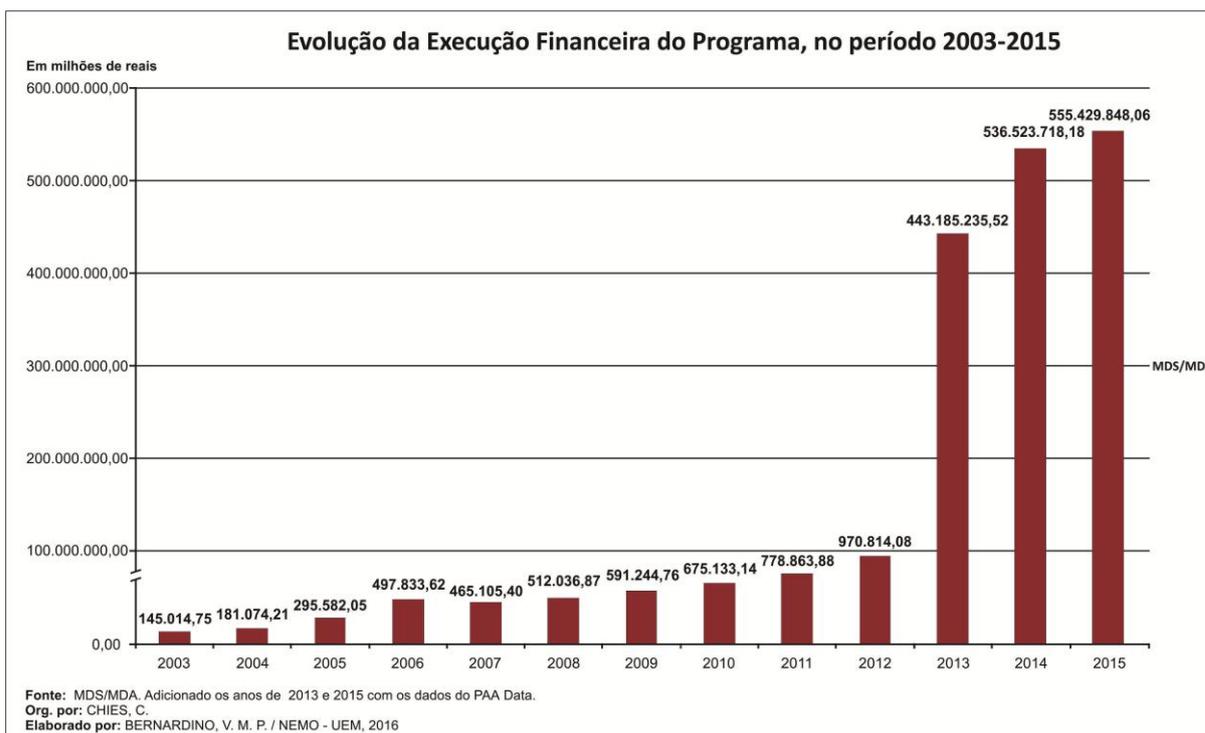
Cabe ainda salientar as Unidades Receptoras dos alimentos do PAA, que também os distribuem aos beneficiários consumidores. Estas entidades podem ser:

- Centro de Referência de Assistência Social – CRAS;
- Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua – Centro POP;
- Equipamento que ofereça o serviço de acolhimento a famílias e/ou indivíduos com vínculos familiares rompidos ou fragilizados, a fim de garantir proteção integral;
- Entidade e organização de assistência social sem fins lucrativos que, isolada ou cumulativamente, prestem atendimento e assessoramento aos beneficiários da Assistência Social, bem como atuem na defesa e garantia de direitos, e que obrigatoriamente estejam inscritas no conselho municipal de assistência social;
- Centro de Referência Especializado em Assistência Social – CREAS;
- Equipamentos de segurança alimentar e nutricional:
 - Restaurantes Populares;
 - Cozinhas Comunitárias;
 - Bancos de Alimentos;
 - Estruturas públicas que produzam e disponibilizem refeições a beneficiários consumidores, no âmbito das redes públicas de educação, conforme regulamento do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, de justiça e de segurança;
 - Redes públicas e serviços públicos de saúde que ofereçam serviços de saúde básicos, ambulatoriais e hospitalares por meio do Sistema Único de Saúde – SUS, e estabelecimentos de saúde de direito privado sem fins lucrativos que possuam Certificado de Entidade Beneficente da Assistência Social – CEBAS, que produzam e disponibilizem refeições a beneficiários consumidores (MDS, 2015, s/p.).

O Programa de Aquisição de Alimentos vem sendo ampliado ao longo dos anos, e tem mantido seu caráter “prioritário”, dentre as metas do Governo Federal, na perspectiva da chamada “inclusão produtiva rural”.

Como podemos constatar no gráfico 9, com exceção do período de 2006 para 2007, quando houve diminuição dos recursos destinados ao PAA, em todos os demais períodos houve gradativo aumento da quantidade de recursos disponibilizados para o programa. Destacamos o aumento representativo de recursos nos anos de 2013 e 2014. No entanto ressaltamos, que nesses mesmos anos (2013 e 2014), o número de agricultores participantes do programa teve redução expressiva (gráfico 10).

Gráfico 9 - Evolução da execução financeira do PAA de 2003 a 2015

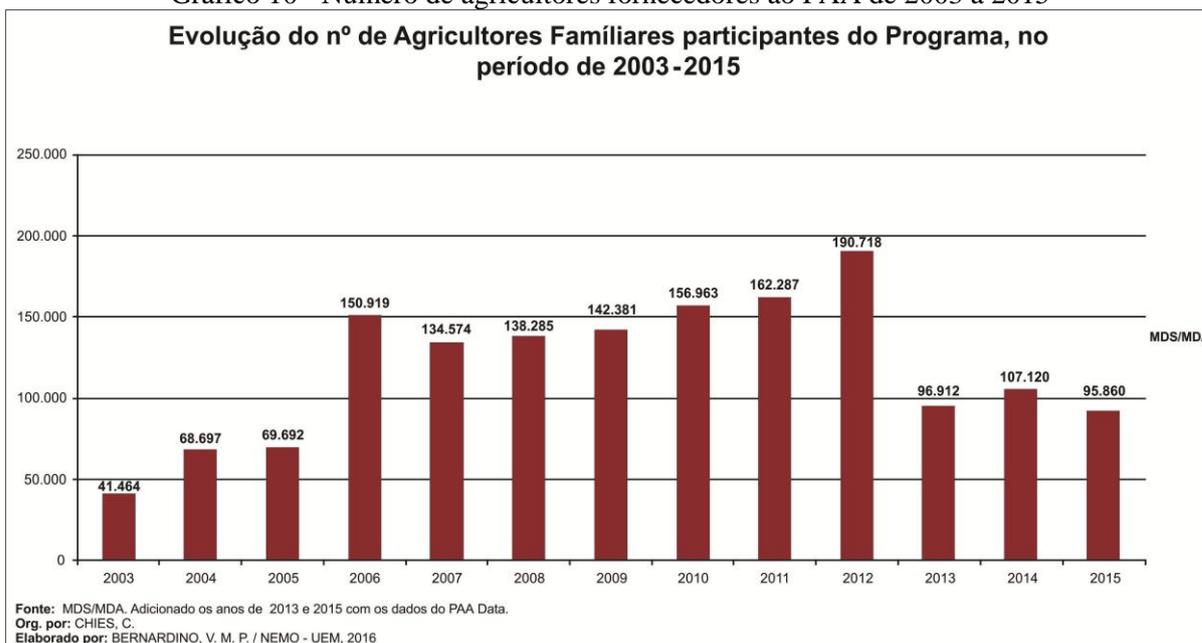


Fonte: MDS/MDA. Adicionado os anos de 2013 e 2014 com os dados do PAA Data.

Embora não tenhamos realizado análises mais aprofundadas sobre a relação entre o aumento considerável dos recursos disponibilizados ao PAA, e a diminuição do número de agricultores participantes do programa entre 2013 e 2014, acreditamos que este fato possivelmente esteja vinculado à ampliação dos limites de comercialização ao programa por produtor, por organização e por modalidade (quadro 8), que foram sendo atualizados ao longo dos anos. Ou seja, diminuiu-se o número de agricultores beneficiários, no entanto, os que participaram, tiveram acesso a mais recursos pelo programa.

É importante ainda esclarecer, que mesmo com a diminuição do número de agricultores participantes no PAA em 2013 e 2014, em relação a 2012, houve aumento significativo da quantidade de alimentos adquiridos pelo programa (gráfico 11) nesses anos. Um dos fatores que explica o aumento significativo da quantidade de alimentos entregues ao programa em 2013 e 2014, é que no ano de 2013, por meio de Decreto Presidencial nº 8.026, de junho/2013, foi alterado o Decreto nº 7.775, de 04/07/2012, aumentando o valor máximo por produtor de R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais) para R\$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais) por unidade familiar/ano. Ainda em junho/2013 o limite de R\$ 4.800,00 (quatro mil e oitocentos reais) por unidade familiar/ano para acesso ao PAA por meio de organizações fornecedoras foi alterado para R\$ 6.500,00 (seis mil e quinhentos reais) por unidade familiar/ano.

Gráfico 10 - Número de agricultores fornecedores ao PAA de 2003 a 2015



Fonte: MDS/MDA. Adicionado os anos de 2013 e 2015 com os dados do PAA Data.

Considerando que diminuiu significativamente o número de agricultores participantes neste período, aumentou a disponibilidade de recursos e a quantidade de alimentos entregues, é possível avaliar que houve uma qualificação entre os agricultores participantes, que passaram a produzir mais e/ou entregar mais produtos ao programa, devido especialmente ao aumento do valor disponibilizado por produtor e por organização.

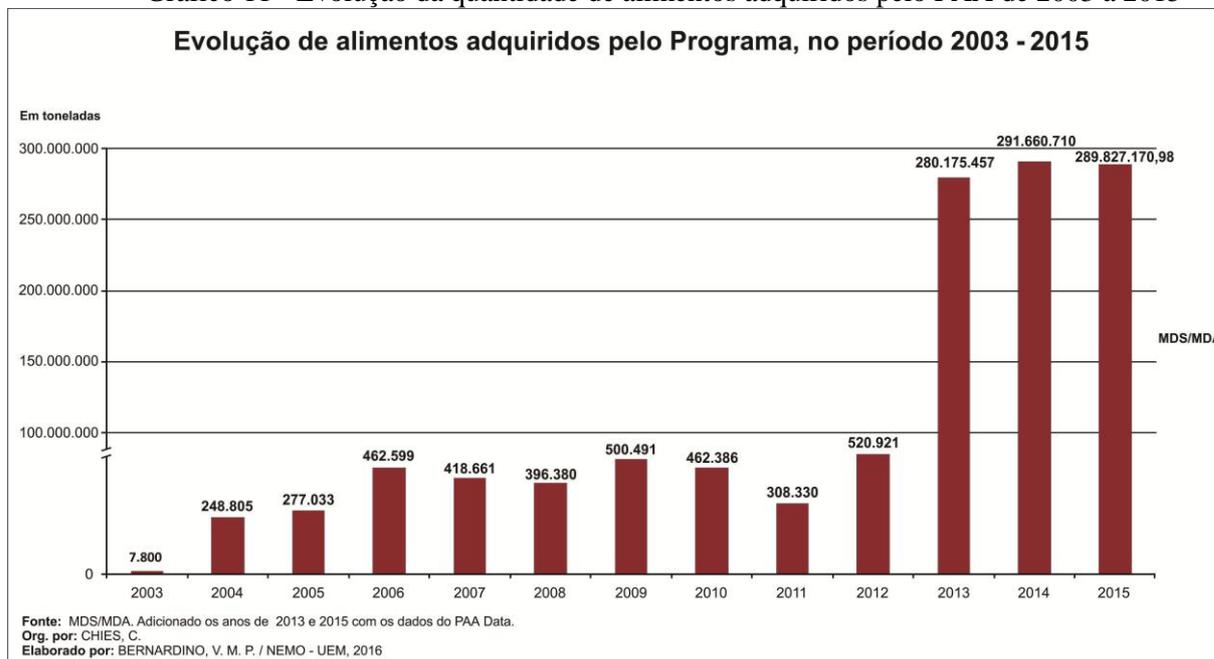
No entanto avaliamos como negativo o fato de diminuir numa proporção vultosa, o número de agricultores participantes, tendo em vista que a cobertura do PAA aos agricultores familiares é um dos desafios do programa, como será apontado na sequência deste item.

Campos e Bianchini (2014) esclarecem que o PAA, além dos agricultores beneficiados diretamente, beneficia a muitos outros indiretamente, pois o programa impacta nas condições de comercialização da produção para os agricultores que estão nas regiões onde o programa é executado. Por exemplo, o preço do leite no Nordeste e no Sul, que passou a ser mais estável e favorável aos produtores. Também o caso da castanha do Brasil e da castanha de caju, que antes do PAA tinham os preços definidos por algumas empresas, que atuavam aviltando os preços pagos aos extrativistas.

Outro alcance importante do PAA, é o fortalecimento da organização econômica da agricultura familiar, pois a maior parte dos recursos do PAA é executada por meio de compras diretamente das organizações dos agricultores familiares. “Pode-se dizer que o programa foi um dos principais instrumentos de fortalecimento do cooperativismo e do associativismo entre os agricultores familiares”. Mais de 4 mil organizações vendem ou já venderam para o

PAA. A experiência com o PAA possibilitou a essas instituições ganharem novos mercados públicos e privados (CAMPOS; BIANCHINI, 2014, p.18).

Gráfico 11 - Evolução da quantidade de alimentos adquiridos pelo PAA de 2003 a 2015



Fonte: MDS/MDA. Adicionado os anos de 2013 e 2014 com os dados do PAA Data.

O PAA tem participação na alimentação de 20 milhões de pessoas todos os anos. Estas pessoas se encontram na situação de insegurança alimentar e são atendidas por uma série de entidades. Algumas comunidades específicas também são atendidas pelo programa como indígenas, quilombolas, comunidades de matriz africana, acampados, atingidos por calamidades climáticas, entre outros (CAMPOS; BIANCHINI, 2014).

Porto *et al* (2014) avaliaram que no período de 2003 a 2012, de um total de 5.564 municípios brasileiros, a Conab já havia operado o PAA em 2.760 municípios, ou seja, mais de 45% da área de abrangência do país, executando recursos da ordem de R\$ 2.784.072.034,00, predominantemente com agricultores de municípios com menos de 50 mil habitantes.

Cabe destacar ainda, que há um valor limite de comercialização ao PAA por produtor, por organização e por modalidade, e estes valores têm apresentado crescimento desde a criação do Programa. No quadro 8 estão apresentadas as atualizações de limites por modalidades do PAA de 2012 para 2014, tanto individual como para organizações.

Quadro 8 – Atualização dos limites das modalidades do PAA de 2012 para 2014

ATUALIZAÇÃO DOS LIMITES (R\$)				
	Modalidade	Decreto nº 7.775/2012 (Como era)	Decreto nº 8.293/2014 (Novos limites)	
Individual	Doação Simultânea	5.500,00	6.500,00	
	Doação Simultânea (via organização)	6.500,00 ou 8.000,00	8.000,00	
	PAA Leite	8.000,00	8.000,00	Sendo R\$ 4.000,00/semestre
	Compra Direta	8.000,00	8.000,00	
	Apoio à Formação de Estoques	8.000,00	8.000,00	
	Compra Institucional	8.000,00	20.000,00	Por órgão comprador, por ano.
	Aquisição de Sementes	-	16.000,00	
Organização	Doação Simultânea	-	2.000.000,00	
	Apoio à Formação de Estoques	1.500.000,00	1.500.000,00	Sendo a primeira operação limitada à R\$ 300.000,00
	Compra Direta	-	500.000,00	
	Compra Institucional	-	6.000.000,00	Realizada por meio de chamada pública
	Aquisição de Sementes	-	6.000.000,00	As operações com valor superior a R\$ 500.000,00 deverão ser realizadas por meio de chamada pública.

Fonte: MDS (2015)

Campos e Bianchini (2014) esclarecem que outro aspecto interessante do programa é a qualidade e variedade dos alimentos, mais de 3 mil tipos: frutas, verduras, legumes, feijão, arroz, carnes, leite e farinhas (quadro 9).

Consideramos a variedade e qualidade dos alimentos um aspecto fundamental, tendo em vista o aumento do consumo de alimentos industrializados pela população, já que são caros e pouco nutritivos. Sobre isto, Campos; Bianchini esclarecem:

O Brasil vai abandonando a fome e a miséria e passa a conviver com a epidemia da obesidade e da má alimentação, que afeta cada vez mais a qualidade de vida da população, principalmente a mais pobre. As crianças são as maiores vítimas dessa situação, pois estão indefesas ao massacre de estímulos ao consumo inadequado de alimentos [...]. O país precisa estimular hábitos alimentares saudáveis, que promovam saúde e qualidade de vida. As políticas de segurança alimentar e nutricional precisarão dialogar cada vez mais e de forma objetiva com essas questões [...]. O PAA pode ser um importante aliado das políticas públicas de educação alimentar (CAMPOS; BIANCHINI, 2014, p.23).

Quadro 9- Produtos, recursos e quantidade de produtos por grupos entregues ao PAA no Brasil em 2014.

GRUPO DE PRODUTO	RECURSOS (R\$)	PESO (KG)
*	39.775.639,94	13.028.862,84
Açúcares e doces	16.940.017,81	2.618.422,09
Aves e ovos	6.140.563,05	936.448,20
Carnes	8.728.449,33	1.027.061,39
Cereais e leguminosas	33.329.725,80	27.851.249,72
Cocos, castanhas e nozes	7.341.366,96	6.110.518,43
Condimentos, ervas e temperos	13.047.405,03	3.519.904,50
Farinhas, féculas e massas	6.134.599,32	1.820.214,52
Frutas	79.041.921,01	55.210.124,17
Hortaliças	121.278.159,01	73.105.045,68
Leite e derivados	74.360.772,10	67.168.578,02
Óleos e gorduras	144.609,00	14.097,00
Panificados	22.202.419,84	3.041.999,49
Pescado	11.221.001,17	2.951.085,73
Sementes	2.478.949,00	424.185,10
Sucos e polpas de frutas	13.544.958,53	3.084.546,09
*	80.813.161,28	29.748.367,29
TOTAL	536.523.718,18	291.660.710,27

Fonte: DATA PAA

*Os dados apresentados no PAA DATA demonstra o montante de recursos e a quantidade, mas não especifica os produtos.

Constatamos que este entendimento está presente na gestão do PAA nos municípios pesquisados, o que evidenciamos na fala da coordenadora do programa no município de São Tomé, Selfa Barbosa Vilela⁵⁴:

A questão da segurança alimentar é muito séria, porque antes a gente falava que era preciso erradicar a fome, e hoje praticamente não há a fome, mas nós temos o erro de alimentação. Então a gente tem também a insegurança alimentar, mas de outra forma, não é mais da fome, mas da forma inadequada de se alimentar (informação verbal).

Dessa forma, verificamos que o PAA tem promovido a melhora da alimentação entre o público atendido pelo programa. “Vários produtos anteriormente abandonados da prática alimentar cotidiana por não serem considerados modernos, principalmente pelos mais jovens, voltam a ser consumidos” (MIELITZ, 2014, p.67). Takagi, Sanches e Graziano da Silva (2014, p.29) também esclarecem que “a dieta de milhões de crianças mudou para melhor.

⁵⁴ Entrevista Concedida no dia 02/09/2015, no Departamento de Assistência Social de São Tomé.

Abriu-se para elas um repertório de inovação e educação alimentar que, ademais do ganho nutritivo, permitiu-lhes valorizar a culinária do lugar onde moram e conhecerem melhor seu entorno socioeconômico”.

Nas entrevistas realizadas com as coordenadoras do PAA nos quatro municípios pesquisados, tivemos relatos sobre a melhoria da qualidade da alimentação que se tornou mais saudável ao público das entidades atendidas como escolas, centros de educação infantil, hospitais e asilos.

A coordenadora do PAA no município de Guaporema, Xaira Regina David⁵⁵ relatou que houve expressiva melhora na alimentação escolar e nas refeições das entidades atendidas, que hoje o público atendido por essas entidades têm acesso a alimentos como frutas, sucos naturais, saladas de frutas, saladas de legumes e verduras, além de outros pratos elaborados com esses alimentos. Além disso, ressaltou também a entrega de carnes frescas pelos produtores, o que considera ter melhorado a qualidade da alimentação. Em entrevista com a Diretora do Centro de Educação Infantil Pequeno Príncipe, Irene Barranco Gimenes, e a Diretora da Escola Municipal Monteiro Lobato, Sandra Regina Mian Martins, ambas de Guaporema⁵⁶, as mesmas também salientaram esta melhora na qualidade da alimentação dos estudantes.

Para a coordenadora do PAA em Tapejara, Olinda de Jesus Barradas⁵⁷, o programa contribuiu também para uma mudança de hábito alimentar das crianças e adolescentes atendidos nas entidades, pois passaram a gostar de consumir frutas e verduras. No entanto, a mesma relatou certa resistência no início do programa, tanto do público atendido, quanto das pessoas que preparam os alimentos, pois estavam adaptadas aos industrializados, com preparo mais rápido e fácil. Porém cita que agora já houve adaptação à nova realidade, e esta mesma resistência e a adaptação, também foi relatada nos demais municípios. Ressaltaram ainda que na atualidade, os pareceres das entidades, especialmente das escolas, são sempre positivos com relação aos alimentos fornecidos pelo programa.

A coordenadora do PAA em São Tomé, Selfa Barbosa Vilela⁵⁸ também apresentou relato sobre a resistência das cozinheiras das entidades e a adaptação com a nova alimentação, sobretudo das crianças e adolescentes:

Houve sim essa resistência, houve essa questão de dizer que não ia dar conta [...], mas foi feito um trabalho e eles foram de adaptando. Hoje elas (cozinheiras) até reclamam quando não vai muita coisa variada [...]. Em

⁵⁵ Entrevista concedida no dia 20/05/2014, no município de Guaporema.

⁵⁶ Entrevista concedida no dia 28/10/2015, na Secretaria de Educação do Município, Colégio Estadual.

⁵⁷ Entrevista concedida no dia 04/06/2014, na Pastoral do Menor de Tapejara.

⁵⁸ Entrevista Concedida no dia 02/09/2015, no Departamento de Assistência Social de São Tomé.

relação às crianças, eu me lembro que em 2012, foi feito um trabalho com as escolas, principalmente com os Centros de Educação Infantil e com a Escola Municipal, da questão do “pratinho colorido”. Foi um trabalho de incentivo e estímulo a essas crianças, e hoje elas aceitam todos os alimentos e levaram esta cultura até para dentro de casa. Teve mãe que comentou comigo que o filho começou a exigir frutas e legumes em casa (informação verbal).

Vale lembrar que não só as crianças e jovens são beneficiadas com os alimentos do programa, mas também adultos e idosos. As coordenadoras do PAA nos quatro municípios pesquisados, destacaram a relevância do programa para os públicos de adultos e idosos. Selfa Barbosa Vilela⁵⁹ destacou que no município de São Tomé, além do trabalho realizado de estímulo a melhora na alimentação de crianças, adolescentes e jovens, também vem sendo realizado um trabalho com públicos específicos como hipertensos e diabéticos.

Também é importante citar o crescimento da quantidade de produtos orgânicos e agroecológicos entregues ao PAA. Dentro desta perspectiva, Campos e Bianchini (2014, p.23) enfatizam que “ao ser associada à alimentação saudável, a agricultura familiar pode dar passos importantes para o seu fortalecimento perante a sociedade”. Ou seja, a alimentação saudável, fundamental à saúde e bem estar da população, deve ser uma das bandeiras vinculadas à agricultura familiar para sua valorização.

A melhoria da qualidade da alimentação das pessoas nas entidades atendidas pelo PAA, conseqüentemente levou ao “aumento da autoestima tanto dos produtores quanto, por exemplo, das crianças, por consumirem agora um produto de qualidade advindo das unidades de suas famílias”. Constituiu-se no reconhecimento oficial da valorização do saber e das habilidades dos agricultores familiares e camponeses, pouco considerados até então (MIELITZ, 2014, p.70).

Ao longo dos anos de existência do programa, houve uma busca para qualificar as diferentes modalidades. Entre essas ações, Porto *et al* (2014) indicam: a) estímulo à oferta de alimentos regionais, em muitos casos não valorizados no mercado local, bem como a aceitação da entrega de pequenas quantidades; b) valorização dos produtos agroecológicos, com pagamento de até 30% a mais que o produto convencional; c) estímulo à participação de mulheres no programa.

Consideramos essas adequações importantes, pois a valorização de alimentos locais e a possibilidade de o agricultor entregar pequenas quantidades, oportunizam a participação de agricultores em diferentes condições produtivas. A valorização dos produtos agroecológicos e orgânicos é um incentivo para a produção, embora de modo geral, ainda falte no Brasil

⁵⁹ Entrevista Concedida no dia 02/09/2015, no Departamento de Assistência Social de São Tomé.

assistência técnica para orientar quanto a esta forma de produção. O estímulo à participação das mulheres no programa também é um passo fundamental para ampliar a participação do número de beneficiários do programa e valorizar o trabalho feminino no campo.

Nos trabalhos de campo realizados nos municípios da pesquisa, a participação das mulheres agricultoras no programa foi apontada como um dos resultados positivos do PAA. A coordenadora do PAA de Tuneiras do Oeste, Maria da Conceição Santos⁶⁰ enfatizou o gradativo aumento do número de mulheres cadastradas no programa no município, que em 2014 chegou a 47%, destacando o crescimento do número de mulheres responsáveis pela produção, tendo o PAA influência direta neste processo: “até então, a ‘mulher rural’ tinha que sair do rural para poder vir galgar um emprego na área urbana, com o programa, isso muda” (informação verbal). Já as coordenadoras do PAA em São Tomé e Tapejara, enfatizaram o ganho de autonomia e melhora da autoestima das mulheres agricultoras por meio da participação no programa.

Outra relevância do PAA se dá a partir da valorização dos circuitos curtos de comercialização e abastecimento, e a promoção da relação direta entre produtores e consumidores, gerando maior circulação local da riqueza, geração de empregos e por conseguinte, arrecadação municipal. Com esse dinamismo gerado à economia local, há demanda por mais investimentos municipais em estradas, transportes, armazenamento, levando à interiorização do desenvolvimento e maior autonomia dos municípios, com a diminuição da dependência dos circuitos longos de comercialização e abastecimento (PORTO *et al*, 2014).

Também constatamos a dinamização da economia e do comércio local por meio do programa, nos municípios pesquisados. A coordenadora do PAA em Guaporema, Xaira Regina David⁶¹ enfatizou: “Nós já tivemos aqui, de 2010 para cá, R\$ 347.751,32, só de verba que passaram para estarmos trabalhando com o projeto. Quer dizer, para um município como Guaporema, com menos de 3.000 habitantes, isso aqui é bastante, é um recurso muito significativo” (informação verbal). Ainda sobre a importância do PAA na dinamização da economia local, a coordenadora do programa em Tapejara, Olinda de Jesus Barradas⁶² explicou:

[...] trouxe melhoria também muito significativa para o comércio local, porque como o dinheiro que o agricultor ganha com o programa não é tanto, ele não vai gastar em outra cidade, ele gasta aqui dentro mesmo [...]. No ano

⁶⁰ Entrevista concedida no dia 09/09/2015, na OCADECTO, de Tuneiras do Oeste.

⁶¹ Entrevista concedida no dia 20/05/2014, no município de Guaporema.

⁶² Entrevista concedida no dia 04/06/2014, na Pastoral do Menor de Tapejara.

passado nosso projeto ultrapassou os 300.000 reais, eu tenho certeza que esse valor ficou dentro do município, no comércio local [...]. Então é um projeto que ajuda o município no todo, não é só uma parte (informação verbal).

Diante desses alcances, o PAA vem se tornando referência para outros países:

O êxito do programa brasileiro de aquisição de alimentos ao longo dos últimos dez anos do ponto de vista da segurança alimentar e nutricional, do fortalecimento da agricultura familiar, da melhoria da renda dos agricultores, da valorização da produção local e de sua diversificação ultrapassou as fronteiras do país, atraindo a atenção internacional justamente pela consistência e a eficácia dessa arquitetura e dos efeitos multiplicadores comprovados em seus resultados (TAKAGI; SANCHES; GRAZIANO DA SILVA, 2014, p. 30).

Em 2010 foi realizado um encontro chamado “Diálogo Brasil-África sobre Segurança Alimentar, Combate à fome e Desenvolvimento Social”. Dez países africanos foram selecionados a fim de estreitar a transferência de conhecimento para promover projetos-pilotos semelhantes ao PAA nos países africanos (TAKAGI, SANCHES, GRAZIANO DA SILVA, 2014). Ainda sobre esta temática, os autores esclarecem:

O governo brasileiro tem contribuído com a promoção, formação, e execução de programas dessa natureza, junto a países dos continentes americano, asiático e africano. Agências internacionais de cooperação como FAO e PMA têm buscado no PAA referências importantes para promover a agricultura familiar e camponesa e reduzir a insegurança alimentar e nutricional das populações vulneráveis (TAKAGI, SANCHES, GRAZIANO DA SILVA, 2014, p.55).

Então, como podemos ver, o PAA tem sido referência mundial para ações e projetos de fortalecimento da agricultura familiar e segurança alimentar e nutricional, a partir dos importantes resultados alcançados pela experiência brasileira.

Entre os avanços e desafios apresentados por representantes governamentais e da sociedade civil no III Seminário Nacional do PAA, em novembro de 2010 em Brasília, foi avaliado como uma das mais inovadoras iniciativas implantadas pelo Governo Federal, e definido como um dos mais estratégicos programas de segurança alimentar e nutricional no país, na medida em que exerce importante papel no fortalecimento da agricultura familiar e de povos e comunidades tradicionais, e na contribuição do combate à insegurança alimentar. Já o maior problema está certamente na cobertura do programa, que naquele momento se limitava à cerca de 3% do total de agricultores familiares no país (GOMES, 2012).

Mielitz (2014, p.66), ao ponderar sobre os índices de avaliação do PAA, de 2012, informou que o programa atingia 4.2% dos agricultores familiares nacionais, e ressaltou que em vários estados o índice é baixo, tendo destaque a participação dos agricultores nas regiões

Sul e Sudeste. Além disso, chamou a atenção para a pouca participação dos assentados e extrativistas, pescadores, quilombolas e outras categorias de agricultores familiares, o que denota “a concentração dos benefícios em desfavor dos historicamente mais necessitados e das regiões mais carentes”.

Neste contexto, a fim de que seja possível corrigir eventuais dificuldades e estender os benefícios do PAA para mais agricultores familiares, o autor ressalta a relevância de se pensar em questões como: “Seria desinteresse dos agricultores familiares, desconhecimento do programa, falta de alinhamento entre as instituições nos três níveis de governo, imaginando-se aí principalmente os municípios?” (MIELITZ, 2014, p.66). Partindo desta mesma perspectiva, nesta tese buscamos trazer algumas reflexões neste sentido, no universo dos municípios pesquisados.

Sendo assim, evidenciamos a necessidade de mais pesquisas que possam desvendar as questões já apontadas e outras questões sobre o programa, além de ampliação dos recursos disponíveis para que o PAA seja uma efetiva política de fortalecimento da agricultura familiar e de atendimento às famílias em situação de pobreza e precariedade de acesso aos alimentos. Neste sentido, vale ainda destacar a análise de Mielitz (2014):

Apesar das dificuldades iniciais de sua implantação, decorrentes muito mais de uma inadequação institucional a esse tipo de ação, sua evolução e alargamento por todos os estados do Brasil mostram suas possibilidades como instrumento de política pública versátil, podendo estruturar uma política de Estado que simultaneamente atenda ao dilema dos analistas: constituir-se a um só tempo em uma política de proteção e de promoção sociais. Há que salientar-se, ainda, o transbordamento dos resultados da política em relação aos seus objetivos (MIELITZ, 2014, p. 71).

Portanto destacamos o PAA como uma política pública que trouxe reflexões importantes a respeito das propostas de ações governamentais, pois envolve setores diferenciados da sociedade, mas que têm complementaridades importantes. Neste sentido também exige ação conjunta e dinamismo entre diferentes segmentos governamentais, e a nosso ver, deve se tornar política de Estado.

Ressaltamos o alcance dos objetivos propostos no desenvolvimento do programa, promover ações de segurança alimentar e nutricional e apoio à agricultura familiar, e ainda vários outros resultados como: melhoria da alimentação do público das entidades atendidas pelo programa, fortalecimento das entidades dos agricultores familiares, entre outros. Porém evidenciamos como o grande desafio, ampliar o número de agricultores familiares com acesso ao programa.

3.4 PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE)

Dentro de uma dinâmica similar ao do PAA, destacamos o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que tem sido um avanço no sentido de garantir a comercialização dos produtos da agricultura familiar. Em 2009 foi aprovada a Lei nº 11.947 que prevê a utilização de, no mínimo, 30% dos recursos repassados pelo Governo Federal aos estados e municípios no que se refere à merenda escolar, para a compra de produtos da agricultura familiar, com prioridade para assentamentos rurais, comunidades indígenas, tradicionais e quilombolas.

Vale destacar que o PNAE teve origem na década de 1940, quando na época, o Instituto de Nutrição defendia que o Governo Federal deveria ofertar alimentos aos escolares, no entanto, por falta de recursos, a proposta não foi concretizada. Com o Decreto nº 37.106/1955, o Ministério da Educação criou a “Campanha de Merenda Escolar” (CME). Já com o Decreto nº 39.007/1956, a CME passa a ser denominada de Campanha Nacional de “Merenda” Escolar (CNME) (ÁVILA; CALDAS; ÁVILA, 2014).

Em 1965, com o Decreto nº 56.886, o programa passou a ser chamado de Campanha Nacional de Alimentação Escolar (CNAE). Entre 1973 e 1974, foi criado o Programa Nacional de Alimentação e Nutrição (Pronan). Desde 1976, a alimentação escolar passou a ser financiada com recursos públicos alocados no Ministério da Educação (MEC). Em 1979, o nome do programa é novamente modificado, passando a se chamar Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) (ÁVILA; CALDAS; ÁVILA, 2014).

Em 1983, houve a criação da Fundação de Assistência ao Estudante (FAE), vinculada ao MEC, que entre outras atribuições, ficou responsável pela gestão da alimentação escolar. Com a aquisição de gêneros alimentícios de forma centralizada e a compra de alimentos por licitações públicas, os alimentos formulados e industrializados tornaram-se predominantes. Esta centralização gerava tanto problemas logísticos de distribuição e armazenamento, como culturais, pela não valorização e respeito aos hábitos alimentares locais (ÁVILA; CALDAS; ÁVILA, 2014).

Sobre esta questão dos alimentos formulados e industrializados para a alimentação escolar, Triches e Schneider (2010, p.937) elucidam que eram comprados de algumas empresas em específico e “em sua maioria, não condiziam com os hábitos dos alunos, pois os cardápios eram padronizados e, muitas vezes, chegavam aos locais de destino já vencidos e impróprios para o consumo, aumentando ainda mais o desperdício de recursos”.

Entre 1986 e 1988 inicia-se uma tendência à descentralização e a busca por municipalizar a gestão da alimentação escolar, porém ainda restrita a poucos municípios. Com a descentralização seria possível adquirir ao menos parte dos alimentos *in natura*. Alguns problemas surgiram neste processo, como: a lentidão na liberação dos recursos, dificuldade na prestação de contas, “também a pressão, contra o Governo Federal, da indústria alimentícia de produtos formulados (e industrializados)” (ÁVILA; CALDAS; ÁVILA, 2014, p.102).

Com a Constituição de 1988, a alimentação escolar passou a ser um direito de todos os alunos matriculados no Ensino Fundamental, sendo necessário desenvolver programas de suplementação alimentar nos três níveis de governo: federal, estadual e municipal. Com a criação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), em 1993, houve fortalecimento dos convênios entre os municípios e a FAE, normatizando e institucionalizando o processo de descentralização do programa.

“O esforço de municipalização previa a melhoria da qualidade alimentar por meio de diretrizes a serem aplicadas nas localidades, que ao mesmo tempo levavam ao fortalecimento desse segmento” (TURPIN, 2009, p.21). A Lei nº 8.913 de 1994, oficializou a descentralização do programa, e os municípios tiveram que criar os Conselhos de Alimentação Escolar (CAE), como condição para a transferência de recursos. Esses conselhos devem controlar a aplicação dos recursos financeiros e acompanhar a elaboração dos cardápios, colocando a participação da sociedade civil no controle da política de alimentação escolar.

Com a Lei nº 9.649, de 1998, a FAE foi extinta e suas atribuições passaram para o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Ávila, Caldas e Ávila (2014, p.103) esclarecem que uma série de medidas provisórias (MP) foram editadas, entre elas a MP nº 1.784 de dezembro de 1998, reeditada como MP nº 2.178-36 de agosto de 2001 “que exigia a aplicação de 70% dos recursos transferidos da União para os municípios e estados em produtos básicos, respeitando os hábitos alimentares locais e a vocação agrícola do município, fomentando o desenvolvimento econômico local”.

Em 2003, com o Programa Fome Zero e a partir das discussões sobre as Políticas de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), o PNAE também foi revisado, havendo aumento de recursos federais e do público atendido. Além disso revisou-se o programa na questão do consumo da população, para além de suprir o mínimo de calorias, manter um equilíbrio nutricional e cultural e à educação em saúde, extrapolando o caráter assistencialista e se caracterizando como um direito do cidadão à alimentação adequada (TRICHES; SCHNEIDER, 2010).

A já mencionada Lei nº 11.947, de 2009, expandiu o PNAE para todo o Sistema Básico de Educação: Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos (EJA), e tornou obrigatório o gasto de pelo menos 30% dos recursos financeiros transferidos pelo FNDE em aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar.

Com isto, houve articulação entre um setor que apresenta grande demanda por alimentos, as escolas, e o segmento da agricultura familiar, que precisa expandir os mercados para que seja fortalecido. Para Triches e Schneider (2010, p.938) “essa lei tornou-se um marco nas políticas públicas relativas à SAN, primeiro porque ampara explicitamente a agricultura familiar [...] depois porque é uma inovação no que diz respeito à legislação das aquisições públicas brasileiras”. De acordo com Gomes (2012, p.189), “o PNAE inaugura assim um precedente histórico em relação às compras institucionais, e representa um novo mercado para a agricultura familiar em todo o país de, no mínimo, 900 milhões de reais”.

Ao propor a articulação entre produção familiar e consumo local se produzem circuitos curtos de produção, abastecimento e consumo, assegurando a inclusão produtiva dos agricultores familiares e alimentos de qualidade para as escolas (MOREIRA; SANTARELLI, 2010).

Nesse sentido, destacamos a sinergia do PNAE com o PAA. Podemos dizer que a experiência do PAA em comprar da agricultura familiar, com dispensa de licitação e distribuir às entidades, entre elas as escolas, abriu caminho para a Lei nº 11.947, de 2009, criando um mercado institucional para a agricultura familiar. Desta forma criou-se dois caminhos para que os produtos da agricultura familiar cheguem à alimentação escolar: o PAA e o PNAE.

“Em 2008, o PNAE movimentou um montante na ordem de R\$ 1,5 bilhão, beneficiando mais de 34,6 milhões de estudantes que fizeram pelo menos uma refeição ao dia” (TURPIN, 2009, p.21). Dessa forma, a autora complementa que o PNAE é o maior programa de suplementação alimentar da América Latina devido ao seu tempo de atuação, a continuidade, a regulamentação legal desde 1988, a universalidade, o número de estudantes atendidos e os investimentos já realizados.

Sobre a Lei nº 11.947, de 2009 e suas regulamentações, Turpin (2009) esclarece:

A aquisição da Agricultura Familiar com recursos do PNAE já vigorava desde 2008, por meio do PAA, e passou a ter um percentual definido com a lei 11.947, com limite de R\$9.000,00 por Agricultor ou Empreendedor Familiar por ano, desde que: seja emitido documento fiscal, haja o fornecimento regular e constante dos gêneros alimentícios e sejam respeitadas as exigências higiênico-sanitárias vigentes definidas pelos órgãos competentes. Os preços também devem ser compatíveis com os do mercado

local segundo os termos da Resolução FNDE/CD nº 38/09 que estabeleceu todos os procedimentos para a compra (TURPIN, 2009, p.26-27).

Ainda sobre a relação entre o PAA e o PNAE, Turpin (2009, p.28) ressalta que os produtos do PAA destinados à alimentação escolar se encaixam na modalidade “Compra com Doação Simultânea”. “A merenda é a principal demandante desse mecanismo, representando, no mínimo, 50% do total da aquisição”. A partir de novos valores e regras estabelecidos ao PAA em 2009, o agricultor familiar pôde ampliar seus ganhos ao acessar os dois programas.

Além do limite de R\$9.000,00/DAP/ano para o PNAE, o agricultor familiar passou a acessar o PAA na modalidade de compra com doação simultânea [...] com o limite de R\$4.500,00/DAP/ano, além de outras três modalidades não associadas à alimentação escolar, de forma cumulativa, que chegam a um limite de até R\$8.000,00/DAP/ano. Isso significa que o agricultor familiar pode garantir a comercialização de sua produção com uma venda de até R\$17.000,00/DAP/ano a preços justos, o que representará um grande incremento e capitalização para o segmento (TURPIN, 2009, p.28).

Além do complemento de renda, há outros benefícios aos agricultores familiares com a oferta de alimentos às escolas. Triches e Schneider (2010) ao estudar sobre a participação dos alimentos advindos da agricultura familiar na alimentação escolar nos municípios de Dois Irmãos e Rolante - RS, apontaram os resultados para os agricultores familiares: a adoção de novas formas de produção, por exemplo, de produtos orgânicos e tradicionais; incentivo à organização e cooperação; aumento da renda e auxílio na diminuição do êxodo rural.

As novas formas de produção, cujos produtos passaram a receber denominações como: orgânicos, ecológicos, sem agrotóxicos, sem aditivos químicos, tradicionais, coloniais, caipira, entre outros, destacam-se por serem menos nocivas à natureza. Ainda no que se refere à questão ambiental “aparecem como resultados positivos não só por estarem associadas aos métodos e processos de produção, mas também pela diminuição das distâncias percorridas da produção até o consumo final” (TRICHES; SCHNEIDER, 2010, p.942).

Já como resultados positivos para a melhoria da alimentação dos alunos, Triches e Schneider (2010) destacaram o aumento da frequência de produtos frescos, assim como a maior variedade e qualidade dos produtos, com destaque para frutas e verduras, o que gerou mais aceitação e consumo pelos alunos.

Nos municípios pesquisados verificamos a melhoria da qualidade da alimentação dos alunos das escolas por meio do PNAE, e o processo gradativo de adaptação e aceitação dos novos alimentos. Sobre esta questão, um relato interessante foi dado pela Diretora da Escola Municipal Monteiro Lobato de Guaporema, Sandra Regina Mian Martins⁶³:

⁶³ Entrevista concedida no dia 28/10/2015, na Secretaria de Educação, Colégio Estadual de Guaporema.

As nossas crianças traziam muita bolacha recheada, iogurte, refrigerante, chips, era assim, demais, traziam de lanche, e deixavam de comer a merenda da escola para comer o lanche que traziam de casa. Como nós tínhamos essa merenda fresquinha, gostosa, tivemos que fazer um trabalho junto com a nutricionista, com palestras, explicando por exemplo, sobre a quantidade de açúcar de cada alimento [...]. Foi um trabalho junto com as professoras, a escola se mobilizou! Começamos a conscientizar os pais. Foi fácil? Não! Foi quase um ano de luta, deu trabalho, mas depois pararam de trazer (informação verbal).

Nos quatro municípios tivemos relatos sobre a importância do trabalho realizado pelas nutricionistas no processo de adaptação para inserção dos novos alimentos, tanto no preparo dos alimentos com as cozinheiras das instituições, como na adaptação do público atendido, especialmente crianças e adolescentes.

Assim, verificamos que há benefícios tanto para os agricultores como para o público que recebe esses alimentos, no caso alunos de escolas públicas. Sobre estes aspectos, Real e Schneider (2011, p.70) argumentam:

A reformulação do PNAE, estimulando as compras de gêneros alimentícios de agricultores familiares, contribui para que esses produtores se organizem cada vez mais e qualifiquem suas ações comerciais. Há benefícios para quem adquire esses produtos também, tendo uma mercadoria de qualidade, além de um desenvolvimento local de forma sustentável.

Triches e Schneider (2010, p.944) avaliam que apesar dos resultados positivos, algumas condições ainda dificultam a ampliação e efetivação da participação dos agricultores familiares na alimentação escolar. Por exemplo, a dificuldade de legalização das agroindústrias, por conta das exigências sanitárias e da qualidade dos alimentos a serem entregues. Diante dessas exigências, os autores questionam: “O que afinal se considera um produto de qualidade e quais devem ser as exigências sanitárias relativas à produção de baixa escala?”. E acrescentam a necessidade de rever estas normativas, sob pena do impedimento da aquisição de muitos produtos processados da agricultura familiar por este mercado institucional.

Constatamos essa realidade nos municípios da pesquisa, pois detectamos que há demanda por produtos processados nas entidades atendidas tanto pelo PNAE, quanto pelo PAA, e que esta produção poderia envolver um número maior de produtores nos programas, gerar mais renda, além de indiretamente profissionalizá-los para outras atividades. No entanto, verificamos a dificuldade ainda presente em criar estruturas comunitárias para processamento e industrialização de produtos, como por exemplo, produtos de panificação e de laticínios, polpas de frutas e carnes, dentro dos padrões exigidos pela vigilância sanitária.

Visando sanar parte da demanda pelos produtos industrializados nas entidades atendidas e a ampliação do número de agricultores no PNAE e também no PAA, no município de Guaporema, foi estabelecido convênio com um frigorífico da região, sendo possível a entrega de carne nos dois programas. Já no município de Tapejara, se estabeleceu uma parceria entre a Pastoral do Menor, o *Rotary Club* e a Prefeitura Municipal, para implantação de uma panificadora comunitária. De acordo com os gestores locais serão envolvidos de 12 a 15 produtores no trabalho na panificadora. Nos municípios de São Tomé e Tuneiras do Oeste, os gestores dos programas sinalizaram planejamento na busca por possibilitar a entrega de produtos processados ao PAA e PNAE, porém evidencia-se a necessidade de ações mais efetivas.

Diante dessas condições, é importante destacar o alerta de Real e Schneider (2011, p.74):

Mesmo com a obrigatoriedade legal, ainda são poucos, porém, os municípios que tem utilizado os recursos do PNAE para a compra de gêneros de agricultores familiares. Há muitas barreiras que somente em determinados locais conseguiram ser transpostas. Uma das principais dificuldades diz respeito à gestão das compras públicas de alimentos para abastecer o Programa que, historicamente, é comandada por grandes empresas do setor.

Frente a essas dificuldades, um dos principais desafios na coordenação do PNAE, está em “criar uma nova cultura entre os compradores oficiais, que precisam adequar seus cardápios conforme a safra e os alimentos da região, respeitando a cultura local” (ÁVILA; CALDAS; ÁVILA, 2014, p.109).

Diante dos resultados verificados a partir da vinculação entre o PNAE e a agricultura familiar, Triches e Schneider (2010, p.944) concluem que “vislumbram-se, com isto, sementes de um modelo de desenvolvimento que promove não só crescimento econômico como também justiça social, conservação ambiental e saúde pública”.

Turpin (2009) considera que a nova legislação da alimentação escolar e do PAA a partir de 2009, foram importantes para a promoção do fortalecimento da agricultura familiar. Porém, salienta que para que haja a efetiva articulação entre o PNAE e outras ações promotoras do desenvolvimento local e das desigualdades sociais, é preciso integração das políticas públicas, desburocratização e aumento dos recursos para os programas. Além disso, é necessário promover a capacitação técnica e organizacional do segmento dos agricultores familiares.

Nos trabalhos de campo realizados em Tuneiras do Oeste, as gestoras tanto do PNAE como do PAA salientaram a necessidade de capacitar os agricultores do município para a

melhoria dos produtos entregues e para a inserção de novas culturas, para tanto ressaltaram a importância de se ampliar os serviços de assistência técnica e extensão rural.

Neste sentido, novamente destacamos no PNAE, assim como nos demais programas para a agricultura familiar, a articulação entre diferentes segmentos sociais e setores governamentais, com a obtenção de resultados importantes a todos os envolvidos, mas com limitações e desafios a serem detectados, analisados e superados.

3.5 POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL (PNATER)

Os serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), a partir de 2003 com o Governo Lula, vêm passando por mudanças representativas com as novas propostas de políticas públicas na busca pelo desenvolvimento rural. Dias (2007) explica que a primeira ação, em junho de 2003, foi a transferência da competência da ATER pública do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), a qual estava sob a responsabilidade da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), para o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). A seguir foi criado o Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural (DATER), vinculado à Secretaria de Agricultura Familiar do MDA.

As mudanças de orientações políticas, concepções, missões institucionais, métodos de intervenção, público preferencial, capacidade de operação, dentre outras características, vêm ocorrendo desde o surgimento dos serviços de extensão rural no Brasil, no final da década de 1940. Vale destacar que a extensão rural sempre esteve vinculada às propostas de mudanças nos sistemas produtivos agropecuários. Sobre esta dinâmica, Dias (2008, p. 104) esclarece que:

No Brasil dos anos 1970, sob regime autoritário, os extensionistas foram os principais agentes responsáveis por colocar em prática uma concepção limitada sobre o desenvolvimento rural, aquela que o restringe à modernização dos processos produtivos por meio da difusão de inovações tecnológicas, desconhecendo ou desconsiderando especificidades ambientais e culturais.

Neste contexto, a missão do extensionista era orientar para o aumento da produção e da renda, a partir do uso de tecnologias modernas pelos produtores, subsidiados pelo crédito agrícola, ou seja, promover o processo de modernização no campo. Só a partir da década de 1980, com o processo de democratização política e com o conhecimento dos problemas

sociais e ambientais gerados pela modernização agrícola, é que os serviços de extensão rural passaram a ser diversificados. Organizações Não Governamentais (ONGs) e Organizações e Movimentos Sociais passaram a questionar o papel dos extensionistas, alegando que “os serviços públicos de extensão rural já não podiam mais se limitar à concepção seletiva e conservadora de desenvolvimento” (DIAS, 2008, p.104).

Frente a essas reivindicações e a não dependência dos serviços de ATER pública pelos agricultores mais capitalizados na década de 1990, que passaram a recorrer aos departamentos técnicos de empresas do setor agrícola, os serviços de ATER público passam a ser revistos.

Diante desta conjuntura, em 1990 foi extinta a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (Embrater), que coordenava todos os serviços de extensão rural no Brasil, e os governos estaduais e municipais, bem como entidades e ONGs assumiram as responsabilidades dos serviços de ATER.

Ou seja, na década de 1990 houve um afastamento do estado nacional nos serviços de extensão rural e a participação financeira do Governo Federal caiu abruptamente. Como consequência do afastamento do estado passou a haver uma “comprovada insuficiência destes serviços em atender à demanda da agricultura familiar e dos demais povos que vivem e exercem atividades produtivas no meio rural, principalmente nas áreas de maior necessidade, como as regiões Norte e Nordeste” (BRASIL, 2004, p.5).

Porém, com estes novos agentes nos serviços de extensão rural, novas práticas extensionistas foram adotadas, principalmente pelas ONGs que passaram a trabalhar com os agricultores menos capitalizados e com metodologias inovadoras e participativas, criando uma perspectiva de prioridade aos agricultores familiares camponeses nos serviços de ATER. Silva (2013) esclarece que as ONGs e Organizações dos Movimentos Sociais e Sindicais, passaram a construir e a consolidar experiências importantes junto à população rural pobre e marginalizada.

Com a criação do Pronaf em 1996, os serviços de assistência técnica públicos passaram a ser vinculados à agricultura familiar. “Os recursos oriundos do Pronaf para prestação de assistência técnica foram fundamentais para muitas empresas estaduais, aproximando definitivamente a extensão rural pública da agricultura familiar” (DIAS, 2007, p.15). Ainda Dias (2008, p.106) explica que:

Além de nova fonte de recursos, o Pronaf abria um novo campo de atuação para a extensão rural pública. O programa previa o pagamento à assistência técnica aos projetos de crédito rural, inclusive os desenvolvidos em assentamentos de reforma agrária. Havia, neste caso, um claro incentivo à definição de um público específico para os serviços públicos de extensão rural: a agricultura de base familiar.

No entanto, Silva (2013, p.156) ressalta que apesar do advento do Pronaf, em 1996, “ao longo dos anos vindouros até 2002, os serviços de assistência técnica e extensão rural para agricultura familiar manteve-se de forma precária”.

Em 2004 houve a implantação da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - PNATER. “A assistência técnica extensão rural (ATER) se constitui no veículo condutor das outras políticas públicas do MDA para agricultura familiar”. A política atual de ATER, da forma como está proposta assume um caráter transversal com as políticas fins do ministério, com objetivos, estratégias, metodologias e práticas compatíveis com mudanças no cenário da agricultura familiar (SILVA, 2013, p. 156).

A PNATER é resultado de um processo de consulta popular a organizações, extensionistas e representações de agricultores. Essa política define como público prioritário a ser atendido pelos serviços de ATER, os agricultores familiares, garantindo a gratuidade, universalidade e caráter público dos serviços, mas reconhece os vários agentes públicos e privados que realizam a extensão rural hoje no Brasil (BRASIL, 2004).

Dias (2007, p. 12) afirma que “a extensão rural no Brasil hoje é caracterizada por uma enorme diversidade de agentes que a praticam, por sua vez, a partir de uma miríade de concepções, métodos, formatos organizativos, lugares sociais, objetivos e interesses”. A ATER, proposta pela PNATER (2004), prevê que os serviços devem ser organizados “na forma de um Sistema Nacional Descentralizado de ATER Pública, do qual participem entidades estatais e não estatais que tenham interesse e protagonismo no campo de Assistência Técnica e Extensão Rural [...]” (BRASIL, 2004, p.8).

Essas instituições podem habilitar-se a participação no Sistema Nacional Descentralizado de ATER Pública, buscando seu credenciamento junto ao Fórum Nacional de Gestão da ATER Pública ou nos Conselhos Estaduais de Desenvolvimento Rural Sustentável (ou similares). A PNATER (2004) prevê ainda que deverá ser incentivada a gestão compartilhada entre as esferas federal e estadual, e nos municípios a gestão será compartilhada por meio dos Conselhos Municipais ou Câmaras Técnicas Municipais de ATER (BRASIL, 2004).

Para Dias (2007), ao reconhecer a pluralidade dos agentes que trabalham com ATER e ao articular mecanismos de gestão social e financiamento misto (várias instâncias governamentais, parcerias, fontes internacionais etc.), o Estado reconhece a incapacidade de prover exclusivamente os serviços e a diversidade que hoje caracteriza a extensão rural no país. Sobre o princípio da garantia de acesso a ATER, o autor afirma que está implícito nesta

perspectiva “o diagnóstico sobre a importância da existência de serviços públicos de ATER e a necessidade de democratizar o acesso” (DIAS, 2007, p. 17).

Na PNATER também se faz a opção política pelo discurso da sustentabilidade do desenvolvimento, qualificado também de “endógeno” e vinculado ao “paradigma tecnológico baseado nos princípios da Agroecologia”. Coloca a agroecologia como a orientação das concepções, métodos e princípios, defendendo a proposta de “transição agroecológica” (BRASIL, 2004, p.7). Esta opção também se vincula à ênfase na segurança alimentar adotada nas políticas públicas.

Neste ensejo, se propõe a potencializar atividades produtivas agrícolas para geração de alimentos saudáveis e matérias-primas apoiando as estratégias de comercialização tanto dos comércios locais como regionais e globais. Também deve estimular formas de agregação de renda aos produtos primários e atividades rurais não agrícolas (BRASIL, 2004).

Enfim, de acordo com os parâmetros apresentados na PNATER, os serviços de ATER devem priorizar os agricultores familiares e atender aos princípios: da produção sustentável; o uso de metodologias participativas; privilegiar o potencial endógeno das comunidades e territórios; valorizar o conhecimento dos grupos e comunidades.

Para Dias (2008, p.107) o segmento da agricultura familiar foi colocado como prioritário na PNATER, a partir do discurso crítico da modernização parcial e conservadora, a fim de favorecer “os agricultores que não se adequaram, não aderiram ou não foram beneficiados pelo modelo de modernização tecnológica implantado”.

A PNATER projeta no extensionista o papel de agente promotor do desenvolvimento, o profissional que possibilitará o acesso à tecnologia, ao conhecimento e às políticas públicas. Vale questionar se as condições de trabalho colocadas a esses profissionais, suas formações e o número de profissionais contratados para os serviços de ATER pública, geralmente bastante limitado, permitem dar conta de funções tão amplas.

Nos quatro municípios pesquisados, deparamo-nos com a realidade da insuficiência de profissionais para que possa ocorrer um efetivo trabalho de assistência técnica, além da falta de formação e conhecimento sobre alguns setores que demandam este serviço nos municípios. Sobre isto, Dias (2007, p.18) afirma que há uma “inadequação entre a proposta de mudança e o quadro técnico disponível para executá-la”.

Há uma dificuldade para encontrar técnicos com qualificação necessária e que aceitem as condições de trabalho de campo. As instituições que formam os profissionais, focam nos conceitos de inovação tecnológica na agricultura, o que dificulta o trabalho a partir das exigências e necessidades do trabalho familiar. “Ainda faltam às equipes de ATER conceitos integradores, indispensáveis para que possam perceber e interpretar as diferentes

realidades agrárias e agrícolas do diverso tecido social da produção familiar” (SILVA, 2013, p.159).

Vale mencionar, que com o objetivo de adequar os profissionais à realidade da agricultura familiar, o Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural (DATER), do MDA, a partir da Coordenação de Formação de Agentes de ATER, vêm desenvolvendo iniciativas como: apoio a eventos realizados nos estados, oferta anual de cursos de curta duração e de especialização, a implementação do Projeto Cultivando Saberes e a participação efetiva no Fórum Nacional de Ensino da Extensão Rural. Essas ações objetivam capacitar às organizações que prestam os serviços de ATER, ainda integrar e socializar informações sobre políticas públicas para o fortalecimento da agricultura familiar. Também são produzidas e apoiadas publicações voltadas à formação dos agentes e a consultas sobre os temas relacionados, como por exemplo, documentos sobre tecnologias de base ecológica (SILVA, 2013).

Soma-se a esse esforço, os programas do Ministério da Educação, PRONACAMPO (O Programa Nacional de Educação do Campo) e o PRONATEC (Programa Nacional de acesso ao Ensino Técnico e Emprego), que já aportaram qualificação profissional para 30 mil agricultores familiares, inclusive jovens e agentes de ATER para produção, gestão, comercialização e práticas sustentáveis (água, solo, insumos).

Em 2007, o MDA propôs a “Rede Temática” para que as instituições que prestam serviço de ATER no país se integrem na dinâmica de cooperação, institucionalizada no Sistema Brasileiro Descentralizado de Assistência Técnica e Extensão Rural – SIBRATER (SILVA, 2013, p. 160).

Salientamos assim, que essas ações promovidas pelo MDA são importantes na tentativa de fortalecer a agricultura familiar por meio de ações de ATER. Diante dessas acepções, vale ressaltar que “o volume de recursos orçamentários destinados para os serviços de ATER entre 2002 a 2013 passou de 3 milhões de reais para mais de 450 milhões” (SILVA, 2013, p.153). No entanto, o mesmo autor afirma que ainda é baixa a abrangência do atendimento dos serviços de ATER ao universo de produtores familiares:

Segundo o Censo Agropecuário de 2006, somente 33% dos agricultores familiares recebiam serviços de ATER, sendo que, desse contingente 29% auferiram orientações de serviço público. Os estabelecimentos familiares com menos de 10 ha ao redor de 20% receberam aporte do serviço, enquanto, os estratos maiores, de 10 a 50 ha, 50 a 100 ha e 100 a 500 ha foram contemplados em torno da seguinte proporção 16%; 3% e 4%, respectivamente. Na outra ponta, opondo-se aos estratos dos produtores familiares, os estabelecimentos com mais de 1000 ha, dos agricultores não familiares, constatou-se que 65% dos produtores foram acolhidos com orientações de instituições públicas e cooperadas (SILVA, 2013, p. 157).

Com base nos dados do MDA, Silva (2013) diz que na atualidade, os serviços públicos de ATER atingem 12% do universo de agricultores familiares brasileiros. Vale mencionar que para o autor, o serviço oficial de ATER, deve estar baseado na existência de técnicos em campo, trabalhando a partir de metodologias participativas de planejamento, monitoramento e avaliação das atividades, com avaliações periódicas dos resultados, buscando a melhoria das práticas extencionistas. Ainda Silva (2013, p.159) elucida que os serviços de ATER significam:

[...] tanto o ato de estender, levar ou transmitir conhecimentos de uma fonte geradora (das instituições de ensino e de pesquisa) ao receptor final (o produtor familiar rural); quanto o ato de receber o saber do agricultor familiar. O conhecimento científico e o saber tradicional devem se processar paralelamente.

Evidenciamos assim, uma ação ainda bastante limitada da PNATER, longe de alcançar as propostas de universalização de direito de acesso aos serviços de ATER com qualidade, para todos os agricultores familiares.

Diante desta situação, surgiram críticas bastante duras aos serviços de ATER realizados no Brasil e conseqüentemente à PNATER. Dentre os críticos, se destaca Abramovay (2007). O autor discorda com o enfoque setorial colocado pela PNATER, ou seja, o atendimento prioritário à agricultura familiar, pois segundo seu entendimento as economias agrícolas são cada vez menos importantes na geração de emprego e renda. O autor defende a abordagem territorial do desenvolvimento e não setorial como proposto pela PNATER.

Discordamos deste posicionamento do autor, pois compreendemos que os serviços de ATER devem sim priorizar os segmentos da agricultura familiar, visto que foi o setor mais prejudicado pelo processo de modernização agrícola, mas que mesmo assim, continua sendo importante gerador de emprego, renda e alimentos para a população, e portanto deve ser fortalecido.

Ainda na concepção de Abramovay (2007), o profissional extencionista deve atuar na busca por um desenvolvimento mais amplo, que articule diversos atores sociais, entre eles os empresários do agronegócio, a fim de alcançar objetivos mais gerais, que extrapolem os interesses apenas dos agricultores familiares. Compreende que o setor privado tem papel decisivo nos rumos do desenvolvimento rural. Sobre isto, concordamos com a busca por uma atuação mais ampla do profissional extencionista, porém, sabemos que os empresários do agronegócio, em geral com a produção vinculada à indústria, tem acesso fácil à assistência técnica especializada privada, assim, defendemos que a prioridade da ATER pública deve ser ao segmento da agricultura familiar.

Abramovay (2007) também tece crítica ao fato de a PNATER propor a participação social organizada como condição suficiente para a execução das políticas públicas. Abramovay questiona se essas organizações representativas, convocadas pela PNATER a realizar os mecanismos de gestão social das políticas públicas, seriam suficientes para romper com as “práticas corporativas” já cristalizadas nessas instituições. Para o autor, não basta às organizações representar determinado setor, mas devem planejar ações que contribuam para alterar as condições sociais dos diversos segmentos locais: empresários, representantes locais, Estado, assalariados e agricultores familiares. Sobre estas críticas, Silva (2013, p.158) argumenta:

[...] apesar dessas questões apontadas, a participação dos agricultores familiares e suas organizações dialogando com o Estado e realizando o controle social destacam-se em garantir que as políticas atendam, de fato, às precisões técnicas desses produtores. E ainda, em melhorar os níveis de oferta e de qualidade dos serviços de ATER, e também, para fiscalizá-lo no cumprimento de seus objetivos e na aplicação dos recursos públicos.

Compreendemos que a busca pela participação social na gestão das políticas públicas é de suma importância, pois possibilita conhecer as necessidades do grupo envolvido e as suas prioridades, sendo uma ação democrática. Acreditamos que a participação social tem papel fundamental na gradativa busca pela melhoria dos serviços públicos, entre eles, os serviços de ATER, bem como a capacidade de garantir que os recursos sejam bem empregados. Se somarmos a isso um planejamento eficiente de desenvolvimento local, os resultados podem ser ainda mais efetivos.

Ainda para Abramovay (2007), a opção pela agroecologia, colocada como doutrina oficial do Estado, não dá conta da proposta conjunta de aumentar a produção agropecuária, elevar a renda dos produtores e preservar o meio ambiente. O autor explica que há um amplo leque de correntes de pensamento que caracterizam a agronomia como ciência, e não concorda com a ideia de que possa haver uma doutrina superior à outra. Por isso compreende que não há justificativa para que o Estado opte por uma corrente do pensamento agrônomo. Em sua opinião, as organizações na atualidade devem caracterizar-se na busca pela aprendizagem, na capacidade de mobilização e na resolução de problemas.

Sobre a opção da PNATER pela agroecologia, compreendemos ser uma perspectiva interessante, visto que é contra hegemônica, pois sabemos que a agricultura moderna de base tecnológica e alto impacto ambiental, predomina no setor agropecuário brasileiro. Desta forma, pensar em ações e políticas públicas que enfoquem a agricultura familiar e a

agroecologia, se torna positivo, mesmo apresentando lacunas e necessidade de adaptação ao longo do tempo. Nesse ensejo, vale salientar porém, como esclarece Dias (2008, p.111-112):

[...] que os fundamentos desses debates estão em concepções distintas sobre o papel do Estado nos processos de promoção do desenvolvimento. Nesse campo há uma miríade de posições e vários objetos de disputa. Por enquanto, diante da carência de estudos que revelem como a PNATER está se realizando na diversidade de situações concretas que passaram a ser orientadas por seus fundamentos, o debate está na fase de questionamentos gerais, apegados à crítica aos referenciais teóricos e políticos que contribuíram para a elaboração da política.

Para além das críticas, visões e concepções diversificadas sobre as políticas de desenvolvimento rural, a PNATER tem seu papel inovador, a partir de propostas diferenciadas das concepções predominantes até então, cujo enfoque principal era o agronegócio. Urge neste contexto pesquisas mais aprofundadas sobre os resultados atuais dos serviços de ATER, suas conquistas e desafios, para que possa vislumbrar ser uma política de efetiva intervenção na busca pelo desenvolvimento rural.

É importante lembrar que as ações de ATER vêm passando por transformações com as mudanças de rumo das políticas públicas do Governo Michel Temer. Mattei (2016) cita como exemplo o programa “Mais Gestão”, lançado no Plano Safra da Agricultura Familiar 2016-2017. O programa se constitui em “uma chamada pública de Assistência Técnica e Extensão Rural para contratar entidades para apoiar aproximadamente 1000 associações e cooperativas da agricultura familiar e da reforma agrária”. Sobre este programa, o autor alerta que:

Um dos primeiros atos do Secretário especial de Agricultura Familiar foi revogar exatamente uma iniciativa que poderia beneficiar esse público a qual sua pasta deveria priorizar, ficando clara a mudança de rumo das políticas públicas para o meio rural sob a batuta do governo interino.

Dessa forma verificamos que os serviços de assistência técnica já tão escassos ficam ainda mais comprometidos a partir dos novos rumos postos pelo governo, sobretudo no que se refere a agricultura familiar.

3.6 PROGRAMA NACIONAL DE HABITAÇÃO RURAL (PNHR)

A habitação é uma das necessidades básicas do ser humano, pois se constitui no local de abrigo, descanso, vivência familiar, alimentação e higienização dos indivíduos. Desta forma, as condições de habitação são essenciais ao bem estar das pessoas e deve ser um dos setores privilegiados pelas políticas públicas.

Como já mencionamos, até a década de 1990 o segmento da agricultura familiar não era beneficiado com políticas públicas específicas. Já a questão da habitação para famílias do meio rural, só veio a surgir em 2003 com a criação do Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR).

Fagundes *et al* (2013) esclarecem que na Constituição Federal de 1988, a habitação rural começa a ser discutida com mais ênfase, sendo colocada como um dos enfoques da política agrícola. Também cita a Lei nº 8.171 de 1991, referente à Política Agrícola, que faz referência à Política de Habitação Rural. No entanto, ressaltamos que até então não havia nenhum programa efetivo de habitação rural.

Sobre este contexto, Rover e Munarini (2010, p.261) afirmam “os territórios rurais, especialmente aqueles mais distantes dos maiores centros urbanos, tem havido historicamente menor oferta de serviços e políticas para seu desenvolvimento”. Os autores citam como exemplo o acesso aos serviços de telefonia, transporte, habitação, água encanada e internet, já que devido à baixa densidade demográfica é menos rentável às empresas oferecerem esses serviços no meio rural.

O PNHR é um programa do Governo Federal criado em 2003 com objetivo de reduzir o histórico déficit habitacional dos territórios rurais, oferecendo acesso facilitado à política social de habitação rural por parte dos agricultores familiares em condições socioeconômicas mais vulneráveis. Objetiva a produção ou reforma de imóveis aos agricultores familiares e trabalhadores rurais, por meio do repasse de recursos do Orçamento Geral da União ou de financiamento habitacional com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

O PNHR se configurou como uma política diferenciada, indo além da dimensão produtiva, e atendeu a uma demanda das organizações representativas dos agricultores familiares como a Contag e o Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais da Central Única dos Trabalhadores (DNTR/CUT) (SCHNEIDER; CAZELLA; MATTEI, 2004). Sobre este enfoque não produtivista do PNHR, Fagundes *et al* (2013, p.38) esclarecem:

[...] até então, o setor rural era agraciado com políticas econômicas voltadas ao incentivo da lavoura e reformas de suas instalações (estábulo, chiqueiros, etc.), através do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), entretanto, muitas vezes, as dependências da propriedade rural eram melhores que a própria moradia da família.

Sabemos que grande parte das habitações no meio rural se encontra em situação precária, e que uma política que garanta habitações em melhores condições é essencial para aumentar a qualidade de vida no campo e amenizar o êxodo rural.

Dentro desta perspectiva, o PNHR iniciou em 2003 com três modalidades de contratos: a) Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social (PSH); b) Carta de Crédito com Operações Coletivas – FGTS (CCFGTS); c) Crédito Solidário (FDS). Além disso, a modalidade CCFGTS divide-se em dois tipos: a) para o agricultor cuja renda mensal é até um salário mínimo, o subsídio é de R\$ 5.907, ficando o restante da obra sob sua responsabilidade; b) para o agricultor cuja renda mensal seja maior que R\$ 930 e menor que R\$ 1.500, o subsídio é de R\$ 3.000, sendo que o restante poderá ser financiado em até 96 meses (ROVER; MUNARINI, 2010).

O Decreto Federal nº 6.819 de 2009, instituiu novas regras ao PNHR, que também passou a ser chamado de “Minha Casa Minha Vida Rural”. As mudanças dizem respeito principalmente à superação da dificuldade de contrapartidas financeiras pelos agricultores com maior vulnerabilidade socioeconômica. Pelo referido decreto os beneficiários do PNHR serão os agricultores familiares divididos em três grupos:

a) Grupo 1: agricultores com renda anual de até R\$ 10.000 para os quais o valor liberado será de R\$ 10.000, dos quais o mutuário pagará apenas os juros, totalizando R\$ 350, tendo assim um subsídio de R\$ 10.000;

b) Grupo 2: agricultores com renda anual de R\$10.000 a R\$ 22.000, para os quais o limite de recursos acessado é de R\$ 29.000, com subsídio de R\$ 7.000. O restante deverá ser pago em dez anos com taxa de juros de 5% ao ano mais taxa de juros referencial (TR), em parcelas mensais;

c) Grupo 3: agricultores familiares com renda anual de R\$ 22.000 a R\$ 60.000, para os quais o limite de recursos liberados é de R\$ 70.000, sem subsídio. O pagamento deverá ser feito em dez anos com juros que variam de 5,6 a 8,16 %, mais TR, conforme o valor financiado, também com prestações mensais;

“O novo PNHR estabelece as categorias de agricultores beneficiários conforme as regras do Pronaf. Isso agiliza processos e aproveita toda uma sistemática consolidada há anos para distribuição das categorias de agricultores”. (ROVER; MUNARINI, 2010, p.264). Também se exige dos possíveis beneficiários do PNHR a apresentação da DAP para comprovação do enquadramento como agricultores familiares.

Assim como nas demais políticas públicas para a agricultura familiar, um efeito positivo com as experiências do PNHR foi o envolvimento de vários setores da sociedade em sua execução. Fagundes *et al* (2013) dizem que entre os principais atores envolvidos no PNHR estão: o Ministério da Fazenda (MF), O Ministério das Cidades (MC), a Caixa Econômica Federal, o Banco do Brasil, as entidades organizadoras como cooperativas e

associações criadas para viabilizar o programa, e acrescentamos as instituições locais de extensão rural e as prefeituras municipais.

Em 2008, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), do IBGE, mostrou o *déficit* habitacional rural por regiões brasileiras (quadro 10). Vale destacar que apesar de a Região Sul ser a segunda com menor *déficit*, atrás apenas da Região Centro Oeste, ela tem sido a mais beneficiada com o PNHR. Já a Região Nordeste, que tem o maior *déficit*, foi a segunda mais beneficiada no período 2009/2013 (quadro 11).

Quadro 10 – *Déficit* Habitacional Rural no Brasil

Região	<i>Déficit</i> habitacional Rural	%
Norte	107.058	11.68
Nordeste	641.107	69.95
Sudeste	76.888	8.39
Sul	61.813	6.74
Centro Oeste	29.612	3.23
Brasil	916.478	100,00

Fonte: IBGE (2008)

Quadro 11 – Contratações do PNHR do 2º semestre de 2009 ao 2º semestre de 2013

Região	2009 S2	2010 S1	2010 S2	2011 S1	2011 S2	2012 S1	2012 S2	2013 S1	2013 S2	Total
Centro-Oeste	0	75	125	323	33	194	2.162	462	230	3.604
Nordeste	0	940	706	602	1.141	2.005	9.120	5.407	3.567	23.488
Norte	0	0	295	75	1.440	498	4.285	2.525	1.831	10.949
Sudeste	25	500	1.347	638	920	2.231	3.814	2.778	1.682	13.935
Sul	75	527	2.736	2.316	4.231	4.988	12.420	5.276	2.214	34.783
Total	100	2.042	5.209	3.954	7.765	9.916	31.801	16.448	9.524	86.759

Fonte: Caixa Econômica Federal (2013) *apud* Fagundes *et al* (2013, p.42).

Fagundes *et al* (2013, p.45) argumentam que segundo representantes da Caixa Econômica Federal, a Região Sul tem melhor desempenho no PNHR devido a fatores como: “a renda familiar, a organização dos movimentos sociais, a formação de cooperativas e a estrutura organizacional que os próprios imigrantes traziam de seus países”. Desta maneira, novamente constatamos, como em outras políticas públicas para a agricultura familiar, que as regiões mais carentes, na maioria das vezes não são as mais beneficiadas.

Rover e Munarini (2010), ao estudarem a realidade do PNHR em quatro municípios do Oeste de Santa Catarina: Chapecó, Cordilheira Alta, Guatambu e Nova Itaberaba, constataram:

Muitas famílias beneficiadas pelo programa expressaram grande satisfação em realizar o sonho da construção ou reforma de sua casa. Isto provoca um forte efeito na autoestima das famílias, fortalecendo tanto o desejo de permanecer no espaço rural, como a expectativa de continuidade dos jovens na atividade (ROVER; MUNARINI, 2010, p.261).

No entanto, nesta mesma pesquisa os autores também confirmaram:

Mesmo a microrregião em estudo sendo considerada um exemplo de avanço do Programa, verificou-se que a maioria das famílias que nele se inscreveram não foi contemplada. A não disponibilidade de recursos pelo Governo Federal, a falta de recursos dos agricultores para a contrapartida e o não enquadramento de alguns deles nas regras do Programa são os principais motivos que mantêm esta demanda reprimida (ROVER; MUNARINI, 2010, p.261).

Nos quatro municípios pesquisados, os gestores locais destacaram a importância do PNHR na manutenção das famílias no campo. O técnico agrícola da Emater de São Tomé, Rozélio Pothin⁶⁴ enfocou que em geral, se os produtores tiverem condições de construir uma casa, a fariam na cidade, com vistas à valorização imobiliária, o que estimularia a mudança para a área urbana. Já ao terem uma habitação digna no meio rural, se torna um estímulo para a permanência.

O técnico agrícola da Emater de Tuneiras do Oeste, Marcos Ferreira Batista⁶⁵ comunga desta mesma perspectiva, porém acrescenta que a moradia só se torna fundamental para a permanência das famílias na área rural se vier acompanhada de assistência técnica que oriente e possibilite o acesso às demais políticas de estímulo ao agricultor familiar.

Só a moradia não segura o produtor lá, você melhora a qualidade de vida dele! Só que aí, dentro do próprio plano vem toda uma questão que nós reunimos esses beneficiários, e é feito todo um trabalho social [...]. Para essa leva que recebeu essas casas, foi feita uma qualificação que partiu da vontade deles, do tipo de segmento que eles queriam ter esta qualificação, que foi a questão do gado de leite [...]. Nós tratamos a respeito de reforma de pastagens [...]. Interessante porque você vê a aceitação deles (informação verbal).

O vice-prefeito de Guaporema, Luiz Carlos Fernandes Mian⁶⁶, ao tratar da realidade do município, ressaltou a importância do PNHR para a permanência das famílias na área rural

⁶⁴ Entrevista concedida no dia 20/05/2014, na Divisão de Meio Ambiente do município de São Tomé.

⁶⁵ Entrevista concedida no dia 27/05/2014, no escritório da Emater de Tuneiras do Oeste.

⁶⁶ Entrevista concedida no dia 20/05/2014, na Prefeitura Municipal de Guaporema.

e acrescentou que este programa deveria ter vindo antes, pois no momento, a maioria dos pequenos produtores já saiu do campo.

É uma moradia digna, que faz o agricultor pensar: eu quero continuar aqui, eu vou ficar aqui, eu estou morando bem! [...]. O que a gente ouve muito é que esse programa deveria ter vindo antes! Agora que já tem muito poucas pessoas na área rural é que implantou-se esse programa (informação verbal).

Neste sentido, verificamos que o PNHR é uma importante ferramenta para a melhoria das condições de vida das famílias no meio rural, assim como um fator de aumento de autoestima dos agricultores familiares. Além disso, apresenta-se como uma ação efetiva na busca pela permanência das famílias no meio rural, com destaque para os jovens. Porém ainda se apresenta como uma política restrita, atingindo uma parcela pequena da demanda e necessitando desta forma, de aprimoramento.

Além disso, vale destacar a questão levantada por Carvalho (2013), que questiona se as intervenções habitacionais em comunidades tradicionais são solução ou problema, e estuda o caso do Pará. Para a autora as intervenções em comunidades tradicionais demandam estudo minucioso antes, durante e depois do processo de intervenção, porém não diferem de outros projetos desenvolvidos em outros contextos, visto que “o projeto arquitetônico e urbanístico sempre envolverá apropriação, satisfação e permanência do usuário no espaço projetado” (CARVALHO, 2013, p.472). Sobre esta perspectiva a autora esclarece:

[...] a produção de intervenções que sofrem com problemas de apropriação não significam que o projeto seja tecnicamente ruim, ou que o projetista o seja, mas sim que o projeto proposto não conseguiu se flexibilizar o suficiente segundo as demandas dos usuários, ou não conseguiu a coerência necessária em relação aos modos de vida e a espacialidade de uma dada população (CARVALHO, 2013, p.472).

Desta forma, Carvalho (2013, p.473) levanta a problemática da produção de unidades habitacionais para comunidades tradicionais no Brasil, como a falta de apropriação pelo usuário pela não compatibilidade com suas necessidades, o que “faz com que as habitações produzidas pelo poder público sejam vendidas ou abandonadas, especialmente àquelas destinadas a grupos denominados como tradicionais”. Neste contexto, é necessário destacar que a partir de 2011, as propostas destinadas a comunidades tradicionais estão enquadradas preferencialmente no PNHR.

Por falta de preparo dos órgãos responsáveis pela construção das habitações, como as Companhias de Habitação (COHAB's) e prefeituras municipais, geralmente se adota um projeto referência, que muitas vezes fere a cultura das populações a partir da imposição de novas formas de ocupação do espaço, e de relação com o meio ambiente. Neste sentido, é

importante, por exemplo, incorporar materiais já amplamente utilizados nas habitações desses povos, até mesmo para facilitar reparos futuros de forma mais fácil, uma vez que já estão familiarizados na construção com esses materiais (CARVALHO, 2013). Sobre o caso do Pará, a autora afirma:

As intervenções habitacionais no Pará, apesar do esforço para compor planos que contenham diretrizes bem definidas sobre as comunidades tradicionais, não possuem a intencionalidade de preservar a cultura de indígenas e quilombolas – especialmente - e sim de inserir estes grupos em uma lógica capitalista de ocupação da Amazônia, aproximando-os de sociedade globalizada, monetarizadas e com tendências a homogeneização cultural (CARVALHO, 2013, p.484).

Dentro desta perspectiva, concordamos com Carvalho (2013) que defende que ao se propor intervenções aos grupos, especialmente aos tradicionais, além de analisar o visível, o concreto, é preciso concomitantemente analisar o invisível do sagrado e da cosmologia daquele grupo, e acrescenta:

Quando bem desenvolvidas e tendo suas etapas de caracterização respeitadas, a habitação tende a ter maior grau de apropriação do usuário, uma vez que foram delimitadas as etapas metodológicas necessárias à criação de um projeto compatível. Em intervenções destinadas a comunidades tradicionais, as especificidades merecem muita atenção para não tornar a intervenção prejudicial à cultura das populações, pois o projeto de intervenção deve complementar o habitat destas comunidades, sem impor novas formas de ocupação espacial e relação com o meio ambiente que as circunda, promovendo a fixação residencial destes povoados (CARVALHO, 2013, p.480).

Partindo dessas acepções, evidenciamos a questão da apropriação das habitações pelos usuários do PNHR, a fim de que se atinja aos objetivos de melhoria das condições de vida das famílias no meio rural e o estímulo à permanência no campo, especialmente dos jovens. Urge assim, a necessidade de planejamento do PNHR, assim como de outros projetos habitacionais, a partir das especificidades socioeconômicas, mas também socioculturais de cada localidade.

Assim, no próximo item passamos a avaliar com mais afinco os impactos das políticas públicas apresentadas, destinadas à agricultura familiar, nos municípios de Guaporema, São Tomé, Tapejara e Tuneiras do Oeste, seus ganhos e limitações.

3.7 IMPACTOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR NOS MUNICÍPIOS DE GUAPOREMA, SÃO TOMÉ, TAPEJARA E TUNEIRAS DO OESTE

Nesta sessão abordamos sobre os resultados alcançados com as políticas públicas para a agricultura familiar nos municípios pesquisados. As análises se pautam em dados estatísticos sobre os programas e nas informações fornecidas pelos gestores locais das políticas públicas por meio das entrevistas realizadas.

3.7.1 Ganhos e limitações das políticas públicas para a agricultura familiar

A partir dos levantamentos realizados, constatamos que nos quatro municípios a agricultura familiar teve seu peso econômico diminuído a partir da modernização agrícola e o consequente processo de êxodo rural, que marcou as dinâmicas econômica, populacional e da produção agrícola desses municípios. No entanto, mesmo diante dessa conjuntura, a agricultura familiar se constitui como segmento importante da economia local nos quatro municípios, sobretudo no que se refere ao abastecimento de alimentos, e há a aplicação de políticas públicas direcionadas aos agricultores familiares.

Partindo desta premissa, vale destacar que com exceção de Tapejara, os outros três municípios, nos anos de 2013 e 2014, apresentaram um peso maior do valor adicionado fiscal na produção primária, em relação aos demais ramos de atividades (quadro 12), com destaque para o expressivo peso da produção primária nos municípios de Tuneiras do Oeste e Guaporema. Com relação à indústria, destacamos o impacto que apresenta no município de Tapejara e também em São Tomé, e a participação ainda bastante tímida nos município de Guaporema e Tuneiras do Oeste.

Quadro 12 - Valor adicionado fiscal segundo os ramos de atividades - 2013 e 2014

Municípios	Ramo de Atividades	Valor (R\$ 1.00)	
		2013	2014
Guaporema	Produção primária	55.895.042	61.119.733
	Indústria	2.011.493	1.873.332
	Comércio e Serviços	1.948.773	2.239.472
	Recursos / Autos	1.453.250	5.683.069
	Total	61.308.558	70.915.606
São Tomé	Produção primária	91.676.883	103.383.146
	Indústria	87.847.707	86.239.665
	Comércio e Serviços	47.893.436	38.713.034
	Recursos / Autos	976.965	3.318.623
	Total	228.394.991	231.654.468
Tapejara	Produção primária	108.042.872	141.836.199
	Indústria	267.916.283	331.152.372
	Comércio e Serviços	38.045.885	47.659.289
	Recursos / Autos	1.178.679	751.788
	Total	415.183.719	521.399.648
Tuneiras do Oeste	Produção primária	138.066.407	156.459.358
	Indústria	10.564.737	6.734.900
	Comércio e Serviços	12.053.047	12.919.094
	Recursos / Autos	1.484.664	1.139.112
	Total	162.168.855	177.252.464

Fonte: SEFA-PR. Cadernos Municipais Iparde (2014/2015). Organizado pela autora.

A fim de melhor contextualizar a produção agropecuária, levantamos o número total de estabelecimentos agropecuários por município, bem como a área total de hectares, o número de famílias de agricultores familiares e as principais produções agropecuárias na atualidade (quadro 13).

Quadro 13 - Total de estabelecimentos agropecuários, área total em hectares, número de famílias de agricultores familiares e as principais produções agropecuárias na atualidade

Variável	Municípios			
	Guaporema	São Tomé	Tapejara	Tuneiras do Oeste
Total de estabelecimentos agropecuários	211	317	433	1.158
Área total (ha)	22.651	21.501	33.753	51.452
Número de famílias de agricultores familiares *	117	280	356	900
Principais produções agropecuárias na atualidade	Cana de açúcar, pecuária, mandioca, milho, soja, laranja.	Cana de açúcar, avicultura, soja, milho, pecuária, mandioca, fruticultura: goiaba, morango, laranja), palmito pupunha, olerícolas.	Cana de açúcar, pecuária, mandioca, Melancia, laranja, soja.	Soja, cana de açúcar, mandioca, pecuária, milho.

Fonte: Iparde: Base de dados do estado – BDEweb, com base no Censo Agropecuário 2006.

* Informações fornecidas pelos técnicos dos Escritórios locais da Emater.

Verificamos assim, que Tuneiras do Oeste possui maior número de estabelecimentos agropecuários, assim como maior área total de terras e número de agricultores familiares, apresentando diferença expressiva em relação aos demais municípios pesquisados. Conseqüentemente, dentre os quatro municípios, é o que a agricultura familiar está mais ativa e tem maior peso econômico. O técnico agrícola da Emater de Tuneiras do Oeste, Marcos Ferreira Batista⁶⁷ destacou uma situação interessante de ajuda mútua na dinâmica produtiva dos agricultores familiares no município, e comparou com municípios vizinhos:

Nós temos aí comunidades que trabalham naquele sistema antigo ainda com colaboração mútua, um ajuda a colher a lavoura do outro. Claro! Existe um valor estipulado para este trabalho, diária e tal, só que aí quando o seguinte vai colher, aquele mesmo da primeira que foi colhido, vem também [...]. Eu já trabalhei em vários outros municípios daqui da região [...], aqui em Tuneiras é o que predomina isso aí, porque nos outros municípios já tá bem escasso (informação verbal).

Este aspecto é relevante, pois representa uma dinâmica de maior autonomia entre os agricultores familiares, com uma organização própria deste grupo de trabalhadores. Ainda o técnico agrícola da Emater de Tuneiras do Oeste, Marcos Ferreira Batista e também o Secretário de Agricultura do município, Valdir de Andrade⁶⁸, destacaram que o problema da sucessão hereditária nas pequenas propriedades não é tão acentuado no município, como ocorre em outros municípios da região, e que a mudança da DAP da propriedade, para um dos filhos, é uma pauta sempre presente nas reuniões do CDR. Os referidos entrevistados relacionam este fato também, como resultado das políticas públicas voltadas à produção familiar, que geram mais dinamismo e melhores condições para a reprodução da atividade agrícola familiar.

Ainda com relação ao número de famílias de agricultores familiares, é preciso esclarecer que não é fator determinante para definir o peso da agricultura familiar para a economia local. No caso de Tapejara, por exemplo, que dentre os quatro municípios é o segundo maior em número de famílias, a agricultura familiar não é um segmento tão representativo para a economia local, devido ao impacto econômico das agroindústrias, das indústrias têxteis e da Usina de Açúcar e Alcool Santa Terezinha, presentes no município.

O técnico responsável pelo escritório da Emater de Tapejara, Rogério Fernandes Barbosa⁶⁹, relatou que na atualidade um dos problemas enfrentados pela agricultura familiar

⁶⁷ Entrevista concedida no dia 27/05/2014, no escritório local da Emater de Tuneiras do Oeste.

⁶⁸ Entrevistas concedidas no dia 27/05/2014, no escritório local da Emater de Tuneiras do Oeste.

⁶⁹ Entrevista concedida no dia 06/06/2014, no escritório local da Emater de Tapejara.

no município, é a falta de mão de obra para períodos de colheita, por exemplo, do café⁷⁰ e da mandioca, pois há uma oferta grande de empregos nas indústrias, além de muitos trabalhadores que se deslocam para Cianorte para trabalhar, principalmente em abatedouros de aves. Destacou ainda, que toda esta oferta de empregos, faz com que os agricultores familiares percamos o foco na produção agropecuária, tornando-se em boa parte, assalariados nessas indústrias. Então, toda esta conjuntura tem diminuído o peso e a importância da agricultura familiar na economia local.

Em São Tomé ocorre uma dinâmica bastante parecida com Tapejara, por também possuir agroindústrias e uma unidade da Usina de Açúcar e Alcool Santa Terezinha, embora o setor primário ainda tenha um peso maior que a indústria. Já em Guaporema, que dentre os quatro municípios apresenta o menor número de famílias de agricultores familiares, o impacto deste segmento produtivo para a economia local é significativo, devido ao número pequeno de população e a baixa oferta de empregos.

Vale ponderar que não queremos dizer que a presença de agroindústrias e/ou indústrias nos municípios, seja um fator negativo, pelo contrário, é fundamental para a oferta de empregos à população e para a dinamização da economia local. No entanto alertamos que devido à falta de incentivo e estratégias de políticas públicas que abranjam um número mais significativo de agricultores familiares, estes trabalhadores acabam ficando desmotivados a dar continuidade às atividades agrícolas, fragilizando a produção familiar que passa a não ser reproduzida pelas gerações mais jovens.

Dentre as principais políticas públicas direcionadas à agricultura familiar que apresentamos nos itens 3.2, 3.3, 3.4, 3.5 e 3.6 desta tese, averiguamos que todas se fazem presentes nos quatro municípios e têm apresentado impactos positivos para o fortalecimento da agricultura familiar. Evidenciamos como a política pública de maior alcance para a agricultura familiar nos municípios, o Pronaf nas linhas de financiamentos para custeio e investimentos. Os quadros 14, 15 e 16 mostram informações sobre os financiamentos do Pronaf nos municípios de Guaporema, São Tomé, Tapejara e Tuneiras do Oeste nos anos de 2013, 2014 e 2015.

⁷⁰ Vale destacar que apesar de não mais haver produção representativa de café nos quatro municípios pesquisados, em todos ainda aparece o cultivo, sendo Tapejara o que tem maior produção dentre os quatro municípios.

Quadro 14 - Financiamentos do Pronaf nos municípios de Guaporema, São Tomé, Tapejara e Tuneiras do Oeste no ano de 2013

Município/Atividade	Ano 2013							
	Finalidade						Total	
	Custeio		Investimento		Comercialização			
	Contrato	Valor	Contrato	Valor	Contrato	Valor	Contra- to	Valor
GUAPOREMA								
Agrícola	3	37.948,78	2	196.033,54	0	0,00	5	233.982,32
Pecuária	8	126.157,35	8	270.378,00	0	0,00	16	396.535,35
Total	11	164.106,13	10	466.411,54	0	0,00	21	630.517,67
SÃO TOMÉ								
Agrícola	91	2.342.491,33	18	394.131,19	0	0,00	109	2.736.622,52
Pecuária	2	20.498,22	13	216.831,20	0	0,00	15	237.329,42
Total	93	2.362.989,55	31	610.962,39	0	0,00	124	2.973.951,94
TAPEJARA								
Agrícola	17	289.913,24	13	358.540,22	0	0,00	30	648.453,46
Pecuária	21	428.082,25	13	617.863,00	0	0,00	34	1.045.945,25
Total	38	717.995,49	26	976.403,22	0	0,00	64	1.694.398,71
TUNEIRAS DO OESTE								
Agrícola	83	1.844.246,36	22	743.156,90	0	0,00	105	2.587.403,26
Pecuária	55	1.040.803,08	64	2.776.371,90	0	0,00	119	3.817.174,98
Total	138	2.885.049,44	86	3.519.528,80	0	0,00	224	6.404.578,24

Fonte: Banco Central do Brasil (2015).

Quadro 15 - Financiamentos do Pronaf nos municípios de Guaporema, São Tomé, Tapejara e Tuneiras do Oeste no ano de 2014

Município/Atividade	Ano 2014							
	Finalidade						Total	
	Custeio		Investimento		Comercialização			
	Contrato	Valor	Contrato	Valor	Contrato	Valor	Contra- to	Valor
GUAPOREMA								
Agrícola	2	23.863,89	0	0,00	0	0,00	2	23.863,89
Pecuária	5	95.002,27	14	609.997,02	0	0,00	19	704.999,29
Total	7	118.866,16	14	609.997,02	0	0,00	21	728.863,18
SÃO TOMÉ								
Agrícola	103	2.896.288,44	21	733.622,54	0	0,00	124	3.629.910,98
Pecuária	3	36.896,79	12	442.136,94	0	0,00	15	479.033,73
Total	106	2.933.185,23	33	1.175.759,48	0	0,00	139	4.108.944,71
TAPEJARA								
Agrícola	13	404.092,34	9	157.726,94	0	0,00	22	561.819,28
Pecuária	16	412.533,75	12	479.748,14	0	0,00	28	892.281,89
Total	29	816.626,09	21	637.475,08	0	0,00	50	1.454.101,17
TUNEIRAS DO OESTE								
Agrícola	57	1.406.885,24	37	1.565.724,19	0	0,00	94	2.972.609,43
Pecuária	68	1.607.326,68	58	2.189.887,07	0	0,00	126	3.797.213,75
Total	125	3.014.211,92	95	3.755.611,26	0	0,00	220	6.769.823,18

Fonte: Banco Central do Brasil (2015).

Quadro 16 - Financiamentos do Pronaf nos municípios de Guaporema, São Tomé, Tapejara e Tuneiras do Oeste no ano de 2015

Município/Atividade	Ano 2015							
	Finalidade						Total	
	Custeio		Investimento		Comercialização		Total	
	Contrato	Valor	Contrato	Valor	Contrato	Valor	Contrato	Valor
GUAPOREMA								
Agrícola	1	13.956,01	0	0,00	0	0,00	1	13.956,01
Pecuária	6	116.979,47	9	746.890,89	0	0,00	15	863.870,36
Total	7	130.935,48	9	746.890,89	0	0,00	16	877.826,37
SÃO TOMÉ								
Agrícola	105	3.289.213,60	15	690.686,44	0	0,00	120	3.979.900,04
Pecuária	2	52.926,29	10	504.100,00	0	0,00	12	557.026,29
Total	107	3.342.139,89	25	1.194.786,44	0	0,00	132	4.536.926,33
TAPEJARA								
Agrícola	6	124.620,79	8	123.200,00	0	0,00	14	247.820,79
Pecuária	13	400.813,67	12	705.830,00	0	0,00	25	1.106.643,67
Total	19	525.434,46	20	829.030,00	0	0,00	39	1.354.464,46
TUNEIRAS DO OESTE								
Agrícola	51	1.599.528,35	11	278.179,39	0	0,00	62	1.877.707,74
Pecuária	59	1.430.797,93	44	1.825.768,90	0	0,00	103	3.256.566,83
Total	110	3.030.326,28	55	2.103.948,29	0	0,00	165	5.134.274,57

Fonte: Banco Central do Brasil (2016).

Comparando os dados referentes aos três anos apresentados, averiguamos que há predomínio dos financiamentos para custeio da produção e posteriormente para investimento. Dentre os financiamentos para custeio, no período avaliado, em Guaporema e Tapejara nos três anos houve maior número de contratos para a pecuária, bem como valor maior em recursos, embora vale destacar que no ano de 2014 em Tapejara, a diferença entre o valor disponibilizado para a agricultura e a pecuária seja pequena.

Já em São Tomé, nos três anos houve predomínio do custeio para a agricultura, com número de contratos e valores expressivamente maiores deste setor com relação à pecuária. Em Tuneiras do Oeste em 2013 houve predomínio do número de contratos e valores de custeio para o setor agrícola, já em 2014 e 2015, predominaram os financiamentos de custeio para a pecuária, tanto em número de contratos, como em valores.

Com relação aos financiamentos para investimento, em Guaporema, Tapejara e Tuneiras do Oeste, nos três anos avaliados predominou a pecuária, tanto em número de contratos como em valores, com exceção do município de Tapejara no ano de 2013, quando houve o mesmo número de contratos para a agricultura e a pecuária, porém com valor maior para a pecuária. Já em São Tomé, nos três anos houve maior número de contratos e valores para o setor agrícola.

De acordo com o técnico agrícola da Emater de São Tomé, Rozélio Pothin⁷¹, os contratos de financiamento para investimentos na agricultura no município, se voltam especialmente à compra de máquinas para produção tradicional: soja e milho, mas também para infraestruturas para a produção de frutas, que vem crescendo consideravelmente no município.

Como é possível avaliar por meio dos dados apresentados nos quadros 14, 15 e 16, nenhum dos quatro municípios teve contratos de financiamento do Pronaf para comercialização, o que nos leva a compreender que a colocação dos produtos no mercado não está entre os maiores desafios dos agricultores familiares, ao menos entre o grupo que está tendo acesso ao Pronaf. Por outro lado, refletimos que pode haver um baixo nível de esclarecimento sobre mecanismos e dinâmicas de comercialização, como por exemplo, estocagem de produtos e valorização; novos mercados e demandas por produtos, oscilação na dinâmica econômica e impactos nos preços.

Nas entrevistas realizadas com os gestores do Pronaf nos quatro municípios, os informantes relataram que tem havido relevante adesão e acesso dos produtores familiares ao programa, e que isto tem impactado positivamente no aumento da produtividade, na dinamização da produção e na melhoria das infraestruturas nas propriedades rurais.

No entanto, se compararmos o número médio de contratos do Pronaf nos quatro municípios nos anos de 2013, 2014 e 2015, com o total de famílias de agricultores familiares, temos o seguinte resultado: em Guaporema 16% dos agricultores familiares tiveram acesso ao Pronaf nos anos de 2013, 2014 e 2015; em São Tomé 46%; em Tapejara, 14%; e em Tuneiras do Oeste, 22%. Ou seja, apenas em São Tomé houve uma porcentagem mais representativa de agricultores familiares com acesso ao programa nos últimos anos, enquanto que em Guaporema, Tapejara e Tuneiras do Oeste, esta porcentagem ainda pode ser considerada muito pequena.

Outra análise interessante que podemos fazer, é o comparativo do número de contratos de financiamentos do Pronaf, com o total de financiamentos agropecuários nos municípios. Para isso selecionamos os dados de 2014 (quadro 15 e quadro 17).

No ano de 2014, o município de Guaporema teve um total de 55 contratos de financiamento da agricultura e da pecuária, sendo 21 (cerca de 38%) do Pronaf. Neste aspecto podemos considerar que houve certo equilíbrio entre o número de contratos para a agricultura familiar e patronal, levando em conta que historicamente o agricultor familiar não dispunha

⁷¹ Entrevista concedida no dia 02/09/2015, na Divisão de Meio Ambiente do município de São Tomé.

de mecanismos de acesso ao crédito rural. Em contrapartida, quando avaliamos o valor total dos recursos disponibilizados para o crédito rural, verificamos a disparidade entre a agricultura familiar e a agricultura patronal. Dos R\$ 4.095.714,12 disponibilizados para o município de Guaporema no ano de 2014, apenas R\$ 728.863,16 foram destinados ao Pronaf, ou seja, aos agricultores familiares.

Quadro 17 - Financiamentos da agricultura e da pecuária (2014) nos municípios pesquisados

Tipo de Estabelecimento		GUAPOREMA		SÃO TOMÉ		TAPEJARA		TUNEIRAS DO OESTE	
		Con- tratos	Valor (R\$ 1,00)	Con- tratos	Valor (R\$ 1,00)	Con- tratos	Valor (R\$ 1,00)	Con- tratos	Valor (R\$ 1,00)
Agricultura	Custeio	13	1.277.179,64	162	6.959.337,40	37	3.571.736,13	209	19.664.151,90
	Investi- mentos	1	100.000,00	32	1.919.609,09	18	5.442.706,94	56	3.612.608,85
	Comerciali- zação	-	-	-	-	-	-	7	733.855,05
	Total	14	1.277.179,64	194	8.878.946,49	55	9.014.443,07	272	24.010.615,80
Pecuária	Custeio	12	545.313,21	12	811.769,06	78	6.614.947,35	134	8.348.660,81
	Investimen- tos	29	2.273.221,27	24	2.505.647,35	64	7.218.455,11	111	8.219.381,62
	Comercia- lização	-	-	-	-	9	17.488.965,52	-	-
	Total	41	2.818.534,48	36	3.317.416,41	151	31.322.367,98	245	16.568.042,43
Total	55	4.095.714,12	230	12.196.362,90	206	40.336.811,05	517	40.578.658,23	

Fonte: Bacen apud Ipardes (2015). Org. Chies, Cláudia (2015).

NOTA: Dados sujeitos a revisão pela fonte. Posição dos dados, no site do BACEN, 2 de abril de 2015.

Em São Tomé, dos 230 contratos de financiamento da agropecuária efetuados em 2014, 139 (cerca de 60%) foram do Pronaf. Este dado é interessante, pois demonstra o avanço do acesso ao crédito pelos agricultores familiares por meio do Pronaf. Porém, ao avaliarmos o montante de recursos, novamente evidenciamos a disparidade que ainda há entre a agricultura familiar e a patronal. Dos R\$ 12.196.362,90 disponibilizados em 2014, somente R\$ 4.108.944,71 foram destinados ao Pronaf.

Em Tapejara, tanto em número de contratos como em recursos, a diferença entre a agricultura familiar e a patronal é expressiva. Dos 206 contratos firmados em 2014, apenas 50 (cerca de 24%) foram do Pronaf. Porém no montante de recursos a diferença é ainda mais aviltante, pois dos R\$ 40.336.811,05, somente R\$ 1.454.101,17 foram destinados ao Pronaf.

Por fim, em Tuneiras do Oeste, dos 517 contratos firmados, 220 (cerca de 42%) foram do Pronaf, havendo mais equilíbrio neste aspecto. Todavia, novamente temos uma diferença expressivamente maior de recursos para a agricultura patronal em relação à agricultura familiar, pois dos R\$ 40.578.658,23, apenas R\$ 6.769.823,18 foram destinados para o Pronaf.

O PAA é outro programa importante que vem sendo desenvolvido nos quatro municípios pesquisados. Em Guaporema o programa teve início no ano de 2007, em São

Tomé em 2005, em Tapejara em 2007 e em Tuneiras do Oeste em 2006. O quadro 18 traz informações sobre a implementação do PAA nesses municípios, de 2011 a 2014. Dessas informações destacamos alguns pontos. De 2011 para 2012, com exceção do município de Tapejara, que teve aumento do número de agricultores fornecedores, os demais tiveram diminuição, assim como ocorreu com os recursos, que só Tapejara teve aumento e os demais municípios, diminuição.

Já de 2012 para 2013, Tapejara teve uma pequena diminuição no número de agricultores fornecedores, enquanto que os outros três municípios tiveram aumento, destacando-se o município de Tuneiras do Oeste. Nos quatro municípios neste período houve aumento de recursos, sendo que em Tapejara esse aumento foi menos representativo.

No período de 2013 a 2014, somente o município de Tuneiras do Oeste teve aumento no número de agricultores fornecedores, enquanto que os demais tiveram diminuição. Vale destacar o município de Tapejara, que teve diminuição expressiva. Quando questionado à coordenadora do PAA no município, Olinda de Jesus Barradas⁷², o porquê dessa diminuição, ela justificou pela considerável diminuição do montante de recursos disponibilizado ao programa, porém explicou que a maioria dos agricultores participantes no ano de 2013, ainda tinham débitos a quitar no ano de 2014, então continuaram entregando produtos, mas não tiveram novos contratos. A gestora ainda esclareceu que somando o número de agricultores fornecedores com contratos de 2013 e 2014, que entregaram produtos em 2014, tinha-se 82 agricultores. Verificamos que assim como em Tapejara, nos demais municípios houve significativa redução de recursos em 2014.

Com os trabalhos de campo e especialmente a partir das entrevistas com as gestoras do PAA nos quatro municípios, verificamos que o programa é desenvolvido na modalidade “Compra com Doação Simultânea”. Assim, o PAA se configura nessas localidades em uma política de caráter efetivo, que apresenta impactos positivos para os agricultores familiares e para o público das entidades atendidas.

⁷² Entrevista concedida no dia 04/06/2014 na Pastoral do Menor de Tapejara.

Quadro 18 - Implementação do PAA nos municípios pesquisados de 2011 a 2014

Variáveis	Guaporema				São Tomé				Tapejara				Tuneiras do Oeste			
	2011	2012	2013	2014	2011	2012	2013	2014	2011	2012	2013	2014	2011	2012	2013	2014
Tipo de parceria	Execussão Estadual (convênio)				Execussão Estadual (convênio)				Execussão Estadual (convênio)				Execussão Estadual (convênio)			
Número de agricultores fornecedores	24	17	28	23	28	25	28	22	58	71	69	23	35	17	36	45
Número de entidades	6	5	6	-	7	7	7	-	14	11	13	-	13	5	16	17
Número de atendimentos	1.360	1.242	1.380	-	4.275	4.275	4.275	-	5.913	5.767	4.568	-	2.305	1.242	3.101	3.372
Recursos (R\$)	78.92,40	75.11,62	125.006,24	41.492,51	86.351,32	49.998,96	107.637,94	39.446,11	139.920,54	302.160,02	308.210,04	126.474,04	78.741,89	75.116,62	152.992,55	84.936,26
Quantidade de produtos (Kg)	32.340,00	25.320,20	33.899,00	13.672,00	51.938,00	31.244,70	54.794,07	20.432,00	95.663,00	208.162,40	221.680,00	87.326,00	45.559,00	25.327,20	58.430,00	36.933,00

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome – MDS. PAA DATA. Acesso: Jun. 2015. Organizado pela autora.

Dentro de uma dinâmica bastante similar ao PAA está o PNAE. A compra da agricultura familiar com recursos do PNAE, que deve ser de no mínimo 30%, tem resultados bastante parecidos com o PAA nos quatro municípios, pois também se configura como compra direta de alimentos dos agricultores familiares⁷³, com a diferença de que a destinação dos alimentos é somente para a merenda escolar da rede municipal, enquanto que no PAA os alimentos são distribuídos além das escolas municipais, para escolas estaduais, asilos, entidades assistenciais, entre outras.

O quadro 19 apresenta o valor dos recursos repassados pelo PNAE aos municípios pesquisados nos anos de 2013, 2014 e 2015. Pelo levantamento que fizemos à campo, averiguamos que em Guaporema no ano de 2014, 6 agricultores entregaram produtos ao PNAE e em 2015, 4; em São Tomé, foram 14 em 2014 e 12 em 2015; em Tapejara, 4 em 2014 e 6 em 2015; e em Tuneiras do Oeste, 35 em 2014 e 22 em 2015.

Quadro 19 - Repasses financeiros do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE para os municípios de Guaporema, São Tomé, Tapejara e Tuneiras dos Oeste nos anos de 2013, 2014 e 2015

Município	Modalidade	2013	2014	2015
Guaporema	PNACN	7.400.00	7.000.00	12.200.00
	PNAFN	9.120.00	7.860.00	7.680.00
	PNAPN	8.400.00	9.800.00	8.000.00
	PNAEE	500.00	300.00	100.00
	Total	25.420.00	24.960.00	27.980.00
São Tomé	PNACN	10.600.00	16.920.00	16.400.00
	PNAFN	25.800.00	38.736.00	42.620.00
	PNAPN	12.500.00	8.820.00	15.400.00
	PNAEN	3.960.00	2.268.00	2.400.00
	PNAEE	-	2.340.00	900.00
Total	52.860.00	69.084.00	77.720.00	
Tapejara	PNACN	36.200.00	47.800.00	53.800.00
	PNAFN	61.260.00	61.600.00	60.520.00
	PNAPN	30.300.00	31.300.00	40.500.00
	PNAEN	4.500.00	3.900.00	4.740.00
	PNAEE	800.00	3.600.00	700.00
Total	133.060.00	148.200.00	160.260.00	
Tuneiras do Oeste	PNACN	9.600.00	25.800.00	25.800.00
	PNAFN	14.064.00	34.800.00	36.600.00
	PNAPN	4.320.00	14.400.00	17.900.00
	PNAEN	2.064.00	4.140.00	3.840.00
	PNAEE	120.00	4.000.00	300.00
	PN+FN	-	-	2.664.00
Total	30.168.00	83.140.00	87.104.00	

Fonte: Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Diretoria de Ação Educacional – DIRAE. Coordenação Geral do Programa de Alimentação Escolar – CGPAE.

Disponível em: < <http://www.fnnde.gov.br/>>. Acesso em: 26 Jul. 2015

Nos quatro municípios as gestoras do PNAE informaram a adequação à Lei nº 11.947 de 2009, já em 2009 e 2010. Como já apresentamos, esta lei prevê a utilização de no mínimo 30% dos recursos do PNAE, para a compra de produtos da agricultura familiar. Assim vemos

⁷³ Por essa similaridade, faremos uma análise conjunta entre os programas, destacando algumas especificidades de cada um ao longo do texto.

que esses municípios tiveram agilidade para adequação a esta lei. Também foi informada nos quatro municípios, a manutenção do mínimo de 30% de compras da agricultura familiar com recursos do PNAE. O quadro 20 mostra os valores investidos na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar para o PNAE nos municípios pesquisados, nos anos de 2012, 2013 e 2014.

A partir dos dados disponíveis e apresentados no quadro 19, verificamos que nos três anos analisados, exceto no ano de 2013 em São Tomé, os municípios atingiram ou ultrapassaram o valor mínimo de 30% dos recursos com a compra de produtos da agricultura familiar. Destacamos o município de Guaporema, onde se verifica um crescimento representativo do percentual de participação da agricultura familiar nos últimos anos.

Quando questionado às gestoras do PNAE nos municípios, sobre a possibilidade de expandir o percentual de participação da agricultura familiar, houve consenso em explicar que por conta de as escolas municipais receberem também alimentos da agricultura familiar pelo PAA, há uma limitação em ampliar este percentual.

Quadro 20 - Valores investidos na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar para o PNAE nos anos de 2012, 2013 e 2014.⁷⁴

Município	Valor transferido			Valor aquisições da agricultura familiar			Percentual		
	2012	2013	2014	2012	2013	2014	2012	2013	2014
Guaporema	R\$ 20.640,00	R\$ 25.420,00	R\$ 22.464,00	R\$ 9.927,03	R\$ 18.371,82	R\$ 22.555,88	48,10%	72,27%	100,41%
São Tomé	R\$ 42.756,00	R\$ 52.860,00	R\$ 61.408,00	R\$ 12.826,85	R\$ 11.537,98	R\$ 23.499,50	30,00%	21,83%	38,27%
Tapejara*	R\$ 111.012,00	R\$ 133.060,00	R\$ 133.380,00	R\$ 39.222,50	-	R\$ 46.700,00	35,33%	-	35,01%
Tuneiras do Oeste*	-	R\$ 30.168,00	R\$ 74.826,00	-	-	-	-	-	-

*Não constam algumas informações sobre os municípios de Tapejara e Tuneiras do Oeste.

Fonte: Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Diretoria de Ação Educacional – DIRAE. Coordenação Geral do Programa de Alimentação Escolar – CGPAE.

Disponível em: < <http://www.fnnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-consultas/dados-da-agricultura-familiar>>. Acesso em: 25 Jul. 2016.

No quadro 21 organizamos os principais resultados e desafios obtidos com o PAA e o PNAE nos quatro municípios, de acordo com os apontamentos feitos pelos gestores municipais durante as entrevistas.

⁷⁴ Dados preliminares e sujeitos a alteração.

Quadro 21 - Principais resultados e desafios no PAA e PNAE nos municípios de Guaporema, São Tomé, Tapejara e Tuneiras do Oeste

Município	PRINCIPAIS RESULTADOS		Principais Desafios
	Para os agricultores	Para o público atendido nas entidades	
Apontamentos comuns a todos os municípios	<ul style="list-style-type: none"> - Garantia de comercialização dos produtos; - Incentivo para produzir mais e com mais qualidade; - Diversificação produtiva; - Agregação de valor aos produtos entregues; - Comércio para produtos produzidos em pequena escala; - Garantia de preços; - Ampliação da renda familiar; - Estímulo à permanência de famílias no campo; - Aumento da participação das mulheres na produção e mais autonomia à mulher agricultora (PAA); - Melhoria da qualidade de vida no campo; - Promoção do Associativismo entre os agricultores; - Mais participação nos conselhos gestores e nas decisões sobre Políticas Públicas; - Mais profissionalização dos agricultores com oferta de cursos em convênio com instituições; - Autorreconhecimento como classe trabalhadora. 	<ul style="list-style-type: none"> - Melhora na qualidade da alimentação; - Mudança de hábitos alimentares, para uma alimentação mais saudável; - Variedade de alimentos; - Mais conhecimento e valorização da produção local e dos agricultores; 	<ul style="list-style-type: none"> - Ampliar o número de agricultores participantes; - Criar mecanismos para ampliar o acesso pelos agricultores às informações referentes ao programa; - Desburocratizar o acesso ao programa pelos agricultores; - Criar estruturas comunitárias para processamento e industrialização de produtos; - Tornar-se uma política efetiva de Estado, com normas claras (PAA).
Guaporema	<ul style="list-style-type: none"> - Dinamismo no comércio local (PAA). 	<ul style="list-style-type: none"> - Consumo de carne fresca; 	
São Tomé	<ul style="list-style-type: none"> - Permanência dos jovens no campo (PAA). - Melhora da autoestima dos agricultores; 		<ul style="list-style-type: none"> - Formalizar algumas entidades do município para que possam ser cadastradas no programa (PAA).
Tapejara	<ul style="list-style-type: none"> - Dinamismo no comércio local (PAA). 		<ul style="list-style-type: none"> - Ampliar o apoio da prefeitura municipal, da Emater e da vigilância sanitária para os programas; - Estimular a produção de frutas para entrega no programa (PNAE).
Tuneiras do Oeste	<ul style="list-style-type: none"> - Permanência dos jovens no campo (PAA). 		<ul style="list-style-type: none"> - Municipalizar a gestão do PAA; - Regularizar e organizar a produção, especialmente de olerícolas, dentro dos padrões de vigilância sanitária; - Criar convênios intermunicipais na busca por outros mercados; - Estimular a produção de frutas para entrega no programa (PNAE).

Fonte: Pesquisa de campo

Podemos apontar como o principal benefício dos programas aos agricultores familiares, a garantia de comercialização dos produtos. A partir desta garantia se evidencia um amplo estímulo aos agricultores, para aumentar e diversificar a produção, além de melhorar a qualidade dos produtos. Sobre isto, a coordenadora do PAA em Guaporema, Xaira Regina David⁷⁵, fez um relato interessante:

A garantia de entrega é o que tem impactado mais para o produtor, pois eles têm onde entregar né, porque até então eles não tinham. As vezes tinham os produtos, mas não tinham onde entregar [...]. E eles também não tinham assim, um incentivo para plantar, por exemplo, a melancia, ia vender para quem? Agora hoje não! O ano passado, no fim do ano, a gente pegava muita melancia, eles tinham onde entregar: era escola, casa do idoso, etc. [...]. O programa está motivando a produção e a diversificação (informação verbal).

A garantia dos preços pagos pelos produtos, também é um benefício do PAA e do PNAE para os agricultores. A coordenadora do PAA em Tapejara, Olinda de Jesus Barradas⁷⁶ citou que os preços pagos pelos produtos no programa, em muitos casos superam os do mercado local, principalmente se houver processamento dos produtos. Desta forma, tem sido incentivado aos produtores que entreguem produtos descascados, picados e polpas, por exemplo. Assim, foi relatado pelas representantes dos municípios, que os produtores têm se adaptado aos programas, sobretudo buscando diversificar a produção para produzir mais alimentos, entregando-os em parte processados, atendendo às demandas das entidades e recebendo um valor agregado aos produtos.

Ainda com relação aos preços pagos pelos produtos no PAA e PNAE, de modo geral, os municípios procuram pagar um valor similar pelos produtos recebidos nos dois programas, a partir de uma tabela fornecida pela CONAB. No entanto, no PNAE, os gestores municipais têm autonomia para, a partir da realização de cotação no mercado local, definir valores similares aos desse mercado, conseguindo em algumas situações valorizar os produtos dos agricultores familiares.

No município de Tuneiras do Oeste, a nutricionista responsável pela compra da agricultura familiar pelo PNAE, Sílvia Edith Pedrozo Amarilla⁷⁷, disse que utilizam o critério de manterem o mesmo preço pago no PAA, conforme a tabela da CONAB. Já nos municípios de São Tomé e Tapejara, as nutricionistas também responsáveis por comprar da agricultura familiar pelo PNAE, Estela Machado Luizetto⁷⁸ e Cristiane de Fátima Francischine Cabral⁷⁹,

⁷⁵ Entrevista concedida no dia 20/05/2014 no Centro de Referência e Assistência Social (CRAS) de Guaporema.

⁷⁶ Entrevista concedida no dia 04/06/2014 na Pastoral do Menor de Tapejara.

⁷⁷ Entrevista concedida no dia 27/10/2015 na Secretaria de Educação do município de Tuneiras do Oeste.

⁷⁸ Entrevista concedida no dia 02/09/2015 na Secretaria de Educação do município de São Tomé.

⁷⁹ Entrevista concedida no dia 27/10/2015 na Secretaria de Educação do município de Tapejara.

respectivamente, informaram que têm buscado uma valorização maior dos produtos em relação à tabela de preço fornecida pela CONAB, a partir da cotação no comércio local, o que tem valorizado alguns produtos, deixando os produtores mais satisfeitos com a participação no programa.

Ainda sobre o preço dos produtos pagos na compra de produtos da agricultura familiar pelo PNAE, no município de Guaporema, foi citado pela Secretária de Educação, Cultura e Esporte do Município, Tatiane Gracieli Caetano Campos⁸⁰, que apesar de buscarem seguir os preços do mercado local, no ano de 2015 alguns pecuaristas não entregaram carne ao PNAE por considerarem os preços pagos não compensatórios. Assim vemos que apesar da exigência de manutenção de preços condizentes com os do mercado local, em algumas situações, há problemas com relação a este aspecto.

Outro ponto importante a ser evidenciado sobre os programas, é a possibilidade de entrega de produtos produzidos em pequena escala. Isso permite que produtos que em muitos casos, não eram comercializados e outros que acabavam estragando nas propriedades, como vários tipos de frutas e verduras, tornem-se também fonte de renda aos agricultores. Sobre este aspecto, a coordenadora do PAA de Tuneiras do Oeste, Maria da Conceição Santos⁸¹, destacou: “até então, se fazia horta no rural, e não tinha um valor econômico. Com o programa a horta passa a ter um valor econômico” (informação verbal).

A coordenadora do PAA em Tapejara, Olinda de Jesus Barradas⁸² também destacou que os agricultores familiares “nunca tiveram para quem entregar o que produziam no dia a dia, numa horta menor, ou coisa assim. Frutas, por exemplo, sempre perdeu, e hoje eles se sentem valorizados por isso, por poder entregar abacate, poncã, laranja, que antigamente ficava tudo no chão, né!” (informação verbal).

Além disso, o valor recebido anualmente por cada família cadastrada no PAA, que atualmente está em R\$ 6.500,00 na modalidade Compra com Doação Simultânea⁸³, que é a desenvolvida nos municípios pesquisados, é um complemento de renda fundamental para as famílias, de acordo com os gestores do PAA nos municípios. Vale mencionar que além do valor anual recebido pelos produtores, existem complementos que podem ser adicionados.

⁸⁰ Entrevista concedida no dia 28/10/2015 na Secretaria de Educação/Colégio Estadual de Guaporema. Na data em que realizamos a entrevista sobre o PNAE, a Secretária de Educação, Cultura e Esporte estava como responsável pelo programa, tendo em vista que a nutricionista do município havia pedido demissão e ainda não havia sido contratado outro (a) nutricionista. No ano de 2016 uma nova nutricionista foi contratada.

⁸¹ Entrevista concedida no dia 09/09/2015 na Organização Central das Associações de Desenvolvimento Comunitário (OCADECTO) de Tuneiras do Oeste.

⁸² Entrevista concedida no dia 04/06/2014 na Pastoral do Menor de Tapejara.

⁸³ Para verificar os limites anuais atualizados das demais modalidades do PAA, voltar ao quadro 8 desta tese.

A coordenadora do PAA no município de Tapejara, Olinda de Jesus Barradas⁸⁴, relatou que os produtores cadastrados têm utilizado o recurso recebido por meio do programa para diversas finalidades, como por exemplo: trocar de carro, melhorar as condições de suas habitações, comprar móveis e eletrodomésticos, e acrescenta:

Eu vejo que os agricultores ficam felizes em receber esse dinheiro. Parece ser pouco, mas como ele tem a certeza que vai receber, então ele já conta com este dinheiro. Às vezes para trocar o carro [...]. Eu achei bonito um dia, uma agricultora dar testemunho que ela tinha 20 anos o sonho de comprar uma geladeira nova, e não conseguia. Então, o primeiro dinheiro que ela recebeu do Compra Direta, ela comprou uma geladeira, e me chamou para ir lá na casa dela ver a geladeira que tinha comprado (informação verbal).

Já a coordenadora do PAA de Guaporema, Xaira Regina David⁸⁵, citou a compra de um mini trator por um agricultor, com recursos do PAA, explicando que a aquisição facilitou muito a produção, visto que o mini trator pode entrar em meio à horta e à lavoura para realização de serviços sem danificar a plantação. Com esses relatos evidenciamos que apesar de o valor anual recebido por família ser baixo, se constitui em um complemento de renda importante, pois tem permitido melhorar as condições de vida e da produção familiar.

Com relação aos valores recebidos pelos produtores pelo PNAE, verificamos situações variadas, visto que depende da quantidade de recursos que o município recebe para o programa, bem como dos produtos e das quantidades entregues. Apenas em Tuneiras do Oeste é feita distribuição equitativa entre todos os agricultores familiares participantes do PNAE, já nos demais municípios ocorre de acordo com a quantidade e os produtos entregues. Observamos uma variação entre R\$ 1.200,00 anuais por produtor no ano de 2015 em Tuneiras do Oeste, e produtor que chegou a receber em torno de R\$ 14.000,00 em Tapejara. Sendo assim, evidenciamos a importância de ações coerentes dos gestores locais, afim de bem gerir os recursos do PNAE.

Outro aspecto levantado pelas coordenadoras do PAA e PNAE nos quatro municípios, e que consideramos de grande relevância, é a contribuição dos programas para o estímulo a permanência de famílias no meio rural. Foram citados nas entrevistas, casos de famílias que relataram a permanência no campo e/ou o estímulo a continuar com a produção agropecuária devido à participação nos programas. As gestoras do PAA em São Tomé e Tuneiras do Oeste, Selfa Barbosa Vilela⁸⁶ e Maria Conceição Santos⁸⁷, respectivamente, citaram ainda, o

⁸⁴ Entrevista concedida no dia 04/06/2014 na Pastoral do Menor de Tapejara.

⁸⁵ Entrevista concedida no dia 20/05/2014 no Centro de Referência e Assistência Social (CRAS) de Guaporema.

⁸⁶ Entrevista concedida no dia 02/09/2015 no Departamento de Assistência Social de São Tomé.

⁸⁷ Entrevista concedida no dia 09/09/2015 na Organização Central das Associações de Desenvolvimento Comunitário (OCADECTO) de Tuneiras do Oeste.

estímulo à permanência de jovens na produção agropecuária familiar, que é um alcance de extrema relevância, considerando que entre os maiores desafios da agricultura familiar está a sucessão hereditária das propriedades, ou seja, a continuidade da produção.

Sobre este aspecto, um estudo do IPEA de 2010 mostrou que a ausência de políticas que estimulem uma ocupação mais equilibrada do território, tende a reproduzir o processo de redução demográfica do mundo rural, intensificando as tendências atuais do campo brasileiro de queda da taxa de natalidade, envelhecimento da população, masculinização, e diminuição do número de jovens e crianças (GOMES, 2012). Assim, vemos que as políticas públicas têm papel fundamental para a amenização dos principais problemas enfrentados na agricultura familiar.

Ainda é importante salientar que o PAA e o PNAE têm contribuído para a promoção do associativismo e da organização entre os agricultores familiares, bem como no autorreconhecimento como classe trabalhadora. Com isto, representantes do segmento da agricultura familiar tem tido participação mais efetiva nas reuniões de conselhos gestores, como o CMDR, o Conselho de Alimentação Escolar (CAE), e nas decisões sobre implementação e avaliação das políticas públicas. Nos quatro municípios foi relatada também uma procura mais efetiva dos agricultores familiares pela participação em cursos de capacitação e profissionalizantes, o que amplia o leque de conhecimentos desses agricultores.

No entanto, ainda é consenso pelos gestores municipais, a necessidade de ampliar a participação popular nas decisões, é preciso buscar a promoção de mais reflexão sobre as necessidades comuns dos agricultores, e de ações conjuntas que possam promover o bem comum.

Já no que se refere à melhoria na alimentação do público das entidades atendidas pelo PAA e PNAE, as gestoras dos programas nos quatro municípios relataram que há variedade de produtos entregues, especialmente frutas, legumes e verduras. Mesmo com a variedade, as gestoras do PNAE em Tapejara e Tuneiras do Oeste, citaram a necessidade de ampliar o fornecimento de frutas ao programa, apontando a importância de um trabalho de assistência técnica aos agricultores que incentive esta produção.

Sendo assim, compreendemos que o PAA e o PNAE têm atingido o objetivo de promover a segurança alimentar e nutricional de forma direta ao público atendido nas entidades cadastradas, e de forma indireta quando contribui para a mudança dos hábitos alimentares nas residências, promovendo alimentação mais saudável, com mais qualidade nutricional.

Além disso, os programas possibilitam que o público atendido nas entidades, especialmente crianças, adolescentes e jovens, ampliem seus conhecimentos sobre a produção agropecuária local, e passem a valorizar mais o trabalho dos agricultores familiares, muitas vezes seus pais e parentes. Isto eleva a autoestima dos agricultores, e pode servir como estímulo para a continuidade da produção agropecuária familiar pelos seus descendentes.

Evidenciamos como a principal dificuldade verificada com relação ao PAA e ao PNAE, o número limitado de famílias envolvidas nos municípios. No ano de 2014, em Guaporema, 19.6 % das famílias de agricultores familiares do município estavam cadastradas no PAA e 5.1% no PNAE; em São Tomé, 7.8% no PAA e 5% no PNAE; em Tapejara, 6.4% no PAA e 1.1% no PNAE; em Tuneiras do Oeste, 5% no PAA e 3.8% no PNAE. Vale considerar que boa parte das famílias participa dos dois programas, o que torna ainda menor o percentual de participação do total de famílias nos municípios.

Verificamos uma situação específica no município de Tuneiras do Oeste, com relação à possibilidade de ampliação da participação das famílias nos programas. De acordo com o Secretário de Agricultura do município, Valdir de Andrade⁸⁸, esta ampliação está limitada, pois as famílias participantes praticamente já suprem a demanda das entidades municipais que podem se cadastrar nos programas.

Averiguamos aqui uma limitação para o crescimento desses programas em municípios periféricos onde o número de agricultores familiares é amplo, como é o caso de Tuneiras do Oeste. Ou seja, tem-se um dilatado número de produtores, gerando vasta oferta de produtos, e falta demanda pelas entidades que podem ser atendidas pelos programas. Foi relatado pelo técnico agrícola da Emater de Tuneiras do Oeste, Marcos Ferreira Batista⁸⁹, que no PNAE é possível repassar os alimentos para outros municípios por meio do estabelecimento de convênios, porém isso exige processos burocráticos e uma organização maior dos produtores, além de produtos com mais qualidade.

A coordenadora do PAA em Tuneiras do Oeste, Maria da Conceição Santos⁹⁰ explicou que há também possibilidade de convênios intermunicipais no PAA, mas salientou que para que isto ocorra, há a necessidade de aprimorar a qualidade dos produtos. A gestora considera que ainda é possível ampliar a oferta de alimentos provenientes da agricultura familiar nas entidades do município, mas enfatiza que para ampliar significativamente o número de

⁸⁸ Entrevista concedida no dia 27/05/2014 no escritório local da Emater de Tuneiras do Oeste.

⁸⁹ Entrevista concedida no dia 27/05/2014 no escritório da Emater de Tuneiras do Oeste.

⁹⁰ Entrevista concedida no dia 09/09/2015 na Organização Central das Associações de Desenvolvimento Comunitário (OCADECTO) de Tuneiras do Oeste.

agricultores familiares participantes dos programas, seria fundamental expandir o público consumidor para além das fronteiras municipais.

Ou seja, verificamos que não há hoje uma organização suficiente no município de Tuneiras do Oeste, para promover articulação com outros municípios por meio do PAA e do PNAE, tanto por parte dos gestores das políticas, sobretudo pela insuficiência de pessoas, como dos próprios produtores, especialmente pela necessidade de melhorar a qualidade dos produtos. Visando amenizar tal limitação constatamos uma organização interessante da gestão municipal em Tuneiras do Oeste, que busca não coincidir as famílias que participam do PAA e do PNAE, a fim de oportunizar mais famílias a participarem dos programas. Neste caso, esta foi uma alternativa, tendo em vista o vasto número de agricultores familiares do município.

Neste sentido, destacamos a importância do trabalho dos gestores das políticas públicas e a necessidade de contato com os agricultores a fim de informá-los e despertar a confiança, o interesse e a autoestima para participação nos programas.

Apesar de todos os resultados positivos que o PAA tem alcançado, no ano de 2015, a modalidade Compra com Doação Simultânea não foi liberada para funcionamento nos quatro municípios pesquisados, bem como na maioria dos municípios paranaenses. De acordo com informações dos gestores locais, nos meses de agosto e setembro de 2015 é que teve início o cadastro de produtores, no entanto não houve sinalização efetiva do lançamento de edital para liberação de recursos para o funcionamento do programa. As gestoras informaram que não tiveram conhecimento do real fator para esta demora, mas acreditam que se deve à falta de recursos orçamentários pelo Governo Federal, e à crise econômica pela qual o Brasil vem passando.

Além disso, Mattei (2016, p.11), ao tratar sobre as mudanças nas políticas públicas para a agricultura familiar a partir da posse do Sr. Michel Temer como presidente da república, explicou sobre o PAA:

O Plano Safra da Agricultura Familiar 2016-2017 previu R\$ 500 milhões, sendo que R\$ 170 milhões já haviam sido autorizados pela presidente afastada. No dia 31 de maio de 2016 o MDSA cancelou o repasse desses recursos para a CONAB, ato que certamente afetará milhares de agricultores familiares e também muitos dos beneficiários do programa.

Diante desta situação, as gestoras relataram a decepção dos agricultores participantes, as cobranças e incertezas, visto que vinham contando com a participação no programa. A gestora do PAA em São Tomé, Selfa Barbosa Vilela⁹¹ relatou:

Estou muito preocupada com o nosso produtor, [...] porque como é que eles vão planejar o seu trabalho? Como vão se planejar para produzir? Eu espero

⁹¹ Entrevista concedida no dia 02/09/2015 no Departamento de Assistência Social de São Tomé.

que volte logo, eu tenho batalhado muito, tenho corrido atrás de informações [...], porque eu acho que a gente tem que estar defendendo este programa, que ele não pode acabar, porque eu acho que se ele acabar, vai ser um retrocesso sabe, no Brasil inteiro, não é só aqui (informação verbal).

A gestora do PAA de Tuneiras do Oeste, Maria da Conceição Santos⁹² também fez um relato neste sentido:

O programa tem que continuar! Eu diria para você assim: eu tenho uns 40 anos ou mais neste trabalho social, eu tenho visto várias iniciativas de programas e programas, projetos, etc., eu diria: este é o número 1, por quê? Porque ele atinge toda uma cadeia [...]. Com o programa compreendeu-se que é possível envolver a comunidade nas ações. Com o PAA o agricultor consegue se ver dentro da ação, ele consegue sentir o benefício daquela ação que ele está fazendo. Então, ele se dispõe a fazer e a coisa acontece, isso é o que a gente testemunha [...]. O que a gente espera é que os governos tenham um olhar conjuntural para o programa, que deem continuidade, independente do partido político (informação verbal).

No ano de 2016, nos contatos que realizamos com os gestores dos municípios no mês de agosto, o PAA estava operando com a entrega de produtos pelos agricultores familiares apenas no município de Guaporema, nos outros três municípios ainda estava em fase de tramitação, referente ao projeto do ano de 2015. Assim, verificamos que nos dois últimos anos (2015 e 2016), o PAA passou por uma estagnação, o que se mostrou bastante negativo, visto que não deu continuidade nos resultados positivos já alcançados.

Com relação ao PNAE, obtivemos a informação, também em agosto de 2016, que vem funcionando regularmente nos quatro municípios, embora tenha tido um atraso para o início da entrega de produtos pelos agricultores familiares em Guaporema e Tapejara, devido à questões burocráticas. Assim vemos a importância da formalização dos programas e políticas públicas, como no caso do PNAE, que se tornou uma lei, pois desta forma, mesmo com dificuldades, mantém regularidade no funcionamento.

Outra política que verificamos ter um impacto significativo nos municípios, é o PNHR. Com exceção do município de Tapejara, nos outros três municípios o programa já foi executado. Em junho de 2014, foi informado pelo Técnico da Emater de Tapejara, Rogério Fernandes Barbosa⁹³, que havia um projeto para a construção 15 casas, com início ainda no ano de 2014. No entanto, no mês de setembro de 2016, obtivemos a informação de que não foram construídas as casas no município, devido à burocracia e a falta de recursos.

⁹² Entrevista concedida no dia 09/09/2015 na Organização Central das Associações de Desenvolvimento Comunitário (OCADECTO) de Tuneiras do Oeste.

⁹³ Entrevista concedida no dia 04/06/2014 no escritório da Emater de Tapejara.

Barbosa⁹⁴ relatou a dificuldade em encontrar no município de Tapejara famílias que se enquadrassem às especificidades do PNHR, isto por conta da presença da Usina Santa Terezinha e de outras agroindústrias/indústrias, já que parte significativa das famílias de pequenos produtores tem membros trabalhando nestas empresas. Com isto, a maior parte da renda dessas famílias é proveniente de atividades fora da propriedade, o que, em muitos casos, inviabiliza a emissão da DAP e/ou o cadastro como agricultor familiar. Esta mesma situação foi relatada em São Tomé, devido às mesmas questões.

Nos quatro municípios foram feitos cadastros das famílias possíveis beneficiárias do PNHR, e uma avaliação dos casos prioritários pelos gestores municipais. Inicialmente os critérios foram: famílias de produtores familiares com renda de até R\$15.000,00 anuais e as condições da moradia em que viviam/vivem.

Os gestores locais relataram que as casas construídas têm em média um custo de R\$30.000,00, sendo que os beneficiários se responsabilizaram em pagar 4% do valor da obra, em 4 parcelas, uma por ano. Ou seja, os informantes declararam que as condições de acesso foram bastante facilitadas para esse primeiro grupo beneficiado com o programa. Nos trabalhos de campo realizados, visitamos algumas famílias beneficiadas com o PNHR, que se mostravam satisfeitas com a nova moradia (figura 10). Também visitamos famílias que se frustraram com a expectativa de ser contemplada com o programa, mas sem êxito.

No município de Guaporema, até agosto de 2016 foram construídas 10 casas, e ainda há demanda de 20 produtores. Em São Tomé, foram entregues 14 casas na primeira remessa, e já foi assinado contrato para a construção de mais 8 moradias. Em Tuneiras do Oeste, foram construídas 18 moradias e há um projeto encaminhado para a aquisição de mais 30. No entanto, foi informado pelos gestores locais, que o programa está paralisado desde 2015, devido à falta de recursos, com isto não há uma previsão para a construção das novas casas.

A respeito das mudanças propostas ao PNHR com o Governo de Michel Temer, Mattei (2016, p.12) expõem:

Inicialmente o governo interino cancelou o programa. Devido às pressões das organizações sociais e sindicais o programa foi retomado, porém com diversas modificações em relação ao que vinha sendo implementado. Por um lado, foi retirado o tratamento diferenciado para os povos e comunidades tradicionais e para os beneficiários da reforma agrária e, por outro, foram feitas novas normas para as contratações e construções. Tais medidas apresentaram como resultado prático até o momento a paralisia do programa.

⁹⁴ Entrevista concedida pelo Técnico da Emater Rogério Fernandes Barbosa, no dia 04/06/2014 no escritório da Emater de Tapejara.

Dessa maneira novamente constatamos um retrocesso nas políticas públicas no que se refere às ações do Governo Michel Temer.

Figura 10 - Casas do PNHR em Guaporema (foto A), São Tomé (foto B) e Tuneiras do Oeste (fotos C e D)



Acervo da autora (2015/2016)

Já com relação aos serviços de assistência técnica e extensão rural (ATER), constatamos que nos quatro municípios é realizado, sobretudo, pela Emater, em parceria com as prefeituras. O município de Guaporema, desde quando iniciamos nossos trabalhos de campo, em 2014, até a última data em que realizamos contato (26/07/2016), estava sem técnico agrícola pela Emater, e aguardando contratação em próximo concurso público. Os gestores locais informaram que há um médico veterinário cedido pela prefeitura para a realização da extensão rural em Guaporema, porém salientaram, que pela formação profissional não atende a todas as necessidades dos produtores.

Nos municípios de Tapejara e Tuneiras do Oeste há um técnico agrícola da Emater que realiza o trabalho de extensão rural com os produtores. Em São Tomé, além do técnico da Emater, há outro técnico da prefeitura municipal, que acompanha os pecuaristas. Assim, o próprio técnico agrícola da Emater de São Tomé, Rozélio Pothin⁹⁵ informou que mesmo com

⁹⁵ Entrevista concedida no dia 20/05/2014 na Divisão de Meio Ambiente de São Tomé.

limitações e acúmulo de funções, consegue suprir a maior parte da demanda dos produtores familiares do município, em conjunto com o técnico da prefeitura municipal.

Já em Tapejara e Tuneiras do Oeste, também os próprios técnicos agrícolas da Emater, Rogério Fernandes Barbosa⁹⁶ e Marcos Ferreira Batista⁹⁷, respectivamente, relataram a dificuldade em conciliar as atividades administrativas, atendimento aos produtores e apoio técnico nas propriedades, e afirmaram não conseguir fazer um acompanhamento satisfatório de assistência técnica aos agricultores a campo.

Uma das diferenças está no fato de que em São Tomé há em torno de 280 famílias de pequenos produtores, e dois técnicos extencionistas. Já em Tapejara são 356 famílias, e em Tuneiras do Oeste, 900 famílias, com apenas um técnico. Ou seja, as demandas são diferentes nos municípios. Nos casos de Tapejara e Tuneiras do Oeste há a necessidade de mais técnicos disponíveis aos produtores para que haja um efetivo trabalho de extensão rural.

Nos trabalhos de campo, verificamos ainda a falta de conhecimento específico dos técnicos extencionistas para alguns cultivos que vêm sendo implantados pelos agricultores. Com isto evidencia-se a necessidade de constante aperfeiçoamento da formação destes profissionais, a fim de que possam atender às necessidades locais dos agricultores e também incentivá-los a novos cultivos.

Em âmbito local, nos quatro municípios constatamos a realização de feiras do produtor rural, porém verificamos uma participação pequena dos produtores e a necessidade de fortalecimento. Em Guaporema participam da feira 4 produtores, em São Tomé de 3 a 6, em Tapejara de 2 a 3 e em Tuneiras do Oeste, 22. Verificamos que nos quatro municípios a feira tem o apoio das prefeituras, porém são organizadas por associações de produtores, e que há necessidade de mais incentivo e organização para essas associações.

Destacamos o funcionamento da feira em Tuneiras do Oeste, pois a partir da iniciativa dos gestores locais, em conjunto com organizações comunitárias, foi construído um espaço específico e adequado para realização da feira, que tem tido significativo dinamismo, como pode ser visto na figura 11. Além disso, há ainda um projeto no município para ampliar e aperfeiçoar este espaço.

⁹⁶ Entrevista concedida no dia 04/06/2014 no escritório da Emater de Tapejara.

⁹⁷ Entrevista concedida no dia 27/05/2014 no escritório da Emater de Tuneiras do Oeste.

Figura 11 – Estrutura física e dinamismo da feira do produtor de Tuneiras do Oeste



Acervo da autora (2016)

Verificamos também outras ações dos gestores locais na busca pelo fortalecimento da agricultura familiar. A organização e realização de cursos específicos voltados a esse público, por exemplo, é uma ação presente nos municípios, sempre em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR). Os cursos visam promover mais qualificação aos agricultores, atendendo às especificidades locais.

Além disso, há ações na busca por criar infraestruturas básicas às comunidades rurais, em parceria com as associações de produtores. A inserção dos municípios em projetos estaduais também ocorre, como por exemplo, no Programa de Distribuição de Calcário aos agricultores familiares, embora tenhamos constatado que a quantidade distribuída foi insuficiente para suprir a demanda do total de agricultores nos municípios. Além disso, muitos agricultores citaram o favorecimento de alguns em detrimento de outros no referido programa.

Vale enfatizar também, que as famílias participantes dos programas voltados à agricultura familiar, têm a necessidade de formalizar a atividade agrícola familiar com a obtenção da DAP, cadastro de produtor nas prefeituras, e tendem a formalizar sua participação em associações e entidades representativas da classe dos agricultores familiares.

Além disso, em programas como o PAA e o PNAE, os agricultores entregam periodicamente produtos, recebendo notas fiscais de comercialização. Todo este processo facilita a comprovação documental da atividade agropecuária em regime de economia familiar, exigida para a aposentadoria rural especial. Neste sentido, entendemos que a participação nas diversas políticas públicas pelos agricultores familiares contribui para facilitar o acesso à previdência, além de facilitar o acesso a informações sobre este direito.

Assim, fechamos este terceiro capítulo e passamos a apresentar sobre o histórico da aposentadoria rural especial no Brasil, seus alcances sociais e econômicos e a necessidade de planejamento previdenciário frente ao aumento do número de idosos no país, bem como breve análise sobre a condição do idoso na sociedade contemporânea, por fim o impacto da aposentadoria rural nos municípios pesquisados.

Capítulo IV

A APOSENTADORIA RURAL ESPECIAL E O ENVELHECIMENTO DA POPULAÇÃO: IMPACTO NOS MUNICÍPIOS PESQUISADOS

Couro de Boi (Tião Carreiro e Pardinho)

(Conheço um velho ditado que é do tempo do zagaís, diz que um pai trata dez filho, dez filho não trata um pai. Sentindo o tempo dos anos sem pode mais trabalhar, o velho pião estradeiro com seu filho foi morar, o rapaz era casado e a muié deu de impricá, ou se manda o veio embora se não quiser que eu vá, o rapaz coração duro, com o velhinho foi falar.)

Para o senhor se mudar, meu pai eu vim lhe pedir, hoje aqui da minha casa, o senhor tem que sair.

Leve esse couro de boi, que eu acabei de curtir, pra lhe servir de coberta, adonde o senhor dormir.

O pobre veio calado, pegou o couro e saiu, seu neto de 8 anos, que aquela cena assistiu, correu atrás do avô, seu paletó sacudiu, metade daquele couro, chorando ele pediu.

O velhinho comovido, pra não ver o neto chorando, partiu o couro no meio e pro netinho foi dando.

O menino chegou em casa, seu pai foi lhe perguntando, pra que você quer esse couro, que seu avô ia levando.

Disse o menino ao pai, um dia vou me casar, o senhor vai ficar velho e comigo vem morar, pode ser que aconteça, de nós não se combinar, essa metade de couro, vou dar pro senhor levar.

Composição: Tedy Vieira / Palmeira

4. A APOSENTADORIA RURAL ESPECIAL E O ENVELHECIMENTO DA POPULAÇÃO: IMPACTO NOS MUNICÍPIOS PESQUISADOS

A aposentadoria rural especial tem se mostrado no meio rural, um instrumento fundamental de inserção dos idosos e de seus familiares em condições mais dignas de sobrevivência. Considerando que por muito tempo este público esteve aquém deste direito, evidenciamos que a universalização do recebimento dos benefícios e pensões a produtores familiares, independentemente do sexo, tem sido um marco histórico de conquista desses trabalhadores.

Neste ensejo, buscamos apresentar um breve histórico da aposentadoria rural especial no Brasil, o avanço na legislação, os ganhos e impactos para as famílias, tanto no que se refere à valorização do idoso, quanto às condições de reprodução da unidade familiar.

Além disso, buscamos neste capítulo avaliar os impactos da aposentadoria rural especial para a melhoria das condições de vida dos aposentados e seus familiares, a permanência das famílias no meio rural e/ou no município de origem, a partir do par dialético mobilidade/imobilidade e para o desenvolvimento local nos municípios pesquisados.

4.1 HISTÓRICO DA PREVIDÊNCIA RURAL NO BRASIL E ESPECIFICIDADES DA APOSENTADORIA RURAL ESPECIAL

No final do século XVIII e primeiras décadas do século XIX foram criados os primeiros planos previdenciários no Brasil. Voltavam-se aos oficiais da marinha e do exército, e seus dependentes. Ao final do século XIX e início do século XX, foram consolidados programas que atendiam grupos estratégicos de funcionários públicos e alguns outros grupos considerados essenciais para o funcionamento regular da economia como os ferroviários e os portuários (SCHWARZER, 2000).

Em 1923 houve a promulgação da Lei Eloi Chaves, que regulamentou a criação das Caixas de Aposentadorias e Pensões (CAP) dos trabalhadores urbanos. Tárrega e Castro (2012, p.4) explicam que:

Essas caixas de aposentadoria e pensão, em sua maioria, previam a forma de custeio da previdência da classe determinada, bem como os benefícios a ela concedidos, em especial: a) a aposentadoria integral, com 30 anos de serviço e 50 ou mais anos de idade; b) aposentadoria com redução de 25%, com 30 anos de serviço e menos de 50 anos de idade; c) as indenizações em caso de

acidente de trabalho; d) a pensão por morte para os dependentes; e) outros benefícios não pecuniários.

No entanto, somente em 1971 criou-se a Lei Complementar nº 11, por meio do Regime Militar, que inaugurou no Brasil um sistema de assistência social aos idosos e inválidos do setor rural. Malloy (1976) explica que apesar de que na Constituição de 1934, já estava definido que todo trabalhador brasileiro tinha direito à proteção da previdência social, esta proteção não foi estendida aos trabalhadores rurais.

No início da década de 1960 surgem as chamadas “Ligas Camponesas” na busca por melhores condições socioeconômicas aos pequenos produtores e a implementação da Reforma Agrária. “O Governo João Goulart reagiu a essas pressões, entre outras formas, por meio do sancionamento da Lei 4.214, em 1963, que ficou conhecida como o Estatuto do Trabalhador Rural” (SCHWARZER, 2000, p.07).

O mesmo autor explica que a criação do Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural (Funrural), foi uma das medidas estabelecidas pelo Estatuto do Trabalhador Rural de 1963, que elencou um amplo plano de benefícios. Porém, ao avaliar este processo e com base em Malloy (1976) e Oliveira e Bevilaqua (s.d.), Schwarzer (2000, p.07-08), elucida:

No entanto, os autores são unânimes em afirmar que o plano de custeio, baseado principalmente sobre uma contribuição de 1% sobre o valor da primeira comercialização do produto rural e com recolhimento de obrigação legal do próprio produtor agrícola, não forneceu uma base financeira suficiente à execução do programa, tornando, ademais, a fiscalização e o recolhimento das contribuições absolutamente inviáveis [Malloy (1976) e Oliveira e Bevilaqua (s.d.)]. Afora isso, a administração dos benefícios e a arrecadação das contribuições do Funrural foram repassadas ao IAP⁹⁸ dos Industriários (IAPI⁹⁹), que, embora eficiente no que tangia ao cumprimento do seu papel em relação aos trabalhadores industriais, certamente não possuía o mesmo conjunto de incentivos para a gestão do programa rural. Desse modo, a legislação de 1963 foi, na realidade, uma medida de efeitos meramente demonstrativos, sem impacto relevante algum na estruturação de um sistema de proteção social concreto na área rural.

Em 1967 com a entrada em vigor do Decreto-Lei 276/1967, reduzindo os benefícios previstos quase que à assistência médica, previu como responsabilidade do adquirente o recolhimento da contribuição, e repassou a administração do sistema ao Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), criado em 1966. Em seguida foi instituído o Decreto Lei 564/1969 que previa o Plano Básico da Previdência Social, resgatando vários benefícios monetários, porém ainda inviáveis financeiramente (SCHWARZER, 2000).

⁹⁸ Institutos de Aposentadorias e Pensões.

⁹⁹ Institutos de Aposentadorias e Pensões dos Industriários.

“Por fim, o passo que efetivamente marca a viabilização do sistema rural é a Lei Complementar nº 11 de 1971, que criou, no lugar dos programas anteriores, o Prorural, cuja administração ficou sob a responsabilidade do Funrural”. (SCHWARZER, 2000, p.09). A implementação da Lei Complementar nº 11 de 1971, só se deu a partir de 1972 com o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural (Prorural) e o Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural (Funrural).

Delgado e Cardoso Jr. (1999, p.01) explicam que tal programa “assistia os trabalhadores rurais, pescadores (a partir de 1972) e garimpeiros (a partir de 1975), oferecendo benefícios precários de aposentadoria por idade aos 65 anos, limitados ao cabeça do casal e tendo meio salário mínimo como teto”. Já sobre as pensões, Schwarzer (2000, p.), informa:

A pensão equivalia a 30%. A partir de 1974/75 foi incluída no plano de benefícios a renda mensal vitalícia (RMV) para idosos a partir dos 70 anos de idade ou por invalidez para os que não completassem os requisitos estabelecidos para a aposentadoria/pensão, também no valor de meio salário mínimo, bem como o seguro de acidentes de trabalho rural. A assistência médica era administrada via convênios com organizações locais, em especial sindicatos rurais, que estavam explicitamente previstos como parceiros do Funrural na Lei 11/1971 (Art. 28).

Ou seja, o Funrural se constituía em um regime precário de seguridade aos produtores familiares e ainda “submetido a uma gestão clientelística e de forte apelo eleitoral” (DELGADO; CARDOSO JR., 1999, p. 21). Sendo assim, era evidente a necessidade de avanço no sistema previdenciário para os agricultores.

Schwarzer (2000) explica que para financiar os benefícios eram arrecadados 2% sobre o valor da comercialização dos produtos agrícolas, a cargo do adquirente. Como complemento ao custeio do Funrural, tinha-se uma alíquota de 2,4% sobre a folha de salários urbana. Após um ano da vigência desta Lei, em 1973, já havia mais de 800 mil benefícios mensais ativos e no final da década de 1970 este número já tinha quase que triplicado. O mesmo autor complementa:

A administração financeira do programa foi marcada por extrema cautela, com a geração de superávits nos anos iniciais e, mesmo que no início dos anos 80 fossem verificados déficits, esses eram de proporção comparativamente pequena. Em 1977, com a criação do Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social (Sinpas), o programa de benefícios monetários passou a ser administrado novamente pelo INPS, os benefícios médicos pelo recém-criado Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (Inamps) e a instituição administrativa Funrural foi extinta, embora a denominação continue sendo coloquialmente usada até hoje na área rural do Brasil para caracterizar o sistema de aposentadorias no

campo, o que pode ser tomado como um indicador da extrema popularidade que o programa alcançou (SCHWARZER, 2000, p.9).

O grande número de beneficiários da previdência rural em pouco tempo, demonstra a carência que se tinha de uma legislação que considerasse o trabalhador rural em regime familiar.

Neste contexto é importante explicar de modo sintético sobre os dois modelos principais de seguridade social em nível mundial. O primeiro é o modelo *bismarckiano* que surgiu na Alemanha (década de 1880) à época do chanceler Bismarck, e que define como regra de acesso ao sistema previdenciário, a contribuição prévia e individual como critério para o aferimento de benefícios, valendo também para a aposentadoria. Os que não contribuírem com o sistema previdenciário, não terão direito aos benefícios (SCHWARZER, 2000; ZIMMERMANN, 2005).

Já após a Segunda Guerra Mundial, originou-se o modelo *beveridgiano*, em alusão ao Lord Willian Beveridge, que apresentou ao governo inglês, em 1942, uma proposta universalizante do seguro social, inspirado no movimento pelos direitos humanos, que culminou na Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948. O modelo *beveridgiano* caracteriza-se pelo caráter universal e não exige contribuição individual anterior para obter um benefício básico, sendo o direito de acesso dado por alguma característica definidora da cidadania, ou seja, pelo fato da pessoa ter nascido ou possuir a cidadania de um determinado país. O financiamento desse tipo de programa de seguridade social, de caráter universal, não ocorre via contribuições individuais, mas por tributos gerais, incorporando mecanismos redistributivos (SCHWARZER, 2000; ZIMMERMANN, 2005).

Neste ensejo, para Malloy (1976), o Prorural/Funrural trouxe elementos inovadores nos princípios do seguro social na América Latina do século XX, pois a grande maioria dos modelos previdenciários se baseou no padrão contributivo *bismarckiano*, já o sistema previdenciário rural brasileiro, voltado ao produtor em regime de produção familiar, se assemelhou ao modelo *beveridgiano*. A primeira inovação é que rompeu-se com a ideia de que a um benefício deve corresponder uma contribuição e, a segunda é a ideia de que o benefício resultante deve estar vinculado ao padrão de rendimentos progressivos do segurado. Outra característica interessante no programa é redistribuição de renda do urbano para o rural.

Com a inclusão do capítulo da Seguridade Social na Constituição de 1988, o direito de acesso à aposentadoria a produtores agrícolas em regime familiar foi consagrado no artigo 195, § 8, que normatiza:

O produtor, o parceiro, o meeiro e o arrendatário rurais e o pescador artesanal, bem como os seus respectivos cônjuges, que exerçam suas atividades em regime de economia familiar, sem empregados permanentes, contribuirão para a seguridade social mediante a aplicação de uma alíquota sobre o resultado da comercialização da produção e farão jus aos benefícios nos termos da lei.

Como pode ser evidenciado, a legislação previu o acesso ao benefício da aposentadoria aos agricultores familiares, que não sejam caracterizados como empregadores rurais¹⁰⁰, independente da forma de acesso a terra.

Para Schwarzer (2000, p.10) “a promulgação da Constituição de 1988, em um contexto de transição do regime autoritário para a democracia, e sua regulamentação pelas Leis 8.212 e 8.213 em 1991 significaram uma alteração conceitual profunda para o programa previdenciário rural no Brasil”. O autor explica que extinguiu-se o tratamento administrativo institucional diferenciado dado ao setor rural na previdência social, pois houve a inclusão dos trabalhadores rurais e dos segurados em regime de produção familiar, os denominados “segurados especiais”, no plano de benefícios normal do Regime Geral de Previdência Social.

Evidenciamos assim, que com base nos princípios de Seguridade Social regulamentados na Constituição de 1988, e a implantação do regime especial da previdência rural, a partir de 1992, ficaram assegurados os benefícios de aposentadorias e pensões, nos termos da lei, aos produtores e produtoras rurais em regime de produção/economia familiar. Sobre este processo, Delgado e Cardoso Jr. (1999, p. 21) concluem:

Ao inaugurar-se a previdência rural de fato em 1992, com a aplicação das novas leis de custeio e benefícios da previdência (Leis 8.212 e 8.213, de 24 de junho de 1991), chegou ao meio rural um sistema de atendimento ao trabalhador informal e à agricultura de subsistência, remetido no texto da Constituição Federal de 1988 (art. 195, § 8º) ao conceito genérico de “regime de economia familiar”. Isso, na realidade, é uma novidade no sistema previdenciário, que desde sua criação em 1923 circunscrevia-se ao contrato formal de trabalho das categorias ocupacionais urbanas.

Ainda para Delgado e Cardoso Jr. (1999, p.21), a previdência rural pode ser vista como “uma política social que reconhece o direito do idoso ao acesso à aposentadoria, independentemente de sua capacidade contributiva ao sistema de previdência social”. Para

¹⁰⁰ Vale ressaltar que conforme o Art. 42, da Instrução Normativa 77 de 21 de Janeiro de 2015, alínea VII, não descaracteriza a condição de segurado especial “a contratação de trabalhadores, por prazo determinado, à razão de, no máximo, 120 (cento e vinte) pessoas/dia dentro do ano civil, em períodos corridos ou intercalados ou, ainda, por tempo equivalente em horas de trabalho, à razão de oito horas/dia e 44 (quarenta e quatro) horas/semana, não devendo ser computado o período em que o trabalhador se afasta em decorrência da percepção de auxílio-doença.”

Albuquerque, Lôbo e Raymundo (1999, p.06) “é necessário esse tratamento diferenciado, face às incertezas e fragilidades a que estão submetidos esses pequenos produtores”. Corroboramos com o entendimento desses autores, pois valorizamos a contribuição social que esses trabalhadores geram à sociedade como um todo.

Delgado e Cardoso Jr. (1999, p. 02) elucidam ainda que “esse público é basicamente composto pela população de idosos, inválidos e seus dependentes legais (credores das pensões por morte do titular), oriundos do chamado regime de economia familiar rural ou do trabalho rural formal”. Mas explicam que “é a população de idosos o grupo social mais importante desse sistema, correspondente hoje a cerca de 2/3 do estoque total de benefícios pagos pela previdência”.

Evidenciamos neste contexto, o reconhecimento da categoria trabalhadora do agricultor familiar, e o direito ao benefício previdenciário e a pensão por morte para ambos os cônjuges, o que foi um ganho fundamental para esses trabalhadores.

Dentre as especificidades da aposentadoria rural especial no Brasil, destaca-se a forma de contribuição que continuou sendo sobre a produção comercializada, e não sobre a remuneração percebida, sendo o recolhimento encargo do comprador “em 1999 de 2,2% sobre o valor de venda, sendo 0,1% destinado ao seguro de acidentes de trabalho e outro 0,1% ao Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar)” (SCHWARZER, 2000, p.10).

Ao segurado especial é facultativo o recolhimento sob a forma de contribuição como autônomo. Porém, Tárrega e Castro (2012, p.9) esclarecem que “[...] a legislação não exige a prova do recolhimento para a concessão dos benefícios, exige apenas a prova do exercício de atividade rural, ainda que de forma descontínua”.

Conclui-se, portanto, que a Constituição estabeleceu uma forma de contribuição diferenciada para os segurados especiais e com isso atendeu ao chamado princípio da equivalência. Dessa forma, se a contribuição é diversa, as prestações também são diversas, fazendo, nos termos do art. 39 da Lei nº 8.213/91, jus a benefícios no valor de um salário mínimo (TÁRREGA e CASTRO, 2012, p.9).

Consideramos que esta forma de contribuição é favorável aos agricultores familiares, tendo em vista que sua produção e conseqüentemente seus rendimentos, variam de acordo com fatores como: a dimensão da área que cultiva, o acesso às políticas públicas, os preços dos produtos produzidos, as condições climáticas, a região geográfica, entre outras. No entanto, evidenciamos a dificuldade ainda presente, sobretudo em algumas regiões mais pobres do Brasil, e onde há predomínio de produção para subsistência, na obtenção de

comprovação da comercialização e recolhimento dessa alíquota, por meio da emissão de notas de produtor rural.

Verificamos assim que o modelo tradicional contributivo foi elaborado para os assalariados urbanos, que têm rendimentos mensais, o que não é característico da maioria dos trabalhadores rurais.

Avaliando as características do modelo previdenciário brasileiro num contexto global, Schwarzer (2000) diz que há uma situação peculiar, pois o regime previdenciário urbano é contributivo, já o rural aproxima-se de uma aposentadoria não contributiva, mas com características específicas, que são: a) O estabelecimento de um valor único (o salário mínimo), e sem correlação com os rendimentos da fase ativa; b) A contribuição como tributo sobre o faturamento da comercialização da produção; c) O não equilíbrio do regime, nem individualmente, nem coletivamente¹⁰¹.

A partir dessas características, o autor chega à conclusão que não é possível associá-lo a um regime contributivo, porém também não é um regime assistencial, visto que o acesso a ele não se dá por necessidade, mas pela circunstância de ter trabalhado na agricultura (SCHWARZER, 2000).

Sugamoto (2003, p.12) diz que uma das características que diferencia a previdência rural no sistema previdenciário brasileiro é sua forma de financiamento. “Essa característica transforma o subsistema rural em transferidor de renda, uma vez que, desde os tempos do Funrural, as contribuições do setor são inferiores aos gastos com o pagamento dos benefícios”.

A autora ainda esclarece que com a Lei nº 8.212/1991:

[...] a previdência rural passou a contar com três fontes de arrecadação: a contribuição sobre a folha de pagamento do setor rural, a contribuição sobre a comercialização dos produtos rurais e a transferência de recursos das contribuições recolhidas sobre a folha de pagamento urbana (SUGAMOSTO, 2003, p.12-13).

Desta forma, evidenciamos o reconhecimento, a partir da legislação, da importância social do produtor agrícola em regime familiar, legitimando outras fontes de recursos, que não sua própria contribuição, para que possa ter o direito de acesso ao benefício da previdência.

Para Delgado e Cardoso Jr. (1999, p. 01):

As principais mudanças normativas ocorridas a partir da Constituição de 1988, e que tiveram efetiva aplicação administrativa a partir de 1992, foram as seguintes: a) equiparação de condições de acesso para homens e mulheres

¹⁰¹ Em geral, as contribuições efetivadas pelos agricultores familiares, seja individualmente ou coletivamente, são insuficientes para prover os investimentos com os benefícios concedidos a esses trabalhadores.

(o antigo regime era específico para o cabeça do casal); b) redução do limite de idade para aposentadoria por idade (60 anos para homens e 55 para mulheres); e c) estabelecimento de um piso de aposentadorias e pensões em um salário mínimo (o regime anterior estabelecia teto em meio salário mínimo para o público do Funrural e pensões limitadas a 30% do benefício principal).

Essas novas regras, aplicadas aos trabalhadores formais e produtores em regime de economia familiar, tiveram efetivo impacto social e econômico. Aumentaram expressivamente em poucos anos (1992/95) o grau de cobertura do sistema sobre o conjunto dos domicílios rurais e elevaram substancialmente a participação da renda previdenciária na renda familiar rural.

Os ganhos obtidos com essas mudanças foram significativos: reconhecimento das mulheres agricultoras como classe trabalhadora, extensão do direito de pensão por morte para os homens, cobertura abrangente do público rural, diminuição da idade para aposentar-se, tendo em vista a penosidade do trabalho no campo, aumento do piso salarial para um salário mínimo (aplicável também aos benefícios concedidos antes de 1988), gerando aumento significativo de renda para inúmeras famílias rurais, o que gerou impactos sociais e econômicos.

Quanto às formas de comprovação do tempo de atividade rural, Schwarzer (2000, p.10) explica que deve:

[...] ser documentada na mesma extensão que o período de contribuição mínimo previsto para os segurados urbanos. A comprovação da atividade rural pode ser feita, além das possibilidades elencadas para os trabalhadores urbanos, por meio da documentação comprobatória do uso da terra (contrato de parceria ou arrendamento, termo de propriedade do terreno etc.), notas de venda da produção rural (bloco de notas do produtor rural) ou declaração expedida pelo sindicato rural e homologada pelo INSS.

As várias formas de comprovar a atividade rural pelo segurado especial possibilitaram a mais trabalhadores ter acesso ao seguro previdenciário. Vale salientar, como explicou a Chefe do Setor de Benefícios da Agência do INSS de Cianorte, Joceane Hillmann Rohling¹⁰², que o segurado especial deve apresentar comprovação documental de 15 anos de atividade agrícola em regime familiar ou individual, ou 180 contribuições, mas fez a ressalva de que não é obrigatório ao segurado especial apresentar contribuições.

A Sra. Joceane¹⁰³ complementou que a contribuição ocorre quando é emitida a nota de venda da produção, sendo descontados 2,3% do valor dos produtos para ser depositado no

¹⁰² Entrevista concedida no dia 28/10/2015 na Agência do INSS de Cianorte – PR. A agência de Cianorte é responsável pelos processos de aposentadoria dos municípios pesquisados.

¹⁰³ Joceane Hillmann Rohling, Chefe do Setor de Benefícios da Agência do INSS de Cianorte. Entrevista concedida no dia 28/10/2015 na Agência do INSS de Cianorte – PR.

Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (Funrural). Quando questionada sobre quais os principais documentos que geralmente recebem para comprovar a atividade rural pelo segurado especial, explicou :

Geralmente temos os documentos de início de prova material e os documentos de prova plena. Os de início de prova material geralmente são: certidão de casamento, certidão de nascimento dos filhos, uma ficha de inscrição que tenha o nome completo do segurado. O documento ainda tem que ter uma data de emissão para verificar a contemporaneidade do documento e tem que mencionar qual a atividade dele. Precisa estar específico se é lavrador, agricultor, porque o termo é diferente as vezes de um documento para outro, por causa de regionalismos (informação verbal).

A Sra. joceane Hillmann Rohling¹⁰⁴ explicou também que os documentos de prova plena tiveram atualização definida na Instrução Normativa nº 77 de 21 de Janeiro de 2015, na subseção II, Artigo 47, que prevê que a comprovação do exercício da atividade rural do segurado especial pode ser feita com os seguintes documentos:

- I - contrato de arrendamento, parceria, meação ou comodato rural, cujo período da atividade será considerado somente a partir da data do registro ou do reconhecimento de firma do documento em cartório;
- II - declaração fundamentada de sindicato que represente o trabalhador rural ou, quando for o caso, de sindicato ou colônia de pescadores, desde que homologada pelo INSS;
- III - comprovante de cadastro do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, através do Certificado de Cadastro de Imóvel Rural - CCIR ou qualquer outro documento emitido por esse órgão que indique ser o beneficiário proprietário de imóvel rural;
- IV - bloco de notas do produtor rural;
- V - notas fiscais de entrada de mercadorias, de que trata o § 24 do art. 225 do RPS, emitidas pela empresa adquirente da produção, com indicação do nome do segurado como vendedor;
- VI - documentos fiscais relativos à entrega de produção rural à cooperativa agrícola, entreposto de pescado ou outros, com indicação do segurado como vendedor ou consignante;
- VII - comprovantes de recolhimento de contribuição à Previdência Social decorrentes da comercialização da produção;
- VIII - cópia da declaração de imposto de renda, com indicação de renda proveniente da comercialização de produção rural;
- IX - comprovante de pagamento do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR, Documento de Informação e Atualização Cadastral do Imposto sobre a propriedade Territorial Rural - DIAC ou Documento de Informação e Apuração do Imposto sobre a propriedade Territorial Rural - DIAT entregue à RFB;
- X - licença de ocupação ou permissão outorgada pelo INCRA ou qualquer outro documento emitido por esse órgão que indique ser o beneficiário assentado do programa de reforma agrária; ou
- XI - certidão fornecida pela FUNAI, certificando a condição do índio como trabalhador rural, observado o § 2º do art. 118.

¹⁰⁴ Chefe do Setor de Benefícios da Agência do INSS de Cianorte. Entrevista concedida no dia 28/10/2015 na Agência do INSS de Cianorte – PR.

Outro ponto importante esclarecido pela Sra. Joceane¹⁰⁵ é que a comprovação de 15 anos de trabalho na atividade rural pelo segurado especial não precisa ser contínuo/ininterrupto:

Esse período não tem que ser ininterrupto, pode acontecer, por exemplo, da pessoa deixar o meio rural e retornar depois [...], pois muitos tentam as vezes atividades fora da área rural, porque é complicado sobreviver né! É subsistência mesmo, só vivem da atividade rural. Então as vezes não vai ter aqueles 15 anos seguidos de atividade para comprovar, e não precisa ser consecutivo (informação verbal).

Um problema verificado na comprovação da atividade rural pelas mulheres, é que muitas não se declaram como trabalhadoras rurais nos documentos oficiais, especialmente nos documentos mais antigos. Geralmente apareciam ou ainda aparecem termos como “do lar”, ou “doméstica”, o que gera dificuldades para comprovar a atividade rural e/ou dúvidas quanto à profissão exercida.

Além dos documentos comprobatórios da atividade rural, um procedimento adotado pelo INSS para a concessão do benefício previdenciário ao segurado especial rural é a realização de uma entrevista, denominada “entrevista rural”. De acordo com a Sra. Joceane¹⁰⁶ a finalidade principal da entrevista é primeiramente identificar as atividades que o segurado especial quer comprovar: onde trabalhou? Quando? Em que condições? Assim é possível orientá-lo sobre os documentos comprobatórios que deve apresentar, caso ainda não os tenha apresentado.

Além disso, a entrevista inclui uma série de questões que objetivam identificar o enquadramento do trabalhador como segurado especial rural, pois como se trata de um benefício que não exige necessariamente a efetiva contribuição pelo trabalhador, existem tentativas de fraude. Sobre isto, a Sra. Joceane¹⁰⁷ faz um relato:

Como infelizmente existem pessoas que tentam requerer o benefício e não tem a qualidade de segurado especial, nós somos obrigados a ter bastante critério na hora de fazer o questionamento. Se vemos que tem algum indício de que a pessoa não é segurado especial, o servidor pode no final da entrevista concluir como negativo pelo que foi declarado, e o benefício pode deixar de ser concedido, mesmo que tenha toda a documentação, com base na conclusão da entrevista [...]. Infelizmente as tentativas de fraudes existem e é difícil para nós identificarmos, porque se ele tem a documentação, e

¹⁰⁵ Joceane Hillmann Rohling, Chefe do Setor de Benefícios da Agência do INSS de Cianorte. Entrevista concedida no dia 28/10/2015 na Agência do INSS de Cianorte – PR.

¹⁰⁶ Joceane Hillmann Rohling, Chefe do Setor de Benefícios da Agência do INSS de Cianorte. Entrevista concedida no dia 28/10/2015 na Agência do INSS de Cianorte – PR.

¹⁰⁷ Joceane Hillmann Rohling, Chefe do Setor de Benefícios da Agência do INSS de Cianorte. Entrevista concedida no dia 28/10/2015 na Agência do INSS de Cianorte – PR.

geralmente há uma mediação por advogados, e as pessoas são bem instruídas para responder aos questionamentos, que já são conhecidos pela prática (informação verbal).

Feita essas considerações, é importante mencionar também a Lei 8.742, “Lei Orgânica da Assistência Social” (LOAS), de 1993, que trouxe outra modificação importante sobre os benefícios do setor rural, pois o Benefício de Prestação Continuada (BPC), nas modalidades - idoso e pessoa portadora de deficiência (PPD) -, não mais se diferencia entre a clientela rural e a urbana. Além disso, não prevê mais o requisito de contribuição prévia (SCHWARZER, 2000).

O critério de participação é que a renda familiar mensal per capita do candidato ao benefício seja menor que 1/4 do salário mínimo. Para o BPC-Idoso a idade de acesso é de 67 anos (para homens e mulheres, caindo para 65 anos em 2000) e na modalidade BPC-PPD incluem-se, além da invalidez já contemplada pela Renda Mensal Vitalícia (RMV), também as deficiências congênitas. “O BPC passou a ser concedido a partir de janeiro de 1996, é financiado por recursos orçamentários e seu pagamento é efetuado pelo INSS” (SCHWARZER, 2000, p.11).

Neste sentido verificamos que na década de 1990 houve um avanço significativo para o público rural, no que concerne à previdência social. Schwarzer (2000, p.11) esclarece que “com a implementação da nova legislação referente à previdência rural a partir de 1992, verificou-se, como era de se esperar, um pronunciado aumento do número de benefícios mantidos”.

Como pode ser verificado na tabela 7, de 1991 para 1993 houve aumento considerável do número de beneficiários da previdência rural, principalmente da aposentadoria por idade. A quantidade de beneficiários continuou aumentando nos anos 2000, embora em um ritmo mais lento. Cabe ainda destacar a desproporção entre o número de beneficiários por idade e por tempo de contribuição, evidenciando a informalidade do trabalho rural e a necessidade do tratamento diferenciado ao trabalhador rural em regime familiar, com relação ao trabalhador urbano.

Tabela 7 - Quantidade de Beneficiários da Previdência Rural

Ano	1991	1993	2000	2001	2002	2003
Total de benefícios rurais, inclusive pensões	4.080.400	5.370.597	6.493.872	6.621.259	6.869.592	7.029.02
Por tempo de contribuição	-	-	5.661	6.068	6.567	6.938
Por idade	2.240.500	3.113.715	4.012.127	4.117.371	4.287.817	4.403.561
Por invalidez	-	444.847	415.177	413.399	415.607	420.263

Fonte: DATAPREV (www.dataprev.gov.br) apud Zimmermann (2005).

Sobre este crescimento do número de beneficiários rurais da previdência, Schwarzer (2000, p.17) explica:

[...] o subsistema previdenciário rural no Brasil na sua atual configuração é e será dependente de ampla suplementação de recursos, seja por via de uma transferência solidária implícita dos contribuintes urbanos, como é atualmente, seja por meio de recursos do Tesouro Nacional em uma outra alternativa de financiamento.

Neste sentido, compreendemos a necessidade de planejar e reestruturar o sistema previdenciário rural nacional, a fim de que não fique inviabilizado no futuro. Evidencia-se neste contexto que as contribuições do setor rural são insuficientes para cobrir os valores destinados ao pagamento dos benefícios. Sobre isto, Delgado e Schawarzer (2000), apontam problemas estruturais na efetivação da arrecadação de recursos para a previdência social rural:

- 1) A arrecadação rural legal pelo valor bruto da produção agropecuária tem formas de evasão da produção proveniente da agricultura familiar, pois em muitos casos se comercializa no pequeno varejo e nos mercados locais. Evidencia-se que a grande produção também se depara com a evasão fiscal;
- 2) Quanto à arrecadação pelo trabalho formal no campo, há o problema da informalidade constantemente presente no trabalho rural;
- 3) No que se refere à terceira forma de arrecadação, ou seja, a folha de pagamento patronal urbana, indiretamente vinculada ao financiamento rural, está relativamente estável, apesar da grande informalidade do trabalho, também presente no meio urbano.

Diante desta realidade, o planejamento quanto ao potencial de cada base de arrecadação torna-se o grande desafio para o futuro aos gestores do sistema (DELGADO; SCHAWARZER, 2000). Sobre esta análise, Tárrega e Castro (2012, p.9) explicam que:

A questão contribuição e benefício dos trabalhadores rurais é matéria de debates calorosos, havendo aqueles que culpam o chamado “rombo” na previdência aos trabalhadores rurais. Ocorre que o meio rural se mostra

extremamente deficitário, razão pela qual o justifica-se a igualdade de tratamento entre eles.

As autoras complementam que a lei garante ao produtor familiar: a aposentadoria por idade, por invalidez, auxílio-doença, salário-maternidade e auxílio-acidente. Aos seus dependentes, pensão por morte e o auxílio reclusão. Ainda se pretenderem receber benefícios além do valor de um salário mínimo, e ter acesso a aposentadoria por tempo de contribuição, a lei os possibilita recolher como segurados facultativos, nos termos do art. 14 da Lei nº 8.212/1991. Sendo o único segurado obrigatório que a lei permite o recolhimento também como facultativo (TÁRREGA; CASTRO, 2012).

Tárrega e Castro (2012, p.10) também informam que “a atual legislação concede benefícios ao agricultor, seu cônjuge ou companheiro e filhos maiores de dezesseis anos, desde que trabalhem com o grupo familiar respectivo. A eles também é dirigida a redução de cinco anos no caso de aposentadoria por idade”.

Voltando ao fato de que o subsistema da aposentadoria rural especial é deficitário, Schwarzer (2000) esclarece que não é motivo para inviabilizá-lo, pois como apontado em seus estudos, sobre vários países, todos os sistemas de aposentadoria voltada ao público rural estudados, são deficitários.

Outro ponto a ser considerado é que pesquisas demonstram que haverá uma estabilização e diminuição do déficit do subsistema no futuro, (DELGADO, 1997), Tendo em vista que o salto quantitativo do número de benefícios foi concluído em 1994, e ainda está havendo uma tendência à redução da população ocupada na agropecuária (SCHWARZER, 2000).

Além disso, ainda há uma potencialidade para arrecadação, visto que como informou Delgado (1997), estima-se que em 1995, apenas 22% da arrecadação potencial foi efetivamente recolhida. Schwarzer (2000) salienta que é preciso considerar ainda, ao tratar do subsistema previdenciário rural, que apresenta várias externalidades positivas “que parecem ir muito além da proteção específica aos segurados rurais e beneficiam a sociedade brasileira em geral”. Sobre isto, Schwarzer (2000, p.17) ainda complementa:

A presença de externalidades positivas, na teoria econômica dos bens públicos, é justificativa para a instituição de um subsídio à respectiva atividade/programa, o que otimiza o bem-estar de toda a coletividade e não apenas o dos beneficiários diretos do objeto de suplementação orçamentária.

Neste sentido, estes aspectos devem ser considerados ao se planejar o subsistema rural da previdência social, que não pode ser pensada e planejada apenas pelos vies econômico, mas sobretudo, pelo aspecto social.

4.2 IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS E REGIONAIS DA PREVIDÊNCIA RURAL

A previdência rural tem apresentado impactos socioeconômicos significativos em todas as regiões brasileiras, no entanto, este impacto é ainda mais expressivo nas regiões mais pobres.

Delgado e Cardoso Jr. (1999), ao apresentarem os resultados de pesquisa de campo realizada no segundo semestre de 1998, junto a 6 mil domicílios das regiões Sul e Nordeste do Brasil, destinada a avaliar os impactos socioeconômicos e regionais da Previdência Social Rural, explicam que a efetividade do sistema previdenciário pode ser avaliada de acordo com três conjuntos de indicadores: “grau de cobertura”, “grau de dificuldade” no acesso ao benefício e “grau de desfrute”. Sendo assim, a universalização do sistema foi mensurado no estudo realizado, pelo seu oposto, ou seja, pelo grau de exclusão de pessoas potencialmente aptas ao recebimento do benefício previdenciário.

Sobre os resultados deste levantamento, os autores esclareceram que a “taxa de exclusão de idosos é cerca de 7,1%, sendo quase três vezes maior entre as mulheres comparada aos homens. Já a taxa geral de exclusão entre os inválidos, chega a 42,5%, na qual também se repete uma incidência maior de mulheres excluídas [...]”, de quase o dobro (DELGADO; CARDOSO JR., 1999, p. 13).

A partir destes dados constatamos que há ainda mais dificuldade de acesso aos benefícios da previdência social por parte das mulheres agricultoras. Em geral, na comercialização dos produtos, as notas fiscais são emitidas em nome dos homens, sendo ainda visto como o responsável pela atividade produtiva, o que dificulta a comprovação do trabalho rural das mulheres, embora esta realidade venha sendo mudada nas últimas décadas.

No entanto, vale evidenciar que a partir dos resultados conjunturais da pesquisa realizada por Delgado e Cardoso Jr. (1999, p.13), concluíram:

[...] atualmente, são muito boas as condições de efetividade do seguro previdenciário rural, quando vistas pelos resultados conjuntos, geralmente positivos, do grau de cobertura do sistema, grau de dificuldade no acesso ao benefício e grau de desfrute do mesmo pelos beneficiários.

Um dos impactos sociais mais representativos é a revalorização dos idosos, como apontam Delgado e Cardoso Jr. (1999, p. 02):

[...] a previdência rural universal para idosos e inválidos, ainda que tardia, cumpre uma função de proteção social moderna, que é essencial à sociedade democrática. Permite, ainda no espaço privado familiar, uma revalorização das pessoas de idade que, ao acessarem a renda de aposentadoria, obtêm uma espécie de salvaguarda de subsistência familiar, invertendo o papel social de

assistidos para assistentes, no contexto da estratégia de sobrevivência das famílias pobres.

No nordeste brasileiro, por exemplo, França (2004, p. XIII) diz que “os idosos são disputados pelo núcleo familiar, na condição de praticamente os únicos a possuírem renda fixa”. O mesmo autor acrescenta:

Muitos aposentados e pensionistas são colocados na figura de "marajás" no interior dos municípios nordestinos, não por ganharem bem, mas pela "ascensão social" que conquistam ao aposentar-se. Um trabalhador rural que é explorado nas fazendas pelo "salário" em torno de R\$ 60,00 tem sua renda multiplicada por quatro ao passar a receber o salário mínimo a que faz jus após aposentar-se. Na Paraíba, há professoras ganhando algo em torno de R\$ 60,00, ou menos, que muitas vezes ficam dois ou três meses sem receber seu "salário".

Quando se aposentam, não só aumentam consideravelmente sua renda, como passam a receber em dia (FRANÇA, 2004, p. XIV).

Albuquerque, Lôbo e Raymundo (1999, p. 13) corroboram com esta perspectiva ao evidenciarem em sua pesquisa no município de Remígio, Paraíba, a “aceitabilidade familiar dos aposentados rurais. Como eles passam a receber uma mensalidade regular, são muito bem aceitos pelos familiares, pois colaboram com um ingresso econômico significativo”.

Os autores ainda salientam que esta perspectiva de valorização do idoso proporcionada pela aposentadoria, é muito positiva aos idosos, pois “embora na zona rural o idoso ainda mantenha um certo nível de respeitabilidade familiar, o próprio estado de pobreza contribui, muitas vezes, para que ele seja visto como um fardo para os seus parentes mais próximos” (ALBUQUERQUE; LÔBO; RAYMUNDO, 1999, p. 13).

Neste sentido, avaliamos que a aposentadoria cria uma revalorização dos idosos no meio rural, principalmente nas áreas mais pobres. No entanto defendemos a perspectiva de que a valorização do idoso deve passar pelo reconhecimento e valorização de sua experiência e vivência, compreendendo o envelhecimento como uma condição biológica da vida humana, na qual, todos podem e deveriam alcançar. Então, estar na condição de idoso, deve ser visto como uma conquista.

Sobre esta perspectiva, Albuquerque, Lôbo e Raymundo (1999, p. 2) alertam que a velhice deve ser pensada além de apenas uma etapa natural do ciclo biológico da vida, como se fosse um “fenômeno independente do modo pelo qual a sociedade explora a força de trabalho”, pois as condições de trabalho a que o indivíduo é exposto, gera uma “depreciação natural de sua capacidade de labor” e ainda mais, “uma depreciação social que afeta o conjunto da classe trabalhadora”. Neste sentido entendemos que é necessário pensar a velhice considerando historicamente os modos de viver dos grupos.

No que se refere aos impactos econômicos da previdência rural, é importante salientar que os benefícios da aposentadoria rural permitem a muitas famílias, sair da condição de pobreza. Delgado e Cardoso Jr. (1999, s/p.) ao avaliarem o impacto da previdência rural nas regiões sul e nordeste, explicam:

Os resultados mostram que a renda domiciliar das famílias contempladas com o seguro previdenciário rural no Sul do país está, em média, 16% acima da renda domiciliar de famílias sem acesso aos benefícios pagos pelo INSS, sendo cerca de 35% superior no caso da região Nordeste. O acesso ao benefício previdenciário permite manter aproximadamente 85% das famílias pesquisadas na região Sul acima da condição de pobreza, tendo por base meio salário mínimo domiciliar per capita. Nos domicílios sem acesso aos benefícios previdenciários esse índice cai para apenas 60%, também na região Sul.

Como é possível avaliar, a renda das famílias que recebem benefícios previdenciários no meio rural é significativamente maior do que a das famílias que não recebem, o que denota a importância do benefício previdenciário no meio rural para a melhoria da renda das famílias.

Ainda de acordo com Delgado e Cardoso Jr. (1999, p.14):

[...] o rendimento domiciliar mensal na região Sul é de aproximadamente R\$ 552 (ou 4,24 salários mínimos). Na região Nordeste, esse mesmo valor é de R\$ 331 (ou 2,54 salários mínimos). A maior contribuição à média provém, no caso da região Sul, dos rendimentos domiciliares oriundos da ocupação principal, que chegam perto de R\$ 287 (ou 2,21 salários mínimos) e representam 52% da renda domiciliar total. No caso da região Nordeste, ao contrário, o peso da renda oriunda da ocupação principal representa apenas 27,5% da renda domiciliar total, o que evidencia a importância decisiva da contribuição advinda do benefício previdenciário na composição da renda domiciliar das famílias nordestinas, bem como em suas estratégias de reprodução econômica.

Como podemos analisar, a participação da previdência social rural é ainda mais significativa nas regiões mais pobres e/ou entre as famílias mais carentes. Em outro estudo de Delgado (1997), os resultados revelaram que os impactos dos benefícios previdenciários, são mais favoráveis para pessoas residentes em municípios com pequenas cidades, regiões ou estados mais pobres, para mulheres, e em economias rurais menos consolidadas no contexto do chamado regime de economia familiar.

Brant (2001) apresentou uma pesquisa do IPEA, que com base nos dados da PNAD de 1999, constatou que nos domicílios com algum membro beneficiário da previdência, o nível de pobreza é 40,6% menor que o restante dos domicílios. Outro ponto importante a ser mostrado, é que vários estudos, como: Delgado (1997), Gomes e McDowell (1997) e Schwarzer (2000), chegaram à conclusão que a previdência rural apresenta resultados significativos na redistribuição de renda inter-regional.

Gomes e Mac Dowell (1997) utilizando os dados da Síntese Dataprev e do IBGE (contagem da população 1996), elucidam que há uma redistribuição da renda sobretudo dos municípios mais populosos do Sul, Sudeste e Centro-Oeste do Brasil, para as regiões Norte e Nordeste, sendo os municípios pequenos e médios os principais receptores líquidos de recursos. Porém vale evidenciar que na região Nordeste os impactos redistributivos são maiores que em qualquer outra região do país.

Neste ensejo novamente podemos constatar que a previdência rural tem mais repercussão social e econômica, nas regiões mais pobres. Ao avaliar sobre o impacto da previdência rural no Estado do Pará, Schwarzer (2000, p.19) utilizou dados comparativos entre as transferências pelos canais fiscais (FPM e Cota-Parte do ICMS), e as transferências pelo sistema de aposentadorias rurais, e identificou “grupos de municípios que se diferenciavam uns dos outros quanto à importância das transferências obtidas por uma ou outra fonte de transferências”. Como resultado apresentou:

Em uma primeira aproximação para o Estado do Pará como um todo, para se ter conta da importância quantitativa das transferências via benefícios rurais, basta ressaltar que estas (R\$ 305 milhões) equivalem em 1995 a aproximadamente 4/5 das transferências brutas via ICMS e FPM (R\$ 388 milhões). Igualmente, as transferências via benefícios rurais praticamente igualavam a totalidade da arrecadação federal de impostos no território do Pará (R\$ 316 milhões) nesse mesmo ano (SCHWARZER, 2000. p.19).

Na análise proposta por Schwarzer (2000), abrangeu-se 104 de 143 municípios do Pará, e dividiu-se o Estado em dois grupos. Um primeiro chamado de “municípios fiscais”, onde as transferências pelos canais fiscais do FPM e da Cota-Parte do ICMS têm mais peso relativo. O segundo grupo foi denominado “municípios previdenciários”, onde considerou-se os municípios em que as transferências recebidas pelas famílias do município, a partir do sistema de previdência rural, superam as transferências recebidas pelo município pelos mecanismos fiscais citados.

Os municípios “fiscais”, [...] correspondem a 3/5 do total de municípios estudados, cobrem 2/3 da população e recebem 3/4 das transferências fiscais. Já o grupo dos municípios “previdenciários” responde por 2/5 dos municípios analisados, os quais correspondem a 1/3 da população, mas a 54,4% do volume de gastos da previdência rural nos municípios aludidos em 1995 (SCHWARZER, 2000. p.21).

Podemos concluir então, que a renda obtida pela previdência rural é de suma importância também para o fortalecimento da economia dos municípios, sobretudo os mais pobres, contribuindo com as estratégias de busca pelo desenvolvimento local.

4.3 A APOSENTADORIA RURAL ESPECIAL COMO POLÍTICA PÚBLICA

O objetivo da previdência social é assegurar ao trabalhador e a sua família uma renda quando da perda, temporária ou permanente, da capacidade de trabalho em decorrência dos riscos sociais. Riscos sociais são condições que geram vulnerabilidade à pessoa ou ao grupo, como no caso dos idosos, a perda da plena capacidade de trabalho e/ou a idade avançada.

De acordo com o Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS, 2002) a Previdência Social serve para substituir a renda do segurado-contribuinte quando da perda de sua capacidade laborativa por doença, invalidez, idade avançada, desemprego involuntário, morte, incluindo também a maternidade e reclusão. Já Lima (1995, p.22), define:

A Previdência Social no Brasil é uma instituição governamental de propriedade dos trabalhadores, administrada pelo governo federal, visando assegurar aos beneficiários os meios indispensáveis de manutenção, por motivo de incapacidade laborativa, idade avançada, tempo de serviço, encargos familiares, prisão ou morte de quem dependia economicamente.

No Brasil temos o sistema de previdência estatal (básico e obrigatório), e o privado (complementar e facultativo). É importante mencionar que “os aposentados rurais são normalmente pessoas que pelo próprio isolamento, tanto cultural quanto econômico, a que foram relegados, terão muitas dificuldades para se integrar a um sistema de previdência privado” (ALBUQUERQUE; LÔBO; RAYMUNDO, 1999, p.6).

Neste contexto, entender a previdência rural como política pública inclui analisá-la não só no seu objetivo primeiro de garantir a renda ao segurado, mas avaliá-la num contexto de importância e alcance social.

A inclusão dos trabalhadores rurais no Regime Geral da Previdência Social pode ser considerada a política de caráter mais universalista dentre as políticas sociais implantadas a partir da Constituição de 1988. Esse caráter é dado pelo papel social que a previdência rural tem desempenhado na elevação da renda no campo, ultrapassando a função de servir como "seguro contra a perda da capacidade laborativa", e colaborando para a erradicação da pobreza no meio rural (SUGAMOSTO, 2003, p. 13).

Tárrega e Castro (2012, p.11) ao avaliarem a previdência rural como política pública, conceituaram:

[...] são um conjunto de interesses em torno de objetivos comuns, visando atingir uma coletividade de interesses. Qualquer que seja a política pública tem como característica um planejamento, racionalização e participação popular. Dessa forma, a política pública em si contém o nexo de interesse comum, geral.

Partindo desta perspectiva, avaliaremos alguns alcances da previdência rural no contexto local, produtivo e familiar em que vive o aposentado.

A previdência de modo geral, e principalmente as aposentadorias rurais vêm apresentando resultados importantes no que diz respeito ao fortalecimento da economia dos municípios, sobretudo os menores, pois os aposentados e pensionistas geralmente compram no comércio local, e como têm renda fixa garantida, tornam-se consumidores efetivos, apesar do baixo valor das aposentadorias que recebem. Sobre isto, França (2004, p. IX) argumenta:

[...] a realidade pulsante em parcela expressiva dos municípios brasileiros: são os idosos os maiores responsáveis pela manutenção da saúde econômica nesses municípios, pois com seus modestos benefícios eles acabam sendo os protagonistas da movimentação no comércio, que sobrevive da venda de mercadorias para os aposentados e pensionistas.

Augusto e Ribeiro (2005, p.205), também corroboram com esta perspectiva ao afirmarem:

Ao ponderar-se sobre o valor mínimo pago pelo benefício previdenciário ser nacional, nos municípios menores de regiões pobres ele tem maior poder de compra, proporcionando, assim, renda para o município e melhores condições de vida para o aposentado e sua família.

Sem sombra de dúvidas, a Previdência dinamiza a economia local, pois, apesar de não pagar altos valores, principalmente aos beneficiários rurais, este dinheiro é gasto totalmente nos comércios locais, o que gera emprego, crescimento dos estabelecimentos, maior movimentação financeira, mais financiamentos, devido ao pagamento em dia e muito mais.

Na compreensão de Albuquerque, Lôbo e Raymundo (1999, p. 8):

O mundo rural deixou de ter, como única ou principal fonte de renda, a produção agrária. Esse fato, que se verificou nos países mais desenvolvidos, chega agora com muita força em nosso país. O comércio, as pequenas indústrias, os serviços e as aposentadorias constituem hoje os principais vetores de recursos para os pequenos municípios brasileiros.

Como fica evidenciado nas análises de França (2004); Augusto e Ribeiro (2005); Albuquerque, Lôbo e Raymundo (1999), a previdência, e principalmente a previdência rural é que garante a manutenção de inúmeros comércios nos municípios, principalmente nos menores e mais pobres. Com isto o comércio local pode expandir-se, dinamizar-se e gerar empregos, fortalecendo a economia local como um todo.

Neste contexto, Brant (2001) argumenta que os benefícios da previdência rural representam um autêntico programa de renda mínima aos idosos na área rural. França (2004, p. XV) concorda com esta visão ao expor:

[...] essas pessoas pouco ou nada contribuíram diretamente para a Previdência Social, o que remete à conclusão óbvia de que, especialmente

nas regiões Norte e Nordeste, a instituição acaba funcionando como um verdadeiro programa de renda mínima para os idosos no Brasil.

Compreendemos que a garantia de uma renda mínima é fundamental no meio rural, especialmente aos idosos, para que possam ter condição de dignidade no seu cotidiano, e as condições para a reprodução das atividades agrícolas. Essa renda também é essencial para o idoso que vive ou foi viver nas cidades, pois garante a sobrevivência básica dessas famílias.

Ainda sobre a previdência e a representatividade para os municípios brasileiros, França (2002) apresentou outra análise interessante. O autor comparou entre o total de pagamentos de benefícios aos aposentados e pensionistas e o Fundo de Participação Municipal (FPM). De 5.507 municípios pesquisados, 3.479 (63,17%) apresentaram um número de benefícios previdenciários maiores que a arrecadação do FPM.

Outro dado, e este preocupante, é que 4.399 municípios, dos 5.507 pesquisados, apresentam o total de benefícios superiores ao valor de arrecadação do INSS local, ou seja, há um *déficit* no sistema previdenciário (FRANÇA, 2002). Este dado demonstra a necessidade de (re) planejar o sistema previdenciário, sobretudo o rural, a fim de que não fique comprometido no futuro.

Outro alcance importante da previdência rural, é que ela tem se apresentado como uma política de estímulo à permanência das famílias no campo e/ou no município de origem. França (2004, p. XIV) explica “a previdência fixa as pessoas nos seus municípios de origem, evitando o êxodo principalmente para as grandes cidades, onde certamente inchariam as favelas, aumentando de forma ainda mais assustadora o caos urbano já reinante em tantas metrópoles”.

Em levantamento realizado por Delgado e Cardoso Jr. (1999) nas regiões sul e nordeste, constatou-se que metade dos aposentados rurais reside na zona rural tradicional. A outra metade vive na zona urbana, e destes, 80% dos aposentados do nordeste, e 75% dos aposentados do sul, vivem em pequenos municípios com até 50 mil habitantes.

O fato de a grande maioria dos aposentados rurais residir na zona rural ou em municípios de pequeno porte populacional é importante, tendo em vista o êxodo rural em grande escala que ocorreu no Brasil nas últimas décadas, e a atração populacional para os grandes centros urbanos. Além disso, nos municípios menores, o custo de vida é mais baixo, tendo o aposentado maior poder de compra. Sendo assim, a previdência rural torna-se um instrumento efetivo de fixação das famílias no campo e/ou nos pequenos municípios, e de diminuição do crescimento populacional desordenado das grandes cidades.

Schwarzer (2000), ao realizar pesquisa sobre a previdência rural no município de Igarapé-Açu, na microrregião da Bragantina, localizada na região nordeste do Estado do Pará, chegou a algumas constatações importantes com relação ao local de moradia dos aposentados e às condições de habitação.

Schwarzer (2000, p.43), avaliou “[...] em geral, entre os entrevistados uma tendência a permanecer no seu lote rural ou no seu local de residência anterior à aposentadoria, ao menos enquanto as condições de saúde dos entrevistados permitirem”. O autor elucida que entre os casos de aposentados que se mudaram para outra localidade, após o recebimento do benefício, a maioria se deve à busca por tratamentos de saúde, mas explica que pelas informações levantadas compreende-se que “[...] se os serviços de saúde do município de Igarapé-Açu fossem mais completos [...], possivelmente uma parte das pessoas que deixaram o município ali teria permanecido”.

Já no que se refere às condições de moradia dos aposentados pesquisados, o autor ressalta que para muitos “a percepção do benefício permitiu-lhes construir uma casa nova. Dessa forma, as aposentadorias rurais proporcionam aos seus beneficiários um salto qualitativo nas suas condições de habitação, ao menos na área rural de Igarapé-Açu” (SCHWARZER, 2000, p.44). O autor ainda elucida:

[...] é o benefício da previdência que proporciona aos aposentados rurais os recursos monetários necessários para a aquisição dos materiais duráveis (telhas, tijolos, cimento), antes fora do alcance do orçamento doméstico dos agricultores, sob a permanente restrição de fluxos monetários irregulares (SCHWARZER, 2000, p.44).

Destacamos assim dois pontos importantes levantados na pesquisa de Schwarzer (2000): o primeiro é a contribuição da aposentadoria rural para a permanência das famílias no campo, exceto casos específicos. O segundo que também está vinculado ao primeiro, é a melhoria nas condições de moradia, o que consideramos ser essencial para a melhoria das condições de vida das famílias no meio rural.

Outra informação interessante obtida por Schwarzer (2000, p.44) é “o elevado quociente de entrevistados que afirmou ajudar filhos, netos e outros parentes com dinheiro em caso de desemprego”. No município de Igarapé-Açu “a transferência monetária representada pelos benefícios previdenciários rurais acaba assumindo parcialmente a função de um seguro-desemprego familiar”. Neste sentido evidenciamos que os recursos da previdência rural têm rebatimentos importantes não só ao beneficiário, mas também a familiares mais próximos. Para Albuquerque, Lôbo e Raymundo (1999, p.17):

[...] os benefícios ultrapassam a figura do aposentado, pois como através deles a família se reorganiza em torno do ancião, suas *benesses* chegam aos filhos e netos. Percebe-se que, agora, os menores de idade ingressam mais tardiamente no mercado de trabalho, podendo frequentar por mais tempo a escola.

A partir desta perspectiva destacamos que indiretamente a aposentadoria rural tem contribuído para oportunizar mais escolaridade para crianças e jovens. Além disso, “diminuindo a exigência de ingresso no mercado de trabalho, diminui também o número de menores de rua. Permite que os filhos e netos dos aposentados permaneçam mais tempo vivendo no mundo rural” (ALBUQUERQUE; LÔBO; RAYMUNDO, 1999, p.17). Esta é uma constatação relevante, considerando que um dos grandes desafios no meio rural, é criar mecanismos para a permanência dos jovens.

Outra função importante da previdência rural constatada por Schwarzer (2000, p.47) é que “o sistema de aposentadorias rurais substitui parcialmente as carências do sistema público de saúde [...] auxiliando a manter, mesmo que em alguns casos de forma apenas precária, um mínimo de qualidade de vida dos beneficiários [...]”.

Neste caso estudado, vemos a aposentadoria rural representando uma forma de seguro-desemprego e proporcionando condições de acesso a serviços de saúde, ou seja, dando condições melhores de vida ao aposentado e a seus familiares.

Albuquerque, Lôbo e Raymundo (1999, p.16) corroboram com esta análise ao afirmarem que os benefícios rurais são um dos fatores para aumentar a expectativa de vida da população na área rural, pois “com eles, a alimentação e, na maioria das vezes, os remédios, são garantidos, dando ao agricultor a possibilidade de uma vida mais sadia e duradoura”.

Outro alcance fundamental da aposentadoria rural são os novos papéis sociais e econômicos que os idosos exercem no âmbito da economia familiar. Delgado e Cardoso Jr. (1999, p.4) ressaltam que a aposentadoria rural tem papel importante na viabilização da produção familiar, “na qual os aposentados continuam vinculados a estabelecimentos rurais familiares na condição de responsáveis, que é a situação da metade dos domicílios pesquisados¹⁰⁸”. A viabilização da produção familiar pela aposentadoria rural se dá de duas maneiras:

- a) utilizando-se o benefício previdenciário como meio de produção familiar;
- e b) conferindo-se ao seguro previdenciário a condição de seguro agrícola, dirigido a público específico, agora desonerado dos altos riscos inerentes à produção e à renda agrícola. Aqui, o seguro previdenciário funciona não apenas como seguro de subsistência, mas também como seguro de produção

¹⁰⁸ Pesquisa de campo realizada no segundo semestre de 1998, junto a 6 mil domicílios das regiões Sul e Nordeste do Brasil, destinada a avaliar os impactos socioeconômicos e regionais da Previdência Social Rural.

familiar. Esse grupo social, que é o mais numeroso (cerca de 50% da amostra), apresenta excedente de renda sobre o consumo de subsistência e aplica esse excedente na reprodução do estabelecimento familiar (DELGADO; CARDOSO JR., 1999, p.4).

Sobre este resultado os autores esclarecem que a aposentadoria rural tem apresentado “um importante efeito de revitalização da chamada economia familiar rural e da própria reconstrução do espaço social rural brasileiro, em que o aposentado idoso passa a ter um certo papel respeitável” (DELGADO; CARDOSO JR., 1999, p.4). Assim, o aposentado como detentor de um mínimo de recurso constante exerce uma condição de protagonista, o que lhe dá condição política perante a família e mesmo à comunidade para assumir o papel de orientador de certas demandas no que concerne às decisões de produção e outras.

Neste ensejo evidenciamos que a viabilização da agricultura familiar, que se constitui no objetivo central das políticas públicas para este segmento produtivo, tem sido possível também a partir do recebimento da aposentadoria e das pensões pelos idosos do campo. Compreendemos com esta perspectiva, a necessidade e importância de políticas efetivas ao pequeno produtor, que lhe garanta renda mínima, como ocorre com a aposentadoria rural, possibilitando revitalizar a produção.

Para Delgado e Cardoso Jr. (1999) a revitalização da agricultura familiar não era um resultado completamente inesperado na pesquisa. No entanto, a permanência de estabelecimentos produtivos em metade dos domicílios pesquisados, tendo em geral o aposentado ou seu cônjuge na condição de responsável e/ou chefe do domicílio em 84% das situações pesquisadas, não era um resultado previsto. Os autores ainda argumentam que os resultados da PNAD, confirmam a forte presença dos benefícios previdenciários nos domicílios rurais, correspondendo a 30,4% desses domicílios.

Os autores alertam também para a importância do seguro previdenciário da aposentadoria ou pensão, na medida em que se converte em uma espécie de seguro agrícola, impactando na produção agrícola do vasto setor da agricultura familiar brasileira.

Essa informação é da maior relevância porque significa a conversão do seguro previdenciário no principal instrumento de suporte da política agrária para apoiar a agricultura familiar e até mesmo o vasto segmento de agricultura de subsistência, fortemente, mas não exclusivamente, presente no semi-árido brasileiro (DELGADO; CARDOSO JR., 1999, p.9).

O benefício concedido permite gerar um pequeno excedente nos domicílios dos aposentados e pensionistas rurais, que é “reinvestido na própria atividade produtiva familiar, criando condições para uma ‘reprodução ampliada’ dessa economia familiar” (DELGADO; CARDOSO JR., 1999, p.9). Partindo desta perspectiva, Schwarzer (2000, p. 46-47) conclui:

[...] o sistema de aposentadorias rurais no Brasil parece atingir, com poucas exceções, parcelas populacionais que se encontram entre as destituídas e dão motivos para acreditar que ele pode estar entre os mais eficientes programas de redistribuição de renda da América Latina.

Neste sentido, a previdência rural se torna uma ação fundamental, tendo rebatimentos em várias áreas essenciais socialmente:

O acesso a benefícios da Previdência Rural eleva substantivamente a qualidade de vida do domicílio do beneficiário, proporcionando a melhoria nas características físicas dos domicílios (material das paredes, banheiros e número de cômodos); eleva significativamente o conjunto de residências com acesso às infra-estruturas de água, energia elétrica, instalação sanitária e rede de telefonia; aumenta de maneira expressiva o acesso à casa própria; melhora o acesso aos bens duráveis (fogão a gás, geladeira, rádio, televisão, freezer e antena parabólica); permite-lhe consolidar e investir na agricultura familiar, oferece uma estabilidade de renda básica para seu domicílio em patamares impensáveis para a pequena unidade familiar, antes da Previdência Rural. Além disso, o compartilhamento da renda proveniente da Previdência faz com que o idoso volte a ter um papel familiar importante na área rural, estreitando os laços de solidariedade com as gerações mais jovens, que convivem com os beneficiários. Indiretamente, a Previdência Rural supre a lacuna da falta de um seguro-desemprego para os filhos dos beneficiários da área rural, apóia a escolarização dos netos dos beneficiários, permite aos aposentados e pensionistas adquirirem medicamentos e terem um acesso a tratamento de saúde não existente na área pública de saúde; ou seja: a partir da Previdência Rural constrói-se uma ampla rede de proteção básica no tecido social rural do Brasil. O benefício previdenciário no Nordeste brasileiro, por exemplo, significa antes de tudo a conquista da cidadania, muito bem ilustrada pelo diálogo travado entre um casal de idosos no Piauí, diante da constatação de que não precisariam mais "humilhar-se para os políticos" quando fossem comprar seus remédios (FRANÇA, 2004, p. XV).

A partir dos resultados de pesquisas apresentados, e das análises realizadas, vemos que a previdência rural tem apresentado significativo impacto social no Brasil, obtendo o caráter de política pública que consegue alcance em inúmeros segmentos e funções na sociedade.

Diante desta realidade e considerando o aumento do número de idosos no país, evidenciamos o desafio de pensar em ações que garantam a sobrevivência das aposentadorias e pensões rurais, como sustentáculo de inúmeras outras possibilidades de melhores condições de vidas às famílias rurais e indiretamente, a outros segmentos da sociedade.

Sobre esta mesma perspectiva, Augusto e Ribeiro (2005, p.206) argumentam:

Estes novos atores sociais que lotam os territórios rurais constituem um grande desafio para os formuladores de políticas públicas voltadas para os grupos etários vulneráveis, garantindo formas de oportunidades sem discriminação de idade e principalmente de gênero, incentivando a mulher idosa a participar do processo de decisão na vida econômica e comunitária. [...]. Diferente do passado, o idoso hoje pode ser visto como um promotor do

desenvolvimento, mediante a sua larga experiência de vida e participação em vários segmentos da sociedade.

Diante da importância e do alcance que tem a aposentadoria rural, é fundamental que mudanças propostas na legislação previdenciária sejam cuidadosamente planejadas, visto que afetam não só aos aposentados rurais, mas o segmento produtivo da agricultura familiar de modo geral, bem como outros segmentos sociais.

É fundamental ainda que órgãos representativos da produção familiar como sindicatos, associações e institutos de previdência, orientem o pequeno produtor frente à legislação previdenciária, a fim de que possam ter acesso aos seus direitos e usufruir dos benefícios que lhes cabem.

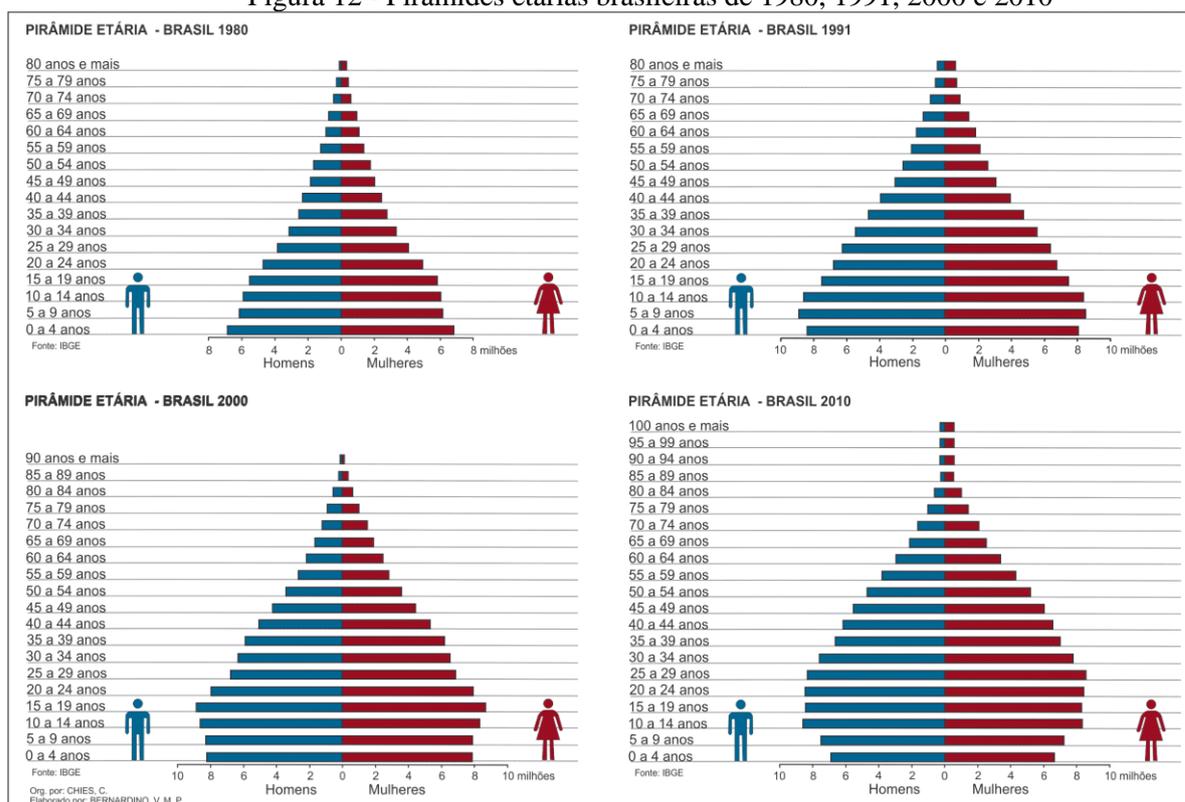
4.4 O ENVELHECIMENTO DA POPULAÇÃO E A APOSENTADORIA (CRISE DO APOSENTADO)

Nas sessões seguintes abordamos sobre o processo de envelhecimento da população brasileira e a relação com a aposentadoria e o trabalho, especialmente a aposentadoria rural especial. Também realizamos uma breve análise da condição do idoso na sociedade contemporânea.

4.4.1 O envelhecimento da população brasileira

De acordo com os levantamentos mais recentes realizados pelo IBGE, o Brasil vem apresentando um novo padrão demográfico caracterizado pela redução da taxa de crescimento populacional e por transformações significativas na composição da estrutura etária, com aumento considerável do número de idosos. Com as pirâmides etárias apresentadas na figura 12 podemos visualizar as mudanças na estrutura etária da população brasileira de 1980 a 2010.

Figura 12 - Pirâmides etárias brasileiras de 1980, 1991, 2000 e 2010



Fonte: Censos Demográficos 1980, 1991, 2000 e 2010.

Organizado pela autora. Elaborado por BERNARDINO, Virgílio Manuel Pereira (2015)

De acordo com o que podemos verificar na figura 17, na década de 1980 a pirâmide etária brasileira apresentava base larga, com estreitamento progressivo na faixa intermediária e topo bastante estreito, caracterizando altas taxas de natalidade e de mortalidade, e baixa expectativa de vida, sendo o número de idosos reduzido em relação à população total.

Na pirâmide de 1991 já podemos verificar um estreitamento na base, no estrato de idade de 0 a 4 anos, devido à redução na taxa de natalidade. Porém ainda verificamos grande número de crianças e jovens na população total, embora também evidenciamos o alargamento no topo da pirâmide, caracterizado pela diminuição da mortalidade, gerando o aumento da expectativa de vida.

Na pirâmide de 2000, é possível verificar novamente o estreitamento da base, o que indica que a taxa de natalidade diminuiu ainda mais. Destacamos também que o maior alargamento da pirâmide está entre os jovens, e não mais crianças, e o aumento do número de pessoas com 60 anos ou mais, sendo acrescentado inclusive, novos estratos de grupos etários, a partir dos 80 anos.

Por fim, a pirâmide etária do Brasil de 2010, apresenta estreitamento ainda mais significativo da base, alargamento considerável na faixa intermediária, mostrando o

progressivo aumento da população adulta. Apresenta também alargamento no topo, além da criação novamente de estratos de idade para a população com mais de 90 anos, denotando o aumento da expectativa de vida e do número de idosos.

Desta forma, vale salientar que o aumento do número de idosos gera mudanças na estrutura de gastos do país, em uma série de políticas públicas. Para Reis (2011, p.16):

[...] para este século, muitos serão os desafios que a sociedade e o governo poderão enfrentar, ou já estão enfrentando, para a construção de uma sociedade igualitária, justa e mais humana, sobretudo em razão do aumento do número de idosos. Dessa forma, abordar as questões referentes à velhice e à aposentadoria é um grande desafio, tendo em vista sua complexidade.

O mesmo autor argumenta que a população idosa que até a década de 1950 se constituía em uma minoria, era tratada na esfera familiar e preterida em favor de outras faixas etárias, e que isso continua ocorrendo até os dias atuais, pois “ainda existe uma forte tendência em priorizar a criança e o adolescente, sobretudo no que diz respeito às políticas públicas” (REIS, 2011, p.16).

No entanto, diante do crescente número de idosos no Brasil, e como resposta às organizações e mobilizações dos aposentados, pensionistas e idosos vinculados à Confederação Brasileira dos Aposentados e pensionistas (COBAP), foi sancionada em 2003, a Lei nº 10.741, conhecida como o Estatuto do Idoso, que trata dos direitos fundamentais, as medidas protetivas, as políticas de atendimento ao idoso, o acesso à justiça e ainda sobre os crimes cometidos a esse público.

O Estatuto do idoso representou um grande avanço na legislação brasileira, posto que foi elaborado com a participação representativa de entidades de defesa dos interesses dos idosos e da sociedade como um todo. O estatuto reafirmou os idosos como sujeitos de direito, assegurando-lhes, por lei e por outros meios legais, todas as oportunidades e facilidades para a promoção de sua saúde física e seu aperfeiçoamento moral, intelectual, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade. Esse documento também obrigou o Estado a garantir, aos idosos, a proteção à vida e à saúde mediante efetivação de políticas sociais públicas que permitam um envelhecimento saudável e em condições de dignidade (REIS, 2011, p. 40).

Ainda é importante destacar outra constatação de Reis (2011, p.36), que ao elaborar dissertação de mestrado em psicologia, pela Universidade Estadual de Maringá (UEM), realizou uma análise aprofundada sobre produções científicas e acadêmicas a respeito da velhice entre 1990 e 2009, e concluiu que “a velhice, no plano científico, é tratada de diversas maneiras, sendo frequentemente compreendida a partir da perspectiva biopsicossocial”. O autor complementa:

A leitura do material bibliográfico pesquisado possibilitou averiguar o quão diferentes são as compreensões sobre o que vem a ser a velhice. Tal

diversidade mostra-se inclusive quanto aos variados sinônimos que são atribuídos à terminologia referente a esta etapa da vida. Ora conceituando como idoso, velho, senil, ora nominado como terceira idade ou melhor idade, todos se referindo ao mesmo sujeito (REIS, 2011, p.37).

“O envelhecimento humano pode ser compreendido a partir da composição de diferentes idades: cronológica, biológica, social e psicológica”. A idade cronológica se refere ao número de anos vivido pela pessoa. A Organização Mundial da saúde (OMS) que propõe uma classificação do envelhecimento em quatro estágios: meia idade (45 a 59 anos); idoso (60 a 74 anos); ancião (75 a 90 anos) e velhice extrema (90 anos em diante) (GUTZ, 2013, p.24).

Já a idade biológica é definida pelas modificações corporais e mentais verificadas na pessoa ao longo do tempo. No que se refere à idade social, Neri (2001), esclarece que diz respeito à execução de papéis sociais e ao comportamento esperado às pessoas daquela idade naquele momento histórico. Por fim, a idade psicológica se refere à avaliação que o indivíduo faz sobre si mesmo (GUTZ, 2013).

Neste caso, os critérios para definir uma pessoa idosa devem levar em consideração as condições socioculturais, econômicas e a idade. Sugamoto (2003) explica que a idade é o critério mais usual justamente pela dificuldade em se estabelecer outros critérios. Usualmente no Brasil é considerada idosa a população a partir dos 60 anos.

Sobre este critério, Reis (2011, p.46) alerta que as pesquisas que se referem ao idoso no Brasil, ainda enfocam o paradigma biopsicossocial, com pouca ênfase no processo de construção social da velhice. “A velhice, sobretudo no Brasil, tem sido retratada com uma tendência a analisar esse fenômeno de maneira naturalista, desconsiderando o processo histórico desse fenômeno”. Neste sentido, o autor defende que é preciso sim considerar as mudanças ocorridas nas funções biológicas com o avanço da idade, porém que não se pode limitar a compreensão da velhice às perspectivas biológica, psicológica e social, mas que é necessário considerar a velhice como uma construção histórica, que portanto possui características específicas de acordo com cada fase da organização produtiva.

Em face a essas acepções evidenciamos que o número de idosos tem tido crescimento constante no Brasil nas últimas décadas (tabela 8). A PNAD (2009) mostrou que do público de 11,3% com mais de 60 anos, as mulheres são maioria, totalizando 55,8%. A maioria também é formada por brancos, 55,4%, e 64,1% ocupavam a posição de pessoa de referência no domicílio. O gráfico 12 mostra a distribuição desta população por regiões no Brasil.

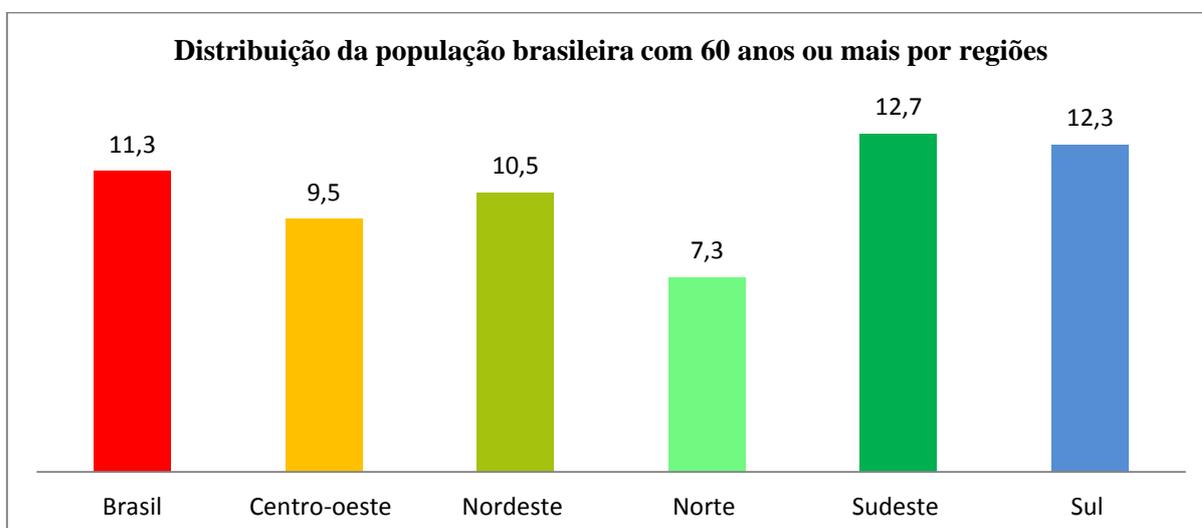
Tabela 8 – Crescimento da população brasileira de idosos da década de 1970 a 2009

Períodos	População brasileira com 60 anos ou mais (%)
Década de 1970	5,06
Década de 1980	6,06
1996	7,89%
1999	9,1
2004	9,7
2009	11,3

Fonte: IBGE (1970/2009). Adaptado pela autora.

Outro dado relevante apresentado pela PNAD em 2009 é sobre a escolaridade dos idosos. A maioria, 50,2%, tem menos de 4 anos de estudo, sendo que destes, 30,7% têm menos de 1 ano. 32,3% têm de 4 a 8 anos de estudo e 17,4%, 9 anos ou mais. Estes dados revelam a baixa escolaridade dos idosos brasileiros, retratando a falta de acesso ao ensino básico no Brasil, principalmente há algumas décadas atrás.

Gráfico 12- Distribuição da população brasileira com 60 anos ou mais por regiões



Fonte: PNAD, 2009. Adaptado pela autora.

Neste contexto a PNAD e outras pesquisas do IBGE e também de outros órgãos revelam que a população idosa no Brasil tem crescido em um ritmo ordenado e consistente. De acordo com o próprio IBGE (2010), neste ano o país contava com uma população de cerca de 21 milhões de pessoas de 60 anos ou mais de idade, e no decênio 1998 a 2008, a faixa etária de 80 anos ou mais, chegou a quase 3 milhões de pessoas. O Censo Demográfico 2010, revelou ainda que do número total de idosos no Brasil, em torno de 70% já estão aposentados.

No ano de 2009, foram concedidos 689.369 benefícios de aposentadorias em todo o país, sendo que 287.508 aposentadorias foram concedidas em função do tempo de contribuição do trabalhador; também foram concedidas 243.576 aposentadorias em razão da idade do contribuinte, lembrando que, para esse benefício ser concedido, o homem tem que ter 65 anos de idade e a mulher 60 anos, no caso dos trabalhadores urbanos; já para os trabalhadores rurais, existe uma redução de 5 anos [...]. Também foram concedidos 158.285 benefícios de aposentadoria por invalidez [...] (IBGE, 2010 *apud* REIS, 2011, p.17).

Gutz (2013, p. 19), com base também em estatísticas do IBGE, esclarece que o número de idosos no Brasil “crescerá, no período entre 1950 e 2025, aproximadamente 15 vezes contra cinco vezes da população total, constituindo-se na sexta maior população de idosos do mundo, alcançando o número de 32 milhões de pessoas”.

Perante esta conjuntura salientamos a necessidade de planejar políticas específicas de atendimento ao público idoso, considerando aspectos de lazer, saúde e especialmente planejamento do sistema previdenciário nacional¹⁰⁹.

4.4.2 O processo de envelhecimento humano, o trabalho e a aposentadoria

O envelhecimento é uma fase da vida humana que pode trazer angústias e medos devido ao fato de caracterizar-se pelas: perda do integral vigor físico, da plena capacidade de trabalho e da realização de atividades diversas pelos indivíduos. Porém, o crescimento da longevidade conduz a necessidade de reflexões sobre a condição do idoso na sociedade contemporânea.

A compreensão da velhice atravessou uma mudança gradual, anteriormente vinculada exclusivamente à incapacidade e perdas, passou a ser entendida como uma fase do desenvolvimento humano, constituída de perdas e ganhos. A velhice é caracterizada pela exposição do idoso a acontecimentos da vida, transformações pessoais e sociais, e demanda o uso de recursos biológicos e psicológicos em interação com recursos sociais no enfrentamento, e resolução de desafios de situações da vida (GUTZ, 2013, p.19).

Diante dessas reflexões, compreendemos que não é possível pensar o envelhecimento humano apenas como um processo negativo, de perdas, mas também de ganhos. Essa compreensão deve ir além da própria pessoa idosa, mas atingir a sociedade de modo geral,

¹⁰⁹ No dia 5 de dezembro de 2016, o Poder Executivo submeteu à análise do Congresso Nacional a PEC 287, que se refere a uma proposta de reforma do sistema previdenciário brasileiro. Entre outras medidas, a proposta prevê o aumento da idade mínima para a aposentadoria e do tempo de contribuição. A reforma da previdência depende da aprovação no congresso, mas certamente é preocupante o retrocesso quanto aos direitos dos trabalhadores com a proposta apresentada, que poderá interferir na aposentadoria rural especial.

que tem um número cada vez maior de idosos e precisa repensar a relação que estabelece com este grupo.

Para Elias (2001, p.83) o envelhecimento muda a posição social de uma pessoa e sua relação com os outros. “O poder e o *status* das pessoas mudam, rápida ou lentamente, mais cedo ou mais tarde, quando elas chegam aos sessenta, aos setenta, oitenta ou noventa anos”. Essas mudanças também ocorrem nos aspectos afetivos das relações com as pessoas.

Neste contexto, ao avaliar as mudanças sociais vivenciadas pelos indivíduos com a velhice, é fundamental considerar a posição social, a situação de classe, as relações de poder e *status* e as relações afetivas.

Para cada indivíduo a velhice leva a uma degradação que é temida, pois contradiz ao ideal viril ou feminino, presente nos jovens e adultos. Neste caso, a atitude primeira é de recusa da velhice, pois é definida pela impotência, pela feiura, pela doença. A velhice dos outros também gera repulsa imediata, mesmo quando os costumes reprovam esta repulsa (BEAVOIR, 1990).

Partindo desta análise, evidenciamos uma dificuldade de aceitação tanto da própria velhice, quanto da velhice do outro, portanto da dificuldade em aceitar e avaliar positivamente o processo de envelhecimento.

No entanto, vale destacar o que nos apresenta Debert (1999) ao elucidar que a velhice apesar de ser caracterizada pela decadência física e ausência de papéis sociais, e pelo avanço da idade como um processo contínuo de perdas e de dependência, trazendo uma imagem negativa associada à velhice, também foi um elemento primordial para legitimar os direitos sociais como a universalização da aposentadoria, por exemplo.

Assim, evidenciamos que o fato de se ter um número significativo de pessoas chegando à fase idosa, é que proporcionou a conquista de direitos como a aposentadoria. Neste contexto, pensar esta realidade de envelhecimento da população se torna essencial, e dentre os temas mais significativos a serem avaliados está a própria aposentadoria.

Na sociedade atual em que predominam os interesses capitalistas como a busca desenfreada pela produção e pelo consumo, a aposentadoria se torna um processo complexo de transição entre a vida produtiva do trabalhador, e uma nova fase, cuja busca por outras atividades prazerosas ao indivíduo pode ser um desafio.

O entendimento de Haddad (1986, p.16) corrobora com este pensamento ao esclarecer que “a etapa final da vida humana é organizado segundo as determinações básicas do modo capitalista de produção”. E acrescenta que as sociedades capitalistas transformam as pessoas em mercadorias, levando o trabalhador à degradação no decorrer da vida, mas

paradoxalmente elabora propostas para reparar os problemas dos idosos, com intenção na verdade de escamotear o problema da exploração da mão-de-obra.

Neste sentido, a autora faz uma crítica aos gerontólogos e geriatras, pois segundo sua análise, reafirmam as ideologias da classe dominante dentro da ordem capitalista, ao considerarem o trabalho como terapia para a velhice (HADDAD, 1986). Neste contexto, Sugamoto (2003, p.95) explica que “somente sendo produtivo, gerando renda, o velho pode ser reconhecido como participante do grupo familiar, e que, portanto, também busca seguir a base do receituário médico para um envelhecimento feliz”.

Sugamoto (2003, p.102) ainda esclarece sobre os princípios da geriatria e da gerontologia enfocando que “segundo esses princípios, a responsabilidade pelo envelhecimento cabe ao indivíduo, uma vez que está relacionada à escolha de um determinado estilo de vida e do envolvimento com atividades motivadoras”.

Podemos avaliar então que segundo esta perspectiva, o idoso é responsável por bem viver sua velhice, e que este bem viver depende também de continuar trabalhando. Neste ensejo, dentre os desafios que se colocam aos idosos, destacamos a necessidade de encontrar formas de se sentir útil, produtivo e ativo socialmente, visto que são perspectivas almejadas na sociedade capitalista.

Sobre isto vale salientar que “[...] a passagem do trabalho ao repouso, característica da sociedade contemporânea, vem acompanhada de algumas modificações que norteiam profundamente a vida das pessoas” (ALBUQUERQUE; LÔBO; RAYMUNDO, 1999, p. 9).

A aposentadoria frequentemente é acompanhada pela perda do papel profissional e pelo conseqüente afastamento do sistema de produção. Diante dessa nova fase de sua vida, o indivíduo constata e é levado a assumir mudanças que vão desde o aspecto físico e biológico, passando por uma reestruturação de seu meio social, até atingir profundas mudanças psicológicas, principalmente no que diz respeito à identidade do aposentado (ALBUQUERQUE; LÔBO; RAYMUNDO, 1999, p.11).

Sabemos que a identidade funcional tende a prevalecer durante a vida economicamente ativa do indivíduo, visto que a atividade profissional pode trazer *status* e prestígio. Neste contexto a aposentadoria se torna um momento em que é preciso voltar à identidade pessoal, questionar-se sobre o que gosta de fazer, o que se quer fazer e o que é possível fazer a partir de uma nova dinâmica.

Essa passagem da rotina do trabalho para uma nova rotina mais livre e autônoma, pode se tornar complexa, principalmente para aqueles que não tiveram um planejamento anterior. Reis (2011, p.133) esclarece que “[...] parece que existe, de fato, um momento de crise que se refere ao processo de transição entre a vida adulta e a velhice, sendo esse momento de crise

constituído pela saída do mercado de trabalho, ou seja, pelo advento da aposentadoria na vida do indivíduo”. Albuquerque, Lôbo e Raymundo (1999) citam estudos em psicologia, como o de Carlos e Jacques (1997), que avaliam o comportamento do aposentado a partir de uma boa ou má adaptação aos novos papéis. Sobre esta dinâmica, Reis (2011, p.125) explica:

[...] o indivíduo aposentado precisa reinventar seu cotidiano, por meio de alternativas que rompam com esse isolamento, e sob a influência do nosso sistema econômico, ele busca algo que o faça sentir-se útil, através de novas ocupações para manter o corpo e a mente ativa, e envelhecer com otimismo e prazer.

Santos (1990) explica que em uma sociedade voltada para a força de produção, a perda do papel profissional faz com que o indivíduo perca também seu poder como autor social. Assim, a passagem para a aposentadoria revela as desigualdades sociais e as diferenças individuais, como a capacidade de resolver conflitos e os investimentos no papel profissional feitos durante a vida.

Para o trabalhador o posto de trabalho pode significar *status*, prestígio e convívio social. Todos esses aspectos trazem segurança e valorização pessoal, contribuem com a autoestima individual. Em muitas situações aposentar-se significa a perda parcial ou completa dessas condições.

É o trabalho que dá ao sujeito sua posição social, uma vez que é através do papel profissional que a pessoa tem acesso à rede de comunicação social. Quando a pessoa se aposenta, perde sua rede de comunicação como também seu lugar na sociedade. Por essa análise, a aposentadoria conduz a uma volta à família, para tentar encontrar um novo equilíbrio compensador para a estabilidade perdida. Em caso contrário, existirá isolamento social do sujeito. Esse é um dos fatores geradores dos clubes de terceira idade que têm proliferado na Europa, com forte incentivo governamental, e que aqui têm-se espalhado nos grandes centros urbanos, para os idosos de classe média, através do apoio de empresas de turismo (ALBUQUERQUE; LÔBO; RAYMUNDO, 1999, p. 10).

Nas situações em que as condições econômicas e culturais são mais favorecidas, há mais facilidade para a inserção dos indivíduos em outras atividades e/ou grupos. A realização de viagens e passeios turísticos, por exemplo, têm se mostrado atividades interessantes aos aposentados e/ou idosos. Também a participação em grupos para a prática de atividades físicas, dança, música, artesanato e outras atividades culturais, além de práticas religiosas.

Ainda sobre essa questão, Sugamoto (2003, p.36) ao concluir uma análise sobre “as idades dos homens” avalia que “a representação que o idoso fará do seu processo de envelhecimento e a forma como ele viverá esse processo estará ligada a uma determinada situação de classe e de desgaste físico pelo trabalho”.

Sendo assim, a participação do idoso em atividades específicas voltadas a este grupo, ou não, tem vinculação com a condição econômica, mas também com condições culturais, físicas, de gênero, entre outras.

No que se refere às questões de gênero, Debert (1988a) ao estudar sobre as representações da velhice entre idosos da classe média, apresenta a diferença nas representações da velhice elaboradas por homens e mulheres:

Assim, enquanto as mulheres acionam uma série de mecanismos para mostrar que a velhice é uma questão de autoconvencimento e que a mulher deve reagir, evitando fazer o que é típico das velhas, os homens resistem à velhice mostrando que é importante conscientizar-se de que não se é mais moço: é isto que lhes permitiria não ter um comportamento típico de velho, estigmatizado pela sociedade (DEBERT, 1988a, p.66).

Assim, vemos que mulheres e homens tendem a ter perspectivas diferenciadas sobre o comportamento na velhice. Outra perspectiva sobre gênero apresentada por Debert (1988a) que é importante destacar, diz respeito ao trabalho doméstico. O autor explica que o trabalho doméstico é fundamental para a mulher aposentada, pois representa independência, ou seja, ela própria realiza as tarefas que lhes são fundamentais, como cozinhar, lavar a roupa, limpar a casa. Já para os homens, que menos se ocupam com os trabalhos domésticos, acabam tornando-se mais dependentes e envelhecem mais cedo.

Sendo assim, avaliamos que ter independência nas atividades de rotina é importante para os idosos, e que as mulheres em geral tendem a ter melhor desempenho neste processo por serem mais dedicadas aos afazeres domésticos.

Albuquerque, Lôbo e Raymundo (1999), indicam estudos como os de Castro & Costa (1997); Siqueira & Freire, (1997) e Triguero, (1997), que apontam que o bem estar do idoso está vinculado à participação em alguma atividade social ou movimentos para terceira idade.

Neste sentido, é importante que haja ações do poder público, sobretudo nas esferas locais, levando em conta as especificidades regionais e locais, a fim de promover mais opções e participação do público idoso em atividades que lhes sejam prazerosas, proporcionando bem estar a este público.

No entendimento de Gutz (2013, p.20), o fato de lidar bem com as adversidades da velhice depende da habilidade do idoso em passar por novas demandas de perdas e mudanças “como o declínio da saúde física, mudanças psicológicas e sociais como eventos de perdas, afastamento do mercado de trabalho, alteração de papéis sociais, perda de amigos e pessoas da família e a proximidade com a própria morte”.

Neste contexto, a autora defende que “a espiritualidade pode ser contemplada na velhice como um dos recursos de enfrentamento para situações adversas, constituindo-se de aspectos emocionais e motivacionais na busca de um significado para a vida” (GUTZ, 2013, p. 20). Porém a autora esclarece que espiritualidade é diferente de religião e se refere à questão relacionada ao significado e ao propósito da vida, sendo uma reflexão sobre o significado da existência.

Assim, vemos que é preciso haver um processo adaptativo do idoso às novas necessidades que sua condição física e social lhe coloca, sendo a espiritualidade uma dimensão importante para tal adaptação.

Com o crescimento do número de idosos, a busca por ações que promovam uma adaptação bem sucedida à velhice se faz relevante. Neste caso, a gestão da velhice torna-se uma questão pública, demandando políticas específicas aos idosos, além de ações de sensibilização social quanto ao respeito e valorização aos idosos e as suas necessidades.

No entanto, na atualidade muitas das atividades voltadas especificamente ao público idoso, ou outras não específicas mas que podem interessar aos idosos, têm custos que em boa parte dos casos não podem ser cobertos pelo aposentado e/ou idoso e sua família. Em outras situações essas atividades são oferecidas pelo poder público, porém a um número restrito de pessoas.

Além disso, muitos aposentados e/ou idosos não têm o hábito de participarem de ações dessa natureza e acabam sentindo-se inibidos.

Os estudos sobre a aposentadoria demonstram ser a vida do aposentado profundamente influenciada pelas atividades sócio-profissionais anteriores, uma vez que essas atividades determinam as condições de vida social e econômica, bem como as relações sociais e o acesso ao lazer. Dessa forma, a passagem para a aposentadoria faz surgir as desigualdades sociais e as contradições do sistema social no qual a pessoa está inserida (ALBUQUERQUE; LÔBO; RAYMUNDO, 1999, p. 9).

Diante desta análise, evidenciamos que as atividades profissionais e sociais vão influenciar a dinâmica de vivência das pessoas, mesmo após aposentar-se. As relações sociais que os aposentados exercerão, as condições econômicas, o acesso ao lazer e a outras atividades tendem a ter relação com as atividades de trabalho e sociais realizadas anteriormente. Sendo assim, as desigualdades e contradições vivenciadas durante a vida profissional também estarão presentes na vida de aposentado.

Vale ressaltar que em muitas situações aposentar-se não significa deixar de trabalhar, visto que a valorização do trabalho como forma de sentir-se útil é uma característica da sociedade capitalista.

O processo de alienação, advindo da demasiada exploração do trabalho dos homens, tornou o trabalho humano mercadoria, de forma a transformar o homem, também numa mercadoria. Esse processo reflete sobre as relações humanas, de modo que o homem se vê dissociado de seu trabalho, e acaba influenciando o idoso, que para ter um sentido pessoal de valorização, precisa continuar trabalhando. [...] as relações no mundo capitalista se tornaram fetichizadas e, absolutamente, tudo se torna, de alguma forma, uma mercadoria dentro da sociedade capitalista, só tem valor quem é produtivo, quem produz mais-valia (REIS, 2011, p.127).

Também há situações em que o aposentado precisa continuar trabalhando para conseguir suprir a demanda econômica familiar, diante do baixo valor que recebe. Seja por um motivo ou outro, o fato de continuar trabalhando, em muitos casos, impossibilita e/ou dificulta a participação do idoso/aposentado em outras atividades.

Entre os idosos rurais o fato de continuar trabalhando para sentir-se útil e valorizado socialmente, e/ou para suprir necessidades da família, também é bastante comum. Ao realizar uma análise sociológica sobre as mudanças nas condições sociais dos idosos aposentados rurais, em Colombo – PR, Sugamoto (2003, p.104) constatou:

Existem aqueles que, mesmo tendo o seu trabalho reduzido, valorizam as tarefas que lhes cabem ou, às vezes, ignoram que elas mudaram. Para essas pessoas, criadas sob a ética do trabalho, que funcionava como justificativa ideológica para a inclusão ou a exclusão social, para a riqueza ou a pobreza, para a moralidade ou a imoralidade, trabalhar é continuar a ser uma pessoa honrada e feliz.

Nesta mesma pesquisa, a autora ainda esclarece “a necessidade do trabalho como valor ético – requisito, inclusive, para se ter saúde e vida longa – também está presente na justificativa para a não-participação nos grupos de terceira idade [...]” (SUGAMOSTO, 2003, p.104).

Assim, entendemos que há ainda uma prevalência dessa perspectiva de que é o trabalho que traz o valor e o *status* ao indivíduo, e que as pessoas, de modo geral buscam prolongar sua vida produtiva.

Sugamoto (2003, p. 111) ao apresentar resultados de sua pesquisa em Colombo – PR, explica que sendo o trabalho entendido como valor ético “presente em todas as colônias de imigrantes europeus instaladas no Sul do país a partir do século XIX, aparece, também entre os agricultores familiares entrevistados, como justificativa ideológica para a inclusão social e o sucesso financeiro”, e acrescenta:

A ética do trabalho, [...], está intimamente relacionada com o conceito de trabalho produtivo elaborado no processo de industrialização da Europa e, por essa razão, é um conceito capitalista e urbano de mundo. É ela que irá, inclusive, permear todos os significados dados à velhice nas sociedades industriais urbanas, bem como as elaborações e receituários de bem viver da

geriatria e da gerontologia e os parâmetros e regras para determinação da idade para a entrada no mundo da velhice e da aposentadoria compulsória (SUGAMOSTO, 2003, p.111).

No entanto, esta concepção dificulta o envolvimento dos idosos e/ou aposentados em outras atividades além do trabalho, que poderiam ser saudáveis e prazerosas, visto que pautados nesta compreensão sobre o valor pelo trabalho, tendem a não deixá-lo ou ao menos diminuir o ritmo, mesmo quando as condições financeiras os permitem.

Partindo desta perspectiva, continuar ativo no mercado de trabalho pode ser importante ao idoso, valorizando-o. No entanto sabemos que o mercado de trabalho é restritivo aos idosos, pois a maioria das empresas e/ou empregadores, dá preferência a pessoas mais jovens.

Não é raro que o processo de envelhecimento do indivíduo seja vinculado culturalmente com a saída do mercado de trabalho e a aposentadoria, e que o saber que o indivíduo acumulou ao longo do tempo seja menosprezado, considerado obsoleto, ao invés de reconhecido e prestigiado (REIS, 2011).

Neste contexto, a adaptação do idoso à realidade de mudanças na sua rotina de trabalho, de mudanças corporais e a aceitação da nova imagem de si mesmo é dificultada pelo grupo social, que desvaloriza as pessoas idosas e não lhes concede um lugar na sociedade (ALBUQUERQUE; LÔBO; RAYMUNDO, 1999).

Santos (1990) explica que o aposentado perde seu poder social. Na família a aposentadoria é a fase em que os filhos cresceram e se tornaram mais independentes. Assim, podem surgir no idoso os sentimentos de inutilidade e desvalorização. Esses sentimentos também são o reflexo da forma como o grupo social vê seus idosos, como inúteis e ultrapassados.

Dessas acepções, podemos ressaltar que valorizar o idoso e suas experiências ainda é um desafio na sociedade contemporânea, havendo a necessidade de um processo de sensibilização das pessoas, a fim de proporcionar uma velhice mais tranquila aos indivíduos.

Avaliamos assim que vários fatores devem ser analisados ao pensar a condição do aposentado e/ou idoso. Nesta tese, levantamos a questão do aposentado rural especial, e para isso passamos a apresentar as diferenciações mais significativas com relação ao aposentado urbano. Sobre isto, Albuquerque, Lôbo e Raymundo (1999) argumentam que a desvalorização do idoso e/ou aposentado no Brasil, é uma realidade do meio urbano, mas não do meio rural, e explicam:

O idoso rural, diferentemente daquele que habita as cidades, tem, na maioria das vezes, uma participação maior no seu mercado de trabalho. Isto porque a

maioria dos adolescentes e jovens parte para as cidades em busca de melhores condições de trabalho e os mais idosos ou os poucos que ficam, convivem com uma concorrência de mercado de trabalho menor (ALBUQUERQUE; LÔBO; RAYMUNDO, 1999, p. 4).

Neste contexto, verificamos que os autores também vinculam a valorização do idoso, e no caso, do idoso rural, com o fato de sua manutenção no mercado de trabalho. Porém é preciso considerar que, em boa parte dos casos, a não reprodução da agricultura familiar pelos mais jovens é um dos principais fatores que faz com que o aposentado rural participe mais do mercado de trabalho que o aposentado urbano, pois diante da falta de pessoas para dar continuidade às atividades no estabelecimento agrícola, o idoso se responsabiliza por tal função.

Ressaltamos que continuar trabalhando pode ser positivo ao produtor rural aposentado, visto que o trabalho é parte constitutiva da essência humana, mas também pode tornar-se uma responsabilidade penosa, considerando que muitos aposentados poderão realizar tais atividades, ou continuarão trabalhando mais do que desejariam, por não terem quem os substitua e/ou ajude.

Ainda dentro desta mesma perspectiva, Albuquerque, Lôbo e Raymundo (1999, p. 17), argumentam:

[...] diferentemente do que ocorre com o aposentado urbano, a aposentadoria para o idoso rural não é a perda do papel profissional e conseqüentemente do sistema de produção. Muito pelo contrário, ela traz para o idoso rural uma posição social e uma auto-estima mais elevada, por assegurar uma renda fixa mensal e manter ainda o seu meio de produção de maneira menos estressante.

Concordamos que logo após aposentar-se, o produtor rural tende a ter condições de dar continuidade às suas atividades produtivas, não perdendo seu papel profissional, o que pode contribuir para que tenha uma transição mais tranquila para a fase de inatividade profissional.

Sobre isto, Sugamoto (2003) explica que pela tendência de o aposentado rural, ao menos logo após aposentar-se, continuar desenvolvendo as mesmas atividades de antes, eles não relacionam aposentadoria à velhice. Ou seja, a concepção de velhice está vinculada à inatividade profissional.

Em contrapartida, salientamos as dificuldades que os aposentados rurais têm, em diminuir o ritmo de suas atividades após a aposentadoria, e/ou de ter a possibilidade de realizar outras atividades, ou mesmo ter mais tempo para o descanso, por terem em muitos casos, que assumir o compromisso de cuidar das atividades na propriedade.

Além disso, consideramos necessário avaliar a condição do aposentado rural não só pela continuidade ou não, no mercado de trabalho. Ressaltamos que é preciso considerar: os compromissos e responsabilidades que essa continuidade nas atividades produtivas lhes impõe, o acesso ao lazer e ao atendimento de saúde, que em muitas situações se torna dificultada pela distância com centros de atendimento, falta de oferta dos serviços específicos voltados a esse público, e/ou oferta insuficiente.

Albuquerque, Lôbo e Raymundo (1999), realizaram um estudo de caso com 35 agricultores aposentados do município de Remígio, Paraíba e destacaram a aceitabilidade familiar do aposentado rural, como um dos fatores que fazem com que este seja mais valorizado que o aposentado urbano. Os autores constataram que esta aceitabilidade familiar tem relação com a estabilidade econômica gerada à família do aposentado rural, que permite, por exemplo, contrair crédito junto ao comércio local.

Entre os aposentados pesquisados no município de Remígio, Albuquerque, Lôbo e Raymundo (1999, p.16), destacaram dois grupos principais: 1) Os recém aposentados “[...] que pelo seu vigor físico, ainda são capazes de realizar as tarefas costumeiras [...]”. Neste caso, a aposentadoria é um complemento de renda.

Ela simplesmente se acopla ao seu dia a dia, trazendo todos os benefícios sem nenhum ônus, posto que eles não mudam nenhuma de suas rotinas nem a nível das relações laborais, nem a nível de perda econômica, como ocorre com o aposentado urbano. Ao contrário, ela acrescenta uma renda fixa e vitalícia que lhes permite uma melhor aceitação familiar e também um espaço social, que nunca tinham desfrutado antes, junto ao comércio local.

Já o segundo grupo é formado por aposentados “que não podem mais trabalhar e aceitam um parente para morar com eles, o que normalmente junta a força de trabalho à aposentadoria e proporciona melhores condições de vida”. Porém, os autores alertam que em alguns casos há exploração por familiares ou outras pessoas, que usam o dinheiro do aposentado enquanto o mesmo passa por privações (ALBUQUERQUE; LÔBO; RAYMUNDO, 1999, p.16).

Neste ensejo evidenciamos mais alguns problemas que dificultam a vida dos aposentados de modo geral e em especial, do aposentado rural, destacando o fato de em muitos casos serem explorados por familiares e/ou pessoas próximas.

Ainda sobre a diferenciação entre os aposentados rurais e urbanos, Siqueira e Ribeiro (2000 *apud* SUGAMOSTO, 2003) consideram que as representações da velhice são diferentes no meio rural com relação ao meio urbano. Esta diferenciação se deve a uma forma de

organização social com simbologias específicas: históricas, sociais, culturais, e que variam regionalmente.

Ainda em conformidade com esta análise, na produção familiar não integrada à modernização agrícola, os indivíduos usam critérios de saúde para o trabalho na lavoura, e não o de idade, sendo esta uma representação diferenciada no meio rural (SIQUEIRA; RIBEIRO, 2000 *apud* SUGAMOSTO, 2003).

Partindo desta perspectiva e avaliando que o aposentado rural, de modo geral, tendo condições físicas, tende a continuar desenvolvendo atividades produtivas, avaliamos que a condição ou não de trabalhar configura a representação sobre a velhice no meio rural.

Sobre isto, Sugamoto (2003, p.96) nos apresenta duas concepções. Uma que defende que “a representação da velhice no meio rural, na sociedade capitalista, é dada a partir da incapacidade da pessoa para a produção, destacando o idoso como dependente da família e do Estado”.

Já uma segunda concepção defende que entre os produtores familiares brasileiros “observa-se que a divisão do trabalho dentro da propriedade permite que novas atribuições sejam dadas aos mais velhos, sem que estes deixem de contribuir para o desenvolvimento da economia do estabelecimento rural”. “Sendo assim, não seria o “não trabalho” que determinaria a importância do idoso dentro da família, e sim a redefinição de tarefas” (SUGAMOSTO, 2003, p.96).

Salientamos que a redefinição de tarefas aos idosos está sim presente no meio rural. No entanto, vale destacar que é cada vez mais comum termos pessoas acima dos 80, ou 90 anos, que pela condição de debilidade física, não podem desenvolver mais atividades, mas sim precisam de cuidados especiais, geralmente realizados por familiares.

Diante destas constatações evidenciamos as dificuldades vivenciadas pelos aposentados em geral na transição do trabalho à aposentadoria. Salientamos que estas dificuldades vinculam-se, principalmente, com o fato de que na sociedade capitalista, sentir-se útil e produtivo está ligado com a realização de atividades econômicas.

O agricultor familiar, por aposentar-se relativamente cedo, homens com 60 e mulheres com 55 anos, por terem baixa remuneração (1 salário mínimo), e pela dificuldade em ter pessoas que deem continuidade às atividades na propriedade, tendem a continuar trabalhando.

Concluimos assim, que a continuidade no trabalho pode ser importante para o idoso e/ou aposentado, no entanto, quando este processo não é organizado de forma apropriada pode ser penoso e não proporcionar o bem estar indispensável.

A partir dessas constatações e análises de resultados de pesquisas sobre a velhice, a aposentadoria, em especial a aposentadoria rural especial, passamos a discutir e apresentar os impactos da aposentadoria rural especial nos municípios pesquisados.

4.5 DIAGNÓSTICO SOBRE OS IMPACTOS DA APOSENTADORIA RURAL ESPECIAL NOS MUNICÍPIOS DE GUAPOREMA, SÃO TOMÉ, TAPEJARA E TUNEIRAS DO OESTE

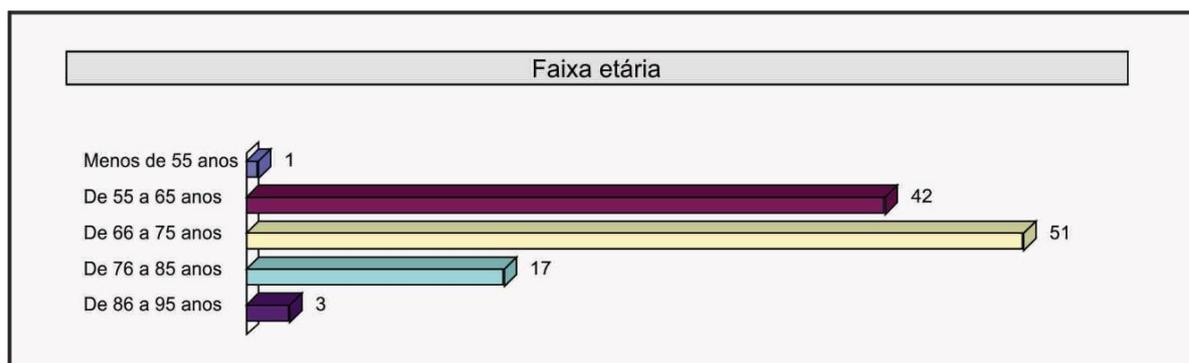
Nas seções que seguem abordamos a respeito dos impactos da aposentadoria rural especial nos municípios de Guaporema, São Tomé, Tapejara e Tuneiras do Oeste – PR. Para tanto passamos a apresentar os resultados obtidos com a aplicação dos questionários aos aposentados rurais.

4.5.1 Perfil dos aposentados, condições de vida e impactos dos benefícios previdenciários para o desenvolvimento local

Como já mencionamos, na aplicação dos questionários aos aposentados rurais buscamos um equilíbrio entre o número de homens e mulheres participantes da pesquisa. No entanto, o número de mulheres ainda foi maior, devido à facilidade de encontrá-las na residência durante o dia. Assim, entre os 114 participantes da pesquisa, 72 (63.2%) foram do sexo feminino e 42 (36.8%) do sexo masculino.

Quanto à faixa etária (gráfico 13) a grande maioria 93 (81.5%) tem entre 55 a 75 anos, e 20 (17.5%) têm entre 76 a 95 anos. Tivemos apenas 1 caso com menos de 55 anos e nenhum com 96 anos ou mais. Quanto ao estado civil, 74 (64.9%) são casados, 28 (24.6%) viúvos, 6 (5.3%) solteiros, 4 (3.5%) divorciados e 2 (1.8%) vivem em união estável. Uma curiosidade é que do total de 28 viúvos, 25 são mulheres e 3 homens, confirmando uma tendência levantada pelo IBGE, de que as mulheres brasileiras vivem em média 7.8 anos a mais que os homens. Este fato também esclarece o número maior de mulheres participantes da pesquisa em relação aos homens.

Gráfico 13 – Faixa etária dos participantes da pesquisa



Fonte: Pesquisa de campo (2015/2016)

Quanto à escolaridade, 38 (33.3%) não tem nenhuma escolaridade, 36 (31.6%) tem os anos iniciais do Ensino Fundamental incompleto, 28 (24.6%) os anos iniciais do Ensino Fundamental completo, 7 (6.1%) o Ensino Fundamental incompleto, 2 (1.8%) o Ensino Fundamental completo, e 3 (2.6%) o Ensino Médio completo. Assim, se somarmos os que não têm nenhuma escolaridade, os que têm apenas os anos iniciais do Ensino Fundamental incompleto e completo, e os que têm o Ensino fundamental completo e incompleto, temos 97.4% da amostra, ou seja, evidenciamos a baixa escolaridade da grande maioria deste público.

Durante a aplicação dos questionários, inúmeros aposentados relataram as dificuldades de acesso à escola que se tinha durante seus períodos de infância e juventude, sobretudo a distância e a indisponibilidade de meios de transporte. Além disso, também salientaram a questão cultural, pois os pais acreditavam que não havia necessidade de estudo para trabalhar na roça, além de que os filhos desde crianças já ajudavam no trabalho. Outros achavam que apenas os filhos homens precisavam aprender a ler, a escrever e as operações matemáticas, já as filhas mulheres não teriam essa necessidade.

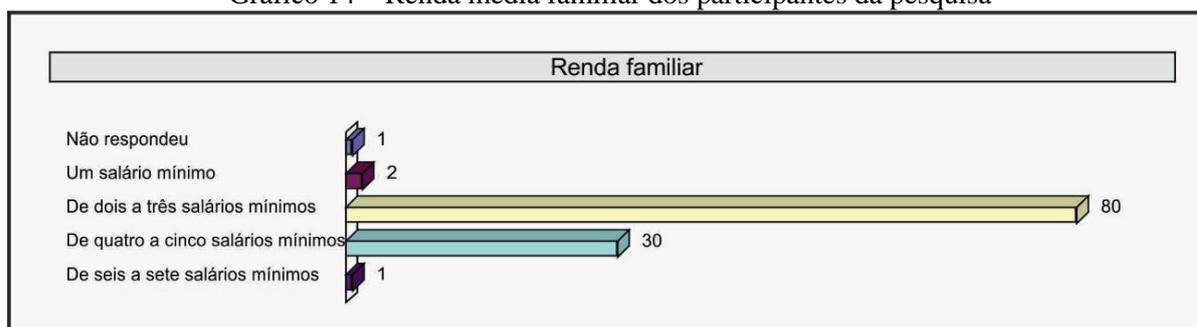
Dentre os participantes da pesquisa, 58 (50.9%) vivem na área rural e 56 (49.1%) na área urbana. Dentre os 59 que residem na área rural, 42 (71.2%) afirmaram estar na condição de responsáveis pelo estabelecimento agropecuário, e 17 (28.8%) afirmaram não serem os responsáveis. Dentre os 24 homens da área rural, 23 (95.8%) afirmaram ser responsáveis pelo estabelecimento, já dentre as 34 mulheres, 19 (55.9%) disseram ser responsáveis pela propriedade, e sempre acrescentavam: “eu e meu marido”.

Aqui temos duas situações que merecem ser destacadas: 1) A maioria dos aposentados rurais pesquisados, que vivem na área rural, ainda estão na condição de responsáveis pelo estabelecimento agropecuário. Sem contar que dentre algumas mulheres que responderam não serem responsáveis, é provável que boa parte dos maridos, na maior

parte dos casos também aposentados, sejam considerados os responsáveis; 2) apesar de boa parte das mulheres ainda não se autoafirmar como responsável pela propriedade, é possível notar uma mudança de posicionamento quando mais da metade afirmaram ser responsáveis junto com o marido. Esta consciência se deve inclusive, à extensão do direito de aposentadoria às mulheres agricultoras.

No que se refere à renda média familiar dos participantes da pesquisa, obtivemos os resultados apresentados no gráfico 14. Verificamos que na maioria dos casos (70.1%) a renda está na faixa de 2 a 3 salários mínimos mensais, tendo um número representativo (26.3%) na faixa de 4 a 5 salários, uma porcentagem pequena na faixa de 6 a 7 salários e de 1 salário, e nenhum caso com mais de 7 salários. Considerando que 82.5% dos participantes da pesquisa afirmaram receber dois benefícios previdenciários na residência, e 2.6% afirmaram receber 3 benefícios, podemos avaliar que as aposentadorias têm um peso fundamental na renda das famílias.

Gráfico 14 – Renda média familiar dos participantes da pesquisa



Fonte: Pesquisa de campo (2015/2016)

Assim, questionamos se possuíam outra fonte de renda além do (s) benefício (s) previdenciário (s). 83 (72.8%) afirmaram possuir outra fonte de renda, e 31 (27.2%) afirmaram não possuir. Então questionamos aos que possuem outra fonte renda, qual é esta fonte. Esta foi uma questão aberta, podendo citar uma ou mais fontes de renda.

Incorporamos as respostas em 6 grupos: 1) Desenvolvimento de atividades agropecuárias (66 respostas); 2) Pessoas da residência tem emprego (16 respostas); 3) Arrendamento de terras (11 respostas); 4) Produz e comercializa produtos (9 respostas); 5) Recebe aluguel (5 respostas); 6) Tem comércio (2 respostas).

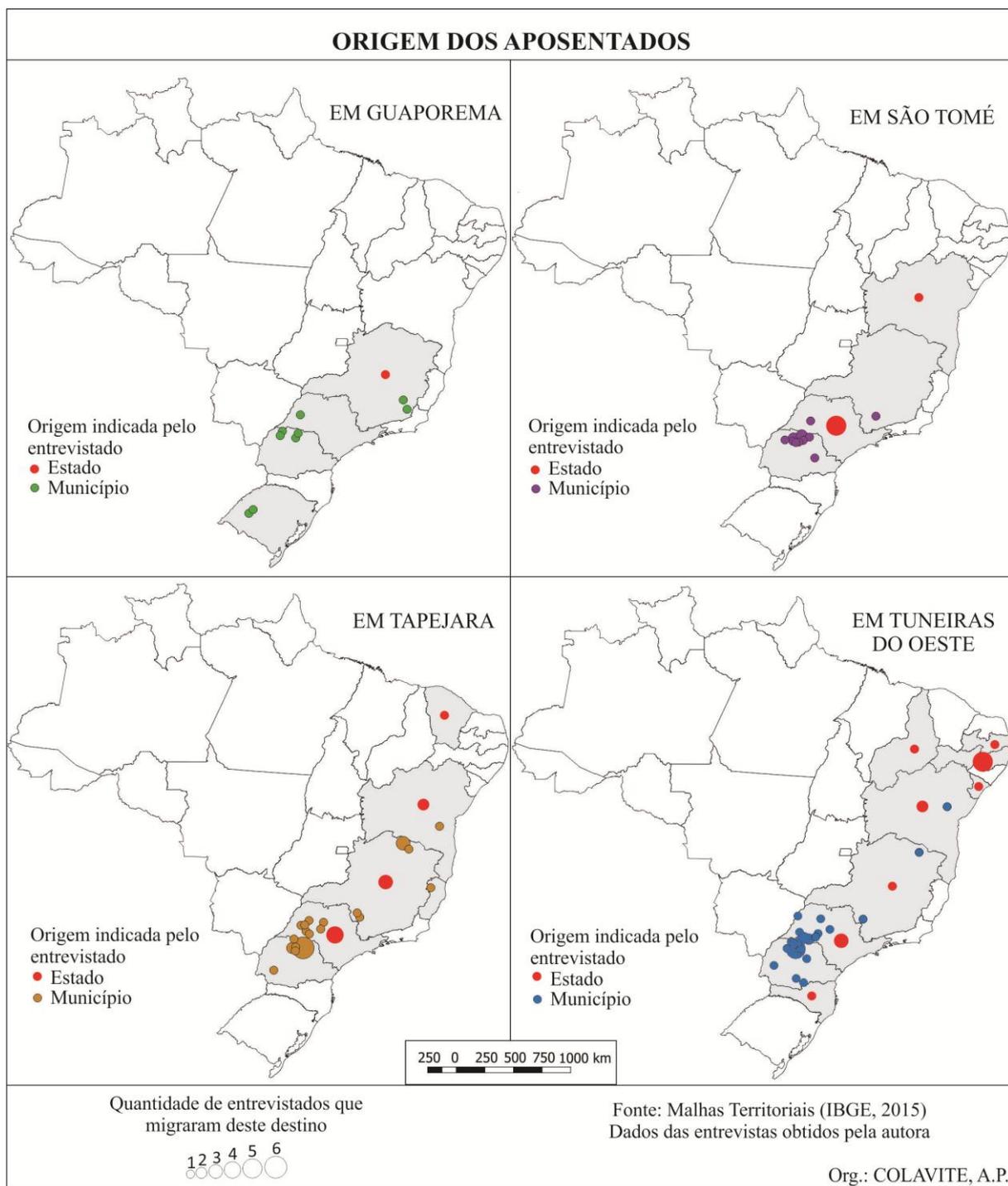
Desta maneira, evidenciamos que o desenvolvimento de atividades agropecuárias continua por significativa parcela dos aposentados mesmo após o recebimento do benefício. Muitas vezes essa atividade é desenvolvida pelo próprio aposentado, em outras por filhos e/ou parentes e/ou também em conjunto. Também podemos constatar um número considerável da prática de arrendamento de terras.

Com o objetivo de conhecermos o local de origem (mapa 7) e a dinâmica de mobilidade dos aposentados participantes da pesquisa, perguntamos qual foi o itinerário até chegarem aos municípios atuais. Em Guaporema, averiguamos participantes originários dos estados de Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul, além de procedentes de outros municípios do Norte paranaense.

Em São Tomé constatamos aposentados naturais dos estados da Bahia, Minas Gerais e São Paulo e, sobretudo, vindos de outros municípios do Paraná, especialmente da Região Norte. No município de Tapejara identificamos aposentados oriundos dos estados do Ceará, Bahia, Espírito Santo, Minas Gerais e São Paulo. Também de outros municípios paranaenses na maioria da Região Norte do estado.

Em Tuneiras do Oeste verificamos aposentados originários dos estados de Piauí, Paraíba, Pernambuco, Sergipe, Bahia, Minas Gerais, São Paulo e Santa Catarina, ainda de outros municípios do estado do Paraná, a maioria, assim como nos outros municípios pesquisados, também da Região Norte do estado.

Mapa 7 – Locais de origem dos aposentados participantes da pesquisa

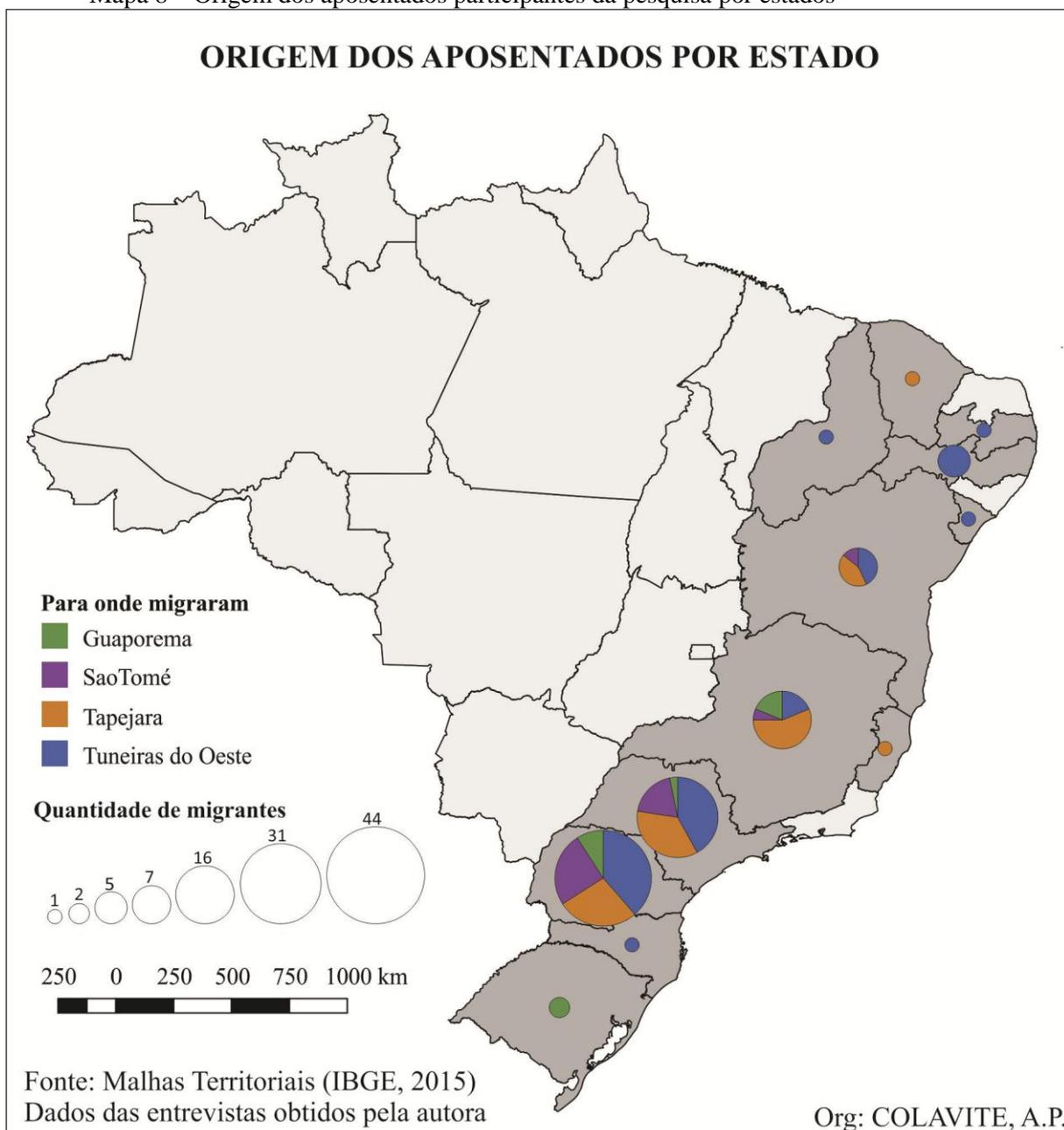


Fonte: Pesquisa de campo (2015/2016)

Assim, verificamos a predominância da origem de paulistas e mineiros, também um fluxo de nordestinos dos estados de Piauí, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Sergipe e Bahia, com predomínio dos baianos. Ainda temos sulistas dos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, com domínio dos gaúchos (mapa 8). Esses migrantes vieram para os municípios do Norte

do Paraná, na grande maioria dos casos, acompanhando a expansão cafeeira, sendo que muitos viveram em diferentes estados e/ou municípios até chegarem ao município atual.

Mapa 8 – Origem dos aposentados participantes da pesquisa por estados

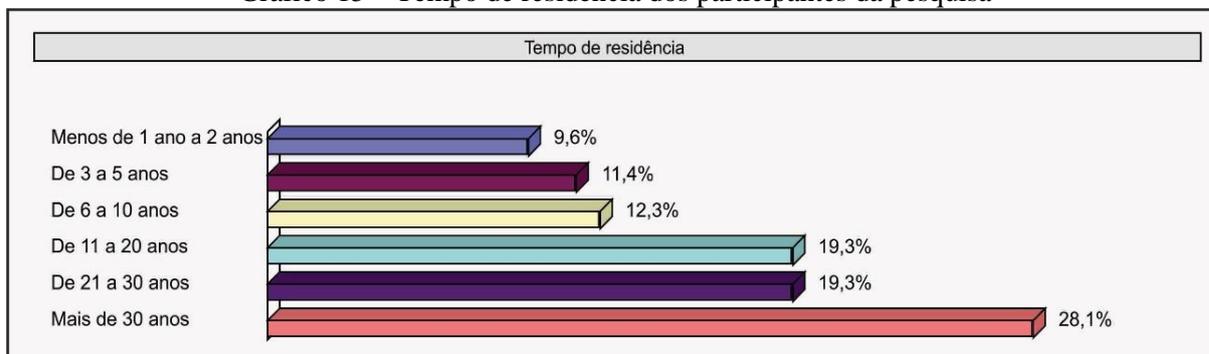


Fonte: Pesquisa de campo (2015/2016)

Ainda com relação ao local de moradia, questionamos há quanto tempo residem no local, e obtivemos o resultado apresentado no gráfico 15. Verificamos um percentual significativo de pessoas que residem há mais de 11 anos no mesmo local, com destaque para um percentual representativo de pessoas que vivem há mais de 30 anos, denotando que há um enraizamento territorial deste grupo. Em contrapartida, também temos um índice considerável

de pessoas que residem há menos de 10 anos no local, o que denota que há a mobilidade dos aposentados, como será tratado no próximo item.

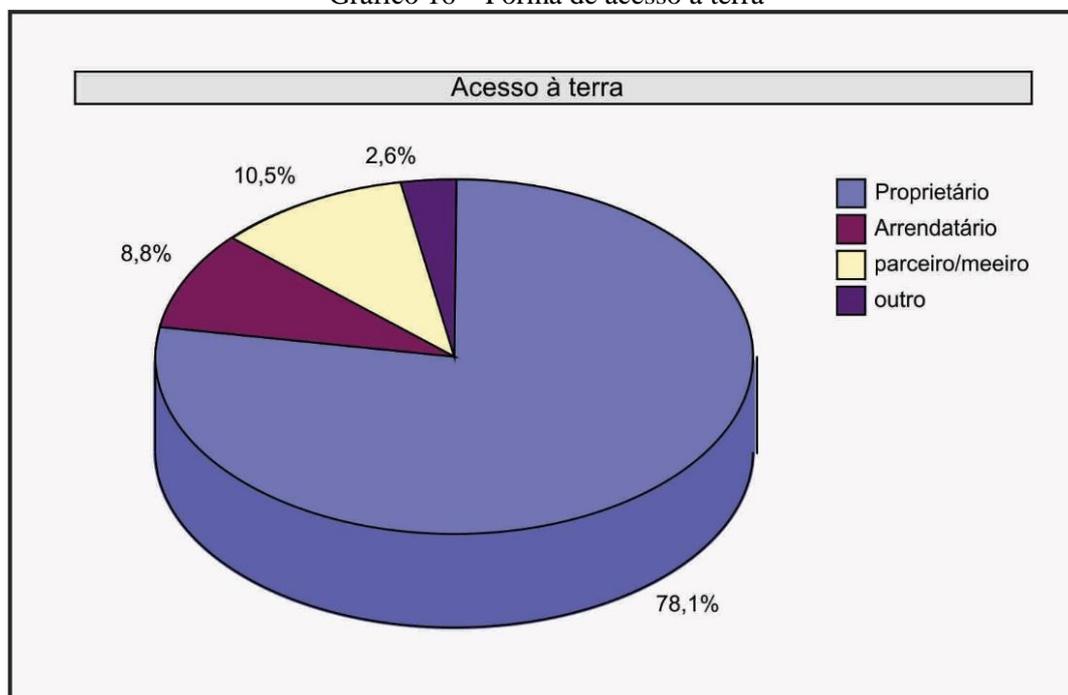
Gráfico 15 – Tempo de residência dos participantes da pesquisa



Fonte: Pesquisa de campo (2015/2016)

Outra questão que fizemos foi sobre a forma de acesso a terra, pois é uma informação importante para compreendermos a dinâmica produtiva dos agricultores familiares. Obtivemos o resultado apresentado no gráfico 16. Averiguamos que a principal forma de acesso a terra é/foi a propriedade, sendo a parceria a segunda forma mais comum, depois o arrendamento e uma pequena parcela com outras formas, não constando posseiros. Assim, verificamos que se trata de um grupo que tem ou teve condições boas e/ou razoáveis de trabalho, por se tratar na maioria de proprietários de terras.

Gráfico 16 – Forma de acesso a terra

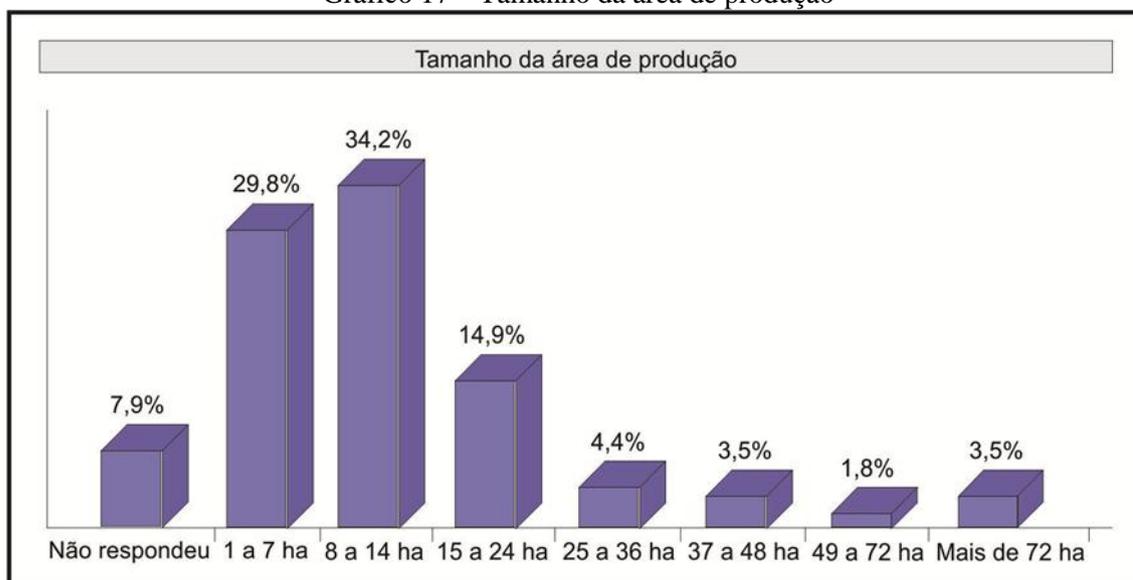


Fonte: Pesquisa de campo (2015/2016)

Também questionamos o tamanho das propriedades ou áreas de produção. O resultado está apresentado no gráfico 17. Assim, verificamos que a maioria dos estabelecimentos

agropecuários no qual os aposentados desenvolvem/desenvolviam o trabalho familiar, são pequenas chácaras e sítios, e que a grande maioria, 78.9% dos casos estão entre 1 a 24 hectares. Ainda obtivemos o resultado de 9.7% entre 25 a 72 hectares, e 3.5%, com mais de 72 hectares.

Gráfico 17 – Tamanho da área de produção

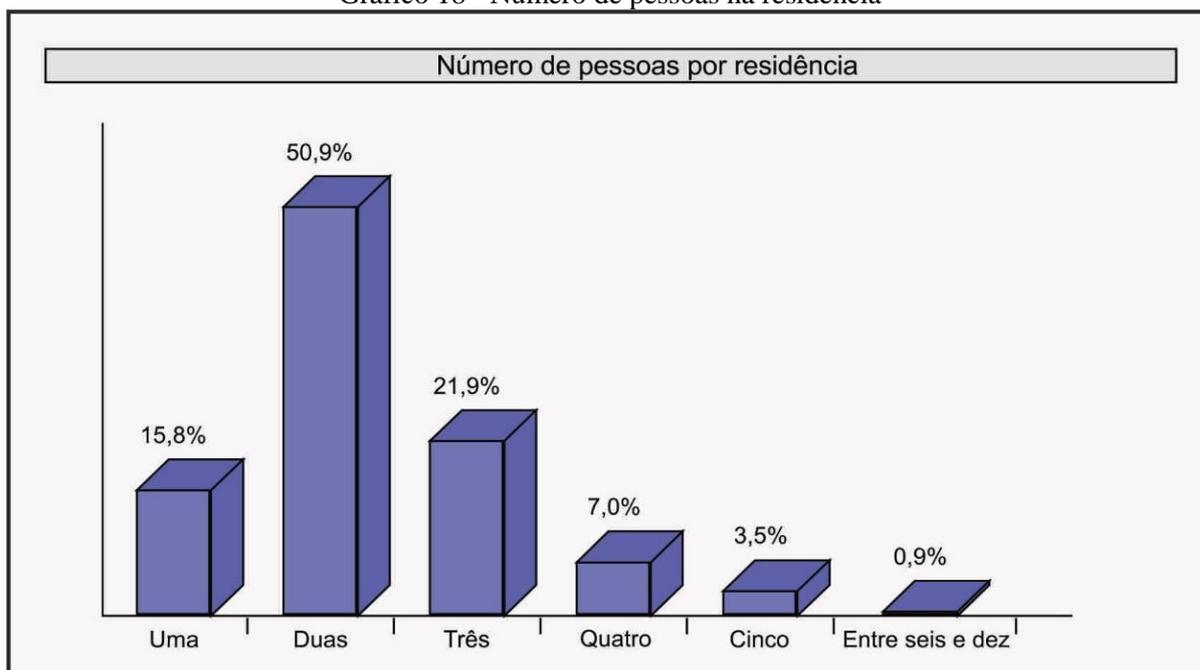


Fonte: Pesquisa de campo (2015/2016)

Perguntamos também aos participantes da pesquisa se possuíam imóveis, se sim, quantos imóveis possuíam. Dos 114 participantes, 106 (92.9%) afirmaram possuir imóveis, e 8 (7,1%) afirmaram não possuir. Dentre os que possuem imóveis, 54 afirmaram possuir 1 imóvel; 38 afirmaram ter 2 imóveis; 7 afirmaram ter 3 imóveis; e 7 afirmaram possuir 4 ou mais imóveis. Assim, averiguamos que a grande maioria chega à fase da aposentadoria com a posse de ao menos 1 imóvel, o que para o aposentado rural representa segurança e estabilidade.

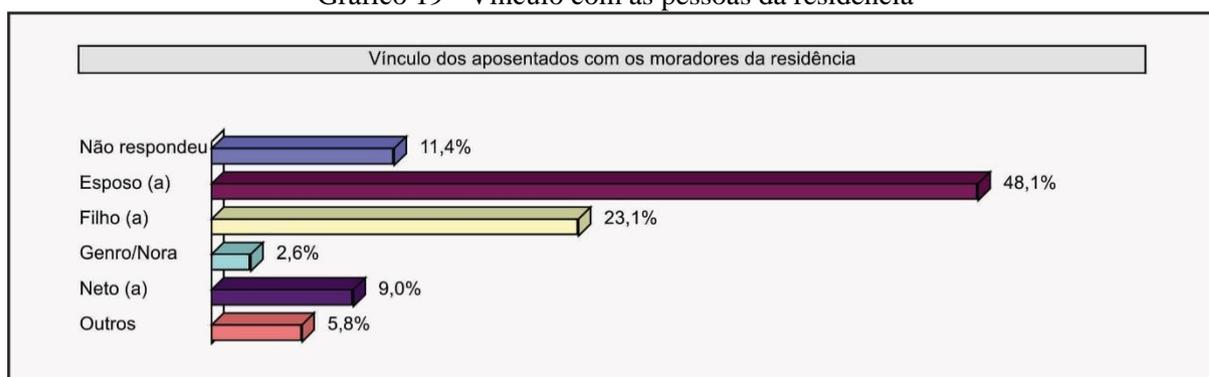
Com o intuito de avaliar as condições da residência dos aposentados, perguntamos quantas pessoas moram na residência (gráfico 18), e qual o vínculo do aposentado com essas pessoas (gráfico 19).

Gráfico 18 - Número de pessoas na residência



Fonte: Pesquisa de campo (2015/2016)

Gráfico 19 - Vínculo com as pessoas da residência

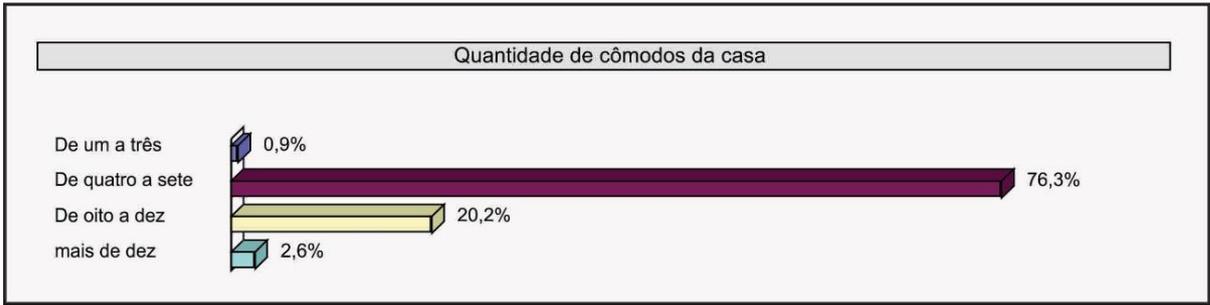


Fonte: Pesquisa de campo (2015/2016)

Verificamos que na maior parte dos casos (50.9%) vivem duas pessoas na residência, em geral o (a) aposentado (a) e seu cônjuge. Em 21.9% dos casos vivem 3 pessoas, geralmente o (a) aposentado (a), o cônjuge e um filho. Há casos em que o (a) aposentado (a) vive/cria netos na residência (9%), e verificamos que são poucos os casos em que residem com genros e noras (2.6%) ou outros (5.8%).

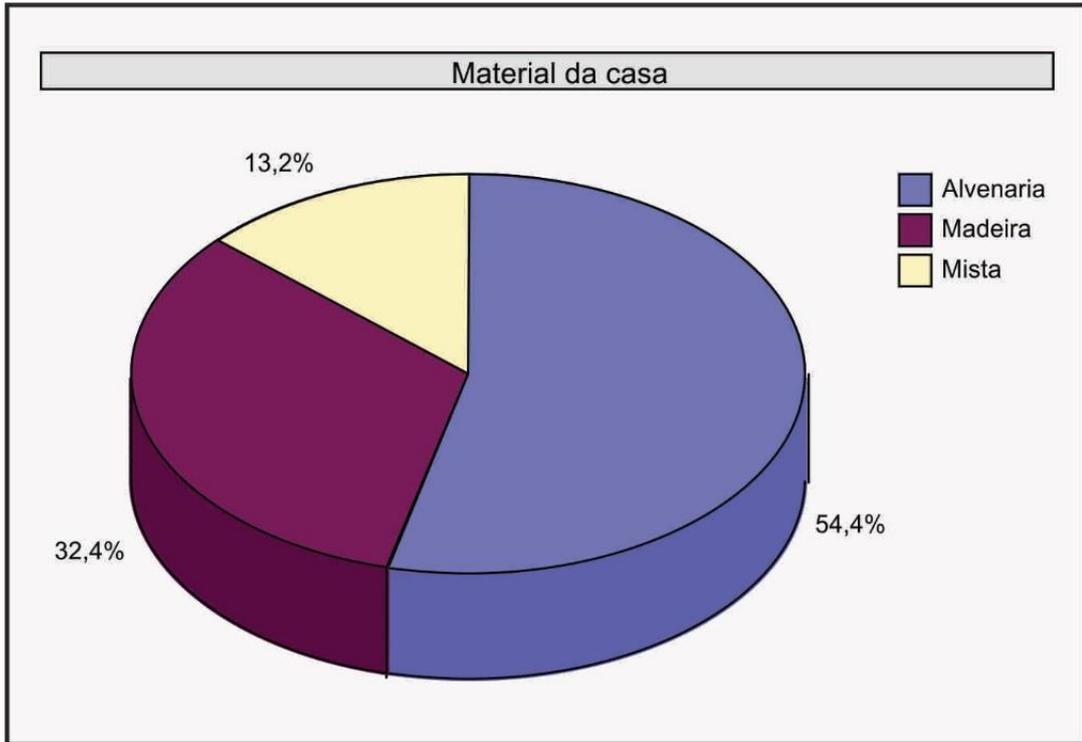
Também perguntamos quantos cômodos tem a residência (gráfico 20) e qual o material (gráfico 21). Podemos verificamos com as respostas, e nos trabalhos de campo, que em geral as residências são simples, mas oferecem um padrão razoável de conforto e infraestrutura, pois a grande maioria das residências tem 4 ou mais cômodos, predominando as casas de alvenaria, embora o número de casas de madeira ainda seja alto (figura 13).

Gráfico 20- Número de cômodos da casa



Fonte: Pesquisa de campo (2015/2016)

Gráfico 21 – Material da casa



Fonte: Pesquisa de campo (2015/2016)

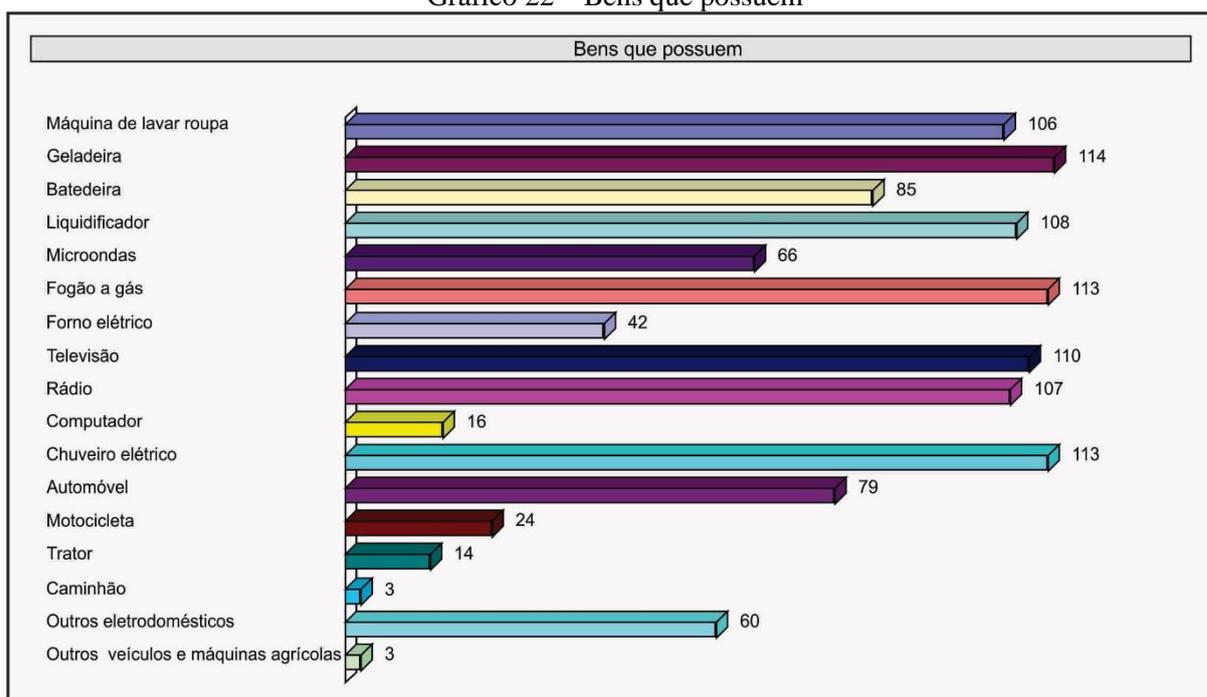
Figura 13- Residências e automóveis de aposentados rurais participantes da pesquisa



Acervo da autora (2015/2016)

Também levantamos informações sobre alguns bens que possuem (gráfico 22), e averiguamos que a grande maioria dispõem dos principais eletrodomésticos como máquina de lavar roupa, geladeira, fogão a gás, chuveiro elétrico e televisão. Vale destacar que o uso de computador ainda é mínimo para este público, geralmente o computador está presente nas residências em que filhos e/ou netos o utilizam. Este fato vincula-se com a baixa escolaridade deste público e com o pouco acesso e inclusão aos avanços tecnológicos.

Gráfico 22 – Bens que possuem

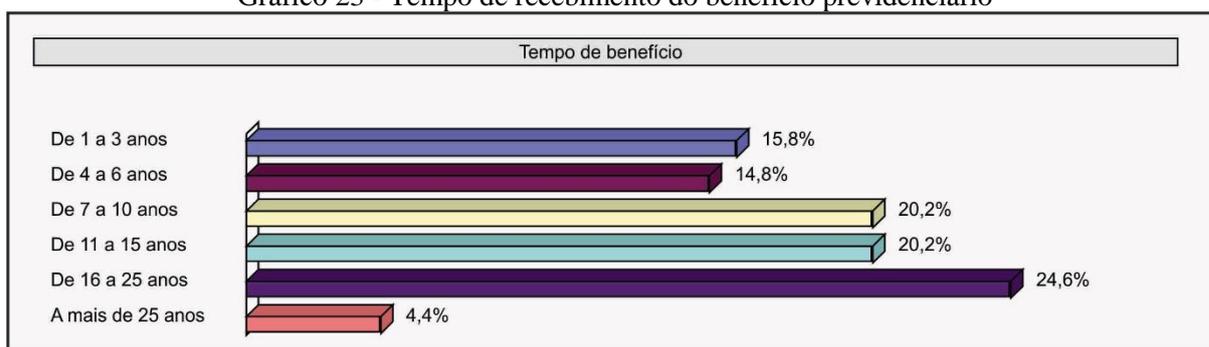


Fonte: Pesquisa de campo (2015/2016)

Outro aspecto relevante é o fato de 69.2% dos aposentados participantes da pesquisa possuir automóveis (figura 18), e 21% possuir motocicleta. Em muitos casos, são veículos simples, populares, com mais de 10 anos de uso, no entanto, são fundamentais para a qualidade de vida e locomoção desses idosos, especialmente os que vivem na área rural. Com relação à posse de implementos e máquinas agrícolas, 14 (12.2%) afirmaram possuir trator, e nenhum possui colheitadeira, assim, verificamos que a mecanização da produção ainda é restrita a esses agricultores familiares.

Com o objetivo de conhecer sobre o acesso ao benefício previdenciário e o impacto na vida dos aposentados rurais, elaboramos algumas questões neste sentido. Primeiramente perguntamos aos participantes da pesquisa, há quanto tempo recebem o benefício previdenciário (gráfico 23). Verificamos certo equilíbrio entre os benefícios com até 10 anos (50.8%), e de 11 ou mais anos (49.2%).

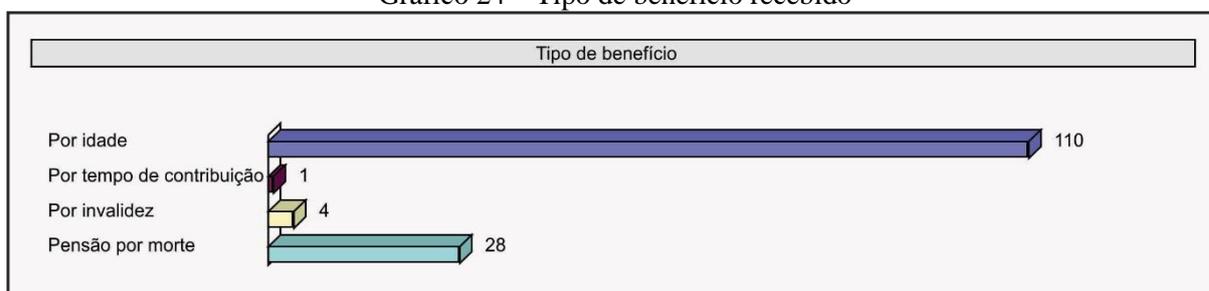
Gráfico 23 - Tempo de recebimento do benefício previdenciário



Fonte: Pesquisa de campo (2015/2016)

Questionamos também, o tipo de benefício que recebem (gráfico 24). Identificamos que a grande maioria (110) se aposentou por idade, havendo apenas 1 caso de aposentadoria por contribuição¹¹⁰. Assim evidencia-se a importância da aposentadoria especial rural por idade, tendo em vista a dificuldade de o trabalhador rural em regime familiar formalizar sua contribuição à previdência. Vemos também, que o número de aposentados por invalidez é pequeno, apenas 4 afirmaram receber o benefício previdenciário por invalidez, e também 28 afirmaram receber pensão por morte do cônjuge, ou seja, em todos os casos de viuvez, a pensão foi concedida.

Gráfico 24 – Tipo de benefício recebido



Fonte: Pesquisa de campo (2015/2016)

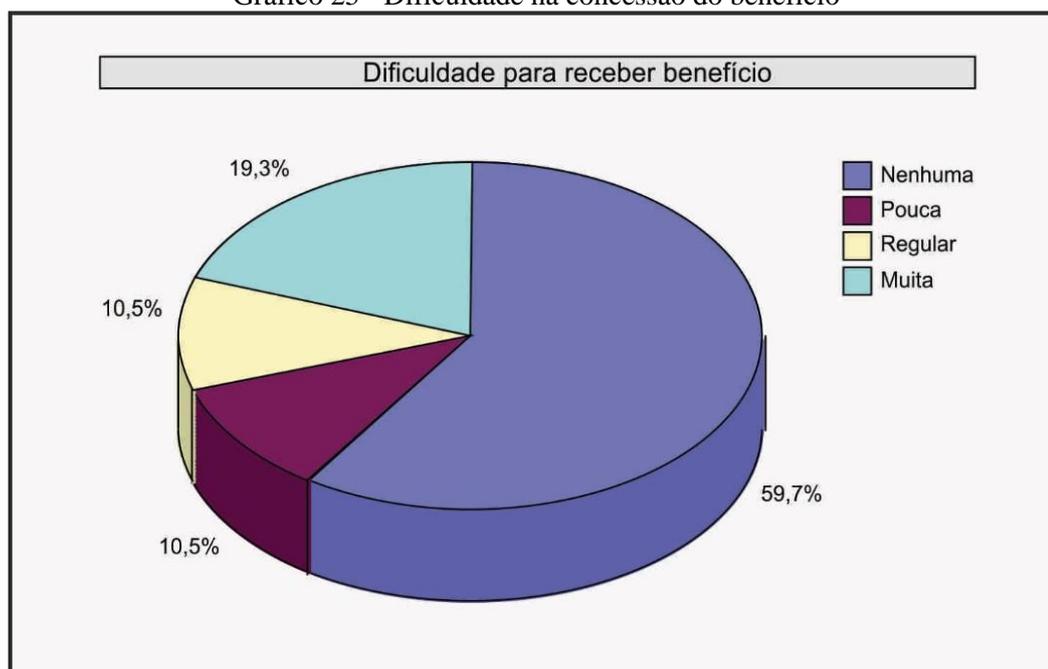
Levantamos a questão de que o índice de aposentados por invalidez poderia ser maior caso o público rural tivesse mais informação e esclarecimentos sobre os direitos que possui. Nos trabalhos de campo pudemos presenciar situações em que o trabalhador teria direito ao benefício, mas que desconhece os direitos e trâmites legais necessários.

Outra questão que fizemos foi sobre o nível de dificuldade para a concessão do benefício previdenciário (gráfico 25). Averiguamos que em 80 (70.2%) dos casos, os aposentados afirmaram não ter tido nenhuma ou pouca dificuldade para a concessão do benefício previdenciário. É importante esclarecer que os participantes da pesquisa sempre

¹¹⁰ Vale destacar que é facultativa a contribuição para a previdência pelo agricultor em regime familiar.

complementavam a resposta enfocando que já tinham toda a comprovação documental das atividades agropecuárias, como notas fiscais de comercialização dos produtos, por exemplo. Neste sentido, verificamos que de modo geral há conhecimento dos agricultores familiares sobre os procedimentos e documentos comprobatórios necessários para o direito ao benefício, bem como agilidade do INSS para a concessão.

Gráfico 25 - Dificuldade na concessão do benefício



Fonte: Pesquisa de campo (2015/2016)

Dentre os que afirmaram ter tido regular ou muita dificuldade para a concessão do benefício previdenciário, 34 (29.8%) dos participantes da pesquisa, questionamos quais foram essas dificuldades. Averiguamos que na maior parte dos casos a principal dificuldade foi a falta de documentação para comprovar a atividade rural. Em vários casos, o aposentado trabalhava como diarista, ou em parceria, e não possuía notas fiscais de produção em seu nome.

Outra situação é o fato de trabalhadores que tiveram empregos na área urbana com registro em carteira por um período, e casos em que o agricultor familiar abriu empresa para si, ou para outros em seu nome. Essas circunstâncias geram transtornos e podem levar até mesmo ao indeferimento na concessão do benefício, pois em diversos casos, descaracterizam o trabalhador como segurado rural especial. Na entrevista que realizamos com a Chefe do Setor de Benefícios do INSS, Agência de Cianorte, Joiceane Hillmann Rohling¹¹¹, a mesma esclareceu sobre essas situações:

¹¹¹ Entrevista concedida no dia 28/10/2015, na agência do INSS de Cianorte.

[...] os trabalhadores que tiveram vínculo no meio urbano e retornaram ao meio rural, precisam comprovar o retorno, e muitos não tem documentos para comprovar esse retorno. Antes podia ser em nome de outro membro do grupo familiar do requerente, e agora tem que ser no nome do próprio requerente. Então, para a mulher é mais difícil, porque normalmente deixam o cadastro no nome do cônjuge, só do marido, e daí na hora de pedir o benefício, tem nota fiscal para comprovar, mas não está no nome dela. Na nossa região acontece muito de a mulher ter vínculo em facção como costureira, [...] e depois precisa apresentar prova de retorno à atividade rural, o que muitas não conseguem (informação verbal).

Sobre a abertura de empresa em nome do requerente de aposentadoria como segurado especial rural, Joceane Hillmann Rohling¹¹² esclareceu que se existe uma atividade aberta no nome do requerente, presume-se que tal atividade esteja sendo exercida, o que o descaracteriza como segurado especial rural, criando inclusive a obrigação da pessoa em pagar as contribuições para a previdência. No caso de fechamento da empresa e volta à atividade rural, é preciso dar baixa na inscrição da empresa e comprovar documentalmente o retorno à atividade rural. Assim complementa que em muitas circunstâncias, falta informação ao solicitante do benefício para regularizar a situação e apresentar os documentos comprobatórios necessários.

Esta informação coincide com os apontamentos feitos por participantes da pesquisa, pois também relataram como dificuldades na concessão do benefício, a burocracia e a falta de informações prévias sobre a documentação necessária à comprovação das atividades agropecuárias, o que gera, no momento da concessão do benefício, a obrigação de fazer a juntada de documentos, gerando transtornos. Nos trabalhos de campo, ouvimos relatos de aposentados, que não conseguindo as provas documentais necessárias, afirmam ter “comprado notas”, ou seja, apresentaram documentos falsos para comprovar a atividade rural.

Ainda sobre as dificuldades na concessão do benefício previdenciário, alguns aposentados consideraram o fato de precisar filiar-se ao sindicato rural e pagar as taxas exigidas pela instituição, a fim de que a mesma organizasse e encaminhasse o processo de aposentadoria. Ouvimos ainda relatos de aposentados que afirmaram que pelo fato de não serem filiados ao sindicato, representantes da instituição “dificultaram seus processos de aposentadoria”, por exemplo, desestimulando-os, alegando que não teriam como comprovar a atividade rural.

Em contrapartida, vale destacar que constatamos no município de São Tomé uma ação bastante efetiva do Sindicato Rural nos processos de aposentadoria rural especial. A maioria

¹¹² Chefe do Setor de Benefícios do INSS, Agência de Cianorte. Entrevista concedida no dia 28/10/2015, na agência do INSS de Cianorte.

dos aposentados participantes da pesquisa citou espontaneamente a filiação ao sindicato e a ação sindical como fundamentais para obtenção de informações e tramitação legal dos processos de aposentadorias. Assim, verificamos que no município de São Tomé, a maioria dos processos de aposentadorias rurais especiais que chegam ao INSS, são mediados pelo Sindicato Rural.

A Chefe do Setor de Benefícios do INSS, Agência de Cianorte, Joceane Hillmann Rohling¹¹³, também destacou que há uma ação efetiva dos sindicatos de trabalhadores rurais na região de Cianorte, e que fazem um importante trabalho de orientação aos agricultores quanto aos processos de aposentadorias, trabalhando em parceria com o INSS. Desta maneira, verificamos uma contradição, pois ao mesmo tempo em que temos um papel fundamental dos sindicatos na prestação de informações aos agricultores e na tramitação dos processos de aposentadoria, constatamos em um dos municípios, problemas na relação sindicato X trabalhador, que avaliamos em muitos casos ser uma questão de cunho pessoal.

Defendemos que os sindicatos, pela importância que apresentam como entidade representativa dos trabalhadores, e pelos serviços relevantes que prestam, garantindo os direitos, precisam trabalhar mais efetivamente com os agricultores familiares, sendo imparciais, informando-os e mostrando-lhes a importância de estarem vinculados a uma entidade representativa.

Outra dificuldade apontada na concessão do benefício, no caso das aposentadorias por invalidez, são as burocracias para a comprovação dos problemas de saúde.

Por essa série de dificuldades e questões apontadas, averiguamos que uma parcela significativa dos agricultores familiares contrata advogados para tramitar os processos de aposentadoria, e que há advogados especializados nesses processos, o que em muitos casos, agiliza e facilita o recebimento do benefício, porém, compromete os primeiros meses de recebimento, pois se destinam ao pagamento dos honorários destes profissionais. Com isso, surgem também “golpes e fraudes”, como: benefícios indevidos, exploração dos aposentados e comércio de documentos falsos.

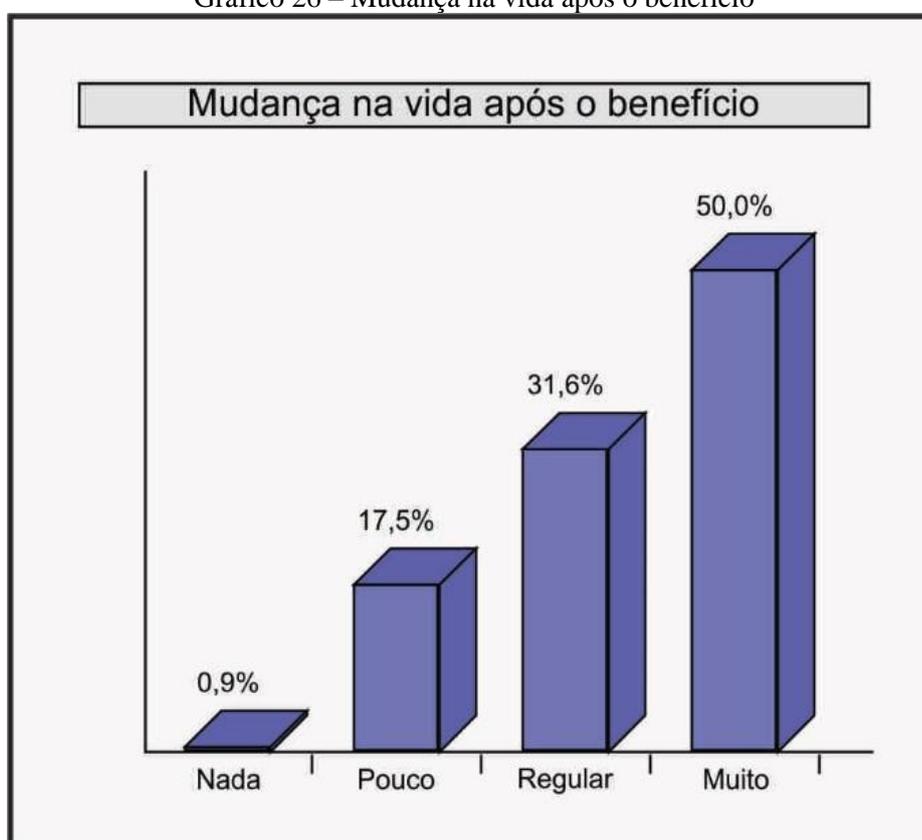
Com o intuito de avaliar o alcance e a importância do benefício previdenciário na vida dos aposentados, questionamos se o valor recebido com o benefício mudou alguma coisa na vida dos mesmos (gráfico 26). 57 (50%) afirmaram ter mudado muito a vida, e 36 (31.6%) afirmaram ter mudado de forma regular. Assim, temos um total de 93 (81.6%) que afirmaram

¹¹³ Entrevista concedida no dia 28/10/2015, na agência do INSS de Cianorte.

ter uma mudança importante em suas vidas com o recebimento do benefício previdenciário. 20 (17.5%) disseram ter tido pouca mudança e 1 (0.9%) disse não ter tido nenhuma mudança.

Perguntamos então, o que mudou na vida dos mesmos. Apesar de a grande maioria ter focado que o valor de um salário mínimo é pouco e que precisam de outras fontes de renda para suprir as necessidades, alguns aspectos essenciais foram apontados, na seguinte ordem de disposição: 1) A garantia de sobrevivência; 2) O fato de possuir uma renda fixa; 3) O ganho de autonomia financeira; 4) A possibilidade de cuidar melhor da saúde; 5) O aumento da qualidade de vida; 6) A diminuição do trabalho. Entre os que disseram ter mudado pouca coisa em suas vidas com o recebimento da aposentadoria, a resposta sempre girou em torno de que o valor é pouco e só é suficiente para as necessidades básicas.

Gráfico 26 – Mudança na vida após o benefício



Fonte: Pesquisa de campo (2015/2016)

Sobre as respostas referentes ao que mudou na vida dos aposentados a partir do recebimento do benefício previdenciário, destacamos alguns aspectos. A maioria apontou a garantia de sobrevivência e de renda fixa como as principais mudanças geradas pelo recebimento do benefício previdenciário. Percebemos que este aspecto é importante aos aposentados rurais, visto que a atividade agropecuária apresenta vulnerabilidade, dependência dos fatores naturais, ou seja, insegurança, instabilidade. Já a aposentadoria representa segurança e estabilidade.

Assim, ouvimos vários relatos sobre a possibilidade de planejar a compra de produtos e da facilidade da obtenção de crédito quando necessário. Chamou-nos a atenção o caso de um aposentado do município de São Tomé, que após aposentar-se, juntou as economias e financiou no banco o restante do valor para a compra de uma casa. Ele relatou que o valor recebido com sua aposentadoria e da esposa, é destinado para pagar o empréstimo, e que ele e o filho trabalham fora para manutenção das demais despesas. Desta forma, relatou que para sua família, as aposentadorias significaram a possibilidade de comprarem a casa própria.

Como veremos adiante, a maioria dos aposentados rurais continua trabalhando após se aposentar, assim, a aposentadoria se torna, ao menos por um tempo, uma renda extra, proporcionando mais tranquilidade a essas famílias, desta forma, muitos relataram sempre ter economias quando surge alguma necessidade, diferente de antes de se aposentarem.

Já com relação ao ganho de autonomia financeira, foi uma resposta dada por mulheres. Para uma parcela das trabalhadoras rurais aposentadas, o recebimento do benefício previdenciário é sinônimo de autonomia e independência para comprar os produtos que desejam, sem necessariamente precisarem da aprovação dos maridos. Vale destacar que há uma cultura no meio rural de os homens administrarem o dinheiro da família, e que com a aposentadoria as mulheres ganham mais autonomia neste sentido.

Outro fator de melhora na vida dos aposentados está em terem mais condições de cuidar da saúde. Ouvimos relatos de aposentados que dizem usar todo o valor recebido com o benefício em tratamentos de saúde, compra de remédios e/ou pagamento de plano de saúde. Desta forma, constatamos que o benefício previdenciário se converte em muitos casos, em “uma espécie de seguro de saúde”, pois permite o acesso a vários serviços.

Outro aspecto apontado se refere ao aumento da qualidade de vida, ou seja, a possibilidade de acesso a serviços, produtos e bens, melhora das condições de habitação, o que gera mais conforto. Ouvimos relatos de alguns aposentados sobre a possibilidade de realizar viagens após aposentar-se, desta forma, percebemos uma ampliação de atividades de lazer.

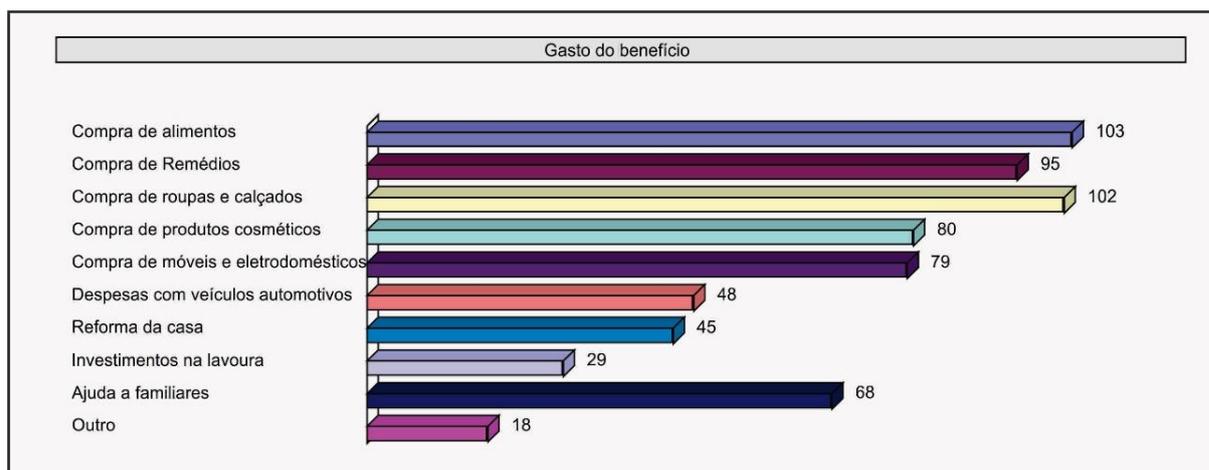
Além disso, também foi mencionado pelos aposentados, o fato de não precisarem trabalhar tanto quanto antes. Sobre esta questão, vale destacar que nos relatos ouvidos durante os trabalhos de campo, houve um enfoque representativo dos aposentados sobre a penosidade do trabalho no campo, sobretudo pela maioria não ter acesso aos processos de mecanização da produção. Tivemos relato de uma aposentada de Guaporema que disse não mais precisar trabalhar como bóia-fria no corte de cana de açúcar, em situação degradante. Outros aposentados relataram não passar mais por tantas necessidades e privações quanto antes.

Com o intuito de avaliar o alcance da aposentadoria rural no acesso a produtos, bens e serviços, questionamos aos aposentados em quais itens gastam a maior parte do valor recebido com o benefício previdenciário e/ou se já investiram em algum dos itens listados (gráfico 27). Esta foi uma questão em que poderiam apontar vários itens.

Verificamos que a maioria utiliza o valor recebido com a aposentadoria para a compra de alimentos, remédios, roupas e calçados, produtos cosméticos e compra de móveis e eletrodomésticos. Desta forma constatamos que em geral, os recursos da aposentadoria são utilizados para as necessidades básicas pessoais e da casa.

Porém averiguamos que esse valor também é utilizado para inúmeras outras finalidades que impactam diretamente na melhoria da qualidade de vida, como despesas com veículos automotivos e reforma da casa, pois colaboram com a locomoção e o conforto dos aposentados. Em 29 casos (25.4%) dos participantes, afirmaram utilizar ou já ter utilizado este recurso para investimentos na propriedade rural ou na produção, ou seja, na reprodução da agricultura familiar.

Gráfico 27 – Gasto do valor recebido com o benefício previdenciário



Fonte: Pesquisa de campo (2015/2016)

Vale destacar ainda o índice considerável de aposentados 68 (59.6%) dos participantes da pesquisa, que afirmaram ajudar ou já ter ajudado familiares com o valor recebido com a aposentadoria. Assim, averiguamos que apesar do baixo valor, os benefícios rurais apresentam um alcance importante, que ultrapassa a figura do aposentado, sendo importante para familiares e pessoas próximas. É importante mencionar que não constatamos situações de exploração de familiares para com os aposentados. Com relação à opção outros gastos foram citados: contas de água, luz e telefone e presentes para familiares.

Perguntamos também aos participantes da pesquisa se a partir do recebimento da aposentadoria passaram a comprar algum produto que não compravam antes. 62 (54.4%)

afirmaram que não, e 52 (45.6%) afirmaram que sim. Percebemos que o traço cultural é um fator a ser considerado nesta questão, pois apesar de aumentar a renda com a aposentadoria, este público apresenta certa resistência aos apelos consumistas. Aos que afirmaram que passaram a comprar novos produtos, perguntamos quais produtos.

Foi uma questão aberta e agrupamos as respostas em 9 categorias : 1) Alimentos (23 respostas) ; 2) Móveis e eletrodomésticos (19 respostas); 3) Produtos cosméticos (10 respostas) ; 4) Roupas e calçados (6 respostas); 5) Produtos de limpeza (5 respostas) ; 6) Reforma e financiamento da casa própria (4 respostas) ; 7) Plano de saúde (3 respostas); 8) Presentes (2 respostas) ; 9) Investimento na criação de gado (1 resposta).

Sobre os aposentados que afirmaram agora comprar alimentos que antes não compravam, foi citado a compra de frutas, iogurte, doces e cerveja. Vemos assim que passaram a comprar alimentos tidos até então como não essenciais, assim como em alguns casos foi citado a compra de mais roupas e calçados e produtos cosméticos. Um relato curioso foi de uma aposentada de Guaporema, que disse que só pôde passar a comprar filtro solar depois que aposentou-se.

Nos trabalhos de campo, ouvimos relatos de alguns aposentados sobre a possibilidade proporcionada pela aposentadoria de comprar móveis e eletrodomésticos novos. Entre esses casos foi citado a compra de móveis planejados, microondas, geladeira, máquina de lavar roupa, sofá e máquina de costura. Nestes casos evidenciamos a possibilidade de melhorar a comodidade e o nível de conforto nas residências.

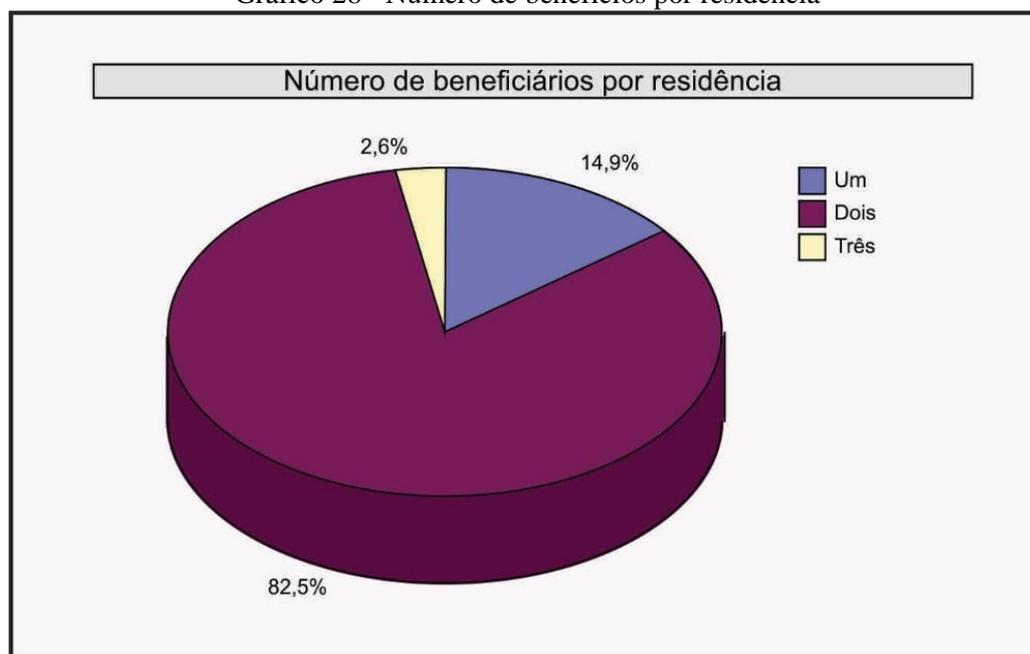
Em 3 casos foi citado a possibilidade de investir em plano de saúde a partir do recebimento da aposentadoria, bem como um caso em que foi possível fazer tratamento dentário. Desta maneira averiguamos, como já mencionado, a possibilidade de mais acesso à serviços e atendimentos de saúde pelos aposentados, embora pelo baixo valor da aposentadoria este acesso ainda é restrito e insuficiente.

Outro dado interessante que levantamos, diz respeito ao número de benefícios previdenciários recebidos por residência (gráfico 28). Verificamos que em 94 (82.5%) dos casos, há 2 benefícios na residência, pois geralmente ambos os cônjuges o recebem, e em caso de falecimento de um dos cônjuges, o outro recebe pensão por morte. Em 17 (14.9%) dos casos, há 1 benefício, geralmente nos casos em que um dos cônjuges ainda não se aposentou, ou quando o aposentado é solteiro. Em 3 casos (2.6%), há três benefícios na residência.

Estas informações são relevantes pois demonstram que apesar do baixo valor de um salário mínimo, quando se somam os benefícios por residência, este valor passa a ser

expressivo às famílias, possibilitando um alcance mais abrangente dos recursos oriundos do benefício previdenciário.

Gráfico 28 - Número de benefícios por residência



Fonte: Pesquisa de campo (2015/2016)

Como já expomos, um dos objetivos da nossa pesquisa foi avaliar os impactos das aposentadorias rurais na dinamização do desenvolvimento local. Com o intuito de contribuir com esta análise, apresentamos alguns dados sobre benefícios e pensões pagas pelo INSS nos quatro municípios, tendo como referência o mês de Abril de 2014 (tabela 9).

Tabela 9 - Total pago em benefícios pelo INSS, no mês de Abril de 2014

Município	Benefícios rurais	Benefícios rurais (segurado especial)	Total de benefícios rurais	Benefícios urbanos	Total de benefícios (rural e urbano)
Guaporema	R\$ 90.008,48	R\$ 127.285,14	R\$ 217.293,62	R\$ 139.453,69	R\$ 356.747,31
São Tomé	R\$ 183.489,32	R\$ 252.376,68	R\$ 435.866,12	R\$ 370.242,59	R\$ 806.108,59
Tapejara	R\$ 600.742,88	R\$ 483.531,51	R\$ 1.084.274,39	R\$ 1.212.814,55	R\$ 2.297.088,94
Tuneiras do Oeste	R\$ 293.472,83	R\$ 618.871,85	R\$ 912.344,68	R\$ 473.094,17	R\$ 1.385.438,85

Fonte : INSS, Agência de Cianorte. Org. pela autora

Como podemos apurar a partir dos dados apresentados na tabela 9, os benefícios rurais dos segurados especiais (agricultores familiares), tem peso importante no montante do valor pago em benefícios pelo INSS nos municípios. Chama atenção o forte peso dos benefícios rurais dos segurados especiais no município de Tuneiras do Oeste. Também constatamos que apenas em Tapejara a soma dos benefícios urbanos supera a soma dos benefícios rurais, mas que mesmo assim essa diferença é pouca, o que mostra o peso e a importância econômica do

setor agropecuário nos municípios, o que reflete no número de aposentados rurais e no montante de recursos dessas aposentadorias.

Neste mesmo sentido, outra análise interessante é o comparativo entre os recursos provenientes das aposentadorias rurais especiais e o Fundo de Participação¹¹⁴ dos quatro municípios pesquisados (tabela 10). Para esta análise nos baseamos nos dados de 2014, disponibilizados pelo Iparde e pelo INSS¹¹⁵.

Tabela 10 - Comparativo entre o Fundo de Participação dos municípios e o montante anual dos valores pagos em benefícios rurais especiais no ano de 2014

Município	Fundo de Participação do município	Montante anual do valor pago pelo INSS em benefícios para o segurado rural especial
Guaporema	R\$ 5.904.470,22	R\$ 1.654.706,82
São Tomé	R\$ 5.904.470,22	R\$ 3.280.896,84
Tapejara	R\$ 9.840.783,46	R\$ 6.285.909,63
Tuneiras do Oeste	R\$ 5.904.470,22	R\$ 8.045.334,05

Fonte: Iparde (2016); INSS, Agência de Cianorte (2014). Org. pela autora

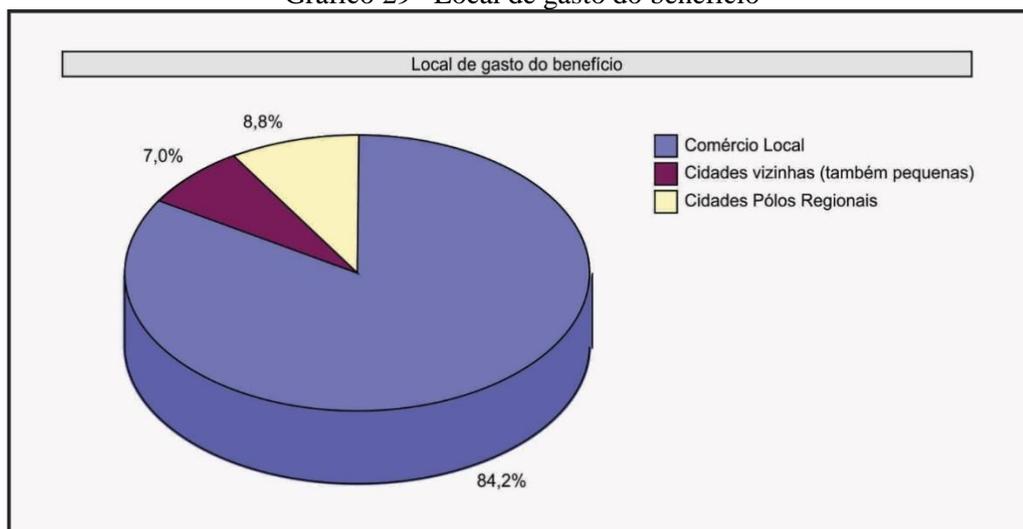
A partir das informações apresentadas na tabela 10, podemos constatar a significativa representatividade dos recursos provenientes dos benefícios rurais em âmbito local, o que trás maior dinamismo econômico aos municípios pesquisados. Destacamos o expressivo valor dos recursos em benefícios previdenciários para os segurados rurais especiais no município de Tuneiras do Oeste, cujo valor superou significativamente o Fundo de Participação municipal.

Ainda com o objetivo de avaliar o impacto dos benefícios previdenciários do segurado especial para o comércio e a economia local dos municípios, questionamos aos aposentados participantes da pesquisa, onde gastam a maior parte do recurso recebido com o benefício previdenciário (gráfico 29).

¹¹⁴ Corresponde ao repasse de recursos do Governo Federal aos municípios, que considera, entre outros fatores, o número de habitantes.

¹¹⁵ O INSS nos forneceu o montante de recursos pagos em benefícios rurais aos municípios, referente ao mês de Abril de 2014. Com o objetivo de conhecermos o montante anual, multiplicamos esses valores por 13, que corresponde ao número de meses do ano, mais o 13º salário. Portanto trata-se de um valor estimado.

Gráfico 29– Local de gasto do benefício



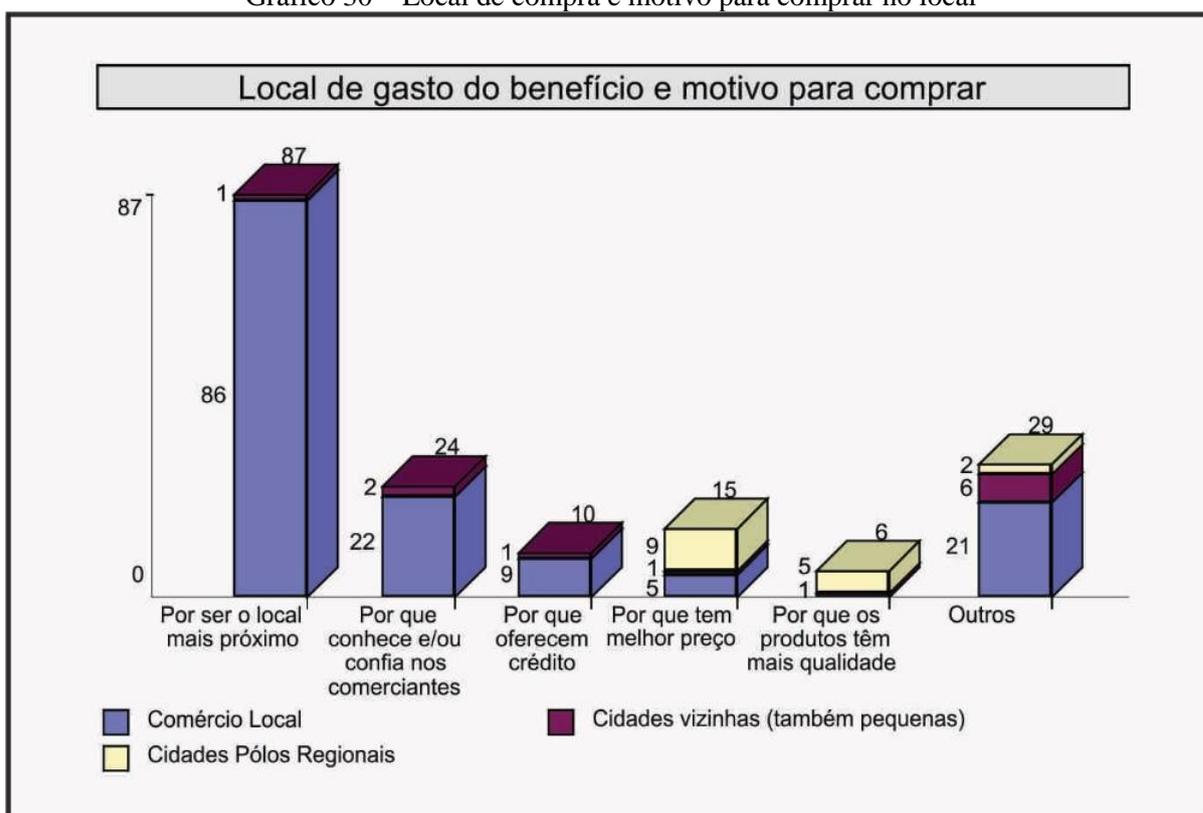
Fonte: Pesquisa de campo (2015/2016)

Como vemos, a grande maioria 96 (84.2%), afirmou gastar a maior parte do recurso recebido com o benefício previdenciário no comércio local, enquanto que 10 (8.8%) afirmaram gastar a maior parte em cidades pólos regionais, e 8 (7%) afirmam gastar em cidades vizinhas, também pequenas. Com esses dados podemos esclarecer que os recursos da aposentadoria rural nesses municípios permanecem em sua maior parte no comércio local.

Nos trabalhos de campo, observamos que os aposentados promovem certo dinamismo nos comércios locais, pois se constituem em um público que tem maior dificuldade de locomoção para outros polos comerciais, e que além disso, valorizam os vínculos de conhecimento e amizade com os comerciantes, portanto optam por comprar no comércio local. Desta forma, se constituem uma clientela cativa e adimplente.

Complementando essas análises, ainda perguntamos aos aposentados, porque preferem comprar no comércio local/ou em cidades vizinhas/ou em cidades polos regionais, e fizemos uma correlação entre o local de compra e o (s) motivo (s) para comprar naquele local (gráfico 30). Nessa questão era possível apontar mais de um motivo.

Gráfico 30 – Local de compra e motivo para comprar no local



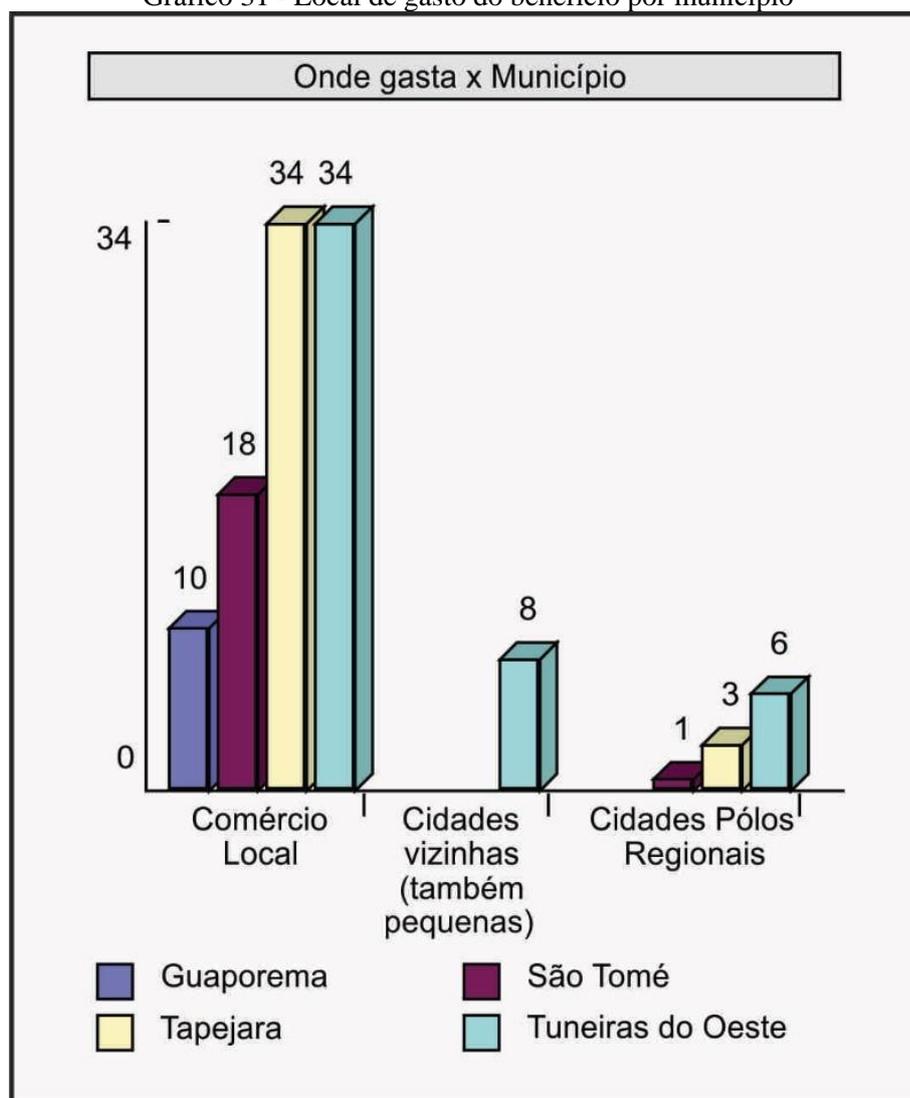
Fonte: Pesquisa de campo (2015/2016)

Assim constatamos que a maioria dá preferência ao comércio local pela proximidade e facilidade de acesso. Inúmeros relataram o fato de os supermercados locais entregarem as compras em casa, caso seja necessário. Outros aposentados também relataram que só dirigem os automóveis dentro do município, então é mais fácil comprar no comércio local, pois não dependem de outras pessoas para levá-los.

Também ouvimos relatos de que não há muita diferença de preços entre os produtos de necessidades básicas vendidos no comércio local e em cidades polos regionais, e que então não compensa se locomover até essas cidades para comprar esses produtos. O fato de conhecer e confiar nos comerciantes, bem como o fato de oferecerem crédito, são fatores também importantes para a decisão de comprar no comércio local.

No gráfico 31, apresentamos o local de gasto do benefício em relação aos municípios pesquisados. Um fato que merece ser salientado é que muitos aposentados, especialmente no município de Guaporema evidenciaram a preocupação em colaborar com o comércio local e a necessidade de fortalecê-lo, sendo que nenhum aposentado de Guaporema afirmou comprar, ao menos os itens essenciais de que precisa, fora do município.

Gráfico 31 - Local de gasto do benefício por município



Fonte: Pesquisa de campo (2015/2016)

Quanto ao gasto em cidades polos regionais, se destaca o município de Cianorte. No município de São Tomé, 1 aposentado afirmou gastar a maior parte do valor recebido com o benefício previdenciário em Cianorte, em Tapejara 3, e em Tuneiras do Oeste 5. 1 aposentado de Tuneiras do Oeste afirmou gastar em Umuarama. Entre os que optam em comprar nas cidades polos regionais, alegaram encontrar melhor preço e qualidade dos produtos.

Vale mencionar que vários aposentados informaram que gastam a maior parte do benefício com os produtos essenciais de que precisam no comércio local, no entanto, que compram produtos de maior valor, como móveis e eletrodomésticos, por exemplo, em Cianorte, devido a terem mais opções e melhores preços. Acreditamos que este fato seja comum nesses municípios pela proximidade com Cianorte.

Como podemos observar no gráfico 32, 8 aposentados de Tuneiras do Oeste afirmaram gastar a maior parte do valor que recebem com o benefício previdenciário em

idades vizinhas, também pequenas, no caso, a cidade de Moreira Sales. Sobre esta questão, a explicação está no fato de que o município de Tuneiras do Oeste é extenso em território, desta forma, no bairro em que obtivemos estas respostas (região do distrito de Canaã), a área urbana de Moreira Sales é mais próxima que a de Tuneiras do Oeste, além de ter um comércio mais fortalecido, assim, a população desta região, tende a buscar o comércio de Moreira Sales.

Portanto, averiguamos que os aposentados têm um peso importante no comércio local desses municípios, assim como os recursos provenientes dos benefícios previdenciários, contribuindo para a dinamização do comércio e da economia local, e para que haja mais desenvolvimento.

4.5.2 A mobilidade e a imobilidade geográfica dos aposentados rurais

A mobilidade humana é um fenômeno marcado pelas dinâmicas sociais, visto que questões econômicas, políticas e culturais interferem diretamente neste processo. A decisão de migrar está vinculada, na maior parte dos casos, a falta de perspectivas econômicas, ou seja, à busca por melhores condições de vida e de trabalho, mas também ocorre por questões religiosas, políticas, conflitos, e doenças. Os movimentos populacionais podem ser espontâneos ou forçados, como nos casos de escravidão e de perseguições religiosa, étnica ou política, ou ainda controlados, quando o Estado controla numérica ou ideologicamente a entrada de imigrantes.

De acordo com Rocha (1998), a mobilidade se refere “a capacidade dos corpos de se deslocarem”, se relacionam com os corpos físicos, incluindo os corpos humanos. Os movimentos destes corpos são complexos, pois há várias mediações para seu deslocamento, além de escalas variadas, sendo que um indivíduo pode se deslocar por vários motivos, entre os quais os de ordem política, social, afetiva e moral. Portanto, o fenômeno da mobilidade apresenta singularidades importantes, mas também aparecem processos determinantes que apresentam maior abrangência, como o êxodo rural e as de implicações ambientais, como os períodos de estiagens prolongadas.

No entendimento de Becker (2006), a migração pode ser definida como mobilidade espacial da população, e sendo um mecanismo de deslocamento demográfico, reflete mudanças nas relações entre as pessoas (relações de produção) e entre essas e seu ambiente físico. A autora aponta duas propostas para o entendimento da mobilidade ao longo do tempo.

Até a primeira metade da década de 1970 se tinha a perspectiva neoclássica onde a sociedade era considerada de maneira individualizada, sendo que a decisão de migrar era entendida como decisão pessoal e não pressionada por forças socioeconômicas exógenas. A partir de meados da década de 1970, o fenômeno migratório passa a ser considerado sob o enfoque marxista, e a migração passou a ser concebida como “mobilidade forçada pelas necessidades do capital” e não apenas fruto da vontade pessoal (BECKER, 2006).

Os estudos de Gaudemar também apontam neste sentido, ao enfatizar que a mobilidade é introduzida como condição da força de trabalho se submeter ao capital, e se tornar mercadoria, cujo consumo criará o valor de uso, e assim, produzir o capital. Neste sentido, a força de trabalho deve ser móvel, apta para os deslocamentos e modificações do seu emprego. E complementa que a lógica do crescimento capitalista prevê a disponibilidade dos deslocamentos dos trabalhadores, “um dia móveis, outro imóveis, mas sempre submetidos à regra de acumulação do capital” (GAUDEMAR, 1977, p. 39).

A nosso ver a dinâmica populacional deve considerar os interesses hegemônicos, ou seja, a premissa do capital, considerando que a expropriação das populações, por exemplo, da população rural, se dá pela relação com o capital, pela ausência de condições materiais e de possibilidade de reprodução do capital pelos agricultores menos capitalizados, em geral os pequenos proprietários. Isto se deve ao domínio do agronegócio, do grande produtor (latifundiário), do uso intensivo da mecanização, da expansão das monoculturas e da produção de *commodities*, da produção em escala e da formação dos complexos agroindustriais.

Assim, compreendemos que a mobilidade forçada é a que ocorre à luz do sistema produtivo, que se dá a partir da lógica de exploração do capital, e que deve ser contextualizada em relação à condição pós-moderna e ao processo de globalização, cujos impactos atingem a identidade cultural dos grupos humanos.

No entendimento de Hall (2005, p. 68), a globalização diz respeito a processos que atuam numa escala global, que atravessam fronteiras, levando à integração de comunidades e organizações em novas combinações de espaço-tempo, e à interconexões, e esclarece que “essas novas características temporais e espaciais, que resultam na compressão de distâncias e de escalas temporais, estão entre os aspectos mais importantes da globalização a ter efeito sobre as identidades culturais”.

Os desdobramentos da globalização revelam novas formas sociais do espaço e do tempo, “dado que a globalização, articula, tensiona e dinamiza configurações sociais locais,

nacionais, regionais, internacionais e transnacionais, multiplicam-se as possibilidades do espaço e do tempo” (IANNI, 2000, p. 210).

Devido aos avanços dos meios de comunicação, informação e locomoção, as distâncias parecem menores, o acesso fácil, os tempos dissolvidos, e as fronteiras, sejam do território, da língua, da religião, da cultura e das civilizações parecem não mais existir. Alguns autores, como Harvey (2009), sugere que se tem vivido nas duas últimas décadas, uma fase de intensa compressão do tempo-espaço, que leva à desorientação e ao rompimento de práticas político-econômicas, do equilíbrio do poder de classe e gera mudanças na vida social e cultural.

A ideia da formação de uma “aldeia global”, expressa a teoria da cultura mundial, de massa, que cria o mercado de bens culturais, um universo de símbolos e signos, linguagens e significados que engloba ideias, padrões, valores socioculturais e imaginários. Na segunda metade do século XX, em poucos anos, a indústria cultural gerou uma revolução no mundo da cultura, que ultrapassou fronteiras geográficas, históricas, culturais e sociais (IANNI, 2000).

Desta maneira, junto ao processo global da economia, vêm as questões econômicas, políticas e culturais, em uma ampla proporção, gerando um processo complexo e contraditório. Assim, a questão da ideologia, do *marketing* e do imaginário que se constrói no capitalismo contemporâneo, a partir da mídia e da sociedade midiática, leva a descaracterização de muitas práticas locais, visto que há um impacto muito forte nas novas gerações, que almejam inserir-se nesta dinâmica. Sobre esta questão, Hall (2005, p. 75), esclarece:

Quanto mais a vida social se torna mediada pelo mercado global de estilos, lugares e imagens, pelas viagens internacionais, pelas imagens da mídia e pelos sistemas de comunicação globalmente interligados, mais as *identidades* se tornam desvinculadas – desalojadas – de tempos, lugares, histórias e tradições específicos e parecem “flutuar livremente”.

Dessa maneira, verificamos que o processo de globalização, não só da economia, mas também das ideologias, dos hábitos e modos de vida, interferem nas diversas dimensões das escalas locais, entre elas na identidade cultural e na dinâmica populacional. Sobre este processo, Ianni (2000, p. 172) esclarece que o capitalismo global:

Influencia todas as formas de organização do trabalho e vida social com as quais entra em contato. Ainda que se preservem economias de subsistência, artesanatos, patrimonialismos, tribos, clãs, nacionalidades e nações, entre outras formas de organização da vida e do trabalho, ainda assim o processo capitalista influencia, tensiona, modifica, dissolve ou recria todas e quaisquer formas com as quais entra em contato. Exerce influência moderada ou avassaladora, dependendo do Estado em que se encontra, bem como da formação social do Estado com o qual se defronta.

Desse modo, levantamos a importância de considerarmos a tensão local/global na transformação das identidades culturais, pois como esclarece Harvey (2009, p. 248), “o modernismo, visto como um todo, explorou numa variedade de maneiras a dialética de lugar versus espaço, presente versus passado. [...] ele também explorou novos sentidos do espaço e do lugar de formas que reforçavam tacitamente a identidade local”. Dentro dessa perspectiva Hall (2005, p. 69) apresenta três consequências dos aspectos da globalização sobre as identidades nacionais/culturais:

- As identidades nacionais estão se *desintegrando*, como resultado do crescimento da homogeneização cultural e do “pós-moderno global”.
- As identidades nacionais e outras identidades “locais” ou particularistas estão sendo *reforçadas* pela resistência à globalização.
- As identidades nacionais estão em declínio, mas *novas* identidades – híbridas – estão tomando seu lugar.

Algumas teorias defendem que os efeitos da globalização geram enfraquecimento ou desaparecimento das identidades culturais locais, regionais e comunitárias. Há ainda teóricos que argumentam que a interdependência global, está criando “identidades partilhadas”, fruto dos fluxos culturais e do consumismo global. Por exemplo, consumidores dos mesmos produtos e serviços, públicos das mesmas mensagens e imagens em escala mundial, atingindo ao mesmo tempo grandes centros econômicos e pequenas aldeias e comunidades. Desta forma “foi a difusão do consumismo, seja como realidade, seja como sonho, que contribuiu para esse efeito de ‘supermercado cultural’” (HALL, 2005, p. 75).

No entanto, não se pode perder de vista que há um processo de resistência cultural no âmbito local. Autores como Santos (2005), reitera a importância do lugar como *locus* da construção de uma história das ações diferente do projeto dos atores hegemônicos. Neste mesmo sentido, Hall (2005, p. 77), afirma que existem contra tendências, e que “há, juntamente com o impacto do ‘global’, um novo interesse pelo ‘local’”. O autor esclarece que “a globalização (na forma de especialização flexível e da estratégia de criação de ‘nichos’ de mercado), na verdade, explora a diferenciação local”. Neste sentido, Harvey (2009, p. 273) elucida:

A afirmação de qualquer identidade dependente de lugar tem de apoiar-se em algum ponto no poder motivacional da tradição. É, porém, difícil manter qualquer sentido de continuidade histórica diante de todo o fluxo e efemeridade da acumulação flexível. A ironia é que a tradição é agora preservada com frequência ao ser mercadificada e comercializada como tal. A busca de raízes termina, na pior das hipóteses, sendo produzida e vendida como imagem, como um simulacro ou pastiche (comunidades de imitação construídas para evocar imagens de algum passado agradável, o tecido de

comunidades operárias tradicionais apropriado por uma pequena nobreza urbana).

Corroborando com estas análises, Ianni (2000, p. 126) lembra que “[...] o principal tecido da aldeia global tem sido o mercado, a mercantilização universal, no sentido de que tudo tende a ser mercantilizado, produzido e consumido como mercadoria”. Ainda sobre esta questão, Márcio Mendes Rocha¹¹⁶ afirma:

Ao mesmo tempo em que a lógica hegemônica expulsa e descaracteriza a população do campo, particularidades e especificidades locais são valorizadas pela comunidade e pelo mercado, como produtos artesanais, tradicionais, caipiras e orgânicos; valores, ritos e práticas culturais, e o capital se dobra a isso. Concomitante à hegemonia dos processos de produção, da padronização, a sociedade contrapõe esta questão, contraditória, com as demandas locais, e o capital busca alternativas como a mercantilização daquilo que é local, e a sociedade vive esta contradição (informação verbal).

Sendo assim, acreditamos que não há destruição das identidades nacionais/locais pela globalização. A probabilidade é que sejam produzidas novas identificações, tanto globais, quanto locais. Além disso, é preciso considerar que a globalização não atinge na mesma proporção as diversas realidades do globo, e que as identidades da modernidade Ocidental dominam as redes globais, havendo padrões desiguais de trocas culturais (HALL, 2005).

Santos (2000) corrobora com este entendimento e trabalha com a perspectiva da “globalização como fábula”. O autor discorda por exemplo, da ideia da formação de uma “aldeia global”, pois compreende que o acesso às benesses do meio técnico-científico-informacional, se dá de forma desigual pelo planeta, além de haver manipulação ideológica da informação.

Ainda a partir da perspectiva da desigualdade de acesso aos avanços do mundo globalizado, Santos (2000) coloca em dúvida aspectos da globalização, como a noção de tempo e espaço contraídos, a ideia de homogeneização do planeta, e da morte do Estado. Compreende que o tempo e o espaço se tornaram contraídos para “poucos”, que têm acesso à viagens, por exemplo, e complementa que no contexto da globalização, há sim uma busca pela uniformidade, em contrapartida muitas diferenças locais são aprofundadas, e o Estado tem seu papel fortalecido para atender aos interesses hegemônicos. Desta forma, compreende a existência de uma “globalização perversa”, imposta às sociedades, geradora de desigualdades econômicas e sociais.

¹¹⁶ Entrevista concedida pelo Prof. Dr. Márcio Mendes Rocha, docente do Curso de Geografia e do Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Maringá – UEM, no dia 23/10/2015, na UEM.

Frente a esta condição, Santos (2000) defende a construção de “uma globalização mais humana”, onde as bases materiais da atualidade, como a unicidade das técnicas, a convergência dos momentos e o conhecimento do planeta sirvam a novos objetivos sociais e políticos.

Diante dessas características do mundo globalizado, e frente ao domínio da identidade Ocidental, contudo, ressalta Hall (2005) que há uma influência direta no fenômeno da migração, pois o movimento de mercadorias, imagens, estilos e identidades consumistas ocidentais, motiva o deslocamento, na maior parte dos casos não planejados de uma multidão de pessoas das periferias para o centro:

Impulsionadas pela pobreza, pela seca, pela fome, pelo subdesenvolvimento econômico e por colheitas fracassadas, pela guerra civil e pelos distúrbios políticos, pelo conflito regional e pelas mudanças arbitrárias de regimes políticos, pela dívida externa acumulada de seus governos para com os bancos ocidentais, as pessoas mais pobres do globo, em grande número, acabam por acreditar na “mensagem” do consumismo global e se mudam para os locais de onde vêm os “bens” e onde as chances de sobrevivência são maiores (HALL, 2005, p. 81).

Dessa maneira, avaliamos que em tese, há uma lógica hegemônica de expulsão populacional por interesse das grandes corporações, que somado à ideologia dominante, leva a intensos processos de êxodo populacional. Sobre esta questão, Márcio Mendes Rocha¹¹⁷ exemplifica:

Este processo redundou nos vazios demográficos, cujo Brasil e o Paraná são exemplos, pois as pessoas saíram do campo rumo às cidades porque descaracterizou-se as práticas locais. Obviamente tem a influência da modernização da agricultura, da formação do Complexo Agroindustrial Brasileiro, mas tem também o impacto muito forte das ideologias, da estética, do modo de vida (informação verbal).

Feitas estas considerações, cabe ressaltar que as dinâmicas populacionais geram expressivas transformações espaciais. As áreas de atração, receptoras de população, por exemplo, podem passar por mudanças demográficas, exigindo novas estruturas de serviços e políticas públicas, novas demandas de acesso à saúde e educação. Em contrapartida, as áreas repulsoras de população, também passam por modificações, como a perda de recursos e de dinamismo econômico e social, como ocorreu com os municípios com pequenas cidades e de pequeno porte populacional do Norte do Paraná.

Nesse sentido, pensar formas de manutenção e retenção de populações nesses municípios e no meio rural, é um dos grandes desafios para pesquisadores, gestores e

¹¹⁷ Entrevista concedida no dia 23/10/2015, na Universidade Estadual de Maringá.

formuladores de políticas públicas. Na atualidade, a dinâmica dos fluxos migratórios é ainda mais complexa e desafiadora para ser analisada, pois como esclarece Tavares:

Os novos sentidos para os movimentos populacionais apresentam uma duplicidade, pois se referem tanto ao movimento enquanto deslocamento, trajetória, mudança de direção como à lógica, razão, significado que esses movimentos passam a apresentar no contexto de desenvolvimento capitalista, da dinâmica econômica e demográfica e das transformações socioespaciais. Como visto, se antes havia fluxos migratórios massivos, com grandes eixos de movimento, passa-se a ter uma diversidade de fluxos, com origens e destinos diferenciados e, conseqüentemente, com mecanismos explicativos mais peculiares e complexos (TAVARES, 2014, p. 6-7).

Por isso explicar os fenômenos migratórios se constitui em tarefa difícil, tendo em vista inúmeras especificidades que influenciam neste processo. Podemos inferir, com Vainer (1998), que no campo teórico geralmente se compreende a migração como um ato de escolha, mas que no entanto, muitos grupos são constringidos a se mover, outros, por condições diversas são impedidos de mover-se.

O autor entende que há uma lacuna nas análises sobre o papel da coerção e da violência na produção e reprodução dos deslocamentos, e entende que há processos e conflitos que remetem a relações de poder, e que “[...] é neste conjunto de processos e conflitos que encontramos homens e mulheres que, contra toda racionalidade e contra todas as estruturas, querem permanecer nos lugares de onde deveriam sair”, bem como pessoas que querem ir para locais que lhes são proibidos, gerando deslocamentos compulsórios e restrições à circulação (VAINER, 1998, p. 828).

Nesse sentido, compreendemos que existem impedimentos e constringimentos que motivam ou impedem as pessoas de deslocar-se pelo espaço. Corroborando com tais ideias, Tavares (2014) explica que há aqueles que são constringidos a se mover, os que se mudam de residência por motivos alheios à sua vontade, como, por exemplo, os movimentos migratórios em direção às periferias. Há ainda os que estão imóveis, ou seja, aqueles que estão “presos” ao território.

Tanto nos casos de mobilidade por constringimento, quanto nos de imobilidade, há uma situação de vulnerabilidade em que ocorre a incapacidade e a falta de oportunidade na busca por melhoria das condições sociais e de qualidade de vida, ou da busca por não piorar essas condições. A restrição à acessibilidade ao capital social, econômico e cultural leva a estas conjunturas (TAVARES, 2014). Sobre imobilidade, o autor esclarece:

Se ao falar de mobilidade espacial, é preciso seguir diversificados caminhos para se aproximar das perspectivas de escolha ou constringimento, ao tratar sobre a imobilidade, a questão se torna ainda mais complexa, já que a imobilidade pode ser por escolha ou

constrangimento, mas também por simples acomodação – quando não há um interesse em mover-se (TAVARES, 2014, p. 12).

A respeito da noção de imobilidade, Gaudemar (1977) trabalha com a perspectiva de uma contra-estratégia à mobilidade imposta pela necessidade da lógica hegemônica do capital, e sinaliza a discussão sobre imobilidade ao apontar algumas lutas de trabalhadores, como a organização de trabalhadores de fábricas em movimentos na busca por evitar desempregos e o fechamento dessas empresas nas décadas de 1960 e 1970, na França.

De acordo com Gaudemar (1977, p. 36), tais trabalhadores “[...] afirmavam o direito de se manterem num posto de trabalho de que alguns tinham feito a sua vida, numa cidade de que frequentemente eram originários, num quadro de vida que, se não escolheram, pelo menos a ele se encontravam ligados”. Foi a primeira vez que uma luta operária de grande dimensão negava a lógica da mobilidade capitalista, que era aceita até então como uma fatalidade inevitável, e defendia o direito de recusar a mobilidade imposta, ou seja, o direito à imobilidade, “[...] de deixar aos homens o cuidado de fazerem a sua própria história”.

Surgiu então uma estratégia de imobilidade como um contra-discurso frente às estratégias do capital acerca do uso que deseja poder fazer da força de trabalho, “[...] isto é, os *corpos* dos homens, que ele pretende permanentemente dóceis” (GAUDEMAR, 1977, p. 49). Desta forma, o autor elucida que na lógica capitalista, espera-se que os homens estejam disponíveis facilmente para o mercado, que se alimenta dos desempregados e dos trabalhadores rurais desenraizados. Tem-se desta maneira uma estratégia de polarização e de intensificação produtivas do lucro, sendo os homens, seus corpos e seus locais de vivência vistos como instrumentos de valorização do capital.

Deste processo resultou o discurso reivindicativo de contra-estratégias operárias, proclamando o direito à imobilidade coletiva, ou seja, o direito a uma ordenação do espaço, com os serviços necessários à população e a oferta de empregos:

Este direito à imobilidade colectiva é o direito a manter-se no lugar escolhido e aí encontrar trabalho e condições de vida, é o direito de recusar um êxodo com promessas ilusórias, é também o direito de escolher, o direito à automobildade, o direito a uma mobilidade individual livremente assumida. É o direito de partir sem a isso ser constrangido, assim como o de ficar (GAUDEMAR, 1977, p. 58).

Frente a essas acepções, defendemos o direito à imobilidade, ou seja, o direito à permanência das pessoas nos seus locais de origem, de vivência ou de escolha, bem como o direito a deslocar-se, porém sem ser forçado ou constrangido. Para tanto, deve haver ações e políticas públicas que considerem não apenas a dimensão econômica, mas também aspectos

históricos e socioculturais, e que garantam condições dignas e os direitos fundamentais para a população na localidade em que habitam.

Em contraponto ao direito à imobilidade, há a **imobilidade por constrangimento**. Recentemente com os estudos de Silva (2012), verificou-se a existência desta lógica ao analisar sobre mobilidade espacial nas metrópoles brasileiras. Na análise da autora, a imobilidade por constrangimento se refere aos grupos sociais forçados a não realizar movimentos migratórios ou pendulares. Sobre esta lógica, Tavares (2014, p. 12) esclarece que essa imobilidade:

[...] pode ocorrer pela ausência de condições sociais, econômicas, culturais e até políticas de disputar uma vaga em áreas mais centrais, ou seja, dependerá das chances de acessar a estrutura de oportunidades. Esse contingente tem sua expressão entre aqueles que ficam no município e têm menores rendimentos e escolaridade, por exemplo.

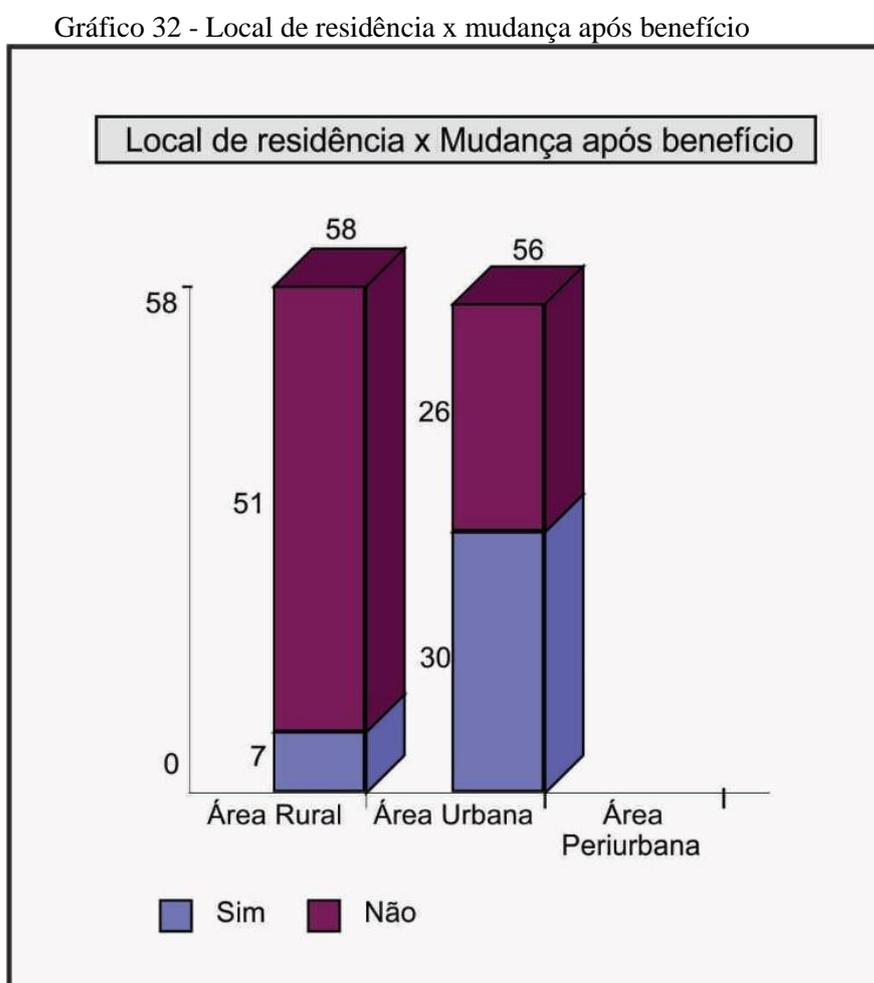
Essa perspectiva também é relatada por Lago (2007), ao analisar a tese de que estaria aumentando a imobilidade dos pobres nas cidades. Ao abordar sobre a Região Metropolitana do Rio de Janeiro, apontou duas lógicas de imobilidade. A primeira virtuosa, que se refere à absorção no mercado de trabalho local de profissionais de nível superior e pequenos empregadores. Já a segunda se refere a uma “descentralização perversa”, pois inclui os trabalhadores mais precarizados, como ambulantes e biscateiros, e os desempregados, ou seja, a imobilidade vinculada a uma economia popular assinalada pela precariedade das condições de trabalho, e a falta de condições para o deslocamento.

Ainda sobre os grupos que vivem nas áreas periféricas das metrópoles, e que não praticam a mobilidade pendular, Tavares (2014, p. 13) explica que podem operar lógicas de **imobilidade espacial por escolha**. A autora ao estudar a metrópole do Rio de Janeiro, apresenta três fatores para esta lógica: 1) relaciona-se a uma dinamização do mercado de trabalho local; 2) preferência por um local de trabalho mais próximo, fugindo das dificuldades dos deslocamentos intermunicipais; 3) “[...] as dimensões do ciclo de vida e dinâmica intergeracional também podem ser consideradas, já que quanto maior a idade ou em etapas mais consolidadas do ciclo de vida, menor a potencialidade de realizar maiores deslocamentos frequentes”.

Assim verificamos que inúmeros fatores influenciam nas dinâmicas de mobilidade/imobilidade da população, entre os quais, destacamos o fator intergeracional, ou seja, a questão da idade e dos ciclos da vida. No caso em que estudamos, dos aposentados rurais, estamos tratando de um grupo acima dos 60 anos, no caso dos homens, e dos 55 anos, para as mulheres. Desta maneira destacamos o fator idade, que influencia tanto para a

permanência desta população no município de origem, como para a saída. Vemos neste contexto a formação de um par dialético, mobilidade/imobilidade, pois constatamos em diversas circunstâncias, durante os trabalhos de campo, a ocorrência das duas situações, os que migram após aposentar-se, e os que se tornam imóveis no território, “os que vão e os que ficam”.

Para compreender a dinâmica da mobilidade/imobilidade dos aposentados rurais, um dos questionamentos que fizemos aos participantes da pesquisa, é se houve mudança de residência após o recebimento do benefício previdenciário. 37 (32.5%) responderam que sim, e 77 (67.5%) responderam que não. Correlacionando o local de residência (área rural, área urbana) e se realizou mudança após o recebimento da aposentadoria, temos o resultado apresentado no gráfico 32.



Fonte: Pesquisa de campo (2015/2016)

Dentre os 58 participantes da pesquisa que residem na área rural, a grande maioria, 51 (87.9%), não se mudou após o recebimento do benefício previdenciário, já dentre os 56 que residem na área urbana, 30 (53.6%) se mudaram, sendo que em 28 casos essa mudança

ocorreu da área rural para a área urbana do município. Desta forma, 24.6% do total dos aposentados participantes da pesquisa (114), migraram da área rural para a área urbana dos municípios após aposentar-se, ou seja, verificamos que há um considerável deslocamento rural/urbano de aposentados, especialmente com o objetivo de ter mais facilidade de acesso aos serviços de saúde, comércio, entre outros.

Também questionamos aos participantes da pesquisa se eles têm planos de se mudar da residência atual. Do total de participantes (114), 105 (92.1%) afirmaram que não, e 9 (7.9%), afirmaram que sim. Dos 9 aposentados que pretendem se mudar, em 6 casos desejam permanecer nos municípios de origem, e o motivo da mudança seria para facilitar o acesso a serviços (5 casos), 1 pretende voltar a morar na área rural, e 3 anseiam viver em cidades maiores para acompanhar os filhos que querem buscar postos de trabalho.

Já aos 105 (92.1% dos participantes da pesquisa) que disseram que não pretendem se mudar, questionamos o que os motiva a permanecer. Essa foi uma questão aberta, e cada participante poderia apontar um ou mais motivos. Dividimos as respostas em 3 categorias principais: 1) Tem vínculo com o lugar e com as pessoas (97 respostas); 2) Tem casa, bens e imóveis no município (21 respostas); 3) Não tem mais idade para mudar (20 respostas).

Na primeira categoria agrupamos respostas como as seguintes: “criou raízes no lugar”; “é acostumado (a)”; “gosta do lugar”; “gosta das pessoas”; “a família vive no município”; “filhos moram próximo”; “tem familiaridade”; “está adaptado (a), habituado (a)”; “está satisfeito (a) no lugar”; “gosta do sossego, da tranquilidade”; “gosta da cidade pequena”; “gosta da área rural”; “pegou amor nas coisas”; “tem amor à terra, ao trabalho, às plantas”.

Com essas respostas podemos constatar que as raízes culturais, o vínculo com o lugar, com a terra, a construção do pertencimento no espaço, a sensação de tranquilidade, sossego e a qualidade de vida proporcionada em pequenas cidades e na área rural, são os fatores principais para motivar os aposentados a permanecerem no município de origem.

Desta forma entendemos que “é pela cultura que estas populações fazem sua mediação com o mundo, constroem um modo de vida particular e se ‘enraízam’ no território. Há, assim, uma herança cultural que permeia a relação com o território” (ALMEIDA, 2008, p. 317). Sobre esta questão, Claval (2007, p. 119) explica:

Os aspectos culturais das realidades de classe são essenciais para compreender como uns e outros tomam consciência do que os une e do que os diferencia. As aproximações são mais fáceis naqueles cuja similitude de formação deve-se ao fato de utilizarem as mesmas palavras, falarem com o mesmo sotaque, praticarem a religião da mesma maneira e partilharem as ideologias veiculadas pelos sistemas de formação que conheceram.

Assim, verificamos que a identidade e os aspectos culturais, que prende o sujeito à sua estrutura, são essenciais na decisão de permanência dos aposentados no local de origem, ou seja, para a imobilidade geográfica deste grupo. Márcio Mendes Rocha¹¹⁸ compreende que o fator cultural é uma dimensão, um componente a ser considerado quando se discute a perspectiva migratória, e complementa que para entender a imobilidade, considerar a questão cultural dos grupos étnicos é fundamental:

Os grupos étnicos como os alemães, os italianos, quando vão para as fronteiras, as áreas pioneiras, eles constroem uma forma de apropriação do território, de produção do espaço e consolidam raízes, e essas raízes são resistentes, e elas levam muitas vezes à essa imobilidade. As pessoas não querem sair de lá, mantem-se lá (informação verbal).

Sobre esta questão é preciso esclarecer que os membros dos grupos étnicos dominantes, ao se sentirem ameaçados pela presença de outras culturas, reagem fortalecendo as identidades locais (HALL, 2005). Sobre os aspectos culturais, vale considerar ainda que é fundamental para a vida material dos indivíduos, pois permite a inserção destes no tecido social, “dá uma significação à sua existência e à dos seres que o circundam e formam a sociedade da qual se sente membro. Ela não desempenha o mesmo papel nos **diversos momentos da vida**” (CLAVAL, 2007, p. 90, *grifo nosso*).

A cultura é então uma experiência vinculada aos episódios da vida dos indivíduos, sendo que “[...] os horizontes de vida, os meios frequentados, os contatos possíveis **mudam com a idade** [...]” (CLAVAL, 2007, p. 92, *grifo nosso*). Dessa forma, compreendemos que a perspectiva de mover-se no território, que se vincula entre outros fatores com a cultura, toma diferentes dimensões para as várias faixas etárias. Neste sentido, corrobora que “a mobilidade que afeta os maiores efetivos é, entretanto, durante a vida ativa, a dos deslocamentos cotidianos”. Já os aposentados, aproveitam “frequentemente a aposentadoria para uma reaproximação com as crianças ou para a volta ao lugar onde se viveu na juventude e onde são mantidos elos de amizade. As localidades onde a vida parece fácil, as distrações mais variadas e o clima mais agradável também atraem” (CLAVAL, 2007, p. 92).

Dessa forma, entre os aposentados rurais é comum que caso ocorra a mobilidade por escolha, seja nas zonas de mais fácil acesso, nas áreas mais familiares, ou seja, geralmente a mobilidade ocorre dentro do próprio município, da área rural para a área urbana, porque mesmo para aqueles que fazem a opção pela mudança de residência, a escolha em permanecer no município de origem, vincula-se à perspectiva de manter-se em um meio conhecido. Como evidencia Claval (2007, p. 189):

¹¹⁸ Entrevista concedida no dia 23/10/2015, na Universidade Estadual de Maringá.

Nada é pior do que se encontrar só, perdido num lugar desconhecido, sem saber como retornar a um ambiente familiar. As relações do indivíduo com o espaço fazem parte dos primeiros aprendizados culturais e não cessam de se desenvolver. Reconhecer-se, orientar-se são procedimentos indispensáveis a todos.

Dessa maneira, avaliamos que esta necessidade de conhecer o lugar, as pessoas, e os hábitos, é tida como fundamental pelos idosos. No caso dos aposentados rurais de municípios com pequenas cidades, geralmente são pessoas que pouco se deslocaram do município de vivência, tiveram poucas oportunidades de conhecer outros lugares e de ter acesso a outras culturas, e também que pouco se familiarizam com a dinâmica dos centros urbanos maiores. Desta forma, para se reconhecerem necessitam de uma relação sensorial com o espaço.

Além dos aspectos culturais e de vínculo com o lugar, familiares e de amizade, constatamos na segunda categoria de respostas, como fatores para a permanência dos aposentados nos municípios de origem, a posse de imóveis, especialmente casa e terra. Nesta categoria, consideramos respostas como: “tem propriedades no município”; “tem casa própria”; “estão bem instalados”; “foi beneficiário do PNHR, agora tem casa boa”; “tem comércio”; “não vende a propriedade”; “não tem outra pessoa que cuide da propriedade”; “ainda trabalha e produz”. Dessa forma, podemos compreender que este público apresenta forte valorização dos bens adquiridos durante a vida.

Soma-se a este aspecto, o baixo poder aquisitivo das aposentadorias como fator que interfere na ocorrência da imobilidade, pois os aposentados precisam continuar trabalhando e contam com poucos recursos para realizar o deslocamento. É interessante mostrar que esta realidade também ocorre em outros países, pois como expõem Ghib (2009, p.37), ao avaliar sobre a aposentadoria e a agricultura na Romênia, “une lecture plus approfondie des caractéristiques de cette population agricole montre qu’une grande proportion de celle-ci a plus de 65 ans et qu’elle est engagée dans cette activité dans un but de subsistance dû à des niveaux de retraites faibles”. Ou seja, a autora elucida que na Romênia há uma grande proporção de idosos com mais de 65 anos trabalhando na agricultura, devido à baixa remuneração das aposentadorias, assim como ocorre na realidade que estudamos.

Por conseguinte, constatamos com nossa pesquisa que de modo geral, além do benefício previdenciário, os aposentados rurais contam com outras fontes de rendas para suprir as despesas e necessidades familiares. Geralmente, continuam laborando até que as condições de saúde permitam. Quando não têm mais condições de trabalhar, é comum que os que possuem propriedades, deleguem as atividades para os filhos e/ou familiares, ou arrendem

a terra. Há ainda os que vendem a (s) propriedade (s) rural (is) e investem em outras atividades rentistas, geralmente em imóveis de aluguel.

Sendo assim, em geral, devido à baixa remuneração do benefício previdenciário, à cultura do trabalho como fator de valorização dos indivíduos, do apego à rotina de labor e aos bens, comumente a terra, ou à indisponibilidade de outras pessoas que assumam o cuidado da (s) propriedade (s), os aposentados rurais continuam trabalhando e/ou gerenciando as atividades e os bens adquiridos ao longo da vida, o que os prendem ao território, os imobilizam.

Ainda, como terceira categoria de fatores para a imobilidade dos aposentados, há a questão da idade avançada. Nesta terceira categoria agrupamos respostas como: “não tem mais idade”; “tem idade avançada”; “não compensa mais mudar”; “já está idoso (a)”; “não tem mais sonhos”; “já está velho, não quer ficar ‘preso’, ‘ocioso’ na cidade”. Assim verificamos que uma parcela considerável avalia a idade, a fase idosa, como imprópria para realizar mudança. Sobre isto, Claval (2007, p. 93-94) esclarece:

As preocupações mudam quando o tempo que resta para viver diminui. É mais difícil a implicação em projetos de longo prazo: não se poderá desenvolvê-los totalmente, outros deverão retomá-los. Antes mesmo que a participação na vida ativa termine, muda o espírito no qual é conduzida. Os consumos culturais, com seu caráter um pouco passivo, substituem frequentemente os comportamentos criativos. [...] o sentimento da morte, da partida próxima, daquilo que se produzirá então ou após, pesa em todos os instantes. Cresce o espaço destinado à religião, à reflexão metafísica e à meditação.

Assim, verificamos a mudança de perspectiva de vida sobre o futuro a partir da faixa etária idosa e da aposentadoria, o que interfere no ânimo em mudar-se de domicílio.

Dessa maneira, é preciso compreender que todos estes aspectos correlacionam-se e influenciam na imobilidade geográfica dos aposentados e por consequência, de familiares. Desta maneira, como já sinalizamos anteriormente, a aposentadoria rural ao garantir uma renda fixa e a subsistência das famílias, somada a outros aspectos culturais, pessoais e econômicos, contribui para a permanência dos aposentados e seus familiares no território de origem. Ou seja, avaliamos que nos casos em que os aposentados têm a opção de escolha, tentem a escolher a permanência no meio rural e/ou no município de origem.

Porém, muitos aposentados, em geral com a idade avançada, as condições de saúde precárias, o isolamento no meio rural em áreas de difícil acesso, começam a ter a necessidade de estar sobre os cuidados dos filhos e/ou familiares, em muitos casos há uma pressão dos familiares para que haja este deslocamento. Portanto, caso estes familiares estejam vivendo em outros municípios do estado ou de outros estados, é comum ocorrer a migração dos

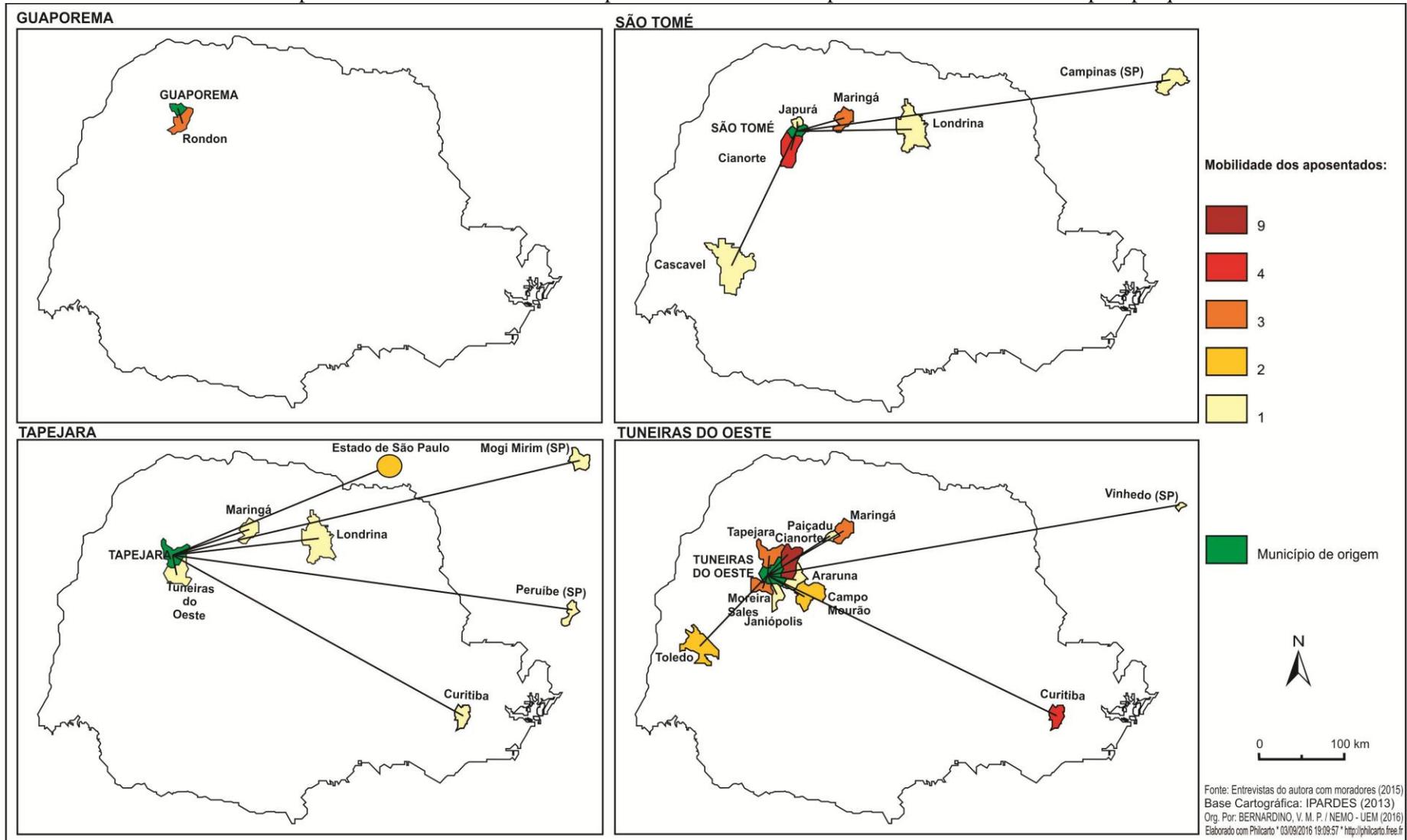
aposentados para próximo do domicílio desses. Nesse sentido é importante mencionar que os sistemas de parentesco são fundamentais nas decisões dos aposentados em mover-se ou não, bem como na decisão do local de destino.

Assim, em muitas situações, também ocorre a mobilidade de aposentados rurais para outros municípios, para outras regiões ou estados, geralmente para cidades maiores, pois são os locais que muitos filhos se destinaram em busca de estudo, empregos e melhores condições de vida. Podemos avaliar como um tipo de mobilidade em geral por constrangimento ou necessidade, mas em certos casos também por escolha.

Com o objetivo de avaliarmos a dinâmica de mobilidade de aposentados nos municípios estudados, e destinos intermunicipais ou interestaduais, questionamos aos participantes da pesquisa se conheciam pessoas/famílias que se mudaram de residência após o recebimento do benefício previdenciário rural. 65 (57%) dos participantes da pesquisa disseram conhecer, e 49 (43%), disseram não conhecer. Aos que citaram aposentados que se mudaram, questionamos quantas pessoas/famílias conheciam, se sabiam para onde foram e o motivo da mudança. 32 participantes da pesquisa afirmaram conhecer 1 pessoa/família; 18 afirmaram conhecer 2 pessoas/famílias; 8 afirmaram conhecer 3 pessoas/famílias; 5 afirmaram conhecer 4 pessoas/famílias, e 2 afirmaram conhecer 5 pessoas/famílias.

No total foram citadas 122 pessoas/famílias conhecidas dos participantes da pesquisa que se mudaram após aposentar-se. Com relação aos locais de destino dos aposentados, verificamos um equilíbrio entre os que se deslocaram dentro do próprio município, e os que se deslocaram para outros municípios ou estados. Constatamos que apenas em 2 casos citados as famílias foram para a área rural, ou seja, a grande maioria dos aposentados que se mudou após o recebimento do benefício previdenciário, deslocou-se da área rural para a área urbana, seja do próprio município ou de outros. O mapa 9 mostra os locais de destino dos aposentados citados pelos participantes da pesquisa, que realizaram deslocamentos intermunicipais e interestaduais.

Mapa 9 – Deslocamentos intermunicipais e interestaduais de aposentados rurais nos municípios pesquisados



Fonte: Pesquisa de campo. Elaborado por: BERNARDINO, Virgílio Manuel Pereira

Como podemos verificar no mapa 9 a cidade de Rondon apareceu como um local de atração para os aposentados de Guaporema. Nos trabalhos de campo observamos que a cidade de Rondon, por ser próxima a Guaporema e por ter uma economia mais fortalecida e um comércio mais amplo, exerce influência sobre Guaporema, havendo um deslocamento dos moradores para acesso a serviços e ao comércio desse município, ou seja, se constitui num espaço também familiar aos moradores de Guaporema.

Já no município de São Tomé foram apontados deslocamentos de aposentados para cidades maiores do estado do Paraná, como Cianorte, Maringá, Cascavel e Londrina. O fluxo maior para Cianorte e Maringá se deve à proximidade e à forte influência desses municípios na região. Japurá, que é um município próximo a São Tomé, também apareceu como um destino. Ainda foi apontado um deslocamento para fora do Estado, rumo a uma grande cidade, Campinas – SP.

Já no município de Tapejara também foram apontados deslocamentos para cidades maiores do próprio estado, como Maringá, Londrina e Curitiba, e para Tuneiras do Oeste, que é município vizinho, próximo. Ainda foram citados deslocamentos para municípios do estado de São Paulo, entre os quais Peruíbe e Mogi Mirim.

Por fim, em Tuneiras do Oeste evidenciou-se que o fluxo mais comum de deslocamento é para Cianorte, pois se constitui no principal polo regional. Também destacou-se o deslocamento para cidades maiores do estado, como Curitiba, Maringá, Campo Mourão, Toledo e Paiçandu. Além disso, há um fluxo para municípios pequenos vizinhos, como Tapejara, Moreira Sales, Araruna e Janiópolis. Ainda apareceu um deslocamento para fora do estado, para Vinhedo – SP.

Desta forma, sobre os deslocamentos de aposentados para fora do município de origem, averiguamos que há uma diversidade de situações, mas que em geral os fluxos mais comuns são para as cidades polos regionais, para cidades maiores do próprio estado e para municípios vizinhos. Porém, chamou atenção a ocorrência de deslocamentos para fora do estado, todos para municípios paulistas.

Como já citamos anteriormente, a atração para as cidades polos regional e para as cidades maiores do estado, geralmente se deve ao fato de ir viver próximo a filhos que foram para esses municípios em busca de emprego e/ou estudo. No caso de deslocamentos para outros estados, acreditamos que haja uma lógica parecida, ou até um retorno para cidades em que já moraram antes.

Com relação aos deslocamentos para municípios vizinhos, geralmente se deve ao fato de que por serem muito próximos, apresentam uma relação estreita entre os habitantes,

havendo, por exemplo, casamento entre pessoas de um e outro município, conhecimento e laços de amizade, relações comerciais e de prestação de serviços.

Quanto ao (s) motivo (s) das mudanças intermunicipais e interestaduais desses aposentados, dividimos em 4 categorias de respostas: 1) Ficar próximo de filhos e parentes (42 respostas); 2) Idade avançada e questões de saúde (26 respostas); 3) Para facilitar o acesso a serviços de saúde e outros serviços (12 respostas); 4) Para não ficar isolado na área rural (11 respostas). Vale destacar que esta foi uma questão aberta, sendo que os participantes apontaram um ou mais motivos.

Este resultado reafirma a importância de residir próximo a filhos e familiares como fator para a mobilidade dos aposentados, soma-se a isso a idade avançada e as questões de saúde. Tais questões também são primordiais para a decisão dos aposentados de se mudarem da área rural para a área urbana, pois no meio urbano fica facilitado o acesso aos serviços de saúde e a outros serviços de que necessitam. Além disso, a diminuição do número de moradores da área rural tem levado muitas famílias ao isolamento, e quando fica apenas o casal de idosos, ou apenas um, sentem-se inseguros, optando em muitos casos pela mudança.

Nos levantamentos de campo, foi comum ouvir relatos sobre a dificuldade de dirigir veículos automotivos pelos idosos, conseqüentemente a dificuldade de se locomoverem até a cidade em caso de necessidade, e principalmente em situações de emergência.

Seja como for, na maior parte dos casos, quando ocorre a mudança de residência, especialmente para cidades maiores, há um processo de desenraizamento e perda dos vínculos comunitários, e de adaptação ao novo local de moradia.

A partir dessas constatações, reafirmamos que a mobilidade populacional e a imobilidade, formam um par dialético. Em muitos casos a mobilidade forçada ou por constrangimento, se confronta com a resistência cultural, que ocorre pelo pertencimento, o vínculo com o local, com a valorização do território. Nesse sentido, evidencia-se que as raízes culturais são resistentes, levando à imobilidade.

Como evidenciado, geralmente a expulsão das populações ocorre devido à exploração capitalista, ou pela ausência da possibilidade de reprodução do capital. No caso dos aposentados rurais, o Estado fornece os subsídios materiais para a manutenção das famílias em seu território de origem. Sobre esta questão, Márcio Mendes Rocha¹¹⁹ esclarece:

Na análise sobre os aposentados, se inverte um pouco essa equação, porque se tem o Estado dando subsídio material para a manutenção deles. Então se eles têm resistência cultural, se tem consolidado o mínimo de enraizamento cultural, e de manutenção daquelas práticas cotidianas, esse estímulo de

¹¹⁹ Entrevista concedida no dia 23/10/2015, na Universidade Estadual de Maringá.

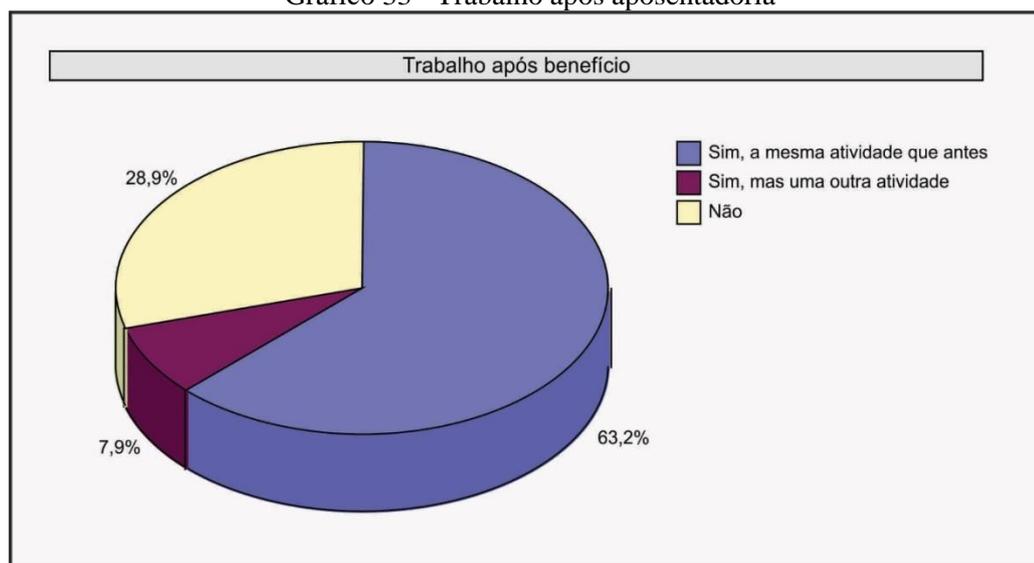
recursos contribui para a manutenção, se houver essas condições culturais e históricas definidas no território (informação verbal).

Portanto, verificamos que há um entrelaçado de questões, situações e contradições que se correlacionam para compreendermos o par dialético mobilidade/imobilidade, especialmente quando tratamos de um grupo tão específico como os idosos/aposentados rurais que vivem em municípios com pequenas cidades. No entanto consideramos esta análise pertinente para alcançarmos o objetivo de investigar o peso das aposentadorias rurais para a permanência dos aposentados e suas famílias na área rural e nos municípios de origem, e na busca por avançar teoricamente a respeito do par dialético mobilidade/imobilidade.

4.5.3 O aposentado rural, o trabalho, o lazer e o acesso às políticas públicas

Com o objetivo de compreender a relação mantida e/ou estabelecida com o trabalho pelo aposentado rural, fizemos algumas perguntas relacionadas à temática. A primeira foi se continuou desenvolvendo atividade econômica após o recebimento do benefício previdenciário (gráfico 33). Como vemos, a maioria 81 (71.1%) continuou trabalhando após aposentar-se, sendo que 72 (63.2%) mantiveram-se na mesma atividade que antes, e 9 (7.9%) passaram a desenvolver uma outra atividade. Também consideramos um índice representativo 33 (28.9%) de aposentados que afirmaram ter parado de trabalhar após a aposentadoria.

Gráfico 33 - Trabalho após aposentadoria

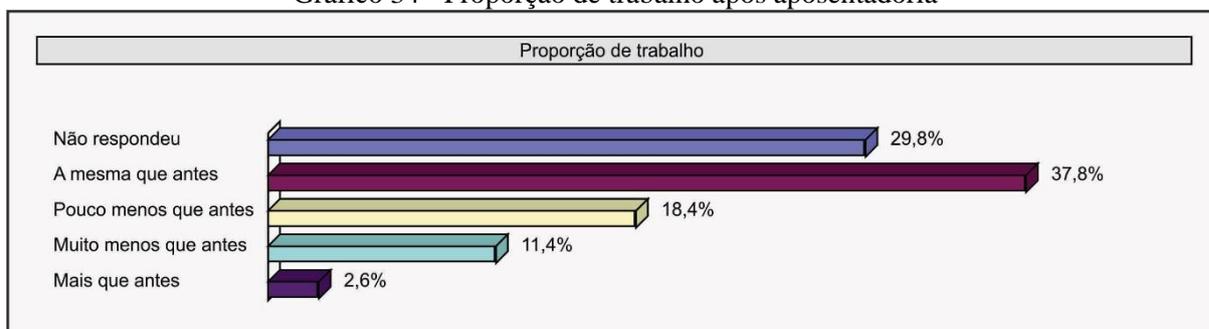


Fonte: Pesquisa de campo (2015/2016)

Assim, questionamos aos que continuaram trabalhando (81), qual a proporção de trabalho que mantiveram (gráfico 34). Como fica evidenciado a maioria manteve a mesma

proporção de trabalho, mas um número significativo (29.8% dos que continuaram trabalhando) afirmaram ter diminuído o ritmo de trabalho. Também, em 3 casos, os aposentados afirmaram trabalhar mais que antes, mas nestes casos verificamos que não tem relação com a aposentadoria, mas com circunstâncias da vida familiar.

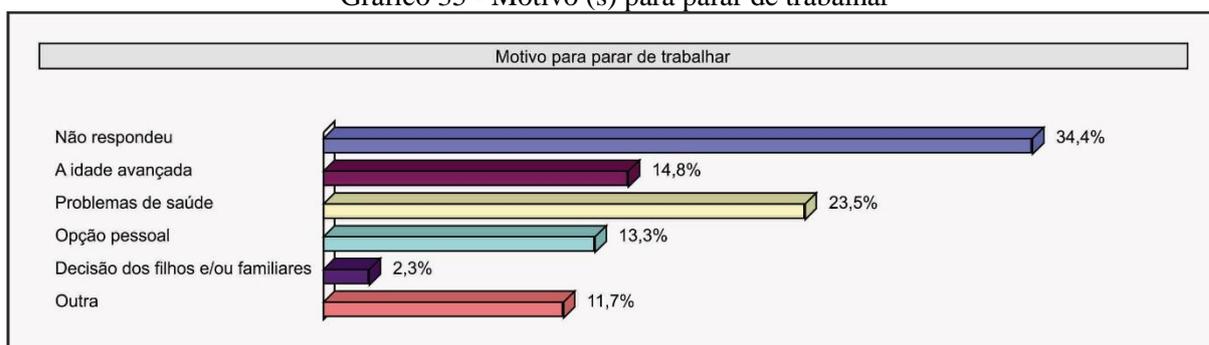
Gráfico 34 - Proporção de trabalho após aposentadoria



Fonte: Pesquisa de campo (2015/2016)

Questionamos também se atualmente continuam trabalhando, sendo que 42 (36.8%) responderam que sim, 69 (60.5%) responderam que não e 3 (2.6%) não responderam. Assim, aos que não desenvolvem mais atividade econômica perguntamos o motivo que o fez parar de trabalhar (gráfico 35). Verificamos que entre os aposentados rurais participantes da pesquisa, os problemas de saúde são os principais motivos para a decisão de parar de trabalhar. Depois vem a idade avançada e a opção pessoal, quando percebem que perderam a plena capacidade de trabalho e sentem que já cumpriram seus papéis como trabalhadores. Além disso, tem a decisão dos filhos e/ou familiares entre outros motivos, como por exemplo, cuidar de familiares doentes.

Gráfico 35 - Motivo (s) para parar de trabalhar

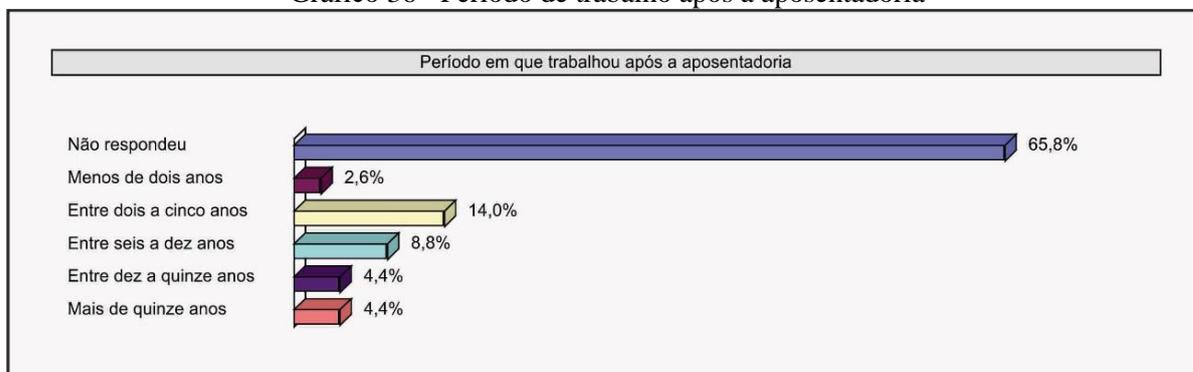


Fonte: Pesquisa de campo (2015/2016)

Nesse sentido, perguntamos aos que continuaram trabalhando após se aposentarem e atualmente não estão mais trabalhando, por quanto tempo desenvolveram atividade econômica após passarem a receber o benefício previdenciário (gráfico 36). Deste grupo, a maioria (16) trabalhou entre dois a cinco anos, um número considerável entre seis a dez anos (10) e entre dez a mais de quinze anos (10). Em 3 casos os aposentados trabalharam menos de

dois anos. Com essas informações verificamos uma forte valorização do trabalho por este grupo e percebemos durante os trabalhos de campo, que a grande maioria pára de trabalhar por questões alheias a sua vontade.

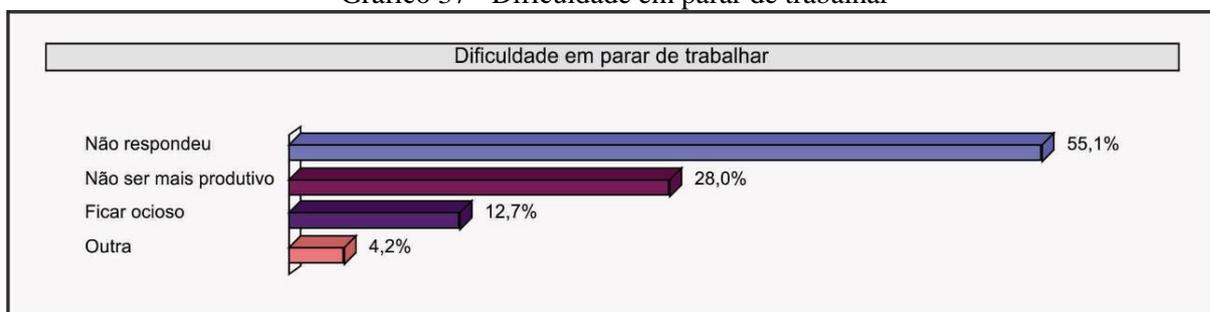
Gráfico 36 - Período de trabalho após a aposentadoria



Fonte: Pesquisa de campo (2015/2016)

Perguntamos ainda aos que não desenvolvem atividade econômica atualmente (69 aposentados), se sentiram dificuldade em parar de trabalhar. Destes, 49 (71%) afirmaram que sim, 18 (26%) afirmaram que não, e 1(3%) não respondeu. Aos que afirmaram ter tido dificuldade questionamos qual foi ou quais foram essas dificuldades (gráfico 37).

Gráfico 37 - Dificuldade em parar de trabalhar

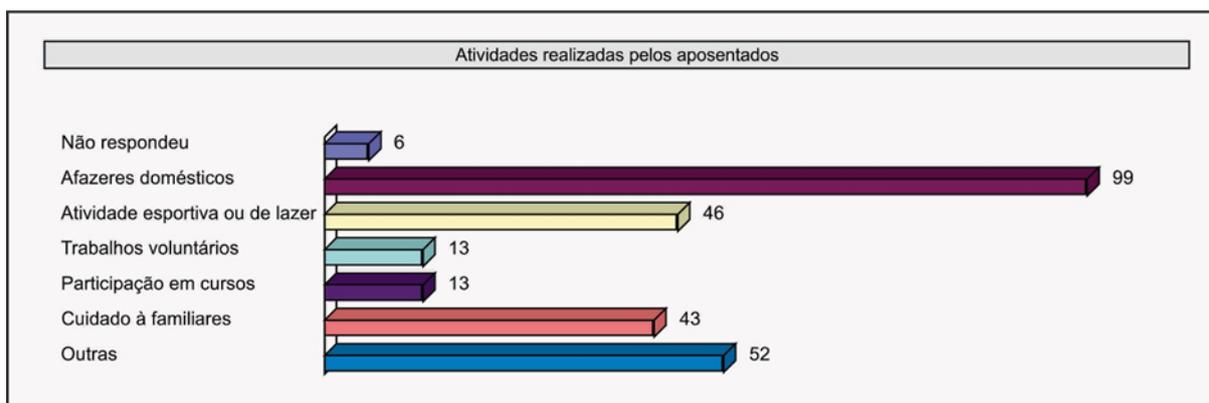


Fonte: Pesquisa de campo (2015/2016)

Como podemos verificar, as suas principais preocupações estão no medo de se tornarem improdutivos e ficarem ociosos. Assim, fica evidente o reconhecimento do trabalho como fator de valorização do indivíduo presente na sociedade capitalista. Por outro lado, vemos que não houve respostas indicando a desvalorização pelos familiares dos aposentados que pararam de trabalhar, o que podemos inferir que existe respeito aos idosos pelo público rural.

Ainda a respeito da rotina e atividades realizadas pelos aposentados, questionamos se realizam/participam de algumas tarefas e/ou afazeres (gráfico 38).

Gráfico 38 – Atividades realizadas pelos aposentados



Fonte : Pesquisa de campo (2015/2016)

Como podemos avaliar, a maioria dos aposentados participantes da pesquisa realizam afazeres domésticos, e percebemos que as mulheres continuam sendo as principais responsáveis por essas atividades (91.6% das mulheres participantes da pesquisa disseram realizar esses afazeres), embora a maioria dos homens (78.5%) afirmaram também realizar tais funções. Constatamos que os aposentados que afirmaram não realizar atividades domésticas, se referem aos casos de idade avançada e falta de condições de saúde, exceto alguns homens, que afirmaram não serem responsáveis por tais atividades.

Verificamos que 40.3% dos aposentados participantes da pesquisa afirmaram realizar alguma atividade esportiva e de lazer, principalmente participação em grupos de terceira idade (figura 19) e caminhada, no entanto averiguamos um percentual alto (59.7%) que não realizam tais atividades, ou seja, o acesso e a possibilidade de realização de tais atividades ainda é bastante restrito a esse grupo. Também detectamos um percentual baixo dos que realizam trabalhos voluntários e participam de cursos.

Ainda identificamos que 37.7% dos aposentados se responsabilizam por cuidar de familiares, em geral o cônjuge, quando apresenta problemas de saúde, ou pais com idade avançada. Uma curiosidade é que encontramos poucos casos de aposentados que se responsabilizam por cuidados com netos.

Já na categoria outras atividades, obtivemos um percentual de 45.6%, a grande maioria citou como outra atividade a participação em celebrações e ações religiosas. Observamos neste público um forte vínculo religioso, estando sempre presente em suas residências esses simbolismos, especialmente do catolicismo (figura 14).

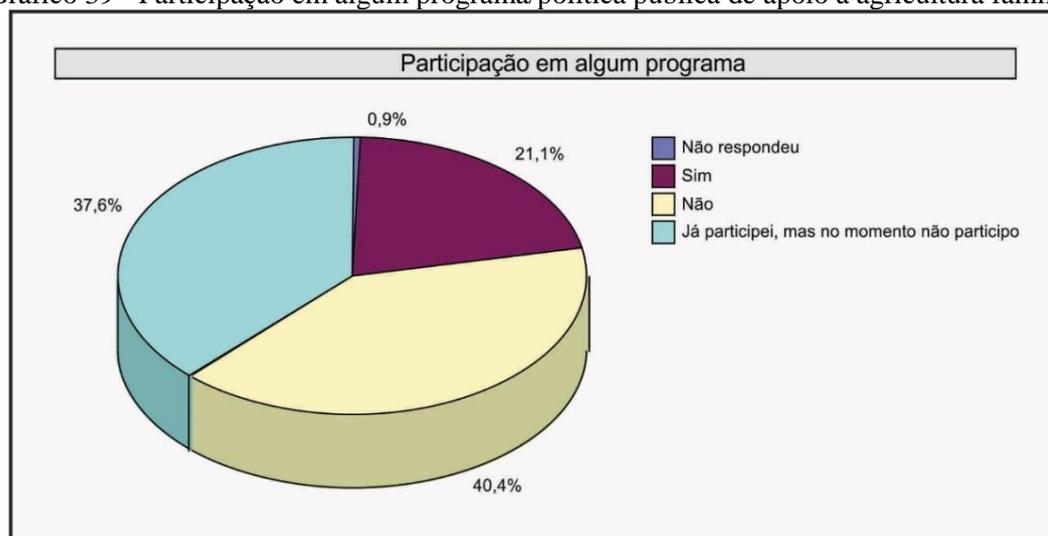
Figura 14- Participação de idosas em Grupo da Terceira Idade no Espaço Conviver em Tapejara (fotos A, C, D e E) e simbolismos da religiosidade dos aposentados (foto B)



Acervo da autora (2016)

Com o objetivo de avaliar o acesso das famílias às políticas públicas de apoio à agricultura familiar e os resultados alcançados, fizemos algumas questões sobre esta temática. Primeiramente perguntamos aos participantes da pesquisa se eles e/ou sua família participam ou já participaram de algum programa/política pública de apoio à agricultura familiar (gráfico 39).

Gráfico 39 - Participação em algum programa/política pública de apoio à agricultura familiar



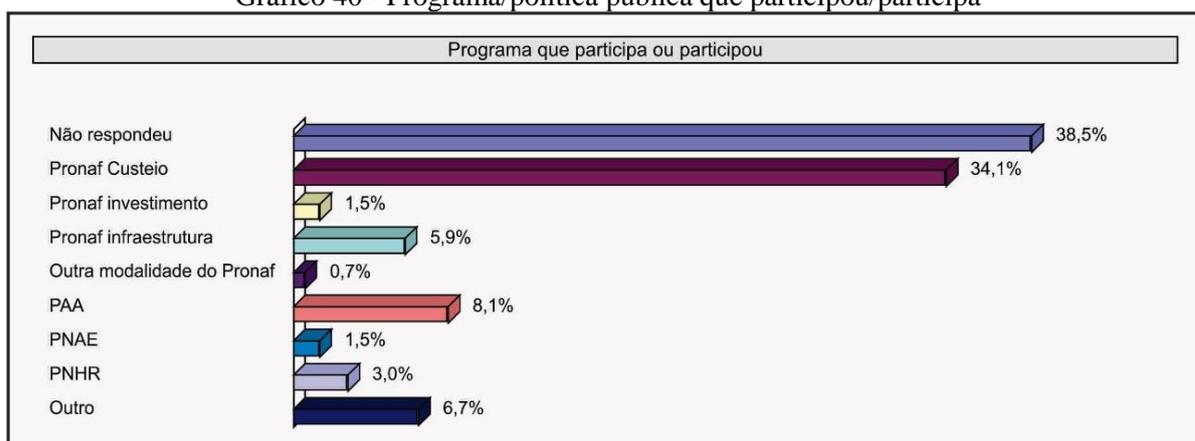
Fonte: Pesquisa de campo (2015/2016)

Como podemos ver, 46 (40.4%) dos aposentados participantes da pesquisa afirmaram não participar e nunca terem participado de algum programa, 43 (37.6%) disseram já ter participado, mas afirmaram não estar participando no momento, e 24 (21.1%) afirmaram estar participando. Dessa forma, se somarmos os que já participaram e os que participam, temos um total de 67 (58.7%) do público pesquisado, que tem ou já tiveram acesso aos programas de apoio à agricultura familiar. Desta forma constatamos bom nível de conhecimento sobre os programas e a possibilidade de acesso aos mesmos. No entanto, ressaltamos que apenas conhecer é insuficiente para garantir a efetividade das ações.

A fim de verificar quais programas e/ou políticas públicas são mais efetivas nos municípios a partir do acesso pelos agricultores, questionamos quais programas participam ou já participaram (gráfico 40). Assim fica evidente que o Pronaf é a política pública de maior alcance entre o público pesquisado, especialmente na modalidade de custeio da produção. Após, aparecem o PAA, o PNHR, e o PNAE, bem como outros.

Ainda sobre o acesso às políticas públicas para a agricultura familiar, é bom destacar que um percentual considerável afirma nunca ter tido acesso a nenhum programa de apoio à agricultura familiar, e ainda há um percentual significativo dos que tiveram acesso, mas que na atualidade não participam mais.

Gráfico 40 - Programa/política pública que participou/participa



Fonte: Pesquisa de campo (2015/2016)

Questionamos aos que já participaram das políticas públicas, qual o motivo de não mais participarem (gráfico 41). A maioria (21) afirmou que não precisa mais do (s) programa (s), por não estarem mais produzindo ou outros motivos ; 8 afirmaram que obtiveram dívidas, em um caso foi citado que a família perdeu parte da propriedade por dívidas com financiamentos do Pronaf ; 4 disseram que os programas não contribuem com as atividades que desenvolvem atualmente ; e 2 informaram que os programas não estão sendo realizados. Vale destacar que não houve nenhuma resposta mencionando o fato de não confiarem nos gestores municipais dos programas.

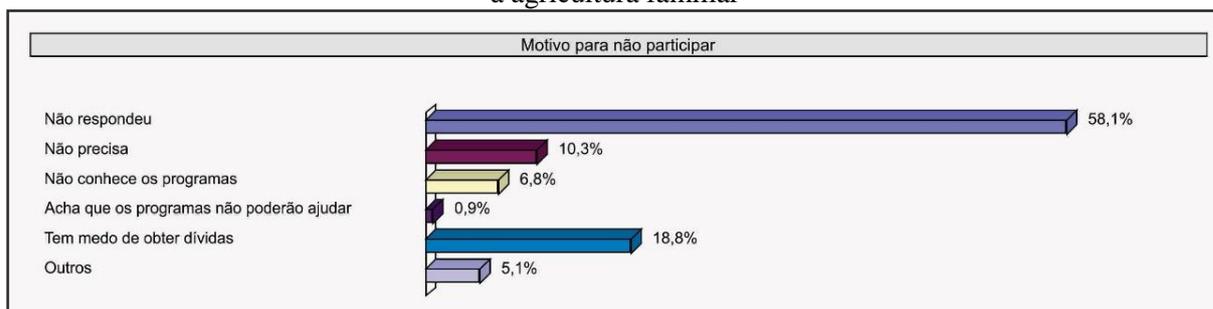
Gráfico 41 - Motivo para não mais participar do programa/política pública



Fonte: Pesquisa de campo (2015/2016)

Ainda questionamos àqueles que nunca participaram de nenhum programa, o motivo de não participarem (gráfico 42). Vemos que o medo de obter dívidas apareceu como o principal fator para não participar de nenhum programa (22 respostas), depois vem as questões de não precisar (12 respostas), não conhecer (8 respostas) e achar que os programas não poderão ajudar (1 resposta). Outras questões foram citadas em 6 casos. Assim, constatamos que ainda falta informações e esclarecimentos sobre essas políticas, pois há insegurança por parte dos agricultores familiares que nunca usufruíram das políticas públicas que lhes são cabíveis.

Gráfico 42 - Motivo para nunca ter participado de nenhum programa/política pública de apoio à agricultura familiar



Fonte: Pesquisa de campo (2015/2016)

Perguntamos aos que participam/participaram das políticas públicas de apoio à agricultura familiar, quais as maiores contribuições que têm/tiveram com os programas. Foi uma questão aberta e agrupamos as respostas por programa, por ordem de importância:

- Pronaf: 1) Proporcionou condições para produzir; 2) Oportunizou implantar as infraestruturas necessárias na propriedade; 3) É acessível, pois tem prazos longos de pagamento e juros baixos.
- PAA/PNAE: 1) Comércio garantido para os produtos, o que incentiva a produzir; 2) Aumento da renda familiar; 3) Preços justos pagos pelos produtos.
- PNHR: 1) A residência construída proporcionou melhores condições de vida e motivou a permanência no campo.

Diante destas constatações avaliamos a importância principal do Pronaf como promotor de condições de produção, ou seja, como mecanismo essencial para custear a produção. Secundariamente, seu papel está em criar infraestruturas necessárias nas propriedades. De modo geral podemos avaliar que não há grandes dificuldades para os agricultores em honrar com a dívida assumida, visto que as condições são favoráveis. No entanto, cabe explicar que tivemos relatos de agricultores que tiveram dificuldades em pagar a dívida, pois perderam a produção por condições climáticas e outros que tiveram seus produtos desvalorizados (preços baixos).

A partir destas acepções, refletimos que para os agricultores que não têm acesso ao Pronaf, as condições para produzir e/ou implantar uma nova cultura são bastante restritas. Assim, podemos avaliar as dificuldades enfrentadas pelos agricultores familiares nos municípios pesquisados, bem como em outros, visto que como averiguamos com os dados levantados nos itens 3.2 e 3.7.1, e nos trabalhos de campo, a maioria dos agricultores familiares não tem acesso ao Pronaf, especialmente os agricultores menos capitalizados.

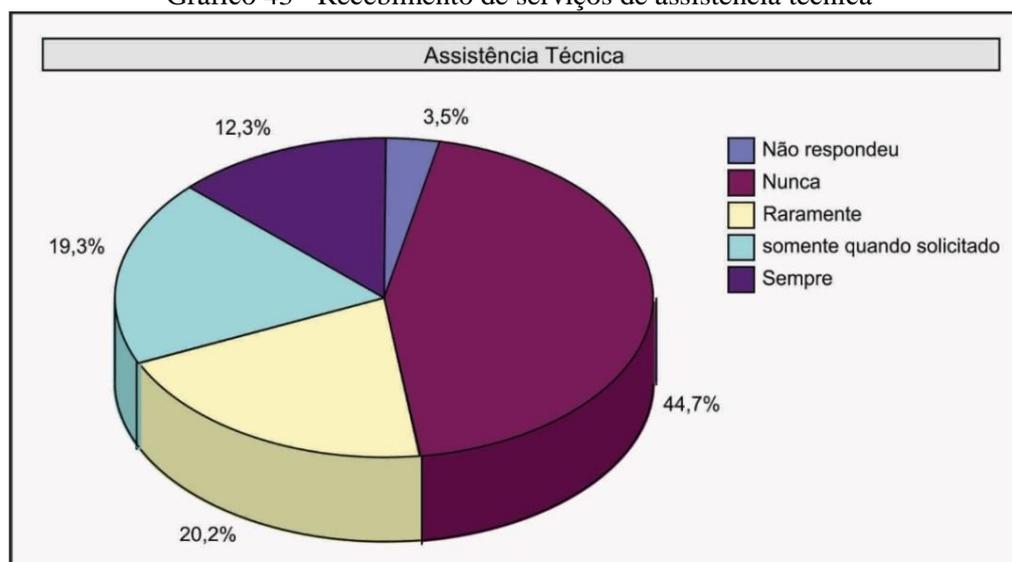
Verificamos também que as principais contribuições do PAA e do PNAE, na visão dos agricultores, estão em ter comércio garantido para os produtos, assim são estimulados a aumentar a produção, além do que esses programas aumentam a renda familiar. Também foi citado o preço justo pago pelos produtos.

Já o PNHR, melhora consideravelmente a condição de habitação e de vida dos beneficiários, e estimula a permanência dos agricultores no campo. Ouvimos o relato de um aposentado, que afirmou que o filho permaneceu na propriedade devido ao fato de ter sido beneficiado com o PNHR.

Apesar dos resultados importantes dos programas citados, cabe novamente a ressalva de que atingem uma minoria dos agricultores familiares dos municípios pesquisados, como apontamos nos itens 3.3, 3.4 e 3.7.1, e de que os recursos para o funcionamento estão escassos desde o ano de 2015, o que tem comprometido a efetividade dos programas.

Também perguntamos aos participantes da pesquisa se recebem ou recebiam algum serviço de assistência técnica para a produção (gráfico 43). Assim verificamos que 51 (44.7%) afirmaram nunca receber ou ter recebido assistência técnica; 23 (20.2%) afirmaram que raramente recebem ou receberam. Desta forma, 74 (64.9%) afirmaram que raramente ou nunca recebe ou receberam serviços de assistência técnica na propriedade. Ainda tivemos 22 (19.3%) dos participantes da pesquisa que afirmaram que só recebem ou recebiam assistência técnica quando solicitado; e 14 (12.3%) que afirmaram sempre receber ou ter recebido este serviço.

Gráfico 43 - Recebimento de serviços de assistência técnica

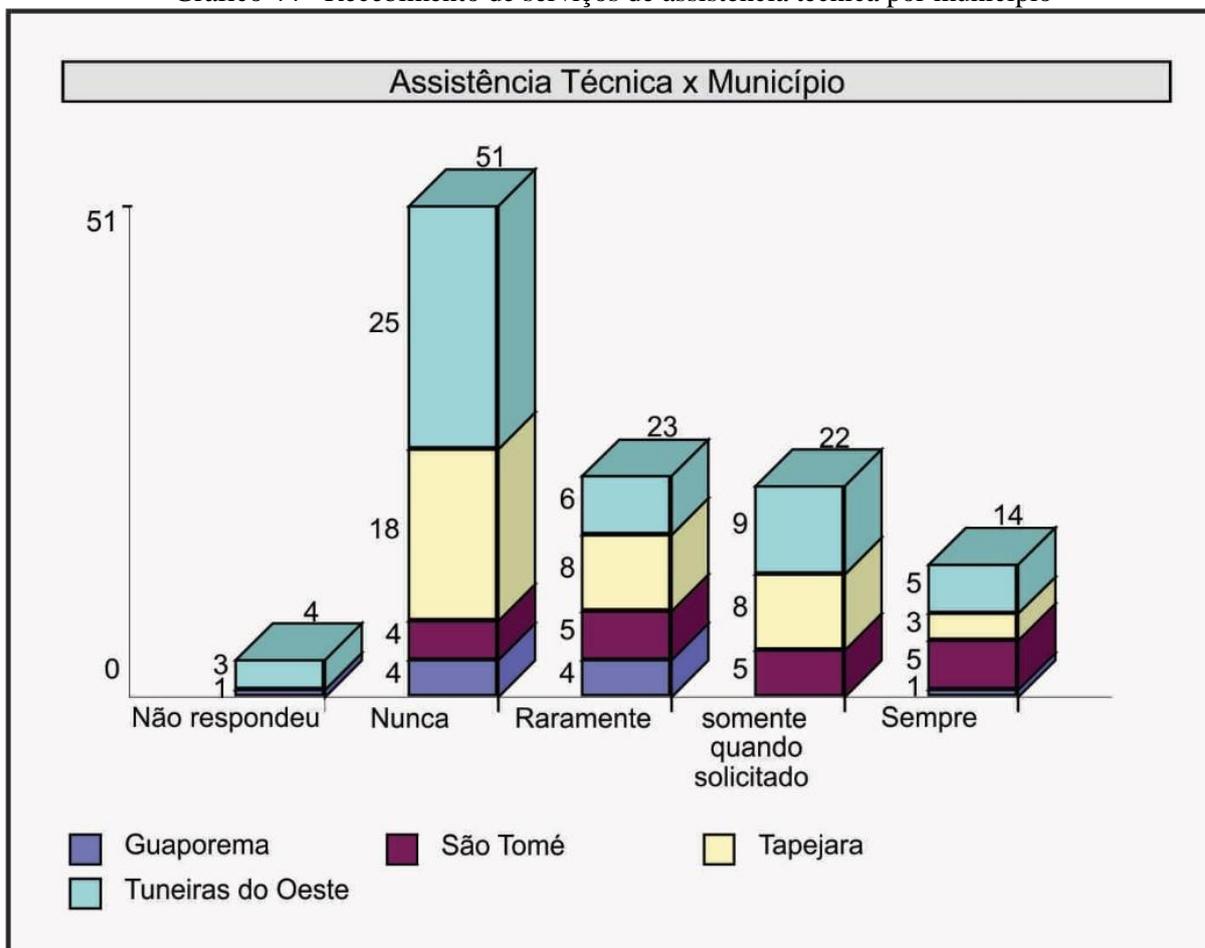


Fonte: Pesquisa de campo (2015/2016)

A partir destas informações verificamos a escassez dos serviços de assistência técnica pública disponibilizados aos agricultores familiares destes municípios, ficando muitos sem

receber este serviço, e outros recebendo de forma descontínua. Quando avaliamos essas respostas por município, temos a seguinte situação (gráfico 44).

Gráfico 44 - Recebimento de serviços de assistência técnica por município



Fonte: Pesquisa de campo (2015/2016)

Analisando as respostas por município podemos avaliar que em Guaporema a carência nos serviços de assistência técnica é evidente, pois como nos foi informado nos trabalhos de campo, desde 2014 o escritório local da Emater não conta com técnico extensionista por falta de realização de concurso público para contratação.

Considerando que é a Emater a principal responsável pelos serviços de assistência técnica nos pequenos municípios paranaenses, podemos avaliar que a falta deste profissional, além de comprometer o trabalho de assistência técnica, interfere no funcionamento de outras políticas públicas, tendo em vista que várias exigências técnicas e burocráticas dos programas são de responsabilidade dos escritórios locais da Emater. Assim, outros setores da gestão local ficam sobrecarregados e/ou não dão conta do volume de trabalho. Além disso, o técnico extensionista tem papel fundamental como agente transmissor de informações, em geral criam um vínculo com os agricultores e passam segurança, o que interfere no interesse em participar das políticas públicas.

Já no município de São Tomé, como podemos observar no gráfico 44, houve um equilíbrio entre os que disseram que nunca ou raramente recebem/recebiam assistência técnica, e os que disseram que recebem/recebiam quando solicitado e sempre. Nos trabalhos de campo no município de São Tomé, observamos uma ação mais efetiva nos serviços de assistência técnica prestados aos agricultores, pois há uma ação conjunta entre a Prefeitura Municipal e a Emater no desenvolvimento de projetos, o que leva a maior efetividade do trabalho extensionista. No entanto, ainda há necessidade de aperfeiçoar e ampliar este trabalho.

No município de Tapejara verificamos significativa disparidade entre os que afirmaram que nunca ou raramente recebem/receberam serviços de assistência técnica (70.2% dos participantes da pesquisa no município), e os que disseram receber ou ter recebido quando solicitado ou sempre (29.8%). Constatamos nos trabalhos de campo no município, que a atuação da Emater tem sido pouco efetiva junto aos agricultores, e que há a necessidade de maior diálogo e de ações conjuntas entre a administração local e a Emater.

No município de Tuneiras do Oeste, também evidenciamos representativa discrepância entre os que afirmaram nunca ou raramente receber ou ter recebido serviços de assistência técnica (64.5% dos participantes da pesquisa no município), e os que informaram que recebem/recebiam quando solicitado e sempre (29.1%). Examinamos, como já apontado no item 3.7.1, que a principal dificuldade nos serviços de assistência técnica no município está na ampla demanda que os agricultores apresentam diante do extenso território municipal, e grande número de agricultores. Dessa forma, há a necessidade de mais profissionais extensionistas no município para que o trabalho seja mais efetivo.

Com o intuito de compreender ações municipais de apoio à agricultura familiar, questionamos aos participantes da pesquisa se recebem ou já receberam algum apoio da prefeitura municipal para a produção. 58 (50.8%) dos participantes da pesquisa afirmaram receber ou já ter recebido algum apoio da prefeitura municipal, enquanto que 56 (49.2%) afirmaram nunca terem recebido nenhum apoio.

Assim, questionamos aos que afirmaram receber ou já ter recebido apoio das prefeituras municipais, quais tipos de apoio recebem ou já receberam. 49 indicaram serviços de máquinas agrícolas, porém a maioria salientou que a prefeitura cede a máquina e o motorista, mas que as despesas com combustível são do produtor solicitante. Muitos também enfocaram que nem sempre que solicitado este serviço, a prefeitura pode atender, explicando que as máquinas disponíveis são insuficientes para atender às demandas dos agricultores nos

municípios. Vários também denunciaram a falta de critérios para atendimento aos produtores, indicando haver favorecimento de alguns em detrimento de outros na oferta deste serviço.

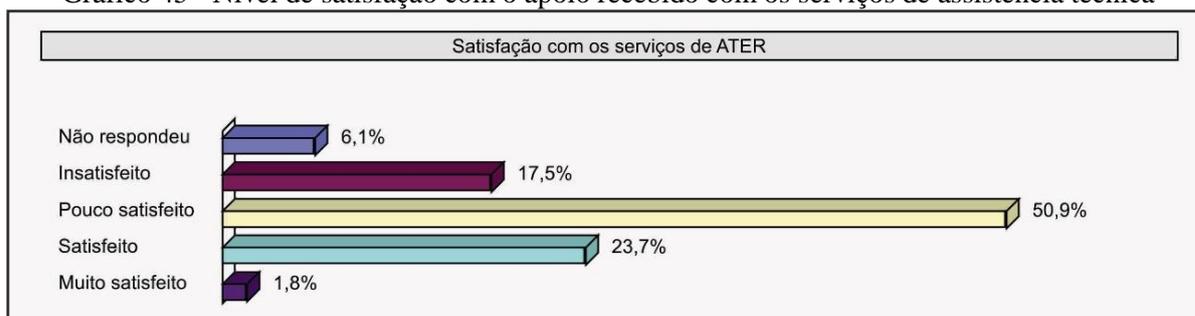
Entre os demais serviços recebidos, 5 afirmaram ter recebido calcário em programas de distribuição realizado entre a prefeitura municipal e o governo estadual; 2 afirmaram receber ou já ter recebido assistência técnica; 2 citaram a manutenção das estradas rurais pela prefeitura; 1 a abertura de poços artesianos para abastecer as comunidades rurais; e também 1 citou a construção de um salão comunitário.

Assim vemos que há ações municipais cujo objetivo é contribuir com o fortalecimento da agricultura familiar, porém essas ações ainda são limitadas, e podemos considerar que falta o estabelecimento de vínculos mais próximos entre os agricultores familiares e os representantes públicos locais, a fim de conhecer as necessidades e construir soluções junto às comunidades.

Também perguntamos se recebem ou já receberam apoio da iniciativa privada para a produção, sendo que 71 (62.4%) disseram que não, 37 (32.3%) disseram que sim e 6 (5.3%) não responderam. Aos que disseram que recebem ou já receberam, perguntamos qual foi esse apoio, e obtivemos os seguintes resultados: 1) Assistência técnica de cooperativas agroindustriais (22 respostas); 2) Acompanhamento e orientação na produção por profissionais das agroindústrias: de abate de aves, bicho da seda, usina de álcool e açúcar, indústria de doces e de sucos (13 respostas); 3) Serviços veterinários por profissionais de laticínios (5 respostas).

Dessa forma, verificamos que a assistência técnica e/ou apoio à produção ao agricultor familiar, ocorre por meio da iniciativa privada quando o agricultor está associado a alguma cooperativa agroindustrial, e/ou quando tem a produção integrada a alguma agroindústria ou indústria. Após perguntarmos sobre as várias formas de assistência técnica e apoio que o agricultor familiar pode receber, questionamos o nível de satisfação dos mesmos com relação ao apoio que recebem ou que recebiam (gráfico 45).

Gráfico 45 - Nível de satisfação com o apoio recebido com os serviços de assistência técnica



Fonte: Pesquisa de campo (2015/2016)

Verificamos então que se somarmos os que se disseram insatisfeitos, com os que se disseram pouco satisfeitos, temos 68.4% dos participantes. Já se somarmos os que se disseram satisfeitos, com os que se disseram muito satisfeitos, temos 25.5%. Desta maneira evidencia-se que a maioria dos agricultores participantes da pesquisa considera a necessidade da oferta de mais assistência técnica e apoio à produção familiar.

Por fim, colocamos duas questões de opinião, uma se refere a que apoio deveria ser dado aos agricultores familiares, e a outra, qual o principal desafio da agricultura familiar na atualidade. Agrupamos as respostas em alguns aspectos principais citados e apresentamos no quadro 22.

Como podemos constatar, a oferta de assistência técnica pública e constante é um dos principais apoios esperados pelos agricultores familiares. Compreendemos que a carência, ou em muitos casos a ausência de assistência técnica eficiente, constante e adequada aos produtores, dificulta inúmeros outros aspectos da produção e o acesso às informações fundamentais aos agricultores, especialmente a respeito das políticas públicas. O acesso às informações sobre programas, ações e políticas públicas que possam beneficiar aos agricultores familiares, também foi colocada como um apoio necessário. Na nossa compreensão, se houver eficiência nos serviços de assistência técnica essa questão fica sanada.

Também salientamos a indicação, por parte dos entrevistados, da necessidade de máquinas agrícolas disponíveis para prestação de serviços aos agricultores familiares, pois apesar deste serviço ser ofertado pelas prefeituras municipais, como já mencionamos, esta oferta não ocorre em consonância com as demandas dos produtores. Além disso, foi citada a necessidade de outras infraestruturas básicas para a produção, como a manutenção das estradas rurais e o abastecimento de água, por exemplo.

Os participantes da pesquisa indicaram ainda a necessidade de subsídios governamentais específicos à agricultura familiar, sobretudo para que os preços dos insumos necessários à produção tornem-se mais acessíveis, e sejam efetivadas melhores condições de produção. A oferta de créditos especiais aos agricultores familiares, com juros mais baixos, também foi bastante citada como um apoio necessário, apesar da existência do Pronaf, que tem essa oferta como uma das suas principais finalidades.

Quadro 22 - Opiniões dos participantes da pesquisa sobre o apoio necessário à agricultura familiar e os desafios da mesma na atualidade

APOIO	DESAFIOS
<ul style="list-style-type: none"> a) Oferta de serviços públicos de assistência técnica (53 respostas) b) Oferta de serviços públicos de máquinas agrícolas (17 respostas) c) Oferta de condições de produção por meio do acesso ao crédito e de juros mais baixos (14 respostas) d) Promover o acesso às políticas públicas existentes e criar novas, a partir da efetiva participação dos agricultores (14 respostas) e) Facilitar o acesso aos insumos (9 respostas) f) Oferecer garantia de preços (9 respostas) g) Melhorar das infraestruturas necessárias aos agricultores (5 respostas) h) Incentivo à cooperação entre os agricultores (1 resposta) i) Garantia de seguro da safra (1 resposta) 	<ul style="list-style-type: none"> a) Preços baixos dos produtos (50 respostas) b) Altos custos de produção (34 respostas) c) Falta de acesso à mecanização, implementos, infraestrutura (14 respostas) d) Dificuldades de acesso ao crédito, juros altos (12 respostas) e) Falta de apoio governamental e burocracia nas políticas públicas e programas existentes (10 respostas) f) Falta de assistência técnica (8 respostas) g) Isolamento na área rural, dificuldade de locomoção e estradas ruins (6 respostas) h) Insegurança e instabilidade para produzir, condições do tempo (4 respostas) i) Penosidade do trabalho (3 respostas) j) Pragas na lavoura (2 respostas) k) Falta de acesso aos mercados (2 respostas) l) Exigências técnicas inacessíveis para a agroindustrialização (1 resposta) m) Desvalorização da agricultura familiar (1 resposta) n) Dificuldade no abastecimento de água (1 resposta) o) Acúmulo de dívidas (1 resposta)

Fonte: Pesquisa de campo (2015/2016)

A melhora dos preços e valorização dos produtos da agricultura familiar são apoios também esperados pelos participantes da pesquisa, assim como mais flexibilidade e desburocratização no acesso às políticas públicas, e a criação de outros programas voltados aos agricultores familiares. Assim, houve indicações sobre a necessidade de ações públicas locais mais organizadas e fortalecidas, que abram diálogos com representações dos agricultores sobre suas necessidades e anseios.

Dentro desta perspectiva, alguns agricultores destacaram a necessidade de fortalecimento da feira do produtor, que como já citamos, está precisando de mais incentivo nos municípios pesquisados. Além disso, evidenciamos a necessidade de promover ações de cooperação e associativismo entre os produtores, visto que em campo verificamos a falta de cooperativas e ações conjuntas entre os mesmos.

Vale considerar, como apontam Pedroso e Cleps Júnior (2008) que o associativismo rural se constitui em um instrumento de luta dos pequenos produtores na busca pela permanência na terra, aumento da renda e participação popular, cujos objetivos são sociais e coletivos. Os autores ainda explicam que associações se diferem de cooperativas, pois as associações não possuem a finalidade de geração monetária, enquanto que as cooperativas possuem objetivos econômicos.

Com relação às principais dificuldades enfrentadas pelos agricultores familiares, verificamos que o preço baixo dos produtos foi apontado como o principal problema. Além disso, os altos custos para produzir por conta dos preços altos dos insumos. Assim, verificamos que em muitas situações esses fatores em conjunto levam à inviabilidade da produção, visto que os insumos, por serem industrializados e produzidos a partir de pesquisas científicas, do uso de alta tecnologia, e dominados por grandes multinacionais, têm preços altos ao consumidor. Já o produto proveniente da agricultura familiar, em muitos casos não atende ao padrão de mercado, sendo pouco valorizado.

Outro fator que dificulta o trabalho dos agricultores familiares é a falta de acesso à mecanização, aos implementos e às infraestruturas necessárias. Com isto, vários tipos de produção e culturas ficam inviabilizadas. A falta e/ou dificuldade de acesso ao crédito e os juros altos, que também se vinculam à falta de recursos para produzir e de infraestruturas necessárias à produção, como a falta de acesso a processos de mecanização, que geram em muitos casos penosidade ao trabalho, também foram dificuldades apontadas.

Ainda foi colocado como desafio, a burocracia no acesso às políticas públicas, pois em muitas situações os agricultores têm interesse em participar de alguns programas, mas são barrados devido aos critérios rígidos. Outro desafio apontado foi a falta de assistência técnica, que como já mencionamos, influencia em várias questões.

Outros desafios citados foram: o isolamento das famílias na área rural; a insegurança e instabilidade para produzir, que inclui as condições do tempo; as pragas que acometem a lavoura; a falta de acesso aos mercados; as exigências técnicas inacessíveis à agroindustrialização pelos pequenos produtores; a desvalorização da agricultura familiar; a dificuldade no abastecimento de água e o acúmulo de dívidas.

Diante disso, compreendemos que há uma cadeia de situações, que acarretam em outras, gerando os problemas presentes na agricultura familiar, levando às dificuldades de manutenção e reprodução deste segmento produtivo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de discussões teóricas realizadas constatamos que a definição de um conceito para categorizar a agricultura e o agricultor familiar, foi importante no sentido de abarcar diferentes realidades dos pequenos produtores brasileiros, bem como para possibilitar o acesso às políticas públicas específicas a esse público. No entanto, cabe a ressalva de que não podemos compreender o agricultor familiar como uma “evolução” do pequeno produtor ou camponês, mas como categoria produtiva, que apresenta diversidades em seu interior.

A partir da análise dos dados estatísticos a respeito da agricultura familiar pudemos demonstrar a representatividade que esse setor tem para a agropecuária brasileira, sobretudo na produção de alimentos essenciais à população, na geração de emprego e renda no campo, na promoção de menor impacto ambiental e na manutenção de famílias no meio rural, especialmente nos municípios com pequenas cidades.

Já na revisão sobre a questão agrária brasileira evidenciamos que as desigualdades no acesso a terra estão no cerne dos problemas agrários do país e que os movimentos sociais foram fundamentais para trazer ao debate, seja no âmbito político, social ou acadêmico esses problemas, o que desdobrou na proposição de planejamentos e políticas públicas que contemplam a agricultura familiar.

No que se refere à perspectiva sobre o desenvolvimento local, compreendemos ser importante para refletir a respeito das demandas e também das potencialidades endógenas dos municípios, especialmente aqueles com pequenas cidades, pois carecem de alternativas para geração de emprego, renda e melhores condições de vida para a população, a fim de frear o êxodo populacional.

Porém, verificamos que o desenvolvimento local não deve ser pensado apenas pelo viés econômico, mas também considerando o social e o humano, todavia, para que isso seja possível, se faz essencial o fortalecimento da cidadania, que por sua vez depende da oferta de educação de qualidade para a população. Ainda ressaltamos a necessidade da promoção de ações conjuntas entre as diferentes esferas de governo, a sociedade civil e suas organizações, visto que ações locais isoladas não são suficientes e/ou eficientes para a promoção do desenvolvimento local.

Ao avaliarmos a busca pelo desenvolvimento local nos municípios de Guaporema, São Tomé, Tapejara e Tuneiras do Oeste, averiguamos que se localizam em uma região que passou por processos rápidos de transformação socioespacial desde a colonização. Os municípios pesquisados perderam considerável parcela da população, especialmente a rural

com o processo de modernização conservadora nas décadas de 1970 e 1980, no entanto a agricultura familiar continua a ter um peso importante para as economias locais. Sendo assim, as políticas públicas de fortalecimento da agricultura familiar, embora tenham chegado tardiamente, mostram-se fundamentais para a dinamização do desenvolvimento local desses municípios.

Ao ponderarmos sobre as principais políticas públicas para a agricultura familiar: o PRONAF, o PAA, o PNAE, o PNHR e a PNATER, constatamos que embora com limitações, constituem-se em avanços essenciais na política agrícola brasileira, visto que a produção em pequena ou menor escala, historicamente, não contava com ações específicas voltadas ao seu fortalecimento.

O Pronaf, criado em 1996 marcou o início de uma série de programas para a agricultura familiar e se configurou como a legitimação pelo Estado da importância dessa categoria produtiva. Ao longo dos anos o programa foi sendo aprimorado e adequado às necessidades dos produtores, constituindo-se na política pública de maior alcance aos agricultores familiares. Concluímos que suas funções principais são a de custear a produção e oportunizar a criação de infraestruturas.

Quando analisamos sobre os impactos do Pronaf nos municípios da pesquisa, verificamos que em geral o programa tem contribuído para aprimorar/aumentar a produção e incorporar novas culturas. Em contrapartida identificamos que a maioria dos agricultores familiares ainda não tem ingresso no Pronaf e que em geral, são os agricultores mais capitalizados que acessam essa política. Além disso, ao compararmos os recursos destinados ao Pronaf, ou seja, à agricultura familiar e à agricultura patronal, aparece a discrepância existente entre os dois segmentos.

Quanto ao PAA e ao PNAE averiguamos que são os programas mais efetivos para os agricultores familiares, apresentando benefícios que extrapolam a figura do agricultor, pois se mostram fundamentais para as instituições que recebem os alimentos. Para os agricultores estimula a produção, garante mercados com preços justos para os produtos, aumenta a renda das famílias, promove a emancipação feminina no trabalho do campo, possibilita a entrega de produtos em pequena escala, promove o associativismo e o cooperativismo entre os agricultores, estimula a permanência dos jovens produtores na atividade agrícola e a participação dos produtores na gestão pública.

Para as instituições que recebem os produtos, garante a oferta de alimentos mais saudáveis e variados, bem como promove a mudança de hábitos alimentares do público atendido, especialmente crianças e adolescentes, que passam a ter uma alimentação mais

saudável e nutritiva. Além disso, este público passa a conhecer e valorizar mais a produção local.

No entanto, apesar desses importantes resultados do PAA e do PNAE, o PAA vem passando por um atraso no desenvolvimento dos projetos nos quatro municípios pesquisados nos anos de 2015 e 2016 e também em quase todo o estado do Paraná, devido à burocracia, falta de recursos do Governo Federal, congestionamento no sistema de cadastro do programa e corte de orçamento. Constatamos que esta paralisação se mostra negativa por romper com os resultados positivos já alcançados, levando a desmotivação, insatisfação e insegurança dos produtores participantes do programa, bem como a um retrocesso nos avanços já conquistados em cada município.

Já o PNAE tem tido funcionamento mais regular por haver a Lei nº 11.947, que garante que ao menos 30% dos recursos destinados ao programa sejam utilizados na compra de gêneros alimentícios da agricultura familiar, o que demonstra a importância de formalizar a execução dos programas e políticas públicas. Ainda sobre o PAA e o PNAE podemos citar como o principal desafio, a ampliação do número de agricultores participantes, pois ainda abrangem um percentual pequeno nos municípios, bem como em todo país.

Com relação ao PNHR avaliamos ser um programa que proporciona condições mais dignas de vida aos beneficiários, visto que melhora consideravelmente suas residências e promove efetivamente a permanência de famílias no meio rural. Porém o programa também está paralisado nos municípios pesquisados desde 2015, devido à falta de liberação de recursos pelo Governo Federal. Além disso, a abrangência do programa foi pequena diante da demanda existente nos municípios, por conta de recursos insuficientes e das muitas exigências burocráticas limitantes à participação de inúmeros agricultores. Neste sentido entendemos a necessidade de desburocratizar o programa a fim de oportunizar a participação de mais agricultores e destacamos ainda a importância de retomar esta política, tendo em vista sua relevância social.

No que se refere aos serviços de assistência técnica e extensão rural, previstos na PNATER, constatamos que são de suma importância, tanto para suprir demandas burocráticas, contribuir na melhora e/ou diversificação da produção, como para garantir informações aos agricultores sobre o acesso aos programas e políticas públicas. Todavia, averiguamos nos municípios a insuficiência desse serviço e em certas situações, a falta de profissionais com conhecimentos técnicos específicos para suprir as necessidades dos produtores locais.

Assim, concluímos que um aspecto essencial para o bom desenvolvimento das políticas públicas em âmbito local é a disponibilização de profissionais técnicos com formação adequada para assumir o trabalho de gestão. Além disso, entendemos que os gestores locais precisam ter perfil profissional correspondente, pois estes aspectos influenciam diretamente nos resultados alcançados por meio dos programas.

Ainda sobre as políticas públicas para a agricultura familiar de modo geral, identificamos que vem passando por adiamentos, suspensões e cortes orçamentários desde 2015, ou seja, vem apresentando retrocessos, reflexos das crises econômica e política brasileiras. Constatamos a intensificação dessa situação, sobretudo a partir da tomada de posse do Governo Michel Temer, devido às mudanças ideológicas e por consequência de rumos dessas ações, com ênfase no agronegócio em detrimento da agricultura familiar.

Assim, defendemos que o segmento da agricultura familiar não pode ser novamente relegado pelas políticas públicas federais, considerando sua relevância social e os avanços já conquistados ao longo dos anos em que essas ações foram desenvolvidas. Ressaltamos ainda que a participação dos agricultores familiares nos programas e políticas públicas possibilita a formalização do trabalho rural, o que facilita a comprovação da atividade nos processos de aposentadoria.

Com relação a outras iniciativas locais de apoio a agricultura familiar, destacamos a realização da feira do produtor, pois entendemos ser um projeto importante para os municípios, visto que se configura como estímulo à produção e oportunidade de comercialização direta pelos produtores, fortalecendo os circuitos curtos de abastecimento, o que amplia a renda dos agricultores e oportuniza o acesso da população a produtos frescos e com procedência conhecida. Além disso, a feira tem a função de lazer e local de encontro comunitário. Diante do que verificamos nos municípios, propomos que haja ações dos poderes públicos locais para o fortalecimento das feiras, pois apenas em Tuneiras do Oeste constatamos uma atuação mais efetiva e um dinamismo maior desta atividade.

Entendemos também que há a necessidade de realizar um trabalho mais próximo à população pelos representantes locais de Guaporema, São Tomé, Tapejara e Tuneiras do Oeste, para estimular e fortalecer o funcionamento e a participação popular nos conselhos municipais, pois se apresentam como espaços de diálogo, reflexão, avaliação e planejamento essenciais para a busca de resultados positivos nas ações e políticas públicas. Avaliamos que havendo atuação e participação mais efetiva da população nesses conselhos, os cidadãos poderão expor com mais clareza seus anseios e demandas, podendo as ações locais serem mais oportunas e alcançar melhores resultados.

No que concerne à questão do idoso no Brasil, evidenciamos a ocorrência da transição demográfica brasileira a partir de um aumento crescente do número de idosos na composição da população, o que vem demandando uma série de ações, como a formulação do Estatuto do Idoso, a reforma do sistema previdenciário, a proposição de projetos e políticas públicas específicas aos idosos. Assim defendemos que essas ações, em especial a reforma previdenciária, devem ser cuidadosamente debatidas com os diferentes segmentos sociais, pois interferem diretamente na dinâmica econômica e de vida de toda a sociedade.

No tocante à aposentadoria rural especial, examinamos que alcança *status* de política pública, visto que não se pauta apenas na contribuição prévia do beneficiário, mas no fato de ter desenvolvido o trabalho agrícola em regime familiar. Assim, esta forma de aposentadoria funciona como um programa de redistribuição de renda, já que as contribuições dos trabalhadores rurais não suprem os benefícios deferidos a este público. Consideramos que as especificidades definidas para a aposentadoria rural especial são necessárias diante das particularidades e da importância social deste segmento produtivo.

Analizamos que a relevância principal da aposentadoria rural está em ampliar significativamente a renda das famílias e em reduzir o nível de pobreza no meio rural, tornando-se um programa de renda mínima. Este alcance se torna ainda mais representativo nas regiões mais pobres e nos municípios com pequenas cidades.

Salientamos ainda, que o fortalecimento do comércio local é um dos efeitos fundamentais das aposentadorias rurais e pudemos comprovar este aspecto nos quatro municípios pesquisados, pois os aposentados, em sua maioria, compram no comércio local. Além disso, constatamos que os recursos derivados dos benefícios rurais representam um montante representativo para esses municípios.

Do mesmo modo, constatamos inúmeros outros efeitos positivos relacionados ao benefício previdenciário rural, dos quais destacamos: 1) melhora das condições de vida e de habitação; 2) contribuição na reprodução da agricultura familiar; 3) acesso a tratamentos médicos e serviços de saúde; 4) ganho de autonomia financeira, especialmente para as mulheres. Ainda averiguamos que os recursos previdenciários extrapola a figura do aposentado, beneficiando familiares próximos.

No que se refere à dinâmica de mobilidade/imobilidade dos aposentados, verificamos que ocorrem as duas situações, ou seja, temos os que permanecem no território de origem e os que saem. Dentro desta dinâmica evidenciamos alguns processos principais: 1) Permanência no local de moradia do momento da aposentadoria, geralmente na área rural; 2) Deslocamento

do rural para o urbano do próprio município; 3) Deslocamento para outros municípios ou estados, geralmente para cidades maiores.

Sendo assim, percebemos que ocorrem variadas situações, dependendo de especificidades pessoais e familiares, porém podemos concluir que em geral, quando o idoso aposentado tem a opção de escolher, tende a permanecer no local e/ou município de origem devido ao enraizamento cultural, ao vínculo afetivo e de pertencimento com o espaço e o grupo social. A decisão de se deslocar, em geral do rural para o urbano, está vinculada especialmente à busca por ficar próximo aos filhos/parentes; às questões de saúde, idade avançada e isolamento na área rural. Já o local de destino geralmente tem relação com os vínculos familiares.

Dessa maneira, comprovamos a tese de que a aposentadoria rural, ao garantir renda mínima às famílias e somada aos aspectos culturais desse grupo, ou seja, trabalhadores rurais aposentados, idosos, tende a torná-los imóveis no território, salvo situações específicas de força maior.

Identificamos ainda que o trabalho é extremamente valorizado por esse grupo, e que a maioria tende a continuar trabalhando mesmo após aposentar-se, até que as condições físicas permitam. Também constatamos que há uma lacuna no acesso às atividades de lazer por este público e que esta deve ser uma das preocupações dos poderes públicos locais, pois há um número de idosos cada vez maior no conjunto da população desses municípios.

No tocante ao acesso às políticas públicas pelos agricultores familiares aposentados, averiguamos a necessidade de ampliar e garantir a participação contínua desses produtores, bem como o acesso à informação sobre as políticas públicas, pois as justificativas principais para não participar são: o receio de obter dívidas, o fato de achar que não precisa e o não conhecimento dos programas. Assim, novamente defendemos que os serviços de assistência técnica são primordiais nesse sentido.

Identificamos ainda que o apoio da iniciativa privada é bastante restrito para os agricultores familiares aposentados, restringindo-se aos que produzem em integração com agroindústrias, bem como são poucas, e às vezes pouco eficazes as ações locais/municipais de apoio à agricultura familiar, por não haver regularidade e continuidade nos programas. A partir disso, novamente defendemos a necessidade de mais articulações locais, fortalecimento de ações comunitárias, formação de cooperativas, fortalecimento da feira do produtor a partir de parcerias público/privada, com objetivo comum de promoção do desenvolvimento local, social e econômico.

A respeito da opinião dos agricultores aposentados quanto ao apoio governamental que esperam, destacamos a oferta de serviços públicos de assistência técnica e extensão rural. Já com relação aos desafios, ressaltamos o baixo preço dos produtos provenientes da agricultura familiar, os altos custos para produzir e a falta de acesso à mecanização.

Portanto, concluímos que os agricultores familiares demandam de políticas públicas que garantam acompanhamento técnico desde o planejamento da produção até a comercialização dos produtos, bem como de condições para produzir. Para isso, precisam, por exemplo, da criação de infraestruturas comunitárias, como a obtenção de implementos e máquinas agrícolas de uso comum, em número suficiente e com planejamento logístico adequado para atender aos produtores locais. Além disso, necessitam que essas ações sejam contínuas, regulares, que deem segurança e estabilidade para esses trabalhadores.

Percebemos que a instabilidade e a insegurança a que são submetidos os agricultores familiares como um todo, denotam os principais determinantes para o desestímulo à permanência no campo e na atividade rural. As políticas públicas são essenciais, porém há falhas, sobretudo pelo fato de muitas serem descontínuas, sujeitas à ideologia partidária e da ênfase do governo vigente. Já as aposentadorias rurais são de suma importância para a dignidade dos agricultores familiares na fase idosa, porém, é preciso propor ações que garantam essa dignidade também aos jovens produtores, pois só assim teremos a permanência das famílias no campo, crianças, jovens, adultos e idosos, bem como a reprodução da agricultura familiar garantida para as próximas gerações.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. Estratégias e alternativas para a extensão rural e suas consequências para os processos de avaliação. CONGRESSO DO SOBER, 45, 2007, Londrina/PR. Mesa redonda: **Assistência técnica e extensão rural no Brasil**: desafios para os próximos anos. Londrina/PR, 2007. 17 p.
- ABREU, Marcelo de Paiva. Crise, crescimento e modernização autoritária: 1930-1945. In: ABREU, Marcelo de Paiva (Org.) **A ordem do progresso**: cem anos de política econômica republicana, 1889-1989. Rio de Janeiro: Campus, 1990.
- ALBUQUERQUE, Francisco José B.; LÔBO, Alexandre Lucena; RAYMUNDO, Jorge da Silva. Análise das repercussões psicossociais decorrentes da concessão de benefícios rurais. **Psicologia Reflexão e Crítica**, Porto Alegre: UFRGS, vol.12, n.2,1999.
- ALENTEJANO, Paulo R.. **As concepções de reforma agrária do governo e dos movimentos sociais no Brasil do século XXI**. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 2002.
- ALENTEJANO, Paulo R.. O que há de novo no rural brasileiro? **Terra Livre**, São Paulo: AGB, n.15, 2000. p. 87-112.
- ALFATIN, Iara Guimarães. **Sustentabilidade, políticas públicas e agricultura familiar**: uma apreciação sobre a trajetória brasileira. 2003. Tese (Doutorado) - Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília (UNB – CDS), Brasília/ DF, 2003.
- ALMEIDA, Luciana Florêncio de; ZYLBERSZTAIN, Décio. Crédito Agrícola no Brasil: uma perspectiva institucional sobre a evolução dos contratos. **Internext – Revista Eletrônica de Negócios Internacionais**, São Paulo, v. 3, n. 2, p. 267-287, ago./dez. 2008.
- ALMEIDA, Maria Geralda de. Uma leitura etnogeográfica do Brasil Sertanejo. In: SERPA, Angelo (Org.) **Espaços culturais**: vivências, imaginações e representações. Salvador: EDUFBA, 2008.
- AQUINO, Joacir Rufino de. Avanços e limites da política de crédito do PRONAF no Brasil (1996-2008): uma reflexão crítica In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL (SOBER), 47, 2009, Porto Alegre - RS. **Anais...** Porto Alegre-RS, 2009, p. 1 - 21. Disponível em: <<http://www.sober.org.br>>. Acesso em fev. 2010.
- AUGUSTO, Hélder dos Anjos. RIBEIRO, Eduardo Magalhães. O envelhecimento e as aposentadorias no ambiente rural: um enfoque bibliográfico. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, Lavras, v. 7, n. 2, p. 199-208, mai./ago. 2005, Universidade Federal de Lavras, Brasil.
- ÁVILA, Mário Lúcio. CALDAS, Eduardo Lima. ÁVILA, Silvia Regina. Coordenação e Efeitos Sinérgicos em Políticas Públicas no Brasil: o caso do Programa de Aquisição de Alimentos e do Programa Nacional de Alimentação Escolar. In: BRASIL: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **PAA: 10 anos de Aquisição de Alimentos**. Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional; Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2014. 280 p.; 20x24 cm. ISBN: 978-85-60700-66-0.

BANCO CENTRAL DO BRASIL - **Anuário Estatístico do Crédito Rural** (1999 a 2012). Disponível em: < <http://www.bcb.gov.br/?RELRURAL>>. Acesso em: Fev. 2015.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar** – Pronaf. (última atualização: agosto de 2013). Disponível em: < <http://www.bcb.gov.br/?PRONAFFAQ>>. Acesso em: Fev. 2015.

BAQUERO, Marcello. **Cultura política e democracia**: os desafios das sociedades contemporâneas. Porto Alegre: Ed UFRGS, 1994.

BEAUVOIR, Simone de. **A velhice**. 3ª ed.. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

BECKER, Olga Maria Schild. Mobilidade espacial da população: conceitos, tipologia, contextos. In: CASTRO, Iná Elias de, et al. **Explorações Geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

BELIK, Walter. *Et al.* Instituições, ambiente institucional e políticas agrícolas. In: RAMOS, Pedro. et al. **Dimensões do agronegócio brasileiro**: políticas, instituições e perspectivas. Brasília: MDA, 2007. 360 p.. Nead Estudos; 15.

BELIK, Walter; PAULILLO, Luiz Fernando. O financiamento da produção agrícola brasileira na década de 90: ajustamento e seletividade. In: LEITE, Sérgio (org.). **Políticas Públicas e Agricultura no Brasil**. Porto Alegre: EDUFRGS, 2001.

BELUSSO, Diane. **A integração de agricultores às cooperativas agrícolas abatedoras de frangos no Oeste do Paraná**. 2010. 219 f. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, campus de Presidente Prudente. Presidente Prudente, 2010.

BOBBIO, Norberto. **Estado Governo Sociedade**: para uma teoria geral da política. 14ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. Tradução Marco Aurélio Nogueira. Coleção Pensamento Crítico. V.69.

BOMBARDI, Larissa Mies. O papel da geografia agrária no debate teórico sobre os conceitos de campesinato e agricultura familiar. GEOUSP - **Espaço e Tempo**, São Paulo, n. 14, p. 107-117, 2003.

BOVO, Marcos Clair; TÖWS, Ricardo Luiz; CARVALHO, Cíntia Silvia. Formação sócio-espacial e colonização do município de Tuneiras do Oeste (PR) Brasil. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, n. 35, v.1, p. 4-24, jan./jul.2013.

BRANT, Roberto. Desenvolvimento social, previdência e pobreza no Brasil. **Conjuntura Social**, Brasília, v. 12, n. 2, p. 7-64, abr./jun. 2001.

BRASIL. Constituição (1946) Constituição dos Estados Unidos do Brasil. Rio de Janeiro, 1946.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. Instrução Normativa 77, de 21 de Janeiro de 2015. Estabelece rotinas para agilizar e uniformizar o reconhecimento de direitos dos segurados e beneficiários da Previdência Social,

com observância dos princípios estabelecidos no art. 37 da Constituição Federal de 1988. Disponível em: <<http://www3.dataprev.gov.br/>>. Acesso em: Nov. 2015.

BRASIL. Lei Nº 10.741. Estatuto do Idoso. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 01 de Out. de 2003. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/>>. Acesso em: Ago. de 2015.

BRASIL. Lei Nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional de Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 25 de jul. 2006. p. 1, col. 2. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/sicon/ExecutaPesquisaLegislacao.action>>. Acesso em: Set. 2013.

BRASIL. Lei Nº 12.512 de 14 de outubro de 2011. Institui o Programa de Apoio à Conservação Ambiental e o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Brasília, 14 de outubro de 2011.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural**. Brasília: MDA, 2004.

BROSE, Markus. **Agricultura familiar, desenvolvimento local e políticas públicas**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1999.

BONI, Paulo César (org). **A Fotografia na Academia**: de formadora de imaginários coletivos a fonte de pesquisas. Londrina: Midiograf, 2015.

BUAINAIN, Antônio Márcio. Modelo e principais instrumentos de regulação setorial : uma nota didática. In: RAMOS, Pedro. Et al.. **Dimensões do Agronegócio Brasileiro**: políticas, instituições e perspectivas. Brasília: MDA, 2007.

CAMPOS, Arnaldo de; BIANCHINI, Valter. A agricultura familiar passa a ser uma prioridade de Estado. In: BRASIL: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **PAA: 10 anos de Aquisição de Alimentos**. Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional; Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2014. 280 p. ; 20x24 cm. ISBN: 978-85-60700-66-0.

CAPORAL, Francisco Roberto. PETERSEN, Paulo. Políticas públicas y alternativas agroecológicas en Brasil: perspectivas para la seguridad y soberanía alimentaria. **Revista de Economía Crítica**, nº10, p.75 à 112, segundo semestre 2010, ISSN: 2013-5254, 2010.

CARDOSO JR., José Celso (Org.). **A universalização de direitos sociais no Brasil**: a previdência rural nos anos 90. Brasília: IPEA, 2000. p.188-210.

CARTER, Miguel. Desigualdade social, democracia e reforma agrária no Brasil. In: CARTER, Miguel (org.). **Combatendo a desigualdade social**. O MST e a reforma agrária no Brasil. São Paulo: EDUNESP, 2010. p. 27-78.

CARVALHAL, Marcelo Dornelis. Desenvolvimento auto-gerido e trabalho. In: ENDLICH, Ângela Maria; ROCHA, Márcio Mendes (Org.). **Pequenas cidades e desenvolvimento local**. Maringá: PGE, 2009.

CARVALHO, Bárbara Moraes de. Intervenções habitacionais em comunidades tradicionais: uma solução ou um problema? In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 15, 2013, Recife. **Anais Eletrônicos ...** Recife: Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano: UFPE, 2013. p. 471-488. Disponível em: < <http://www.anpur.org.br/anaisAbrir/107/1/anais-do-xv-ena>>. Acesso em: Abr. 2015.

CARVALHO, Paulo Francisco de. Biografia sumária de Chayanov. In: CARVALHO, Horacio Martins de (Org.). **Chayanov e o campesinato**. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

CASEMIRO, Sinclair Pozza. Uma Ilustração sobre as Pesquisas do NECAPECAM a Respeito do Caminho de Peabiru na Micro-Região 12 do Paraná. In: **Compêndio sobre o Caminho de Peabiru na COMCAM Micro-Região 12 do Paraná**. p.61-68. Vol.2, Campo Mourão-PR:SISGRAF, 2005.

CENSO AGROPECUÁRIO. IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2006.

CENSO DEMOGRÁFICO. IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 1960; 1970; 1980; 1991; 2000; 2010.

CHAYANOV. Alexander V. **La Organización de la Unidad Económica Campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.

CHAYANOV. Alexander V. Sobre a teoria dos Sistemas Econômicos Não Capitalistas. In: SILVA, José Graziano; STOLKE, Verena (Orgs.). **A questão agrária**. Tradução Edgard Afonso Malagodi e outros. São Paulo: Brasiliense, 1981. p.133-163.

CHIES, Cláudia. **Ciclo econômico e espaço transformado: os trabalhadores do café no Bairro Concórdia em Tuneiras do Oeste – PR**. 2007, 196 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2007.

CLAVAL, Paul. **A geografia cultural**. 3 ed.. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2007. Tradução de Luíz Fugazzola Pimenta e Margareth de Castro Afeche Pimenta.

COSTA, Fábio Rodrigues da. **A noção de municípios periféricos: contradições e desigualdades no estado do Paraná**. 2013. 215 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2013.

CRESTANI, Leandro de Araújo; SCHALLENBERGER, Erneldo. Nas fronteiras do oeste do Paraná: conflitos agrários e mercado de terras (1843/1960). **Revista Trilhas da História**. Três Lagoas, v.2, n.3, p.92-114, jul./dez. 2012.

DEBERT, Guita Grin. **A reinvenção da velhice**. São Paulo: EDUSP, 1999.

DEBERT, Guita Grin. Envelhecimento e representação da velhice. **Ciência Hoje**, São Paulo: SBPC, v. 8, n.9, p.60-68, jul.1988a.

DEBERT, Guita Grin. Envelhecimento e representação da velhice. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 6., 1988, Olinda. **Anais**. Belo Horizonte: ABEP, v.1, p.537-556,1988b.

DELGADO, Guilherme Costa. **Capital financeiro e agricultura no Brasil**. Campinas: Unicamp/Ícone, 1985.

DELGADO, Guilherme Costa; CARDOSO JR. José Celso. **O idoso e a previdência rural no Brasil**: a experiência recente da universalização. Brasília: IPEA, 1999. Texto para discussão Nº 688.

DELGADO, Guilherme Costa. **Cesta básica**: o que há de novo na regulação dos mercados agrícolas. In: BELIK, W.; MALUF, R. (Org.). Abastecimento e segurança alimentar: os limites da liberalização. Campinas: UNICAMP/IE, 2000.

DELGADO, Guilherme Costa; CONCEIÇÃO, Júnia da. Políticas de preços agrícolas e estoques de alimentos: origens, situação atual e perspectivas. **Revista Paranaense de Desenvolvimento Econômico**. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social: IPARDES. Curitiba, n.108, p.25-32, jan./jun, 2005. Disponível em: <<http://www.ipardes.pr.gov.br/ojs/index.php/revistaparanaense/article/view/94/97>>. Acesso em: Jan. 2015.

DELGADO, Guilherme Costa. Desigualdade Social no Brasil. In: MAGALHÃES, J. P. A.. *Et al.* **Os Anos Lula** – contribuições para um balanço crítico 2003-2010. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

DELGADO, Nelson Giordano. Política econômica, ajuste externo e agricultura. In: **Políticas públicas e Agricultura no Brasil**. Porto Alegre: EDUFRGS, 2001.

DELGADO, Guilherme Costa. **Previdência rural**: relatório de avaliação socioeconômica. Brasília: IPEA, 1997. Texto para Discussão, 477.

DELGADO, Guilherme Costa; SCHWARZER, Helmut. Evolução histórico-legal e formas de financiamento da previdência rural no Brasil. In: DELGADO, G.; CARDOSO JR., J. C. (Org.). **A universalização de direitos sociais no Brasil**: a previdência rural nos anos 90. Brasília: IPEA, 2000. p.188-210.

DIAS, Reginaldo Benedito. GONÇALVES, José Henrique Rollo (organizadores). **Maringá e o norte do Paraná** (Estudos de história regional). Maringá: EDUEM, 1999.

DIAS, Marcelo Miná. As mudanças de direcionamento da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) face ao difusionismo. **Revista Oikos**, Viçosa, v.18, n.2, p.11-21, 2007.

DIAS, Marcelo Miná. Políticas públicas de extensão rural e inovações conceituais: limites e potencialidades. **Perspectivas em Políticas Públicas**, Belo Horizonte, v. 1, Nº. 1, p. 101-114, Jan/Jun. 2008.

DYE, Thomas D. **Understanding Public Policy**. Englewood Cliffs, N.J.: Prentice-Hall. 1984.

ELIAS, Norbert. **A solidão dos moribundos**: seguido de envelhecer e morrer. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

ENDLICH, Ângela Maria; ROCHA, Márcio Mendes (Org.). **Pequenas cidades e desenvolvimento local**. Maringá: PGE, 2009.

ESTRADA, Jorge Duque. **Terra crua**. Curitiba: [s.n.], 1961.

FAGUNDES, Julie Rossato et al. Análise das metas do Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR) no contexto nacional. **Revista do Desenvolvimento Regional**, Taquara, 2013, v.10, n.2, jul./dez. 2013.

FAJARDO, Sérgio. **Territorialidades corporativas no rural paranaense**. Guarapuava: Edunicentro, 2008.

FAO/INCRA. **Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável**. Versão resumida do relatório final do projeto UTF/BRA/036. Brasília: FAO, 1994.

FARIA, Antônio . Programa oportunidade de mercado e apoio à agricultura familiar Hulha Negra/RS. In: FRANÇA, Cássio Luiz de; VAZ, José Carlos; SILVA, Ivan Prado (Org.). **Aspectos econômicos de Experiências de Desenvolvimento Local**. São Paulo, Instituto Pólis, 2002. 184p. (Publicações Pólis, 40).

FERNANDES, Bernardo Mançano. Agricultura camponesa e/ou agricultura familiar. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 13., João Pessoa. **Anais eletrônicos...** João Pessoa: AGB, 2002. Comunicação Coordenada. 1 CD.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questão agrária, pesquisa e MST**. São Paulo: Cortez, 2001.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Vinte anos do MST e a perspectiva da reforma agrária no governo Lula. In: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de; MARQUES, Marta Inez Medeiros (Orgs.). **O campo no século XXI**. São Paulo: Casa Amarela. Cuiabá: Paz e Terra, 2004.

FERREIRA, João Carlos Vicente. **O Paraná e seus municípios**. Maringá: MB (Memória Brasileira), 1996.

FRANÇA, Álvaro Sólon de. **Previdência Social e a economia dos municípios**. Brasília: ANFIP, 2002. 430 p.

FRANÇA, Álvaro Sólon de. **Previdência social e a economia dos municípios**. 5ª ed. Brasília: ANFIP, 2004, 224 p..

FRANÇA, Cássio Luiz de; VAZ, José Carlos; SILVA, Ivan Prado. Do experimentalismo difuso a uma política nacional de desenvolvimento local: uma abordagem introdutória. In: FRANÇA, Cássio Luiz de; VAZ, José Carlos; SILVA, Ivan Prado (Org.). **Aspectos econômicos de Experiências de Desenvolvimento Local**. São Paulo: Instituto Pólis, 2002. 184p. (Publicações Pólis, 40).

FRESCA, Tânia Maria. Redefinição dos papéis das pequenas cidades na rede urbana do Norte do Paraná. In: ENDLICH, Ângela Maria; ROCHA, Márcio Mendes (Org.). **Pequenas cidades e desenvolvimento local**. Maringá: PGE, 2009.

FRIGOTO, Gaudêncio. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. In: FAZENDA, Ivani (Org.) **Metodologia da Pesquisa educacional**. São Paulo: Cortez, 1989.

GAUDEMAR, Jean-Paul de. **Mobilidade do trabalho e acumulação do capital**. Lisboa: Editorial Estampa, 1977.

GHIB, Marie Luce. Retraite et agriculture en Roumanie. Une indemnité viagère aux objectifs ambigus. **Économie rurale**. Paris, SFER, n. 311, p. 35-48, mai-juin 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de pesquisa social**. 5 ed., 8 reimp..São Paulo: Atlas, 2007.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1990.

GOMES, Gustavo Maia; MAC DOWELL, Maria Cristina. Os elos frágeis da descentralização: observação sobre as finanças dos municípios brasileiros. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE FEDERALISMO E GOVERNOS LOCAIS. **Anais...** La Plata, Argentina, 1997.

GOMES, Renata Mainenti. **Reforma agrária e segurança alimentar no Brasil**: reflexões no contexto das políticas públicas sociais. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade de Brasília. Brasília, 2012.

GRAZIANO DA SILVA, José. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: UNICAMP, 1996.

GRISA, Cátia. *Et al.* **O programa de aquisição de alimentos (PAA) em perspectiva**: apontamentos e questões para o debate. Rio de Janeiro: OPPA/CPDA/UFRRJ, 2010.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **A crise agrária**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

GUTZ, Luiza. **Envelhecimento e espiritualidade**: um estudo sobre representações sociais de idosos. 2013. 184 f. Dissertação (Mestrado) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2013.

HADDAD, Eneida Gonçalves. **A ideologia da velhice**. São Paulo: Cortez, 1986.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 10 ed.. Rio de Janeiro: DP&A, 2005. Tradução de Tomaz Tadeu Silva e Guaracira Lopes Louro.

HARVEY, David. **Condição Pós-moderna**. 18 ed.. São Paulo: Edições Loyola, 2009.

IANNI, Octavio. **Teorias da globalização**. 8 ed.. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades**. Disponível em:< <http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=412790&search=parana+tuneiras-do-oeste|infograficos:-historico>>. Acesso em: mai. 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio** (Pnad). Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Síntese de Indicadores Sociais**: Uma Análise das Condições de Vida da População Brasileira. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Caderno Estatístico Município de Guaporema**. Curitiba: IPARDES, 2015.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Caderno Estatístico Município de São Tomé**. Curitiba: IPARDES, 2015.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Caderno Estatístico Município de Tapejara**. Curitiba: IPARDES, 2015.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Caderno Estatístico Município de Tuneiras do Oeste**. Curitiba: IPARDES, 2015.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Leituras regionais** : Mesorregião Geográfica Norte Central Paranaense. Curitiba : IPARDES/BRDE, 2004.

JORNAL O TUNEIRENSE. Ed. Especial. Ano 5, n. 52. 16 de Julho de 2005.

JUSTINIANO, Eduardo Félix. Técnicas de fotografia. In: VENTURI, Luis Antônio Bittar ,(Organizador). **Geografia**: práticas de campo, laboratório e sala de aula. São Paulo: Editora Sarandi, 2011.

LAGO, Luciana Côrrea do. Trabalho, moradia e (i) mobilidade espacial na metrópole do Rio de Janeiro. **Cadernos Metrópole**. n. 18, p. 275-293, 2º sem. 2007.

LAMARCHE, Hugles. **A agricultura familiar**. Campinas: UNICAMP, 1993.

LARANJEIRA, Raymundo. **Colonização e reforma agrária no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

LASWELL, Aswell, H.D. **Politics**: Who Gets What, When, How. Cleveland: Meridian Books. 1936/1958.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**: o município e o regime representativo no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

LEFEBVRE, Henri. **Lógica formal Lógica dialética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

LEITE, Sérgio Pereira. Estratégias agroindustriais, padrão agrário moderno e dinâmica intersetorial. **Rascunho**. Araraquara, n. 7, 1990.

LEITE, Sérgio Pereira. Padrão de financiamento, setor público e agricultura no Brasil. In: **Políticas públicas e Agricultura no Brasil**. Porto Alegre: EDUFRGS, 2001.

LIMA, Ourivaldo Lúcio de.. **Distribuição de benefícios do INSS nas mesorregiões geográficas do Estado da Paraíba**. A questão da reforma da previdência. Monografia

(Especialização) - Departamento de Geociências, Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 1995.

LIPIETZ, Alain. **O capital e seu espaço**. Tradução Manoel Fernando Gonçalves Seabra. São Paulo: Nobel, 1988.

LÖWY, Michael. O Golpe de Estado de 2016 no Brasil. **Carta Maior**. 19/05/2016. Disponível em: < <http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/O-golpe-de-Estado-de-2016-no-Brasil/4/36139>>. Acesso em: jan. 2017.

MAACK Reinhard. **Geografia Física do Estado do Paraná**. Curitiba: Max Roesner, 1968.

MAACK Reinhard. **Sobre o Itinerário de Ulrich Schmidel Através do Sul do Brasil (1552 – 1553)**. Curitiba, 1959.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Agricultura familiar no Brasil e o Censo Agropecuário 2006**. Disponível em: < <http://wp.ufpel.edu.br/consagro/files/2010/09/AF-Censo-2006-MDA.pdf>>. Acesso em: out. 2013.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Planos safra da agricultura familiar** (Safras 02/03 à 14/15). Disponível em: < <http://www.mda.gov.br/>>. Acesso em: fev. 2015.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. **Programa de Aquisição de Alimentos – PAA**, 2015. Disponível em: < <http://www.mds.gov.br/>>. Acesso em: jun. 2015.

MALLOY, James. M.. **Authoritarianism and the extension of social security protection to the rural sector in Brazil**. Pittsburgh: Mimeo: 1976.

MARCONI, Marina de Andrade. LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da metodologia científica**. 6 ed., 5 Reimp.. São Paulo: Atlas, 2007.

MARAFON, Gláucio José. O trabalho de campo como instrumento de trabalho para o investigador em geografia agrária. In: RAMIRES, Júlio César de Lima; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar (Orgs.). **Geografia e pesquisa qualitativa: nas trilhas da investigação**. Uberlândia: Assis, 2009.

MARQUES, Paulo Eduardo Moruzzi. Participação e Pronaf: um estudo do poder, dos atores e dos conflitos em torno dos conselhos municipais de desenvolvimento rural. In: SCHNEIDER, Sergio; SILVA, Marcelo Kunrath; MARQUES, Paulo Eduardo Moruzzi; et al. (Orgs.). **Políticas públicas e participação social no Brasil Rural**. Porto Alegre: EDUFRGS, 2004.

MARTINS, José de Souza. **Expropriação e violência** (A questão política no campo). São Paulo: Hucitec, 1980.

MARTINS, Sérgio Paganini. PAA Leite: Contexto de implantação, desenvolvimento e possibilidades de aprimoramento. In: BRASIL: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **PAA: 10 anos de Aquisição de Alimentos**. Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional; Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2014. 280 p. ; 20x24 cm. ISBN: 978-85-60700-66-0.

MASSOQUIM, Nair Glória. **Formação e desenvolvimento da pequena propriedade familiar no município de Assis Chateaubriand – Paraná.** Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, 1999.

MATTEI, Lauro. **O governo interino e a desestruturação da política agrária e de desenvolvimento rural do país.** Núcleo de Estudos de Economia Catarinense. Texto para discussão 018/2016. Disponível em: < <http://necat.ufsc.br/files/2012/09/TD-018.pdf>>. Acesso em: 18 Jan. 2017.

MAZZETTO, Carlos Eduardo. Políticas públicas e desenvolvimento rural: em busca de novos caminhos. In: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de; MARQUES, Marta Inez Medeiros (Orgs.). **O campo no século XXI.** São Paulo: Casa Amarela; Paz e Terra, 2004.

MEIHY, José Carlos Sebe B.; HOLANDA, Fabíola. **História oral:** como fazer, como pensar. 2. ed., São Paulo: Contexto, 2011.

MEIHY, José Carlos Sebe B.; RIBEIRO, Suzana L. Salgado. **Guia prático de história oral:** para empresas, universidades, comunidades, famílias. São Paulo: Contexto, 2011.

MELO, Nágela Aparecida; SOARES, Beatriz Ribeiro. Pequena cidade, um desafio metodológico: os instrumentos e os recursos para a pesquisa em Geografia. In: RAMIRES, Júlio César de Lima; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar (Orgs.). **Geografia e pesquisa qualitativa:** nas trilhas da investigação. Uberlândia: Assis, 2009.

MENDES, Estevane de Paula Pontes; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. Técnicas de investigação e estudos agrários: entrevistas, registros de observações e aplicação de roteiros de entrevista. In: RAMIRES, Júlio César de Lima; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar (Orgs.). **Geografia e pesquisa qualitativa: nas trilhas da investigação.** Uberlândia: Assis, 2009.

MENDRAS, Henri. *La fin des paysans*, 2. ed. Paris, Actes Sud, 1984. Rambaud, Placide. *L'apport des travailleurs de la terra à la société industrielle.* **Sociologia Ruralis**, 22, 2, p.108-121, 1982.

MENDRAS, Henri. **Sociétés paysannes.** Paris: A.Colin, 1976. 236 p.

MESZAROS, George. O MST e o Estado de Direito no Brasil. In: CARTER, Miguel (org.). **Combatendo a desigualdade social.** O MST e a reforma agrária no Brasil. São Paulo: EDUNESP, 2010. p. 433-460.

MIELITZ, Carlos. Dez anos de PAA e a constituição de uma estratégia nacional de Segurança Alimentar. In: BRASIL: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **PAA: 10 anos de Aquisição de Alimentos.** Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional; Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2014. 280 p. ; 20x24 cm. ISBN: 978-85-60700-66-0

MOREIRA, Crispim; SANTARELLI, Mariana. Da lei à mesa: a construção institucional da política nacional de segurança alimentar e nutricional. IN: MDS. **Fome Zero:** uma história brasileira. Volume II. Brasília: MDS, 2010. p.14-26.

MORISSAWA, Mitsue. **A história da luta pela terra e o MST.** São Paulo: Expressão Popular, 2001.

MORO, Dalton Áureo. A modernização da agricultura paranaense. In: VILLALOBOS, Jorge Guerra (Org.). **Geografia social e agricultura no Paraná**. Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Maringá. Maringá, 2001.

MORO, Dalton Áureo. Desenvolvimento econômico e dinâmica espacial da população no Paraná contemporâneo. **Boletim de Geografia**. Maringá, ano 16, n. 1, 1998.

MOURA, Rosa. Qual o papel dos pequenos municípios na escala local do desenvolvimento? In: ENDLICH, Ângela Maria; ROCHA, Márcio Mendes (Org.). **Pequenas cidades e desenvolvimento local**. Maringá: PGE, 2009.

MUELLER, Charles. C.. Gênese de estratégia agrícola no Brasil: uma interpretação. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 38, n. 1, p. 3-24, 1984.

NERI, Anita Liberalesso. **Desenvolvimento e envelhecimento: perspectivas biológicas e sociológicas**. Campinas, SP: Papirus, 2001.

NOELI, Francisco Silva, MOTA, Lúcio Tadeu. A pré-história da região onde se encontra Maringá, Paraná. In: **Maringá e o norte do Paraná** (Estudos de história regional) Reginaldo Benedito Dias e José Henrique Rollo Gonçalves (Orgs.) Maringá: EDUEM, 1999.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991. Coleção Caminhos da Geografia.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo capitalista de produção, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: Labur Edições, 2007, 184p.

OLIVEIRA, Francisco de. **Aproximações ao enigma: o que quer dizer desenvolvimento local?** São Paulo, Pólis; Programa Gestão Pública e Cidadania/EAESP/FGV, 2001. 40p.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS, 2002). **Envelhecimento ativo: uma política de saúde**. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/envelhecimento_ativo.pdf. Acesso em: Nov. de 2011.

PADIS, Pedro Calil. **Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná**. São Paulo: Hucitec, 1981.

PEDROSO, Ízula Luiza Pires Bacci. CLEPS JÚNIOR, João. PRODUÇÃO FAMILIAR E ASSOCIATIVISMO: modos de vida e reprodução socioeconômica da comunidade rural de Taquaruçu Grande - Palmas (TO). In: **Campo-Território: revista de geografia agrária**, v.3, n. 5, p. 162-194, fev. 2008.

PELEGRINI, Sandra C. A.; FUNARI, Pedro Paulo A.. **O que é patrimônio cultural imaterial**. São Paulo: Brasiliense, 2008. Coleção Primeiros Passos.

PESSOA, Jadir de Moraes. A colônia agrícola nacional de Goiás no aprendizado da itinerância. In: NEVES, Delma Pessanha (Org.). **Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil**. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

PETERS, B. Guy. **American Public Policy**. Chatham, N.J.: Chatham House. 1986.

PLANO DIRETOR DE GUAPOREMA. Fase II – Avaliação Temática Integrada. Guaporema, 2007.

PLANO DIRETOR DE TAPEJARA. . Fase II – Avaliação Temática Integrada. Tapejara, 2007.

PORTO, Sílvio Isopo *et al.* Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): dez anos de uma política pública múltipla e inovadora. In: BRASIL: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **PAA: 10 anos de Aquisição de Alimentos**. Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional; Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2014. 280 p. ; 20x24 cm. ISBN: 978-85-60700-66-0.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAPOREMA. 2015. Disponível em: < http://www.pmguaporema.com.br/novo_site/index.php>. Acesso em: Abr. 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO TOMÉ. 2015. **Nossa Cidade**: história. Disponível em: < <http://saotome.pr.gov.br/>>. Acesso em: Abr. 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEJARA. 2015. **Nossa Cidade**: dados gerais. Disponível em: < <http://tapejara.pr.gov.br/index.php?sessao=3d7124a85bnc3d&id=1261>>. Acesso em: Mai. 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNEIRAS DO OESTE. 2015. **Nossa Cidade**. Disponível em: < <http://tuneirasdoeste.pr.gov.br/index.php?sessao=3c2b8bfe83nc3c&id=1183>>. Acesso em: Mai. 2015.

PRIORI, Ângelo. A revolta camponesa de Porecatu. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 24, 2009, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza: ANPUH, 2009.

PRIORI, Ângelo. **O levante dos posseiros**: a revolta camponesa de Porecatu e a ação do Partido Comunista Brasileiro no campo. Maringá: EDUEM, 2011.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO; INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**. Disponível em: < <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/>>. Acesso em: ago. 2015.

RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. **Questão Agrária Atual**: Sergipe como referência para um estudo confrontativo das políticas de reforma agrária e reforma agrária de mercado (2003-2006), 2008. Tese (Doutorado), Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual Paulista Júlia de Mesquita, Presidente Prudente, 2008.

RAMOS, Rejane Cecília. O seguro rural no Brasil: origem, evolução e proposições para aperfeiçoamento. **Informações Econômicas**, São Paulo, v.39, n.3, mar. 2009.

REAL, Luciana Correia Villa; SCHNEIDER, Sergio. O uso de programas públicos de alimentação na reaproximação do pequeno produtor com o consumidor: o caso do programa de alimentação escolar. **Estudo & Debate**, Lajeado, v. 18, n. 2, p. 57-79, 2011.

REIS, Clayton Washington dos. **A atividade principal e a velhice**: contribuições da psicologia histórico-cultural. 2011. 167 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós

Graduação em Psicologia do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2011.

ROCHA, Márcio Mendes. **A espacialidade das mobilidades humanas**: um olhar para o norte central paranaense. 1998. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

ROMPATTO, Maurílio. **Piquiri: “o vale esquecido”**. Memórias da luta pela terra em Nova Aurora, Paraná, desde os anos 50. 1995. Dissertação (Mestrado) – Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1995.

ROVER, Oscar José; MUNARINI, Paulo Roberto. A política de habitação rural e o desenvolvimento da agricultura familiar. **Revista Katálysis**. Florianópolis, v. 13, n. 2, p. 260-269, jul./dez. 2010.

SABOURIN, Eric. Que política pública para a agricultura familiar no segundo governo Lula? **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 22, n. 3, p. 715-751. set./dez. 2007.

SACHS, Ignacy. Brasil rural: da redescoberta à invenção. In: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de; MARQUES, Marta Inez Medeiros (Orgs.). **O campo no século XXI**. São Paulo: Casa Amarela; Paz e Terra, 2004.

SANTIN, Janaína Rigo. O tratamento histórico do poder local no Brasil e a gestão democrática municipal. In: SEMINÁRIO NACIONAL MOVIMENTOS SOCIAIS, PARTICIPAÇÃO E DEMOCRACIA, 2, 2007, Florianópolis – SC. **Anais...** Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, 2007. p. 323-340.

SANTOS, Maria de Fátima de Souza. **Identidade e Aposentadoria**. São Paulo: EPU, 1990.

SANTOS, Milton. **Da totalidade ao lugar**. 1 ed.. São Paulo: EDUSP, 2005.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 2 ed.. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. 6 ed. São Paulo: Record, 2004.

SANTOS, Valkíria Trindade de Almeida. **O papel da mulher na organização alternativa do trabalho – um estudo no município de Guaporema/PR**. 2009. 154 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2009.

SARON, Flávio de Arruda; HESPANHOL, Antônio Nivaldo. O Pronaf e as políticas de desenvolvimento rural no Brasil: o desafio da (re) construção das políticas públicas de apoio à agricultura familiar. **Geo UERJ**, Rio de Janeiro, ano 14, v. 2, n. 23, p. 656-683, 2º semestre de 2012. ISSN: 1415-7543 E-ISSN: 1981-9021.

SCHALLENBERGER, Erneldo; SCHNEIDER, Iara Elisa. Fronteiras agrícolas e desenvolvimento territorial – ações de governo e dinâmica do capital. **Sociologias**. Porto Alegre, ano 12, n. 25, p. 202-222, set./dez. 2010.

SCHNEIDER, Sérgio; CAZELLA, Ademir Antonio; MATTEI, Lauro. Histórico, caracterização e dinâmica recente do pronaf - Programa Nacional de Fortalecimento da

Agricultura Familiar. In: SCHNEIDER, Sergio; SILVA, Marcelo Kunrath; MARQUES, Paulo Eduardo Moruzzi; et al. (Orgs.). **Políticas públicas e participação social no Brasil Rural**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

SCHNEIDER, Sérgio. Teoria Social, Agricultura Familiar e Pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 18, n. 51, fev/2003.

SCHWARTZMAN, Simon. **Bases do autoritarismo brasileiro**. Rio de Janeiro: Publit Soluções Editoriais, 2007.

SCHWARZER, Helmut. **Impactos socioeconômicos do sistema de aposentadorias rurais no Brasil** — evidências empíricas de um estudo de caso no estado do Pará. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea, 2000.

SERENINI, Márcio José. **A implantação do projeto pupunha em São Tomé**. 2000, 66 f. Monografia (Especialização) - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Jandaia do Sul, Jandaia do Sul, Paraná, 2000.

SHANIN, Teodor. Lições camponesas. In: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson (Orgs.). **Campesinato e Territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 23-47.

SILVA, Érica Tavares da. **Estrutura Urbana e Mobilidade Espacial nas Metrôpoles**. 2012. Tese (Doutorado) – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

SILVA, José Graziano da. **A modernização dolorosa**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

SILVA, Marcelo Kunrath; MARQUES, Paulo Eduardo Moruzzi. Democratização e políticas públicas de desenvolvimento rural. In: SCHNEIDER, Sergio; SILVA, Marcelo Kunrath; MARQUES, Paulo Eduardo Moruzzi; et al. (Orgs.). **Políticas públicas e participação social no Brasil Rural**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

SILVA, Raimundo Pires. As especificidades da nova ATER para Agricultura Familiar. **Revista NERA**, Presidente Prudente, ano 16, n. 23, p. 150-166, Jul./dez./2013.

SIQUEIRA, Renata Lopes de; RIBEIRO, Rita Lanis. A velhice e sua representação cultural: uma análise sobre estudos contemporâneos no Brasil. In: CONGRESSO MUNDIAL DE SOCIOLOGIA RURAL, 10.; CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 37, 2000, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: IRSA: SOBER, 2000. 1 CD-ROM.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 20-45, jul./dez. 2006.

SPÓSITO, Eliseu Savério. **Geografia e filosofia**: contribuição para o ensino do pensamento geográfico. São Paulo: Unesp, 2004.

SUGAMOSTO, Marisa. **Velhice e benefício previdenciário entre os agricultores familiares do município de Colombo – Paraná**. 2003. 165 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2003.

TAKAGI, Maya. SANCHES, Adoniram. GRAZIANO DA SILVA, José. Programa de Aquisição de Alimentos: um embaixador do Brasil contra a fome. In: BRASIL: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **PAA: 10 anos de Aquisição de Alimentos**. Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional; Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2014. 280 p. ; 20x24 cm. ISBN: 978-85-60700-66-0.

TÁRREGA, Maria Cristina Vidotte Blanco. CASTRO, Adriana Vieira de. A previdência rural como política pública para efetividade dos princípios constitucionais agrários. In: ENCONTRO NACIONAL DO CONPEDI, 21, 2012, Uberlândia – MG. **Anais...** Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia – UFU, 2012. p. 9.988-10.006.

TAVARES, Érica. Estrutura urbana e dinâmica populacional: Ensaio sobre as lógicas de mobilidade e imobilidade espacial. **Revista Planeo**. Santiago, n.16, mai./Jun. 2014.

TEIXEIRA, Gerson. **Fatos e mitos da política agrícola do governo FHC**. Rio de Janeiro: CPDA, 1997.

TOMAZI, Nelson Dacio. Construções e silêncios sobre a (Re) ocupação da região norte do estado do Paraná. In: **Maringá e o norte do Paraná** (Estudos de história regional) Reginaldo Benedito Dias e José Henrique Rollo Gonçalves (organizadores). Maringá: EDUEM, 1999.

TORRES, R. O que pretende o programa de Lula. **Caros Amigos**, n.18, 2003.

TREVISAN, Andrei Pittol; BELLEN, Hans Michael Van. Avaliação de políticas públicas: uma revisão teórica de um campo em construção. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, ano 42, v.3, p. 529-50, mai./jun. 2008.

TRICHES, Rozane Marcia. SCHNEIDER, Sérgio. Alimentação Escolar e Agricultura Familiar: reconectando o consumo à produção. **Saúde e Sociedade**. São Paulo, v.19, n.4, p.933-945, 2010.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

TURPIN, Maria Elena. A Alimentação Escolar como Fator de Desenvolvimento Local por meio do Apoio aos Agricultores Familiares. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, ano16, v. 2, p. 20-42, 2009.

ULLMANN, Reinholdo Aloysio. **Antropologia Cultural**. 2 ed.. Porto Alegre: Escola Superior de Tecnologia São Lourenço de Brindes, 1983.

VAINER, Carlos Bernardo. Deslocamentos Compulsórios, Restrições à Livre Circulação: elementos para um reconhecimento teórico da violência como fator migratório. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS DA ABEP, 6, 1998, Belo Horizonte – MG. **Anais...** Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG, 1998.

VIEIRA, Ildeu Manso. **Jacus e Picaretas** (A história de uma colonização). Maringá: Bertoni, 1999.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. **História do Paraná**. 10. ed. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2002.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, ano 21, p. 42-61, out. 2003.

YOKOO, Edson Noriyuki. **A dinâmica das frentes de ocupação territorial na Mesorregião Centro-Ocidental paranaense**. Maringá, 2013. 218 f. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2013.

YOKOO, Edson Noriyuki. Processo da dinâmica das frentes de ocupação territorial e da paisagem agrária na Mesorregião Centro-Ocidental paranaense. In: ENCONTRO DE PRODUÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA, 4, 2009, Campo Mourão - PR. **Anais...** Campo Mourão: Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão, Fecilcam, 2009.

ZIMMERMANN, Clóvis. A previdência rural brasileira no contexto das políticas públicas. **Revista Espaço Acadêmico**, ano 4, n. 48, Mai. 2005. ISSN 1519.6186.

APÊNDICE A
ROTEIRO DAS ENTREVISTAS SEMI-ESTRUTURADAS REALIZADAS

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA COM TÉCNICOS RURAIS EXTENSIONISTAS E REPRESENTANTES PÚBLICOS MUNICIPAIS

Local: _____ Data: _____

Nome: _____

Função: _____

- 1) Qual a importância da agricultura familiar para a economia municipal na atualidade?
- 2) Quais são os principais cultivos do município na atualidade?
- 3) Como se dá o serviço de assistência técnica aos produtores? É possível atender à demanda do município?
- 4) Como vocês avaliam as políticas públicas para a agricultura familiar no município (Pronaf, PAA, PNAE, PNHR)?
- 5) A prefeitura municipal tem algum projeto ou ação de apoio à agricultura familiar?
- 6) O município tem um Plano Municipal de Desenvolvimento Rural? Como vem sendo colocado em prática?
- 7) Como está o funcionamento do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural? Há efetiva participação dos agricultores?
- 8) Como vocês veem o impacto da aposentadoria rural para a economia local e para a permanência das famílias de agricultores familiares na área rural e/ou no município?

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA COM GESTORES DO PAA

Local: _____ Data: _____

Nome: _____

Função: _____

- 1) Quando iniciou o PAA no município e como foi esse início?
- 2) O programa está em funcionamento neste ano? Quantas famílias estão cadastradas?
- 3) Como foi a evolução da participação das famílias no programa?
- 4) Como as famílias foram tendo acesso ao programa? Houve/há algum trabalho de divulgação e seleção?
- 5) Como é a demanda pela participação do PAA no município?

- 6) Quais os principais benefícios que os produtores tem tido com o PAA?
- 7) Quais os principais benefícios às entidades atendidas? Quantas e quais são?
- 8) Houve resistência dos responsáveis pela alimentação nas entidades e do público atendido com relação aos alimentos provenientes da agricultura familiar?
- 9) O PAA no município opera com os produtores de maneira individual, por organização (ões), ou das duas formas?
- 10) Quais as modalidades do PAA que são operadas no município:
 - () Doação simultânea
 - () Compra direta
 - () PAA leite
 - () Apoio à formação de estoques
 - () Compra institucional
 - () Aquisição de sementes

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA COM OS GESTORES DO PNAE

Local: _____ Data: _____
 Nome: _____
 Função: _____

- 1) Desde 1998 vem ocorrendo uma busca para que sejam respeitados os hábitos alimentares locais e a vocação agrícola dos municípios, no que se refere à alimentação escolar. Desde 2008, parte dos alimentos destinados a alimentação escolar já podiam ser adquiridos da agricultura familiar. Em 2009, a Lei 11.947, tornou obrigatório o gasto de pelo menos 30% dos recursos do PNAE aos municípios, com produtos da Agricultura Familiar. Como vem sendo realizada esta adaptação no município?
- 2) Está sendo possível comprar da agricultura familiar? Se sim, como ocorrem as compras?
- 3) Como é a demanda dos agricultores familiares para participação no PNAE? Quantos participam atualmente?
- 4) Quais os principais produtos entregues? Há variedade?
- 5) Há satisfação dos agricultores com relação aos preços pagos pelos produtos?
- 6) Há entrega de produtos processados? Se sim, quais? Se não, por quê?
- 7) Há uma boa aceitação dos alimentos provenientes da agricultura familiar pelos alunos e por quem prepara as refeições nas instituições de ensino?

- 8) Quais os principais benefícios que o programa tem gerado aos agricultores familiares?
- 9) Os agricultores vêm se adaptando às necessidades do PNAE?
- 10) Explique um pouco sobre o funcionamento do Conselho de Alimentação Escolar – CAE no município? Quem participa e como é a qualidade e regularidade da participação?

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA COM REPRESENTANTE REGIONAL DO INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL – INSS, AGÊNCIA DE CIANORTE

Local: _____ Data: _____

Nome: _____

Função: _____

- 1) Quais as características da aposentadoria rural especial, e quais trabalhadores têm direito a ela?
- 2) Quais procedimentos o segurado especial deve adotar junto ao INSS para a concessão do benefício?
- 3) Como funciona a comprovação da atividade agrícola familiar? Por quantos anos o trabalhador deve comprovar a atividade?
- 4) Um dos procedimentos do INSS é a realização de uma entrevista com o solicitante da aposentadoria rural especial. Como é esta entrevista e qual a função deste procedimento?
- 5) Quais fatores descaracterizam o agricultor em regime familiar? (trabalho com registro em carteira? Empregador Rural?)
- 6) No caso do segurado rural especial, como se dão os processos de aposentadoria por invalidez?
- 7) Ocorrem tentativas de fraudes ou descoberta dessas fraudes após a concessão dos benefícios?
- 8) As aposentadorias rurais especiais têm peso significativo nos benefícios previdenciários concedidos na região?
- 9) Como você vê a importância econômica e social das aposentadorias rurais especiais na região?

**ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA COM COLONIZADORES
DOS MUNICÍPIOS.**

Local: _____ Data: _____

Nome: _____

Função: _____

- 1) Em que ano o Sr (a). e/ou sua família chegou ao município e como era a localidade no período?
- 2) Como se deu o processo de colonização?
- 3) Qual a origem das primeiras famílias que chegaram ao município?
- 4) Quais foram os primeiros cultivos?
- 5) Após o fim dos cafezais, quais foram as culturas implantadas? Quais as culturas predominantes na atualidade?
- 6) Quais foram as primeiras construções e como se deu a organização do núcleo urbano?
- 7) Qual a origem do nome do município?
- 8) Explique sobre a dinâmica populacional do município.
- 9) Explique sobre a dinâmica econômica do município.

APÊNDICE B
QUESTIONÁRIO APLICADO AOS APOSENTADOS RURAIS

Dados Pessoais

1. Nome:

2. Gênero:

1. Masculino 2. Feminino

3. Idade:

1. Menos de 55 anos 2. De 55 a 65 anos 3. De 66 a 75 anos 4. De 76 a 85 anos 5. De 86 a 95 anos 6. 96 anos ou mais

4. Grau de escolaridade:

1. Nenhuma 2. Ensino Fundamental (anos iniciais) 3. Ensino Fundamental 4. Ensino Médio 5. Ensino Superior 6. Pós Graduação 7. Incompleto

5. Estado Civil:

1. Solteiro (a) 2. Casado (a) 3. Divorciado (a) 4. União Estável 5. Viúvo (a)

Local de moradia e condições da Residência

6. Município:

1. Guaporema 2. São Tomé 3. Tapejara 4. Tuneiras do Oeste

7. Local de Residência:

1. Área Rural 2. Área Urbana 3. Área Periurbana

8. Se reside na área rural, está na condição de responsável pelo estabelecimento?

1. Sim 2. Não

9. A quanto tempo reside no local?

1. Menos de 1 ano a 2 anos 2. De 3 a 5 anos 3. De 6 a 10 anos 4. De 11 a 20 anos 5. De 21 a 30 anos 6. Mais de 30 anos

10. Onde residia antes de morar aqui?

1. Sempre residi aqui 2. Na área rural do próprio município 3. Na área urbana do próprio Município 4. Em outro município do Estado do Paraná 5. Em outro Estado 6. Em outro país

11. Qual foi seu itinerário até chegar aqui?

12. Pensa em se mudar daqui?

1. Sim 2. Não

13. Se sim, Por que? E daqui a quanto tempo?

14. Se não, O que te motiva a permanecer?

15. Quantas pessoas moram na casa?

1. Uma 2. Duas 3. Três 4. Quatro 5. Cinco 6. Entre seis e dez 7. Mais de dez

16. Qual seu parentesco com essas pessoas?

1. Esposo (a) 2. Filho (a) 3. Genro/Nora 4. Neto (a) 5. Outros

17. Quantos cômodos tem a casa?

1. De um a três 2. De quatro a sete 3. De oito a dez 4. mais de dez

18. Qual o material da sua casa?

1. Alvenaria 2. Madeira 3. Mista 4. Outro

19. Qual (is) desses bens possui?

- 01.Máquina de lavar roupa 02.Geladeira 03.Batedeira
 04.Liquidificador 05.Microondas 06.Fogão a gás
 07.Fogão elétrico 08.Forno elétrico 09.Televisão
 10.Rádio 11.Computador 12.Chuveiro elétrico
 13.automóvel 14.motocicleta 15.Trator
 16.Colheteira 17.Caminhão 18.Outros eletrodomésticos
 19.Outros veículos e máquinas agrícolas

20. Qual a forma de acesso a terra como agricultor familiar?

- 1.Proprietário 2.Arrendatário 3.parceiro/meioiro
 4.possheiro 5.outro

21. Qual é/era o tamanho da propriedade/terra cultivada?

- 1.1 2.4 3.7 4.11 5.16 6.20 7.Mais
 a 3 alq. a 6 alq. a 10 alq. a 15 alq. a 20 alq. a 30 alq. de 30 alq.

22. Possui imóveis? Se sim, o que possui?**Dados da aposentadoria****23. A quanto tempo recebe benefício previdenciário?**

- 1.De 1 a 3 anos 2.De 4 a 6 anos 3.De 7 a 10 anos 4.De 11 a 15 anos 5.De 16 a 25 anos 6.A mais de 25 anos
 a 3 anos a 6 anos a 10 anos a 15 anos a 25 anos mais de 25 anos

24. Com que idade passou a receber o benefício?**25. Tipo de benefício que recebe:**

- 1.Por idade 2.Por tempo de contribuição 3.Por invalidez 4.Pensão por morte

26. Se mudou após receber o benefício?

- 1.Sim 2.Não

27. Se sim, por que e para onde?**28. Conhece alguém que se mudou de residência após se aposentar como segurado rural especial?**

- 1.Sim 2.Não

29. Se sim, Quantas pessoas conhece? Para onde se mudou (ram)?**30. Sabe o motivo da mudança?****31. O valor recebido com o benefício previdenciário mudou alguma coisa na sua vida?**

- 1.Nada 2.Pouco 3.Regular 4.Muito

32. O que mudou na sua vida?**33. Com o que gasta o valor recebido com o seu benefício? Classificar os quatro principais gastos.**

- 01.Compra de alimentos 02.Compra de Remédios 03.Compra de roupas e calçados
 04.Compra de produtos cosméticos 05.Compra de móveis e eletrodomésticos 06.Despesas com veículos automotivos
 07.Reforma da casa 08.Investimentos na lavoura 09.Ajuda a familiares
 10.Outro

34. Quantos benefícios previdenciários são recebidos nesta residência?

- 1.Um 2.Dois 3.Três 4.Quatro 5.Mais de quatro

35. Qual o nível de dificuldade na concessão do benefício previdenciário?

- 1.Nenhuma 2.Pouca 3.Regular 4.Muita

36. Se teve dificuldades? Quais foram?

37. Onde o Sr. (a) gasta a maior parte do dinheiro do benefício previdenciário?

1.Comércio Local 2.Cidades vizinhas (também pequenas) 3.Cidades Pólos Regionais

38. Se gasta a maior parte em outro município, em qual?

39. Por que o sr. (a) prefere gastar (no comércio local / ou em cidades vizinhas / ou em cidades pólos?)

1.Por ser o local mais próximo 2.Por que conhece e/ou confia nos comerciantes 3.Por que oferecem crédito 4.Por que tem melhor preço 5.Por que os produtos têm mais qualidade 6.Outros

40. Compra agora algum produto que não comprava antes do benefício previdenciário?

1.Sim 2.Não

41. Se sim, o que compra agora que antes não comprava?

42. Continuou desenvolvendo atividade econômica após receber o benefício previdenciário?

1.Sim, a mesma atividade que antes 2.Sim, mas uma outra atividade 3.Não

43. Realiza alguma dessas atividades?

1.Afazeres domésticos 2.Atividade esportiva ou de lazer 3.Trabalhos voluntários 4.Participação em cursos 5.Cuidado à familiares 6.Outras

44. Se continuou desenvolvendo atividade econômica após o recebimento do benefício previdenciário, em que proporção?

1.A mesma que antes 2.Pouco menos que antes 3.Muito menos que antes 4.Mais que antes

45. Atualmente desenvolve atividade econômica?

1.Sim 2.Não

46. O que o (a) fez parar?

1.A idade avançada 2.Problemas de saúde 3.Opção pessoal 4.Decisão dos filhos e/ou familiares 5.Outra

47. Por quanto tempo desenvolveu atividade econômica após o recebimento do benefício previdenciário?

1.Menos de dois anos 2.Entre dois a cinco anos 3.Entre seis a dez anos 4.Entre dez a quinze anos 5.Mais de quinze anos

48. Sentiu dificuldade em parar de trabalhar?

1.Sim 2.Não

49. Se sim, qual (is) foi (ram) a (s) dificuldade (s) que sentiu?

1.Não ser mais produtivo 2.Não poder ajudar aos familiares 3.Ser desvalorizado pelos familiares 4.Ficar ocioso 5.Outra

Renda, trabalho da família e acesso às políticas públicas

50. Qual a renda média mensal familiar?

1.Um salário mínimo 2.De dois a três salários mínimos 3.De quatro a cinco salários mínimos 4.De seis a sete salários mínimos 5.Mais de sete salários mínimos

51. Possui outra fonte de renda familiar, além do (s) benefícios previdenciários?

1.Sim 2.Não

52. Qual (is) é (são) essas outras fontes de renda?

53. O senhor (a) e/ou sua família participa ou já participou de algum programa governamental (política pública) de apoio à agricultura familiar?

1.Sim 2.Não 3.Já participei, mas no momento não participo

54. Se sim, de qual(is) programa (s) participa (m) ou participou (param)?

1.Pronaf Custeio 2.Pronaf investimento 3.Pronaf infraestrutura 4.Outra modalidade do Pronaf 5.PAA 6.PNAE 7.PNHR 8.Outro

55. Se já participou e não participa mais, qual o motivo de não participar mais?

1. Não preciso mais
 2. O(s) programa(s) não está(ão) sendo realizado(s)
 3. O(s) programa(s) não contribuem com minhas atividades
 4. Não confio nas pessoas que gerenciam o(s) programa(s)
 5. Obtive dívidas
 6. Outro

61. Recebe ou recebia apoio da iniciativa privada para a produção?

56. Se nunca participou (param), qual (is) motivo (s) o leva (m) a não participar (rem)?

1. Não precisa
 2. Não conhece os programas
 3. Conhece, mas não tem informação suficiente
 4. Acha que os programas não poderão ajudar
 5. Não confia nas pessoas que gerenciam os programas
 6. Tem medo de obter dívidas
 7. Outros

62. Qual o nível de satisfação com o apoio que recebe ou recebia?

1. Insatisfeito 2. Pouco satisfeito 3. Satisfeito 4. Muito satisfeito

57. Os programas têm contribuído com o desenvolvimento da produção?

1. Nada 2. Pouco 3. Médio 4. Muito

63. Na sua opinião, que tipo de apoio deveria ser dado aos agricultores familiares?

58. Qual (is) a (s) maior (es) contribuição (ões)?

59. Recebe ou recebia serviços de Assistência Técnica na lavoura?

1. Nunca 2. Raramente 3. somente quando solicitado 4. Sempre

64. Na sua opinião, qual o principal desafio que se tem na agricultura familiar na atualidade?

60. Recebe ou recebia algum apoio da prefeitura municipal para a produção? Se sim, qual (is)?

APÊNDICE C
AUTORIZAÇÃO DE UTILIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES



Universidade Estadual de Maringá
Centro de Ciências Humanas Letras e
Artes
Departamento de Geografia
Pós-Graduação em Geografia (Ms. Dr.)



NEMO – Núcleo de Estudos de Mobilidade e Mobilização

Autorização de utilização de informações

Eu, _____, autorizo a gravação, produção de fotografias e utilização das imagens e informações cedidas por meio da aplicação de questionário/entrevista no dia ___/___/___, no município de _____.

Estou ciente de que as informações serão utilizadas com fins acadêmicos, na pesquisa de pós-graduação em Geografia, em nível de doutorado, da pós-graduanda Cláudia Chies, sob a orientação do Prof. Dr. Márcio Mendes Rocha, cujo projeto de pesquisa é intitulado APOSENTADORIA RURAL E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR: estudo dos municípios de Guaporema, São Tomé, Tapejara e Tuneiras do Oeste – PR.

Estou ciente de que serão respeitados os preceitos da ética científica e será mantido o sigilo com relação às informações pessoais.

_____, ___/___/_____.
 Local. Data.

 Assinatura